



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Saúde
Coordenadoria Geral de Administração - Centro de Registro de Preços - Planejamento
SECRETARIA DA SAÚDE

Processo de aquisição de material de consumo
SES-PRC-2020/17251

Data de Produção	15/04/2020
-------------------------	------------

Interessado	COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO - CGA
Assunto	Aquisição de Avental Descartável para atendimento de Plano de contingência COVID-19
Número de Referência	Ofício CGA/Planejamento n.º 149/2020

ALICE NAOMI SAMBUICHI
Diretor Técnico II
Coordenadoria Geral de Administração - Centro de Registro de Preços - Planejamento



SES-PRC-2020/17251V01

Classif. documental	004.01.04.002
---------------------	---------------





Secretaria da Saúde

São Paulo, 15 de abril de 2020.

Ofício CRP nº 149/2020

Ilma Diretora:

Solicitamos que sejam adotadas as providências necessárias, no sentido de ser realizada aquisição dos materiais relacionados abaixo:

item	Material	U. F.	Quantidade
1	Avental descartável, em não tecido (100% polipropileno), gramatura 40g/m ² , medindo 1,30 x 1,60cm.	Unidade	2.00.000

Tal pleito visa atender as medidas estabelecidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19), conforme Portaria do Ministério da Saúde n.º 356 de 11 de Março de 2020, Decreto estadual nº 64.879 de 20 de março de 2020 e amplamente noticiada (anexo).

Desde já estimo os votos de elevada estima e distinta consideração.

ALICE NAOMI SAMBUICHI
Diretor Técnico II

À Senhora
RITA DE CÁSSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO
DD Diretora do Núcleo de Compras



SESDC/202039616A



TERMO DE REFERÊNCIA

ITEM	SIAFISICO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	U.F.	QUANTIDADE
1	3478122	AVENTAL DESCARTAVEL, EM NAO TECIDO (100% POLIPROPILENO), GRAMATURA 40G/M², NAO ESTERIL, PARA USO CLINICO E LABORATORIAL, ACABAMENTO EM OVERLOCK, COM PAR DE FITILHOS PARA AMARRAR NAS COSTAS E NO PESCOÇO, MANGA LONGA, COM LASTEX NO PUNHO, SEM DECOTE, MEDINDO 1,30 X 1,60CM, EMBALADO EM MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO, O PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE	UF=01 UNIDADE	2.000.000

CONDIÇÕES DE ENTREGA

- a) Condições de Entrega:
Entrega semanais: 500.000 unidades até completar a totalidade de 2.000.000 unidades.
- b) Local de Entrega: Rua dos Italianos, 406 - Bom Retiro
Horário de Entrega: 08:00 as 17:00 horas
Agendamento: 3367-7931/32 com Jessica/Valéria.



15/04/2020

Detalhe do Catálogo de Materiais - BEC/SP

Fazenda e Planejamento

www.bec.sp.gov.br

15:30:00



Bolsa Eletrônica de Compras SP

Perguntas Frequentes

Fale Conosco

Mural	Legislação	Minutas Edital	Fornecedores	Catálogo	Comunicação	Manuais
-------	------------	----------------	--------------	----------	-------------	---------

15:30:00



3478122 - Avental Descartavel Em Nao Tecido (100% Polipropileno), Manga Longa, BEC

Informações Gerais Sobre o Item

Grupo 65 - Equipamentos e Artigos de Uso Medico, Odontologico e Hospitalar	Classe 6526 - Materiais de Uso Tecnico Hospitalar Com Notificacao/registro Na Anvisa do Produto	Material 21695 - Avental Descartavel	Elemento de Despesa 339030 - Material de Consumo	Natureza de Despesa 33903031 33903036
--	---	--	--	--

Especificação Técnica:

Avental Descartavel; Em Nao Tecido (100% Polipropileno), gramatura 30 a 40g/m², nao Esteril, para Uso Clinico e Laboratorial; Acabamento Em Overlock, Com Par de Filtros para Amarrar Nas Costas e No Pescoco; Manga Longa, Com Lastex No Punho; Decote Com Digo Sem Decote, Medindo Aproximadamente 1,20 x 1,40cm; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade do Produto; o Produto Devera Obedecer a Legislaçao Atual Vigente;

Unidades de Fornecimento:

Código	Descrição	Situação
31	Pacote 10 Unidade	Ativo

Indicadores:

Selecione a Unidade de Fornecimento: Pacote 10 Unidade ▼

2.325 Potenciais Fornecedores	R\$ 265,50 Valor Negociado	1 Ofertas de Compras negociadas
1 Fornecedor Vencedor		

* Fonte de Dados: Negociação BEC. (Período: De 15/10/2019 até 15/04/2020)

* Todos os valores contidos neste relatório são nominais.

https://www.bec.sp.gov.br/BEC_Catalogo_ui/CatalogDetalheNovo.aspx?chave=&cod_id=3478122&selo=0

SÃO PAULO

1/1



Autenticado com senha por FABIO FRANCISCO NASCIMENTO - 15/04/2020 às 16:19:16.
Documento Nº: 4309453-7908 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4309453-7908>



SESCAP2020207408A

SIGA

Ficha informativa

DECRETO Nº 64.879, DE 20 DE MARÇO DE 2020

Reconhece o estado de calamidade pública, decorrente da pandemia do COVID-19, que atinge o Estado de São Paulo, e dá providências correlatas

JOÃO DORIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, Considerando a Portaria MS nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, por meio da qual o Ministro de Estado da Saúde declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus; Considerando que a Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, dispõe sobre medidas para o enfrentamento da citada emergência de saúde pública de importância internacional; Considerando que a Câmara dos Deputados, em 18 de março de 2020, e o Senado Federal, na data de hoje, reconheceram a existência de calamidade pública para os fins do artigo 65 da Lei Complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000; Considerando a notória escala nacional do fenômeno objeto dos sobreditos atos legislativos e administrativos, Decreta:

Artigo 1º - Este decreto reconhece o estado de calamidade pública, decorrente da pandemia do COVID-19, que atinge o Estado de São Paulo, e dispõe sobre medidas adicionais para enfrentá-lo.

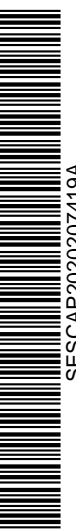
Artigo 2º - As Secretarias de Estado, a Procuradoria Geral do Estado e as autarquias do Estado, excetuados os órgãos e entidades relacionados no § 1º do artigo 1º do Decreto nº 64.864, de 16 de março de 2020, suspenderão, até 30 de abril de 2020, as atividades de natureza não essencial nos respectivos âmbitos, nos termos de atos próprios editados nessas mesmas esferas.

Parágrafo único - A suspensão de atividades a que alude o “caput” abrangerá, dentre outros:

1. parques estaduais;
2. cursos de qualificação - Programas de Qualificação Profissional e de Transferência de Renda Via Rápida e NOVOTEC;
3. atendimento presencial no POUPATEMPO - Centrais de Atendimento ao Cidadão, Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP e Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN-SP.

Artigo 3º - Como consequência do disposto no artigo 2º deste decreto, os servidores:

- I - responsáveis por atividades não essenciais e que não mais disponham de períodos de férias para gozo no exercício de 2020 ficarão à disposição da Administração, sob solicitação desta última pelos meios de comunicação disponíveis, observado o horário ordinário de sua jornada de trabalho;
- II - responsáveis por atividades essenciais as executarão de forma presencial ou mediante teletrabalho, nos termos de atos próprios editados nessas mesmas esferas.



Artigo 4º - Os atos próprios de que tratam os artigos 2º e 3º, inciso II, deste decreto deverão ser encaminhados, após sua edição, ao Comitê Administrativo Extraordinário COVID-19, de que trata o artigo 3º do Decreto nº 64.864, de 16 de março de 2020, para conhecimento e eventuais providências.

Artigo 5º - A fim de mitigar as consequências econômicas da pandemia a que alude o artigo 1º:

I - a Procuradoria Geral do Estado suspenderá, por 90 (noventa) dias, os atos destinados a levar a protesto débitos inscritos na dívida ativa;

II - os representantes da Fazenda do Estado adotarão as providências necessárias, observados os dispositivos legais e regulamentares, para que seja isento o pagamento de contas/faturas de água e esgoto vincendas de abril, maio e junho de 2020 relativas a usuários enquadrados na categoria residencial social, ficando suspensa, pelo mesmo período e para os mesmos beneficiários, a incidência dos artigos 18 e 19 do Regulamento a que se refere o Decreto nº 41.446, de 16 de dezembro de 1996.

Artigo 6º - O artigo 4º do Decreto nº 64.862, de 13 de março de 2020, passa a vigorar acrescido de inciso III, com a seguinte redação: "III - funcionamento de locais de culto e suas liturgias."

Artigo 7º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 20 de março de 2020

JOÃO DORIA

Gustavo Diniz Junqueira

Secretário de Agricultura e Abastecimento

Patrícia Ellen da Silva

Secretária de Desenvolvimento Econômico

Sergio Henrique Sá Leitão Filho

Secretário da Cultura e Economia Criativa

Rossieli Soares da Silva

Secretário da Educação

Henrique de Campos Meirelles

Secretário da Fazenda e Planejamento

Flavio Augusto Ayres Amary

Secretário da Habitação

João Octaviano Machado Neto

Secretário de Logística e Transportes

Paulo Dimas Debellis Mascaretti

Secretário da Justiça e Cidadania

Marcos Rodrigues Penido

Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente

Celia Kochen Parnes

Secretária de Desenvolvimento Social

Marco Antonio Scarasati Vinholi

Secretário de Desenvolvimento Regional

José Henrique Germann Ferreira

Secretário da Saúde

João Camilo Pires de Campos

Secretário da Segurança Pública

Nivaldo Cesar Restivo

Secretário da Administração Penitenciária

Alexandre Baldy de Sant'Anna Braga



Secretário dos Transportes Metropolitanos
Aildo Rodrigues Ferreira
Secretário de Esportes
Vinicius Rene Lummertz Silva
Secretário de Turismo
Celia Camargo Leão Edelmuth
Secretária dos Direitos da Pessoa com Deficiência
Julio Serson
Secretário de Relações Internacionais
Antonio Carlos Rizeque Malufe
Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil
Rodrigo Garcia
Secretário de Governo
Publicado na Secretaria de Governo, aos 20 de março de 2020.

DECRETO N° 64.879, DE 20 DE MARÇO DE 2020

Retificação do D.O. de 21.3.2020

No artigo 6º, leia-se como segue e não como constou:

Artigo 6º - O artigo 4º do Decreto nº 64.862, de 13 de março de 2020, passa a vigorar acrescido de inciso IV, com a seguinte redação:

“IV - funcionamento de locais de culto e suas liturgias.”



Diário Oficial

Estado de São Paulo João Doria - Governador

Poder
Executivo
seção I
Imprensa Oficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Palácio dos Bandeirantes • Av. Morumbi 4.500 • Morumbi • São Paulo • CEP 05650-000 • Tel. 2193-8000

Volume 130 • Número 70 • São Paulo, quinta-feira, 9 de abril de 2020

www.imprensaoficial.com.br

Decretos

DECRETO Nº 64.928,
DE 8 DE ABRIL DE 2020

Dispensa da observância do disposto no "caput" do artigo 2º do Decreto nº 32.117, de 10 de agosto de 1990, alterado pelo Decreto nº 43.914, de 26 de março de 1999, as aquisições de bens necessários ao enfrentamento da COVID-19 (Novo Coronavírus).

JOÃO DORIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1º - Enquanto perdurar o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto estadual nº 64.879, de 20 de março de 2020, ficam as aquisições de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da pandemia decorrente da COVID-19 (Novo Coronavírus) dispensadas da observância do disposto no "caput" do artigo 2º do Decreto nº 32.117, de 10 de agosto de 1990, alterado pelo Decreto nº 43.914, de 26 de março de 1999.

§ 1º - A dispensa prevista no "caput" deste artigo restringe-se às licitações e contratações diretas realizadas durante a vigência do estado de calamidade pública.

§ 2º - O pagamento das aquisições referidas no "caput" poderá ser efetuado à vista mediante assinatura do termo de contrato, com manifestação técnica específica e parecer do Gabinete do Procurador Geral do Estado para o caso concreto.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos às contratações diretas fundadas na dispensa de licitação prevista no artigo 4º da Lei federal nº 13.979, de 5 de fevereiro de 2020, com a redação que lhe foi dada pela Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020.

Palácio dos Bandeirantes, 8 de abril de 2020

JOÃO DORIA
GUSTAVO DINIZ JUNQUEIRA
Secretário de Agricultura e Abastecimento
PATRICIA ELLEN DA SILVA
Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Sergio Henrique Silvestro Filho
Secretário da Cultura e Economia Criativa
Roseli Soares da Silva
Secretaria da Educação
Henrique de Campos Meirelles
Secretário da Fazenda e Planejamento
Flávio Augusto Ayres Amary
Secretário da Habitação
João Octaviano Machado Neto
Secretário de Logística e Transportes
Paulo Dimas Dabelli Mascarenhas
Secretário da Justiça e Cidadania
Marcos Rodrigues Perito
Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente
Celso Kochen Rianes
Secretaria de Desenvolvimento Social
Marco Antonio Scarzatti Vinhal
Secretaria de Desenvolvimento Regional
José Henrique Germann Ferreira
Secretário da Saúde
João Camilo Pires de Campos
Secretário da Segurança Pública
Nivaldo Cesar Restivo
Secretaria da Administração Penitenciária
Alexandre Balby de Sant'Anna Braga
Secretário dos Transportes Metropolitanos
Aldio Rodrigues Ferreira
Secretário de Esportes
Vincius Rene Lummertz Silva
Secretário de Turismo
Celso Camargo Leão Edelmuhr
Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência
Julio Serson
Secretaria de Relações Internacionais
Antonio Carlos Rizeque Maluf
Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil

Rodrigio Garcia
Secretário de Governo
Publicado na Secretaria de Governo, aos 8 de abril de 2020.

DECRETO Nº 64.929,
DE 8 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre abertura de crédito suplementar ao Orçamento da Seguridade Social na Secretaria da Saúde, visando ao atendimento de Despesas Correntes e de Capital.

JOÃO DORIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 9º da Lei nº 17.244, de 10 de janeiro de 2020, considerando o reconhecimento, pelo Decreto nº 64.879, de 20 de março de 2020, do estado de calamidade pública decorrente da pandemia do COVID-19 que atinge o Estado de São Paulo, e considerando as providências com vistas ao cumprimento da Medida Cautelar na Ação Civil Originária 3.363, de 22 de março de 2020;

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito de R\$ 399.631.159,00 (trezentos e noventa e nove milhões, seiscentos e trinta e um mil, cento e cinquenta e nove reais), suplementar ao orçamento da Secretaria da Saúde, observando-se as classificações Institucional, Econômica, Funcional e Programática, conforme a Tabela 1, anexa.

Artigo 2º - O crédito aberto pelo artigo anterior será coberto com recursos a que alude o inciso III, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, de conformidade com a legislação discriminada na Tabela 3, anexa.

Artigo 3º - Fica alterada a Programação Orçamentária da Despesa do Estado, estabelecida pelo Anexo, de que trata o artigo 6º, do Decreto nº 64.748, de 17 de janeiro de 2020, de conformidade com a Tabela 2, anexa.

Artigo 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de abril de 2020.

Palácio dos Bandeirantes, 8 de abril de 2020

JOÃO DORIA
Henrique de Campos Meirelles
Secretário da Fazenda e Planejamento
Antonio Carlos Rizeque Maluf
Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil

Rodrigio Garcia
Secretário de Governo
Publicado na Secretaria de Governo, aos 8 de abril de 2020.

DECRETO Nº 64.930,
DE 8 DE ABRIL DE 2020

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pela Concessionária Viaquailista S.A., as áreas necessárias à implantação de uma praça de pedágio no Km 254+374m da Rodovia Engenheiro Tales de Lorenzini, no Município e Comarca de São Carlos, e tem linha de divisa que, partindo do ponto denominado 1, de coordenadas N=7583942.3519 e E=199362.0026, é constituída pelos elementos a seguir relacionados: segmento 1-2 - em linha reta com azimute 359°03'46" e distância de 046,54m; segmento 2-3 - em linha reta com azimute 122°06'08" e distância de 008,11m; segmento 3-4 - em linha reta com azimute 188°14'14" e distância de 042,65m, perfazendo uma área de 150,26m² (cento e cinquenta e oito metros quadrados e vinte e seis decímetros quadrados);

II - área 2 - conforme planta DE-SP0254318-254.255-029-002/001, a área, que consta pertencer a Valnei Donizete de Oliveira Martins, Alessandra Aparecida Pereira de Oliveira Martins, situa-se entre o Km 254+207,43m e o Km 254+580,41m da Rodovia SP-318, no Município e Comarca de São Carlos, e tem linha de divisa que, partindo do ponto denominado 1, de coordenadas N=7583942.3519 e E=199362.0026, é constituída pelos elementos a seguir relacionados: segmento 1-2 - em linha reta com azimute 302°06'08" e distância de 008,11m; segmento 2-3 - em linha reta com azimute 359°03'46" e distância de 043,90m; segmento 3-4 - em linha reta com azimute 356°58'29" e distância de 042,73m; segmento 4-5 - em linha reta com azimute 351°24'54" e distância de 026,75m; segmento 5-6 - em linha reta com azimute 357°45'59" e distância de 012,59m; segmento 6-7 - em linha reta com azimute 309°45'52" e distância de 025,65m; segmento 7-8 - em linha reta com azimute 008°40'16" e distância de 112,00m; segmento 8-9 - em linha reta com azimute 072°26'36" e distância de 033,34m; segmento 9-10 - em linha reta com azimute 018°16'12" e distância de 105,55m; segmento 10-1 - em linha reta com azimute 188°14'14" e distância de 372,08m, perfazendo uma área de 10.572,10 m² (dez mil, quinhentos e setenta e dois metros quadrados e dez decímetros quadrados).

Parágrafo único - A declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação, limitar-se-á às coordenadas geográficas descritas neste artigo e não abrange imóveis de propriedade de pessoas jurídicas de direito público.

Artigo 2º - Fica a Concessionária Viaquailista S.A. autorizada a invocar o caráter de urgência no processo judicial de desapropriação, para fins do disposto no artigo 15 do Decreto-Lei federal nº 2.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei federal nº 2.786, de 21 de maio de 1956, e pela Lei federal nº 11.977, de 7 de julho de 2009, devendo a carta de adjudicação ser expedida em nome do Departamento de Estradas de Rodagem - DER.

Artigo 3º - As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta de verba própria da Concessionária Viaquailista S.A.

Artigo 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 8 de abril de 2020

JOÃO DORIA
Antonio Carlos Rizeque Maluf
Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil

Rodrigio Garcia
Secretário de Governo
Publicado na Secretaria de Governo, aos 8 de abril de 2020.

DECRETO Nº 64.931,
DE 8 DE ABRIL DE 2020

Transfere, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para a Secretaria da Educação, a administração do imóvel que especifica

JOÃO DORIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e a vista da manifestação do Conselho do Patrimônio Imobiliário,

Decreta:

Artigo 1º - Fica transferida, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para a Secretaria da Educação, a administração do imóvel localizado na Rua Sergipe, nº 1.608, no Município de São Joaquim da Barra, cadastrado no SGI sob o nº 55.122, conforme identificado nos autos do Processo Digital SG-PRC-2019/01034.

Parágrafo único - O imóvel de que trata o "caput" deste artigo destinara-se à instalação da Diretoria de Ensino da Região de São Joaquim da Barra.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 8 de abril de 2020

JOÃO DORIA
Roseli Soares da Silva
Secretário da Educação
Antonio Carlos Rizeque Maluf
Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil

Rodrigio Garcia
Secretário de Governo
Publicado na Secretaria de Governo, aos 8 de abril de 2020.

DECRETO Nº 64.932,
DE 8 DE ABRIL DE 2020

Transfere, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para a Secretaria da Educação, a administração do imóvel que especifica

JOÃO DORIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e a vista da manifestação do Conselho do Patrimônio Imobiliário,

Decreta:

Artigo 1º - Fica transferida, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para a Secretaria da Educação, a administração do imóvel localizado na Rua Sergipe, nº 1.608, no Município de São Joaquim da Barra, cadastrado no SGI sob o nº 55.122, conforme identificado nos autos do Processo Digital SG-PRC-2019/01034.

Parágrafo único - O imóvel de que trata o "caput" deste artigo destinara-se à instalação da Diretoria de Ensino da Região de São Joaquim da Barra.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 8 de abril de 2020

JOÃO DORIA
Roseli Soares da Silva
Secretário da Educação
Antonio Carlos Rizeque Maluf
Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil

Rodrigio Garcia
Secretário de Governo
Publicado na Secretaria de Governo, aos 8 de abril de 2020.

DECRETO Nº 64.933,
DE 8 DE ABRIL DE 2020

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pela Concessionária Viaquailista S.A., as áreas necessárias à implantação de uma praça de pedágio no Km 254+374m da Rodovia Engenheiro Tales de Lorenzini, no Município e Comarca de São Carlos, e tem linha de divisa que, partindo do ponto denominado 1, de coordenadas N=7583942.3519 e E=199362.0026, é constituída pelos elementos a seguir descritos, pertencentes aos proprietários, a saber:

área 1 - conforme planta DE-SP0254318-254.255-029-002/001, a área, que consta pertencer à Ada de Fátima Fargoni Bergamasco, Benedito Reinaldo Bergamasco e/ou outros, situa-se entre o Km 254+165,77m e o Km 254+207,43m da Rodovia SP-318, no Município e Comarca de São Carlos, e tem linha de divisa que, partindo do ponto denominado 1, de coordenadas N=7583940.1332 e E=199355.8908,

área 2 - em linha reta com azimute 359°03'46" e distância de 046,54m; segmento 2-3 - em linha reta com azimute 122°06'08" e distância de 008,11m; segmento 3-4 - em linha reta com azimute 188°14'14" e distância de 042,65m, perfazendo uma área de 150,26m² (cento e cinquenta e oito metros quadrados e vinte e seis decímetros quadrados);

II - área 2 - conforme planta DE-SP0254318-254.255-029-002/001, a área, que consta pertencer a Valnei Donizete de Oliveira Martins, Alessandra Aparecida Pereira de Oliveira Martins, situa-se entre o Km 254+207,43m e o Km 254+580,41m da Rodovia SP-318, no Município e Comarca de São Carlos, e tem linha de divisa que, partindo do ponto denominado 1, de coordenadas N=7583942.3519 e E=199362.0026, é constituída pelos elementos a seguir relacionados: segmento 1-2 - em linha reta com azimute 302°06'08" e distância de 008,11m; segmento 2-3 - em linha reta com azimute 359°03'46" e distância de 043,90m; segmento 3-4 - em linha reta com azimute 356°58'29" e distância de 042,73m; segmento 4-5 - em linha reta com azimute 351°24'54" e distância de 026,75m; segmento 5-6 - em linha reta com azimute 357°45'59" e distância de 012,59m; segmento 6-7 - em linha reta com azimute 309°45'52" e distância de 025,65m; segmento 7-8 - em linha reta com azimute 008°40'16" e distância de 112,00m; segmento 8-9 - em linha reta com azimute 072°26'36" e distância de 033,34m; segmento 9-10 - em linha reta com azimute 018°16'12" e distância de 105,55m; segmento 10-1 - em linha reta com azimute 188°14'14" e distância de 372,08m, perfazendo uma área de 10.572,10 m² (dez mil, quinhentos e setenta e dois metros quadrados e dez decímetros quadrados).

Parágrafo único - A declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação, limitar-se-á às coordenadas geográficas descritas neste artigo e não abrange imóveis de propriedade de pessoas jurídicas de direito público.

Artigo 2º - Fica a Concessionária Viaquailista S.A. autorizada a invocar o caráter de urgência no processo judicial de desapropriação, para fins do disposto no artigo 15 do Decreto-Lei federal nº 2.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei federal nº 2.786, de 21 de maio de 1956, e pela Lei federal nº 11.977, de 7 de julho de 2009, devendo a carta de adjudicação ser expedida em nome do Departamento de Estradas de Rodagem - DER.

Artigo 3º - As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta de verba própria da Concessionária Viaquailista S.A.

Artigo 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 8 de abril de 2020

JOÃO DORIA
Roseli Soares da Silva
Secretário da Educação
Antonio Carlos Rizeque Maluf
Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil

Rodrigio Garcia
Secretário de Governo
Publicado na Secretaria de Governo, aos 8 de abril de 2020.

DECRETO Nº 64.934,
DE 8 DE ABRIL DE 2020

Transfere, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para a Secretaria da Educação, a administração do imóvel que especifica

JOÃO DORIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e a vista da manifestação do Conselho do Patrimônio Imobiliário,

Decreta:

Artigo 1º - Fica transferida, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para a Secretaria da Educação, a administração do imóvel localizado na Rua Sergipe, nº 1.608, no Município de São Joaquim da Barra, cadastrado no SGI sob o nº 55.122, conforme identificado nos autos do Processo Digital SG-PRC-2019/01034.

Parágrafo único - O imóvel de que trata o "caput" deste artigo destinara-se à instalação da Diretoria de Ensino da Região de São Joaquim da Barra.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 8 de abril de 2020

JOÃO DORIA
Roseli Soares da Silva
Secretário da Educação
Antonio Carlos Rizeque Maluf
Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil

Rodrigio Garcia
Secretário de Governo
Publicado na Secretaria de Governo, aos 8 de abril de 2020.

DECRETO Nº 64.935,
DE 8 DE ABRIL DE 2020

Transfere, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para a Secretaria da Educação, a administração do imóvel que especifica

JOÃO DORIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e a vista da manifestação do Conselho do Patrimônio Imobiliário,

Decreta:

Artigo 1º - Fica transferida, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para a Secretaria da Educação, a administração do imóvel localizado na Rua Sergipe, nº 1.608, no Município de São Joaquim da Barra, cadastrado no SGI sob o nº 55.122, conforme identificado nos autos do Processo Digital SG-PRC-2019/01034.

Parágrafo único - O imóvel de que se refere o "caput" deste artigo destinara-se à instalação de unidades da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - Fundação CASA-SP.

Artigo 2º - A permissão de uso de que trata este decreto será efetivada por meio de termo a ser lavrado pela unidade competente da Procuradoria Geral do Estado, do qual deverão constar todas as condições impostas pela permissão.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 8 de abril de 2020

JOÃO DORIA
Henrique de Campos Meirelles
Secretário da Fazenda e Planejamento
Antonio Carlos Rizeque Maluf
Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil

Rodrigio Garcia
Secretário de Governo
Publicado na Secretaria de Governo, aos 8 de abril de 2020.

DECRETO Nº 64.936,
DE 8 DE ABRIL DE 2020

Autoriza a Fazenda do Estado a permitir o uso, a título precário e gratuito e por prazo indeterminado, em favor do Município de Cândido Mota, do imóvel que especifica, e dá providências correlatas

JOÃO DORIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e a vista da manifestação do Conselho do Patrimônio Imobiliário,

Decreta:

Artigo 1º - Fica a Fazenda do Estado autorizada a permitir o uso, a título precário e gratuito e por prazo indeterminado, em favor do Município de Cândido Mota, do imóvel localizado na Rua Ângelo Pipilo, nº 1.150, naquele Município, cadastrado no SGI sob o nº 24.455, conforme descrito e identificado nos autos do Processo CG-985.215/2018.

Parágrafo único - O imóvel a que alude o "caput" deste artigo destinara-se à instalação de unidades da Secretaria de Assistência Social do Município de Cândido Mota.

Artigo 2º - A permissão de uso de que trata este decreto será efetivada por meio de termo a ser lavrado pela unidade competente da Procuradoria Geral do Estado, dele devendo constar as condições impostas pela permissão.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 8 de abril de 2020

JOÃO DORIA
Antonio Carlos Rizeque Maluf
Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil

Rodrigio Garcia
Secretário de Governo
Publicado na Secretaria de Governo, aos 8 de abril de 2020.

DECRETO Nº 64.937,
DE 8 DE ABRIL DE 2020

Autoriza a Fazenda do Estado a permitir o uso, a título precário e gratuito e por prazo indeterminado, em favor do Município de Cândido Mota, do imóvel que especifica, e dá providências correlatas

JOÃO DORIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e a vista da manifestação do Conselho do Patrimônio Imobiliário,

Decreta:

Artigo 1º - Fica a Fazenda do Estado autorizada a permitir o uso, a título precário e gratuito e por prazo indeterminado, em favor do Município de Cândido Mota, do imóvel localizado na Rua Ângelo Pipilo, nº 1.150, naquele Município, cadastrado no SGI sob o nº 24.455, conforme descrito e identificado nos autos do Processo CG-985.215/2018.

Parágrafo único - O imóvel a que alude o "caput" deste artigo destinara-se à instalação de unidades da Secretaria de Assistência Social do Município de Cândido Mota.

Artigo 2º - A permissão de uso de que trata este decreto será efetivada por meio de termo a ser lavrado pela unidade competente da Procuradoria Geral do Estado, dele devendo constar as condições impostas pela permissão.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 8 de abril de 2020

JOÃO DORIA
Antonio Carlos Rizeque Maluf
Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil

Rodrigio Garcia
Secretário de Governo
Publicado na Secretaria de Governo, aos 8 de abril de 2020.

DECRETO Nº 64.938,
DE 8 DE ABRIL DE 2020

Autoriza a Fazenda do Estado a permitir o uso, a título precário e gratuito e por prazo indeterminado, em favor do Município de Cândido Mota, do imóvel que especifica, e dá providências correlatas

JOÃO DORIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e a vista da manifestação do Conselho do Patrimônio Imobiliário,

Decreta:

Artigo 1º - Fica a Fazenda do Estado autorizada a permitir o uso, a título precário e gratuito e por prazo indeterminado, em favor do Município de Cândido Mota, do imóvel localizado na Rua Ângelo Pipilo, nº 1.150, naquele Município, cadastrado no SGI sob o nº 24.455, conforme descrito e identificado nos autos do Processo CG-985.215/2018.

Parágrafo único - O imóvel a que alude o "caput" deste artigo destinara-se à instalação de unidades da Secretaria de Assistência Social do Município de Cândido Mota.

Artigo 2º - A permissão de uso de que trata este decreto será efetivada por meio de termo a ser lavrado pela unidade competente da Procuradoria Geral do Estado, dele devendo constar as condições impostas pela permissão.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 8 de abril de 2020

JOÃO DORIA
Antonio Carlos Rizeque Maluf
Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil

Rodrigio Garcia
Secretário de Governo
Publicado na Secretaria de Governo, aos 8 de abril de 2020.

DECRETO Nº 64.939,
DE 8 DE ABRIL DE 2020

Autoriza a Fazenda do Estado a permitir o uso, a título precário e gratuito e por prazo indeterminado, em favor do Município de Cândido Mota, do imóvel que especifica, e dá providências correlatas

JOÃO DORIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e a vista da manifestação do Conselho do Patrimônio Imobiliário,

Decreta:

Artigo 1º - Fica a Fazenda do Estado autorizada a permitir o uso, a título precário e gratuito e por prazo indeterminado, em favor do Município de Cândido Mota, do imóvel localizado na Rua Ângelo Pipilo, nº 1.150, naquele Município, cadastrado no SGI sob o nº 24.455, conforme descrito e identificado nos autos do Processo CG-985.215/2018.

Parágrafo único - O imóvel a que alude o "caput" deste artigo destinara-se à instalação de unidades da Secretaria de Assistência Social do Município de Cândido Mota.

Artigo 2º - A permissão de uso de que trata este decreto será efetivada por meio de termo a ser lavrado pela unidade competente da Procuradoria Geral do Estado, dele devendo constar as condições impostas pela permissão.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 8 de abril de 2020

JOÃO DORIA
Antonio Carlos Rizeque Maluf
Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil

Rodrigio Garcia
Secretário de Governo
Publicado na Secretaria de Governo, aos 8 de abril de 2020.

DECRETO Nº 64.940,
DE 8 DE ABRIL DE 2020

Autoriza a Fazenda do Estado a permitir o uso, a título precário e gratuito e por prazo indeterminado, em favor do Município de Cândido Mota, do imóvel que especifica, e dá providências correlatas

JOÃO DORIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e a vista da manifestação do Conselho do Patrimônio Imobiliário,

Decreta:

Artigo 1º - Fica a Fazenda do Estado autorizada a permitir o uso, a título precário e gratuito e por prazo indeterminado, em favor do Município de Cândido Mota, do imóvel localizado na Rua Ângelo Pipilo, nº

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 12/03/2020 | Edição: 49 | Seção: 1 | Página: 185
Órgão: Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 356, DE 11 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

Considerando a Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV), resolve:

Art. 1º Esta Portaria regulamenta o disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional em decorrência da Infecção Humana pelo coronavírus (COVID-19).

Art. 2º Para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância nacional e internacional, decorrente do coronavírus (COVID-19), poderão ser adotadas as medidas de saúde para resposta à emergência de saúde pública previstas no art. 3º da Lei nº 13.979, de 2020.

Art. 3º A medida de isolamento objetiva a separação de pessoas sintomáticas ou assintomáticas, em investigação clínica e laboratorial, de maneira a evitar a propagação da infecção e transmissão local.

§ 1º A medida de isolamento somente poderá ser determinada por prescrição médica ou por recomendação do agente de vigilância epidemiológica, por um prazo máximo de 14 (quatorze) dias, podendo se estender por até igual período, conforme resultado laboratorial que comprove o risco de transmissão.

§ 2º A medida de isolamento prescrita por ato médico deverá ser efetuada, preferencialmente, em domicílio, podendo ser feito em hospitais públicos ou privados, conforme recomendação médica, a depender do estado clínico do paciente.

§ 3º Não será indicada medida de isolamento quando o diagnóstico laboratorial for negativo para o SARS-CoV-2.

§ 4º A determinação da medida de isolamento por prescrição médica deverá ser acompanhada do termo de consentimento livre e esclarecido do paciente, conforme modelo estabelecido no Anexo I.

§ 5º A medida de isolamento por recomendação do agente de vigilância epidemiológica ocorrerá no curso da investigação epidemiológica e abrangerá somente os casos de contactantes próximos a pessoas sintomáticas ou portadoras assintomáticas, e deverá ocorrer em domicílio.

§ 6º Nas unidades da federação em que não houver agente de vigilância epidemiológica, a medida de que trata o § 5º será adotada pelo Secretário de Saúde da respectiva unidade.

§ 7º A medida de isolamento por recomendação será feita por meio de notificação expressa à pessoa contactante, devidamente fundamentada, observado o modelo previsto no Anexo II.

Art. 4º A medida de quarentena tem como objetivo garantir a manutenção dos serviços de saúde em local certo e determinado.



§ 1º A medida de quarentena será determinada mediante ato administrativo formal e devidamente motivado e deverá ser editada por Secretário de Saúde do Estado, do Município, do Distrito Federal ou Ministro de Estado da Saúde ou superiores em cada nível de gestão, publicada no Diário Oficial e amplamente divulgada pelos meios de comunicação.

§ 2º A medida de quarentena será adotada pelo prazo de até 40 (quarenta) dias, podendo se estender pelo tempo necessário para reduzir a transmissão comunitária e garantir a manutenção dos serviços de saúde no território.

§ 3º A extensão do prazo da quarentena de que trata o § 2º dependerá de prévia avaliação do Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE-nCoV) previsto na Portaria nº 188/GM/MS, de 3 de fevereiro de 2020.

§ 4º A medida de quarentena não poderá ser determinada ou mantida após o encerramento da Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional.

Art. 5º O descumprimento das medidas de isolamento e quarentena previstas nesta Portaria acarretará a responsabilização, nos termos previstos em lei.

Parágrafo único. Caberá médico ou agente de vigilância epidemiológica informar à autoridade policial e Ministério Público sobre o descumprimento de que trata o caput.

Art. 6º As medidas de realização compulsória no inciso III do art. 3º da Lei nº 13.979, de 2020, serão indicadas mediante ato médico ou por profissional de saúde.

Parágrafo único. Não depende de indicação médica ou de profissional de saúde as medidas previstas nas alíneas "c" e "d" do inciso III do art. 3º da Lei nº 13.979, de 2020.

Art. 7º A medida de requisição de bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus Covid-19 será determinada pela autoridade competente da esfera administrativa correspondente, assegurado o direito à justa indenização.

Art. 8º O laboratório público ou privado que, pela primeira vez, confirmar a doença, adotando o exame específico para SARS-CoV2 (RT-PCR, pelo protocolo Charité), deverá passar por validação por um dos três laboratórios de referência nacional:

I - Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz/RJ);

II - Instituto Evandro Chagas da Secretaria de Vigilância em Saúde (IEC/SVS) no Estado do Pará;
ou

III - Instituto Adolfo Lutz da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo.

§ 1º Na hipótese prevista no caput, o laboratório deverá encaminhar alíquota da amostra para o Banco Nacional de Amostras de Coronavírus, para investigação do perfil viral do coronavírus (COVID-19) no território nacional, por meio de um dos três laboratórios previstos no caput.

§ 2º Após a validação da qualidade, o laboratório de que trata o caput passará a integrar a Rede Nacional de Alerta e Resposta às Emergências em Saúde Pública (REDE CIEVS).

§ 3º O fluxo de amostras laboratoriais deverá observar os protocolos estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

§ 4º A realização de exame laboratorial, coleta de amostras e demais testes necessários para identificação do coronavírus (COVID-19), bem como as medidas de biossegurança devem observar as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde.

Art. 9º A autoridade de saúde local deverá, no âmbito de suas competências, acompanhar as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) previstas no art. 3º da Lei nº 13.979, de 2020.

Art. 10. Para a aplicação das medidas de isolamento e quarentena deverão ser observados os protocolos clínicos do coronavírus (COVID-19) e as diretrizes estabelecidas no Plano Nacional de Contingência Nacional para Infecção Humana novo Coronavírus (Convid-19), disponíveis no sítio eletrônico do Ministério da Saúde, com a finalidade de garantir a execução das medidas profiláticas e o tratamento necessário.

Art. 11. As condições para a realização das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública estão previstas no Boletim Epidemiológico e Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19).



Parágrafo único. O Boletim Epidemiológico será atualizado semanalmente ou sempre que necessário e disponibilizado no sítio eletrônico do Ministério da Saúde: <https://www.saude.gov.br/vigilancia-em-saude>.

Art. 12. O encerramento da aplicação das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional em decorrência da infecção humana pelo coronavírus (COVID-

19) fica condicionada à situação de Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional, declarada por meio da Portaria nº 188/GM/MS, de 3 de fevereiro de 2020.

Parágrafo único. O encerramento da emergência de saúde pública de importância nacional está condicionada a avaliação de risco realizada pela Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde.

Art. 13. O Ministério da Saúde manterá dados públicos e atualizados sobre os casos confirmados, suspeitos e em investigação, relativos à situação de emergência pública sanitária, resguardando o direito ao sigilo das informações pessoais.

Art. 14. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

ANEXO I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, RG nº _____, CPF nº _____, declaro que fui devidamente informado(a) pelo médico(a) Dr.(a) _____ sobre a necessidade de _____ (isolamento ou quarentena) a que devo ser submetido, com data de início _____, previsão de término _____, local de cumprimento da medida _____, bem como as possíveis consequências da sua não realização.

☐ Paciente ☐ Responsável

Nome: _____ Grau de Parentesco: _____

Assinatura: _____ Identidade Nº: _____

Data: ____/____/____ Hora: ____: ____

Deve ser preenchido pelo médico

Expliquei o funcionamento da medida de saúde pública a que o paciente acima referido está sujeito, ao próprio paciente e/ou seu responsável, sobre riscos do não atendimento da medida, tendo respondido às perguntas formuladas pelos mesmos. De acordo com o meu entendimento, o paciente e/ou seu responsável, está em condições de compreender o que lhes foi informado. Deverão ser seguidas as seguintes orientações:

Nome do médico: _____

Assinatura _____

CRM _____

ANEXO II

NOTIFICAÇÃO DE ISOLAMENTO

O(A) Senhor(a) está sendo notificado sobre a necessidade de adoção de medida sanitária de isolamento. Essa medida é necessária, pois visa a prevenir a dispersão do vírus Covid-19.

Data de início:

Previsão de término:

Fundamentação:

Local de cumprimento da medida (domicílio):

Local: _____ Data: ____/____/____ Hora: ____: ____

Nome do profissional da vigilância epidemiológica: _____

Assinatura _____ Matrícula: _____



Eu, _____, documento de identidade ou passaporte
_____ declaro que fui devidamente informado(a) pelo agente da vigilância epidemiológica
acima identificado sobre a necessidade de isolamento a que devo ser submetido, bem como as possíveis
consequências da sua não realização.

Local: _____ Data: ____/____/____ Hora: ____:____

Assinatura da pessoa notificada: _____

Ou

Nome e assinatura do responsável legal: _____

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.




JORNAL NACIONAL

OMS classifica situação do novo coronavírus como pandemia

Segundo a Organização Mundial da Saúde, 118 mil casos foram confirmados em 114 países. A última vez que a OMS declarou uma pandemia foi em 2009, com a gripe suína H1N1.

Por Jornal Nacional

11/03/2020 20h13 · Atualizado há 13 horas

 OMS classifica situação do novo coronavírus como pandemia

OMS classifica situação do novo coronavírus como pandemia

A Organização Mundial da Saúde classificou a disseminação da doença causada pelo novo coronavírus como uma pandemia. O diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom, esclareceu que, na prática, nada muda.



“A descrição da situação como uma pandemia não altera a avaliação da ameaça representada pelo novo coronavírus. Não muda o que a OMS está fazendo, nem o que os países devem fazer”, explicou.

O problema, segundo Tedros Adhanom, é que muitos países não têm seguido as orientações para tomar ações urgentes e agressivas. É isso que precisa mudar.

Tire suas dúvidas sobre a Covid-19

Pandemia, segundo a definição da própria OMS, é quando há uma disseminação mundial de uma nova doença. A organização vinha evitando a classificar a Covid-19 dessa forma e continuava considerando a situação como uma epidemia, que é quando a doença se espalha por uma comunidade ou uma região específica.

Para justificar a classificação de pandemia, o diretor-geral ressaltou que, nas últimas duas semanas, o número de casos da Covid-19 fora da China aumentou 13 vezes e o número de países afetados triplicou. A previsão é de mais crescimento.

Mas Tedros Adhanom fez questão de frisar que isso não significa que a situação esteja fora de controle. Ele disse que pandemia “é uma palavra que, se mal utilizada, pode causar medo irracional ou aceitação injustificada de que a luta acabou”.

De acordo com os dados da OMS, 118 mil casos foram confirmados em 114 países. O chefe da organização, no entanto, destacou que mais de 90% desses casos estão em apenas quatro países: China, Coreia do Sul, Irã e Itália. E segundo ele, vários países já demonstraram que é possível controlar a doença.

A última vez que a OMS declarou uma pandemia foi em 2009, durante o surto da gripe suína H1N1.





JAMIL CHADE

OMS classifica coronavírus como pandemia e cobra ação de governos



Jamil Chade
Colunista do UOL
11/03/2020 13h27



A Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou hoje (11) o coronavírus como uma pandemia, num reconhecimento de que a mera estratégia de conter a proliferação da doença já não seria suficiente. A classificação significa que uma transmissão recorrente está ocorrendo em diferentes partes do mundo e de forma simultânea.

Na prática, ao anunciar a pandemia, a agência de saúde indica que governos devem trabalhar não mais para apenas conter um caso. Mas atuar também para atender uma parcela da população mais ampla e vulnerável. Estratégias direcionadas apenas para identificar casos e isolar pessoas precisam ser trocadas por um plano sanitário que evite mortes e que atue para toda a população.

RELACIONADAS

Topo

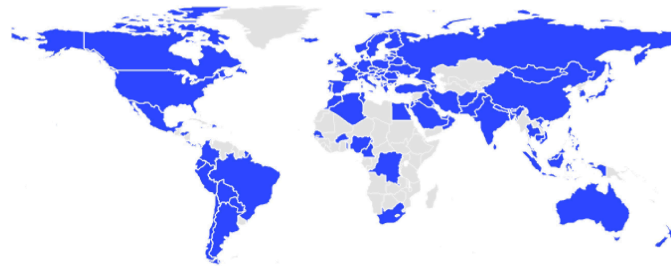


SESCAP2020207424A

A mudança no status não significa que a taxa de letalidade tenha sido incrementada e nem que as orientações da agência serão modificadas. Mas é um chamado da OMS apela para que governos adotem medidas mais duras e agressivas.

Segundo a entidade, nas últimas duas semanas, o número de casos fora da China cresceu 13 vezes e o número de países afetados triplicou. Em apenas uma semana, o número de países afetados passou de 45 para 114. O Brasil **tem ao menos 35 casos confirmados**.

Onde há casos confirmados de coronavírus



África do Sul
Alemanha
Andorra
Arábia Saudita
Argélia
Argentina
Armênia
Austrália
Áustria
Azerbaijão
Bahrein
Belarus
Bélgica
Bolívia
Bósnia e Herzegovina

Atualizado às 8h de 11 de março

Até o mês de fevereiro, a entidade insistia que a proliferação em grande escala apenas estava sendo registrada em cidades chinesas, com o casos fora do país asiático ainda podendo ser contidos. Isso, em termos técnicos, não representaria uma pandemia e, portanto, a entidade resistia em passar para um nível superior de alerta.

Mas, nos últimos dias, a agência com sede em Genebra já vinha alertando que a capacidade de sistemas de saúde em frear o surto estava se esgotando. O risco global foi elevado na semana passada para "muito elevado" e preparações para uma nova fase começaram a

>
Topo



ser feitas. Ainda assim, a entidade passou a ser questionada por seu comportamento.

Enquanto Tedros Ghebreyesus, diretor-geral da OMS, fazia o anúncio na sala de operações da entidade, telões pelas paredes mostravam a dimensão do surto pelo mundo. 118 mil casos confirmados e mais de 4,2 mil mortes.

Desse total, mais de 80 mil casos estão na China. Mas a alta no número de casos na Itália, Irã e Coreia do Sul e a expansão para novas regiões transformaram a maneira pela qual a OMS reage à situação.

A agência prevê que o mundo verá um aumento no número de casos nos próximos dias. Mas Tedros insistiu que essa é a primeira pandemia que pode ser contida.

Falta de Ação

De fato, um dos objetivos da OMS com a declaração é a de conscientizar governos a agir, enquanto a entidade insiste que muitos continuam sem entender a dimensão do problema.

Tedros, pedindo calma e solidariedade internacional, deixou claro que o uso da palavra "pandemia" deve ser usada com "cuidado" e ciente do que isso pode representar. Mas alertou que estava preocupado com a negligência de parte da comunidade internacional.

Para o diretor, existe ainda um "nível alarmante de falta de ação" por parte de alguns governos. A OMS se diz preocupada com a falta de medidas para detectar casos e critérios para aceitar pacientes.

A entidade também alerta que existem governos que "não estão comunicando bem com suas populações". No Brasil, o presidente [Jair Bolsonaro](#) chamou a situação de "pequena crise" e elementos de "mais fantasia".

"Uma epidemia é um teste de confiança entre populações e governos e teste de resistência", declarou Michael Ryan, diretor de operação da OMS.

Topo



A decisão, segundo fontes na OMS, exigiu um amplo debate interno e com consultores, justamente diante do risco que a declaração poderia gerar.

"Não podemos cometer um erro agora", disse Tedros. "Falar que é pandemia não significa que devemos sair da estratégia de contenção para mitigação. Não estamos falando disso. Mas sim uma estratégia completa e que contenção deve ser o pilar central", insistiu.

A preocupação principal da OMS é de que, ao declarar a pandemia, governos abandonem o esforço de contenção. "90% dos 118 mil casos estão em apenas quatro países", disse. "Seria um erro abandonar a contenção. Neste momento, 81 países ainda não têm casos e devem fazer de tudo para impedir que o vírus chegue. 57 países têm menos de dez casos. Eles podem cortar. Esse é o primeiro coronavírus a ser uma pandemia. Mas é o primeiro que poderá ser controlado", indicou.

Michael Ryan deixou claro que o momento é de ação. "Esse é um alerta para todos os governos do planeta", disse. "Acordem. O vírus pode estar a caminho", insistiu.

Segundo ele, cada governo agora deve decidir de fechar escolas ou não e que tipo de decisões tomar. Mas o especialista apela: "não usem essa declaração para justificar um abandono da estratégia de contenção. Não é uma desculpa para desistir. Ainda podemos parar isso", insistiu.

Ryan acredita que governos precisam rever suas estratégias a partir de agora e estabelecer suas prioridades. "Nada disso vai mudar o que fazemos. Apenas pedimos medidas mais agressivas e duras", insistiu.

Uma das questões centrais é o impacto de um número elevado de casos sobre sistemas de saúde já frágeis. "Governos precisam avaliar se vão aceitar que a doença vai se proliferar e apenas focar em reduzir fatalidades", disse.

Um exemplo usado por Ryan é o da Itália, onde 900 pessoas em UTI, colocando serviços em ponto de ruptura. "Esse não é mais uma questão apenas para o ministério da Saúde. Mas para sociedades inteiras", completou.

**** Este texto não reflete, necessariamente, a opinião do UOL**

COMUNICAR ERRO

NEWSLETTERS | **UOL** RESUMO DO DIA

Para começar e terminar o dia bem informado.

Preencha seu email

CADASTRAR

VEJA TAMBÉM

Topo





OMS declara pandemia de novo coronavírus



11/03/2020 18h42

Genebra, 11 (EFE).- A Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou nesta quarta-feira que o coronavírus causador da doença Covid-19 já pode ser definido como uma "pandemia", após o número de casos fora da China ter se multiplicado por 13 em duas semanas e o de países afetados ter triplicado no mesmo período.

"A OMS estima que a Covid-19 pode ser caracterizada como uma pandemia", declarou o diretor-general da entidade, Tedros Adhanom Ghebreyesus, em entrevista coletiva.

"Podemos esperar que os números de casos, de mortes e de países afetados aumente (nos próximos dias)", acrescentou o médico etíope.

O principal diretor da OMS explicou que a nova definição da Covid-19 como pandemia "não mudará" o que a entidade está fazendo "e o que os países devem fazer", em relação aos esforços para concentrar as estratégias mais na contenção para evitar novos casos do que na mitigação dos casos existentes.

"Essa pandemia não é apenas uma crise de saúde pública, ela afeta todos os setores, e todos os governos e sociedades devem estar envolvidos na luta", disse Adhanom.

Segundo o diretor da OMS para Emergências Sanitárias, Mike Ryan, considerar o coronavírus uma pandemia foi uma decisão tomada após longas horas de estudo com especialistas dentro e fora da organização e "deve estimular que sejam tomadas ações mais agressivas e intensas".

↑
TOPO





PROPOSTA COMERCIAL

1. Produto

Avental Descartável Hidrofóbico confeccionado 100% em TNT com gramatura de 40g/m² na cor Azul Royal, Tamanho Grande (130x160cm) Observação: Produto não estéril e de uso único.



*Imagem meramente ilustrativa

2. Valor e prazos:

O valor unitário do produto é de R\$14,00.

A proposta prevê compras mensais de 2.000.000 (dois milhões) de unidades, com entregas semanais de 500.000 unidades.

O prazo de pagamento é de 3 dias após a entrega do material. O pagamento é correspondente com a quantidade entregue efetivamente.

Local da Entrega: Bom Retiro, SP.

*Produto Dispensado De Registro Na Anvisa De Acordo Com A Resolução - RDC Nº 356, De 23 De Março De 2020. Produto Destinado Ao Combate Do Covid-19.

Ortomedical Comercio Atacadista De Materiais Medicos Hospitalares Eireli – Epp
CNPJ 09.557.129/0001-70
Rua Domingos André Zanini, 277 Sala 511 – Centro Empresarial Terra Firme
Campinas – São José – SC – CEP 88.117-9
Telefone: (48) 3380-9170





Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Saúde
Coordenadoria Geral de Administração - Núcleo de Compras
SECRETARIA DA SAÚDE

Informação

Interessado: Coordenadoria Geral de Administração

Assunto: Aquisição de aventais de proteção visando o atendimento para enfrentamento calamidade pública decorrente do coronavírus (COVID-19)

Número de referência: INFORMAÇÃO Nº 874/2020

Trata o presente de aquisição de aventais de proteção para atender o enfrentamento de calamidade pública decorrente do coronavírus (COVID-19), conforme Ofício CRP 149/2020, às fls. 02 e Termo de Referência, às fls. 03.

Considerando a proposta da empresa **ORTOMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES EIRELI - EPP**, às fls. 20, propomos o envio dos autos ao Senhor Coordenador da CGA para, se de acordo, encaminhá-lo ao **Grupo de Controle Financeiro da CGOF** para fins da **efetiva reserva de recursos orçamentários** para o atendimento da despesa, conforme valores abaixo descritos, por meio de **Dispensa de Licitação**, com fundamento no inciso IV do art. 24 da Lei Federal 8666/93 e atualizações posteriores, natureza de despesa: 339030.

- **R\$ 28.000.000,00** (vinte e oito milhões de reais), **valor total da aquisição.**

São Paulo, 15 de abril de 2020.

RITA DE CASSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO
Diretor Técnico II
Coordenadoria Geral de Administração - Núcleo de Compras





Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Saúde
Coordenadoria Geral de Administração - Gabinete do Coordenador
SECRETARIA DA SAÚDE

Despacho

Interessado: Coordenadoria Geral de Administração

Assunto: Aquisição de aventais de proteção visando o atendimento para enfrentamento calamidade pública decorrente do coronavírus (COVID-19)

Número de referência: DESPACHO CGA Nº 892/2020

De acordo.

Encaminhe-se ao **Grupo de Controle Financeiro da CGOF** para fins de reserva no valor indicado, devendo onerar a **UGE 090102, retornando, com urgência** ao **Núcleo de Compras** para prosseguimento.

São Paulo, 15 de abril de 2020.

Adhemar Dizioli Fernandes
COORDENADOR
Coordenadoria Geral de Administração - Gabinete do Coordenador





Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Saúde
CGOF / GRUPO DE CONTROLE FINANCEIRO
SECRETARIA DA SAÚDE

Informação

Interessado: Coordenadoria Geral de Administração - CGA

Assunto: AQUISIÇÃO DE AVENTAIS DE PROTEÇÃO PARA O ATENDIMENTO DO ENFRENTAMENTO DO COVID19

Número de referência: SES-PRC-2020/17051

Atendendo a solicitação, reservamos o recurso orçamentário conforme informação

UGE	090102	Coordenadoria Geral de Administração
PROCESSO	0202017251	Nº RESERVA ----->
FONTE	005.001.133 - Fundes/Tesouro	ND - DESPESA PTRES FUI
MODALIDADE	Dispensa de Licitação	339030 90111
VALOR	R\$ 28.000.000,00	

(vinte e oito milhões de reais)

atendendo quatro bases, de acordo com disponibilidade orçamentária e sofrendo impacto orçamentário financeiro no exercício corrente.

Informamos, também, a existência de adequação orçamentária e financeira com o Orçamento Anual, estando compatível com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Ao Ordenador da Despesa para ciência e manifestação.

__ SIAFEM2020-EXEORC,CONSULTAS,CONNR (CONSULTA NOTA DE RESERVA)

CONSULTA EM 22/04/2020 AS 12:18 USUARIO : ROCHA
DATA EMISSAO : 22ABR2020 NUMERO : 2020NR00540
UNIDADE GESTORA : 090102 COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
EVENTO : 201100 PTRES : 090111 PROCESSO : 2020/17251
DATA LANC.: 22ABR2020
PROGRAMA DE FONTE NATUREZA PLANO
UO TRABALHO RECURSO DESPESA UGR INTERNO VALOR
09001 10302093048500000 005001133 339030 090010 28.000.000,00
----- CRONOGRAMA DA COTA -----
MES VALOR MES VALOR
04 28.000.000,00

Classif. documental 004.01.04.002





Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Saúde
CGOF / GRUPO DE CONTROLE FINANCEIRO
SECRETARIA DA SAÚDE

RESERVA PARA ATENDER AVENTAIS DE PROTEÇÃO
PARA O ENFRENTAMENTO DO PLANO DE CONTINGENCIA DO COVID19

LANCADO POR : SILVIA MARIA ROCHA - 090010 EM 22ABR2020 AS 11:54 HS

São Paulo, 22 de abril de 2020.

ROSANA MARQUES DE OLIVEIRA
Diretor Técnico III
CGOF / GRUPO DE CONTROLE FINANCEIRO





Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Saúde
Coordenadoria Geral de Administração - Gabinete do Coordenador
SECRETARIA DA SAÚDE

Despacho

Interessado: Coordenadoria Geral de Administração - CGA

Assunto: AQUISIÇÃO DE AVENTAIS DE PROTEÇÃO PARA O ATENDIMENTO DO ENFRENTAMENTO DO COVID19

Número de referência: SES-PRC-2020/17251

À vista da informação do GCF, declaro que a referida despesa encontra-se em confo com os Artigos: 15, 16 e 17 da Lei Complementar: 101 de 04 de maio de 2000 - Lei de Respons Fiscal e que possui adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual, o Plano F e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Restitua-se ao Núcleo de Compras/CGA para prosseguimento

São Paulo, 22 de abril de 2020.

Adhemar Dizioli Fernandes
COORDENADOR
Coordenadoria Geral de Administração - Gabinete do Coordenador





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

PROCESSO: 2020/11471

INTERESSADO: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

PARECER: REFERENCIAL CJ/SS n.º 8/2020

EMENTA: PARECER REFERENCIAL. LICITAÇÃO. DISPENSA. Hipóteses de aquisição direta, em caráter emergencial, em razão da urgência da situação que ora se afigura, ante a pandemia de COVID19, causado pelo novo Coronavírus (artigo 24, inciso IV, da Lei federal nº 8.666/93). Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Dispensa de envio dos autos à Consultoria Jurídica nos casos em que se verifique a identidade dos pressupostos fáticos e jurídicos. Possibilidade de orientação jurídica uniforme nos casos que dependam de mera conferência de dados e/ou documentos que instruem os autos. Necessidade de instrução dos autos com detalhada justificativa formal. Atenção à necessidade de observância do teor do artigo 26 da Lei federal nº 8.666/93. Proposta de encaminhamento dos autos à Chefia de Gabinete para conhecimento da Administração e aplicação das orientações aqui inseridas aos casos idênticos e conferência dos processos em curso.

Senhora Procuradora do Estado Chefe da Consultoria Jurídica,

1. Cuida-se de proposta de adoção de parecer referencial, nos termos da Resolução PGE nº 29, de 23 de dezembro de 2015¹, com o objetivo de traçar orientação jurídica uniforme em hipóteses de **aquisição direta por dispensa de licitação**, em **caráter emergencial**, em razão da urgência da situação que ora se afigura, ante a pandemia de COVID19, causado pelo novo **Coronavírus**, com fundamento no **artigo 24, inciso IV**, da Lei federal nº 8.666/93.

¹ “Artigo 1º - Fica admitida a elaboração de Parecer Referencial, a critério da chefia da Consultoria Jurídica, quando houver processos e expedientes administrativos com os mesmos pressupostos fáticos e jurídicos, para os quais seja possível estabelecer orientação jurídica uniforme, cuja observância dependa de mera conferência de dados e/ou documentos constantes dos autos.

§1º - Considera-se Parecer Referencial a peça jurídica voltada a orientar a Administração em processos e expedientes administrativos que tratam de situação idêntica ou paradigma, sob o ponto de vista das orientações jurídicas ali traçadas.

§2º - A juntada de cópia do Parecer Referencial em processo ou expediente administrativo dispensa a análise individualizada pelas Consultorias Jurídicas”.





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

2. Considerando- se a peculiaridade e emergência da situação que ora se afigura, com a declaração de pandemia causada pelo novo Coronavírus, e, em razão disto, o número significativo de processos administrativos envolvendo **aquisições diretas em caráter emergencial**, e que envolvem matéria repetitiva e singeleza da atividade desempenhada pelo órgão jurídico, justifica-se a adoção de parecer referencial a fim de estabelecer **orientação jurídica uniforme** sobre o assunto.

3. Considerando o princípio da eficiência e a necessidade de racionalização dos trabalhos das Consultorias Jurídicas, bem como a existência de diversos pareceres sobre situações fáticas e jurídicas idênticas, o Procurador Geral do Estado, por meio da Resolução PGE nº 29, de 23 de dezembro de 2015, admite a elaboração do Parecer Referencial pelas Consultorias Jurídicas e sua utilização pela Administração Pública.

4. Sendo assim, recomenda-se que o presente parecer venha a ser empregado como Parecer Referencial em todas as aquisições diretas realizadas com fundamento na dispensa de licitação, em **caráter emergencial**, em razão da urgência da situação que ora se afigura, ante a pandemia causada pelo novo **Coronavírus**, com fundamento no **artigo 24, inciso IV**, da Lei federal nº 8.666/93.

É o relatório.

5. Na elaboração do presente Parecer Referencial adotou-se a legislação em vigor, as normas infralegais e as **orientações já exaradas por esta Consultoria Jurídica em diversos processos do gênero**.

6. A aplicação do Parecer Referencial aos casos análogos que apresentem os **mesmos pressupostos fáticos e jurídicos** e cuja observância dependa de mera **conferência de dados e/ou documentos constantes dos autos, dispensa o envio dos autos à Consultoria Jurídica**.





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

7. Os processos aqui tratados, nos termos do artigo 4º da Resolução PGE nº 29/15, deverão ser instruídos pela Administração com:

- a) cópia integral do presente Parecer Referencial, e
- b) declaração da autoridade competente de que o caso concreto a ela submetido se enquadra, integralmente, nos parâmetros e pressupostos do presente Parecer Referencial, e que serão seguidas as orientações aqui contidas.

8. Os casos que extrapolem os limites da presente orientação deverão ser submetidos à análise individualizada por este órgão consultivo.

8.1. Assim, é importante consignar que a análise individualizada não estará dispensada, caso a administração vislumbre a ocorrência de alguma especificidade a demandar a imposição de requisitos excepcionais, hipótese em que será necessário o encaminhamento dos autos à Consultoria Jurídica.

9. Feitas essas observações iniciais, passa-se a discorrer acerca dos procedimentos que devem ser observados pela Administração para hipóteses de contratação, por dispensa de licitação, nos termos do artigo 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, desde que a **situação de urgência/emergência** relacionada à pandemia causada pelo novo coronavírus esteja **perfeitamente caracterizada e devidamente justificada** nos autos.

10. Com efeito, o novo Coronavírus, responsável pela epidemia de COVID19, representa uma ameaça real e significativa à saúde da população, em especial do Estado de São Paulo.

10.1. A Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

pública de importância internacional decorrente do coronavírus, determina em seu artigo 4º:

Art. 4º - Fica dispensada a licitação para aquisição de bens, serviços e insumos de saúde destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.

*§ 1º - A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é temporária e **aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.***

§ 2º - Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição.

11. Pois bem. A licitação é princípio constitucional fundado na isonomia, a ser observado pela Administração Pública, e que comporta exceções previstas em lei, por força do disposto no art. 37, XXI, da Constituição Federal. Uma dessas exceções à regra geral é a contratação direta decorrente de dispensa do procedimento licitatório, disciplinada no artigo 24 da Lei federal nº 8.666/93, em virtude de situação emergencial, e que constitui faculdade do Administrador.

12. Assim, a autoridade competente deverá avaliar, em cada caso, se a situação efetivamente subsume-se no conceito de situação emergencial, a permitir a dispensa da realização de certame licitatório. Para tanto, deverá ter em conta que emergência significa necessidade de **atendimento imediato** a certos interesses, sendo que a demora nesse atendimento implicaria risco de sacrifício de valores tutelados pelo ordenamento jurídico. Em outras palavras, deverá verificar se a urgência realmente existe, e se a contratação pretendida é a melhor possível nas circunstâncias.





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

13. No tocante à caracterização da situação emergencial, a permitir a aquisição mediante dispensa de licitação, Marçal Justen Filho² ensina:

“Para dispensa da licitação em situação emergencial ou de calamidade pública, incumbe à Administração avaliar a presença de dois requisitos:

a) Demonstração concreta e efetiva da potencialidade de dano: a urgência deve ser concreta e efetiva. Não se trata de urgência simplesmente teórica. Deve ser evidenciada a situação concreta existente, indicando-se os dados que evidenciam a urgência. (...) Não é qualquer ‘prejuízo’ que autoriza dispensa de licitação. O prejuízo deverá ser irreparável. Cabe comprovar se a contratação imediata evitará prejuízos que não possam ser recompostos posteriormente. O comprometimento à segurança significa o risco de destruição ou de sequelas à integridade física ou mental de pessoas ou, quanto a bens, o risco de seu perecimento ou deterioração.

(...)

b) Demonstração de que a contratação é via adequada e efetiva para eliminar o risco: a contratação imediata apenas será admissível se restar evidenciado que será instrumento adequado e eficiente de eliminar o risco. Se o risco de dano não for suprimido através da contratação, inexistente cabimento da dispensa de licitação.”

14. A **situação emergencial**, nos termos do inciso IV, do artigo 24 da Lei federal nº 8.666/93, alterada pela Lei federal nº 8.883/94, libera a Administração Pública da obrigação de realizar o prévio procedimento licitatório, desde que consignado e demonstrado o fato que deu origem à necessidade. Nesse sentido Hely Lopes Meirelles (*in* Licitação e Contrato Administrativo, 5ª edição, Ed. revista dos Tribunais, São Paulo, pp 5 e 6), com muita propriedade conceitua da seguinte forma:

“Situação de emergência é, pois, toda aquela que põe em perigo ou causa dano à segurança ou à saúde de pessoas, ou à incolumidade do patrimônio público ou particular de uma coletividade, exigindo rápidas providências do Poder Público para debelar ou minorar suas consequências lesivas.

A emergência há de ser reconhecida e declarada em cada caso, a fim de justificar a dispensa da licitação para obras, serviços, compras ou alienações relacionadas com a anormalidade que a Administração visa corrigir, ou com o prejuízo a ser evitado”.

14.1. Acrescentando, mais adiante:

² “Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos”, ed. Dialética, 15ª ed., 2012, págs. 339/340.





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

"Em tais casos, a autoridade pública responsável, verificando a urgência das medidas administrativas, pode declará-las de emergência e dispensar a licitação para as necessárias contratações, circunscritas à debelação do perigo ou à atenuação de danos a pessoas e bens públicos ou particulares. O reconhecimento da emergência é da valoração subjetiva, mas há de estar baseada em fatos consumados ou iminentes, comprovados ou previstos, que justifiquem a dispensa da licitação". (ob.cit.pp93/94).(g.n.).

15. A condição essencial que libera o certame é a **caracterização da urgência**. Nesse passo, oportuno buscar a lição doutrinária de Diógenes Gasparini:

"O atendimento de certas situações, pelo Poder Público, há de ser imediato, sob pena de a procrastinação causar prejuízos ou comprometer a segurança dos administrados, de obras, de bens ou de equipamentos. A emergência, como hipótese de dispensa de licitação consignada no inciso IV do artigo 24 do Estatuto, é caracterizada pela obrigação imediata ou urgente que tem a Administração Pública de evitar situações que possam causar prejuízos ou o comprometimento da segurança de pessoas, obras, bens e equipamentos. Nessas hipóteses, diz-se que a emergência é real. O suprimento de oxigênio no hospital municipal em caso de calamidade pública, o conserto do reservatório de água da cidade cujo vazamento ameace sua segurança e a restauração do equipamento de balsa, destruído por uma enchente anormal do rio, são exemplos de casos de emergência. Assim, não é emergência real a situação que deve ser resolvida de imediato (compra de distintivos, hoje para serem dados amanhã aos funcionários que completarem vinte anos de serviço público) quando dela já se tinha conhecimento muito tempo antes. Nessa hipótese, diz que a emergência é ficta, ou fabricada. Em tais casos, há negligência, não urgência. Apesar disso, contrata-se, e pela negligência, responderá a autoridade omissa". (Direito Administrativo, Editora Saraiva:1989, pp 214/215).(g.n.).

16. É oportuno lembrar que a apreciação das circunstâncias que qualificam determinada situação como de emergência, está compreendida na discricionariedade do administrador, daí a importância da **precisão da Justificativa Técnica**.

17. Portanto, incumbe à Autoridade competente avaliar se a situação apontada nos autos efetivamente amolda-se a situação descrita no aludido inciso IV do artigo 24, apta a permitir a dispensa da realização de certame licitatório, e, em caso positivo, **descrevê-la, justificá-la e fundamentá-la**.





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

17.1. Para que o administrador **declare a dispensa da licitação**, há necessidade de **motivação** do ato decisório, nos exatos termos do artigo 111 da Constituição do Estado de São Paulo, com os seus devidos fundamentos.

17.2. Ou seja, conforme ressalta MARÇAL JUSTEN FILHO *in obra citada*, pág. 332, “*em todos os casos, atribuição de competência discricionária não se confunde com liberação de motivação nem autoriza prevalência de motivos meramente subjetivos. Aliás, muito ao contrário, a competência discricionária demanda justificativas muito mais exaustivas e minuciosas do que a prática de ato vinculado.*”.

18. O presente Parecer Referencial destina-se justamente a traçar orientação jurídica uniforme para hipóteses de contratação direta, com base no artigo 24, inciso IV, da Lei de Licitações, em que estejam presentes **todos** os requisitos acima especificados. Dispõe este artigo:

“Art. 24 – É dispensável a licitação:

(...)

IV – nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários para o atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;”

19. Por seu turno, o artigo 26 do mesmo diploma legal estabelece, dentre outras disposições, que as situações de dispensa devem ser necessariamente justificadas e o processo, instruído com manifestação acerca da razão da escolha do fornecedor e justificativa do preço:

“Artigo 26 – As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço;

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados."

(grifo nosso)

20. No Estado de São Paulo os pressupostos para a contratação emergencial, com dispensa de licitação, encontram-se estabelecidos no Decreto nº 40.320, de 15 de setembro de 1995, em seu artigo 1º, incisos I, II e III, que assim dispõe:

"Art.1º - As dispensas de licitação para a celebração de contratos em situações de emergência, nos termos do inciso IV do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e do inciso IV do artigo 24 da Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, serão sempre justificadas, por escrito e pormenorizadamente, pelo órgão responsável pela contratação, abrangendo, obrigatoriamente, os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial que autorize a dispensa;

II - razão da escolha da empresa contratada;

III - justificativa do preço, com a utilização de pesquisa de mercado, se for o caso".

21. Assim, os procedimentos tendentes à contratação direta com base nesse dispositivo devem contar com ampla justificativa por parte do órgão responsável pela contratação, abordando pormenorizadamente os elementos elencados nos incisos do artigo 1º do Decreto estadual nº 40.320/1995 (caracterização da situação emergencial que autorize a dispensa; razão da escolha da empresa contratada; justificativa do preço, **com a utilização de pesquisa de mercado**, se for o caso), fornecendo elementos à autoridade competente para que delibere de forma fundamentada acerca da pretendida contratação direta por dispensa de licitação.





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

22. Para aferição da competência para dispensar a licitação, deve-se verificar a modalidade licitatória que corresponderia ao valor total da contratação, conforme o artigo 23, inciso II da Lei federal nº 8.666/93³, em conjunto com a Resolução SS 38, de 29 de abril de 2016⁴, e artigos 1º e 5º do Decreto estadual nº 31.138, de 9 de janeiro de 1990, alterado pelo Decreto nº 37.410, de 09 de setembro de 1993⁵. Assim, nas hipóteses em que o valor da total da contratação superar os R\$ 1.430.000,00 esta competência somente poderá ser exercida pelo Chefe de Gabinete ou pelos Dirigentes de Unidades Orçamentárias. Caso seja inferior a essa quantia, também poderão exercê-la os Dirigentes de Unidades de Despesa.

23. Também deverá constar dos autos a **justificativa do preço**, com a **utilização de pesquisa de mercado**, a fim de que a Administração avalie a melhor proposta e, com base nesta, declare a razoabilidade dos preços.

³ Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

I - para obras e serviços de engenharia: (...)

II - para compras e serviços não incluídos no

inciso I:

a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);

b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais); e

c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais). (redação conforme Decreto 9.412/2018)

⁴ Artigo 1º - As competências previstas nos artigos 1º e 2º do Decreto - 31.138, de 09-1-1990, as do parágrafo

1º, do artigo 1º e do inciso I do artigo 2º do Decreto - 36.226, de 15-12-1992, com a redação dada pelo Decreto - 37.410, de 09-9-1993, e as do artigo 3º do Decreto - 47.297, de 06-11-2002, ficam delegadas na seguinte conformidade:

I - ao Chefe de Gabinete e aos Dirigentes de Unidades Orçamentárias, relativamente a todas as modalidades de licitação e, em especial, no que diz respeito à modalidade Pregão cujo valor estimado para a contratação seja igual ou superior a R\$ 650.000,00;

II - aos Dirigentes de Unidades de Despesa, relativamente às licitações até a modalidade de Tomada de Preços e Pregão sendo, quanto a esta modalidade, o valor estimado para a contratação inferior a R\$ 650.000,00.

⁵ Art. 1º - O artigo 5º do Decreto 31.138, de 9 de janeiro de 1990 passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º - As competências constantes dos artigos 1º e 2º, quando já não tenham sido atribuídas, por decreto de organização, à autoridade subordinada, poderão ser delegadas, mediante ato específico publicado no Diário Oficial do Estado, na seguinte conformidade:

I - ao Chefe de Gabinete ou aos dirigentes de unidades orçamentárias, quanto às concorrências;

II - ao Chefe de Gabinete, aos dirigentes de unidades orçamentárias ou aos dirigentes de unidades de despesa, quanto às demais modalidades de licitação." (grifamos)





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

24. Ademais, nos termos do parágrafo único, incisos II e III do artigo 26, da Lei federal nº 8.666/93 e artigo 1º, inciso II e III do Decreto estadual nº 40.320/1995, acima transcritos, deverá ser justificada a razão da escolha da empresa que será contratada.

25. Como visto, à Administração cabe demonstrar que o preço cobrado é compatível com o preço praticado no mercado e na aquisição dos mesmos bens por outros órgãos ou entidades da Administração estadual.

26. Assim, dever estar justificada a **razoabilidade dos preços**, atendendo-se o princípio da motivação dos atos administrativos (artigo 111 da Constituição do Estado).

27. Cabe, outrossim, à autoridade responsável, a emissão de **despacho fundamentado declarando a dispensa da licitação, e seu fundamento na Lei nº 8.666/93**, autorizando, assim, a contratação direta, o que deverá ser **ratificado pela autoridade superior**.

28. Os autos deverão ser instruídos com a reserva de recursos orçamentários e com a providência estabelecida no artigo 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

29. É necessário, ademais, que a **autoridade administrativa se manifeste a respeito de todos os pontos que lastrearão a contratação**.

30. A deliberação da autoridade deve definir as condições a embasarem a contratação, tais como exigências de habilitação, sanções para o caso de inadimplemento, prazo de validade das propostas, condições e prazos de





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

contratação (fixando o prazo para entrega dos bens), prazo de duração do ajuste (que não poderá ultrapassar o exercício financeiro em curso), condições de pagamento, etc...

31. Com relação ao **Termo de Referência**, deverá ser aprovado pela autoridade competente, recomendando-se ao órgão técnico responsável pela qualificação do objeto o necessário cuidado na sua especificação, de modo a atender o interesse da Administração, inclusive no que se refere ao cálculo do quantitativo.

32. Registra-se, outrossim, que previamente à contratação, a Administração **deverá se certificar** de que estão presentes nos autos os seguintes elementos:

- a) declarações firmadas pelos representantes legais da empresa a ser contratada, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, conforme modelo anexo ao Decreto estadual nº. 42.911, de 06/03/1998, bem como assegurando a inexistência de impedimento legal para contratar com a Administração;
- b) certidões de regularidade fiscal, jurídica e trabalhista, que **deverão estar com prazo de validade em vigência no momento da contratação**, sob pena da mesma não poder se concretizar, bem assim, em se tratando de certidões obtidas por meio eletrônico, ter a sua validade confirmada conforme estiver indicado nas próprias certidões;
- c) justificativa técnica;
- d) declaração de razoabilidade dos preços nos termos do Decreto estadual nº 36.226/92;
- e) certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual (caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial,





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso);

f) cópia do ato indicativo da pessoa responsável e com poderes suficientes à representação da empresa a ser contratada;

g) consulta prévia ao CADIN ESTADUAL, anteriormente à celebração do ajuste e realização do pagamento, nos termos da Lei Estadual nº 12.799, de 11 de janeiro de 2008, que foi regulamentada pelo Decreto Estadual nº 53.455, de 19 de setembro de 2008 (esta condição será considerada cumprida se a devedora comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do artigo 8º, §§ 1º e 2º, da Lei Estadual nº 12.799/2008). O “Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções”, no endereço www.esancoes.sp.gov.br, o “Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS”, no endereço <http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>, e o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA, também deverão ser consultados previamente à celebração da contratação;

h) cumprimento do disposto no "caput" e incisos I e II do artigo 16º da Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

i) cumprimento das providências estabelecidas no Decreto estadual nº 41.165, de 20 de dezembro de 1996, com a alteração da redação do art. 1º, em consonância com o disposto no artigo 1º do Decreto nº 64.070, de 2 de janeiro de 2019 ⁷, **quando o valor da contratação atingir ou superar o patamar de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).**

⁶**Artigo 16** – A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II – declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

⁷ **Artigo 1º** - O artigo 1º do Decreto nº 41.165, de 20 de setembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

33. Por ocasião da assinatura da avença, deverão ser renovadas as consultas por Sanções Administrativas e perante o Cadin Estadual e o “Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS”, no endereço <http://www.portalttransparencia.gov.br/ceis>.

34. Por fim, autorizada a dispensa da licitação pela autoridade competente, deverá essa **decisão** ser comunicada dentro de 03 (três) dias à **autoridade superior para ratificação**, e publicada na imprensa oficial, no prazo de 05 (cinco) dias, como condição de eficácia do ato (artigo 26 da Lei Federal nº 8666/93). Essa decisão, juntamente com as justificativas e pareceres dos órgãos jurídicos, deverão ser encaminhados, também por cópias, no prazo de até 10 (dez) dias contados do ato de ratificação, ao Tribunal de Contas do Estado (cf. Lei Estadual nº 6.544/89, art. 26, parágrafo único, acrescentado pela Lei Estadual nº 9.127/95 e o artigo 2º, parágrafo único, do Decreto estadual nº 40.320, de 15/09/95).

35. Reitere-se que para a utilização do presente Parecer Referencial, a Administração deve observar o artigo 4º, da Resolução PGE nº 29/2015, que prevê a necessidade de instrução dos autos e dos expedientes congêneres com (i) cópia integral do Parecer Referencial com o despacho de aprovação da Chefia da Consultoria Jurídica e (ii) declaração da autoridade competente para a prática do ato pretendido, atestando que o caso se enquadra nos parâmetros e pressupostos do parecer referencial e que serão seguidas as orientações nele contidas.

redação:

“Artigo 1º - A celebração de contratos relativos à contratação de obras, à aquisição de material permanente e equipamentos, à contratação de serviços terceirizados e os contratos de gestão, com valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), dependerá de prévia manifestação do Secretário da Fazenda e Planejamento quanto aos aspectos orçamentários e financeiros, e do Secretário de Governo, quanto à compatibilidade da proposta com as diretrizes governamentais.”.(NR)

⁸Parágrafo único - Os atos de dispensa de que cuida este decreto, as justificativas que os embasaram e os pareceres referidos no “caput” deste artigo serão encaminhados, por cópia, no prazo de 10 (dez) dias úteis após sua ratificação, ao Tribunal de Contas do Estado (artigo 26, parágrafo único, da Lei Estadual nº 6.544-89, acrescido pela Lei Estadual nº 9.127, de 8 de março de 1995).





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

36. Reitera-se que constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos, a inexistência de registros em nome da adjudicatária/contratada no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo – CADIN ESTADUAL”, que deverá ser consultado por ocasião da celebração do ajuste e da realização do pagamento. O cumprimento dessa condição, poderá se dar pela comprovação de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual 12.799/2008.

37. Previamente à celebração da avença, também devem ser consultados o “Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções”, no endereço www.esancoes.sp.gov.br, e o “Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS”, no endereço <http://www.portalttransparencia.gov.br/ceis>, e o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php), devendo ser consultados o nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário (artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992).

38. Ressalte-se que não compete a esta Consultoria Jurídica o exame do mérito das contratações, seja quanto ao aspecto técnico, seja quanto ao aspecto financeiro. Por tal motivo, recomenda-se aos órgãos competentes da Pasta o necessário controle, de modo a permitir que as contratações realmente atendam ao interesse público, **especificamente no enfrentamento da emergência de saúde pública causada pelo coronavírus.**

39. Reitera-se que, nos casos em que surgirem dúvidas jurídicas, não abrangidas pelas orientações gerais ora traçadas, os autos deverão ser remetidos a este órgão jurídico, para análise e manifestação.

40. Ademais, nos termos do parágrafo único do artigo 4º da Resolução PGE nº 29/2015, na hipótese de alteração da legislação que fundamenta o presente parecer referencial, a Administração deverá suscitar à Consultoria Jurídica





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

eventual substituição das orientações dele constantes.

41. Por fim, nos termos do artigo 2º, da Resolução PGE nº 29/2015, com a finalidade de garantir a atualidade das orientações traçadas por esta Consultoria Jurídica, fixa-se o **prazo de 180 (cento e oitenta) dias para a validade deste Parecer Referencial, contado desta data, ou enquanto perdurar o estado de emergência internacional pelo coronavírus**, nos termos dos artigos 4º, § 1º, e 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

42. Com estas considerações, submeto o presente ao crivo superior e, uma vez aprovado, proponho seja levado ao conhecimento da Administração para amplo conhecimento e aplicação.

É o parecer, que submeto à consideração superior.

São Paulo, 13 de março de 2020.

CRISTINA DE ARRUDA FACCA LOPES
Procuradora do Estado



fls. 1



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

PROCESSO: 2020/11471
INTERESSADO: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
ASSUNTO: PARECER REFERENCIAL - ANTE A URGÊNCIA DA
SITUAÇÃO CORONAVÍRUS

1. De acordo com as conclusões do Parecer CJ/SS n.º
8/2020 por seus próprios fundamentos.

2. Restituam-se os autos à MD. Chefia de Gabinete
para ciência do inteiro teor do parecer retro, com proposta de divulgação entre todas as
unidades das Coordenadorias.

São Paulo, 13 de março de 2020.

LUCIANA AUGUSTA SANCHEZ
PROCURADORA DO ESTADO ASSISTENTE



23/04/2020

[https://www.bec.sp.gov.br/CAUFESP/\(S\(c01a3ayqvfcpx4tfwf3515a\)\)/Fornecedor/FornecedorCadastroCompletoImpressao.aspx](https://www.bec.sp.gov.br/CAUFESP/(S(c01a3ayqvfcpx4tfwf3515a))/Fornecedor/FornecedorCadastroCompletoImpressao.aspx)

Governo do Estado de São Paulo
Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo -
CAUFESP

Dados Cadastrais

CNPJ: 09.557.129/0001-70
Razão Social: ORTOMEDICAL COM. ATAC. MAT. MÉD. HOSPITALARES EIRELI - EPP
Nome Fantasia: ORTOMEDICAL COM MAT MED HOSP
Tipo Pessoa: Pessoa Jurídica
Natureza Jurídica: EMP. INDIV. RESPONS. LIMITADA-EIRELI (EMPRESÁRIA)
Capital Social: 100.000,00
Data Capital Social: 03/04/2017
Inscrição Estadual: 256242941
Tipo de Registro: Registro Cadastral Simplificado (RCS)
Órgão Fiscalizador: Não
Negociações Eletrônicas: Sim
Atividades: Indústria e/ou Comércio
Ente Federativo/Entidade Conveniada: 1-GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Órgão/Entidade: 20000-SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
Unidade Cadastradora: 200109-DIR.EXEC.ADMINIST.TRIBUTARIA - DEAT
Endereço da Unidade Cadastradora: AV. RANGEL PESTANA, 300 - TERREO - CPA - SAO PAULO - 011 3243-2082 - 01017911

Dados Cadastrais

Situação Fornecedor: Ativo

Endereços

Endereço: RUA DOMINGOS ANDRÉ ZANINI Nº 277 SALA 511 5º ANDAR
Tipo: SEDE
Bairro: CAMPINAS
CEP: 88117200
Município: São José
UF: SC
Email Comercial: ortomedicalsc1@yahoo.com
Telefone1: (48) 33809170 Ramal:0
Telefone2: (0) Ramal:0
Fax: (0) Ramal:0
Site:

Junta Comercial/Cartório

Cartório/Junta Comercial	Registro	Data
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA	42600306008	03/04/2017

Linha de Fornecimento

Classe	Descrição
8421	EQUIPAMENTOS DE PROTECAO INDIVIDUAL - EPI'S

Responsáveis

CPF	Nome	Telefone	E-mail	Responsabilidade	Procedimento
00624824918	ISRAEL PEREIRA DE OLIVEIRA	55 48 33809170	rrsantos@saude.sp.gov.br	Credenciado	CAUFESP

[https://www.bec.sp.gov.br/CAUFESP/\(S\(c01a3ayqvfcpx4tfwf3515a\)\)/Fornecedor/FornecedorCadastroCompletoImpressao.aspx](https://www.bec.sp.gov.br/CAUFESP/(S(c01a3ayqvfcpx4tfwf3515a))/Fornecedor/FornecedorCadastroCompletoImpressao.aspx)

1/2



Autenticado com senha por SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS - 23/04/2020 às 14:33:54.
 Documento Nº: 4453527-736 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4453527-736>

23/04/2020 [https://www.bec.sp.gov.br/CAUFESP/\(S\(c01a3ayqvfcpx4tfwf3515a\)\)/Fornecedor/FornecedorCadastroCompletoImpressao.aspx](https://www.bec.sp.gov.br/CAUFESP/(S(c01a3ayqvfcpx4tfwf3515a))/Fornecedor/FornecedorCadastroCompletoImpressao.aspx)
 03996058942 | LEIVY ESTEVO | 0 48 | ortomedicalsc1@yahoo.com | Sócio/Participação na Administração | CAUFESP/ELETRÔNICO
 33809170

Enquadramento

Enquadramento da Empresa: Outros

Documentação

Documento	Validade	Aprovação
Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União	04/08/2020	17/04/2020
Certidão de Tributos Estaduais	30/05/2020	17/04/2020
Certificado de Regularidade do FGTS - CRF	13/07/2020	INFORMAÇÃO DISPONIBILIZADA AUTOMATICAMENTE PELO ÓRGÃO EMISSOR
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT	11/10/2020	17/04/2020

Validade do RCS: 17/04/2021

Ficha cadastral gerada em: 23/04/2020 14:24:55



Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 09.557.129/0001-70
Razão Social: ORTOMEDICAL COM MAT MED HOSP LTDA
Endereço: R 9 481 SL 502 / SETOR CENTRAL / GOIANIA / GO / 74013-040

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 16/03/2020 a 13/07/2020

Certificação Número: 2020031601431520025825

Informação obtida em 15/04/2020 17:19:55

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ORTOMEDICAL COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES
EIRELI**
CNPJ: 09.557.129/0001-70

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 11:07:12 do dia 06/02/2020 <hora e data de Brasília>.
Válida até 04/08/2020.
Código de controle da certidão: **4EEA.9E03.A960.DAC8**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Procuradoria da Dívida Ativa

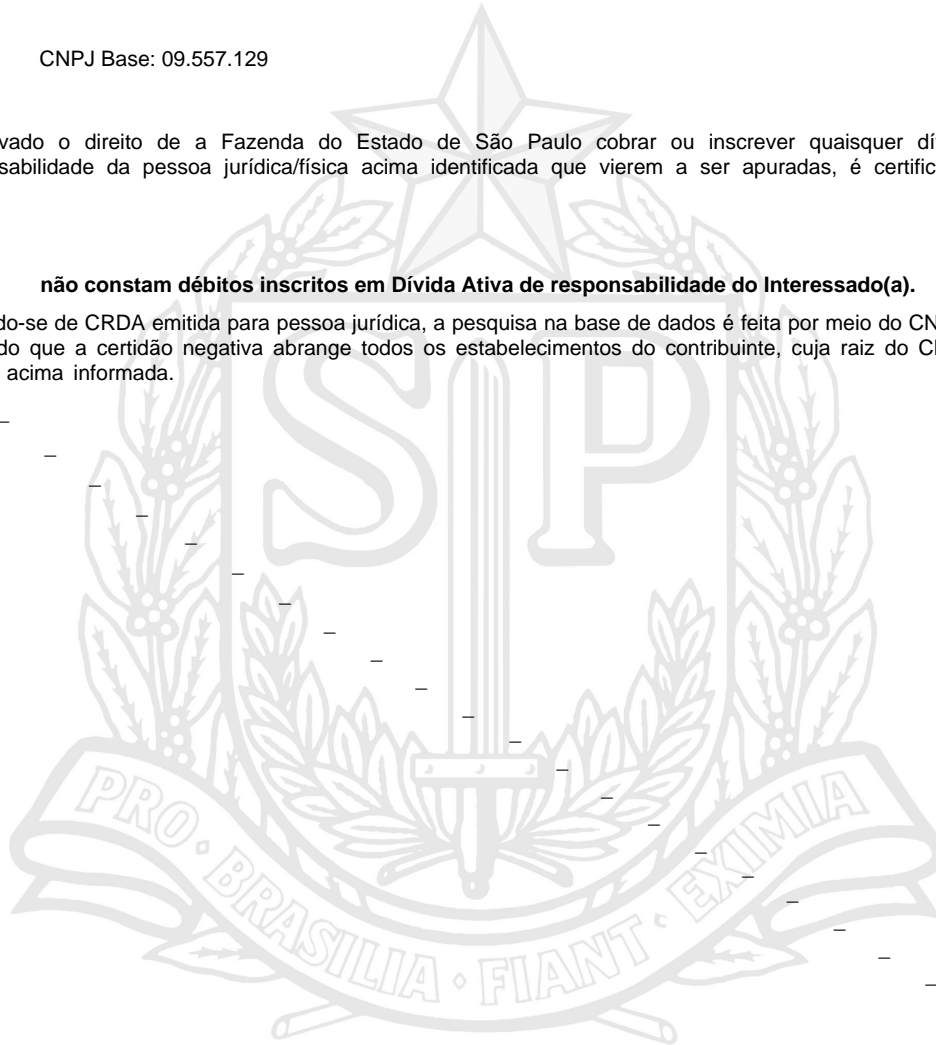
Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 09.557.129

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.



Certidão nº 25590245

Folha 1 de 1

Data e hora da emissão 23/04/2020 14:31:00

(hora de Brasília)

Validade 30 (TRINTA) dias, contados da emissão.

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio

<http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br>





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ORTOMEDICAL COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS MEDICOS
HOSPITALARES EIRELI

(MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 09.557.129/0001-70

Certidão nº: 8908951/2020

Expedição: 15/04/2020, às 17:20:53

Validade: 11/10/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ORTOMEDICAL COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES EIRELI** (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº **09.557.129/0001-70**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Dúvidas e sugestões: cndt@tst.jus.br



Autenticado com senha por SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS - 23/04/2020 às 14:33:54.
Documento Nº: 4453527-736 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4453527-736>



SESCAP2020221692A

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO



Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais
CADIN Estadual

Informações Cadastrais

CNPJ/CPF: 09.557.129/0001-70

Não foram encontradas pendências no Cadastro de Créditos não quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL.

Pesquisa realizada em: 15/04/2020 às 17:22:50

Se você recebeu o comunicado CADIN regularize sua situação em 90 (noventa) dias contados a partir da data de expedição do mesmo.

Este documento não tem validade de Certidão Negativa.

Em conformidade com a Lei Estadual nº 12.799/2008 a inexistência de registro no CADIN Estadual:

- Não configura reconhecimento de regularidade de situação, nem dispensa a apresentação dos documentos exigidos em lei, decreto e demais atos normativos. (artigo 7º)
- Não impede a consulta prévia pelos órgãos e entidades da Administração direta e indireta ao sistema CADIN Estadual. (artigo 6º)
- Aos registros incluídos após a emissão da declaração cabe a aplicação do parágrafo 1º do artigo 6º.

A autenticidade deste documento deverá ser confirmada na página da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, endereço: https://www.fazenda.sp.gov.br/cadin_estadual/pages/publ/cadin.aspx

Código da Declaração: 99AFF2D8.87F2AC2F.B844C8F6.AC0ECA3D

EMIÇÃO GRATUITA

Atenção: Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado com senha por SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS - 23/04/2020 às 14:33:54.
Documento Nº: 4453527-736 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4453527-736>



SESCAP2020221692A

E-Sanções

https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes_ui/asp/ConsultaAdministrativaForn...

Fazenda e Planejamento



Bolsa Eletrônica de Compras SP

Perguntas Frequentes Fale Conosco

Mural
Legislação
Minutas Edital
Fornecedores
Catálogo
Comunicação
Manuais

17:24:25

Pesquisa Sanções por Fornecedor

Razão Social
CNPJ/CPF 09557129000170
Ordenar Por

Buscar
Exibir Todos
Imprimir Guia Selecionada

Data e Hora da Consulta:
 quarta-feira, 15 de abril de 2020 às 17:24
 Não foram encontradas sanções para CNPJ/CPF: 09.557.129/0001-70

[Clique aqui](#) para consultar a declaração de inidoneidade para licitar e contratar no portal da transparência do cadastro nacional de empresas inidôneas e suspensas(CEIS)(www.portaltransparencia.gov.br).

Voltar

Para contato transmitir mensagem pelo Fale Conosco selecionando a opção mais adequada: e-Sanções-Dúvidas ou Solicitações ou Sugestões ou Reclamações

Ouvidoria | Transparência | SIC



Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo - Av. Rangel Pestana, 300 - São Paulo / SP - 01017-911 - CNPJ: 46.377.222/0001-29



Detalhamento das Sanções Vigentes - Cadastro de Empresas Inidôneas e...

<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?cpfCnpj=09557129...>

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ: 09557129000170

Tipo de sanção: Inidoneidade - Lei de Licitações

LIMPAR

Data da consulta: 15/04/2020 17:22:09

Data da última atualização: 15/04/2020 10:00:05

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado							





Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (15/04/2020 às 17:36) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 09.557.129/0001-70.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 5E97.703D.39DF.8973 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



15/04/2020

9389257



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 784682**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 14/04/2020, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

ORTOMEDICAL COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES EIRELI, CNPJ: 09.557.129/0001-70, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

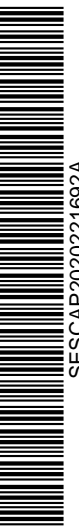
Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 15 de abril de 2020.

PEDIDO Nº: 9389257



Autenticado com senha por SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS - 23/04/2020 às 14:33:54.
Documento Nº: 4453527-736 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4453527-736>



SESCAP2020221692A



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Saúde
Coordenadoria Geral de Administração - Núcleo de Compras
SECRETARIA DA SAÚDE

Informação

Interessado: Coordenadoria Geral de Administração - CGA

Assunto: Aquisição de aventais de proteção visando o atendimento para enfrentamento calamidade pública decorrente do coronavírus (COVID-19)

Número de referência: INFORMAÇÃO Nº 944/2020

Encaminhem-se os autos ao **Senhor Coordenador da CGA** para informar quanto às deliberações a serem adotadas para a aquisição de aventais de proteção por meio de **Dispensa de Licitação**, com fundamento no inciso IV do art. 24 da Lei Federal 8666/93 e atualizações posteriores.

São Paulo, 23 de abril de 2020.

SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS
Diretor Técnico II
Coordenadoria Geral de Administração - Núcleo de Compras





Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Saúde
Coordenadoria Geral de Administração - Gabinete do Coordenador
SECRETARIA DA SAÚDE

Despacho

Interessado: Coordenadoria Geral de Administração - CGA

Assunto: Aquisição de aventais de proteção visando o atendimento para enfrentamento calamidade pública decorrente do coronavírus (COVID-19)

Número de referência: DESPACHO CGA Nº 950/2020

Face ao que consta dos autos, **DELIBERO** quanto ao solicitado nos seguintes termos:

I) AUTORIZO a DISPENSA DE LICITAÇÃO visando a aquisição aventais de proteção, em caráter emergencial com fundamento no inciso IV do art. 24 da LF 8.666/93 e atualizações posteriores, cujas características mínimas e quantidades estão definidos no Termo de Referência às fls. 03.

II) DEFINIÇÃO DO OBJETO: A aquisição de aventais de proteção, constantes do termo de referência, é considerado de **natureza comum**, pois é definido claramente nos autos, por meio de especificações usuais no mercado.

III) JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO: Tal pleito visa atender as medidas estabelecidas para atender o enfrentamento de calamidade decorrente do coronavírus (COVID-19) através do Decreto Estadual nº 64.879 de 20/03/2020.

IV) APROVO o Termo de Referência, constante de fls. 03, nos termos do inciso I, parágrafo 2º, artigo 7º, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas atualizações, ficando dispensado a apresentação de Projeto Executivo.

V) Demonstrar a disponibilidade de recursos orçamentários constando a adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual, compatível com o Plano Plurianual e a de Diretrizes Orçamentárias.



SESDES202070218A

Classif. documental

004.01.04.002





Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Saúde
Coordenadoria Geral de Administração - Gabinete do Coordenador
SECRETARIA DA SAÚDE

VI) DEFINO que os documentos necessários para a habilitação são os referentes à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal, Qualificação Econômica-Financeira e Qualificação Técnica, conforme disposto na Lei 8.666/93 e atualizações:

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa, devendo o estatuto, no caso das cooperativas, estar adequado à Lei Federal nº 12.690/2012;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas;
- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) Registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras, em se tratando de sociedade cooperativa.

2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e Municipal, relativo à sede ou domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS);
- d) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas (CNDT);
- e) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- f) Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual.





Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Saúde
Coordenadoria Geral de Administração - Gabinete do Coordenador
SECRETARIA DA SAÚDE

3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual;

a.1). Se a licitante for cooperativa ou sociedade não empresária, a certidão mencionada na alínea "a" deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil.

a.2). Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.

VII) DETERMINO que a entrega seja de acordo com o cronograma do termo de referência, a partir do recebimento da Nota de Empenho.

VIII) DETERMINO que o regime de execução deverá ser de empreitada por preço unitário.

IX) DETERMINO a dispensa da prestação de garantia para a contratação dos serviços, conforme previsto no caput do artigo 56 da LF n.º 8.666/93 e atualizações posteriores, por se tratar de contratação emergencial com prazo previsto de encerramento.

X) DETERMINO que se a CONTRATADA inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita às sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal n.º 8.666/93.

- A sanção poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas na Resolução SS n.º 26 de 09 de fevereiro de 1990, e demais cominações legais, garantida a defesa prévia devendo ser registrada no endereço eletrônico **www.sancoes.sp.gov.br**, pela autoridade responsável pela aplicação, migrando automaticamente para o CAUFESP, nos termos do art. 26 do Regulamento anexo ao Decreto n.º 52.205, de 27 de setembro de 2007, e também nos sistemas mantidos pela Administração Autárquica.

Retorne ao Núcleo de Compras, devendo ser utilizado o Parecer Referencial nº 08/2020 de 13/03/2020, exarado pela douta Consultoria Jurídica da Pasta, obedecida suas orientações e com as observações acima.





Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Saúde
Coordenadoria Geral de Administração - Gabinete do Coordenador
SECRETARIA DA SAÚDE

São Paulo, 23 de abril de 2020.

Adhemar Dizioli Fernandes
COORDENADOR
Coordenadoria Geral de Administração - Gabinete do Coordenador



Assinado com senha por ADHEMAR DIZIOLI FERNANDES - 23/04/2020 às 15:03:24.
Documento Nº: 4454790-1350 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4454790-1350>



SESDS202070218A



DECLARAÇÃO

Nome completo: Leivy Estevo

RG nº: 4177103, CPF nº: 039.960.589-42

DECLARO, sob as penas da Lei, que a empresa ORTOMEDICAL COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES, CNPJ nº 09.557.129/0001-70:

- a) está em situação regular perante o Ministério do Trabalho no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal, na forma do Decreto Estadual nº. 42.911/1998;
- b) não possui impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, inclusive em virtude das disposições da Lei Estadual nº 10.218/1999; e
- c) cumpre as normas de saúde e segurança do trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual.

São José, 23 de abril de 2020

Leivy Estevo

Rua Domingos André Zanini, 277 Sala 511 – Centro Empresarial Terra Firme
Campinas – São José – SC – CEP 88.117-907
TELEFONE: (48) 3380 – 9170 / (48) 98418-7617
ortomedicalsc1@yahoo.com



SESCAP2020222090A





Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Saúde
Coordenadoria Geral de Administração - Núcleo de Compras
SECRETARIA DA SAÚDE

Informação

Interessado: Coordenadoria Geral de Administração - CGA

Assunto: Aquisição de aventais de proteção visando o atendimento para enfrentamento calamidade pública decorrente do coronavírus (COVID-19)

Número de referência: INFORMAÇÃO Nº 946/2020

Trata o presente de aquisição de aventais de proteção visando o atendimento para enfrentamento de calamidade pública decorrente do coronavírus (COVID-19).

Os autos encontram-se instruídos da seguinte maneira:

- Ofício de solicitação, às fls. 02;
- Termo de Referência, às fls. 03;
- Código Siafísico, às fls. 04;
- Decretos nº 64.879/20 e 64.928/20, às fls. 05/07;
- Proposta da empresa **ORTOMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES EIRELI - EPP**, às fls. 20;
- Reserva de Recursos Orçamentários, às fls. 23/25;
- Parecer referencial, às fls. 26/41;
- Certidão de Regularidade do FGTS, Certidão Negativa relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Certidão de Débitos Tributários não inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo, Certidão de Falência e Concordata, Sanções, Estaduais, Certidão de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade e Cadin Estadual, às fls. 42/52;
- Declaração da Empresa às fls. 58;
- Deliberação, às fls. 54/57.

À vista do exposto, propomos o encaminhamento dos autos ao **Senhor Coordenador da CGA** para ser autorizada a **Dispensa de Licitação com fundamento no inciso IV artigo 24 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas atualizações** devendo o ato ser ratificado pelo Senhor Chefe de Gabinete, conforme artigo 26 da referida legislação.

São Paulo, 23 de abril de 2020.

Classif. documental

004.01.04.002



SESINF202037364A



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Saúde
Coordenadoria Geral de Administração - Núcleo de Compras
SECRETARIA DA SAÚDE

SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS
Diretor Técnico II
Coordenadoria Geral de Administração - Núcleo de Compras





Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Saúde
Coordenadoria Geral de Administração - Gabinete do Coordenador
SECRETARIA DA SAÚDE

Despacho

Interessado: Coordenadoria Geral de Administração - CGA

Assunto: Aquisição de aventais de proteção visando o atendimento para enfrentamento calamidade pública decorrente do coronavírus (COVID-19)

Número de referência: Despacho CGA nº 951/2020

De acordo.

À vista dos elementos constantes dos autos **DISPENSO A LICITAÇÃO**, com fundamento no inciso IV do artigo 24, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas atualizações, para a aquisição de aventais de proteção visando o atendimento para enfrentamento de calamidade pública decorrente do coronavírus (COVID-19), a favor da empresa **ORTOMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES EIRELI - EPP** no valor total de **R\$ 28.000.000,00** (vinte e oito milhões de reais).

À consideração do Senhor Chefe de Gabinete para, se de acordo, ratificar a mencionada **dispensa**, nos termos do artigo 26 da mesma legislação.

São Paulo, 23 de abril de 2020.

Adhemar Dizioli Fernandes
COORDENADOR
Coordenadoria Geral de Administração - Gabinete do Coordenador



SESDES202070306A

Classif. documental

004.01.04.002





Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Saúde
GABINETE DO SECRETÁRIO - Chefia de Gabinete
SECRETARIA DA SAÚDE

Despacho

Interessado: Coordenadoria Geral de Administração - CGA

Assunto: Aquisição de aventais de proteção visando o atendimento para enfrentamento calamidade pública decorrente do coronavírus (COVID-19)

Número de referência: Despacho GS nº 2784/2020

À vista dos elementos que instruem os autos e com fundamento no disposto do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas atualizações, bem como na Lei federal 13979/20, **RATIFICO** se conforme, atendidas as normas de regência, a urgência notória e a razoabilidade, o **ato do Senhor Coordenador da CGA às fls. 61 que declara a** Dispensa de licitação, bem como determino que a execução contratual ocorra pela Unidade de Despesa a **UGE 090102 - Coordenadoria Geral de Administração**, para a aquisição de aventais de proteção visando o atendimento para enfrentamento de calamidade pública decorrente do coronavírus (COVID-19), a favor da empresa **ORTOMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES EIRELI - EPP**.

Restitua-se à Núcleo de Compras, para demais providências.

São Paulo, 23 de abril de 2020.

Eduardo Barbin
Chefe de Gabinete
GABINETE DO SECRETÁRIO - Chefia de Gabinete



DESPACHO DO SENHOR CHEFE DE GABINETE DE 23/04/2020

SES-PRC-2020/17251

Interessado: Coordenadoria Geral de Administração - CGA

Assunto: Aquisição de aventais de proteção visando o atendimento para enfrentamento calamidade pública decorrente do coronavírus (COVID-19)

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 57/2020

À vista dos elementos que instruem os autos e com fundamento no disposto do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas atualizações, **RATIFICO** se conforme, atendidas as normas de regência e a urgência notória, o ato do Senhor Coordenador da CGA às fls. 61 que declara a **Dispensa de licitação**, bem como determino que a execução contratual ocorra pela Unidade de Despesa a **UGE 090102 – Coordenadoria Geral de Administração**, para a aquisição de aventais de proteção visando o atendimento para enfrentamento de calamidade pública decorrente do coronavírus (COVID-19), a favor da empresa **ORTOMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES EIRELI -/ EPP**.

imprensaoficial

- 1 - Atestamos a transmissão deste arquivo, reiterando a responsabilidade integral do publicante quanto ao seu conteúdo;
- 2 - Sua publicação fica condicionada ao atendimento das normas de publicação dos cadernos do Diário Oficial.

A seguinte licitação foi recebida com sucesso:

Comprovante de recebimento n. 7812652

Publicante: SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE

Endereço: Avenida Doutor Arnaldo, 351, Pacaembu, CEP: 01246000, São Paulo, SP

Nome do Usuário: Adriana de Araujo Lima

CPF do Usuário: 263.985.028-84

Anunciante: Secretaria Estadual da Saúde - Gabinete do Secretário

Caderno: Executivo I

Seção: Gabinete do Secretário

Modalidade: DISPENSA

Número: 57/2020

Evento: RATIFICACAO/AUTORIZACAO

Natureza: Materiais e Equipamentos

Grupo: Artigos e Equipamentos de Uso Médico, Odontológico e Hospitalar

Objeto da Licitação: Aquisição de aventais de proteção visando o atendimento para enfrentamento calamidade pública decorrente do coronavírus (COVID-19)

Processo: SES-PRC 2020/17251

Local de Execução: São Paulo

Data de Publicação: 25/04/2020

Síntese: Texto transformado em arquivo - HASH 0C206A5DDA60EABDB0D9AA079D808B70

Nota:

Nota de Reserva:

Total Previsto: 28.000.000,00

Arquivo: E1.LAA.75.001

Submit



SESCAP2020223017A



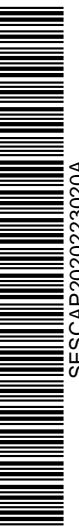
Governo do Estado de São Paulo

CONTRATO DE EMPENHO 2020CT00530

No. do Documento	2020CT00530	Data de Emissão	24ABR2020		Evento	400051 - DESPESAS COM RESERVA	
Unidade Gestora	090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA						
Gestão	00001						
Fonte	005001133						
Natureza da Despesa	33903031				PTRES	090111	
UGR	090010						
Favorecido	09557129000170 - ORTOMEDICAL COM. ATAC. MAT. MED. HOSPITALARES EIRELI -						
Data de Entrega Prevista	27ABR2020						
Modalidade do Empenho	1 - ORDINARIO				Tipo de Aquisição	2 - MATERIAL	
Tipo de Compra/Licitação	05 - DISP. LICIT				Referência Legal	INC IV ART.24	
Origem do Material	1 - NACIONAL				Número do Processo	2020/17251	
Número do Contrato Fornecedor					Plano Interno	0100	
Número do Edital							
Valor a Empenhar	28.000.000,00						
Local de Entrega	RUA DOS ITALIANOS 406						
Bairro	BOM RETIRO						
Cidade	SÃO PAULO						
CEP	01131-000						
Informações Adicionais							

Cronograma		
	Mês	Valor
	01	
	02	
	03	
	04	28.000.000,00
	05	
	06	
	07	
	08	
	09	
	10	
	11	
	12	

Sequência	001	Item	00347812-2	Unid. Forn.	00001
Quantidade	2000000,000	Valor Unitário	14,00	Preço Total	28.000.000,00
Descrição					
AVENTAL DESCARTAVEL, EM NAO TECIDO (100% POLIPROPILENO), GRAMATURA 30 A 40GR/ M², NAO ESTERIL, PARA USO HOSPITALAR, COLORIDO, ACABAMENTO EM ABERTURA NAS CO STAS E TIRAS COSTURADAS PARA AMARRAR PESCOÇO E COSTAS, MANGA LONGA, COM LASTE X NO PUNHO, DECOTE COM VIES, MEDINDO APROXIMADAMENTE 1,30 DE LARGURA X 1,50CM DE COMPRIMENTO, EMBALADO EM MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO, U SO NICO E DESCARTAVEL, O PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO VIGENTE					





Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Saúde
Coordenadoria Geral de Administração - Núcleo de Compras
SECRETARIA DA SAÚDE

Informação

Interessado: Coordenadoria Geral de Administração - CGA

Assunto: Aquisição de aventais de proteção visando o atendimento para enfrentamento calamidade pública decorrente do coronavírus (COVID-19)

Número de referência: INFORMAÇÃO Nº 954/2020

Encaminhe-se ao **Grupo de Controle Financeiro da CGOF**, para fins de contabilização da CT sob nº 2020CT00530.

São Paulo, 24 de abril de 2020.

SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS
Diretor Técnico II
Coordenadoria Geral de Administração - Núcleo de Compras





Governo do Estado de São Paulo

NOTA DE EMPENHO - SIAFISICO - 2020NE00591

UG	090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA					
Gestão	00001 - GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO					
Data de Emissão	24/04/2020					
CNPJ/CPF/UG	09557129000170					
Credor	ORTOMEDICAL					
Endereço	RUA DOMINGOS ANDRÉ ZANINI Nº 277 SALA 511 5º ANDAR					
Cidade	São José	UF	SC	CEP	88117-200	

Origem Material	1
------------------------	---

Evento	UO	Programa de Trabalho	Fonte	Natureza Despesa	UGR	PI
400051	09001	10302093048500000	005001133	33903031	090010	000.000.0100

No Processo	2020/17251	Acordo				
Tipo de Empenho	9 - DESPESA NORMAL	Ref Dispensa	INC IV ART.24			
Licitação	05 - DISPENSA LICIT.	Modalidade	1 - ORDINARIO			
Empenho Orig.		Nº Contrato	2020CT00530	Nº OC		

Valor do Empenho R\$	28.000.000,00 (VINTE E OITO MILHOES DE REAIS)
-----------------------------	---

Cronograma	
Mês	Valor
04	28.000.000,00

Sequência	001	Item	00347812-2	Unid. Forn.	00001
Quantidade	002000000,000	Valor Unitário	14,00	Preço Total	28.000.000,00

Descrição	
AVENTAL DESCARTAVEL, EM NAO TECIDO (100% POLIPROPILENO), GRAMATURA 30 A 40GR/M², NAO ESTERIL, PARA USO HOSPITALAR, COLORIDO, ACABAMENTO EM ABERTURA NAS COSTAS E TIRAS COSTURADAS PARA AMARRAR PESCOÇO E COSTAS, MANGA LONGA, COM LASTEX NO PUNHO, DECOTE COM VIES, MEDINDO APROXIMADAMENTE 1,30 DE LARGURA X 1,50CM DE COMPRIMENTO, EMBALADO EM MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO, USO NICO E DESCARTAVEL, O PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO VIGENTE	





Governo do Estado de São Paulo

Total ou Valor a Transportar R\$	28.000.000,00
Local de Entrega	RUA DOS ITALIANOS 406
Data de Entrega	27/04/2020

ADHEMAR DIZIOLI FERNANDES
130456788-58
Ordenador da Despesa

Responsavel pela emissão	14898757863
--------------------------	-------------





Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Saúde
CGOF / GRUPO DE CONTROLE FINANCEIRO
SECRETARIA DA SAÚDE

Informação

Interessado: Coordenadoria Geral de Administração - CGA

Assunto: AQUISIÇÃO DE AVENTAIS DE PROTEÇÃO PARA O ATENDIMENTO DO ENFRENTAMENTO DO COVID19

Número de referência: SES-PRC-2020/17251

Coordenadoria Geral de Administração - CGA

Nº EMPENHO (S) ----->

2020NE00591

VALOR EMPENHO (S) ----->

R\$ 28.000.000,00

Providenciada a emissão da(s) Nota(s) de Empenho, por este Grupo de Controle Financeiro, encaminhe-se à apreciação do Ordenador da Despesa para, se de acordo, autorizar a referida despesa.

Encaminhe-se ao Núcleo de Compras/CGA para prosseguimento

São Paulo, 24 de abril de 2020.

ROSANA MARQUES DE OLIVEIRA
Diretor Técnico III
CGOF / GRUPO DE CONTROLE FINANCEIRO



SIGA

SESCAP2020230790A



Secretaria da Saúde

COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
NÚCLEO DE COMPRASRELAÇÃO DE REMESSA DE PAPÉIS DIVERSOSÀ EMPRESA: ORTOMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS
MÉDICOS HOSPITALARES EIRELI - EPPtelefone (48) 3380-9170 e e-mail: ortomedicalsc1@yahoo.com

Nº. DE ORDEM	ASSUNTO	OBSERVAÇÃO
	Encaminho nota de empenho 2020NE00591 no valor de R\$ 28.000.000,00 - referente aquisição de aventais de proteção para atender o enfrentamento de calamidade pública decorrente do coronavírus (COVID-19) - Processo SES-PRC-2020/17251.	<u>FAVOR DEVOLVER ESTE DOCUMENTO DATADO E ASSINADO VIA E-MAIL</u> sasantos@saude.sp.gov.br

LOCAL DE ENTREGA:

Endereço: Rua dos Italianos, nº 406 – Bom Retiro – São Paulo/SP.

Dados para faturamento:

Coordenadoria Geral de Administração - CGA

CNPJ: 46.374.500/0252-60

AV. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, nº 188

Cerqueira Cesar – São Paulo/SP – CEP: 05403-000

EM 24/04/2020

VISTO:

RECEBIDO EM: 24/04/2020

09.557.129/0001-70

ORTOMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS
MÉDICOS HOSPITALARES LTDA - MERua Domingos André Zanini, 277 - Sala 511 / 5º Andar
Campinas - CEP 88117-200
SÃO JOSÉ - SC

terça-feira, 28 de abril de 2020

Diário Oficial Poder Executivo - Seção I

São Paulo, 130 (81) – 115

Enq.
Classificação
24373478000125
ACR INDUSTRIA E COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME
20,8900
ME
1º
1987200200187
FLASH COMERCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE EIRELI
22,7500
EPP
2º
Fica aberto o prazo de 02 dias úteis, a contar da publicação no D.O., para interposição de recursos em conformidade com o artigo 109, inciso II, alínea "b", da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, o licitante que o desejar poderá desistir da interposição de recurso. Para isso acesse o site www.bceap.gov.br, clicando no número desta certificação e na opção recurso, existe um link que permitirá a sua desistência.

PENITENCIÁRIA FEMININA DE TUPI PAULISTA

NOTIFICANDO a empresa JOAO PAULO DE ALMEIDA BELINELLO, inscrita no CNPJ sob nº 34384880001-10, sita à Rua Maria Francisca Lellis de Oliveira, nº56, 6º - , na cidade de Dracena/SP a regularizar a entrega de 100 kg de queijo mussarela, decorrente a entrega em atraso, conforme cronograma de entrega, devendo a mesma ser entregue no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da data desta publicação, por estar descumprindo o edital de licitação eletrônico nº 17/19-PPI, processo nº 32054501/94, nota de empenho nº 2020NE00008, termo de contrato nº 17/19-PPI. O não cumprimento desta NOTIFICAÇÃO sujeitará a empresa às penalidades previstas na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, c/c a Resolução CEGP-10, de 19-11-2002, na Resolução SAP nº 6, de 10-01-2007 e no que couber, na Lei Federal nº 8.666 de 21-06-1993 e suas alterações.

FUNDAÇÃO PROF. DR. MANOEL PEDRO PIMENTEL

ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2020
A Fundação Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel, HINAP, comunica a abertura do procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, sob o nº 022/2020, objeto do Processo FUPINAP Nº 222/2020, tipo Menor Preço, DC nº9811013084520200054, objetivando a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de assistência médica hospitalar ou seguro saúde, por adesão, com início do prazo para recebimento das propostas eletrônicas a partir de 28/04/2020 à Sessão Pública de processamento do pregão eletrônico será realizada, no endereço eletrônico www.bceap.gov.br, iniciando-se a partir das 10:00 horas da dia 12/05/2020. O Edital, na íntegra, será disponibilizado para consulta no endereço www.enegeospublicos.com.br e, resumidamente, no endereço eletrônico <http://www.pregao.sp.gov.br>.

FAZENDA E PLANEJAMENTO

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

CENTROS REGIONAIS DE ADMINISTRAÇÃO Centro Regional de Administração de Santos

Despacho da Diretor Técnico de Divisão da Fazenda Estadual, de 17/03/2020
PROCESSO SF Nº 23692.74955/2020
Objeto: AQUISIÇÃO DE 250 (duzentos e cinquenta) higienizadores de álcool gel.
Oferta de Compra: 20014800012020OC00005
Valor estimado: R\$ 5.575,00
RATIFICO, no uso da competência que nos outorga o artigo 194, inciso II, alínea "e" do Decreto Estadual nº 64.152/2019, o ato de Dispensa de Licitação proferido pelo Diretor do Núcleo de Suprimentos e Infraestrutura, por enquadrar-se no disposto no artigo 24, inciso II da Lei Estadual nº 6.544/89 e alterações posteriores, consoantes com o artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pelas leis nº 8.883/94 e 9.648/98, em razão da urgência que o assunto requer, como também o valor estar abaixo do limite exigido para contratações através de licitação (R\$ 17.600,00).

Centro Regional de Administração de Taubaté

Número do Processo: 23696.590526/2019 - Número do Contrato: 23696.5AAC.00005/2020
Parecer Jurídico: CISEFAZ 1132/2020
Modalidade da Licitação: Pregão
Contratante(s): 200149 - CENTRO REG.ADMINISTRACAO DE TAUBATE
Contratado: DCONROLL EMPREENDIMENTOS E FACILITES LTDA
Objeto Resumido do Contrato: Prestação de Serviços de Copêrgem

SÃO CONSENSUAL

Vigência: 01/04/2020 à 10/05/2020
Data Assinatura: 22/04/2020
Nº do Pregão: CRA Nº 052/2019

Centro Regional de Administração de Campinas

Extrato do Aditivo
Número do Processo: 23704.660376/2018
Número do Contrato: 23704.5AAC.00005/2019
Parecer Jurídico: RES. PGE-23, 12-11-2015.
Modalidade da Licitação: Pregão
Contratante(s): 200151 - CENTRO REGIONAL DE ADMINISTRACAO DE CAMPINAS - CRA-CAMPINAS
Contratada: CAMPINAS SISTEMAS DE LIMPEZA E CONSERVACAO EIRELI-ME, CNPJ: 00.550.7330001-08.
Objeto Resumido do Contrato: prestação de serviços de limpeza, assio e conservação predial, com o fornecimento de mão de obra, senões domissanizantes, materiais e equipamentos.
Objeto do Aditivo: 2º TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO, SENDO ESTE DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL, POR MAIS 15 (QUINZE) MESES, DENTRO DOS LIMITES IMPOSTOS NOS TERMOS DO ARTIGO 57, INCISO II, DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93 COM REDAÇÃO DADA PELA LEI FEDERAL Nº 9.648/98.
Vigência: 04/05/2020 à 03/08/2021
CNPJME Nº: R\$ 1.312.383,77
Valor Total do Aditivo: R\$ 1.312.383,77
Valor do exercício de 2020: R\$ 690.795,36

Valor do exercício de 2021: R\$ 621.588,41
Nota de Empenho: 2020NE00011; 2020NE0008 e 2020NE00115

Classificação dos recursos: 001001001 - Tesouro do Estado
Elemento de Despesa - 339037
Data Assinatura: 27/04/2020
Nº do Pregão: CRA Nº 102/2018

Centro Regional de Administração de Bauru

Extrato do Contrato
Número do Processo: 23712.76389/20 - Número do Contrato: 23712.5AAC.00011/2020

Parecer Jurídico: PAR.RES. CISEFAZ 16/19

Modalidade da Licitação: Dispensa de Licitação
Contratante(s): 200153 - CENTRO REG.ADMINISTRACAO DE BAURU

Contratada: CEAP COMPLEXO EDUCACIONAL ADONIRAN PAGAN LTDA

Objeto Resumido do Contrato: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENSINO FUNDAMENTAL - 1º ANO- PERÍODO INTEGRAL ATÉ OISETES ANOS DE IDADE

Vigência: 19/03/2020 à 14/09/2020

Valor Total do Contrato: R\$ 6.600,00

Valor do exercício: (2020): R\$ 5.600,00

Classificação dos recursos: 001001001 - Tesouro do Estado

Data Assinatura: 19/03/2020

Obs.: Replicado por ter sido com incursão. No nº do Pregão:

Centro Regional de Administração de Guarulhos

Extrato do Aditivo
Número do Processo: 23736.56214/2017

Número do Contrato: 23736.5AAC.00084-2017

Parecer Jurídico: CISEFAZ nº 11/19/2020

Modalidade da Licitação: Inexigibilidade de Licitação
Contratante: 200159 - CENTRO REG.ADMINISTRACAO DE GUARULHOS

Contratado: COLÉGIO IMPERIO LTDA, ME

Objeto Resumido do Contrato: Prestação de serviços de creche-berçário e educação infantil com fornecimento de refeição.

Objeto do Aditivo: Suspensão de execução do contrato em razão do reconhecimento do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia Covid-19.

Vigência: 11/05/2020 à 24/06/2021

Classificação dos recursos: 001001001 - Tesouro do Estado

Data Assinatura: 23/04/2020

Centro Regional de Administração de Osasco

Extrato do Aditivo
Número do Processo: 23740.268576/2016

Número do Contrato: 23740.5AAC.00098-2016

Parecer Jurídico: CISEFAZ nº 12/07/2020

Modalidade da Licitação: Pregão

Contratante(s): 200160 - CENTRO REG.ADMINISTRACAO DE OSASCO

Contratado: ESCOLA DE EDUCACAO INFANTIL AMABILE PROVASI LTDA

Objeto Resumido do Contrato: Quarto termo aditivo de suspensão temporária ao contrato de acolhimento infantil para a Regional Osasco.

Objeto do Aditivo: Quarto termo aditivo de suspensão temporária ao contrato de acolhimento infantil

Vigência: 01/04/2020 à 10/05/2020

Classificação dos recursos: 001001001 - Tesouro do Estado

Data Assinatura: 01/04/2020

SÃO PAULO PREVIDÊNCIA

SÃO PAULO PREVIDÊNCIA - SPRPV

PRIMEIRA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

COMUNICADO DE SUSPENSÃO DE SESSÃO PÚBLICA

CONCORRÊNCIA SPRPV Nº 01/2020

PROCESSO SPRPV Nº 282179/2017

OBJETO: VENDA DE IMÓVEL DA SÃO PAULO PREVIDÊNCIA - SPRPV NA CIDADE DE NOVA CANAÃ PAULISTA- SP, COM PAGAMENTO À VISTA OU PARCELADO, devendo ser descrito e caracterizado no Anexo 01, parte integrante do Edital.

Comunicamos que, em face da publicação do Decreto nº 64.946 de 17 de abril de 2020, que estende o período da medida de quarentena que trata o Decreto nº 64.881 de 22 de março de 2020, a até o dia 10 de maio de 2020, a data da sessão pública prevista para este procedimento fica suspensa por prazo indeterminado, devendo ocorrer nova publicação por ocasião da efetiva finalização do período de quarentena.

Quaisquer esclarecimentos deverão ser efetuados por intermédio do canal eletrônico lacarravalho@sp.gov.br ou pelo telefone 11 3214-9193.

São Paulo em, 27 de abril de 2020.

AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

AGÊNCIA PAULISTA DE TECNOLOGIA DOS AGRONEGÓCIOS

DEPARTAMENTO DE DECENTRALIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

Extrato de Nota de Empenho
Processo: 3.442/2020. Oferta de Compra: 130041000012020OC00023 Assunto: Aquisição de 10.000 FIEZ Mil Litros de Óleo Diesel. Licitação: Pregão Eletrônico n.º FED 12/2020. À VISTA OU PARCELADO. Empresa: 2020A000055. Valor Total: R\$ 26.700,00 (Vinte e Seis Mil e Setecentos Reais).

Contratante: Departamento de Decentralização do Desenvolvimento. Contratado: SÃO LEOPOLDO T.R.R. DIESEL LTDA, CNPJ: 53.819.934/0001-16. Classificação Econômica: 33903022. Programa de Trabalho: 20573130148740000. Data de Emissão: 27/04/2020.

Extrato Nota de Empenho
Objeto: Aquisição de 03 (três) lonas dupla face. Processo SAA nº 3.459/2020. Oferta de Compra: 130041000012020OC00024. Contratado: LAPREMA AGRPECUARIA LTDA - ME. CNPJ: 18.721.106/0001-40. Contratante: SAA - Departamento de Decentralização do Desenvolvimento. Modalidade: Convite BCB, nos termos do art. 22, inciso III e § 3º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e art. 22, inciso II, da Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989. Valor: R\$ 1.851,00 (Um Mil e Oitocentos e Cinquenta e Um Reais). Programa de Trabalho: 20573130148740000. Natureza de Despesa: 33903020. Nota de Empenho nº: 2020NE00056. Data de Emissão: 27/04/2020.

Vigência: 30 dias a partir da emissão da Nota de Empenho.

EDUCAÇÃO

DIRETORIAS DE ENSINO

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO SUL 1

PROCESSO Nº: 00180012/2016

INTERESSADO: DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO SUL 1

ASSUNTO: Interposição de Recursos (Base jurídica: Lei nº 10.520/2002, Lei nº 8.666/93, Lei nº 9.648/98, Lei nº 12.526/2012, Lei nº 12.527/2012, Lei nº 12.528/2012, Lei nº 12.529/2012, Lei nº 12.530/2012, Lei nº 12.531/2012, Lei nº 12.532/2012, Lei nº 12.533/2012, Lei nº 12.534/2012, Lei nº 12.535/2012, Lei nº 12.536/2012, Lei nº 12.537/2012, Lei nº 12.538/2012, Lei nº 12.539/2012, Lei nº 12.540/2012, Lei nº 12.541/2012, Lei nº 12.542/2012, Lei nº 12.543/2012, Lei nº 12.544/2012, Lei nº 12.545/2012, Lei nº 12.546/2012, Lei nº 12.547/2012, Lei nº 12.548/2012, Lei nº 12.549/2012, Lei nº 12.550/2012, Lei nº 12.551/2012, Lei nº 12.552/2012, Lei nº 12.553/2012, Lei nº 12.554/2012, Lei nº 12.555/2012, Lei nº 12.556/2012, Lei nº 12.557/2012, Lei nº 12.558/2012, Lei nº 12.559/2012, Lei nº 12.560/2012, Lei nº 12.561/2012, Lei nº 12.562/2012, Lei nº 12.563/2012, Lei nº 12.564/2012, Lei nº 12.565/2012, Lei nº 12.566/2012, Lei nº 12.567/2012, Lei nº 12.568/2012, Lei nº 12.569/2012, Lei nº 12.570/2012, Lei nº 12.571/2012, Lei nº 12.572/2012, Lei nº 12.573/2012, Lei nº 12.574/2012, Lei nº 12.575/2012, Lei nº 12.576/2012, Lei nº 12.577/2012, Lei nº 12.578/2012, Lei nº 12.579/2012, Lei nº 12.580/2012, Lei nº 12.581/2012, Lei nº 12.582/2012, Lei nº 12.583/2012, Lei nº 12.584/2012, Lei nº 12.585/2012, Lei nº 12.586/2012, Lei nº 12.587/2012, Lei nº 12.588/2012, Lei nº 12.589/2012, Lei nº 12.590/2012, Lei nº 12.591/2012, Lei nº 12.592/2012, Lei nº 12.593/2012, Lei nº 12.594/2012, Lei nº 12.595/2012, Lei nº 12.596/2012, Lei nº 12.597/2012, Lei nº 12.598/2012, Lei nº 12.599/2012, Lei nº 12.600/2012, Lei nº 12.601/2012, Lei nº 12.602/2012, Lei nº 12.603/2012, Lei nº 12.604/2012, Lei nº 12.605/2012, Lei nº 12.606/2012, Lei nº 12.607/2012, Lei nº 12.608/2012, Lei nº 12.609/2012, Lei nº 12.610/2012, Lei nº 12.611/2012, Lei nº 12.612/2012, Lei nº 12.613/2012, Lei nº 12.614/2012, Lei nº 12.615/2012, Lei nº 12.616/2012, Lei nº 12.617/2012, Lei nº 12.618/2012, Lei nº 12.619/2012, Lei nº 12.620/2012, Lei nº 12.621/2012, Lei nº 12.622/2012, Lei nº 12.623/2012, Lei nº 12.624/2012, Lei nº 12.625/2012, Lei nº 12.626/2012, Lei nº 12.627/2012, Lei nº 12.628/2012, Lei nº 12.629/2012, Lei nº 12.630/2012, Lei nº 12.631/2012, Lei nº 12.632/2012, Lei nº 12.633/2012, Lei nº 12.634/2012, Lei nº 12.635/2012, Lei nº 12.636/2012, Lei nº 12.637/2012, Lei nº 12.638/2012, Lei nº 12.639/2012, Lei nº 12.640/2012, Lei nº 12.641/2012, Lei nº 12.642/2012, Lei nº 12.643/2012, Lei nº 12.644/2012, Lei nº 12.645/2012, Lei nº 12.646/2012, Lei nº 12.647/2012, Lei nº 12.648/2012, Lei nº 12.649/2012, Lei nº 12.650/2012, Lei nº 12.651/2012, Lei nº 12.652/2012, Lei nº 12.653/2012, Lei nº 12.654/2012, Lei nº 12.655/2012, Lei nº 12.656/2012, Lei nº 12.657/2012, Lei nº 12.658/2012, Lei nº 12.659/2012, Lei nº 12.660/2012, Lei nº 12.661/2012, Lei nº 12.662/2012, Lei nº 12.663/2012, Lei nº 12.664/2012, Lei nº 12.665/2012, Lei nº 12.666/2012, Lei nº 12.667/2012, Lei nº 12.668/2012, Lei nº 12.669/2012, Lei nº 12.670/2012, Lei nº 12.671/2012, Lei nº 12.672/2012, Lei nº 12.673/2012, Lei nº 12.674/2012, Lei nº 12.675/2012, Lei nº 12.676/2012, Lei nº 12.677/2012, Lei nº 12.678/2012, Lei nº 12.679/2012, Lei nº 12.680/2012, Lei nº 12.681/2012, Lei nº 12.682/2012, Lei nº 12.683/2012, Lei nº 12.684/2012, Lei nº 12.685/2012, Lei nº 12.686/2012, Lei nº 12.687/2012, Lei nº 12.688/2012, Lei nº 12.689/2012, Lei nº 12.690/2012, Lei nº 12.691/2012, Lei nº 12.692/2012, Lei nº 12.693/2012, Lei nº 12.694/2012, Lei nº 12.695/2012, Lei nº 12.696/2012, Lei nº 12.697/2012, Lei nº 12.698/2012, Lei nº 12.699/2012, Lei nº 12.700/2012, Lei nº 12.701/2012, Lei nº 12.702/2012, Lei nº 12.703/2012, Lei nº 12.704/2012, Lei nº 12.705/2012, Lei nº 12.706/2012, Lei nº 12.707/2012, Lei nº 12.708/2012, Lei nº 12.709/2012, Lei nº 12.710/2012, Lei nº 12.711/2012, Lei nº 12.712/2012, Lei nº 12.713/2012, Lei nº 12.714/2012, Lei nº 12.715/2012, Lei nº 12.716/2012, Lei nº 12.717/2012, Lei nº 12.718/2012, Lei nº 12.719/2012, Lei nº 12.720/2012, Lei nº 12.721/2012, Lei nº 12.722/2012, Lei nº 12.723/2012, Lei nº 12.724/2012, Lei nº 12.725/2012, Lei nº 12.726/2012, Lei nº 12.727/2012, Lei nº 12.728/2012, Lei nº 12.729/2012, Lei nº 12.730/2012, Lei nº 12.731/2012, Lei nº 12.732/2012, Lei nº 12.733/2012, Lei nº 12.734/2012, Lei nº 12.735/2012, Lei nº 12.736/2012, Lei nº 12.737/2012, Lei nº 12.738/2012, Lei nº 12.739/2012, Lei nº 12.740/2012, Lei nº 12.741/2012, Lei nº 12.742/2012, Lei nº 12.743/2012, Lei nº 12.744/2012, Lei nº 12.745/2012, Lei nº 12.746/2012, Lei nº 12.747/2012, Lei nº 12.748/2012, Lei nº 12.749/2012, Lei nº 12.750/2012, Lei nº 12.751/2012, Lei nº 12.752/2012, Lei nº 12.753/2012, Lei nº 12.754/2012, Lei nº 12.755/2012, Lei nº 12.756/2012, Lei nº 12.757/2012, Lei nº 12.758/2012, Lei nº 12.759/2012, Lei nº 12.760/2012, Lei nº 12.761/2012, Lei nº 12.762/2012, Lei nº 12.763/2012, Lei nº 12.764/2012, Lei nº 12.765/2012, Lei nº 12.766/2012, Lei nº 12.767/2012, Lei nº 12.768/2012, Lei nº 12.769/2012, Lei nº 12.770/2012, Lei nº 12.771/2012, Lei nº 12.772/2012, Lei nº 12.773/2012, Lei nº 12.774/2012, Lei nº 12.775/2012, Lei nº 12.776/2012, Lei nº 12.777/2012, Lei nº 12.778/2012, Lei nº 12.779/2012, Lei nº 12.780/2012, Lei nº 12.781/2012, Lei nº 12.782/2012, Lei nº 12.783/2012, Lei nº 12.784/2012, Lei nº 12.785/2012, Lei nº 12.786/2012, Lei nº 12.787/2012, Lei nº 12.788/2012, Lei nº 12.789/2012, Lei nº 12.790/2012, Lei nº 12.791/2012, Lei nº 12.792/2012, Lei nº 12.793/2012, Lei nº 12.794/2012, Lei nº 12.795/2012, Lei nº 12.796/2012, Lei nº 12.797/2012, Lei nº 12.798/2012, Lei nº 12.799/2012, Lei nº 12.800/2012, Lei nº 12.801/2012, Lei nº 12.802/2012, Lei nº 12.803/2012, Lei nº 12.804/2012, Lei nº 12.805/2012, Lei nº 12.806/2012, Lei nº 12.807/2012, Lei nº 12.808/2012, Lei nº 12.809/2012, Lei nº 12.810/2012, Lei nº 12.811/2012, Lei nº 12.812/2012, Lei nº 12.813/2012, Lei nº 12.814/2012, Lei nº 12.815/2012, Lei nº 12.816/2012, Lei nº 12.817/2012, Lei nº 12.818/2012, Lei nº 12.819/2012, Lei nº 12.820/2012, Lei nº 12.821/2012, Lei nº 12.822/2012, Lei nº 12.823/2012, Lei nº 12.824/2012, Lei nº 12.825/2012, Lei nº 12.826/2012, Lei nº 12.827/2012, Lei nº 12.828/2012, Lei nº 12.829/2012, Lei nº 12.830/2012, Lei nº 12.831/2012, Lei nº 12.832/2012, Lei nº 12.833/2012, Lei nº 12.834/2012, Lei nº 12.835/2012, Lei nº 12.836/2012, Lei nº 12.837/2012, Lei nº 12.838/2012, Lei nº 12.839/2012, Lei nº 12.840/2012, Lei nº 12.841/2012, Lei nº 12.842/2012, Lei nº 12.843/2012, Lei nº 12.844/2012, Lei nº 12.845/2012, Lei nº 12.846/2012, Lei nº 12.847/2012, Lei nº 12.848/2012, Lei nº 12.849/2012, Lei nº 12.850/2012, Lei nº 12.851/2012, Lei nº 12.852/2012, Lei nº 12.853/2012, Lei nº 12.854/2012, Lei nº 12.855/2012, Lei nº 12.856/2012, Lei nº 12.857/2012, Lei nº 12.858/2012, Lei nº 12.859/2012, Lei nº 12.860/2012, Lei nº 12.861/2012, Lei nº 12.862/2012, Lei nº 12.863/2012, Lei nº 12.864/2012, Lei nº 12.865/2012, Lei nº 12.866/2012, Lei nº 12.867/2012, Lei nº 12.868/2012, Lei nº 12.869/2012, Lei nº 12.870/2012, Lei nº 12.871/2012, Lei nº 12.872/2012, Lei nº 12.873/2012, Lei nº 12.874/2012, Lei nº 12.875/2012, Lei nº 12.876/2012, Lei nº 12.877/2012, Lei nº 12.878/2012, Lei nº 12.879/2012, Lei nº 12.880/2012, Lei nº 12.881/2012, Lei nº 12.882/2012, Lei nº 12.883/2012, Lei nº 12.884/2012, Lei nº 12.885/2012, Lei nº 12.886/2012, Lei nº 12.887/2012, Lei nº 12.888/2012, Lei nº 12.889/2012, Lei nº 12.890/2012, Lei nº 12.891/2012, Lei nº 12.892/2012, Lei nº 12.893/2012, Lei nº 12.894/2012, Lei nº 12

090102090012020DL00868

090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
RUA DR.ENEAS CARVALHO DE AGUIAR, 188 - SAO PAULO
10106 - SECRETARIA DA SAUDE / COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRACAO

Procedimento:

Contratação Direta Dispensa de Licitação
licitacao3

Licitação:

2020811085078

Pacote:

4103339

Documento:

7670854

Mensagem processada aceita

Transmissões XML TCE

Lista de transmissões efetuadas.

Data	Situação	Id. Licitação	Id. Pacote	
05/05/2020 12:05:40	Documento armazenado, idDocumento:7670854	090102090012020DL00868	4103339	

Mostrando de 1 até 1 de 1 registros

Documento armazenado



SESCAP2020246758A



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Saúde
Coordenadoria Geral de Administração - Núcleo de Compras

Informação

Interessado: Coordenadoria Geral de Administração - CGA

Assunto: Aquisição de aventais de proteção visando o atendimento para enfrentamento calamidade pública decorrente do coronavírus (COVID-19)

Número de referência: INFORMAÇÃO NC Nº1053/2020

Em 24/04/2020 foi encaminhada a Nota de Empenho nº 2020NE00591, conforme comprovante de fls. 70.

Salientamos que o presente processo foi cadastrado no SCT conforme fls. 72.

Encaminhe-se ao **Centro de Logística de Material de Consumo** para o que couber.

São Paulo, 05 de maio de 2020.

SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS
Diretor Técnico II
Coordenadoria Geral de Administração - Núcleo de Compras





São Paulo, 06 de abril de 2020.

A,

Secretária da saúde.

Cotação para Aquisição direta

Segue os itens:

ESPECIFICAÇÃO	UND. MEDIDA	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
AVENTAL DE SEGURANÇA DESCARTÁVEL 1,30 X 1,30 TECIDO NÃO TECIDO, GRAMATURA 40, 100% POLIPROPILENO COM MANGA LONGA, ACABAMENTO OVERLOCK, FOLA OVERLOCK E PUNHO DE ELÁSTICO – (BRANCO, AZUL OU VERDE)	UNID	500.000	R\$21,90	R\$10.950.000,00

Pagamento: A vista

Validade da proposta: 5 dias.

Frete: CIF

Prazo de entrega conforme as datas abaixo:

CRONOGRAMA:

08/05/2020: 200.000

15/05/2020: 100.000

22/05/2020: 100.000

29/05/2020: 100.000

Daniel Pereira Marins

São Paulo, 06 de abril de 2020




Surgical Comércio e Importação de Materiais Médicos Ltda – ME
CNPJ: 23.548.642/0001-25 – Inscrição Estadual: 87.050.718
Rua Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro, 555, Sala 1002. Centro, Niterói, RJ. CEP 24.030-127
E-mail: surgical.licitacao@gmail.com
Telefone: (11) 96550-3725



Autenticado com senha por SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS - 19/05/2020 às 15:30:04.
Documento Nº: 5106371-736 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=5106371-736>



SESCAP2020282980A

Soma Supply EPIs					
Descrição Completa	Imagem	Preço Unitário	Quantidade	Prazo de Entrega *	
AVENTAL TNT GR 40 (1,20 X 1,50)		R\$ 22,90	300000	10 DIAS	
MÁSCARA CIRÚRGICA TRIPLA COM ELÁSTICO (BFE 98%)		R\$ 4,10	250000	10 DIAS	
LUVA LÁTEX PROCEDIMENTO COM PÓ CA 15112 VOLK (NÃO ATENDE RISCO BIOLÓGICO) - CAIXA COM 100 unidades		R\$ 28,90	1000	10 DIAS	



* Forma de pagamento: À coimbinar;

* Frete: CIF;

* Prazo de entrega: Até 10 dias (de acordo com demanda necessária)





Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Saúde
Coordenadoria Geral de Administração - Núcleo de Compras

Declaração

Interessado: Coordenadoria Geral de Administração - CGA

Assunto: Aquisição de aventais de proteção visando o atendimento para enfrentamento calamidade pública decorrente do coronavírus (COVID-19)

Declaramos para os devidos fins que o preço ofertado pela empresa **ORTOMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES EIRELI - EPP** bem como pesquisas entre outras empresas, fica demonstrada a razoabilidade de preços.

São Paulo, 19 de maio de 2020.

SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS
Diretor Técnico II
Coordenadoria Geral de Administração - Núcleo de Compras





Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Saúde
Coordenadoria Geral de Administração - Núcleo de Compras

Despacho

Interessado: Coordenadoria Geral de Administração - CGA

Assunto: Aquisição de aventais de proteção visando o atendimento para enfrentamento calamidade pública decorrente do coronavírus (COVID-19)

Número de referência: INFORMAÇÃO Nº 1162/2020

Informamos que nesta data foram juntados os documentos constantes às fls. 74/76, necessários para a devida instrução do processo, que não foram juntados a época.

São Paulo, 19 de maio de 2020.

SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS
Diretor Técnico II
Coordenadoria Geral de Administração - Núcleo de Compras





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
Coordenadoria Geral de Administração - Núcleo de Compras

Termo de Desentranhamento

Documento: SES-INF-2020/47384 1º Volume

Responsável: SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS

Certifico que, nesta data, desentranhei a folha 78 do 1º Volume do documento em epígrafe.

Motivo: Incluído fora da ordem.

São Paulo, 26 de maio de 2020.

SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS
Diretor Técnico II
Coordenadoria Geral de Administração - Núcleo de Compras





Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Saúde
Coordenadoria Geral de Administração - Núcleo de Compras

Informação

Interessado: Coordenadoria Geral de Administração - CGA

Assunto: Aquisição de aventais de proteção visando o atendimento para enfrentamento calamidade pública decorrente do coronavírus (COVID-19)

Número de referência: INFORMAÇÃO Nº 1163/2020

Retorne os autos ao **Centro de Logística de Material de Consumo** para o que couber.

São Paulo, 19 de maio de 2020.

SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS
Diretor Técnico II
Coordenadoria Geral de Administração - Núcleo de Compras




Assinado com senha por SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS - 19/05/2020 às 15:40:22.
Documento Nº: 5107186-1350 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=5107186-1350>



Classif. documental	004.01.04.002
---------------------	---------------



SESINF202047384A

DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA			
0-ENTRADA 1-SAÍDA		CHAVE DE ACESSO 4220 0509 5571 2900 0170 5500 1000 0039 0110 0156 0433	
ORTOMEDICAL COM. ATAC. MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA-ME Rua Domingos André Zentil, 277 - 5º a 811, Campinas, São José - SC - CEP: 55.117-000 CNPJ: 09.557.129/0001-70 - IE: 525045541		Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora	
NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA FORA ESTADO		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 342200063011296 04/05/2020 15:23:52	
INSCRIÇÃO ESTADUAL 256.242.941		INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT. CNPJ 09.557.129/0001-70	
DESTINATÁRIO NOME / RAZÃO SOCIAL SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE ENDEREÇO DOUTOR ENEAS CARVALHO DE AGUIAR, 188 MUNICÍPIO SAO PAULO UF SP			
FATURA / DUPLICATA 000003901/001 07/05/2020 770.000,00		CNPJ 46.374.500/0252-60 DATA DA EMISSÃO 04/05/2020 CEP 05403-000 DATA DA SAÍDA HORA DA SAÍDA	
CÁLCULO DO IMPOSTO BASE CÁLC ICMS 0,00 VALOR ICMS 0,00 BASE CÁLC ICMS ST 0,00 VALOR ICMS ST 0,00 TOTAL DOS PRODUTOS 770.000,00 VALOR FRETE 0,00 VALOR SEGURO 0,00 VALOR DESCONTO 0,00 OUTRAS DESP 0,00 VALOR IPI 0,00 TOTAL DA NOTA 770.000,00			
TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS NOME / RAZÃO SOCIAL NOSSO CARRO FRETE POR CONTA 0-Remetente CÓDIGO ANTT PLACA DO VEIC UF CNPJ 280.000.000 MUNICÍPIO UF INSCRIÇÃO ESTADUAL			
QUANTIDADE ESPECIE MARCA NUMERAÇÃO PESO BRUTO PESO LÍQUIDO			
DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS CÓDIGO PRODUTO DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO NCM/SH CST CFOP UNID QUANT VALOR UNIT VALOR TOTAL B.CÁLC ICMS VALOR ICMS ALIQ. ICMS 74835-S-L AVENTAL DESCARTAVEL GRANDE CX/200 63079010 040 6108 CX 275 2.800,00 770.000,00 0,00 0,00 20 NG 591 ND 33903032 Fonte 005.003.031 Proc. 202017251 CGA / CLMC 15 MAI 2020 PC de 11.00.000-7 Covid-19			
DADOS ADICIONAIS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES PROCESSO SES-PRC-2020/17251 NOTA DE EMPENHO: 2020NE00591 CONTRATO: 2020CT00530 ITENS ISENTOS DE ICMS CONFORME ART.2 PARAGRAFO XLII ANEXO 2 DO RICMS/01 REPRESENTANTE: 001 12040405201523 PV A-003.296		RESERVADO AO FISCO 06/05/2020 Dandre	



IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE  ORTOMEDICAL COM.ATAC.MAT.MED.HOSP.LTDA-ME - ORTOMEDICAL DOMINGOS ANDRE ZANINI, 277 - RUA - CAMPINAS 88117-200 SAO JOSE - SC ortomedicalsc@yahoo.com.br		CC-e CARTA DE CORREÇÃO ELETRÔNICA DE NF-e CHAVE DE ACESSO DA NF-e 4220 0509 5571 2900 0170 5500 1000 0039 0110 0156 0433 				
INSCRIÇÃO ESTADUAL 256.242.941	CNPJ 09.557.129/0001-70	MODELO 55	SÉRIE 1	NÚMERO DA NF-e 000.003.901	EMIÇÃO 04/05/2020	FOLHA 1/1

DESTINATÁRIO / REMETENTE NOME / RAZÃO SOCIAL SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE ENDEREÇO DOCTOR ENEAS CARVALHO DE AGUIAR, 188 MUNICÍPIO SAO PAULO		CNPJ 46.374.500/0252-60 BAIRRO / DISTRITO CERQUEIRA CESAR UF SP	CEP 05403-000 INSCRIÇÃO ESTADUAL
--	--	---	---

CONDIÇÃO DE USO

A Carta de Correção é disciplinada pelo § 1º-A do art. 7º do Convênio S/N, de 15 de dezembro de 1970 e pode ser utilizada para regularização de erro ocorrido na emissão de documento fiscal, desde que o erro não esteja relacionado com: I - as variáveis que determinam o valor do imposto tais como: base de cálculo, alíquota, diferença de preço, quantidade, valor da operação ou da prestação; II - a correção de dados cadastrais que implique mudança do remetente ou do destinatário; III - a data de emissão ou de saída.

SEQ	STATUS/MOTIVO	DATA DO REGISTRO	NÚMERO DO PROTOCOLO
1	135 Evento registrado e vinculado a NF-e	05/05/2020 15:22:48	342200063806783

INFORMO QUE A DESCRIÇÃO CORRETA DO PRODUTO É SOMENTE AVENTAL DESCARTAVEL .



Date: sexta-feira, 8 de maio de 2020 Time: 10:17:52

SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANÇAMENTO)
 CONSULTA EM 08/05/2020 AS 10:17
 DATA EMISSAO : 07MAI2020 USUARIO : SANDRA
 DATA LANÇAMENTO : 07MAI2020 NUMERO : 2020NL04203
 UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA TELA : 01/01
 GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
 CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE
 GESTAO FAVORECIDA :

EVENTO	INSCRIÇÃO DO EVENTO	REC/DESP	CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
411133	2020NE00591	33903031		005001133	770.000,00

OBSERVACAO :
PRE LIQUIDAÇÃO NF 000003901 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 07MAI2020 AS 9:02



Date: sexta-feira, 8 de maio de 2020 Time: 10:18:00

___ **SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANÇAMENTO)** ___
CONSULTA EM **08/05/2020** AS **10:17** USUARIO : **SANDRA**
DATA EMISSAO : **07MAI2020** NUMERO : **2020NL04204**
DATA LANÇAMENTO : **07MAI2020** TELA : **01/01**
UNIDADE GESTORA : **090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA**
GESTAO : **00001 - ADMINIST. DIRETA**
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: **09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE**
GESTAO FAVORECIDA :

EVENTO	INSCRIÇÃO DO EVENTO	REC/DESP CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
541202	2020/17251			770.000,00

OBSERVAÇÃO :
LIQUIDAÇÃO NF 000003901 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : **DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102** EM : **07MAI2020 AS 9:04**



Date: sexta-feira, 8 de maio de 2020 Time: 10:18:06

____ **SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANÇAMENTO)** _____
CONSULTA EM 08/05/2020 AS 10:18
DATA EMISSAO : 07MAI2020 SIAFISICO USUARIO : SANDRA
DATA LANÇAMENTO : 07MAI2020 NUMERO : 2020NL04210
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA TELA : 01/01
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE
GESTAO FAVORECIDA :

EVENTO	INSCRIÇÃO DO EVENTO	REC/DESP	CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
511702	2020NE00591	33903031		005001133	770.000,00

OBSERVACAO :
LIQUIDAÇÃO NF 000003901 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 07MAI2020 AS 9:27



Date: sexta-feira, 8 de maio de 2020 Time: 10:18:13

SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANCAMENTO)
 CONSULTA EM 08/05/2020 AS 10:18 USUARIO : SANDRA
 DATA EMISSAO : 07MAI2020 NUMERO : 2020NL04211
 DATA LANCAMENTO : 07MAI2020 TELA : 01/01
 UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
 GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
 CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
 GESTAO FAVORECIDA : 00001 - ADMINIST. DIRETA

EVENTO	INSCRICAO DO EVENTO	REC/DESP	CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
540469	2020NE00591	33903031		005001133	770.000,00
540461	CE999		115610102		770.000,00

OBSERVACAO :
 RECLASSIFICACAO NF 000003901 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 07MAI2020 AS 9:28





Date: sexta-feira, 8 de maio de 2020 Time: 10:18:24

SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONPD (CONSULTA PROGRAMA DESEMBOLSO)
CONSULTA EM 08/05/2020 AS 10:17 USUARIO : SANDRA
DATA EMISSAO : 07MAI2020 DATA VENCIMENTO : 07MAI2020 NUMERO : 2020PD01761
UG : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
*** PAGA ***
PAGADORA DATA PAGAMENTO : 07MAI2020 NL REF. : 2020NL04210
UG : 090050 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES OB PAG. : 2020OB03778
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
BANCO : 001 AGENCIA : 01897 CONTA CORRENTE : 000190462
S.PUBLICO SAO PAULO
FAVORECIDO / DOMICILIO BANCARIO
CNPJ/CPF/UG: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERI
GESTAO :
BANCO : 001 AGENCIA : 02638 CONTA CORRENTE : 000480029
SAO JOSE
PROCESSO : 2020/17251 VALOR : 770.000,00
FINALIDADE : PAGTO NF 000003901 AVENTAL COVID-19
EVENTO INSCRICAO DO EVENTO REC/DESP CLASSIFIC FONTE V A L O R
700601 2020NE00591 33903031 005001133 770.000,00

LANCADO POR: DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM: 07MAI2020 AS: 09:31



 ORTOMEDICAL COM.ATAC.MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA-ME <small>Comércio Atacadista de Materiais Médicos Hospitalares</small> <small>Rua Domingos André Zanini, 277 - Sala 511, Campinas, São José - SC - CEP: 88.117-200</small> <small>CNPJ: 09.557.129/0001-70 - IE: 256242941</small>		DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA 0-ENTRADA 1-SAÍDA 1 000.003.904 SÉRIE 1 FOLHA 1/1		 CHAVE DE ACESSO 4220 0509 5571 2900 0170 5500 1000 0039 0410 0156 1679 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora							
NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA FORA ESTADO				PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 342200063203113 04/05/2020 18:16:48							
INSCRIÇÃO ESTADUAL 256.242.941		INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.		CNPJ 09.557.129/0001-70							
DESTINATÁRIO											
NOME / RAZÃO SOCIAL SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE				CNPJ 46.374.500/0252-60 DATA DA EMISSÃO 04/05/2020							
ENDEREÇO DOUTOR ENEAS CARVALHO DE AGUIAR, 188		BAIRRO / DISTRITO CERQUEIRA CESAR		CEP 05403-000 DATA DA SAÍDA							
MUNICÍPIO SÃO PAULO		UF SP		HORA DA SAÍDA							
FATURA / DUPLICATA 000003904/001 07/05/2020 204.400,00											
CÁLCULO DO IMPOSTO											
BASE CÁLC ICMS 0,00		VALOR ICMS 0,00		TOTAL DOS PRODUTOS 204.400,00							
VALOR FRETE 0,00		VALOR SEGURO 0,00		VALOR DESCONTO 0,00							
OUTRAS DESP 0,00		VALOR IPI 0,00		TOTAL DA NOTA 204.400,00							
TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS											
NOME / RAZÃO SOCIAL NOSSO CARRO		FRETE POR CONTA 0-Remetente		CÓDIGO ANTT							
ENDEREÇO		MUNICÍPIO		UF							
QUANTIDADE		ESPECIE		MARCA							
NUMERAÇÃO		PESO BRUTO		PESO LÍQUIDO							
DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS											
CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	ALÍQ. ICMS
74835-S-L	AVENTAL DESCARTAVEL GRANDE CX/200 <i>ml 4500</i> <i>PD 1739</i> <i>ml 4301</i> <i>ml 4098</i> <i>ml 4099</i> <i>20NE.591 Fonte Ric.</i> <i>33903031 005.008.031</i> <i>Proc. 202017251</i> <i>Covid-19 Avental</i>	63079010	040	6108	CX	73	2.800,00	204.400,00	0,00	0,00	
								CGA / CLMC			
DADOS ADICIONAIS											
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES PROCESSO SES-PRC-2020/17251 NOTA DE EMPENHO: 2020NE00591 CONTRATO: 2020CT00530 ITENS ISENTOS DE ICMS CONFORME ART.2 PARAGRAFO XLII ANEXO 2 DO RICMS01 REPRESENTANTE: 001 18130405201816 PV A-003.299						RESERVADO AO FISCO 04 MAI 2020 41.00.000-7					



Date: segunda-feira, 18 de maio de 2020 Time: 18:52:54

SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANCAMENTO)
CONSULTA EM 18/05/2020 AS 18:52 USUARIO : SANDRA
DATA EMISSAO : 06MAI2020 SIAFISICO NUMERO : 2020NL04100
DATA LANCAMENTO : 06MAI2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMERCIO ATACADISTA DE
GESTAO FAVORECIDA :

EVENTO	INSCRICAO DO EVENTO	REC/DESP	CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
511702	2020NE00591	33903031		005001133	204.400,00

OBSERVACAO :
LIQUIDACAO NF 000003904 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 06MAI2020 AS 11:17



Date: segunda-feira, 18 de maio de 2020 Time: 18:53:05

SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANCAMENTO)
 CONSULTA EM 18/05/2020 ÀS 18:53 USUARIO : SANDRA
 DATA EMISSAO : 06MAI2020 NUMERO : 2020NL04101
 DATA LANCAMENTO : 06MAI2020 TELA : 01/01
 UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
 GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
 CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
 GESTAO FAVORECIDA : 00001 - ADMINIST. DIRETA

EVENTO	INSCRIÇÃO DO EVENTO	REC/DESP	CLASSIFIC	FONTE	V.A L O R
540469	2020NE00591	33903031		005001133	204.400,00
540461	CE999		115610102		204.400,00

OBSERVACAO :
 RECLASSIFICACAO NF 000003904 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 06MAI2020 ÀS 11:21



Date: segunda-feira, 18 de maio de 202 Time: 18:53:23

SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANÇAMENTO)
CONSULTA EM 18/05/2020 AS 18:53 USUARIO : SANDRA
DATA EMISSAO : 06MAI2020 NUMERO : 2020NL04098
DATA LANÇAMENTO : 06MAI2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE
GESTAO FAVORECIDA :

EVENTO	INSCRIÇÃO DO EVENTO	REC/DESP	CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
411133	2020NE00591	33903031		005001133	204.400,00

OBSERVAÇÃO :
PRE LIQUIDACÃO NF 000003904 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANÇADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 06MAI2020 AS 11:13



Date: segunda-feira, 18 de maio de 2020 Time: 18:53:13

SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANÇAMENTO)
 CONSULTA EM 18/05/2020 AS 18:53 USUARIO : SANDRA
 DATA EMISSAO : 06MAI2020 NUMERO : 2020NL04099
 DATA LANÇAMENTO : 06MAI2020 TELA : 01/01
 UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
 GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
 CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 09557129000170. - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE
 GESTAO FAVORECIDA :

EVENTO	INSCRIÇÃO DO EVENTO	REC/DESP CLASSIFIC	FONTE	VALOR
541202	2020/17251			204.400,00

OBSERVAÇÃO :
LIQUIDACAO NF 000003904 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 06MAI2020 AS 11:15



Date: segunda-feira, 18 de maio de 2020 Time: 18:53:33

____ SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONPD (CONSULTA PROGRAMA DESEMBOLSO)
CONSULTA EM 18/05/2020 AS 18:53 USUARIO : SANDRA
DATA EMISSAO : 06MAI2020 DATA VENCIMENTO : 06MAI2020 NUMERO : 2020PD01739
UG : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
* PAGA * NL REF. : 2020NL04100
PAGADORA DATA PAGAMENTO : 07MAI2020 OB PAG. : 2020OB03757
UG : 090050 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
BANCO : 001 AGENCIA : 01897 CONTA CORRENTE : 000190462
S.PUBLICO SAO PAULO
FAVORECIDO / DOMICILIO BANCARIO
CNPJ/CPF/UG: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERI
GESTAO :
BANCO : 001 AGENCIA : 02638 CONTA CORRENTE : 000480029
SAO JOSE
PROCESSO : 2020/17251 VALOR : 204.400,00
FINALIDADE : PAGTO NF 000003904 AVENTAL COVID-19
EVENTO INSCRIÇÃO DO EVENTO REC/DESP CLASSIFIC FONTE V A L O R
700601 2020NE00591 33903031 005001133 204.400,00

LANÇADO POR: DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM: 06MAI2020 AS: 11:19



 <p>ortomedical Comércio Atacadista de Materiais Médicos Hospitalares</p> <p>ORTOMEDICAL COM. ATAC. MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA-ME Rua Domingos André Zanini, 277 - Sala 511, Campinas, São José - SC - CEP: 88.117-200 CNPJ: 09.557.129/0001-70 - IE: 256242941</p>		<p>DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA</p> <p>0-ENTRADA 1-SAÍDA 1</p> <p>000.003.906 SÉRIE 1 FOLHA 1/1</p>	 <p>CHAVE DE ACESSO 4220 0509 5571 2900 0170 5500 1000 0039 0610 0195 3083</p> <p>Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora</p>
NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA FORA ESTADO		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 342200063801025 05/05/2020 15:17:56	
INSCRIÇÃO ESTADUAL 256.242.941	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.	CNPJ 09.557.129/0001-70	

DESTINATÁRIO		CNPJ 46.374.500/0252-60		DATA DA EMISSÃO 05/05/2020
NOME / RAZÃO SOCIAL SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE		BAIRRO / DISTRITO CERQUEIRA CESAR		CEP 05403-000
ENDEREÇO DOCTOR ENEAS CARVALHO DE AGUIAR, 188		MUNICÍPIO SÃO PAULO		UF SP
FONE / FAX		INSCRIÇÃO ESTADUAL		HORA DA SAÍDA

FATURA / DUPLICATA 000003906/001 08/05/2020 5.600,00					
CÁLCULO DO IMPOSTO					
BASE CÁLC ICMS 0,00	VALOR ICMS 0,00	BASE CÁLC ICMS ST 0,00	VALOR ICMS ST 0,00	TOTAL DOS PRODUTOS 5.600,00	
VALOR FRETE 0,00	VALOR SEGURO 0,00	VALOR DESCONTO 0,00	OUTRAS DESP 0,00	VALOR IPI 0,00	TOTAL DA NOTA 5.600,00

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS					
NOME / RAZÃO SOCIAL NOSSO CARRO		FRETE POR CONTA 0-Remetente	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍC	UF
ENDEREÇO		MUNICÍPIO		UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	ALÍQ. ICMS
74835-S-L	AVENTAL DESCARTAVEL CX/200 <i>74835-S-L 74835-S-L 74835-S-L 74835-S-L</i> <i>CGA / CLMC</i> <i>07 MAI 2020</i> <i>11.00.000-7</i> <i>Covid-19</i> <i>CONF. Leonardo 07/04/2020</i>	63079010	040	6108	CX	2	2.800,00	5.600,00	0,00	0,00	

DADOS ADICIONAIS		RESERVADO AO FISCO
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES ITENS ISENTOS DE ICMS CONFORME ART 2 PARAGRAFO XLII ANEXO 2 DO RICMS/01 REPRESENTANTE: 001 15160505201517 PV A-003.301 <i>NE 191</i> <i>2020/17251</i>		

RECEBEMOS DE ORTOMEDICAL COM. ATAC. MAT. MED. HOSP. LTDA-ME OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA Nº 000.003.906. EMISSÃO: 05/05/2020 VALOR TOTAL: 5.600,00 DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE - DOUTOR ENEAS CARVALHO DE AGUIAR, 188, CERQUEIRA CESAR, 05403-000-SÃO PAULO-SP		NF-e 000.003.906 SÉRIE 1
DATA DO RECEBIMENTO 07/05/2020	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR <i>Diemig</i>	

Date: segunda-feira, 18 de maio de 2020 Time: 13:05:54

SIAFEM2020-EXEFIN, CONSULTAS, CONNL (CONSULTA, NOTA DE LANÇAMENTO)
CONSULTA EM 18/05/2020 AS 13:05 USUARIO : SANDRA
DATA EMISSAO : 08MAI2020 NUMERO : 2020NL04497
DATA LANÇAMENTO : 08MAI2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE
GESTAO FAVORECIDA :

EVENTO	INSCRIÇÃO DO EVENTO	REC/DESP CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
411133	2020NE00591	33903031	005001133	5.600,00

OBSERVAÇÃO :
PRE LIQUIDAÇÃO NF 000003906 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANÇADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 08MAI2020 AS 17:22



Date: segunda-feira, 18 de maio de 2020 Time: 13:06:00

SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANÇAMENTO)
 CONSULTA EM 18/05/2020 AS 13:05 USUARIO : SANDRA
 DATA EMISSAO : 08MAI2020 NÚMERO : 2020NL04498
 DATA LANÇAMENTO : 08MAI2020 TELA : 01/01
 UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
 GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
 CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE
 GESTAO FAVORECIDA :

EVENTO	INSCRIÇÃO DO EVENTO	REC/DESP	CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
541202	2020/17251				5.600,00

OBSERVACAO :
 LIQUIDACAO NF 000003906 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 08MAI2020 AS 17:24



Date: segunda-feira, 18 de maio de 2020 Time: 13:06:05

SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANCAMENTO)
CONSULTA EM 18/05/2020 AS 13:06
DATA EMISSÃO : 11MAI2020 SIAFISICO USUARIO : SANDRA
DATA LANCAMENTO : 11MAI2020 NUMERO : 2020NL04514
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA TELA : 01/01
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE
GESTAO FAVORECIDA :

EVENTO	INSCRICAO DO EVENTO	REC/DESP CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
511702	2020NE00591	33903031	005001133	5.600,00

OBSERVAÇÃO :
LIQUIDAÇÃO NF 000003906 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 11MAI2020 AS 9:41



Date: segunda-feira, 18 de maio de 2020 Time: 13:06:13

SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANÇAMENTO)
CONSULTA EM 18/05/2020 AS 13:06 USUARIO : SANDRA
DATA EMISSAO : 11MAI2020 NUMERO : 2020NL04515
DATA LANÇAMENTO : 11MAI2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/JG FAVORECIDA: 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO FAVORECIDA : 00001 - ADMINIST. DIRETA

EVENTO	INSCRIÇÃO DO EVENTO	REC/DESP	CLASSIFIC.	FONTE	V A L O R
540469	2020NE00591	33903031		005001133	5.600,00
540461	CE999		115610102		5.600,00

OBSERVAÇÃO :
RECLASSIFICAÇÃO NF 000003906 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANÇADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 11MAI2020 AS 9:43



Date: quarta-feira, 3 de junho de 2020 Time: 10:03:59

SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONPD (CONSULTA PROGRAMA DESEMBOLSO)
CONSULTA EM 03/06/2020 AS 10:03 USUARIO : DAMBROSIO
DATA EMISSAO : 11MAI2020 DATA VENCIMENTO : 11MAI2020 NUMERO : 2020PD01862
UG : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
*** PAGA *** NL REF. : 2020NL04514
PAGADORA DATA PAGAMENTO : 11MAI2020 OB PAG. : 2020OB03862
UG : 090050 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
BANCO : 001 AGENCIA : 01897 CONTA CORRENTE : 000190462
S.PUBLICO SAO PAULO
FAVORECIDO / DOMICILIO BANCARIO
CNPJ/CPF/UG: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERI
GESTAO :
BANCO : 001 AGENCIA : 02638 CONTA CORRENTE : 000480029
SAO JOSE
PROCESSO : 2020/17251 VALOR : 5.600,00
FINALIDADE : PAGTO NF 000003906 AVENTAL COVID-19
EVENTO INSCRICAO DO EVENTO REC/DESP CLASSIFIC FONTE V A L O R
700601 2020NE00591 33903031 005001133 5.600,00

LANCADO POR: DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM: 11MAI2020 AS: 09:46



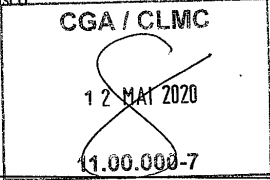
 <p>ORTOMEDICAL COM. ATAC. MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA-ME Comércio Atacadista de Materiais Médicos Hospitalares Rua Domingos André Zanini, 277 - Sala 511, Campinas, São José - SC - CEP: 88.117-200 CNPJ: 09.557.129/0001-70 - IE: 256242941</p>		<p>DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA</p> <p>0-ENTRADA 1-SAÍDA</p> <p>000.003.928 SÉRIE 1 FOLHA 1/1</p>	 <p>CHAVE DE ACESSO 4220 0509 5571 2900 0170 5500 1000 0039 2810 0432 0836</p> <p>Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora</p>
NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA FORA ESTADO		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 342200067116625 11/05/2020 16:11:58	
INSCRIÇÃO ESTADUAL 256.242.941	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.	CNPJ 09.557.129/0001-70	

DESTINATÁRIO		CNPJ	DATA DA EMISSÃO
NOME / RAZÃO SOCIAL SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE		46.374.500/0252-60	11/05/2020
ENDEREÇO	BAIRRO / DISTRITO	CEP	DATA DA SAÍDA
DOUTOR ENEAS CARVALHO DE AGUIAR, 188	CERQUEIRA CESAR	05403-000	
MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DA SAÍDA
SAO PAULO	SP		

FATURA / DUPLICATA	
000003928/001 14/05/2020 172.480,00	
CÁLCULO DO IMPOSTO	
BASE CÁLC ICMS 0,00	VALOR ICMS 0,00
BASE CÁLC ICMS ST 0,00	VALOR ICMS ST 0,00
TOTAL DOS PRODUTOS 172.480,00	
VALOR FRETE 0,00	VALOR SEGURO 0,00
VALOR DESCONTO 0,00	OUTRAS DESP 0,00
VALOR IPI 0,00	TOTAL DA NOTA 172.480,00

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS	
NOME / RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA
NOSSO CARRO	0-Remetente
ENDEREÇO	CÓDIGO ANTT
	PLACA DO VEIC
	UF
	CNPJ
	INSCRIÇÃO ESTADUAL
QUANTIDADE	ESPECIE
	MARCA
	NUMERAÇÃO
	PESO BRUTO
	PESO LÍQUIDO

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	ALÍQ ICMS
74835-S-L	AVENTAL DESCARTAVEL CX C/80	63079010	040	6108	CX	154	1.120,00	172.480,00	0,00	0,00	
	ML 4712										
	ML 4733										
	ML 5067										
	ML 5068										
	PG 2001										
	Covid-19 -pc gel										
	2020 NE 00194										

DADOS ADICIONAIS	
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES PROCESSO SES-PRC 2020/17251 NOTA DE OPME: 2020NE00591 CONTRATO: 2020CT00530 ITENS ISENTOS DE ICMS CONFORME ART.2 PARAGRAFO XLII ANEXO 2 DO RICMS01 REPRESENTANTE: 001 16021105201611 PV A-003.321 VIMAN Sistemas www.vimansca.com.br	RESERVADO AO FISCO 

RECEBEMOS DE ORTOMEDICAL COM. ATAC. MAT. MED. HOSP. LTDA-ME OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA Nº 000.003.928. EMISSÃO: 11/05/2020 VALOR TOTAL: 172.480,00 DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE - DOUTOR ENEAS CARVALHO DE AGUIAR, 188, CERQUEIRA CESAR, 05403-000-SAO PAULO-SP		NF-e 000.003.928 SÉRIE 1
DATA DO RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	



Autenticado com senha por DOUGLAS D'AMBROSIO DE SOUZA - 03/06/2020 às 10:50:44.
Documento Nº: 5445393-7925 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=5445393-7925>



SESCAP2020312618A

Date: segunda-feira, 18 de maio de 2020 Time: 18:55:26

SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANCAMENTO)

CONSULTA EM 18/05/2020 AS 18:55 USUARIO : SANDRA
 DATA EMISSAO : 13MAI2020 NUMERO : 2020NL04712
 DATA LANCAMENTO : 13MAI2020 TELA : 01/01
 UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
 GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
 CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMERCIO ATACADISTA DE
 GESTAO FAVORECIDA :

EVENTO	INSCRICAO DO EVENTO	REC/DESP	CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
411133	2020NE00591	33903031		005001133	172.480,00

OBSERVAÇÃO :
 PRE LIQUIDACAO NF 000003928 PROC. 202017251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 13MAI2020 AS 12:19



Date: segunda-feira, 18 de maio de 2020 Time: 18:55:32

SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANÇAMENTO)
 CONSULTA EM 18/05/2020 AS 18:55 USUÁRIO : SANDRA
 DATA EMISSÃO : 13MAI2020 NÚMERO : 2020NL04713
 DATA LANÇAMENTO : 13MAI2020 TELA : 01/01
 UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
 GESTÃO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
 CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE
 GESTÃO FAVORECIDA :

EVENTO	INSCRIÇÃO DO EVENTO	REC/DESP CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
541202	2020/17251			172.480,00

OBSERVAÇÃO :
 LIQUIDAÇÃO NF 000003928 PROC. 202017251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 13MAI2020 AS 12:22



Date: terça-feira, 19 de maio de 2020 Time: 12:16:34

SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANCAMENTO)
CONSULTA EM 19/05/2020 AS 12:16 USUARIO : SANDRA
DATA EMISSAO : 19MAI2020 SIAFISICO NUMERO : 2020NL05067
DATA LANCAMENTO : 19MAI2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMERCIO ATACADISTA DE
GESTAO FAVORECIDA :

EVENTO	INSCRICAO DO EVENTO	REC/DESP	CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
511702	2020NE00591	33903031		005001133	172.480,00

OBSERVAÇÃO :
LIQUIDACÃO NF 000003928 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 19MAI2020 AS 8:48



Date: terça-feira, 19 de maio de 2020 Time: 12:16:46

SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANÇAMENTO)
CONSULTA EM 19/05/2020 AS 12:16 USUARIO : SANDRA
DATA EMISSAO : 13MAI2020 NUMERO : 2020NL05068
DATA LANÇAMENTO : 13MAI2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO FAVORECIDA : 00001 - ADMINIST. DIRETA

EVENTO	INSCRIÇÃO DO EVENTO	REC/DESP	CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
540469	2020NE00591	33903031		005001133	172.480,00
540461	CE999		115610102		172.480,00

OBSERVACAO :
RECLASSIFICAÇÃO NF 000003928 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 19MAI2020 AS 9:01



Date: terça-feira, 2 de junho de 2020 Time: 10:06:20

SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONPD (CONSULTA PROGRAMA DESEMBOLSO)
CONSULTA EM 02/06/2020 AS 10:06 USUARIO : DAMBROSIO
DATA EMISSAO : 19MAI2020 DATA VENCIMENTO : 19MAI2020 NUMERO : 2020PD02004
UG : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
*** PAGA *** NL REF. : 2020NL05067
PAGADORA DATA PAGAMENTO : 28MAI2020 OB PAG. : 2020OB04615
UG : 090050 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
BANCO : 001 AGENCIA : 01897 CONTA CORRENTE : 000190462
S.PUBLICO SAO PAULO
FAVORECIDO / DOMICILIO BANCARIO
CNPJ/CPF/UG: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERI
GESTAO :
BANCO : 001 AGENCIA : 02638 CONTA CORRENTE : 000480029
SAO JOSE
PROCESSO : 2020/17251 VALOR : 172.480,00
FINALIDADE : PAGTO NF 000003928 AVENTAL COVID-19
EVENTO INSCRICAO DO EVENTO REC/DESP CLASSIFIC FONTE V A L O R
700601 2020NE00591 33903031 005001133 172.480,00

LANCADO POR: DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM: 19MAI2020 AS: 09:03



 <p>ORTOMEDICAL COM. ATAC. MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA-ME Rua Domingos André Zanini, 277 - Sala 511, Campinas, São José - SC - CEP: 88.117-200 CNPJ: 09.557.129/0001-70 - IE: 256242941</p>		<p>DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA</p> <p>0-ENTRADA 1-SAÍDA</p> <p>000.003.939 SÉRIE 1 FOLHA 1/1</p>	 <p>CHAVE DE ACESSO 4220 0509 5571 2900 0170 5500 1000 0039 3910 0512 0796</p> <p>Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora</p>
<p>NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA FORA ESTADO</p>		<p>PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 342200068768485 13/05/2020 17:48:05</p>	
<p>INSCRIÇÃO ESTADUAL 256.242.941</p>	<p>INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.</p>	<p>CNPJ 09.557.129/0001-70</p>	

<p>DESTINATÁRIO</p> <p>NOME / RAZÃO SOCIAL SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE</p> <p>ENDEREÇO DOUTOR ENEAS CARVALHO DE AGUIAR, 188</p> <p>MUNICÍPIO SÃO PAULO</p>		<p>CNPJ 46.374.500/0252-60</p> <p>DATA DA EMISSÃO 13/05/2020</p>
<p>BAIRRO / DISTRITO CERQUEIRA CESAR</p> <p>CEP 05403-000</p>	<p>DATA DA SAÍDA</p> <p>HORA DA SAÍDA</p>	
<p>UF SP</p>	<p>INSCRIÇÃO ESTADUAL</p>	

<p>FATURA / DUPLICATA</p> <p>000003939/001 18/05/2020 305.200,00</p>																				
<p>CÁLCULO DO IMPOSTO</p> <table border="1"> <tr> <td>BASE CÁLC ICMS 0,00</td> <td>VALOR ICMS 0,00</td> <td>BASE CÁLC ICMS ST 0,00</td> <td>VALOR ICMS ST 0,00</td> <td>TOTAL DOS PRODUTOS 305.200,00</td> </tr> <tr> <td>VALOR FRETE 0,00</td> <td>VALOR SEGURO 0,00</td> <td>VALOR DESCONTO 0,00</td> <td>OUTRAS DESP. 0,00</td> <td>VALOR IPI 0,00</td> </tr> <tr> <td colspan="4"></td> <td>TOTAL DA NOTA 305.200,00</td> </tr> </table>						BASE CÁLC ICMS 0,00	VALOR ICMS 0,00	BASE CÁLC ICMS ST 0,00	VALOR ICMS ST 0,00	TOTAL DOS PRODUTOS 305.200,00	VALOR FRETE 0,00	VALOR SEGURO 0,00	VALOR DESCONTO 0,00	OUTRAS DESP. 0,00	VALOR IPI 0,00					TOTAL DA NOTA 305.200,00
BASE CÁLC ICMS 0,00	VALOR ICMS 0,00	BASE CÁLC ICMS ST 0,00	VALOR ICMS ST 0,00	TOTAL DOS PRODUTOS 305.200,00																
VALOR FRETE 0,00	VALOR SEGURO 0,00	VALOR DESCONTO 0,00	OUTRAS DESP. 0,00	VALOR IPI 0,00																
				TOTAL DA NOTA 305.200,00																

<p>TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS</p> <p>NOME / RAZÃO SOCIAL NOSSO CARRO</p> <p>ENDEREÇO</p>						<p>FRETE POR CONTA 0-Remetente</p>	<p>CODIGO ANTT</p>	<p>PLACA DO VEIC</p>	<p>UF</p>	<p>CNPJ</p>
<p>QUANTIDADE</p>						<p>ESPECIE</p>	<p>MARCA</p>	<p>NUMERAÇÃO</p>	<p>PESO BRUTO</p>	<p>PESO LÍQUIDO</p>

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	ALÍQ. ICMS
74835-S-L	AVENTAL DESCARTAVEL CX C/100 Lote: (218) VVASSCM0001 Val: INDETER.	63079010	040	6108	CX	218	1.400,00	305.200,00	0,00	0,00	
	NK PNE - 5053										
	NL CT - 5054										
	NL - 5069										
	NL - 5070										
	PD - 2005										

<p>DADOS ADICIONAIS</p> <p>INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES</p> <p>PROCESSO SES-PRC-2020/17251</p> <p>NOTA DE EMPENHO: 2020NE00591</p> <p>CONTRATO: 2020CT00530</p> <p>ITENS ISENTOS DE ICMS CONFORME ART.2 PARAGRAFO XLII ANEXO 2 DO RICMS01</p> <p>REPRESENTANTE: 001</p> <p>17241305201748</p> <p>PV A-003.330</p> <p>NE 591</p> <p>NB. 33923031.</p> <p>Proc: 2020/12251</p> <p>QTD: 21.800</p>	<p>RESERVADO AO FISCO</p> <p>CGA / CLMC</p> <p>14 MAI 2020</p> <p>11.00.000-7</p> <p>005001192</p>
---	--



SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANÇAMENTO)
CONSULTA EM 19/05/2020 AS 13:43 USUARIO : RICARDO
DATA EMISSAO : 18MAI2020 NUMERO : 2020NL05053
DATA LANÇAMENTO : 18MAI2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE
GESTAO FAVORECIDA :

EVENTO	INSCRIÇÃO DO EVENTO	REC/DESP CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
411133	2020NE00591	33903031	005001133	305.200,00

OBSERVACAO :
PRE LIQUIDAÇÃO NF 000003939 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 18MAI2020 AS 18:33



____ **SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANCAMENTO)** _____
CONSULTA EM **19/05/2020 AS 13:44** USUARIO : **RICARDO**
DATA EMISSAO : **18MAI2020** NUMERO : **2020NL05054**
DATA LANCAMENTO : **18MAI2020** TELA : **01/01**
UNIDADE GESTORA : **090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA**
GESTAO : **00001 - ADMINIST. DIRETA**
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: **09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE**
GESTAO FAVORECIDA :

EVENTO INSCRICAO DO EVENTO REC/DESP CLASSIFIC FONTE V A L O R
541202 2020/17251 **305.200,00**

OBSERVACAO :
LIQUIDACÃO NF 000003939 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : **DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102** EM : **18MAI2020 AS 18:36**



SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANÇAMENTO)
CONSULTA EM 19/05/2020 AS 13:44 USUARIO : RICARDO
DATA EMISSAO : 19MAI2020 SIAFISICO NUMERO : 2020NL05069
DATA LANÇAMENTO : 19MAI2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE
GESTAO FAVORECIDA :

EVENTO	INSCRIÇÃO DO EVENTO	REC/DESP CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
511702	2020NE00591	33903031	005001133	305.200,00

OBSERVAÇÃO :
LIQUIDAÇÃO NF 000003939 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 19MAI2020 AS 9:14



SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANCAMENTO)
CONSULTA EM 19/05/2020 AS 13:44 USUARIO : RICARDO
DATA EMISSAO : 18MAI2020 NUMERO : 2020NL05070
DATA LANCAMENTO : 18MAI2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO FAVORECIDA : 00001 - ADMINIST. DIRETA

EVENTO	INSCRICAO DO EVENTO	REC/DESP	CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
540469	2020NE00591	33903031		005001133	305.200,00
540461	CE999		115610102		305.200,00

OBSERVACAO :
RECLASSIFICAÇÃO NF 000003939 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 19MAI2020 AS 9:16



Date: terça-feira, 2 de junho de 2020 Time: 10:07:30

SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONPD (CONSULTA PROGRAMA DESEMBOLSO)
CONSULTA EM 02/06/2020 AS 10:07 USUARIO : DAMBROSIO
DATA EMISSAO : 19MAI2020 DATA VENCIMENTO : 19MAI2020 NUMERO : 2020PD02005
UG : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
*** PAGA *** NL REF. : 2020NL05069
PAGADORA DATA PAGAMENTO : 28MAI2020 OB PAG. : 2020OB04616
UG : 090050 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
BANCO : 001 AGENCIA : 01897 CONTA CORRENTE : 000190462
S.PUBLICO SAO PAULO
FAVORECIDO / DOMICILIO BANCARIO
CNPJ/CPF/UG: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERI
GESTAO :
BANCO : 001 AGENCIA : 02638 CONTA CORRENTE : 000480029
SAO JOSE
PROCESSO : 2020/17251 VALOR : 305.200,00
FINALIDADE : PAGTO NF 000003939 AVENTAL COVID-19
EVENTO INSCRICAO DO EVENTO REC/DESP CLASSIFIC FONTE V A L O R
700601 2020NE00591 33903031 005001133 305.200,00

LANCADO POR: DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM: 19MAI2020 AS: 09:19



 ORTOMEDICAL Comércio Atacadista de Materiais Médicos Hospitalares RUA DOMINGOS ANDRÉ ZAVATI, 277 - Sala 511, Campinas, São José - SC - CEP: 88.117-200 CNPJ: 09.557.129/0001-70 - IPI: 256242841	DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA	
	0-ENTRADA 1-SAÍDA	CHAVE DE ACESSO 4220 0509 5571 2900 0170 5500 1000 0039 5110 0671 6735 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora
NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA FORA ESTADO		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 342200070565168 17/05/2020 16:10:37
INSCRIÇÃO ESTADUAL 256.242.941	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.	CNPJ 09.557.129/0001-70

DESTINATÁRIO NOME / RAZÃO SOCIAL SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE		CNPJ 46.374.500/0252-60	DATA DA EMISSÃO 17/05/2020
ENDEREÇO DOCTOR ENEAS CARVALHO DE AGUIAR, 188		BAIRRO / DISTRITO CERQUEIRA CESAR	CEP 05403-000
MUNICÍPIO SAO PAULO		UF SP	DATA DA SAÍDA
FONE / FAX 		INSCRIÇÃO ESTADUAL 	HORA DA SAÍDA

FATURA / DUPLICATA 000003951/001 20/05/2020 129.920,00			
CÁLCULO DO IMPOSTO			
BASE CÁLC ICMS 0,00	VALOR ICMS 0,00	BASE CÁLC ICMS ST 0,00	VALOR ICMS ST 0,00
TOTAL DOS PRODUTOS 129.920,00			
VALOR FRETE 0,00	VALOR SEGURO 0,00	VALOR DESCONTO 0,00	OUTRAS DESP 0,00
VALOR IPI 0,00		TOTAL DA NOTA 129.920,00	

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS NOME / RAZÃO SOCIAL NOSSO CARRO		FRETE POR CONTA 0-Remetente	CÓDIGO ANTT 	PLACA DO VEÍC 	UF 	CNPJ
ENDEREÇO 		MUNICÍPIO 		UF 	INSCRIÇÃO ESTADUAL 	
QUANTIDADE 	ESPÉCIE 	MARCA 	NUMERAÇÃO 	PESO BRUTO 	PESO LÍQUIDO 	

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	ALIQ ICMS
74835-S-L	AVENTAL DESCARTAVEL CX C/80 Lote: (116) 1001 Val: INDETER. <i>NLME - 5281</i> <i>NLCT - 5282</i> <i>NL - 5308</i> <i>NL@ - 5389</i> <i>PJ - 2084</i>	63079010	040	6108	CX	116	1.120,00	129.920,00	0,00	0,00	
<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; display: inline-block;"> CGA/CLMC 18 MAI 2020 11.00.000-7 </div>											

DADOS ADICIONAIS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES PROCESSO SES-PRC-2020/1 7251 NOTA DE EMPENHO: 2020EN00591 CONTRATO: 2020CT00530 ITENS ISENTOS DE ICMS CONFORME ART.2 PARAGRAFO XLII ANEXO 2 DO RICMS/01 REPRESENTANTE: 001 16051705201610 PV A-003.340	RESERVADO AO FISCO <i>Recobido 19.05 Cof</i> <i>Joung ms</i>
---	---

005001133



SESCAP2020312652A



Date: terça-feira, 2 de junho de 2020 Time: 10:12:19

SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANÇAMENTO)
CONSULTA EM 02/06/2020 AS 10:11 USUARIO : DAMBROSIO
DATA EMISSAO : 26MAI2020 NUMERO : 2020NL05281
DATA LANÇAMENTO : 26MAI2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE
GESTAO FAVORECIDA :

EVENTO	INSCRIÇÃO DO EVENTO	REC/DESP CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
411133	2020NE00591	33903031	005001133	129.920,00

OBSERVAÇÃO :
PRE LIQUIDACÃO NF 000003951 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 26MAI2020 AS 16:10



Date: terça-feira, 2 de junho de 2020 Time: 10:12:42

SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANÇAMENTO)
CONSULTA EM 02/06/2020 AS 10:12 USUARIO : DAMBROSIO
DATA EMISSAO : 27MAI2020 SIAFISICO NUMERO : 2020NL05388
DATA LANÇAMENTO : 27MAI2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE
GESTAO FAVORECIDA :

EVENTO	INSCRIÇÃO DO EVENTO	REC/DESP CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
511702	2020NE00591	33903031	005001133	129.920,00

OBSERVACAO :
LIQUIDAÇÃO NF 000003951 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 27MAI2020 AS 13:53



Date: terça-feira, 2 de junho de 2020 Time: 10:12:53

____ **SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANÇAMENTO)** _____
CONSULTA EM 02/06/2020 AS 10:12 USUARIO : DAMBROSIO
DATA EMISSAO : 26MAI2020 NUMERO : 2020NL05389
DATA LANÇAMENTO : 26MAI2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO FAVORECIDA : 00001 - ADMINIST. DIRETA

EVENTO	INSCRIÇÃO DO EVENTO	REC/DESP	CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
540469	2020NE00591	33903031		005001133	129.920,00
540461	CE999		115610102		129.920,00

OBSERVAÇÃO :
RECLASSIFICAÇÃO NF 000003951 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANÇADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 27MAI2020 AS 13:55



Date: terça-feira, 2 de junho de 2020 Time: 10:13:04

SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONPD (CONSULTA PROGRAMA DESEMBOLSO)
CONSULTA EM 02/06/2020 AS 10:11 USUARIO : DAMBROSIO
DATA EMISSAO : 27MAI2020 DATA VENCIMENTO : 27MAI2020 NUMERO : 2020PD02084
UG : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
*** PAGA *** NL REF. : 2020NL05388
PAGADORA DATA PAGAMENTO : 28MAI2020 OB PAG. : 2020OB04620
UG : 090050 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
BANCO : 001 AGENCIA : 01897 CONTA CORRENTE : 000190462
S.PUBLICO SAO PAULO
FAVORECIDO / DOMICILIO BANCARIO
CNPJ/CPF/UG: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERI
GESTAO :
BANCO : 001 AGENCIA : 02638 CONTA CORRENTE : 000480029
SAO JOSE
PROCESSO : 2020/17251 VALOR : 129.920,00
FINALIDADE : PAGTO NF 000003951 AVENTAL COVID-19
EVENTO INSCRICAO DO EVENTO REC/DESP CLASSIFIC FONTE V A L O R
700601 2020NE00591 33903031 005001133 129.920,00

LANCADO POR: DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM: 27MAI2020 AS: 13:57



DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA 0-ENTRADA 1-SAÍDA 1 000.003.952 SÉRIE 1 FOLHA 1/1		 CHAVE DE ACESSO 4220 0509 5571 2900 0170 5500 1000 0039 5210 0671 8433 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora
ORTOMEDICAL COM.ATAC.MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA-ME Rua Domingos André Zorini, 277 - Sala 511, Campinas, São José - SC - CEP: 88.117-200 CNPJ: 09.557.129/0001-70 - IES: 356.40241		
NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA FORA ESTADO		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 342200070567084 17/05/2020 16:31:24
INSCRIÇÃO ESTADUAL 256.242.941	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.	CNPJ 09.557.129/0001-70

DESTINATÁRIO NOME / RAZÃO SOCIAL SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE ENDEREÇO DOUTOR ENEAS CARVALHO DE AGUIAR, 188 MUNICÍPIO SAO PAULO		CNPJ 46.374.500/0252-60 DATA DA EMISSÃO 17/05/2020 CEP 05403-000 DATA DA SAÍDA
UF SP	BAIRRO / DISTRITO CERQUEIRA CESAR FONE / FAX	INSCRIÇÃO ESTADUAL HORA DA SAÍDA

FATURA / DUPLICATA 000003952/001 20/05/2020 95.200,00
--

CÁLCULO DO IMPOSTO											
BASE CÁLC ICMS	0,00	VALOR ICMS	0,00	BASE CÁLC ICMS ST	0,00	VALOR ICMS ST	0,00	TOTAL DOS PRODUTOS	95.200,00		
VALOR FRETE	0,00	VALOR SEGURO	0,00	VALOR DESCONTO	0,00	OUTRAS DESP	0,00	VALOR IPI	0,00	TOTAL DA NOTA	95.200,00

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS NOME / RAZÃO SOCIAL NOSSO CARRO ENDEREÇO		FRETE POR CONTA 0-Remetente	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEIC	UF	CNPJ
		MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL		
QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO	

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS															
CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	ALÍQ ICMS				
74835-S-L	AVENTAL DESCARTAVEL CX C/100 Lote: (68) 20205S01 Val: INDETER.	63079010	040	6108	CX	68	1.400,00	95.200,00	0,00	0,00					
NL PMS - 5279 NL CT - 5280 NL - 5392 NL 42 - 5393 20 - 2086															

DADOS ADICIONAIS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES PROCESSO SES-PRC-2020/17251 NOTA DE EMPENHO: 2020NE00591 CONTRATO: 2020CT00530 ITENS ISENTOS DE ICMS CONFORME ART.2 PARAGRAFO XLII ANEXO 2 DO RICMS01 REPRESENTANTE: 001 16291705201631 PV A-003.341	RESERVADO AO FISCO 18 MAI 2020 11.00.000-7
--	--

RECEBIDO 19.05.2020
DAIAGM



SESCAP2020312652A



Date: quarta-feira, 3 de junho de 2020 Time: 10:10:57

SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANÇAMENTO)
CONSULTA EM 03/06/2020 AS 10:10 USUARIO : DAMBROSIO
DATA EMISSAO : 26MAI2020 NUMERO : 2020NL05279
DATA LANÇAMENTO : 26MAI2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE
GESTAO FAVORECIDA :

EVENTO INSCRICAO DO EVENTO REC/DESP CLASSIFIC FONTE V A L O R
411133 2020NE00591 33903031 005001133 95.200,00

OBSERVACAO :
PRE LIQUIDACÃO NF 000003952 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 26MAI2020 AS 16:04



Date: quarta-feira, 3 de junho de 2020 Time: 10:11:11

SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANÇAMENTO)
 CONSULTA EM 03/06/2020 AS 10:11 USUARIO : DAMBROSIO
 DATA EMISSAO : 27MAI2020 SIAFISICO NUMERO : 2020NL05392
 DATA LANÇAMENTO : 27MAI2020 TELA : 01/01
 UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
 GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
 CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE
 GESTAO FAVORECIDA :

EVENTO	INSCRIÇÃO DO EVENTO	REC/DESP CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
511702	2020NE00591	33903031	005001133	95.200,00

OBSERVAÇÃO :
 LIQUIDAÇÃO NF 000003952 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 27MAI2020 AS 14:10



Date: quarta-feira, 3 de junho de 2020 Time: 10:11:22

SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANÇAMENTO)
CONSULTA EM 03/06/2020 AS 10:11 USUARIO : DAMBROSIO
DATA EMISSAO : 26MAI2020 NUMERO : 2020NL05393
DATA LANÇAMENTO : 26MAI2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO FAVORECIDA : 00001 - ADMINIST. DIRETA

EVENTO	INSCRIÇÃO DO EVENTO	REC/DESP	CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
540469	2020NE00591	33903031		005001133	95.200,00
540461	CE999		115610102		95.200,00

OBSERVAÇÃO :
RECLASSIFICAÇÃO NF 000003952 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANÇADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 27MAI2020 AS 14:11




Date: quarta-feira, 3 de junho de 2020 Time: 10:12:21

SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONPD (CONSULTA PROGRAMA DESEMBOLSO)
CONSULTA EM 03/06/2020 AS 10:12 USUARIO : DAMBROSIO
DATA EMISSAO : 27MAI2020 DATA VENCIMENTO : 27MAI2020 NUMERO : 2020PD02086
UG : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
*** PAGA *** NL REF. : 2020NL05392
PAGADORA DATA PAGAMENTO : 28MAI2020 OB PAG. : 2020OB04622
UG : 090050 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
BANCO : 001 AGENCIA : 01897 CONTA CORRENTE : 000190462
S.PUBLICO SAO PAULO
FAVORECIDO / DOMICILIO BANCARIO
CNPJ/CPF/UG: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERI
GESTAO :
BANCO : 001 AGENCIA : 02638 CONTA CORRENTE : 000480029
SAO JOSE
PROCESSO : 2020/17251 VALOR : 95.200,00
FINALIDADE : PAGTO NF 000003952 AVENTAL COVID-19
EVENTO INSCRICAO DO EVENTO REC/DESP CLASSIFIC FONTE V A L O R
700601 2020NE00591 33903031 005001133 95.200,00

LANCADO POR: DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM: 27MAI2020 AS: 14:13



DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA 0-ENTRADA 1-SAÍDA 000.003.953 SÉRIE 1 FOLHA 1/1		 CHAVE DE ACESSO 4220 0509 5571 2900 0170 5500 1000 0039 5310 0672 0176 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora	
ORTOMEDICAL COM.ATAC.MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA-ME Rua Domingos André Zecchin, 277 - Sala 011, Campinas, São José - SC - CEP: 88.117-000 CNPJ: 09.557.129/0001-70 - IE: 256.042541			
NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA FORA ESTADO		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 342200070567484 17/05/2020 16:37:45	
INSCRIÇÃO ESTADUAL 256.242.941	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.	CNPJ 09.557.129/0001-70	
DESTINATÁRIO NOME / RAZÃO SOCIAL SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE ENDEREÇO DOUTOR ENEAS CARVALHO DE AGUIAR, 188 MUNICÍPIO SAO PAULO UF SP		CNPJ 46.374.500/0252-60 DATA DA EMISSÃO 17/05/2020 CEP 05403-000 DATA DA SAÍDA HORA DA SAÍDA	
FATURA / DUPLICATA 000003953/001 20/05/2020 5.040,00			
CÁLCULO DO IMPOSTO			
BASE CÁLC ICMS 0,00	VALOR ICMS 0,00	BASE CÁLC ICMS ST 0,00	VALOR ICMS ST 0,00
TOTAL DOS PRODUTOS 5.040,00			
VALOR FRETE 0,00	VALOR SEGURO 0,00	VALOR DESCONTO 0,00	OUTRAS DESP 0,00
TOTAL DA NOTA 5.040,00		VALOR IPI 0,00	
TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS			
NOME / RAZÃO SOCIAL NOSSO CARRO ENDEREÇO		FRETE POR CONTA 0-Remetente	CODIGO ANTT
MUNICÍPIO		PLACA DO VEIC	UF
QUANTIDADE		ESPECIE	MARCA
NUMERAÇÃO		PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS			
CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	CST
74835-S-L	AVENTAL DESCARTAVEL CX C/60 Lote: (6) 20205S01 Val: INDETER.	63079010	040
		6108	CX
		QUANT	6
		VALOR UNIT	840,00
		VALOR TOTAL	5.040,00
		B.CÁLC ICMS	0,00
		VALOR ICMS	0,00
		ALIQ. ICMS	
NL 116 - 5277 NL CT - 5278 NL - 5390 NL @ - 5391 PD - 2085			
DADOS ADICIONAIS			
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES PROCESSO SES-PRC-2020/17251 NOTA DE EMPENHO: 2020NE00591 CONTRATO: 2020CT00530 ITENS ISENTOS DE ICMS CONFORME ART.2 PARAGRAFO XLII ANEXO 2 DO RICMS01 REPRESENTANTE: 001 16361705201637 PV A-003.342		RESERVADO AO FISCO 11.00.000-7 18 MAI 2020	



Date: terça-feira, 2 de junho de 2020 Time: 10:04:22

SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANÇAMENTO)
CONSULTA EM 02/06/2020 AS 10:04 USUARIO : DAMBROSIO
DATA EMISSAO : 26MAI2020 NUMERO : 2020NL05277
DATA LANÇAMENTO : 26MAI2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE
GESTAO FAVORECIDA :

EVENTO	INSCRIÇÃO DO EVENTO	REC/DESP CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
411133	2020NE00591	33903031	005001133	5.040,00

OBSERVAÇÃO :
PRE LIQUIDACÃO NF 000003953 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 26MAI2020 AS 16:02



Date: terça-feira, 2 de junho de 2020 Time: 10:04:37

SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANÇAMENTO)
CONSULTA EM 02/06/2020 AS 10:04 USUARIO : DAMBROSIO
DATA EMISSAO : 27MAI2020 SIAFISICO NUMERO : 2020NL05390
DATA LANÇAMENTO : 27MAI2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE
GESTAO FAVORECIDA :

EVENTO	INSCRIÇÃO DO EVENTO	REC/DESP CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
511702	2020NE00591	33903031	005001133	5.040,00

OBSERVACAO :
LIQUIDAÇÃO NF 000003953 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 27MAI2020 AS 14:04



Date: terça-feira, 2 de junho de 2020 Time: 10:04:46

SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANÇAMENTO)
CONSULTA EM 02/06/2020 AS 10:04 USUARIO : DAMBROSIO
DATA EMISSAO : 26MAI2020 NUMERO : 2020NL05391
DATA LANÇAMENTO : 26MAI2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO FAVORECIDA : 00001 - ADMINIST. DIRETA

EVENTO	INSCRIÇÃO DO EVENTO	REC/DESP	CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
540469	2020NE00591	33903031		005001133	5.040,00
540461	CE999		115610102		5.040,00

OBSERVAÇÃO :
RECLASSIFICAÇÃO NF 000003953 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANÇADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 27MAI2020 AS 14:05





Date: terça-feira, 2 de junho de 2020 Time: 10:05:06

____ **SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONPD (CONSULTA PROGRAMA DESEMBOLSO)** _____
CONSULTA EM 02/06/2020 AS 10:05 USUARIO : DAMBROSIO
DATA EMISSAO : 27MAI2020 DATA VENCIMENTO : 27MAI2020 NUMERO : 2020PD02085
UG : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
* PAGA * NL REF. : 2020NL05390
PAGADORA DATA PAGAMENTO : 28MAI2020 OB PAG. : 2020OB04621
UG : 090050 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
BANCO : 001 AGENCIA : 01897 CONTA CORRENTE : 000190462
S.PUBLICO SAO PAULO
FAVORECIDO / DOMICILIO BANCARIO
CNPJ/CPF/UG: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERI
GESTAO :
BANCO : 001 AGENCIA : 02638 CONTA CORRENTE : 000480029
SAO JOSE
PROCESSO : 2020/17251 VALOR : 5.040,00
FINALIDADE : PAGTO NF 000003953 AVENTAL COVID-19
EVENTO INSCRICAO DO EVENTO REC/DESP CLASSIFIC FONTE V A L O R
700601 2020NE00591 33903031 005001133 5.040,00

LANCADO POR: DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM: 27MAI2020 AS: 14:07



 <p>ORTOMEDICAL COM. ATAC. MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA-ME Comércio Atacadista de Materiais Médicos Hospitalares Rua Domingos André Zanini, 277 - Sala 511, Campinas, São José - SC - CEP: 86.117-200 CNPJ: 09.557.129/0001-70 - IE: 258242941</p>		<p>DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA</p> <p>0-ENTRADA 1-SAÍDA</p> <p>000.003.956 SÉRIE 1 FOLHA 1/1</p>		 <p>CHAVE DE ACESSO 4220 0509 5571 2900 0170 5500 1000 0039 5610 0712 0867</p> <p>Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora</p>							
NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA FORA ESTADO		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 342200070949040 18/05/2020 13:37:57									
INSCRIÇÃO ESTADUAL 256.242.941		INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.		CNPJ 09.557.129/0001-70							
DESTINATÁRIO											
NOME / RAZÃO SOCIAL SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE				CNPJ 46.374.500/0252-60							
ENDEREÇO DOUTOR ENEAS CARVALHO DE AGUIAR, 188				DATA DA EMISSÃO 18/05/2020							
MUNICÍPIO SAO PAULO				CEP 05403-000							
UF SP				DATA DA SAÍDA							
FONE / FAX				HORA DA SAÍDA							
FATURA / DUPLICATA 000003956/001 21/05/2020 219.800,00											
CÁLCULO DO IMPOSTO											
BASE CÁLC ICMS 0,00		VALOR ICMS 0,00		TOTAL DOS PRODUTOS 219.800,00							
VALOR FRETE 0,00		VALOR SEGURO 0,00		VALOR ICMS ST 0,00							
VALOR DESCONTO 0,00		OUTRAS DESP 0,00		VALOR IPI 0,00							
				TOTAL DA NOTA 219.800,00							
TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS											
NOME / RAZÃO SOCIAL NOSSO CARRO				CNPJ							
FRETE POR CONTA 0-Remetente				CÓDIGO ANTT							
ENDEREÇO				PLACA DO VEIC							
MUNICÍPIO				UF							
QUANTIDADE				INSCRIÇÃO ESTADUAL							
ESPECIE				PESO BRUTO							
MARCA				PESO LÍQUIDO							
NUMERAÇÃO											
DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS											
CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	ALÍQ. ICMS
74835-S-L	AVENTAL DESCARTAVEL CX C/100 Lote: (157) 420 Val: INDETER.	63079010	040	6108	CX	157	1.400,00	219.800,00	0,00	0,00	
<p>NHPIE - 5285</p> <p>NHCT - 5287</p> <p>NH - 5386</p> <p>NH - 5387</p> <p>NH - 2023</p> <p>PD -</p> <p>CGA / CLMC</p> <p>18 MAI 2020</p> <p>11.00.000-7</p>											
DADOS ADICIONAIS						RESERVADO AO FISCO					
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES PROCESSO SES-PRC-2020/17251 NOTA DE EMPENHO: 2020NE00591 CONTRATO: 2020CT00530 ITENS ISENTOS DE ICMS CONFORME ART.2 PARAGRAFO XLII ANEXO 2 DO RICMS01 REPRESENTANTE: 001 13101805201337 PV A-003.344 VIMAN Sistemas www.vimansca.com.br						<p>Recebido 19.05.2020</p> <p><i>Douglas</i></p>					



Date: terça-feira, 2 de junho de 2020 Time: 10:09:24

SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANÇAMENTO)
CONSULTA EM 02/06/2020 AS 10:09 USUARIO : DAMBROSIO
DATA EMISSAO : 26MAI2020 NUMERO : 2020NL05285
DATA LANÇAMENTO : 26MAI2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE
GESTAO FAVORECIDA :

EVENTO	INSCRIÇÃO DO EVENTO	REC/DESP CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
411133	2020NE00591	33903031	005001133	219.800,00

OBSERVAÇÃO :
PRE LIQUIDAÇÃO NF 000003956 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 26MAI2020 AS 16:27



Date: terça-feira, 2 de junho de 2020 Time: 10:10:03

SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANÇAMENTO)
CONSULTA EM 02/06/2020 AS 10:10 USUARIO : DAMBROSIO
DATA EMISSAO : 27MAI2020 SIAFISICO NUMERO : 2020NL05386
DATA LANÇAMENTO : 27MAI2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE
GESTAO FAVORECIDA :

EVENTO INSCRICAO DO EVENTO REC/DESP CLASSIFIC FONTE V A L O R
511702 2020NE00591 33903031 005001133 219.800,00

OBSERVACAO :
LIQUIDAÇÃO NF 000003956 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 27MAI2020 AS 13:42



Date: terça-feira, 2 de junho de 2020 Time: 10:10:12

SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANÇAMENTO)
CONSULTA EM 02/06/2020 AS 10:10 USUARIO : DAMBROSIO
DATA EMISSAO : 26MAI2020 NUMERO : 2020NL05387
DATA LANÇAMENTO : 26MAI2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO FAVORECIDA : 00001 - ADMINIST. DIRETA

EVENTO	INSCRIÇÃO DO EVENTO	REC/DESP	CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
540469	2020NE00591	33903031		005001133	219.800,00
540461	CE999		115610102		219.800,00

OBSERVAÇÃO :
RECLASSIFICAÇÃO NF 000003956 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 27MAI2020 AS 13:47



Date: terça-feira, 2 de junho de 2020 Time: 10:10:23

SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONPD (CONSULTA PROGRAMA DESEMBOLSO)
CONSULTA EM 02/06/2020 AS 10:10 USUARIO : DAMBROSIO
DATA EMISSAO : 27MAI2020 DATA VENCIMENTO : 27MAI2020 NUMERO : 2020PD02083
UG : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
*** PAGA ***
PAGADORA DATA PAGAMENTO : 28MAI2020 NL REF. : 2020NL05386
UG : 090050 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES OB PAG. : 2020OB04619
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
BANCO : 001 AGENCIA : 01897 CONTA CORRENTE : 000190462
S.PUBLICO SAO PAULO
FAVORECIDO / DOMICILIO BANCARIO
CNPJ/CPF/UG: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERI
GESTAO :
BANCO : 001 AGENCIA : 02638 CONTA CORRENTE : 000480029
SAO JOSE
PROCESSO : 2020/17251 VALOR : 219.800,00
FINALIDADE : PAGTO NF 000003956 AVENTAL COVID-19
EVENTO INSCRICAO DO EVENTO REC/DESP CLASSIFIC FONTE V A L O R
700601 2020NE00591 33903031 005001133 219.800,00

LANCADO POR: DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM: 27MAI2020 AS: 13:49



Date: sexta-feira, 19 de junho de 2020 Time: 10:20:47

SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANÇAMENTO)
 CONSULTA EM 19/06/2020 AS 10:20 USUARIO : DAMBROSIO
 DATA EMISSAO : 05JUN2020 NUMERO : 2020NL05883
 DATA LANÇAMENTO : 05JUN2020 TELA : 01/01
 UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
 GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
 CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE
 GESTAO FAVORECIDA :

EVENTO	INSCRIÇÃO DO EVENTO	REC/DESP CLASSIFIC	FONTE	VALOR
411133	2020NE00591	33903031	005001133	6.675.620,00

OBSERVAÇÃO :
 PRE LIQUIDAÇÃO NFS 000003973/4009/4010/4011/4013/4014/4015/4016/4017/4020/4021/4022/4025/4027 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 05JUN2020 AS 16:28



SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANCAMENTO)
CONSULTA EM 09/06/2020 AS 13:08 USUARIO : RICARDO
DATA EMISSAO : 05JUN2020 NUMERO : 2020NL05884
DATA LANCAMENTO : 05JUN2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE
GESTAO FAVORECIDA :

EVENTO	INSCRICAO DO EVENTO	REC/DESP	CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
541202	2020/17251				6.675.620,00

OBSERVACAO :
LIQUIDACAO NFS 000003973/4009/4010/4011/4013/4014/4015/4016/4017/4020/4021
4022/4025/4027 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 05JUN2020 AS 16:35



Date: sexta-feira, 19 de junho de 2020 Time: 10:22:25

___ SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANÇAMENTO) ___
CONSULTA EM 19/06/2020 AS 10:21 USUARIO : DAMBROSIO
DATA EMISSAO : 05JUN2020 SIAFISICO NUMERO : 2020NL05887
DATA LANÇAMENTO : 05JUN2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE
GESTAO FAVORECIDA :

EVENTO	INSCRIÇÃO DO EVENTO	REC/DESP	CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
511702	2020NE00591	33903031		005001133	336.000,00

OBSERVAÇÃO :
LIQUIDACÃO NF 000003973 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 05JUN2020 AS 16:43



SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANCAMENTO)
CONSULTA EM 09/06/2020 AS 13:14 USUARIO : RICARDO
DATA EMISSAO : 05JUN2020 NUMERO : 2020NL05964
DATA LANCAMENTO : 05JUN2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO FAVORECIDA : 00001 - ADMINIST. DIRETA

EVENTO	INSCRICAO DO EVENTO	REC/DESP	CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
540469	2020NE00591	33903031		005001133	336.000,00
540461	CE999		115610102		336.000,00

OBSERVACAO :
RECLASSIFICACÃO NF 000003973 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 09JUN2020 AS 10:05



SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONPD (CONSULTA PROGRAMA DESEMBOLSO)
CONSULTA EM 09/06/2020 AS 13:19 USUARIO : RICARDO
DATA EMISSAO : 08JUN2020 DATA VENCIMENTO : 08JUN2020 NUMERO : 2020PD02305
UG : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
* PAGA * NL REF. : 2020NL05887
PAGADORA DATA PAGAMENTO : 09JUN2020 OB PAG. : 2020OB05002
UG : 090050 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
BANCO : 001 AGENCIA : 01897 CONTA CORRENTE : 000190462
S.PUBLICO SAO PAULO
FAVORECIDO / DOMICILIO BANCARIO
CNPJ/CPF/UG: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERI
GESTAO :
BANCO : 001 AGENCIA : 02638 CONTA CORRENTE : 000480029
SAO JOSE
PROCESSO : 2020/17251 VALOR : 336.000,00
FINALIDADE : NF.3973 AQS. DE AVENTAIS (COVID-19)
EVENTO INSCRICAO DO EVENTO REC/DESP CLASSIFIC FONTE V A L O R
700601 2020NE00591 33903031 005001133 336.000,00
LANCADO POR: Nanci APARECIDA GALFI - 090010 EM: 08JUN2020 AS: 13:08



 <p>ORTOMEDICAL COM. ATAC. MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA-ME Rua Domingos André Zanini, 277 - Sala 511, Campinas, São José - SC - CEP: 88.117-200 CNPJ: 09.557.129/0001-70 - IE: 256242941</p>		<p>DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA</p> <p>0-ENTRADA 1-SAÍDA</p> <p>000.004.009 SÉRIE 1 FOLHA 1/1</p>	 <p>CHAVE DE ACESSO 4220 0509 5571 2900 0170 5500 1000 0040 0910 0922 0724</p> <p>Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora</p>
NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA FORA ESTADO		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 342200074484747 23/05/2020 14:32:49	
INSCRIÇÃO ESTADUAL 256.242.941	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.	CNPJ 09.557.129/0001-70	

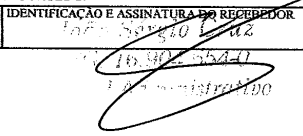
DESTINATÁRIO		CNPJ 46.374.500/0252-60		DATA DA EMISSÃO 23/05/2020
NOME / RAZÃO SOCIAL SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE		BAIRRO / DISTRITO CERQUEIRA CESAR		CEP 05403-000
ENDEREÇO DOUTOR ENEAS CARVALHO DE AGUIAR, 188		MUNICÍPIO SÃO PAULO		UF SP
FATURA / DUPLICATA		INSCRIÇÃO ESTADUAL		HORA DA SAÍDA

CÁLCULO DO IMPOSTO				
BASE CÁLC ICMS 0,00	VALOR ICMS 0,00	BASE CÁLC ICMS ST 0,00	VALOR ICMS ST 0,00	TOTAL DOS PRODUTOS 187.600,00
VALOR FRETE 0,00	VALOR SEGURO 0,00	VALOR DESCONTO 0,00	OUTRAS DESP 0,00	TOTAL DA NOTA 187.600,00

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS				
NOME / RAZÃO SOCIAL NOSSO CARRO		FRETE POR CONTA 0-Remetente	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍC
ENDEREÇO		MUNICÍPIO	UF	CNPJ
QUANTIDADE	ESPECIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO
				PESO LÍQUIDO

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	ALÍQ. ICMS
74835-S-L	AVENTAL DESCARTAVEL CX C/100 Lote: (134) SL Val: INDETER.	63079010	040	6108	CX	134	1.400,00	187.600,00	0,00	0,00	

DADOS ADICIONAIS		RESERVADO AO FISCO
<p>INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES</p> <p>LOTES VVAS02 E J1150B</p> <p>PROCESSO SES-PRC-2020/17251 // NOTA DE EMPENHO: 2020NE00591</p> <p>CONTRATO: 2020CT00530</p> <p>ICMS ISENTO: Lei no 17.930/2020 SC.</p> <p>ITENS ISENTOS DE ICMS CONFORME ART.2 PARAGRAFO XLII ANEXO 2 DO RICMS01</p> <p>REPRESENTANTE: 001</p> <p>14212305201432</p> <p>PV A-003.381</p> <p>VIMAN Sistemas www.vimansca.com.br</p>		<p>CGA/CLMC</p> <p>04 JUN 2020</p> <p>11.00.000-7</p>

RECEBEMOS DE ORTOMEDICAL COM. ATAC. MAT. MED. HOSP. LTDA-ME OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA Nº 000.004.009. EMISSÃO: 23/05/2020 VALOR TOTAL: 187.600,00 DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE - DOUTOR ENEAS CARVALHO DE AGUIAR, 188, CERQUEIRA CESAR, 05403-000-SÃO PAULO-SP		NF-e 000.004.009 SÉRIE 1
DATA DO RECEBIMENTO 09/06/2020	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR 	



SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANCAMENTO)
CONSULTA EM 09/06/2020 AS 13:13 USUARIO : RICARDO
DATA EMISSAO : 05JUN2020 SIAFISICO NUMERO : 2020NL05888
DATA LANCAMENTO : 05JUN2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE
GESTAO FAVORECIDA :

EVENTO	INSCRICAO DO EVENTO	REC/DESP CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
511702	2020NE00591	33903031	005001133	187.600,00

OBSERVACAO :
LIQUIDACAO NF 000004009 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 05JUN2020 AS 16:44



SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANCAMENTO)
 CONSULTA EM 09/06/2020 AS 13:13 USUARIO : RICARDO
 DATA EMISSAO : 05JUN2020 NUMERO : 2020NL05963
 DATA LANCAMENTO : 05JUN2020 TELA : 01/01
 UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
 GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
 CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
 GESTAO FAVORECIDA : 00001 - ADMINIST. DIRETA

EVENTO	INSCRICAO DO EVENTO	REC/DESP	CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
540469	2020NE00591	33903031		005001133	187.600,00
540461	CE999		115610102		187.600,00

OBSERVACAO :
 RECLASSIFICAÇÃO NF 000004009 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 09JUN2020 AS 10:04



____ SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONPD (CONSULTA PROGRAMA DESEMBOLSO) _____
CONSULTA EM 09/06/2020 AS 13:19 USUARIO : RICARDO
DATA EMISSAO : 08JUN2020 DATA VENCIMENTO : 08JUN2020 NUMERO : 2020PD02303
UG : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
* PAGA * NL REF. : 2020NL05888
PAGADORA DATA PAGAMENTO : 09JUN2020 OB PAG. : 2020OB05001
UG : 090050 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
BANCO : 001 AGENCIA : 01897 CONTA CORRENTE : 000190462
S.PUBLICO SAO PAULO
FAVORECIDO / DOMICILIO BANCARIO
CNPJ/CPF/UG: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERI
GESTAO :
BANCO : 001 AGENCIA : 02638 CONTA CORRENTE : 000480029
SAO JOSE
PROCESSO : 2020/17251 VALOR : 187.600,00
FINALIDADE : NF.4009 AQS. DE AVENTAIS (COVID-19)
EVENTO INSCRIÇÃO DO EVENTO REC/DESP CLASSIFIC FONTE V A L O R
700601 2020NE00591 33903031 005001133 187.600,00
LANCADO POR: Nanci Aparecida Galfi - 090010 EM: 08JUN2020 AS: 13:05



 <p>ORTOMEDICAL COM. ATAC. MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA-ME Rua Domingos André Zanini, 277 - Sala 511, Campinas, SP - CEP: 13.117-200 CNPJ: 09.557.129/0001-70 - I.E.: 256242941</p>		<p>DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA.</p> <p>0-ENTRADA 1-SAÍDA</p> <p>000.004.010 SÉRIE 1 FOLHA 1/1</p>	 <p>CHAVE DE ACESSO 4220 0509 5571 2900 0170 5500 1000 0040 1010 0922 3074</p> <p>Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora</p>
NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA FORA ESTADO		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 342200074504797 23/05/2020 17:14:29	
INSCRIÇÃO ESTADUAL 256.242.941	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.	CNPJ 09.557.129/0001-70	

DESTINATÁRIO		CNPJ	DATA DA EMISSÃO
NOME / RAZÃO SOCIAL SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE		46.374.500/0252-60	23/05/2020
ENDEREÇO DOCTOR ENEAS CARVALHO DE AGUIAR, 188	Bairro / Distrito CERQUEIRA CESAR	CEP 05403-000	DATA DA SAÍDA
MUNICÍPIO SAO PAULO	UF SP	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DA SAÍDA

FATURA / DUPLICATA 000004010/001 26/05/2020 291.200,00			
CÁLCULO DO IMPOSTO			
BASE CÁLC ICMS 0,00	VALOR ICMS 0,00	BASE CÁLC ICMS ST 0,00	VALOR ICMS ST 0,00
TOTAL DOS PRODUTOS 291.200,00			
VALOR FRETE 0,00	VALOR SEGURO 0,00	VALOR DESCONTO 0,00	OUTRAS DESP 0,00
VALOR IPI 0,00		TOTAL DA NOTA 291.200,00	

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS			
NOME / RAZÃO SOCIAL NOSSO CARRO	FRETE POR CONTA 0-Remetente	CODIGO ANTT	PLACA DO VEIC
ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
QUANTIDADE	ESPECIE	MARCA	NUMERAÇÃO
PESO BRUTO		PESO LÍQUIDO	

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	ALÍQ ICMS
74835-S-L	AVENTAL DESCARTAVEL CX C/100 Lote: (208) 202005S02 Val: INDETER.	63079010	040	6108	CX	208	1.400,00	291.200,00	0,00	0,00	

Total: 20.800
12 ME - 5883
12 CT - 2884
12 - 5889
PD 2302
12 - 5962

<p>DADOS ADICIONAIS</p> <p>INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES PROCESSO SES-PRC-2020/17251 NOTA DE EMPENHO: 2020NE00591 CONTRATO: 2020CT00530 ICMS ISENTO: Lei no 17.930/2020 SC. ITENS ISENTOS DE ICMS CONFORME ART.2 PARAGRAFO XLII ANEXO 2 DO RICMS01 REPRESENTANTE: 001 17122305201714 PV A-003.382 VIMAN Sistemas www.vimansa.com.br</p>	<p>RESERVADO AO FISCO</p> <p><i>Cond-19</i> <i>PC 02</i></p> <p><i>CGA/CLMC</i> <i>24 JUN 2020</i> <i>11.00.000-7</i></p>
--	---

<p>RECEBEMOS DE ORTOMEDICAL COM. ATAC. MAT. MED. HOSP. LTDA-ME OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA Nº 000.004.010. EMISSÃO: 23/05/2020 VALOR TOTAL: 291.200,00 DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE - DOCTOR ENEAS CARVALHO DE AGUIAR, 188, CERQUEIRA CESAR, 05403-000-SAO PAULO-SP</p>		<p>NF-e 000.004.010 SÉRIE 1</p>
<p>DATA DO RECEBIMENTO <i>04/06/20</i></p>	<p>IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR <i>João Sérgio Cruz</i> <i>RG: 12.512.554-0</i> <i>Oficial Administrativo</i></p>	



SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANCAMENTO)
CONSULTA EM 09/06/2020 AS 13:12 USUARIO : RICARDO
DATA EMISSAO : 05JUN2020 SIAFISICO NUMERO : 2020NL05889
DATA LANCAMENTO : 05JUN2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE
GESTAO FAVORECIDA :

EVENTO	INSCRICAO DO EVENTO	REC/DESP	CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
511702	2020NE00591	33903031		005001133	291.200,00

OBSERVACAO :
LIQUIDACÃO NF 000004010 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 05JUN2020 AS 16:45



____ **SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANÇAMENTO)** _____
CONSULTA EM 09/06/2020 AS 13:12 USUARIO : RICARDO
DATA EMISSAO : 05JUN2020 NUMERO : 2020NL05962
DATA LANÇAMENTO : 05JUN2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO FAVORECIDA : 00001 - ADMINIST. DIRETA

EVENTO	INSCRIÇÃO DO EVENTO	REC/DESP	CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
540469	2020NE00591	33903031		005001133	291.200,00
540461	CE999		115610102		291.200,00

OBSERVAÇÃO :
RECLASSIFICAÇÃO NF 000004010 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANÇADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 09JUN2020 AS 10:03



SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONPD (CONSULTA PROGRAMA DESEMBOLSO)
CONSULTA EM 09/06/2020 AS 13:19 USUARIO : RICARDO
DATA EMISSAO : 08JUN2020 DATA VENCIMENTO : 08JUN2020 NUMERO : 2020PD02302
UG : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
*** PAGA *** NL REF. : 2020NL05889
PAGADORA DATA PAGAMENTO : 09JUN2020 OB PAG. : 2020OB05000
UG : 090050 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
BANCO : 001 AGENCIA : 01897 CONTA CORRENTE : 000190462
S.PUBLICO SAO PAULO
FAVORECIDO / DOMICILIO BANCARIO
CNPJ/CPF/UG: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERI
GESTAO :
BANCO : 001 AGENCIA : 02638 CONTA CORRENTE : 000480029
SAO JOSE
PROCESSO : 2020/17251 VALOR : 291.200,00
FINALIDADE : NF.4010 AQS. DE AVENTAIS (COVID-19)
EVENTO INSCRICAO DO EVENTO REC/DESP CLASSIFIC FONTE V A L O R
700601 2020NE00591 33903031 005001133 291.200,00
LANCADO POR: Nanci Aparecida Galfi - 090010 EM: 08JUN2020 AS: 13:03



 <p>ORTOMEDICAL COM. ATAC. MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA-ME Comércio Atacadista de Materiais Médicos Hospitalares Rua Domingos André Zanini, 277 - Sala 511, Campinas, São José - SC - CEP: 68.117-200 CNPJ: 09.557.129/0001-70 - IE: 256242941</p>		<p>DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA</p> <p>0-ENTRADA 1-SAÍDA</p> <p>000.004.011 SÉRIE 1 FOLHA 1/1</p>	 <p>CHAVE DE ACESSO 4220 0509 5571 2900 0170 5500 1000 0040 1110 0962 6435</p> <p>Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora</p>
<p>NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA FORA ESTADO</p>		<p>PROTÓCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 342200074540515 24/05/2020 11:39:38</p>	
<p>INSCRIÇÃO ESTADUAL 256.242.941</p>	<p>INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.</p>	<p>CNPJ 09.557.129/0001-70</p>	

<p>DESTINATÁRIO</p> <p>NOME / RAZÃO SOCIAL SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE</p> <p>ENDEREÇO DOUTOR ENEAS CARVALHO DE AGUIAR, 188</p> <p>MUNICÍPIO SAO PAULO</p>		<p>CNPJ 46.374.500/0252-60</p> <p>DATA DA EMISSÃO 24/05/2020</p>	<p>CEP 05403-000</p> <p>DATA DA SAÍDA</p>
<p>BAIRRO / DISTRITO CERQUEIRA CESAR</p> <p>FONE / FAX</p>	<p>INSCRIÇÃO ESTADUAL</p>	<p>HORA DA SAÍDA</p>	

<p>FATURA / DUPLICATA 000004011/001 27/05/2020 681.240,00</p>																							
<p>CÁLCULO DO IMPOSTO</p> <table border="1"> <tr> <td>BASE CÁLC ICMS</td> <td>VALOR ICMS</td> <td>BASE CÁLC ICMS ST</td> <td>VALOR ICMS ST</td> <td>TOTAL DOS PRODUTOS</td> </tr> <tr> <td>0,00</td> <td>0,00</td> <td>0,00</td> <td>0,00</td> <td>681.240,00</td> </tr> </table> <table border="1"> <tr> <td>VALOR FRETE</td> <td>VALOR SEGURO</td> <td>VALOR DESCONTO</td> <td>OUTRAS DESP</td> <td>VALOR IPI</td> <td>TOTAL DA NOTA</td> </tr> <tr> <td>0,00</td> <td>0,00</td> <td>0,00</td> <td>0,00</td> <td>0,00</td> <td>681.240,00</td> </tr> </table>		BASE CÁLC ICMS	VALOR ICMS	BASE CÁLC ICMS ST	VALOR ICMS ST	TOTAL DOS PRODUTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	681.240,00	VALOR FRETE	VALOR SEGURO	VALOR DESCONTO	OUTRAS DESP	VALOR IPI	TOTAL DA NOTA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	681.240,00
BASE CÁLC ICMS	VALOR ICMS	BASE CÁLC ICMS ST	VALOR ICMS ST	TOTAL DOS PRODUTOS																			
0,00	0,00	0,00	0,00	681.240,00																			
VALOR FRETE	VALOR SEGURO	VALOR DESCONTO	OUTRAS DESP	VALOR IPI	TOTAL DA NOTA																		
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	681.240,00																		

<p>TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS</p> <p>NOME / RAZÃO SOCIAL GELOS CUBINHO</p> <p>ENDEREÇO ICARA</p>		<p>FRETE POR CONTA 0-Remetente</p>	<p>CÓDIGO ANTT</p>	<p>PLACA DO VEIC</p>	<p>UF SC</p>	<p>CNPJ 04.525.921/0001-29</p>
<p>QUANTIDADE 701</p>	<p>ESPECIE CAIXA</p>	<p>MARCA</p>	<p>NUMERAÇÃO</p>	<p>PESO BRUTO</p>	<p>INSCRIÇÃO ESTADUAL 254.240.607</p>	<p>PESO LÍQUIDO</p>

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	ALÍQ. ICMS
74835-S-L C/100	AVENTAL DESCARTAVEL CX C/100 Lote: (129) SL Val: INDETER.	63079010	040	6108	CX	129	1.400,00	180.600,00	0,00	0,00	
74835-S-L C/40	AVENTAL DESCARTAVEL CX C/40 Lote: (10) SL Val: INDETER.	63079010	040	6108	CX	10	560,00	5.600,00	0,00	0,00	
74835-S-L C/60	AVENTAL DESCARTAVEL CX C/60 Lote: (413) SL Val: INDETER.	63079010	040	6108	CX	413	840,00	346.920,00	0,00	0,00	
74835-S-L C/70	AVENTAL DESCARTAVEL CX C/70 Lote: (134) SL Val: INDETER.	63079010	040	6108	CX	134	980,00	131.320,00	0,00	0,00	
74835-S-L C/80	AVENTAL DESCARTAVEL CX C/80 Lote: (15) SL Val: INDETER.	63079010	040	6108	CX	15	1.120,00	16.800,00	0,00	0,00	

<p>DADOS ADICIONAIS</p> <p>INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES PROCESSO SES-PRC-2020/17251 // NOTA DE EMPENHO: 2020NE00591 CONTRATO: 2020CT00530 // ICMS ISENTO: Lei no 17.930/2020 SC. LOTE: J1150B PLACA: MJC4218 - MOTORISTA: DILNEI MENDES GONZAGA ITENS ISENTOS DE ICMS CONFORME ART.2 PARAGRAFO XLII ANEXO 2 DO RICMS01 REPRESENTANTE: 001 11312405201139 PV A-003.383 VIMAN Sistemas www.vimansa.com.br</p>	<p>RESERVADO AO FISCO</p> <p>CGA/CLMC</p> <p>04 JUN 2020</p> <p>11.00.000-7</p>
--	---

<p>RECEBEMOS DE ORTOMEDICAL COM. ATAC. MAT. MED. HOSP. LTDA-ME OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA Nº 000.004.011. EMISSÃO: 24/05/2020 VALOR TOTAL: 681.240,00 DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE - DOUTOR ENEAS CARVALHO DE AGUIAR. 188, CERQUEIRA CESAR, 05403-000-SAO PAULO-SP</p>		<p>NF-e 000.004.011 SÉRIE 1</p>
<p>DATA DO RECEBIMENTO 26/05/2020</p>	<p>IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR 16.904.654-0</p>	<p>Assinatura RG. 16.904.654-0 Oficial Administrativo</p>



SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANÇAMENTO)
CONSULTA EM 09/06/2020 AS 13:12 USUARIO : RICARDO
DATA EMISSAO : 05JUN2020 SIAFISICO NUMERO : 2020NL05891
DATA LANÇAMENTO : 05JUN2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE
GESTAO FAVORECIDA :

EVENTO	INSCRIÇÃO DO EVENTO	REC/DESP CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
511702	2020NE00591	33903031	005001133	681.240,00

OBSERVAÇÃO :
LIQUIDAÇÃO NF 000004011 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANÇADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 05JUN2020 AS 16:48



SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANCAMENTO)

CONSULTA EM 09/06/2020 AS 13:12 USUARIO : RICARDO
 DATA EMISSAO : 05JUN2020 NUMERO : 2020NL05961
 DATA LANCAMENTO : 05JUN2020 TELA : 01/01
 UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
 GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
 CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
 GESTAO FAVORECIDA : 00001 - ADMINIST. DIRETA

EVENTO	INSCRICAO DO EVENTO	REC/DESP	CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
540469	2020NE00591	33903031		005001133	681.240,00
540461	CE999		115610102		681.240,00

OBSERVACAO :
 RECLASSIFICAÇÃO NF 000004011 PROC. 2020/17251 AVENTAL



LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 09JUN2020 AS 10:00



SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONPD (CONSULTA PROGRAMA DESEMBOLSO)

CONSULTA EM 09/06/2020 AS 13:18 USUARIO : RICARDO
 DATA EMISSAO : 08JUN2020 DATA VENCIMENTO : 08JUN2020 NUMERO : 2020PD02301
 UG : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
 GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
 * PAGA * NL REF. : 2020NL05891
 PAGADORA DATA PAGAMENTO : 09JUN2020 OB PAG. : 2020OB04999
 UG : 090050 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES
 GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
 BANCO : 001 AGENCIA : 01897 CONTA CORRENTE : 000190462
 S.PUBLICO SAO PAULO
 FAVORECIDO / DOMICILIO BANCARIO
 CNPJ/CPF/UG: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERI
 GESTAO :
 BANCO : 001 AGENCIA : 02638 CONTA CORRENTE : 000480029
 SAO JOSE
 PROCESSO : 2020/17251 VALOR : 681.240,00
 FINALIDADE : NF.4011 AQS. DE AVENTAIS (COVID-19)
 EVENTO INSCRICAO DO EVENTO REC/DESP CLASSIFIC FONTE V A L O R
 700601 2020NE00591 33903031 005001133 681.240,00
 LANCADO POR: Nanci APARECIDA GALFI - 090010 EM: 08JUN2020 AS: 13:01



 <p>ortomedical Condôcio Alameda de Materiais Médicos Hospitalares</p> <p>ORTOMEDICAL COM. ATAC. MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA-ME Rua Domingos André Zanini, 277 - Sala 511 - Campinas, São José - SP - CEP: 13.117-208 CNPJ: 09.557.129/0001-70 - IE: 256242941</p>		<p>DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA</p> <p>0-ENTRADA 1-SAÍDA</p> <p>000.004.013 SÉRIE 1 FOLHA 1/1</p>	 <p>CHAVE DE ACESSO 4220 0509 5571 2900 0170 5500 1000 0040 1310 1003 2599</p> <p>Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora</p> <p>PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 342200074876855 25/05/2020 11:47:26</p>
<p>NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA FORA ESTADO</p>		<p>CNPJ 09.557.129/0001-70</p>	
<p>INSCRIÇÃO ESTADUAL 256.242.941</p>		<p>INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT. 09.557.129/0001-70</p>	

<p>DESTINATÁRIO</p> <p>NOME / RAZÃO SOCIAL SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE</p> <p>ENDEREÇO DOCTOR ENEAS CARVALHO DE AGUIAR, 188</p> <p>MUNICÍPIO SÃO PAULO</p>		<p>CNPJ 46.374.500/0252-60</p> <p>DATA DA EMISSÃO 25/05/2020</p>	<p>BAIRRO / DISTRITO CERQUEIRA CESAR</p> <p>CEP 05403-000</p> <p>DATA DA SAÍDA</p>
<p>UF SP</p>		<p>FONE / FAX</p>	<p>INSCRIÇÃO ESTADUAL</p> <p>HORA DA SAÍDA</p>

<p>FATURA / DUPLICATA</p> <p>000004013/001 28/05/2020 909.300,00</p>																							
<p>CÁLCULO DO IMPOSTO</p> <table border="1"> <tr> <td>BASE CÁLC ICMS</td> <td>VALOR ICMS</td> <td>BASE CÁLC ICMS ST</td> <td>VALOR ICMS ST</td> <td>TOTAL DOS PRODUTOS</td> </tr> <tr> <td>0,00</td> <td>0,00</td> <td>0,00</td> <td>0,00</td> <td>909.300,00</td> </tr> </table> <table border="1"> <tr> <td>VALOR FRETE</td> <td>VALOR SEGURO</td> <td>VALOR DESCONTO</td> <td>OUTRAS DESP</td> <td>VALOR IPT</td> <td>TOTAL DA NOTA</td> </tr> <tr> <td>0,00</td> <td>0,00</td> <td>0,00</td> <td>0,00</td> <td>0,00</td> <td>909.300,00</td> </tr> </table>		BASE CÁLC ICMS	VALOR ICMS	BASE CÁLC ICMS ST	VALOR ICMS ST	TOTAL DOS PRODUTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	909.300,00	VALOR FRETE	VALOR SEGURO	VALOR DESCONTO	OUTRAS DESP	VALOR IPT	TOTAL DA NOTA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	909.300,00
BASE CÁLC ICMS	VALOR ICMS	BASE CÁLC ICMS ST	VALOR ICMS ST	TOTAL DOS PRODUTOS																			
0,00	0,00	0,00	0,00	909.300,00																			
VALOR FRETE	VALOR SEGURO	VALOR DESCONTO	OUTRAS DESP	VALOR IPT	TOTAL DA NOTA																		
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	909.300,00																		

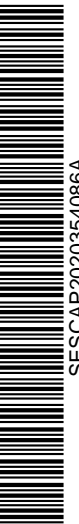
<p>TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS</p> <p>NOME / RAZÃO SOCIAL NOSSO CARRO</p> <p>ENDEREÇO</p>		<p>FRETE POR CONTA 0-Remetente</p>	<p>CODIGO ANTT</p>	<p>PLACA DO VEIC</p>	<p>UF</p>	<p>CNPJ</p>
<p>QUANTIDADE 879</p>		<p>ESPECIE CAIXA</p>	<p>MARCA</p>	<p>NUMERAÇÃO</p>	<p>PESO BRUTO</p>	<p>PESO LÍQUIDO</p>

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	ALIQ ICMS
74835-S-L C/50	AVENTAL DESCARTAVEL CX C/50 Lote: (165) SL Val: INDETER. 8.250.	63079010	040	6108	CX	165	700,00	115.500,00	0,00	0,00	
74835-S-L C/70	AVENTAL DESCARTAVEL CX C/70 Lote: (42) SL Val: INDETER. 2.940.	63079010	040	6108	CX	42	980,00	41.160,00	0,00	0,00	
74835-S-L C/80	AVENTAL DESCARTAVEL CX C/80 Lote: (672) SL Val: INDETER. 53.760.	63079010	040	6108	CX	672	1.120,00	752.640,00	0,00	0,00	

Handwritten notes:
 NOME - 5883
 NOME - 5884
 NOME - 5892
 NOME - 64.950
 OK
 PD 0230
 NOME - 5883

<p>DADOS ADICIONAIS</p> <p>INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES</p> <p>PROCESSO SES-PRC-2020/17251</p> <p>NOTA DE EMPENHO: 2020NE00591</p> <p>CONTRATO: 2020CT00530 // ICMS ISENTO: Lei no 17.930/2020 SC</p> <p>LOTE: VIDE ETIQUETA</p> <p>ITENS ISENTOS DE ICMS CONFORME ART.2 PARAGRAFO XLII ANEXO 2 DO RICMS/01</p> <p>REPRESENTANTE: 001</p> <p>11352505201147</p> <p>PV A-003.384</p> <p>VIMAN Sistemas www.vimansa.com.br</p>		<p>RESERVADO AO FISCO</p> <p><i>Handwritten:</i> Covid-19 rc ok</p> <p><i>Stamp:</i> CGA/CLMC 11.00.000-7 25 JUN 2020</p>
--	--	---

<p>RECEBEMOS DE ORTOMEDICAL COM. ATAC. MAT. MED. HOSP. LTDA-ME OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA Nº 000.004.013. EMISSÃO: 25/05/2020 VALOR TOTAL: 909.300,00 DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE - DOUTOR ENEAS CARVALHO DE AGUIAR, 188, CERQUEIRA CESAR, 05403-000-SÃO PAULO-SP.</p>		<p>NF-e</p> <p>000.004.013</p> <p>SÉRIE 1</p>
<p>DATA DO RECEBIMENTO 04/06/2020</p>	<p>IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR</p> <p><i>Handwritten:</i> João Sérgio Cruz RG. 6.904.454-0 Oficial Administrativo</p>	



SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANÇAMENTO)
CONSULTA EM 09/06/2020 AS 13:11 USUARIO : RICARDO
DATA EMISSAO : 05JUN2020 SIAFISICO NUMERO : 2020NL05892
DATA LANÇAMENTO : 05JUN2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE
GESTAO FAVORECIDA :

EVENTO	INSCRIÇÃO DO EVENTO	REC/DESP CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
511702	2020NE00591	33903031	005001133	909.300,00

OBSERVAÇÃO :
LIQUIDACÃO NF 000004013 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 05JUN2020 AS 16:49



____ **SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANÇAMENTO)** _____
CONSULTA EM 09/06/2020 AS 13:11
DATA EMISSAO : 05JUN2020 USUARIO : RICARDO
DATA LANÇAMENTO : 05JUN2020 NUMERO : 2020NL05958
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA TELA : 01/01
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO FAVORECIDA : 00001 - ADMINIST. DIRETA

EVENTO	INSCRIÇÃO DO EVENTO	REC/DESP	CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
540469	2020NE00591	33903031		005001133	909.300,00
540461	CE999		115610102		909.300,00

OBSERVAÇÃO :
RECLASSIFICAÇÃO NF 000004013 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 09JUN2020 AS 9:47



SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONPD (CONSULTA PROGRAMA DESEMBOLSO)
CONSULTA EM 09/06/2020 AS 13:18 USUARIO : RICARDO
DATA EMISSAO : 08JUN2020 DATA VENCIMENTO : 08JUN2020 NUMERO : 2020PD02300
UG : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
* PAGA * NL REF. : 2020NL05892
PAGADORA DATA PAGAMENTO : 09JUN2020 OB PAG. : 2020OB04998
UG : 090050 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
BANCO : 001 AGENCIA : 01897 CONTA CORRENTE : 000190462
S.PUBLICO SAO PAULO
FAVORECIDO / DOMICILIO BANCARIO
CNPJ/CPF/UG: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERI
GESTAO :
BANCO : 001 AGENCIA : 02638 CONTA CORRENTE : 000480029
SAO JOSE
PROCESSO : 2020/17251 VALOR : 909.300,00
FINALIDADE : NF.4013 AQS. DE AVENTAIS (COVID-19)
EVENTO INSCRICAO DO EVENTO REC/DESP CLASSIFIC FONTE V A L O R
700601 2020NE00591 33903031 005001133 909.300,00
LANCADO POR: Nanci Aparecida Galfi - 090010 EM: 08JUN2020 AS: 13:00



DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA 0-ENTRADA 1-SAÍDA		
ORTOMEDICAL COM.ATAC.MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA-ME Rua Domingos André Zentini, 277 - Sala 511, Campinas, São José - SC - CEP: 88.117-000 CNPJ: 09.557.129/0001-70 - IE: 256.242.941		CHAVE DE ACESSO 4220 0509 5571 2900 0170 5500 1000 0040 1410 1003 5005 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora
NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA FORA ESTADO		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 342200074889910 25/05/2020 12:01:08
INSCRIÇÃO ESTADUAL 256.242.941	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.	CNPJ 09.557.129/0001-70

DESTINATÁRIO NOME / RAZÃO SOCIAL SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE ENDEREÇO DOUTOR ENEAS CARVALHO DE AGUIAR, 188 MUNICÍPIO SAO PAULO		CNPJ 46.374.500/0252-60 CEP 05403-000	DATA DA EMISSÃO 25/05/2020 DATA DA SAÍDA
UF SP	BAIRRO / DISTRITO CERQUEIRA CESAR FONE / FAX	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DA SAÍDA

FATURA / DUPLICATA 000004014/001 28/05/2020 243.740,00					
CÁLCULO DO IMPOSTO BASE CÁLC ICMS 0,00 VALOR ICMS 0,00 BASE CÁLC ICMS ST 0,00 VALOR ICMS ST 0,00 TOTAL DOS PRODUTOS 243.740,00 VALOR FRETE 0,00 VALOR SEGURO 0,00 VALOR DESCONTO 0,00 OUTRAS DESP 0,00 VALOR IPI 0,00 TOTAL DA NOTA 243.740,00					

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS NOME / RAZÃO SOCIAL NOSSE CARRO ENDEREÇO		FRETE POR CONTA 0-Remetente	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEIC	UF	CNPJ
QUANTIDADE 256		ESPÉCIE CAIXAS	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	ALÍQ ICMS
74835-S-I.C/100	AVENTAL DESCARTAVEL CX C/100 Lote: (82) SL Val: INDETER.	63079010	040	6108	CX	82	1.400,00	114.800,00	0,00	0,00	
74835-S-I.C/25	AVENTAL DESCARTAVEL CX C/25 Lote: (12) SL Val: INDETER.	63079010	040	6108	CX	12	350,00	4.200,00	0,00	0,00	
74835-S-I.C/50	AVENTAL DESCARTAVEL CX C/50 Lote: (81) SL Val: INDETER.	63079010	040	6108	CX	81	700,00	56.700,00	0,00	0,00	
74835-S-I.C/60	AVENTAL DESCARTAVEL CX C/60 Lote: (81) SL Val: INDETER.	63079010	040	6108	CX	81	840,00	68.040,00	0,00	0,00	

DADOS ADICIONAIS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES PROCESSO SES-PRC-2020/17251 NOTA DE EMPENHO: 2020NE00591 CONTRATO: 2020CT00530 // ICMS ISENTO: Lei no 17.930/2020 SC. LOTES: VVAP02 e VVIB01. ITENS ISENTOS DE ICMS CONFORME ART.2 PARAGRAFO XLII ANEXO 2 DO RICMS/01 REPRESENTANTE: 001 11562505201201 PV A-003.385 VIMAN Sistemas www.vimansca.com.br	RESERVADO AO FISCO COPIA-19 PCOL
---	--

RECEBEMOS DE ORTOMEDICAL COM.ATAC.MAT.MED.HOSP.LTDA-ME OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA Nº 000.004.014 EMISSÃO: 25/05/2020 VALOR TOTAL: 243.740,00 DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE - DOUTOR ENEAS CARVALHO DE AGUIAR, 188, CERQUEIRA CESAR, 05403-000 SAO PAULO-SP	NF-e 000.004.014 SÉRIE 1
--	--------------------------------

DATA DE RECEBIMENTO 04/06/2020	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR João Roberto Cruz RG: 16.204.854-0 Oficial Administrativo
-----------------------------------	--



SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANÇAMENTO)
CONSULTA EM 09/06/2020 AS 13:10
DATA EMISSAO : 05JUN2020 SIAFISICO USUARIO : RICARDO
DATA LANÇAMENTO : 05JUN2020 NUMERO : 2020NL05893
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA TELA : 01/01
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE
GESTAO FAVORECIDA :

EVENTO	INSCRIÇÃO DO EVENTO	REC/DESP	CLASSIFIC	FONTE	VALOR
511702	2020NE00591	33903031		005001133	243.740,00

OBSERVAÇÃO :
LIQUIDAÇÃO NF 000004014 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 05JUN2020 AS 16:50



Date: sexta-feira, 19 de junho de 2020 Time: 10:39:22

STAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANCAMENTO)
CONSULTA EM 19/06/2020 AS 10:39 USUARIO : DAMBROSIO
DATA EMISSAO : 05JUN2020 NUMERO : 2020NL05957
DATA LANCAMENTO : 05JUN2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO FAVORECIDA : 00001 - ADMINIST. DIRETA

EVENTO	INSCRICAO DO EVENTO	REC/DESP	CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
540469	2020NE00591	33903031		005001133	243.740,00
540461	CE999		115610102		243.740,00

OBSERVACAO :
RECLASSIFICAÇÃO NF 000004014 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 09JUN2020 AS 9:45



Autenticado com senha por DOUGLAS D'AMBROSIO DE SOUZA - 22/06/2020 às 09:49:35.
Documento Nº: 5884061-3281 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=5884061-3281>



SESCAP2020354086A

SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONPD (CONSULTA PROGRAMA DESEMBOLSO)

CONSULTA EM 09/06/2020 AS 13:18 USUARIO : RICARDO
 DATA EMISSAO : 08JUN2020 DATA VENCIMENTO : 08JUN2020 NUMERO : 2020PD02298
 UG : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
 GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
 * PAGA * NL REF. : 2020NL05893
 PAGADORA DATA PAGAMENTO : 09JUN2020 OB PAG. : 2020OB04997
 UG : 090050 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES
 GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
 BANCO : 001 AGENCIA : 01897 CONTA CORRENTE : 000190462
 S.PUBLICO SAO PAULO
 FAVORECIDO / DOMICILIO BANCARIO
 CNPJ/CPF/UG: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERI
 GESTAO :
 BANCO : 001 AGENCIA : 02638 CONTA CORRENTE : 000480029
 SAO JOSE
 PROCESSO : 2020/17251 VALOR : 243.740,00
 FINALIDADE : NF.4014 AQS. DE AVENTAIS (COVID-19)
 EVENTO INSCRICAO DO EVENTO REC/DESP CLASSIFIC FONTE V A L O R
 700601 2020NE00591 33903031 005001133 243.740,00

LANCADO POR: Nanci Aparecida Galfi - 090010 EM: 08JUN2020 AS: 12:58



 <p>ORTOMEDICAL Comércio Atacadista de Materiais Médicos Hospitalares</p> <p>ORTOMEDICAL COM. ATAC. MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA-ME Rua Domingos André Zanini, 277 - Sala 511, Campinas, São José - SC - CEP: 88.117-200 CNPJ: 09.557.129/0001-70 - IEI: 256242941</p>		<p>DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA</p> <p>0-ENTRADA 1-SAÍDA</p> <p>000.004.015 SÉRIE 1 FOLHA 1/1</p>	 <p>CHAVE DE ACESSO 4220 0509 5571 2900 0170 5500 1000 0040 1510 1003 7552</p> <p>Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora</p>
NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA FORA ESTADO		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 342200075259245 25/05/2020 18:17:43	
INSCRIÇÃO ESTADUAL 256.242.941	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.	CNPJ 09.557.129/0001-70	

DESTINATÁRIO		CNPJ	DATA DA EMISSÃO
NOME / RAZÃO SOCIAL SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE		46.374.500/0252-60	25/05/2020
ENDEREÇO DOUTOR ENEAS CARVALHO DE AGUIAR, 188		BAIRRO / DISTRITO CERQUEIRA CESAR	CEP 05403-000
MUNICÍPIO SÃO PAULO	UF SP	FONE / FAX	INSCRIÇÃO ESTADUAL
			HORA DA SAÍDA

FATURA / DUPLICATA	
000004015/001 28/05/2020 550.200,00	
CÁLCULO DO IMPOSTO	
BASE CÁLC ICMS 0,00	VALOR ICMS 0,00
BASE CÁLC ICMS ST 0,00	VALOR ICMS ST 0,00
TOTAL DOS PRODUTOS 550.200,00	
VALOR FRETE 0,00	VALOR SEGURO 0,00
VALOR DESCONTO 0,00	OUTRAS DESP 0,00
VALOR IPI 0,00	TOTAL DA NOTA 550.200,00

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS	
NOME / RAZÃO SOCIAL NOSSO CARRO	FRETE POR CONTA 0-Remetente
CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEIC
UF	CNPJ
ENDEREÇO	MUNICÍPIO
UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
QUANTIDADE 505	ESPECIE CAIXA
MARCA	NUMERAÇÃO
PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	ALIQ. ICMS
74835-S-L C/100	AVENTAL DESCARTAVEL CX C/100 Lote: (50) SL Val: INDETER.	63079010	040	6108	CX	50	1.400,00	70.000,00	0,00	0,00	
74835-S-L C/60	AVENTAL DESCARTAVEL CX C/60 Lote: (105) SL Val: INDETER.	63079010	040	6108	CX	105	840,00	88.200,00	0,00	0,00	
74835-S-L C/80	AVENTAL DESCARTAVEL CX C/80 Lote: (350) SL Val: INDETER.	63079010	040	6108	CX	350	1.120,00	392.000,00	0,00	0,00	

Handwritten notes:
NA ME - I883
NA CT - I889
NA - I894
39300
OK
NA (2) - I896

DADOS ADICIONAIS	
<p>INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES</p> <p>PROCESSO SES-PRC-2020/17251</p> <p>NOTA DE EMPENHO: 2020NE00591</p> <p>CONTRATO: 2020CT00530 // ICMS ISENTO: Lei no 17.930/2020 SC.</p> <p>LOTE: VIDE ETIQUETA</p> <p>ITENS ISENTOS DE ICMS CONFORME ART.2 PARAGRAFO XLII ANEXO 2 DO RICMS/01</p> <p>REPRESENTANTE: 001</p> <p>18092505201816</p> <p>PV A-003.387</p> <p>VIMAN Sistemas www.vimansca.com.br</p>	<p>RESERVADO AO FISCO</p> <p>Cond-19</p> <p>PC de</p> <p>CGA / CLMC</p> <p>04 JUN 2020</p> <p>11.000.000-7</p>

<p>RECEBEMOS DE ORTOMEDICAL COM. ATAC. MAT. MED. HOSP. LTDA-ME OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA Nº 000.004.015. EMISSÃO: 25/05/2020 VALOR TOTAL: 550.200,00 DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE - DOUTOR ENEAS CARVALHO DE AGUIAR, 188, CERQUEIRA CESAR, 05403-000-SÃO PAULO-SP.</p>		<p>NF-e</p> <p>000.004.015</p> <p>SÉRIE 1</p>
<p>DATA DO RECEBIMENTO 04/06/2020</p>	<p>IDENTIFICAÇÃO ASSINATURA DO RECEBEDOR RS 16.004.654-0</p> <p>Oficial Administrativo</p>	



SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANCAMENTO)
CONSULTA EM 09/06/2020 AS 13:10 USUARIO : RICARDO
DATA EMISSAO : 05JUN2020 SIAFISICO NUMERO : 2020NL05894
DATA LANCAMENTO : 05JUN2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE
GESTAO FAVORECIDA :

EVENTO INSCRICAO DO EVENTO REC/DESP CLASSIFIC FONTE V A L O R
511702 2020NE00591 33903031 005001133 550.200,00

OBSERVACAO :
LIQUIDACAO NF 000004015 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 05JUN2020 AS 16:51



SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANCAMENTO)
CONSULTA EM 09/06/2020 AS 13:10 USUARIO : RICARDO
DATA EMISSAO : 05JUN2020 NUMERO : 2020NL05956
DATA LANCAMENTO : 05JUN2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO FAVORECIDA : 00001 - ADMINIST. DIRETA

EVENTO	INSCRICAO DO EVENTO	REC/DESP	CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
540469	2020NE00591	33903031		005001133	550.200,00
540461	CE999		115610102		550.200,00

OBSERVACAO :
RECLASSIFICAÇÃO NF 000004015 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 09JUN2020 AS 9:44



SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONPD (CONSULTA PROGRAMA DESEMBOLSO)
CONSULTA EM 09/06/2020 AS 13:17 USUARIO : RICARDO
DATA EMISSAO : 08JUN2020 DATA VENCIMENTO : 08JUN2020 NUMERO : 2020PD02297
UG : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
*** PAGA *** NL REF. : 2020NL05894
PAGADORA DATA PAGAMENTO : 09JUN2020 OB PAG. : 2020OB04996
UG : 090050 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
BANCO : 001 AGENCIA : 01897 CONTA CORRENTE : 000190462
S.PUBLICO SAO PAULO
FAVORECIDO / DOMICILIO BANCARIO
CNPJ/CPF/UG: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERI
GESTAO :
BANCO : 001 AGENCIA : 02638 CONTA CORRENTE : 000480029
SAO JOSE
PROCESSO : 2020/17251 VALOR : 550.200,00
FINALIDADE : NF.4015 AQS. DE AVENTAIS (COVID-19)
EVENTO INSCRICAO DO EVENTO REC/DESP CLASSIFIC FONTE V A L O R
700601 2020NE00591 33903031 005001133 550.200,00
LANCADO POR: Nanci Aparecida Galfi - 090010 EM: 08JUN2020 AS: 12:56



 <p>ORTOMEDICAL COM.ATAC.MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA-ME Comércio Atacadista de Materiais Médicos Hospitalares Rua Domingos André Zanini, 277 - Sala 511, Campinas, São José - SC - CEP: 88.117-200 CNPJ: 09.557.129/0001-70 - IE: 256242941</p>		<p>DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA</p> <p>0-ENTRADA 1-SAÍDA</p> <p>000.004.016 SÉRIE 1 FOLHA 1/1</p>	 <p>CHAVE DE ACESSO 4220 0509 5571 2900 0170 5500 1000 0040 1610 1004 0003</p> <p>Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora</p>
NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA FORA ESTADO		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 342200075263267 25/05/2020 18:24:06	
INSCRIÇÃO ESTADUAL 256.242.941	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.	CNPJ 09.557.129/0001-70	

DESTINATÁRIO		CNPJ	DATA DA EMISSÃO
NOME / RAZÃO SOCIAL SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE		46.374.500/0252-60	25/05/2020
ENDEREÇO DOUTOR ENEAS CARVALHO DE AGUIAR, 188		BAIRRO / DISTRITO CERQUEIRA CESAR	CEP 05403-000
MUNICÍPIO SAO PAULO	UF SP	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DA SAÍDA

FATURA / DUPLICATA	
000004016/001 28/05/2020 165.900,00	

CÁLCULO DO IMPOSTO				
BASE CÁLC ICMS 0,00	VALOR ICMS 0,00	BASE CÁLC ICMS ST 0,00	VALOR ICMS ST 0,00	TOTAL DOS PRODUTOS 165.900,00
VALOR FRETE 0,00	VALOR SEGURO 0,00	VALOR DESCONTO 0,00	OUTRAS DESP 0,00	TOTAL DA NOTA 165.900,00

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS		FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEIC	UF	CNPJ
NOME / RAZÃO SOCIAL NOSSO CARRO		0-Remetente				
ENDEREÇO		MUNICÍPIO		UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	
QUANTIDADE 79	ESPECIE CAIXA	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LIQUIDO	

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	ALÍQ. ICMS
74835-S-L C/150	AVENTAL DESCARTAVEL CX C/150 Lote: (79) SL Val: INDETER. BRANCO NK - 1883 NK CT 1884 NK - 5895 11.850- PD 2227 2309 NK 1567	63079010	040	6108	CX	79	2.100,00	165.900,00	0,00	0,00	

DADOS ADICIONAIS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES PROCESSO SES-PRC-2020/17251 NOTA DE EMPENHO: 2020NE00591 CONTRATO: 2020CT00530 // ICMS ISENTO: Lei no 17.930/2020 SC. LOTE: VIDE ETIQUETA ITENS ISENTOS DE ICMS CONFORME ART.2 PARAGRAFO XLII ANEXO 2 DO RICMS01 REPRESENTANTE: 001 18222505201824 PV A-003.388 VIMAN Sistemas www.vimansca.com.br	RESERVADO AO FISCO Covid-19 11.00.000-7 11 JUN 2020
---	---

RECEBEMOS DE ORTOMEDICAL COM.ATAC.MAT.MED.HOSP.LTDA-ME OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA Nº 000.004.016. EMISSÃO: 25/05/2020 VALOR TOTAL: 165.900,00 DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE - DOUTOR ENEAS CARVALHO DE AGUIAR, 188, CERQUEIRA CESAR, 05403-000-SAO PAULO-SP DATA DO RECEBIMENTO 04/06/2020	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR João S. S. S. S. RC. 18.00.000-7 Oficial Administrativo	NF-e 000.004.016 SÉRIE 1
--	--	---------------------------------------



____ SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANCAMENTO) _____
CONSULTA EM 09/06/2020 AS 13:15 USUARIO : RICARDO
DATA EMISSAO : 05JUN2020 SIAFISICO NUMERO : 2020NL05895
DATA LANCAMENTO : 05JUN2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE
GESTAO FAVORECIDA :

EVENTO	INSCRICAO DO EVENTO	REC/DESP	CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
511702	2020NE00591	33903031		005001133	165.900,00

OBSERVACAO :
LIQUIDACAO NF 000004016 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 05JUN2020 AS 16:51



____ **SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANCAMENTO)** _____
CONSULTA EM 09/06/2020 AS 13:16 USUARIO : RICARDO
DATA EMISSAO : 05JUN2020 NUMERO : 2020NL05967
DATA LANCAMENTO : 05JUN2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO FAVORECIDA : 00001 - ADMINIST. DIRETA

EVENTO	INSCRICAO DO EVENTO	REC/DESP	CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
540469	2020NE00591	33903031		005001133	165.900,00
540461	CE999		115610102		165.900,00

OBSERVACAO :
RECLASSIFICAÇÃO NF 000004016 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 09JUN2020 AS 10:09



SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONPD (CONSULTA PROGRAMA DESEMBOLSO)
CONSULTA EM 09/06/2020 AS 13:20 USUARIO : RICARDO
DATA EMISSAO : 08JUN2020 DATA VENCIMENTO : 08JUN2020 NUMERO : 2020PD02309
UG : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
* PAGA * NL REF. : 2020NL05895
PAGADORA DATA PAGAMENTO : 09JUN2020 OB PAG. : 2020OB05005
UG : 090050 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
BANCO : 001 AGENCIA : 01897 CONTA CORRENTE : 000190462
S.PUBLICO SAO PAULO
FAVORECIDO / DOMICILIO BANCARIO
CNPJ/CPF/UG: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERI
GESTAO :
BANCO : 001 AGENCIA : 02638 CONTA CORRENTE : 000480029
SAO JOSE
PROCESSO : 2020/17251 VALOR : 165.900,00
FINALIDADE : NF.4016 AQS. DE AVENTAIS (COVID-19)
EVENTO INSCRICAO DO EVENTO REC/DESP CLASSIFIC FONTE V A L O R
700601 2020NE00591 33903031 005001133 165.900,00
LANCADO POR: Nanci Aparecida Galfi - 090010 EM: 08JUN2020 AS: 13:28



 <p>ORTOMEDICAL COM. ATAC. MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA-ME Rua Domingos André Zanini, 277 - Sala 511, Campinas, São José - SC - CEP: 88.117-200 CNPJ: 09.557.129/0001-70 - TE: 256242341</p>		<p>DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA</p> <p>0-ENTRADA 1-SAÍDA</p> <p>000.004.017 SÉRIE 1 FOLHA 1/1</p>	 <p>CHAVE DE ACESSO 4220 0509 5571 2900 0170 5500 1000 0040 1710 1004 2550</p> <p>Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora</p>
NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA FORA ESTADO		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 342200075324994 25/05/2020 21:38:45	
INSCRIÇÃO ESTADUAL 256.242.941	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.	CNPJ 09.557.129/0001-70	

DESTINATÁRIO		CNPJ 46.374.500/0252-60		DATA DA EMISSÃO 25/05/2020
NOME / RAZÃO SOCIAL SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE		BAIRRO / DISTRITO CERQUEIRA CESAR		CEP 05403-000
ENDEREÇO DOUTOR ENEAS CARVALHO DE AGUIAR, 188		MUNICÍPIO SAO PAULO		UF SP
FONE / FAX		INSCRIÇÃO ESTADUAL		HORA DA SAÍDA

FATURA / DUPLICATA		000004017/001 28/05/2020 282.800,00	
CÁLCULO DO IMPOSTO			
BASE CÁLC ICMS 0,00	VALOR ICMS 0,00	BASE CÁLC ICMS ST 0,00	VALOR ICMS ST 0,00
TOTAL DOS PRODUTOS 282.800,00			
VALOR FRETE 0,00	VALOR SEGURO 0,00	VALOR DESCONTO 0,00	OUTRAS DESP 0,00
VALOR IPI 0,00	TOTAL DA NOTA 282.800,00		

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS		FRETE POR CONTA 0-Remetente		CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEIC	UF	CNPJ
NOME / RAZÃO SOCIAL NOSSO CARRO		MUNICÍPIO		UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL		
QUANTIDADE 202	ESPECIE CAIXA	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO		

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS	CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	ALÍQ. ICMS
	74835-S-L C/100	AVENTAL DESCARTAVEL CX C/100 Lote: (202) SL Val: INDETER.	63079010	040	6108	CX	202	1.400,00	282.800,00	0,00	0,00	
<p><i>Handwritten notes:</i></p> <p>NK 128 - 5883</p> <p>NL CT - 5884</p> <p>NK - 5896</p> <p>PD 2205</p> <p>23 08</p> <p>NK (1) - 5966</p> <p>CGA/CLMC</p> <p>11.00.000-7</p>												

<p>DADOS ADICIONAIS</p> <p>INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES</p> <p>PROCESSO SES-PRC-2020/17251</p> <p>NOTA DE EMPENHO: 2020NE00591</p> <p>CONTRATO: 2020CT00530 // ICMS ISENTO: Lei no 17.930/2020 SC.</p> <p>LOTE: 420</p> <p>ITENS ISENTOS DE ICMS CONFORME ART.2 PARAGRAFO XLII ANEXO 2 DO RICMS01</p> <p>REPRESENTANTE: 001</p> <p>21212505202138</p> <p>PV A-003.389</p> <p>VIMAN Sistemas www.vimansca.com.br</p>	<p>RESERVADO AO FISCO</p> <p>Covid-19</p> <p>7C 02</p>
---	--

<p>RECEBEMOS DE ORTOMEDICAL COM. ATAC. MAT. MED. HOSP. LTDA-ME OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA Nº 000.004.017. EMISSÃO: 25/05/2020 VALOR TOTAL: 282.800,00 DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE - DOUTOR ENEAS CARVALHO DE AGUIAR, 188, CERQUEIRA CESAR, 05403-000-SAO PAULO-SP</p>		<p>NF-e</p> <p>000.004.017</p> <p>SÉRIE 1</p>
<p>DATA DO RECEBIMENTO</p> <p>04/06/2020</p>	<p>IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR</p> <p>João Sergio Cruz</p> <p>RG: 18.904.654-0</p> <p>Oficial Administrativo</p>	

SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANCAMENTO)
CONSULTA EM 09/06/2020 AS 13:15 USUARIO : RICARDO
DATA EMISSAO : 05JUN2020 SIAFISICO NUMERO : 2020NL05896
DATA LANCAMENTO : 05JUN2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE
GESTAO FAVORECIDA :

EVENTO	INSCRICAO DO EVENTO	REC/DESP CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
511702	2020NE00591	33903031	005001133	282.800,00

OBSERVACAO :
LIQUIDACAO NF 000004017 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 05JUN2020 AS 16:52



SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANCAMENTO)
 CONSULTA EM 09/06/2020 AS 13:15 USUARIO : RICARDO
 DATA EMISSAO : 05JUN2020 NUMERO : 2020NL05966
 DATA LANCAMENTO : 05JUN2020 TELA : 01/01
 UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
 GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
 CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
 GESTAO FAVORECIDA : 00001 - ADMINIST. DIRETA

EVENTO	INSCRICAO DO EVENTO	REC/DESP	CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
540469	2020NE00591	33903031		005001133	282.800,00
540461	CE999		115610102		282.800,00



OBSERVACAO :
 RECLASSIFICAÇÃO NF 000004017 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 09JUN2020 AS 10:07



SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONPD (CONSULTA PROGRAMA DESEMBOLSO)
CONSULTA EM 09/06/2020 AS 13:20 USUARIO : RICARDO
DATA EMISSAO : 08JUN2020 DATA VENCIMENTO : 08JUN2020 NUMERO : 2020PD02308
UG : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
*** PAGA ***
PAGADORA DATA PAGAMENTO : 09JUN2020 NL REF. : 2020NL05896
UG : 090050 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES OB PAG. : 2020OB05004
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
BANCO : 001 AGENCIA : 01897 CONTA CORRENTE : 000190462
S.PUBLICO SAO PAULO
FAVORECIDO / DOMICILIO BANCARIO
CNPJ/CPF/UG: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERI
GESTAO :
BANCO : 001 AGENCIA : 02638 CONTA CORRENTE : 000480029
SAO JOSE
PROCESSO : 2020/17251 VALOR : 282.800,00
FINALIDADE : NF.4017 AQS. DE AVENTAIS (COVID-19)
EVENTO INSCRICAO DO EVENTO REC/DESP CLASSIFIC FONTE V A L O R
700601 2020NE00591 33903031 005001133 282.800,00
LANCADO POR: Nanci Aparecida Galfi - 090010 EM: 08JUN2020 AS: 13:26



 <p>ORTOMEDICAL COM. ATAC. MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA-ME <small>Comércio Atacadista de Materiais Médicos Hospitalares</small> Rua Domingos André Zanini, 277 - Sala 511, Campiway, São José - SC - CEP: 88.117-200 CNPJ: 09.557.129/0001-70 - IE: 256242941</p>		<p>DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA</p> <p>0-ENTRADA 1-SAÍDA</p> <p>000.004.020 SÉRIE 1 FOLHA 1/1</p>	 <p>CHAVE DE ACESSO 4220 0509 5571 2900 0170 5500 1000 0040 2010 1045 2029</p> <p>Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora</p>
<p>NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA FORA ESTADO</p>		<p>PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 342200075844774 26/05/2020 15:18:12</p>	
<p>INSCRIÇÃO ESTADUAL 256.242.941</p>	<p>INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.</p>	<p>CNPJ 09.557.129/0001-70</p>	

<p>DESTINATÁRIO</p> <p>NOME / RAZÃO SOCIAL SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE</p>		<p>CNPJ 46.374.500/0252-60</p>	<p>DATA DA EMISSÃO 26/05/2020</p>
<p>ENDEREÇO DOCTOR ENEAS CARVALHO DE AGUIAR, 188</p>		<p>Bairro / Distrito CERQUEIRA CESAR</p>	<p>CEP 05403-000</p>
<p>MUNICÍPIO SAO PAULO</p>	<p>UF SP</p>	<p>FONE / FAX</p>	<p>INSCRIÇÃO ESTADUAL</p>
<p>HORA DA SAÍDA</p>		<p>HORA DA SAÍDA</p>	

<p>FATURA / DUPLICATA</p> <p>000004020/001 29/05/2020 980.000,00</p>																															
<p>CÁLCULO DO IMPOSTO</p> <table border="1"> <tr> <td>BASE CÁLC ICMS</td> <td>VALOR ICMS</td> <td>BASE CÁLC ICMS ST</td> <td>VALOR ICMS ST</td> <td>TOTAL DOS PRODUTOS</td> </tr> <tr> <td>0,00</td> <td>0,00</td> <td>0,00</td> <td>0,00</td> <td>980.000,00</td> </tr> <tr> <td>VALOR FRETE</td> <td>VALOR SEGURO</td> <td>VALOR DESCONTO</td> <td>OUTRAS DESP</td> <td>VALOR IPI</td> </tr> <tr> <td>0,00</td> <td>0,00</td> <td>0,00</td> <td>0,00</td> <td>0,00</td> </tr> <tr> <td colspan="4"></td> <td>TOTAL DA NOTA</td> </tr> <tr> <td colspan="4"></td> <td>980.000,00</td> </tr> </table>		BASE CÁLC ICMS	VALOR ICMS	BASE CÁLC ICMS ST	VALOR ICMS ST	TOTAL DOS PRODUTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	980.000,00	VALOR FRETE	VALOR SEGURO	VALOR DESCONTO	OUTRAS DESP	VALOR IPI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					TOTAL DA NOTA					980.000,00
BASE CÁLC ICMS	VALOR ICMS	BASE CÁLC ICMS ST	VALOR ICMS ST	TOTAL DOS PRODUTOS																											
0,00	0,00	0,00	0,00	980.000,00																											
VALOR FRETE	VALOR SEGURO	VALOR DESCONTO	OUTRAS DESP	VALOR IPI																											
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00																											
				TOTAL DA NOTA																											
				980.000,00																											

<p>TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS</p> <p>NOME / RAZÃO SOCIAL NOSSO CARRO</p>		<p>FRETE POR CONTA 0-Remetente</p>	<p>CÓDIGO ANTT</p>	<p>PLACA DO VEÍC</p>	<p>UF</p>	<p>CNPJ</p>
<p>ENDEREÇO</p>		<p>MUNICÍPIO</p>		<p>UF</p>		<p>INSCRIÇÃO ESTADUAL</p>
<p>QUANTIDADE 700</p>	<p>ESPECIE CAIXA</p>	<p>MARCA</p>	<p>NUMERAÇÃO</p>	<p>PESO BRUTO</p>	<p>PESO LÍQUIDO</p>	

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS											
CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	ALÍQ. ICMS
74835-S-L C/100	AVENTAL DESCARTAVEL CX C/100 Lote: (700) 000000 Val: INDETER.	63079010	040	6108	CX	700	1.400,00	980.000,00	0,00	0,00	
	NH NE - 1883 NH CT - 5884 NH - 5897 PD 2294 NH @ - 5954										

<p>DADOS ADICIONAIS</p> <p>INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES</p> <p>PROCESSO SES-PRC-2020/17251</p> <p>NOTA DE EMPENHO: 2020NE00591</p> <p>CONTRATO: 2020CT00530 // ICMS ISENTO: Lei no 17.930/2020 SC.</p> <p>LOTE: 000000</p> <p>ITENS ISENTOS DE ICMS CONFORME ART.2 PARAGRAFO XLII ANEXO 2 DO RICMS01</p> <p>REPRESENTANTE: 001</p> <p>15092605201518</p> <p>PV A-003.392</p> <p>VIMAN Sistemas www.vimansa.com.br</p>	<p>RESERVADO AO FISCO</p> <p>COVID-19</p> <p>11.00.000-7</p> <p>7C OK</p>
---	---

<p>RECEBEMOS DE ORTOMEDICAL COM. ATAC. MAT. MED. HOSP. LTDA-ME OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA Nº 000.004.020. EMISSÃO: 26/05/2020 VALOR TOTAL: 980.000,00 DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - DOUTOR ENEAS CARVALHO DE AGUIAR, 188, CERQUEIRA CESAR, 05403-000-SÃO PAULO-SP</p> <p>DATA DO RECEBIMENTO 09/06/2020</p>	<p>IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBIDOR</p> <p><i>São Sérgio</i></p> <p>RG: 16.704.054-0</p> <p>Oficial Administrativo</p>	<p>NF-e</p> <p>000.004.020</p> <p>SÉRIE 1</p>
--	---	---



____ SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANCAMENTO) _____
CONSULTA EM 09/06/2020 AS 13:09
DATA EMISSAO : 05JUN2020 SIAFISICO USUARIO : RICARDO
DATA LANCAMENTO : 05JUN2020 NUMERO : 2020NL05897
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA TELA : 01/01
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE
GESTAO FAVORECIDA :

EVENTO	INSCRICAO DO EVENTO	REC/DESP	CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
511702	2020NE00591	33903031		005001133	980.000,00

OBSERVACAO :
LIQUIDACÃO NF 000004020 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 05JUN2020 AS 16:53



SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANCAMENTO)
CONSULTA EM 09/06/2020 AS 13:09 USUARIO : RICARDO
DATA EMISSAO : 05JUN2020 NUMERO : 2020NL05954
DATA LANCAMENTO : 05JUN2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO FAVORECIDA : 00001 - ADMINIST. DIRETA

EVENTO	INSCRICAO DO EVENTO	REC/DESP	CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
540469	2020NE00591	33903031		005001133	980.000,00
540461	CE999		115610102		980.000,00


OBSERVACAO :
RECLASSIFICAÇÃO NF 000004020 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 09JUN2020 AS 9:40



SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONPD (CONSULTA PROGRAMA DESEMBOLSO)
CONSULTA EM 09/06/2020 AS 13:17 USUARIO : RICARDO
DATA EMISSAO : 08JUN2020 DATA VENCIMENTO : 08JUN2020 NUMERO : 2020PD02294
UG : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
*** PAGA *** NL REF. : 2020NL05897
PAGADORA DATA PAGAMENTO : 09JUN2020 OB PAG. : 2020OB04995
UG : 090050 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
BANCO : 001 AGENCIA : 01897 CONTA CORRENTE : 000190462
S.PUBLICO SAO PAULO
FAVORECIDO / DOMICILIO BANCARIO
CNPJ/CPF/UG: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERI
GESTAO :
BANCO : 001 AGENCIA : 02638 CONTA CORRENTE : 000480029
SAO JOSE
PROCESSO : 2020/17251 VALOR : 980.000,00
FINALIDADE : NF.4020 AQS. DE AVENTAIS (COVID-19)
EVENTO INSCRICAO DO EVENTO REC/DESP CLASSIFIC FONTE V A L O R
700601 2020NE00591 33903031 005001133 980.000,00
LANCADO POR: Nanci APARECIDA GALFI - 090010 EM: 08JUN2020 AS: 12:43



 ortomedical Comércio Atacadista de Materiais Médicos Hospitalares ORTOMEDICAL COM. ATAC. MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA-ME Rua Domingos André Zanin, 277 - Sala 511, Campinas, São José - SC - CEP: 88.117-200 CNPJ: 09.557.129/0001-70 - Tel: 455945941	DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA	
	0-ENTRADA 1-SAÍDA	CHAVE DE ACESSO 4220 0509 5571 2900 0170 5500 1000 0040 2110 1045 4665 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora
NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA FORA ESTADO		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 342200075850053 26/05/2020 15:22:36
INSCRIÇÃO ESTADUAL 256.242.941	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.	CNPJ 09.557.129/0001-70

DESTINATÁRIO NOME / RAZÃO SOCIAL SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE		CNPJ 46.374.500/0252-60	DATA DA EMISSÃO 26/05/2020
ENDEREÇO DOCTOR ENEAS CARVALHO DE AGUIAR, 188		BAIRRO / DISTRITO CERQUEIRA CESAR	CEP 05403-000
MUNICÍPIO SAO PAULO	UF SP	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DA SAÍDA

FATURA / DUPLICATA 000004021/001 29/05/2020 980.000,00			
CÁLCULO DO IMPOSTO			
BASE CÁLC ICMS 0,00	VALOR ICMS 0,00	BASE CÁLC ICMS ST 0,00	VALOR ICMS ST 0,00
TOTAL DOS PRODUTOS 980.000,00		VALOR FRETE 0,00	
VALOR SEGURO 0,00	VALOR DESCONTO 0,00	OUTRAS DESP 0,00	VALOR IPI 0,00
TOTAL DA NOTA 980.000,00		VALOR IPI 0,00	

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS NOME / RAZÃO SOCIAL NOSSO CARRO				FRETE POR CONTA 0-Remetente	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEIC	UF	CNPJ
ENDEREÇO				MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL		
QUANTIDADE 700	ESPÉCIE CAIXA	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO			

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	ALIQ ICMS
74835-S-L C/100	AVENTAL DESCARTAVEL CX C/100 Lote: (700) 000000 Val: INDETER. <i>NA PAE 5883</i> <i>NL 01 5884</i> <i>NL - 5898</i> <i>PD 2293</i> <i>NLA - 5953</i>	63079010	040	6108	CX	700	1.400,00	980.000,00	0,00	0,00	

DADOS ADICIONAIS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES PROCESSO SES-PRC-2020/17251 NOTA DE EMPENHO: 2020NE00591 CONTRATO: 2020CT00530 // ICMS ISENTO: Lei no 17.930/2020 SC. LOTE: 000000 ITENS ISENTOS DE ICMS CONFORME ART.2 PARAGRAFO XLII ANEXO 2 DO RICMS/01 REPRESENTANTE: 001 15212605201522 PV A-003.393 VITAMIN Sistemas www.vitaminaca.com.br	RESERVADO AO FISCO <i>Covid-19</i> <i>RCOL</i> <i>João Sérgio Cruz</i> <i>RG. 16.964.654-0</i> <i>Oficial Administrativo</i>
--	---



SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANÇAMENTO)
CONSULTA EM 09/06/2020 AS 13:08 USUARIO : RICARDO
DATA EMISSAO : 05JUN2020 SIAFISICO NUMERO : 2020NL05898
DATA LANÇAMENTO : 05JUN2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE
GESTAO FAVORECIDA :

EVENTO	INSCRIÇÃO DO EVENTO	REC/DESP CLASSIFIC	FONTE	VALOR
511702	2020NE00591	33903031	005001133	980.000,00

OBSERVAÇÃO :
LIQUIDACÃO NF 000004021 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANÇADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 05JUN2020 AS 16:56



____ SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANCAMENTO) _____
CONSULTA EM 09/06/2020 AS 13:09 USUARIO : RICARDO
DATA EMISSAO : 05JUN2020 NUMERO : 2020NL05953
DATA LANCAMENTO : 05JUN2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO FAVORECIDA : 00001 - ADMINIST. DIRETA

EVENTO	INSCRICAO DO EVENTO	REC/DESP	CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
540469	2020NE00591	33903031		005001133	980.000,00
540461	CE999		115610102		980.000,00

OBSERVACAO :
RECLASSIFICAÇÃO NF 000004021 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 09JUN2020 AS 9:39



SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONPD (CONSULTA PROGRAMA DESEMBOLSO)
CONSULTA EM 09/06/2020 AS 13:17 USUARIO : RICARDO
DATA EMISSAO : 08JUN2020 DATA VENCIMENTO : 08JUN2020 NUMERO : 2020PD02293
UG : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
*** PAGA *** NL REF. : 2020NL05898
PAGADORA DATA PAGAMENTO : 09JUN2020 OB PAG. : 2020OB04994
UG : 090050 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
BANCO : 001 AGENCIA : 01897 CONTA CORRENTE : 000190462
S.PUBLICO SAO PAULO
FAVORECIDO / DOMICILIO BANCARIO
CNPJ/CPF/UG: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERI
GESTAO :
BANCO : 001 AGENCIA : 02638 CONTA CORRENTE : 000480029
SAO JOSE
PROCESSO : 2020/17251 VALOR : 980.000,00
FINALIDADE : NF.4021 AQS. DE AVENTAIS (COVID-19)
EVENTO INSCRICAO DO EVENTO REC/DESP CLASSIFIC FONTE V A L O R
700601 2020NE00591 33903031 005001133 980.000,00
LANCADO POR: Nanci Aparecida Galfi - 090010 EM: 08JUN2020 AS: 12:38



 <p>ORTOMEDICAL COM. ATAC. MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA-ME Rua Domingos André Zenini, 277 - Sala 511, Campinas, São José - SC - CEP: 86.117-200 CNPJ: 09.557.129/0001-70 - IE: 256242941</p>		<p>DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA</p> <p>0-ENTRADA 1-SAÍDA</p> <p>000.004.022 SÉRIE 1 FOLHA 1/1</p>	 <p>CHAVE DE ACESSO 4220 0509 5571 2900 0170 5500 1000 0040 2210 1045 7254</p> <p>Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora</p>
NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA FORA ESTADO		PROTÓCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 342200075866307 26/05/2020 15:36:12	
INSCRIÇÃO ESTADUAL 256.242.941	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.	CNPJ 09.557.129/0001-70	

DESTINATÁRIO		CNPJ	DATA DA EMISSÃO
NOME / RAZÃO SOCIAL SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE		46.374.500/0252-60	26/05/2020
ENDEREÇO DOCTOR ENEAS CARVALHO DE AGUIAR, 188		CEP 05403-000	DATA DA SAÍDA
MUNICÍPIO SAO PAULO	UF SP	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DA SAÍDA

FATURA / DUPLICATA				
000004022/001 29/05/2020 675.360,00				
CÁLCULO DO IMPOSTO				
BASE CÁLC ICMS 0,00	VALOR ICMS 0,00	BASE CÁLC ICMS ST 0,00	VALOR ICMS ST 0,00	TOTAL DOS PRODUTOS 675.360,00
VALOR FRETE 0,00	VALOR SEGURO 0,00	VALOR DESCONTO 0,00	OUTRAS DESP 0,00	VALOR IPI 0,00
				TOTAL DA NOTA 675.360,00

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS		FRETE POR CONTA	CODIGO ANTT	PLACA DO VEIC	UF	CNPJ
NOME / RAZÃO SOCIAL NOSSO CARRO		0-Remetente				
ENDEREÇO		MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL		
QUANTIDADE 804	ESPECIE CAIXA	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO	

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	ALÍQ. ICMS
74835-S-L C/60	AVENTAL DESCARTAVEL CX C/60 Lote: (804) SL Val: INDETER.	63079010	040	6108	CX	804	840,00	675.360,00	0,00	0,00	
<p><i>Total: 48.240. OK.</i></p> <p><i>NL 116 - 5883</i></p> <p><i>NLCT - 5889</i></p> <p><i>NL - 5899</i></p> <p><i>NL 2020/11271</i></p> <p><i>PD 20.92</i></p>											

DADOS ADICIONAIS		RESERVADO AO FISCO
<p>INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES</p> <p>PROCESSO SES-PRC-2020/17251</p> <p>NOTA DE EMPENHO: 2020NE00591</p> <p>CONTRATO: 2020CT00530 // ICMS ISENTO: Lei no 17.930/2020 SC.</p> <p>LOTE: VIDE ETIQUETA</p> <p>ITENS ISENTOS DE ICMS CONFORME ART.2 PARAGRAFO XLII ANEXO 2 DO RICMS/01</p> <p>REPRESENTANTE: 001</p> <p>15332605201536</p> <p>PV A-003.394</p> <p>VIMAN Sistemas www.vimaneca.com.br</p>		<p><i>PC OK</i></p> <p><i>COVID-19</i></p> <p><i>CGA / CLMC</i></p> <p><i>11.00.000-7</i></p>

RECEBEMOS DE ORTOMEDICAL COM. ATAC. MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA-ME OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA Nº 000.004.022. EMISSÃO: 26/05/2020 VALOR TOTAL: 675.360,00 DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE - DOCTOR ENEAS CARVALHO DE AGUIAR, 188, CERQUEIRA CESAR, 05403-000-SAO PAULO-SP		NF-e 000.004.022 SÉRIE 1
DATA DO RECEBIMENTO 04/06/2020	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBENTE <i>PC 2020-5840</i> <i>Oficial Administrativo</i>	



____ **SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANÇAMENTO)** _____
CONSULTA EM 09/06/2020 AS 13:08 USUARIO : RICARDO
DATA EMISSAO : 05JUN2020 SIAFISICO NUMERO : 2020NL05899
DATA LANÇAMENTO : 05JUN2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE
GESTAO FAVORECIDA :

EVENTO	INSCRIÇÃO DO EVENTO	REC/DESP CLASSIFIC	FONTE	VALOR
511702	2020NE00591	33903031	005001133	675.360,00

OBSERVAÇÃO :
LIQUIDAÇÃO NF 000004022 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANÇADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 05JUN2020 AS 16:59



___ **SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANCAMENTO)** _____
CONSULTA EM 09/06/2020 AS 13:08 USUARIO : RICARDO
DATA EMISSAO : 05JUN2020 NUMERO : 2020NL05951
DATA LANCAMENTO : 05JUN2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO FAVORECIDA : 00001 - ADMINIST. DIRETA

EVENTO	INSCRICAO DO EVENTO	REC/DESP	CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
540469	2020NE00591	33903031		005001133	675.360,00
540461	CE999		115610102		675.360,00

OBSERVACAO :
RECLASSIFICAÇÃO NF 000004022 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 09JUN2020 AS 9:31



Date: sexta-feira, 19 de junho de 2020 Time: 11:14:25

____ **SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONPD (CONSULTA PROGRAMA DESEMBOLSO)** _____
CONSULTA EM 19/06/2020 AS 11:14 USUARIO : DAMBROSIO
DATA EMISSAO : 08JUN2020 DATA VENCIMENTO : 08JUN2020 NUMERO : 2020PD02292
UG : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
*** PAGA *** NL REF. : 2020NL05899
PAGADORA DATA PAGAMENTO : 09JUN2020 OB PAG. : 2020OB04993
UG : 090050 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
BANCO : 001 AGENCIA : 01897 CONTA CORRENTE : 000190462
S.PUBLICO SAO PAULO
FAVORECIDO / DOMICILIO BANCARIO
CNPJ/CPF/UG: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERI
GESTAO :
BANCO : 001 AGENCIA : 02638 CONTA CORRENTE : 000480029
SAO JOSE
PROCESSO : 2020/17251 VALOR : 675.360,00
FINALIDADE : NF.4022 AQS. DE AVENTAIS (COVID-19)
EVENTO INSCRICAO DO EVENTO REC/DESP CLASSIFIC FONTE V A L O R
700601 2020NE00591 33903031 005001133 675.360,00

LANCADO POR: Nanci Aparecida Galfi - 090010

EM: 08JUN2020 AS: 12:35



 <p>ORTOMEDICAL COM. ATAC. MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA-ME Rua Domingos André Zanini, 277 - Sala 511, Campinas, São José - SC - CEP: 86.117-208 CNPJ: 09.557.129/0001-70 - IE: 256242941</p>		<p>DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA</p> <p>0-ENTRADA 1-SAÍDA</p> <p>000.004.025 SÉRIE 1 FOLHA 1/1</p>	 <p>CHAVE DE ACESSO 4220 0509 5571 2900 0170 5500 1000 0040 2510 1046 5003</p> <p>Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora</p>
NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA FORA ESTADO		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 342200076118272 26/05/2020 21:52:00	
INSCRIÇÃO ESTADUAL 256.242.941	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.	CNPJ 09.557.129/0001-70	

DESTINATÁRIO		CNPJ	DATA DA EMISSÃO
NOME / RAZÃO SOCIAL SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE		46.374.500/0252-60	26/05/2020
ENDEREÇO DOCTOR ENEAS CARVALHO DE AGUIAR, 188		BAIRRO / DISTRITO CERQUEIRA CESAR	CEP 05403-000
MUNICÍPIO SÃO PAULO	UF SP	FONE / FAX	INSCRIÇÃO ESTADUAL
			HORA DA SAÍDA

FATURA / DUPLICATA
000004025/001 29/05/2020 373.800,00

CÁLCULO DO IMPOSTO					
BASE CÁLC ICMS 0,00	VALOR ICMS 0,00	BASE CÁLC ICMS ST 0,00	VALOR ICMS ST 0,00	TOTAL DOS PRODUTOS 373.800,00	
VALOR FRETE 0,00	VALOR SEGURO 0,00	VALOR DESCONTO 0,00	OUTRAS DESP 0,00	VALOR IPI 0,00	TOTAL DA NOTA 373.800,00

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS						
NOME / RAZÃO SOCIAL NOSSO CARRO		FRETE POR CONTA 0-Remetente	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEIC	UF	CNPJ
ENDEREÇO		MUNICÍPIO		UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	
QUANTIDADE 445	ESPÉCIE CAIXA	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO	

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	ALÍQ. ICMS
74835-S-L C/60	AVENTAL DESCARTAVEL CX C/60 Lote: (445) SL Val: INDETER.	63079010	040	6108	CX	445	840,00	373.800,00	0,00	0,00	
<p><i>Handwritten notes:</i></p> <p>ML NB - 5823</p> <p>ML CT - 5884</p> <p>ML - 5900</p> <p>26.700</p> <p>OK</p> <p>PD -</p> <p>22.91</p> <p>ML 12 5950</p>											

DADOS ADICIONAIS		RESERVADO AO FISCO
<p>INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES</p> <p>PROCESSO SES-PRC-2020/17251</p> <p>NOTA DE EMPENHO: 2020NE00591</p> <p>CONTRATO: 2020CT00530 // ICMS ISENTO: Lei no 17.930/2020 SC.</p> <p>LOTE: VIDE ETIQUETA</p> <p>ITENS ISENTOS DE ICMS CONFORME ART.2 PARAGRAFO XLII ANEXO 2 DO RICMS01</p> <p>REPRESENTANTE: 001</p> <p>21492605202151</p> <p>PV A-003.398</p> <p>VIMAN Sistemas www.vimansa.com.br</p>		<p><i>Handwritten:</i> PCOK</p> <p><i>Handwritten:</i> Covid-19</p> <p><i>Stamp:</i> CGA/CLMC</p> <p><i>Stamp:</i> 22 JUN 2020</p> <p><i>Stamp:</i> 11.02.200-7</p>

RECEBEMOS DE ORTOMEDICAL COM. ATAC. MAT. MED. HOSP. LTDA-ME OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA N° 000.004.025. EMISSÃO: 26/05/2020 VALOR TOTAL: 373.800,00 DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE - DOCTOR ENEAS CARVALHO DE AGUIAR, 188, CERQUEIRA CESAR, 05403-000-SÃO PAULO-SP		NF-e 000.004.025 SÉRIE 1
DATA DO RECEBIMENTO 09/06/2020	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR <i>Handwritten:</i> 09/06/2020 <i>Handwritten:</i> RG 46.944.554-9 <i>Handwritten:</i> Oficial Administrativo	



____ SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANÇAMENTO) _____
 CONSULTA EM 09/06/2020 AS 13:06 USUARIO : RICARDO
 DATA EMISSAO : 05JUN2020 SIAFISICO NUMERO : 2020NL05900
 DATA LANÇAMENTO : 05JUN2020 TELA : 01/01
 UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
 GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
 CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE
 GESTAO FAVORECIDA :

EVENTO	INSCRIÇÃO DO EVENTO	REC/DESP	CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
511702	2020NE00591	33903031		005001133	373.800,00

OBSERVACAO :
 LIQUIDAÇÃO NF 000004025 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 05JUN2020 AS 17:01



SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANÇAMENTO)
CONSULTA EM 09/06/2020 AS 13:07 USUARIO : RICARDO
DATA EMISSAO : 05JUN2020 NUMERO : 2020NL05950
DATA LANÇAMENTO : 05JUN2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO FAVORECIDA : 00001 - ADMINIST. DIRETA

EVENTO	INSCRIÇÃO DO EVENTO	REC/DESP	CLASSIFIC	FONTE	VALOR
540469	2020NE00591	33903031		005001133	373.800,00
540461	CE999		115610102		373.800,00

OBSERVAÇÃO :
RECLASSIFICAÇÃO NF 000004025 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANÇADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 09JUN2020 AS 9:30



Date: sexta-feira, 19 de junho de 2020 Time: 11:17:12

____ **SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONPD (CONSULTA PROGRAMA DESEMBOLSO)** _____
CONSULTA EM 19/06/2020 AS 11:17 USUARIO : DAMBROSIO
DATA EMISSAO : 08JUN2020 DATA VENCIMENTO : 08JUN2020 NUMERO : 2020PD02291
UG : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
*** PAGA *** NL REF. : 2020NL05900
PAGADORA DATA PAGAMENTO : 09JUN2020 OB PAG. : 2020OB04992
UG : 090050 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
BANCO : 001 AGENCIA : 01897 CONTA CORRENTE : 000190462
S.PUBLICO SAO PAULO
FAVORECIDO / DOMICILIO BANCARIO
CNPJ/CPF/UG: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERI
GESTAO :
BANCO : 001 AGENCIA : 02638 CONTA CORRENTE : 000480029
SAO JOSE
PROCESSO : 2020/17251 VALOR : 373.800,00
FINALIDADE : NF.4025 AQS. DE AVENTAIS (COVID-19)
EVENTO INSCRICAO DO EVENTO REC/DESP CLASSIFIC FONTE V A L O R
700601 2020NE00591 33903031 005001133 373.800,00

LANCADO POR: Nanci Aparecida Galfi - 090010

EM: 08JUN2020 AS: 12:29



 <p>ORTOMEDICAL.COM.ATAC.MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA-ME Comércio Atacadista de Materiais Médicos Hospitalares Rua Domingos André Zerbini, 277 - Sala 511, Campinas, São José - SP - CEP: 08.117-200 CNPJ: 09.557.129/0001-70 - IE: 256242941</p>		<p>DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA</p> <p>0-ENTRADA 1-SAÍDA 1</p> <p>000.004.027 SÉRIE 1 FOLHA 1/1</p>	 <p>CHAVE DE ACESSO 4220 0509 5571 2900 0170 5500 1000 0040 2710 1087 2908</p> <p>Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora</p>
NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA FORA ESTADO		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 342200076610872 27/05/2020 15:03:45	
INSCRIÇÃO ESTADUAL 256.242.941	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.	CNPJ 09.557.129/0001-70	

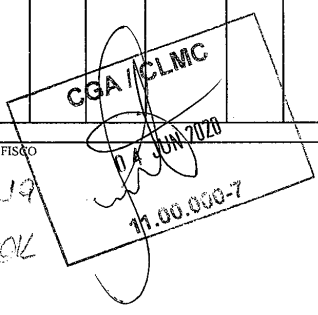
DESTINATÁRIO		CNPJ	DATA DA EMISSÃO
NOME / RAZÃO SOCIAL SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE		46.374.500/0252-60	27/05/2020
ENDEREÇO DOCTOR ENEAS CARVALHO DE AGUIAR, 188		BAIRRO / DISTRITO CERQUEIRA CESAR	CEP 05403-000
MUNICÍPIO SAO PAULO	UF SP	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DA SAÍDA

FATURA / DUPLICATA
000004027/001 01/06/2020 18.480,00

CÁLCULO DO IMPOSTO					
BASE CÁLC ICMS 0,00	VALOR ICMS 0,00	BASE CÁLC ICMS ST 0,00	VALOR ICMS ST 0,00	TOTAL DOS PRODUTOS 18.480,00	
VALOR FRETE 0,00	VALOR SEGURO 0,00	VALOR DESCONTO 0,00	OUTRAS DESP 0,00	VALOR IPI 0,00	TOTAL DA NOTA 18.480,00

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS					
NOME / RAZÃO SOCIAL NOSSO CARRO		FRETE POR CONTA 0-Remetente	CODIGO ANTT	PLACA DO VEIC	UF
ENDEREÇO		MUNICÍPIO		UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
QUANTIDADE 22	ESPÉCIE CAIXA	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	ALÍQ. ICMS
74835-S-L C/60	AVENTAL DESCARTAVEL CX C/60 Lote: (22) SL Val: INDETER. <i>AZUL 9500</i> <i>NH AE-5823</i> <i>NH CT-5884</i> <i>NH -5901</i> <i>1320</i> <i>OK</i> <i>PD 2306</i> <i>NH 5965</i>	63079010	040	6108	CX	22	840,00	18.480,00	0,00	0,00	

DADOS ADICIONAIS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES PROCESSO SES-PRC-2020/17251 NOTA DE EMPENHO: 2020NE00591 CONTRATO: 2020CT00530 // CONTRATO: 2020CT00530 LOTE: VIDE ETIQUETA ITENS ISENTOS DE ICMS CONFORME ART.2 PARAGRAFO XLII ANEXO 2 DO RICMS01 REPRESENTANTE: 001 15012705201503 PV A-003.400 VIMAN Sistemas www.vimansa.com.br	RESERVADO AO FISCO <i>COVID-19</i> <i>7PC OK</i> 
--	---

RECEBEMOS DE ORTOMEDICAL.COM.ATAC.MAT.MED.HOSP.LTDA-ME OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA Nº 000.004.027. EMISSÃO: 27/05/2020 VALOR TOTAL: 18.480,00 DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE - DOCTOR ENEAS CARVALHO DE AGUIAR, 188, CERQUEIRA CESAR, 05403-000-SAO PAULO-SP		NF-e 000.004.027 SÉRIE 1
DATA DO RECEBIMENTO 04/06/2020	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR <i>João Sérgio Cruz</i> <i>RG 16.004.6540</i> <i>Oficial Administrativo</i>	



____ **SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANCAMENTO)** _____
CONSULTA EM 09/06/2020 AS 13:14 USUARIO : RICARDO
DATA EMISSAO : 05JUN2020 SIAFISICO NUMERO : 2020NL05901
DATA LANCAMENTO : 05JUN2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE
GESTAO FAVORECIDA :

EVENTO	INSCRICAO DO EVENTO	REC/DESP CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
511702	2020NE00591	33903031	005001133	18.480,00

OBSERVACAO :
LIQUIDACÃO NF 000004027 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 05JUN2020 AS 17:02



___ **SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANÇAMENTO)** _____
CONSULTA EM 09/06/2020 AS 13:15 USUARIO : RICARDO
DATA EMISSAO : 05JUN2020 NUMERO : 2020NL05965
DATA LANÇAMENTO : 05JUN2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO FAVORECIDA : 00001 - ADMINIST. DIRETA

EVENTO	INSCRIÇÃO DO EVENTO	REC/DESP	CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
540469	2020NE00591	33903031		005001133	18.480,00
540461	CE999		115610102		18.480,00



OBSERVACAO :
RECLASSIFICAÇÃO NF 000004027 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 09JUN2020 AS 10:07



SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONPD (CONSULTA PROGRAMA DESEMBOLSO)
CONSULTA EM 09/06/2020 AS 13:19 USUARIO : RICARDO
DATA EMISSAO : 08JUN2020 DATA VENCIMENTO : 08JUN2020 NUMERO : 2020PD02306
UG : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
*** PAGA ***
PAGADORA DATA PAGAMENTO : 09JUN2020 NL REF. : 2020NL05901
UG : 090050 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES OB PAG. : 2020OB05003
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
BANCO : 001 AGENCIA : 01897 CONTA CORRENTE : 000190462
S.PUBLICO SAO PAULO
FAVORECIDO / DOMICILIO BANCARIO
CNPJ/CPF/UG: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERI
GESTAO :
BANCO : 001 AGENCIA : 02638 CONTA CORRENTE : 000480029
SAO JOSE
PROCESSO : 2020/17251 VALOR : 18.480,00
FINALIDADE : NF.4027 AQS. DE AVENTAIS (COVID-19)
EVENTO INSCRICAO DO EVENTO REC/DESP CLASSIFIC FONTE V A L O R
700601 2020NE00591 33903031 005001133 18.480,00
LANCADO POR: Nanci APARECIDA GALFI - 090010 EM: 08JUN2020 AS: 13:18



 <p>ORTOMEDICAL COM.ATAC.MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA-ME <small>Comércio Atacadista de Materiais Médicos Hospitalares</small> Rua Domingos Antônio Zardini, 277 - Sala 511, Campinas, São José - SC - CEP: 89.117-200 CNPJ: 09.557.129/0001-70 - IE: 256242941</p>		<p>DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA</p> <p>0-ENTRADA 1-SAÍDA</p> <p>000.004.077 SÉRIE 1 FOLHA 1/1</p>		 <p>CHAVE DE ACESSO 4220 0609 5571 2900 0170 5500 1000 0040 7710 0326 1600</p> <p>Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora</p>							
NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA FORA ESTADO		PROTÓCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 342200083623062 08/06/2020 17:43:46									
INSCRIÇÃO ESTADUAL 256.242.941		INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.		CNPJ 09.557.129/0001-70							
DESTINATÁRIO											
NOME / RAZÃO SOCIAL SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE				CNPJ 46.374.500/0252-60							
ENDEREÇO DOUTOR ENEAS CARVALHO DE AGUIAR, 188				DATA DA EMISSÃO 08/06/2020							
MUNICÍPIO SAO PAULO				CEP 05403-000							
UF SP				DATA DA SAÍDA							
FONE / FAX				HORA DA SAÍDA							
INSCRIÇÃO ESTADUAL											
FATURA / DUPLICATA											
000004077/001 11/06/2020 700.000,00											
CÁLCULO DO IMPOSTO											
BASE CÁLC ICMS 0,00		VALOR ICMS 0,00		TOTAL DOS PRODUTOS 700.000,00							
VALOR FRETE 0,00		VALOR SEGURO 0,00		VALOR ICMS ST 0,00							
VALOR DESCONTO 0,00		OUTRAS DESP 0,00		VALOR IPI 0,00							
				TOTAL DA NOTA 700.000,00							
TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS											
NOME / RAZÃO SOCIAL NOSSO CARRO				FRETE POR CONTA 0-Remetente							
ENDEREÇO				CÓDIGO ANTT							
MUNICÍPIO				PLACA DO VEIC							
UF				CNPJ							
INSCRIÇÃO ESTADUAL											
QUANTIDADE 500		ESPECIE CAIXA		MARCA							
NUMERAÇÃO		PESO BRUTO		PESO LÍQUIDO							
DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS											
CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	ALÍQ ICMS
74835-S-L C/100	AVENTAL DESCARTAVEL CX C/100 Lote: (500) 0000009 Val: INDETER.	63079010	040	6108	CX	500	1.400,00	700.000,00	0,00	0,00	
<p><i>Handwritten notes:</i> 6219 6238 6222 6224 2388</p> <p>CGA / CLMC 10 JUN 2020 11.00.000-7</p> <p><i>Signature:</i> João Sérgio Cruz RG: 20.904.654-0 Oficial Administrativo</p>											
DADOS ADICIONAIS											
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES PROCESSO SES-PRC-2020/17251 NOTA DE EMPENHO: 2020NE00591 CONTRATO: 2020CT00530 ICMS ISENTO: Lei no 17.930/2020 SC. ITENS ISENTOS DE ICMS CONFORME ART.2 PARAGRAFO XLII ANEXO 2 DO RICMS01 REPRESENTANTE: 001 17410806201743 PV A-003.442 VINIAN Sistemas - www.viniansca.com.br						RESERVADO AO FISCO 2.573.480,00 RECEBIM 15/06/2020 DOUGLAS - CPF					



Date: quinta-feira, 18 de junho de 202 Time: 15:28:51

SIAFISIC20-CONTAB,LIQUIDACAO,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANCAMENTO)
CONSULTA EM 18/06/2020 AS 15:28 USUARIO : DAMBROSIO
DATA EMISSAO : 16JUN2020 NUMERO : 2020NL06217
DATA LANCAMENTO : 16JUN2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE
GESTAO FAVORECIDA :

EVENTO	INSCRICAO DO EVENTO	REC/DESP CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
411133	2020NE00591	33903031	005001133	700.000,00

OBSERVACAO :
PRE LIQUIDACÃO NF 000004077 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 16JUN2020 AS 12:17



Date: quinta-feira, 18 de junho de 2020 Time: 15:28:58

SIAFISIC20-CONTAB, LIQUIDACAO, CONNL (CONSULTA NOTA DE LANCAMENTO)
CONSULTA EM 18/06/2020 AS 15:28 USUARIO : DAMBROSIO
DATA EMISSAO : 16JUN2020 NUMERO : 2020NL06218
DATA LANCAMENTO : 16JUN2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE
GESTAO FAVORECIDA :

EVENTO	INSCRICAO DO EVENTO	REC/DESP	CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
541202	2020/17251				700.000,00

OBSERVACAO :
LIQUIDACÃO NF 000004077 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 16JUN2020 AS 12:19



Date: quinta-feira, 18 de junho de 2020 Time: 15:29:08

SIAFISIC20-CONTAB,LIQUIDACAO,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANCAMENTO)
CONSULTA EM 18/06/2020 AS 15:29 USUARIO : DAMBROSIO
DATA EMISSAO : 16JUN2020 SIAFISICO NUMERO : 2020NL06222
DATA LANCAMENTO : 16JUN2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE
GESTAO FAVORECIDA :

EVENTO	INSCRICAO DO EVENTO	REC/DESP	CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
511702	2020NE00591	33903031		005001133	700.000,00

OBSERVACAO :
LIQUIDACAO NF 000004077 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 16JUN2020 AS 12:23



Date: quinta-feira, 18 de junho de 2020 Time: 15:29:17

SIAFISIC20-CONTAB,LIQUIDACAO,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANCAMENTO)
CONSULTA EM 18/06/2020 AS 15:29 USUARIO : DAMBROSIO
DATA EMISSAO : 16JUN2020 NUMERO : 2020NL06224
DATA LANCAMENTO : 16JUN2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO FAVORECIDA : 00001 - ADMINIST. DIRETA

EVENTO	INSCRICAO DO EVENTO	REC/DESP	CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
540469	2020NE00591	33903031	115610102	005001133	700.000,00
540461	CE999				700.000,00

OBSERVACAO :
RECLASSIFICAÇÃO NF 000004077 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 16JUN2020 AS 12:24



Date: quinta-feira, 18 de junho de 2020 Time: 15:29:31

SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONPD (CONSULTA PROGRAMA DESEMBOLSO)
CONSULTA EM 18/06/2020 AS 15:29 USUARIO : DAMBROSIO
DATA EMISSAO : 16JUN2020 DATA VENCIMENTO : 16JUN2020 NUMERO : 2020PD02388
UG : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
*** PAGA *** NL REF. : 2020NL06222
PAGADORA DATA PAGAMENTO : 16JUN2020 OB PAG. : 2020OB05306
UG : 090050 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
BANCO : 001 AGENCIA : 01897 CONTA CORRENTE : 000190462
S.PUBLICO SAO PAULO
FAVORECIDO / DOMICILIO BANCARIO
CNPJ/CPF/UG: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERI
GESTAO :
BANCO : 001 AGENCIA : 02638 CONTA CORRENTE : 000480029
SAO JOSE
PROCESSO : 2020/17251 VALOR : 700.000,00
FINALIDADE : PAGTO NF 000004077 AVENTAL COVID-19
EVENTO INSCRICAO DO EVENTO REC/DESP CLASSIFIC FONTE V A L O R
700601 2020NE00591 33903031 005001133 700.000,00

LANCADO POR: DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM: 16JUN2020 AS: 12:28



DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA 0-ENTRADA 1-SAÍDA 1 000.004.078 SÉRIE 1 FOLHA 1/1		 CHAVE DE ACESSO 4220 0609 5571 2900 0170 5500 1000 0040 7810 0326 2400 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora
ORTOMEDICAL COM. ATAC. MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA-ME Rua Domingos André Zentini, 277 - Sala 511, Campinas, SP, 13064 - SC - CEP: 88.117-200 CNPJ: 09.557.129/0001-70 - IE: 256242941		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 342200083678034 08/06/2020 19:04:01
NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA FORA ESTADO		CNPJ 09.557.129/0001-70
INSCRIÇÃO ESTADUAL 256.242.941	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT. 	

DESTINATÁRIO NOME / RAZÃO SOCIAL SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE ENDEREÇO DOCTOR ENEAS CARVALHO DE AGUIAR, 188 MUNICÍPIO SAO PAULO		CNPJ 46.374.500/0252-60 DATA DA EMISSÃO 08/06/2020
BAIRRO / DISTRITO CERQUEIRA CESAR UF SP	CEP 05403-000 INSCRIÇÃO ESTADUAL	DATA DA SAÍDA HORA DA SAÍDA

FATURA / DUPLICATA 000004078/001 11/06/2020 427.000,00

CÁLCULO DO IMPOSTO BASE CÁLC ICMS 0,00 VALOR ICMS 0,00 BASE CÁLC ICMS ST 0,00 VALOR ICMS ST 0,00 TOTAL DOS PRODUTOS 427.000,00 VALOR FRETE 0,00 VALOR SEGURO 0,00 VALOR DESCONTO 0,00 OUTRAS DESP 0,00 VALOR IPI 0,00 TOTAL DA NOTA 427.000,00	
--	--

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS NOME / RAZÃO SOCIAL NOSSO CARRO ENDEREÇO		FRETE POR CONTA 0-Remetente	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEIC	UF	CNPJ
QUANTIDADE 305		ESPÉCIE CAIXA	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	ALÍQ. ICMS
74835-S-L C/100	AVENTAL DESCARTAVEL CX C/100 Lote: (305) 000000 Val: INDETER. NA 015 - 6228 NA 017 - 6229 NA - 6231 NA 018 - 6238 2389	63079010	040	6108	CX	305	1.400,00	427.000,00	0,00	0,00	

DADOS ADICIONAIS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES PROCESSO SES-PRC-2020/17251 NOTA DE EMPENHO: 2020NE00591 CONTRATO: 2020CT00530 ICMS ISENTOS: Lei no 17.930/2020 SC. ITENS ISENTOS DE ICMS CONFORME ART.2 PARAGRAFO XLII ANEXO 2 DO RICMS01 REPRESENTANTE: 001 19000806201903 PV A-003.443 VIMAN Sistemas www.vimansca.com.br	RESERVADO AO FISCO 005 001133 15/06/2020 DOUGLAS - 00F
--	---



Date: quinta-feira, 18 de junho de 2020 Time: 15:54:36

____ SIAFISIC20-CONTAB,LIQUIDACAO,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANCAMENTO) _____
CONSULTA EM 18/06/2020 AS 15:54 USUARIO : DAMBROSIO
DATA EMISSAO : 16JUN2020 NUMERO : 2020NL06228
DATA LANCAMENTO : 16JUN2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE
GESTAO FAVORECIDA :

EVENTO	INSCRICAO DO EVENTO	REC/DESP CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
411133	2020NE00591	33903031	005001133	427.000,00

OBSERVACAO :
PRE LIQUIDACÃO NF 000004078 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 16JUN2020 AS 12:31



Date: quinta-feira, 18 de junho de 2020 Time: 15:54:43

____ SIAFISIC20-CONTAB,LIQUIDACAO,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANCAMENTO) _____
CONSULTA EM 18/06/2020 AS 15:54 USUARIO : DAMBROSIO
DATA EMISSAO : 16JUN2020 NUMERO : 2020NL06229
DATA LANCAMENTO : 16JUN2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE
GESTAO FAVORECIDA :

EVENTO	INSCRICAO DO EVENTO	REC/DESP CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
541202	2020/17251			427.000,00

OBSERVACAO :
LIQUIDACÃO NF 000004078 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 16JUN2020 AS 12:32



Date: quinta-feira, 18 de junho de 2020 Time: 15:54:52

SIAFISIC20-CONTAB,LIQUIDACAO,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANCAMENTO)
CONSULTA EM 18/06/2020 AS 15:54 USUARIO : DAMBROSIO
DATA EMISSAO : 16JUN2020 SIAFISICO NUMERO : 2020NL06231
DATA LANCAMENTO : 16JUN2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE
GESTAO FAVORECIDA :

EVENTO	INSCRICAO DO EVENTO	REC/DESP CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
511702	2020NE00591	33903031	005001133	427.000,00

OBSERVACAO :
LIQUIDACÃO NF 000004078 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 16JUN2020 AS 12:34



Date: quinta-feira, 18 de junho de 2020 Time: 15:55:13

____ **SIAFISIC20-CONTAB,LIQUIDACAO,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANCAMENTO)** _____
CONSULTA EM 18/06/2020 AS 15:55 USUARIO : DAMBROSIO
DATA EMISSAO : 16JUN2020 NUMERO : 2020NL06238
DATA LANCAMENTO : 16JUN2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO FAVORECIDA : 00001 - ADMINIST. DIRETA

EVENTO	INSCRICAO DO EVENTO	REC/DESP	CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
540469	2020NE00591	33903031		005001133	427.000,00
540461	CE999		115610102		427.000,00

OBSERVACAO :
RECLASSIFICACAO NF 000004078 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 16JUN2020 AS 12:48



Date: quinta-feira, 18 de junho de 2020 Time: 15:54:30

SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONPD (CONSULTA PROGRAMA DESEMBOLSO)
 CONSULTA EM 18/06/2020 AS 15:54 USUARIO : DAMBROSIO
 DATA EMISSAO : 16JUN2020 DATA VENCIMENTO : 16JUN2020 NUMERO : 2020PD02389
 UG : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
 GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
 * PAGA * NL REF. : 2020NL06231
 PAGADORA DATA PAGAMENTO : 16JUN2020 OB PAG. : 2020OB05360
 UG : 090050 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES
 GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
 BANCO : 001 AGENCIA : 01897 CONTA CORRENTE : 000190462
 S.PUBLICO SAO PAULO
 FAVORECIDO / DOMICILIO BANCARIO
 CNPJ/CPF/UG: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERI
 GESTAO :
 BANCO : 001 AGENCIA : 02638 CONTA CORRENTE : 000480029
 SAO JOSE
 PROCESSO : 2020/17251 VALOR : 427.000,00
 FINALIDADE : PAGTO NF 000004078 AVENTAL COVID-19
 EVENTO INSCRICAO DO EVENTO REC/DESP CLASSIFIC FONTE V A L O R
 700601 2020NE00591 33903031 005001133 427.000,00

LANCADO POR: DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM: 16JUN2020 AS: 13:00



 <p>ORTOMEDICAL Comércio Atacadista de Materiais Médicos Hospitalares</p> <p>ORTOMEDICAL COM.ATAC.MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA-ME Rua Domingos André Zenini, 277 - Sala 511, Campinas, São José - SC - CEP: 68.117-209 CNPJ: 09.557.129/0001-70 - IE: 25642941</p>		<p>DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA</p> <p>0-ENTRADA 1-SAÍDA</p> <p>000.004.082 SÉRIE 1 FOLHA 1/1</p>	 <p>CHAVE DE ACESSO 4220 0609 5571 2900 0170 5500 1000 0040 8210 0326 5690</p> <p>Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora</p>
NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA FORA ESTADO		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 342200083742400 08/06/2020 22:58:52	
INSCRIÇÃO ESTADUAL 256.242.941	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.	CNPJ 09.557.129/0001-70	

DESTINATÁRIO		CNPJ	DATA DA EMISSÃO
NOME / RAZÃO SOCIAL SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE		46.374.500/0252-60	08/06/2020
ENDEREÇO DOUTOR ENEAS CARVALHO DE AGUIAR, 188		BAIRRO / DISTRITO CERQUEIRA CESAR	CEP 05403-000
MUNICÍPIO SÃO PAULO	UF SP	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DA SAÍDA

FATURA / DUPLICATA	
000004082/001 11/06/2020 680.400,00	

CÁLCULO DO IMPOSTO					
BASE CÁLC ICMS 0,00	VALOR ICMS 0,00	BASE CÁLC ICMS ST 0,00	VALOR ICMS ST 0,00	TOTAL DOS PRODUTOS 680.400,00	
VALOR FRETE 0,00	VALOR SEGURO 0,00	VALOR DESCONTO 0,00	OUTRAS DESP. 0,00	VALOR IPI 0,00	TOTAL DA NOTA 680.400,00

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS					
NOME / RAZÃO SOCIAL NOSSO CARRO		FRETE POR CONTA 0-Remetente	CODIGO ANTT	PLACA DO VEIC	UF
ENDEREÇO		MUNICÍPIO		UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
QUANTIDADE 324	ESPECIE CAIXA	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	ALÍQ. ICMS
74835-S-L C/150	AVENTAL DESCARTAVEL CX C/150 Lote: (324) SL Val: INDETER.	63079010	040	6108	CX	324	2.100,00	680.400,00	0,00	0,00	

MARCA 6248

NCT - 6249

M - 6250

RO - 2391

MARCA 6252

CGA / CLMC

10 JUN 2020

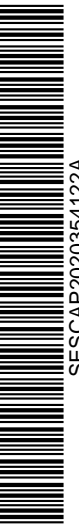
11.00.000-7

João Sérgio Cruz

RG: 16.504.554-0

Oficial Administrativo

<p>DADOS ADICIONAIS</p> <p>INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES</p> <p>PROCESSO SES-PRC-2020/17251</p> <p>NOTA DE EMPENHO: 2020NE00591 // CONTRATO: 2020CT00530</p> <p>ICMS ISENTO: Lei no 17.930/2020 SC.</p> <p>LOTES: VIDE EMBALAGEM</p> <p>ITENS ISENTOS DE ICMS CONFORME ART.2 PARAGRAFO XLII ANEXO 2 DO RICMS01</p> <p>REPRESENTANTE: 001</p> <p>22530806202258</p> <p>PV A-003.447</p> <p>VIMAN Sistemas www.vimansca.com.br</p>	<p>RESERVADO AO FISCO</p> <p>0705</p> <p>4R.600</p> <p>RECEB. 15/06/2020</p> <p>João Sérgio Cruz</p>
--	--



Date: quinta-feira, 18 de junho de 2020 Time: 15:57:13

____ SIAFISIC20-CONTAB,LIQUIDACAO,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANCAMENTO) _____
CONSULTA EM 18/06/2020 AS 15:57 USUARIO : DAMBROSIO
DATA EMISSAO : 16JUN2020 NUMERO : 2020NL06248
DATA LANCAMENTO : 16JUN2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE
GESTAO FAVORECIDA :

EVENTO	INSCRICAO DO EVENTO	REC/DESP CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
411133	2020NE00591	33903031	005001133	680.400,00

OBSERVACAO :
PRE LIQUIDAÇÃO NF 000004082 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 16JUN2020 AS 15:49



Date: quinta-feira, 18 de junho de 2020 Time: 15:57:22

SIAFISIC20-CONTAB,LIQUIDACAO,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANCAMENTO)
CONSULTA EM 18/06/2020 AS 15:57 USUARIO : DAMBROSIO
DATA EMISSAO : 16JUN2020 NUMERO : 2020NL06249
DATA LANCAMENTO : 16JUN2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE
GESTAO FAVORECIDA :

EVENTO	INSCRICAO DO EVENTO	REC/DESP	CLASSIFIC	FONTE	VALOR
541202	2020/17251				680.400,00

OBSERVACAO :
LIQUIDACÃO NF 000004082 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 16JUN2020 AS 15:55



Date: quinta-feira, 18 de junho de 2020 Time: 15:57:33

SIAFISIC20-CONTAB,LIQUIDACAO,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANCAMENTO)
CONSULTA EM 18/06/2020 AS 15:57
DATA EMISSAO : 16JUN2020 SIAFISICO USUARIO : DAMBROSIO
DATA LANCAMENTO : 16JUN2020 NUMERO : 2020NL06250
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA TELA : 01/01
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE
GESTAO FAVORECIDA :

EVENTO	INSCRICAO DO EVENTO	REC/DESP CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
511702	2020NE00591	33903031	005001133	680.400,00

OBSERVACAO :
LIQUIDAÇÃO NF 000004082 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 16JUN2020 AS 16:02



Date: quinta-feira, 18 de junho de 2020 Time: 15:57:41

SIAFISIC20-CONTAB,LIQUIDACAO,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANCAMENTO)
 CONSULTA EM 18/06/2020 AS 15:57 USUARIO : DAMBROSIO
 DATA EMISSAO : 16JUN2020 NUMERO : 2020NL06252
 DATA LANCAMENTO : 16JUN2020 TELA : 01/01
 UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
 GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
 CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
 GESTAO FAVORECIDA : 00001 - ADMINIST. DIRETA

EVENTO	INSCRICAO DO EVENTO	REC/DESP	CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
540469	2020NE00591	33903031		005001133	680.400,00
540461	CE999		115610102		680.400,00

OBSERVACAO :
 RECLASSIFICACAO NF 000004082 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 16JUN2020 AS 16:06



Date: quinta-feira, 18 de junho de 2020 Time: 15:58:09

____ SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONPD (CONSULTA PROGRAMA DESEMBOLSO) _____
CONSULTA EM 18/06/2020 AS 15:58 USUARIO : DAMBROSIO
DATA EMISSAO : 16JUN2020 DATA VENCIMENTO : 16JUN2020 NUMERO : 2020PD02391
UG : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
* PAGA * NL REF. : 2020NL06250
PAGADORA DATA PAGAMENTO : 17JUN2020 OB PAG. : 2020OB05366
UG : 090050 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
BANCO : 001 AGENCIA : 01897 CONTA CORRENTE : 000190462
S.PUBLICO SAO PAULO
FAVORECIDO / DOMICILIO BANCARIO
CNPJ/CPF/UG: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERI
GESTAO :
BANCO : 001 AGENCIA : 02638 CONTA CORRENTE : 000480029
SAO JOSE
PROCESSO : 2020/17251 VALOR : 680.400,00
FINALIDADE : PAGTO NF 000004082 AVENTAL COVID-19
EVENTO INSCRICAO DO EVENTO REC/DESP CLASSIFIC FONTE V A L O R
700601 2020NE00591 33903031 005001133 680.400,00

LANCADO POR: DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM: 16JUN2020 AS: 16:04



 <p>ORTOMEDICAL COM. ATAC. MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA-ME Rua Domingos André Zanini, 277 - Sala 511, Campinas, São José - SC - CEP: 86.117-200 CNPJ: 09.557.129/0001-70 - IE: 256242941</p>		<p>DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA</p> <p>0-ENTRADA 1-SAÍDA</p> <p>000.004.083 SÉRIE 1 FOLHA 1/1</p>	 <p>CHAVE DE ACESSO 4220 0609 5571 2900 0170 5500 1000 0040 8310 0367 4783</p> <p>Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora</p>
NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA FORA ESTADO		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 342200083765723 09/06/2020 00:51:37	
INSCRIÇÃO ESTADUAL 256.242.941	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.	CNPJ 09.557.129/0001-70	

DESTINATÁRIO		CNPJ	DATA DA EMISSÃO
NOME / RAZÃO SOCIAL SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE		46.374.500/0252-60	09/06/2020
ENDEREÇO DOUTOR ENEAS CARVALHO DE AGUIAR, 188		BAIRRO / DISTRITO CERQUEIRA CESAR	CEP 05403-000
MUNICÍPIO SÃO PAULO	UF SP	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DA SAÍDA

FATURA / DUPLICATA
000004083/001 12/06/2020 766.080,00

CÁLCULO DO IMPOSTO			
BASE CÁLC ICMS 0,00	VALOR ICMS 0,00	BASE CÁLC ICMS ST 0,00	VALOR ICMS ST 0,00
TOTAL DOS PRODUTOS 766.080,00			
VALOR FRETE 0,00	VALOR SEGURO 0,00	VALOR DESCONTO 0,00	OUTRAS DESP 0,00
VALOR IPI 0,00		TOTAL DA NOTA 766.080,00	

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS		FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍC	UF	CNPJ
NOME / RAZÃO SOCIAL NOSSO CARRO		0-Remetente				
ENDEREÇO		MUNICÍPIO		UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	
QUANTIDADE 684	ESPECIE CAIXA	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO	

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	ALÍQ. ICMS
74835-S-L C/80	AVENTAL DESCARTAVEL CX C/80 Lote: (684) SL Val: INDETER.	63079010	040	6108	CX	684	1.120,00	766.080,00	0,00	0,00	

NA 185 - 6253 -

NA 185 - 6254 -

NA - 6256 -

PD - 2392

NA 185 - 6257

CGA / CLMC

10 JUN 2020

11.000.000-7

João Sérgio Cruz
RG: 10.902.554-0
Poder Judiciário

<p>DADOS ADICIONAIS</p> <p>INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES</p> <p>PROCESSO SES-PRC-2020/17251</p> <p>NOTA DE EMPENHO: 2020NE00591</p> <p>CONTRATO: 2020CT00530 // ICMS ISENTOS: Lei no 17.930/2020 SC.</p> <p>LOTE: VIDE ETIQUETA.</p> <p>ITENS ISENTOS DE ICMS CONFORME ART.2 PARAGRAFO XLII ANEXO 2 DO RICMS01</p> <p>REPRESENTANTE: 001</p> <p>00470906200051</p> <p>PV A-003.448</p>	<p>RESERVADO AO FISCO</p> <p>54720.000</p> <p>15/06/2020</p> <p>João MS - CPF</p>
---	---

VIMAN Sistemas | www.vimanas.com.br



SESCAP2020354122A



Date: quinta-feira, 18 de junho de 2020 Time: 16:00:39

SIAFISIC20-CONTAB,LIQUIDACAO,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANCAMENTO)
CONSULTA EM 18/06/2020 AS 16:00 USUARIO : DAMBROSIO
DATA EMISSAO : 16JUN2020 NUMERO : 2020NL06253
DATA LANCAMENTO : 16JUN2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE
GESTAO FAVORECIDA :

EVENTO	INSCRICAO DO EVENTO	REC/DESP CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
411133	2020NE00591	33903031	005001133	766.080,00

OBSERVACAO :
PRE LIQUIDACAO NF 000004083 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 16JUN2020 AS 16:07



Date: quinta-feira, 18 de junho de 2020 Time: 16:00:50

SIAFISIC20-CONTAB,LIQUIDACAO,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANCAMENTO)
CONSULTA EM 18/06/2020 AS 16:00 USUARIO : DAMBROSIO
DATA EMISSAO : 16JUN2020 NUMERO : 2020NL06254
DATA LANCAMENTO : 16JUN2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE
GESTAO FAVORECIDA :

EVENTO	INSCRICAO DO EVENTO	REC/DESP CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
541202	2020/17251			766.080,00

OBSERVACAO :
LIQUIDACÃO NF 000004083 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 16JUN2020 AS 16:09



Date: quinta-feira, 18 de junho de 2020 Time: 16:01:00

____ SIAFISIC20-CONTAB, LIQUIDACAO, CONNL (CONSULTA NOTA DE LANCAMENTO) _____
CONSULTA EM 18/06/2020 AS 16:00 USUARIO : DAMBROSIO
DATA EMISSAO : 16JUN2020 SIAFISICO NUMERO : 2020NL06256
DATA LANCAMENTO : 16JUN2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE
GESTAO FAVORECIDA :

EVENTO	INSCRICAO DO EVENTO	REC/DESP CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
511702	2020NE00591	33903031	005001133	766.080,00

OBSERVACAO :
LIQUIDACÃO NF 000004083 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 16JUN2020 AS 16:15



Date: quinta-feira, 18 de junho de 2020 Time: 16:01:10

SIAFISIC20-CONTAB,LIQUIDACAO,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANCAMENTO)
 CONSULTA EM 18/06/2020 AS 16:01 USUARIO : DAMBROSIO
 DATA EMISSAO : 16JUN2020 NUMERO : 2020NL06257
 DATA LANCAMENTO : 16JUN2020 TELA : 01/01
 UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
 GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
 CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
 GESTAO FAVORECIDA : 00001 - ADMINIST. DIRETA

EVENTO	INSCRICAO DO EVENTO	REC/DESP	CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
540469	2020NE00591	33903031		005001133	766.080,00
540461	CE999		115610102		766.080,00

OBSERVACAO :
 RECLASSIFICACAO NF 000004083 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 16JUN2020 AS 16:21





Date: quinta-feira, 18 de junho de 2020 Time: 16:01:18

SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONPD (CONSULTA PROGRAMA DESEMBOLSO)
 CONSULTA EM 18/06/2020 AS 16:01 USUARIO : DAMBROSIO
 DATA EMISSAO : 16JUN2020 DATA VENCIMENTO : 16JUN2020 NUMERO : 2020PD02392
 UG : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
 GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
 * PAGA * NL REF. : 2020NL06256
 PAGADORA DATA PAGAMENTO : 17JUN2020 OB PAG. : 2020OB05367
 UG : 090050 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES
 GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
 BANCO : 001 AGENCIA : 01897 CONTA CORRENTE : 000190462
 S.PUBLICO SAO PAULO
 FAVORECIDO / DOMICILIO BANCARIO
 CNPJ/CPF/UG: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERI
 GESTAO :
 BANCO : 001 AGENCIA : 02638 CONTA CORRENTE : 000480029
 SAO JOSE
 PROCESSO : 2020/17251 VALOR : 766.080,00
 FINALIDADE : PAGTO NF 000004083 AVENTAL COVID-19
 EVENTO INSCRICAO DO EVENTO REC/DESP CLASSIFIC FONTE V A L O R
 700601 2020NE00591 33903031 005001133 766.080,00

LANCADO POR: DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM: 16JUN2020 AS: 16:17



 <p>ORTOMEDICAL COM. ATAC. MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA-ME Comércio Atacadista de Materiais Médicos Hospitalares Rua Domingos André Zanini, 277 - Sala 511, Campinas, São José - SC - CEP: 88.117-200 CNPJ: 09.557.129/0001-70 - I.E: 256242941</p>		<p>DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA</p> <p>0-ENTRADA 1-SAÍDA</p> <p>000.004.079 SÉRIE 1 FOLHA 1/1</p>		 <p>CHAVE DE ACESSO 4220 0609 5571 2900 0170 5500 1000 0040 7910 0326 3217</p> <p>Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora</p>							
NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA FORA ESTADO				PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 342200083678637 08/06/2020 19:05:21							
INSCRIÇÃO ESTADUAL 256.242.941		INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.		CNPJ 09.557.129/0001-70							
DESTINATÁRIO											
NOME / RAZÃO SOCIAL SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE				CNPJ 46.374.500/0252-60							
ENDEREÇO DOUTOR ENEAS CARVALHO DE AGUIAR, 188				DATA DA EMISSÃO 08/06/2020							
MUNICÍPIO SAO PAULO				CEP 05403-000							
UF SP				DATA DA SAÍDA							
FONE / FAX				HORA DA SAÍDA							
INSCRIÇÃO ESTADUAL											
FATURA / DUPLICATA											
000004079/001 11/06/2020 425.600,00											
CÁLCULO DO IMPOSTO											
BASE CÁLC ICMS 0,00		VALOR ICMS 0,00		TOTAL DOS PRODUTOS 425.600,00							
VALOR FRETE 0,00		VALOR SEGURO 0,00		VALOR IPI 0,00							
VALOR DESCONTO 0,00		OUTRAS DESP 0,00		TOTAL DA NOTA 425.600,00							
TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS											
NOME / RAZÃO SOCIAL NOSSO CARRO				CNPJ							
FRETE POR CONTA 0-Remetente				CÓDIGO ANTT							
ENDEREÇO				PLACA DO VEIC							
MUNICÍPIO				UF							
QUANTIDADE 304				INSCRIÇÃO ESTADUAL							
ESPECIE CAIXA				PESO BRUTO							
MÁRCA				PESO LÍQUIDO							
NUMERAÇÃO											
DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS											
CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	ALÍQ. ICMS
74835-S-L C/100	AVENTAL DESCARTAVEL CX C/100 Lote: (304) 000000 Val: INDETER.	63079010	040	6108	CX	304	1.400,00	425.600,00	0,00	0,00	
<p><i>NA 115-6715</i> <i>N20T-6713</i> <i>NA-6715</i> <i>B-2471</i> <i>N20 6769</i></p> <p><i>Recebido em 17/06/2020</i> <i>C.L.M.C.</i> <i>João Sérgio Cruz</i> <i>RG. 15.304.654-0</i> <i>Oficial Administrativo</i></p>											
DADOS ADICIONAIS						RESERVADO AO FISCO					
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES PROCESSO SES-PRC-2020/17251 NOTA DE EMPENHO: 2020NE00591 CONTRATO: 2020CT00530 ICMS ISENTO: Lei no 17.930/2020 SC. ITENS ISENTOS DE ICMS CONFORME ART.2 PARAGRAFO XLII ANEXO 2 DO RICMS01 REPRESENTANTE: 001 19010806201905 PV A-003.444						<p><i>RECEBIDO</i> <i>19/06/2020</i> <i>DOUGLAS - COF</i></p>					



Date: terça-feira, 23 de junho de 2020 Time: 15:33:58

SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANÇAMENTO)
 CONSULTA EM 23/06/2020 AS 15:33 USUARIO : DAMBROSIO
 DATA EMISSAO : 23JUN2020 NUMERO : 2020NL06712
 DATA LANÇAMENTO : 23JUN2020 TELA : 01/01
 UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
 GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
 CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE
 GESTAO FAVORECIDA :

EVENTO	INSCRIÇÃO DO EVENTO	REC/DESP CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
411133	2020NE00591	33903031	005001133	5.418.000,00

OBSERVAÇÃO :
PRE LIQUIDACÃO NFS 4079/4085/4088/4089/4091/4097/4099/4110 PROC. 2020/17251
AVENTAIS

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 23JUN2020 AS 11:38



Date: terça-feira, 23 de junho de 2020 Time: 15:34:15

____ **SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANÇAMENTO)** _____
CONSULTA EM 23/06/2020 AS 15:34 USUARIO : DAMBROSIO
DATA EMISSAO : 23JUN2020 NUMERO : 2020NL06713
DATA LANÇAMENTO : 23JUN2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE
GESTAO FAVORECIDA :

EVENTO	INSCRICAO DO EVENTO	REC/DESP CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
541202	2020/17251			5.418.000,00

OBSERVACAO :
PRE LIQUIDACÃO NFS 4079/4085/4088/4089/4091/4097/4099/4110 PROC. 2020/17251
AVENTAIS

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 23JUN2020 AS 11:44



Date: terça-feira, 23 de junho de 2020 Time: 15:34:29

___ **SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANÇAMENTO)** ___
CONSULTA EM 23/06/2020 AS 15:34 USUARIO : DAMBROSIO
DATA EMISSAO : 23JUN2020 SIAFISICO NUMERO : 2020NL06715
DATA LANÇAMENTO : 23JUN2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE
GESTAO FAVORECIDA :

EVENTO	INSCRICAO DO EVENTO	REC/DESP CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
511702	2020NE00591	33903031	005001133	5.418.000,00

OBSERVACAO :
LIQUIDACAO NFS 4079/4085/4088/4089/4091/4097/4099/4110 PROC. 2020/17251
AVENTAIS

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 23JUN2020 AS 11:55



Date: terça-feira, 23 de junho de 2020 Time: 15:38:16

____ SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANÇAMENTO) _____
CONSULTA EM 23/06/2020 AS 15:38 USUARIO : DAMBROSIO
DATA EMISSAO : 23JUN2020 NUMERO : 2020NL06764
DATA LANÇAMENTO : 23JUN2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO FAVORECIDA : 00001 - ADMINIST. DIRETA

EVENTO	INSCRICAO DO EVENTO	REC/DESP	CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
540469	2020NE00591	33903031		005001133	425.600,00
540461	CE999		115610102		425.600,00

OBSERVACAO :
RECLASSIFICAÇÃO NF 000004079 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 23JUN2020 AS 15:14



Date: terça-feira, 23 de junho de 2020 Time: 15:38:25

SIAFISIC20-BEC,EXEFINBEC,CONPD (CONSULTA PROGR. DESEMBOLSO)
CONSULTA EM 23/06/2020 AS 15:38 USUARIO : DAMBROSIO
DATA EMISSAO : 23JUN2020 DATA VENCIMENTO : 23JUN2020 NUMERO : 2020PD02471
UG : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
*** PAGA *** NL REF. : 2020NL06715
PAGADORA DATA PAGAMENTO : 23JUN2020 OB PAG. : 2020OB05558
UG : 090050 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
BANCO : 001 AGENCIA : 01897 CONTA CORRENTE : 000190462
S.PUBLICO SAO PAULO
FAVORECIDO / DOMICILIO BANCARIO
CNPJ/CPF/UG: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERI
GESTAO :
BANCO : 001 AGENCIA : 02638 CONTA CORRENTE : 000480029
SAO JOSE
PROCESSO : 2020/17251 VALOR : 425.600,00
FINALIDADE : PAGTO NF 000004079 AVENTAL COVID-19
EVENTO INSCRICAO DO EVENTO REC/DESP CLASSIFIC FONTE V A L O R
700601 2020NE00591 33903031 005001133 425.600,00

LANCADO POR: DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM: 23JUN2020 AS: 12:45



 <p>ORTOMEDICAL COM. ATAC. MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA-ME Rua Domingos André Zanini, 277 - Sala 511, Campinas, São José - SC - CEP: 88.117-000 CNPJ: 09.557.129/0001-70 - IE: 256242941</p>		<p>DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA</p> <p>0-ENTRADA 1-SAÍDA</p> <p>000.004.085 SÉRIE 1 FOLHA 1/1</p>	 <p>CHAVE DE ACESSO 4220 0609 5571 2900 0170 5500 1000 0040 8510 0408 5069</p> <p>Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora</p>
NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA FORA ESTADO		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 342200085107914 10/06/2020 15:30:42	
INSCRIÇÃO ESTADUAL 256.242.941	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.	CNPJ 09.557.129/0001-70	

DESTINATÁRIO		CNPJ		DATA DA EMISSÃO	
NOME / RAZÃO SOCIAL SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE		46.374.500/0252-60		10/06/2020	
ENDEREÇO DOCTOR ENEAS CARVALHO DE AGUIAR, 188		BAIRRO / DISTRITO CERQUEIRA CESAR		CEP 05403-000	
MUNICÍPIO SÃO PAULO		UF SP		HORA DA SAÍDA	

FATURA / DUPLICATA					
000004085/001 15/06/2020 840.000,00					
CÁLCULO DO IMPOSTO					
BASE CÁLC ICMS	VALOR ICMS	BASE CÁLC ICMS ST	VALOR ICMS ST	TOTAL DOS PRODUTOS	
0,00	0,00	0,00	0,00	840.000,00	
VALOR FRETE	VALOR SEGURO	VALOR DESCONTO	OUTRAS DESP	VALOR IPI	TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	840.000,00

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS					
NOME / RAZÃO SOCIAL NOSSO CARRO		FRETE POR CONTA 0-Remetente	CODIGO ANTT	PLACA DO VEIC	UF
ENDEREÇO		MUNICÍPIO		UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
QUANTIDADE 600	ESPECIE CAIXA	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	CST	GFOP	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	ALÍQ. ICMS
74835-S-L C/100	AVENTAL DESCARTÁVEL CX C/100 Lote: (600) 000000 Val: INDETER.	63079010	040	6108	CX	600	1.400,00	840.000,00	0,00	0,00	

<p>DADOS ADICIONAIS</p> <p>INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES PROCESSO SES-PRC-2020/17251 NOTA DE EMPENHO: 2020NE00591 CONTRATO: 2020CT00530 // ICMS ISENTO: Lei no 17.930/2020 SC. LOTE: VIDE EMBALAGEM ITENS ISENTOS DE ICMS CONFORME ART.2 PARAGRAFO XLII ANEXO 2 DO RICMS01 REPRESENTANTE: 001 15271006201530 PV A-003.450</p> <p>VANAN S.L. e suas filiais www.vanansca.com.br</p>	<p>RESERVADO AO FISCO</p> <p><i>Recebido 13/06/2020 Douglas-COF</i></p>
--	---



Date: terça-feira, 23 de junho de 2020 Time: 15:34:43

SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANÇAMENTO)
 CONSULTA EM 23/06/2020 AS 15:34 USUARIO : DAMBROSIO
 DATA EMISSAO : 23JUN2020 NUMERO : 2020NL06756
 DATA LANÇAMENTO : 23JUN2020 TELA : 01/01
 UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
 GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
 CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
 GESTAO FAVORECIDA : 00001 - ADMINIST. DIRETA

EVENTO	INSCRICAO DO EVENTO	REC/DESP	CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
540469	2020NE00591	33903031		005001133	840.000,00
540461	CE999		115610102		840.000,00

OBSERVACAO :
 RECLASSIFICAÇÃO NF 000004085 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 23JUN2020 AS 14:17




Date: terça-feira, 23 de junho de 2020 Time: 15:34:56

SIAFISIC20-BEC,EXEFINBEC,CONPD (CONSULTA PROGR. DESEMBOLSO)
CONSULTA EM 23/06/2020 AS 15:34 USUARIO : DAMBROSIO
DATA EMISSAO : 23JUN2020 DATA VENCIMENTO : 23JUN2020 NUMERO : 2020PD02464
UG : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
*** PAGA *** NL REF. : 2020NL06715
PAGADORA DATA PAGAMENTO : 23JUN2020 OB PAG. : 2020OB05551
UG : 090050 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
BANCO : 001 AGENCIA : 01897 CONTA CORRENTE : 000190462
S.PUBLICO SAO PAULO
FAVORECIDO / DOMICILIO BANCARIO
CNPJ/CPF/UG: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERI
GESTAO :
BANCO : 001 AGENCIA : 02638 CONTA CORRENTE : 000480029
SAO JOSE
PROCESSO : 2020/17251 VALOR : 840.000,00
FINALIDADE : PAGTO NF 000004085 AVENTAL COVID-19
EVENTO INSCRICAO DO EVENTO REC/DESP CLASSIFIC FONTE V A L O R
700601 2020NE00591 33903031 005001133 840.000,00

LANCADO POR: DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM: 23JUN2020 AS: 12:11



DANFE Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica		1 0-ENTRADA 1-SAIDA
MODELO 55	SERIE 001	NUMERO 000004088
FL 1/1	DATA DE EMISSAO 12/06/20	
CONTROLE DO FISCO 		
Chave de acesso para consulta de autenticidade no site www.nfe.fazenda.gov.br 42.2006.09.557.129/0001-70-55-001-000.004.088-100.490.563-7		

CODIGO 6108	NATUREZA DA PRESTACAO VENDA FORA ESTADO
----------------	--

DESTINATARIO / REMETENTE NOME SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE ENDEREÇO DOUTOR ENEAS CARVALHO DE AGUIAR, 188 CERQUEIRA CESAR CNPJ/CPF 46.374.500/0252-60 INSCRIÇÃO ESTADUAL TELEFONE		MUNICIPIO SAO PAULO - SP	CEP 05403-000
--	--	-----------------------------	------------------


CALCULO DO IMPOSTO				
BASE DE CALCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE CALC. ICMS SUBST.	VALOR DO ICMS SUBST.	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
0,00	0,00	0,00	0,00	1.254.400,00
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	OUTRAS DESPESAS ACESSORIAS	VALOR TOTAL DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	1.254.400,00

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS NOME NOSSO CARRO ENDEREÇO QUANTIDADE 896 ESPECIE MARCA		FRETE 0-EMITENTE MUNICIPIO NUMERO	PLACA DO VEICULO UF PESO BRUTO 0,00	CNPJ/CPF 00.000.000/0000-00 INSCRIÇÃO ESTADUAL PESO LÍQUIDO 0,00
---	--	---	---	--

DADOS DO PRODUTO/SERVICO									
CODIGO DO PRODUTO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS/SERVICOS	NCM	C.S.T.	UNID.	QUANT.	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL	ALIQ. ICMS	
74835-S-L C/100	AVENTAL DESCARTAVEL CX C/100	62101000	041	CX	896,0000	1.400,00	1.254.400,00	00,00	
<p> <i>Handwritten:</i> N1 P15-6712 N1 CT-6713 N1-6715 80-2465 N10 6757 <i>Stamp:</i> Recebido em 13/06/20 C.L.M.C. RG 16.804.654-0 Oficial Administrativo </p>									

CALCULO DO ISSQN INSCRIÇÃO MUNICIPAL		VALOR TOTAL DOS SERVICOS 1.254.400,00	BASE CALCULO DO ISSQN 0,00	VALOR DO ISSQN 0,00
---	--	--	-------------------------------	------------------------

DADOS ADICIONAIS PROCESSO SES-PRC-2020/17251;NOTA DE EMPENHO: 2020NE00591;CONTRATO: 202 OCT00530;ICMS ISENTO: Lei no 17.930/2020 SC.;ITENS ISENTOS DE ICMS CON FORME ART.2 PARAGRAFO XLII ANEXO 2 DO RICMS01;REPRESENTANTE: 001;15421 206201544;PV A-003.452;	RESERVADO AO FISCO <i>Handwritten:</i> Recebido 19/06/2020 Douglas - CPF
--	---

EMITIDO POR 	USO EXCLUSIVO DO EMISSOR DO NF-E
--	----------------------------------



Date: terça-feira, 23 de junho de 2020 Time: 15:36:14

SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANÇAMENTO)
 CONSULTA EM 23/06/2020 AS 15:36 USUARIO : DAMBROSIO
 DATA EMISSAO : 23JUN2020 NUMERO : 2020NL06757
 DATA LANÇAMENTO : 23JUN2020 TELA : 01/01
 UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
 GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
 CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
 GESTAO FAVORECIDA : 00001 - ADMINIST. DIRETA

EVENTO	INSCRICAO DO EVENTO	REC/DESP	CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
540469	2020NE00591	33903031		005001133	1.254.400,00
540461	CE999		115610102		1.254.400,00

OBSERVACAO :
 RECLASSIFICAÇÃO NF 000004088 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 23JUN2020 AS 14:19




Date: terça-feira, 23 de junho de 2020 Time: 15:36:25

SIAFISIC20-BEC,EXEFINBEC,CONPD (CONSULTA PROGR. DESEMBOLSO)
CONSULTA EM 23/06/2020 AS 15:36 USUARIO : DAMBROSIO
DATA EMISSAO : 23JUN2020 DATA VENCIMENTO : 23JUN2020 NUMERO : 2020PD02465
UG : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
* PAGA * NL REF. : 2020NL06715
PAGADORA DATA PAGAMENTO : 23JUN2020 OB PAG. : 2020OB05552
UG : 090050 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
BANCO : 001 AGENCIA : 01897 CONTA CORRENTE : 000190462
S.PUBLICO SAO PAULO
FAVORECIDO / DOMICILIO BANCARIO
CNPJ/CPF/UG: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERI
GESTAO :
BANCO : 001 AGENCIA : 02638 CONTA CORRENTE : 000480029
SAO JOSE
PROCESSO : 2020/17251 VALOR : 1.254.400,00
FINALIDADE : PAGTO NF 000004088 AVENTAL COVID-19
EVENTO INSCRICAO DO EVENTO REC/DESP CLASSIFIC FONTE V A L O R
700601 2020NE00591 33903031 005001133 1.254.400,00

LANCADO POR: DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM: 23JUN2020 AS: 12:14



DANFE Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica		1 ENTRADA 1-SAIDA		
MODELO 55	SERIE 001	NUMERO 000004089	FL 1/1	DATA DE EMISSAO 12/06/20
CONTROLE DO FISCO				
				
Chave de acesso para consulta de autenticidade no site www.nfe.fazenda.gov.br 42.2006.09.557.129/0001-70-55-001-000.004.089-100.490.687-8				
ORTOMEDICAL COM. ATAC. MAT. MED. HOSP. LTDA-ME DOMINGOS ANDRE ZANINI, 277 RUA CAMPINAS SAO JOSE - SC - CEP: 88117-200 CNPJ: 09.557.129/0001-70 INSCRICAO ESTADUAL: 256242941 TELEFONE:				
CODIGO 6108	NATUREZA DA PRESTACAO VENDA FORA ESTADO			
DESTINATARIO / REMETENTE				
NOME SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE		MUNICIPIO SAO PAULO - SP		CEP 05403-000
ENDERECO DOUTOR ENEAS CARVALHO DE AGUIAR, 188 CERQUEIRA CESAR		CNPJ/CPF 46.374.500/0252-60 INSCRICAO ESTADUAL		
TELEFONE				
CALCULO DO IMPOSTO				
BASE DE CALCULO DO ICMS 0,00	VALOR DO ICMS 0,00	BASE CALC. ICMS SUBST. 0,00	VALOR DO ICMS SUBST. 0,00	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS 1.289.400,00
VALOR DO FRETE 0,00	VALOR DO SEGURO 0,00	OUTRAS DESPESAS ACESSORIAS 0,00	VALOR TOTAL DO IPI 0,00	VALOR TOTAL DA NOTA 1.289.400,00
TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS				
NOME NOSSO CARRO	FRETE 0-EMITENTE	PLACA DO VEICULO	UF UF	CNPJ/CPF 00.000.000/0000-00
ENDERECO	MUNICIPIO	PESO BRUTO 0,00	INSCRICAO ESTADUAL	PESO LIQUIDO 0,00
QUANTIDADE 921	ESPECIE	MARCA	NUMERO	PESO LIQUIDO 0,00
DADOS DO PRODUTO/SERVICO				
CODIGO DO PRODUTO 74835-S-L C/100	DESCRICAO DOS PRODUTOS/SERVICOS AVENTAL DESCARTAVEL CX C/100	NCM 62101000	C.S.T. 041	UNID. CX
QUANT. 921,0000	VALOR UNITARIO 1.400,00	VALOR TOTAL 1.289.400,00	ALIQ. ICMS 00,00	
RECEBIDO em 17/06/20 C.L.M.C. João Sérgio da Costa RG: 16.904.654-0 Oficial Administrativo				
CALCULO DO ISSQN				
INSCRICAO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVICOS 1.289.400,00	BASE CALCULO DO ISSQN 0,00	VALOR DO ISSQN 0,00	
DADOS ADICIONAIS				
PROCESSO SES-PRC-2020/17251; NOTA DE EMPENHO: 2020NE00591; CONTRATO: 2020CT00530; ICMS ISENTOS: Lei no 17.930/2020 SC.; ITENS ISENTOS DE ICMS CONFORME ART. 2 PARAGRAFO XLII ANEXO 2 DO RICMS01; REPRESENTANTE: 001; 15471206201548; PV A-003.453;				
RESERVADO AO FISCO				
RECEBIDO 19/06/2020 Douglas - COF.				
USO EXCLUSIVO DO EMISSOR DO NF-E				
EMITIDO POR				



Date: terça-feira, 23 de junho de 2020 Time: 15:36:39

____ **SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANÇAMENTO)** _____
CONSULTA EM 23/06/2020 AS 15:36 USUARIO : DAMBROSIO
DATA EMISSAO : 23JUN2020 NUMERO : 2020NL06758
DATA LANÇAMENTO : 23JUN2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO FAVORECIDA : 00001 - ADMINIST. DIRETA

EVENTO	INSCRICAO DO EVENTO	REC/DESP	CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
540469	2020NE00591	33903031		005001133	1.289.400,00
540461	CE999		115610102		1.289.400,00

OBSERVACAO :
RECLASSIFICAÇÃO NF 000004089 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 23JUN2020 AS 14:20



Date: terça-feira, 23 de junho de 2020 Time: 15:36:48

SIAFISIC20-BEC,EXEFINBEC,CONPD (CONSULTA PROGR. DESEMBOLSO)
CONSULTA EM 23/06/2020 AS 15:36 USUARIO : DAMBROSIO
DATA EMISSAO : 23JUN2020 DATA VENCIMENTO : 23JUN2020 NUMERO : 2020PD02466
UG : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
*** PAGA *** NL REF. : 2020NL06715
PAGADORA DATA PAGAMENTO : 23JUN2020 OB PAG. : 2020OB05553
UG : 090050 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
BANCO : 001 AGENCIA : 01897 CONTA CORRENTE : 000190462
S.PUBLICO SAO PAULO
FAVORECIDO / DOMICILIO BANCARIO
CNPJ/CPF/UG: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERI
GESTAO :
BANCO : 001 AGENCIA : 02638 CONTA CORRENTE : 000480029
SAO JOSE
PROCESSO : 2020/17251 VALOR : 1.289.400,00
FINALIDADE : PAGTO NF 000004089 AVENTAL COVID-19
EVENTO INSCRICAO DO EVENTO REC/DESP CLASSIFIC FONTE V A L O R
700601 2020NE00591 33903031 005001133 1.289.400,00

LANCADO POR: DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM: 23JUN2020 AS: 12:16



 <p>ORTOMEDICAL COM. ATAC. MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA-ME Rua Domingos André Zanni, 277 - Sala 511, Campinas, São José - SC - CEP: 88.117-290 CNPJ: 09.557.129/0001-70 - IEI: 256242941</p>		<p>DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA</p> <p>0-ENTRADA 1-SAÍDA</p> <p>000.004.091 SÉRIE 1 FOLHA 1/1</p>	 <p>CHAVE DE ACESSO 4220 0609 5571 2900 0170 5500 1000 0040 9110 0613 6571</p> <p>Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora</p>
NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA FORA ESTADO		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 342200086978500 15/06/2020 14:35:53	
INSCRIÇÃO ESTADUAL 256.242.941	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.	CNPJ 09.557.129/0001-70	

DESTINATÁRIO		CNPJ	DATA DA EMISSÃO
NOME / RAZÃO SOCIAL SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE		46.374.500/0252-60	15/06/2020
ENDEREÇO DOCTOR ENEAS CARVALHO DE AGUIAR, 188		CEP 05403-000	DATA DA SAÍDA
MUNICÍPIO SÃO PAULO	UF SP	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DA SAÍDA

FATURA / DUPLICATA
000004091/001 18/06/2020 194.600,00

CÁLCULO DO IMPOSTO					
BASE CÁLC ICMS 0,00	VALOR ICMS 0,00	BASE CÁLC ICMS ST 0,00	VALOR ICMS ST 0,00	TOTAL DOS PRODUTOS 194.600,00	
VALOR FRETE 0,00	VALOR SEGURO 0,00	VALOR DESCONTO 0,00	OUTRAS DESP 0,00	VALOR IPI 0,00	TOTAL DA NOTA 194.600,00

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS						
NOME / RAZÃO SOCIAL NOSSO CARRO		FRETE POR CONTA 0-Remetente	CODIGO ANTI	PLACA DO VEIC	UF	CNPJ
ENDEREÇO		MUNICÍPIO		UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	
QUANTIDADE 139	ESPECIE CAIXA	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO	

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	ALÍQ. ICMS
74835-S-L C/100	AVENTAL DESCARTAVEL CX C/100 Lote: (139) SL Val: INDETER.	63079010	040	6108	CX	139	1.400,00	194.600,00	0,00	0,00	
<p><i>NA 818 - 6712</i> <i>NA 818 - 6713</i> <i>NA - 6715</i> <i>NA - 2467</i> <i>NA @ 6719</i></p> <p><i>João Douglas D'Ambrosio</i> <i>RG: 16.704.654-9</i> <i>Oficial de Autorização</i></p>											

DADOS ADICIONAIS	RESERVADO AO FISCO
<p>INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES</p> <p>PROCESSO SES-PRC-2020/17251</p> <p>NOTA DE EMPENHO: 2020NE00591</p> <p>CONTRATO: 2020CT00530 // ICMS ISENTO: Lei no 17.930/2020 SC.</p> <p>LOTE: S05</p> <p>ITENS ISENTOS DE ICMS CONFORME ART. 2 PARAGRAFO XLII ANEXO 2 DO RICMS01</p> <p>REPRESENTANTE: 001</p> <p>14331506201435</p> <p>PV A-003.454</p> <p>VIMAN Sistemas www.vimansca.com.br</p>	<p><i>Recebido</i> <i>19/06/2020</i> <i>João Douglas - cof.</i></p>

<p>RECEBEMOS DE ORTOMEDICAL COM. ATAC. MAT. MED. HOSP. LTDA-ME OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA Nº 000.004.091. EMISSÃO: 15/06/2020 VALOR TOTAL: 194.600,00 DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE - DOCTOR ENEAS CARVALHO DE AGUIAR, 188, CERQUEIRA CESAR, 05403-000-SÃO PAULO-SP</p>	<p>NF-e 000.004.091</p>
---	---



Date: terça-feira, 23 de junho de 2020 Time: 15:37:00

SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANÇAMENTO)
CONSULTA EM 23/06/2020 AS 15:36 USUARIO : DAMBROSIO
DATA EMISSAO : 23JUN2020 NUMERO : 2020NL06759
DATA LANÇAMENTO : 23JUN2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO FAVORECIDA : 00001 - ADMINIST. DIRETA

EVENTO	INSCRICAO DO EVENTO	REC/DESP	CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
540469	2020NE00591	33903031		005001133	194.600,00
540461	CE999		115610102		194.600,00

OBSERVACAO :
RECLASSIFICAÇÃO NF 000004091 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 23JUN2020 AS 14:23



Date: terça-feira, 23 de junho de 2020 Time: 15:37:07

SIAFISIC20-BEC,EXEFINBEC,CONPD (CONSULTA PROGR. DESEMBOLSO)
CONSULTA EM 23/06/2020 AS 15:37 USUARIO : DAMBROSIO
DATA EMISSAO : 23JUN2020 DATA VENCIMENTO : 23JUN2020 NUMERO : 2020PD02467
UG : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
*** PAGA *** NL REF. : 2020NL06715
PAGADORA DATA PAGAMENTO : 23JUN2020 OB PAG. : 2020OB05554
UG : 090050 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
BANCO : 001 AGENCIA : 01897 CONTA CORRENTE : 000190462
S.PUBLICO SAO PAULO
FAVORECIDO / DOMICILIO BANCARIO
CNPJ/CPF/UG: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERI
GESTAO :
BANCO : 001 AGENCIA : 02638 CONTA CORRENTE : 000480029
SAO JOSE
PROCESSO : 2020/17251 VALOR : 194.600,00
FINALIDADE : PAGTO NF 000004091 AVENTAL COVID-19
EVENTO INSCRICAO DO EVENTO REC/DESP CLASSIFIC FONTE V A L O R
700601 2020NE00591 33903031 005001133 194.600,00

LANCADO POR: DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM: 23JUN2020 AS: 12:24



 <p>ORTOMEDICAL COM. ATAC. MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA-ME <small>Rua Domingos André Zanini, 277 - Sala 511, Campinas, São José - SC - CEP: 86.117-200 CNPJ: 09.557.129/0001-70 - IE: 256242941</small></p>		<p>DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA</p> <p>0-ENTRADA 1-SAÍDA 1</p> <p>000.004.097 SÉRIE 1 FOLHA 1/1</p>	 <p>CHAVE DE ACESSO 4220 0609 5571 2900 0170 5500 1000 0040 9710 0655 5209</p> <p>Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora</p>
NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA FORA ESTADO		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 342200088009928 16/06/2020 17:20:58	
INSCRIÇÃO ESTADUAL 256.242.941	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.	CNPJ 09.557.129/0001-70	

DESTINATÁRIO		CNPJ 46.374.500/0252-60		DATA DA EMISSÃO 16/06/2020
NOME / RAZÃO SOCIAL SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE		BAIRRO / DISTRITO CERQUEIRA CESAR		DATA DA SAÍDA
ENDEREÇO DOCTOR ENEAS CARVALHO DE AGUIAR, 188		CEP 05403-000		HORA DA SAÍDA
MUNICÍPIO SÃO PAULO	UF SP	FONE / FAX	INSCRIÇÃO ESTADUAL	

FATURA / DUPLICATA				
000004097/001 19/06/2020 112.000,00				
CÁLCULO DO IMPOSTO				
BASE CÁLC ICMS 0,00	VALOR ICMS 0,00	BASE CÁLC ICMS ST 0,00	VALOR ICMS ST 0,00	TOTAL DOS PRODUTOS 112.000,00
VALOR FRETE 0,00	VALOR SEGURO 0,00	VALOR DESCONTO 0,00	OUTRAS DESP 0,00	TOTAL DA NOTA 112.000,00

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS				
NOME / RAZÃO SOCIAL NOSSO CARRO		FRETE POR CONTA 0-Remetente	CODIGO ANTT	PLACA DO VEIC
ENDEREÇO		MUNICÍPIO		UF
QUANTIDADE 80	ESPECIE CAIXA	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO
				PESO LÍQUIDO

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	ALÍQ. ICMS
74835-S-L C/100	AVENTAL DESCARTAVEL CX C/100 Lote: (80) SL Val: INDETER.	63079010	040	6108	CX	80	1.400,00	112.000,00	0,00	0,00	
<p><i>NL 105-6712</i> <i>NL 107-6713</i> <i>NL 108-6715</i> <i>PD-2468</i> <i>NL 109-6716</i></p> <p><i>Assinado em 17/06/2020</i> <i>C.L.M.C.</i> <i>João Sérgio Costa</i> <i>RG: 16.904.664-0</i> <i>Oficial Administrativo</i></p>											

<p>DADOS ADICIONAIS</p> <p>INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES PROCESSO SES-PRC-2020/17251 NOTA DE EMPENHO: 2020NE00591 CONTRATO: 2020CT00530 // ICMS ISENTO: Lei no 17.930/2020 SC. LOTE: S06 ITENS ISENTOS DE ICMS CONFORME ART.2 PARAGRAFO XLII ANEXO 2 DO RICMS01 REPRESENTANTE: 001 17191606201720 PV A-003.459</p> <p>VIMAN Sistemas www.vimansca.com.br</p>	<p>RESERVADO AO FISCO</p> <p><i>Recebido</i> <i>19/06/2020</i> <i>DOUGLAS-CUF</i></p>
---	---

<p>RECEBEMOS DE ORTOMEDICAL COM. ATAC. MAT. MED. HOSP. LTDA-ME OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA Nº 000.004.097. EMISSÃO: 16/06/2020 VALOR TOTAL: 112.000,00 DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE - DOUTOR ENEAS CARVALHO DE AGUIAR, 188, CERQUEIRA CESAR, 05403-000-SÃO PAULO-SP</p>		<p>NF-e 000.004.097 SÉRIE 1</p>
DATA DO RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	



Date: terça-feira, 23 de junho de 2020 Time: 15:37:21

SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANÇAMENTO)
 CONSULTA EM 23/06/2020 AS 15:37 USUARIO : DAMBROSIO
 DATA EMISSAO : 23JUN2020 NUMERO : 2020NL06760
 DATA LANÇAMENTO : 23JUN2020 TELA : 01/01
 UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
 GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
 CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
 GESTAO FAVORECIDA : 00001 - ADMINIST. DIRETA

EVENTO	INSCRIÇÃO DO EVENTO	REC/DESP	CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
540469	2020NE00591	33903031		005001133	112.000,00
540461	CE999		115610102		112.000,00

OBSERVAÇÃO :
 RECLASSIFICAÇÃO NF 000004097 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 23JUN2020 AS 14:24





Date: terça-feira, 23 de junho de 2020 Time: 15:37:30

SIAFISIC20-BEC,EXEFINBEC,CONPD (CONSULTA PROGR. DESEMBOLSO)
CONSULTA EM 23/06/2020 AS 15:37 USUARIO : DAMBROSIO
DATA EMISSAO : 23JUN2020 DATA VENCIMENTO : 23JUN2020 NUMERO : 2020PD02468
UG : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
*** PAGA *** NL REF. : 2020NL06715
PAGADORA DATA PAGAMENTO : 23JUN2020 OB PAG. : 2020OB05555
UG : 090050 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
BANCO : 001 AGENCIA : 01897 CONTA CORRENTE : 000190462
S.PUBLICO SAO PAULO
FAVORECIDO / DOMICILIO BANCARIO
CNPJ/CPF/UG: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERI
GESTAO :
BANCO : 001 AGENCIA : 02638 CONTA CORRENTE : 000480029
SAO JOSE
PROCESSO : 2020/17251 VALOR : 112.000,00
FINALIDADE : PAGTO NF 000004097 AVENTAL COVID-19
EVENTO INSCRICAO DO EVENTO REC/DESP CLASSIFIC FONTE V A L O R
700601 2020NE00591 33903031 005001133 112.000,00

LANCADO POR: DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM: 23JUN2020 AS: 12:33



 <p>ORTOMEDICAL COM. ATAC. MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA-ME Rua Domingos André Zenari, 277 - Sala 511, Campinas, São José - SP - CEP: 08.117-200 CNPJ: 09.557.129/0001-70 - IE: 236242941</p>		<p>DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA</p> <p>0-ENTRADA 1-SAÍDA</p> <p>000.004.099 SÉRIE 1 FOLHA 1/1</p>		 <p>CHAVE DE ACESSO 4220 0609 5571 2900 0170 5500 1000 0040 9910 0655 8482</p> <p>Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora</p>							
NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA FORA ESTADO		PROTÓCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 342200088055810 16/06/2020 18:07:40		CNPJ 09.557.129/0001-70							
INSCRIÇÃO ESTADUAL 256.242.941		INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.		CNPJ							
<p>DESTINATÁRIO</p> <p>NOME / RAZÃO SOCIAL SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE</p> <p>ENDEREÇO DOUTOR ENEAS CARVALHO DE AGUIAR, 188</p> <p>MUNICÍPIO SAO PAULO</p> <p>UF SP</p> <p>BAIRRO / DISTRITO CERQUEIRA CESAR</p> <p>CEP 05403-000</p> <p>INSCRIÇÃO ESTADUAL</p> <p>DATA DA EMISSÃO 16/06/2020</p> <p>DATA DA SAÍDA</p> <p>HORA DA SAÍDA</p>											
FATURA / DUPLICATA 000004099/001 19/06/2020 700.000,00											
CÁLCULO DO IMPOSTO											
BASE CÁLC ICMS 0,00		VALOR ICMS 0,00		TOTAL DOS PRODUTOS 700.000,00							
VALOR FRETE 0,00		VALOR SEGURO 0,00		VALOR IPI 0,00							
VALOR DESCONTO 0,00		OUTRAS DESP 0,00		TOTAL DA NOTA 700.000,00							
TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS											
NOME / RAZÃO SOCIAL NOSSO CARRO		FRETE POR CONTA 0-Remetente		CÓDIGO ANTT							
ENDEREÇO		MUNICÍPIO		UF							
QUANTIDADE 500		ESPECIE CAIXA		PESO BRUTO							
MARCA		NUMERAÇÃO		PESO LÍQUIDO							
DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS											
CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	ALÍQ. ICMS
74835-S-L C/100	AVENTAL DESCARTAVEL CX C/100 Lote: (500) 000000 Val: INDETER.	63079010	040	6108	CX	500	1.400,00	700.000,00	0,00	0,00	
<p><i>Handwritten notes:</i> N/A - 6712 LCT - 6713 N/A - 6715 B - 2469 N/A 6761</p> <p><i>Stamp:</i> Recebido em 16/06/2020 CL.M.C. João Sefaz Cruz RG. 16.804.6540 Oficial Administrativo</p>											
DADOS ADICIONAIS						RESERVADO AO FISCO					
<p>INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES</p> <p>PROCESSO SES-PRC-2020/17251</p> <p>NOTA DE EMPENHO: 2020NE00591</p> <p>CONTRATO: 2020CT00530 // ICMS ISENTO: Lei no 17.930/2020 SC.</p> <p>LOTE: VIDE EMBALAGEM</p> <p>ITENS ISENTOS DE ICMS CONFORME ART.2 PARAGRAFO XLII ANEXO 2 DO RICMS01</p> <p>REPRESENTANTE: 001</p> <p>18041606201807</p> <p>PV A-003.462</p> <p>VIMAN Sistemas www.vimaneca.com.br</p>						<p><i>Handwritten:</i> Recebido 19/06/2020 Douglas - cot.</p>					
RECEBEMOS DE ORTOMEDICAL COM. ATAC. MAT. MED. HOSP. LTDA-ME OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA Nº 000.004.099. EMISSÃO: 16/06/2020 VALOR TOTAL: 700.000,00 DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE - DOUTOR ENEAS CARVALHO DE AGUIAR, 188, CERQUEIRA CESAR, 05403-000-SAO PAULO-SP						NF-e 000.004.099 SÉRIE 1					
DATA DO RECEBIMENTO		IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR									



Autenticado com senha por DOUGLAS D'AMBROSIO DE SOUZA - 23/06/2020 às 16:19:18.
Documento Nº: 5952203-3281 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/signaex/public/app/autenticar?n=5952203-3281>



SESCAP2020360655A

Date: terça-feira, 23 de junho de 2020 Time: 15:37:39

____ **SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANÇAMENTO)** _____
CONSULTA EM 23/06/2020 AS 15:37 USUARIO : DAMBROSIO
DATA EMISSAO : 23JUN2020 NUMERO : 2020NL06761
DATA LANÇAMENTO : 23JUN2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO FAVORECIDA : 00001 - ADMINIST. DIRETA

EVENTO	INSCRICAO DO EVENTO	REC/DESP	CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
540469	2020NE00591	33903031		005001133	700.000,00
540461	CE999		115610102		700.000,00

OBSERVACAO :
RECLASSIFICAÇÃO NF 000004099 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 23JUN2020 AS 14:37





Date: terça-feira, 23 de junho de 2020 Time: 15:37:47

SIAFISIC20-BEC,EXEFINBEC,CONPD (CONSULTA PROGR. DESEMBOLSO)
CONSULTA EM 23/06/2020 AS 15:37 USUARIO : DAMBROSIO
DATA EMISSAO : 23JUN2020 DATA VENCIMENTO : 23JUN2020 NUMERO : 2020PD02469
UG : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
*** PAGA *** NL REF. : 2020NL06715
PAGADORA DATA PAGAMENTO : 23JUN2020 OB PAG. : 2020OB05556
UG : 090050 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
BANCO : 001 AGENCIA : 01897 CONTA CORRENTE : 000190462
S.PUBLICO SAO PAULO
FAVORECIDO / DOMICILIO BANCARIO
CNPJ/CPF/UG: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERI
GESTAO :
BANCO : 001 AGENCIA : 02638 CONTA CORRENTE : 000480029
SAO JOSE
PROCESSO : 2020/17251 VALOR : 700.000,00
FINALIDADE : PAGTO NF 000004099 AVENTAL COVID-19
EVENTO INSCRICAO DO EVENTO REC/DESP CLASSIFIC FONTE V A L O R
700601 2020NE00591 33903031 005001133 700.000,00

LANCADO POR: DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM: 23JUN2020 AS: 12:37



 <p>ORTOMEDICAL COM. ATAC. MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA-ME Comércio Atacadista de Materiais Médicos Hospitalares Rua Domingos André Zanini, 277 - Sala 511, Campinas, São José - SC - CEP: 08.117-200 CNPJ: 09.557.129/0001-70 - IE: 256242941</p>		<p>DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA</p> <p>0-ENTRADA 1-SAÍDA</p> <p>000.004.110 SÉRIE 1 FOLHA 1/1</p>		 <p>CHAVE DE ACESSO 4220 0609 5571 2900 0170 5500 1000 0041 1010 0657 6030</p> <p>Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora</p>							
NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA FORA ESTADO		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 342200088151629 16/06/2020 22:42:32									
INSCRIÇÃO ESTADUAL 256.242.941		INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.		CNPJ 09.557.129/0001-70							
DESTINATÁRIO											
NOME / RAZÃO SOCIAL SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE		CNPJ 46.374.500/0252-60		DATA DA EMISSÃO 16/06/2020							
ENDEREÇO DOUTOR ENEAS CARVALHO DE AGUIAR, 188		BAIRRO / DISTRITO CERQUEIRA CESAR		CEP 05403-000							
MUNICÍPIO SAO PAULO		UF SP		INSCRIÇÃO ESTADUAL							
FATURA / DUPLICATA 000004110/001 19/06/2020 602.000,00											
CÁLCULO DO IMPOSTO											
BASE CÁLC ICMS 0,00		VALOR ICMS 0,00		TOTAL DOS PRODUTOS 602.000,00							
VALOR FRETE 0,00		VALOR SEGURO 0,00		TOTAL DA NOTA 602.000,00							
VALOR DESCONTO 0,00		OUTRAS DESP 0,00		VALOR IPI 0,00							
TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS											
NOME / RAZÃO SOCIAL NOSSO CARRO		FRETE POR CONTA 0-Remetente		CÓDIGO ANTT							
ENDEREÇO		MUNICÍPIO		UF							
QUANTIDADE 430		ESPECIE CAIXA		PESO BRUTO							
MARCA		NUMERAÇÃO		PESO LÍQUIDO							
DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS											
CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	ALÍQ. ICMS
74835-S-L C/100	AVENTAL DESCARTAVEL CX C/100 Lote: (430) 000000 Val: INDETER.	63079010	040	6108	CX	430	1.400,00	602.000,00	0,00	0,00	
<p><i>NOTAS - 6712</i> <i>NA 07 - 6713</i> <i>NA - 6715</i> <i>2470</i> <i>NA 02 - 6763</i></p> <p><i>Recebido em 14/6/2020</i> <i>C.L.M.C.</i> <i>João Sérgio Lima</i> <i>RG: 16.904.554-0</i> <i>Oficial Administrativo</i></p>											
DADOS ADICIONAIS						RESERVADO AO FISCO					
<p>INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES</p> <p>PROCESSO SES-PRC-2020/17251</p> <p>NOTA DE EMPENHO: 2020NE00591</p> <p>CONTRATO: 2020CT00530 // ICMS ISENTO: Lei no 17.930/2020 SC.</p> <p>LOTE: VIDE EMBALAGEM</p> <p>ITENS ISENTOS DE ICMS CONFORME ART.2 PARAGRAFO XLII ANEXO 2 DO RICMS/01</p> <p>REPRESENTANTE: 001</p> <p>22401606202242</p> <p>PV A-003.468</p> <p>VIMAN Sistemas www.viman.com.br</p>						<p><i>Recebido</i> <i>19/06/2020</i> <i>Douglas - CF</i></p>					
<p>RECEBEMOS DE ORTOMEDICAL COM. ATAC. MAT. MED. HOSPLTDA-ME OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA Nº 000.004.110. EMISSÃO: 16/06/2020 VALOR TOTAL: 602.000,00 DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE - DOUTOR ENEAS CARVALHO DE AGUIAR, 188, CERQUEIRA CESAR, 05403-000-SAO PAULO-SP</p> <p>DATA DO RECEBIMENTO IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR</p>											
<p>NF-e 000.004.110 SÉRIE 1</p>											



Autenticado com senha por DOUGLAS D'AMBROSIO DE SOUZA - 23/06/2020 às 16:19:18.
Documento Nº: 5952203-3281 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/signaex/public/app/autenticar?n=5952203-3281>



SESCAP2020360655A

Date: terça-feira, 23 de junho de 2020 Time: 15:38:01

SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANÇAMENTO)
 CONSULTA EM 23/06/2020 AS 15:37 USUARIO : DAMBROSIO
 DATA EMISSAO : 23JUN2020 NUMERO : 2020NL06763
 DATA LANÇAMENTO : 23JUN2020 TELA : 01/01
 UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
 GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
 CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
 GESTAO FAVORECIDA : 00001 - ADMINIST. DIRETA

EVENTO	INSCRICAO DO EVENTO	REC/DESP	CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
540469	2020NE00591	33903031		005001133	602.000,00
540461	CE999		115610102		602.000,00

OBSERVACAO :
 RECLASSIFICAÇÃO NF 000004110 PROC. 2020/17251 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 23JUN2020 AS 15:10



Date: terça-feira, 23 de junho de 2020 Time: 15:38:08

SIAFISIC20-BEC,EXEFINBEC,CONPD (CONSULTA PROGR. DESEMBOLSO)
CONSULTA EM 23/06/2020 AS 15:38 USUARIO : DAMBROSIO
DATA EMISSAO : 23JUN2020 DATA VENCIMENTO : 23JUN2020 NUMERO : 2020PD02470
UG : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
*** PAGA *** NL REF. : 2020NL06715
PAGADORA DATA PAGAMENTO : 23JUN2020 OB PAG. : 2020OB05557
UG : 090050 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
BANCO : 001 AGENCIA : 01897 CONTA CORRENTE : 000190462
S.PUBLICO SAO PAULO
FAVORECIDO / DOMICILIO BANCARIO
CNPJ/CPF/UG: 09557129000170 - ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERI
GESTAO :
BANCO : 001 AGENCIA : 02638 CONTA CORRENTE : 000480029
SAO JOSE
PROCESSO : 2020/17251 VALOR : 602.000,00
FINALIDADE : PAGTO NF 000004110 AVENTAL COVID-19
EVENTO INSCRICAO DO EVENTO REC/DESP CLASSIFIC FONTE V A L O R
700601 2020NE00591 33903031 005001133 602.000,00

LANCADO POR: DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM: 23JUN2020 AS: 12:43





São Paulo, 12 de Março de 2020.

OFÍCIO CGA CIRCULAR

- Referência: Aquisições e Serviços Emergenciais em Atenção à Pandemia Decorrente da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19).

Trata o presente Ofício Circular esclarecimento para as aquisições e serviços emergenciais em atenção à Pandemia decorrente da infecção humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19).

A fundamentação para as aquisições e contratação de serviços em questão possuirá subsidio no Plano de Contingenciamento para esta Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo – SES/SP, conforme documentação tratada no Processo n.º SES/1124892/2020, cujo teor inclui as legislações inerentes à declarada Pandemia por COVID-19, as condições para a contratação emergencial, orientações administrativas e jurídicas.

Encaminhe-se ao Núcleo de Compras – NC, para conhecimento do esclarecimento.

ADHEMAR DIZIOLI FERNANDES

Coordenador da CGA

Coordenadoria Geral de Administração – CGA

Comissão de Acompanhamento e Controle do Atendimento ao Tribunal de Contas da CGA

Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188, 3º andar, sala 303 | CEP 05403-000 | São Paulo, SP | Fone: (11) 3066-8000

*/CSR

G:\CGA\CATC\Outros\2020\COVID-19 Documentos Diversos\Informação CGA 2020 Plano de Contingenciamento - ventiladores.doc



Autenticado com senha por SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS - 16/07/2020 às 15:35:29.
Documento Nº: 6639161-736 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6639161-736>



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

PROCESSO: 2020/18325
INTERESSADO: COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO - CGA
PARECER: C.J/SS n.º 554/2020
EMENTA: ATO ADMINISTRATIVO. CONVALIDAÇÃO. Aquisição direta, por dispensa de licitação, de aventais descartáveis para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19). Competência para dispensar a licitação do Dirigente de Unidade Orçamentária. Despacho do dirigente de Unidade de Despesa que não tem validade. Existência de autorização para a contratação direta da lavra do Sr. Chefe de Gabinete. Necessidade, contudo, de convalidação do ato de ratificação, pelo Titular da Pasta, com fundamento na Lei 10.177/98. Outras considerações. Proposta de devolução dos autos à origem.

1. Trata-se de aquisição direta, por dispensa de licitação, de aventais descartáveis para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), com valor estimado de R\$ 3.850.000,00 (três milhões e oitocentos e cinquenta mil reais).

Parecer C.J/SS n.º 554/2020

Página 1 de 7



Autenticado com senha por GEORGIA TOLAINE MASSETTO TREVISAN - 07/07/20 às 17:23:33.
Documento Nº: 6639210-736 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6639210-736>



SESCAP2020396759A

SIGA



SESCAP2020421073A



Autenticado com senha por SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS - 16/07/2020 às 15:36:12.
Documento Nº: 6639210-736 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6639210-736>

SIGA



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

2. Depois de concretizada a aquisição, verificou-se que, nada obstante o valor do contrato, o Sr. Coordenador da CGA – que é Dirigente de Unidade de Despesa – exarou despacho de autorização para a contratação direta, que foi ratificado pelo Sr. Chefe de Gabinete que, porém, já havia autorizado a dispensa de licitação.

3. Assim, por meio da informação GGA nº 180/2020 (fls. 153/154), os autos foram encaminhados a esta Consultoria Jurídica a fim de se manifestar acerca da possibilidade de convalidação do ato, sugerindo que, como há *“prévia manifestação pela contratação direta por parte da Chefia de Gabinete, parece-nos necessária a coleta de pronunciamento do Titular da Pasta, ratificando, expressamente, a presente dispensa de licitação cujo valor se encontre no âmbito de sua competência, convalidando-se, assim, os atos já praticados.”*.

4. Os autos estão instruídos, ainda, com os seguintes documentos: ofício CRP nº 169/2020 (fl.02); termo de referência (fl. 03); consulta item de material (fls. 04/05); Decreto nº 64.879, de 20 de março de 2020 (fls. 05/08); Decreto nº 64.928, de 8 de abril de 2020 (fls. 09); Portaria nº 356, de 11 de março de 2020 (fls. 10/13); informações acerca da pandemia de Covid 19 (fls. 14/20); proposta empresa Comercial Cirúrgica Iperó (fl. 21); Decreto 64.887, de 26 de março de 2020 (fl. 22); Parecer Referencial 08/2020 (fls. 23/37); documentos da empresa Comercial Cirúrgica Iperó (fls. 38/47, 68, 106/107, 114/115, 122/123 e 147/148); cópia do Ofício Circular nº 12/2017 (fls. 48/55); Informação nº 908/2020 (fls. 56); Despacho CGA nº 961/2020 (fl. 57); Despacho GS nº 2790/2020, **autorizando a dispensa de licitação** (fl. 58); Informação nº 978/2020 (fl.59); Informação acerca da reserva de recursos (fls. 60/62); Declaração de Responsabilidade Fiscal (fl. 63); Despacho CGA 978/2020 (fls. 65/67); Despacho nº 999/2020 (fl. 70); ratificação do Sr. Chefe de Gabinete (fls. 71/72); contrato de empenho 2020CT00537 (fls. 73/74); Nota de empenho (fls. 76/78); orçamentos enviados por outras empresas (fls. 88/90); declaração de razoabilidade de preços (fl. 91); notas fiscais e extratos SIAFEM (fls. 92/105, 108/113, 116/121 e 124/144); Despacho COF 72/2020 (fl.146); Informação nº 1.323/2020 (fl. 149); Informação CGA nº 180/2020 (fls.150/151).

Parecer CJ/SS n.º 554/2020

Página 2 de 7



Autenticado com senha por GEORGIA TOLAINE MASSETTO TREVISAN - 07/07/20 às 17:23:33.
Documento Nº: 6639210-736 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6639210-736>



SESCAP2020396759A



SESCAP2020421073A



Autenticado com senha por SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS - 16/07/2020 às 15:36:12.
Documento Nº: 6639210-736 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6639210-736>



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

É a síntese do necessário. Opino, circunscrevendo-me às questões objeto da Informação CGA nº 180/2020.

5. Trata-se de analisar a possibilidade de convalidação de ato administrativo de ratificação da dispensa de licitação, pois, apesar do valor da contratação ultrapassar o limite de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais) há declaração exarada pelo Dirigente da Unidade de Despesa que foi ratificada pelo Sr. Chefe de Gabinete da Pasta que, porém, havia autorizado a contratação em manifestação anterior.

6. O Decreto nº 56.027, de 20/7/2010, que dispõe sobre a classificação institucional da Secretaria de Saúde, estabelece em seu artigo 2º:

Artigo 2º - Constituem Unidades de Despesa da Unidade Orçamentária Administração Superior da Secretaria e da Sede:

(...)

II - Coordenadoria Geral de Administração - CGA;

7. Para aferição da competência para dispensar a licitação, deve-se verificar a modalidade licitatória que corresponderia ao o valor total da contratação, conforme o artigo 23, inciso II da Lei 8.666/93¹, em conjunto com a Resolução SS 38 de 29 de abril de 2016², e artigos 1º e 5º do Decreto nº 31.138, de 9 de janeiro de 1990, alterado pelo Decreto nº 37.410, de 09 de setembro de 1993³.

¹ Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação

I - para obras e serviços de engenharia:

(...)

II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:

a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);

b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais); e

c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais).

(redação conforme Decreto 9.412/2018)

² Artigo 1º - As competências previstas nos artigos 1º e 2º do Decreto - 31.138, de 09-1-1990, as do parágrafo 1º, do artigo 1º e do inciso I do artigo 2º do Decreto - 36.226, de 15-12-1992, com a redação dada pelo Decreto - 37.410, de 09-9-1993, e as do artigo 3º do Decreto - 47.297, de 06-11-2002, ficam delegadas na seguinte conformidade:



SESCAP2020396759A



SESCAP2020421073A





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

8. Portanto, tendo em vista que o valor total da contratação aqui tratada supera os R\$ 1.430.000,00 além do Titular da Pasta, esta competência poderia ser exercida pelo Chefe de Gabinete ou por Dirigente de Unidade Orçamentária - condição esta não ostentada pelo Sr. Coordenador da CGA, conforme o artigo 2º do Decreto nº 56.027, de 20/7/2010 acima transcrito. É isto, aliás, que consta do Parecer CJ/SS nº 1006/2016, que se encontra juntado aos autos (fls. 50/54). Assim, o Despacho do Coordenador da CGA, de fato, não teria eficácia, diante do vício de competência.

9. Outrossim, nos termos do disposto no artigo 26 da Lei Federal n.º 8.666/93, o ato declaratório de dispensa de licitação deve ser **comunicado à autoridade superior dentro de 3 (três) dias para ratificação** e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição de eficácia.

10. Neste caso, a ratificação foi efetivada pelo Senhor Chefe de Gabinete da Pasta que, porém, é quem detém a competência para declarar a dispensa, haja vista que a CGA é Unidade de Despesa da Unidade Orçamentária Administração Superior da Secretaria e da Sede. Por conseguinte, a autoridade superior a ser comunicada e, se for o caso, ratificar o ato de dispensa, é o Sr. Secretário da Saúde.

11. Diante desse panorama, o questionamento formulado por meio da Informação CGA nº 180/2020 cinge-se à viabilidade jurídica da

I – ao Chefe de Gabinete e aos Dirigentes de Unidades Orçamentárias, relativamente a todas as modalidades de licitação e, em especial, no que diz respeito à modalidade Pregão cujo valor estimado para a contratação seja igual ou superior a R\$ 650.000,00;

II – aos Dirigentes de Unidades de Despesa, relativamente às licitações até a modalidade de Tomada de Preços e Pregão sendo, quanto a esta modalidade, o valor estimado para a contratação inferior a R\$ 650.000,00.

³ Art. 1º - O artigo 5º do Decreto 31.138, de 9 de janeiro de 1990 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 5º - As competências constantes dos artigos 1º e 2º, quando já não tenham sido atribuídas, por decreto de organização, à autoridade subordinada, poderão ser delegadas, mediante ato específico publicado no Diário Oficial do Estado, na seguinte conformidade:

I – ao Chefe de Gabinete ou aos dirigentes de unidades orçamentárias, quanto às concorrências;

II – ao Chefe de Gabinete, aos dirigentes de unidades orçamentárias ou aos dirigentes de unidades de despesa, quanto às demais modalidades de licitação.” (grifamos)



SESCAP2020396759A



SESCAP2020421073A





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

convalidação apenas do ato de ratificação, considerando que há nos autos autorização expressa para a contratação direta, por dispensa de licitação, da lavra do Sr. Chefe de Gabinete da Pasta, que é a autoridade competente para tanto.

12. Apesar de se tratar de aquisição em caráter emergencial, verifica-se que o objeto se destina ao enfrentamento da pandemia de COVID-19 e, como tal, tem aplicação o artigo 4º da nova Lei Federal no 13.979/2020, norma específica e de vigência transitória, que visou simplificar e tornar ainda mais ágeis as contratações com esse desiderato.

13. O Despacho exarado pelo Sr. Chefe de Gabinete (fl. 58) consigna expressamente: “Tendo em vista o que consta dos autos, respeitadas as normas de regência e os princípios da razoabilidade e eficiência, *AUTORIZO, a dispensa de Licitação, se conforme, a presente aquisição de Avental Descartável visando o atendimento para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19)...*”.

14. Por conseguinte, verifica-se que a declaração de dispensa efetivada pelo Dirigente da Unidade de Despesa padece de vício de competência, mas a decisão de fl. 58 é válida, posto que exarada pela autoridade que possui atribuição para tanto, nos termos da legislação pertinente.

15. No entanto, o ato de ratificação da lavra do Sr. Chefe de Gabinete está maculado por **vício referente à competência**, mas que é passível de convalidação, a teor do disposto no art. 8º, inciso I, combinado com o art. 10, inciso III, e art. 11, inciso I, todos da **Lei Estadual nº 10.177/98**, que assim dispõem:

Artigo 8º - São inválidos os atos administrativos que desatendam os pressupostos legais e regulamentares de sua edição, ou os princípios da Administração, especialmente nos casos de:

- I** - incompetência da pessoa jurídica, órgão ou agente de que emane;
- II** - omissão de formalidades ou procedimentos essenciais;
- III** - impropriedade do objeto;
- IV** - inexistência ou impropriedade do motivo de fato ou de direito;
- V** - desvio de poder;



SESCAP2020396759A



SESCAP2020421073A





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

VI - falta ou insuficiência de motivação.

Parágrafo único - Nos atos discricionários, será razão de invalidade a falta de correlação lógica entre o motivo e o conteúdo do ato, tendo em vista sua finalidade.

Artigo 9.º - A motivação indicará as razões que justifiquem a edição do ato, especialmente a regra de competência, os fundamentos de fato e de direito e a finalidade objetivada.

Parágrafo único - A motivação do ato no procedimento administrativo poderá consistir na remissão a pareceres ou manifestações nele proferidos.

Artigo 10 - A Administração anulará seus atos inválidos, de ofício ou por provocação de pessoa interessada, salvo quando:

- ...
II - da irregularidade não resultar qualquer prejuízo;
- III** - forem passíveis de convalidação.

Artigo 11 - A Administração poderá convalidar seus atos inválidos, quando a invalidade decorrer de vício de competência ou de ordem formal, desde que:

I - na hipótese de vício de competência, a convalidação seja feita pela autoridade titulada para a prática do ato, e não se trate de competência indelegável;

II - na hipótese de vício formal, este possa ser suprido de modo eficaz.

§ 1.º - Não será admitida a convalidação quando dela resultar prejuízo à Administração ou a terceiros ou quando se tratar de ato impugnado.

§ 2.º - A convalidação será sempre formalizada por ato motivado.

16. Por conseguinte, o ato de ratificação é **passível de convalidação pelo Senhor Secretário da Saúde**. Porém, antes de efetiva-la, é necessário certificar-se de que tal providência não trará prejuízos à Administração ou a terceiros e de que tais atos não foram objeto de impugnação (§ 1.º do artigo 11 da Lei 10.177/98)

17. Além disso, conforme exige o §2º do artigo 11 da Lei 10.177/98, por ocasião da convalidação dos atos de dispensa e de ratificação, o autoridade acima mencionada deverá justificar a decisão, exarando os motivos pelos quais se fez necessária, de maneira a se respeitar o princípio da motivação dos atos administrativos, insculpido no artigo 111 da Constituição do Estado.

18. Por conseguinte, em resposta ao questionamento formulado, entendo que a convalidação da ratificação da “*manifestação pela contratação direta por parte da Chefia de Gabinete*” é juridicamente viável.



SESCAP2020396759A



SESCAP2020421073A





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

19. Com estas ponderações, proponho a restituição dos autos à Coordenadora Geral de Administração para a adoção das medidas de sua alçada.

É o parecer, que submeto à consideração superior.

São Paulo, 7 de julho de 2020.

GEORGIA TOLAINE MASSETTO TREVISAN
Procuradora do Estado



Autenticado com senha por GEORGIA TOLAINE MASSETTO TREVISAN - 07/07/20 às 17:23:33.
Documento Nº: 6363572-5562 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6363572-5562>



SESCAP2020396759A



SESCAP2020421073A



Autenticado com senha por SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS - 16/07/2020 às 15:36:12.
Documento Nº: 6639210-736 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6639210-736>



fls. 1

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE**

PROCESSO: 2020/18325
INTERESSADO: COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO - CGA
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE AVENTAIS DESCARTÁVEIS PARA
ATENDIMENTO DE PLANO DE CONTINGÊNCIA COVID-
19

1. De acordo com as conclusões do Parecer CJ/SS n.º 554/2020 por seus próprios fundamentos. Registre-se que o parecer retro restringe-se à questão posta e, portanto, a regularidade da contratação sob outros aspectos não foi objeto de análise nesta oportunidade.

2. Observa-se que à época da contratação estava em vigor o Parecer referencial n.º 11/2020 (depois substituído pelo Parecer Referencial n.º 22/2020), assim como as orientações trazidas pela Nota Técnica Subg n.º 6/2020, todos acostados e que deveriam ter sido juntados nos processos relacionados às dispensas de licitação para a aquisição de bens e contratações de serviços destinados ao enfrentamento da emergência em saúde pública decorrente do novo coronavírus (COVID-19), posto que foram levados ao conhecimento geral por intermédio de Ofícios Circulares.

3. Restituam-se os autos à MD. Chefia de Gabinete para ciência do inteiro teor do parecer retro e adoção das providências recomendadas por esta Consultoria Jurídica.

São Paulo, 8 de julho de 2020.

MARIA INEZ PERES BIAZOTTO
Procuradora do Estado Chefe



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 19:46:02.
Documento N.º: 6407262-4179 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407262-4179>



SESCAP2020400645A

SIGA



SESCAP2020421073A



Autenticado com senha por SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS - 16/07/2020 às 15:36:12.
Documento N.º: 6639210-736 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6639210-736>



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

PROCESSO: 2020/11471

INTERESSADO: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

PARECER: REFERENCIAL CJ/SS n.º 11/2020

EMENTA: PARECER REFERENCIAL. LICITAÇÃO. DISPENSA. Hipóteses de aquisição direta, em caráter emergencial, em razão da urgência da situação que ora se afigura, ante a pandemia de COVID19, causado pelo novo Coronavírus (artigo 24, inciso IV, da Lei federal nº 8.666/93). Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 e Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020. Dispensa de envio dos autos à Consultoria Jurídica nos casos em que se verifique a identidade dos pressupostos fáticos e jurídicos. Possibilidade de orientação jurídica uniforme nos casos que dependam de mera conferência de dados e/ou documentos que instruem os autos. Necessidade de instrução dos autos com justificativa formal. Atenção à necessidade de observância do teor do artigo 26 da Lei federal nº 8.666/93. Proposta de encaminhamento dos autos à Chefia de Gabinete para conhecimento da Administração e aplicação das orientações aqui inseridas aos casos idênticos e conferência dos processos em curso.

Senhora Procuradora do Estado Chefe da Consultoria Jurídica,

1. Trata-se de expediente que retorna a este órgão consultivo para **atualização do Parecer Referencial nº 08/2020**, nos termos do parágrafo único do artigo 2º da Resolução PGE nº 29/2015, tendo em vista a **alteração da legislação** que fundamentou o referido parecer referencial, e a publicação da recente Medida Provisória, de 20 de março de 2020, que alterou a Lei federal nº 13.979/2020.

Parecer Referencial CJ/SS n.º 11/2020

Página 1 de 23



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 19:47:54.
Documento Nº: 6407281-1512 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407281-1512>



SESCAP2020400646A

SIGA



SESCAP2020421073A



Autenticado com senha por SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS - 16/07/2020 às 15:36:12.
Documento Nº: 6639210-736 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6639210-736>



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

1.1. O recente Parecer Referencial CJ/SS nº 08/2019

tratou de analisar os procedimentos administrativos preparatórios para **aquisição direta por dispensa de licitação**, em caráter **emergencial**, em razão da urgência da situação que ora se afigura, ante a pandemia de COVID19, causado pelo novo **Coronavírus**, com fundamento no **artigo 24, inciso IV**, da Lei federal nº 8.666/93, e no **artigo 4º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, com a redação alterada pela Medida Provisória nº 926/2020**.

2. Considerando-se a **peculiaridade e emergência da situação que ora se afigura**, com a declaração de pandemia causada pelo novo **Coronavírus**, e, em razão disto, o número significativo de processos administrativos envolvendo **aquisições diretas em caráter emergencial**, e que envolvem matéria repetitiva, justifica-se a adoção de parecer referencial a fim de estabelecer **orientação jurídica uniforme** sobre o assunto.

3. Considerando o princípio da eficiência e a necessidade de racionalização dos trabalhos das Consultorias Jurídicas, bem como a existência de diversos pareceres sobre situações fáticas e jurídicas idênticas, o Procurador Geral do Estado, por meio da Resolução PGE nº 29, de 23 de dezembro de 2015, admite a elaboração do Parecer Referencial pelas Consultorias Jurídicas e sua utilização pela Administração Pública.

4. Sendo assim, recomenda-se que o presente parecer venha a ser empregado como Parecer Referencial em todas as aquisições diretas realizadas com fundamento na dispensa de licitação, em **caráter emergencial**, em razão da urgência da situação que ora se afigura, ante a pandemia causada pelo novo **Coronavírus**, com fundamento no **artigo 24, inciso IV**, da Lei federal nº 8.666/93, e no **artigo 4º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, com a redação alterada pela Medida Provisória nº 926/2020**.

É o relatório.



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 19:47:54.
Documento Nº: 6639210-736 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407281-1512>



SESCAP202040646A



SESCAP2020421073A



Autenticado com senha por SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS - 16/07/2020 às 15:36:12.
Documento Nº: 6639210-736 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6639210-736>



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

5. Na elaboração do presente Parecer Referencial adotou-se a legislação ora em vigor, as normas infralegais e as orientações já exaradas por esta Consultoria Jurídica em diversos processos do gênero.

6. A aplicação do Parecer Referencial aos casos análogos que apresentem os **mesmos pressupostos fáticos e jurídicos** e cuja observância dependa de mera **conferência de dados e/ou documentos constantes dos autos, dispensa o envio dos autos à Consultoria Jurídica.**

7. Os processos aqui tratados, nos termos do artigo 4º da Resolução PGE nº 29/15, deverão ser instruídos pela Administração com:

a) cópia integral do presente Parecer Referencial, e

b) declaração da autoridade competente de que o caso concreto a ela submetido se enquadra, integralmente, nos parâmetros e pressupostos do presente Parecer Referencial, e que serão seguidas as orientações aqui contidas.

8. Os casos que extrapolem os limites da presente orientação deverão ser submetidos à análise individualizada por este órgão consultivo.

8.1. Assim, é importante consignar que a análise individualizada não estará dispensada, caso a administração vislumbre a ocorrência de alguma especificidade a demandar a imposição de requisitos excepcionais, hipótese em que será necessário o encaminhamento dos autos à Consultoria Jurídica.

9. Feitas essas observações iniciais, passa-se a discorrer acerca dos procedimentos que devem ser observados pela Administração para hipóteses de contratação, por **dispensa de licitação**, nos termos do **artigo 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, e no artigo 4º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, com a redação alterada pela Medida Provisória nº 926/2020**, desde que a



SESCAP2020400646A



SESCAP2020421073A





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

situação de urgência/emergência relacionada à pandemia causada pelo novo coronavírus esteja perfeitamente caracterizada e devidamente justificada nos autos.

10. Com efeito, o novo Coronavírus, responsável pela epidemia de COVID19, representa uma ameaça real e significativa à saúde da população, em especial do Estado de São Paulo.

10.1. A Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, determina em seu artigo 4º, *caput*, com a redação alterada pela Medida Provisória nº 926/2020:

Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei. (Redação dada pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

11. Pois bem. A licitação é princípio constitucional fundado na isonomia, a ser observado pela Administração Pública, e que comporta exceções previstas em lei, por força do disposto no art. 37, XXI, da Constituição Federal. Uma dessas exceções à regra geral é a **contratação direta decorrente de dispensa do procedimento licitatório**, disciplinada no artigo 24 da Lei federal nº 8.666/93, em virtude de situação emergencial, e, no presente momento, disciplinada também na **Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, com a redação alterada pela Medida Provisória nº 926/2020**.

12. Assim, a autoridade competente deverá avaliar, em cada caso, se a situação efetivamente subsume-se no conceito de situação emergencial prevista pela **Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, com a redação alterada pela Medida Provisória nº 926/2020**, a permitir a dispensa da realização de certame licitatório, nos exatos termos do seu artigo 4º, **declarando- a, quando então ficarão presumidas atendidas as condições de:** (I) ocorrência de situação de emergência; (II) necessidade de pronto atendimento da situação de emergência;



SESCAP202040646A



SESCAP2020421073A





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

(III) existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e (IV) limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência, nos exatos termos do artigo 4º B da referida Lei federal.

13. É oportuno lembrar que a apreciação das circunstâncias que qualificam determinada situação como de *emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus* está compreendida na discricionariedade do administrador, daí a importância da **precisão da Justificativa Técnica**.

14. Portanto, incumbe à Autoridade competente avaliar se a situação apontada nos autos efetivamente amolda-se a situação descrita na aludida **Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, com a redação alterada pela Medida Provisória nº 926/2020**, apta a permitir a dispensa da realização de certame licitatório.

15. O presente Parecer Referencial destina-se justamente a traçar orientação jurídica uniforme para hipóteses de contratação direta, com base no **artigo 24, inciso IV, da Lei de Licitações, e especialmente no artigo 4º da Lei federal nº 13.979/2020, com a redação alterada pela Medida Provisória nº 926/2020**. Dispõem referidos artigos:

“Art. 24 – É dispensável a licitação:

(...)

IV – nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários para o atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;” (destacamos)



SESCAP2020400646A



SESCAP2020421073A





**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE**

Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei. (Redação dada pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 1º A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

§ 2º Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição.

§ 3º Excepcionalmente, será possível a contratação de fornecedora de bens, serviços e insumos de empresas que estejam com inidoneidade declarada ou com o direito de participar de licitação ou contratar com o Poder Público suspenso, quando se tratar, comprovadamente, de única fornecedora do bem ou serviço a ser adquirido. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 4º-A - A aquisição de bens e a contratação de serviços a que se refere o caput do art. 4º não se restringe a equipamentos novos, desde que o fornecedor se responsabilize pelas plenas condições de uso e funcionamento do bem adquirido. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 4º-B - Nas dispensas de licitação decorrentes do disposto nesta Lei, presumem-se atendidas as condições de: (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

I - ocorrência de situação de emergência; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

II - necessidade de pronto atendimento da situação de emergência; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

III - existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)



SESCAP2020400646A



SESCAP2020421073A





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

IV - limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 4º-C - Para as contratações de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata esta Lei, não será exigida a elaboração de estudos preliminares quando se tratar de bens e serviços comuns. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 4º-D - O Gerenciamento de Riscos da contratação somente será exigível durante a gestão do contrato. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 4º-E - Nas contratações para aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata esta Lei, será admitida a apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 1º O termo de referência simplificado ou o projeto básico simplificado a que se refere o caput conterá: (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

I - declaração do objeto; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

II - fundamentação simplificada da contratação; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

III - descrição resumida da solução apresentada; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

IV - requisitos da contratação; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

V - critérios de medição e pagamento; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

VI - estimativas dos preços obtidos por meio de, no mínimo, um dos seguintes parâmetros: (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

a) Portal de Compras do Governo Federal; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)



SESCAP2020400646A



SESCAP2020421073A





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

b) pesquisa publicada em mídia especializada; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

c) sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

d) contratações similares de outros entes públicos; ou (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

e) pesquisa realizada com os potenciais fornecedores; e (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

VII - adequação orçamentária. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 2º *Excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, será dispensada a estimativa de preços de que trata o inciso VI do caput.* (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 3º *Os preços obtidos a partir da estimativa de que trata o inciso VI do caput não impedem a contratação pelo Poder Público por valores superiores decorrentes de oscilações ocasionadas pela variação de preços, hipótese em que deverá haver justificativa nos autos.* (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 4º-F - Na hipótese de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviço, a autoridade competente, excepcionalmente e mediante justificativa, poderá dispensar a apresentação de documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação, ressalvados a exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 4º-G - Nos casos de licitação na modalidade pregão, eletrônico ou presencial, cujo objeto seja a aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata esta Lei, os prazos dos procedimentos licitatórios serão reduzidos pela metade. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 1º *Quando o prazo original de que trata o caput for número ímpar, este será arredondado para o número inteiro antecedente.* (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)



SESCAP2020400646A



SESCAP2020421073A





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

§ 2º Os recursos dos procedimentos licitatórios somente terão efeito devolutivo. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 3º Fica dispensada a realização de audiência pública a que se refere o art. 39 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para as licitações de que trata o caput. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 4º-H - Os contratos regidos por esta Lei terão prazo de duração de até seis meses e poderão ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 4º-I - Para os contratos decorrentes dos procedimentos previstos nesta Lei, a administração pública poderá prever que os contratados fiquem obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões ao objeto contratado, em até cinquenta por cento do valor inicial atualizado do contrato. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

16. Desta forma, o artigo 26 da Lei federal nº 8.666/93¹ deverá ser aplicado **em consonância** com as determinações contidas na Lei federal nº **13.979/2020, com a redação alterada pela Medida Provisória nº 926/2020**, especialmente no tocante à **caracterização da situação emergencial** ou calamitosa, e a **justificativa do preço**.

17. Isso porque a Lei federal nº 13.979/2020

¹ “Artigo 26 – As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, **necessariamente justificadas**, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei **deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.**”

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, **será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:**

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço;

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.”

(grifo nosso)



SESCAP202040646A



SESCAP2020421073A





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

dispôs, em seu **artigo 4º-B** que presumem-se atendidas as condições de (I) ocorrência de situação de emergência; (II) necessidade de pronto atendimento da situação de emergência; (III) existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e (IV) limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência.

18. Já o seu **artigo 4º-E, inciso VI e parágrafos 2º e 3º** dispõem que as estimativas de preço poderão seguir no mínimo um parâmetro lá descrito, e que **excepcionalmente, desde que devidamente justificado pela autoridade competente**, poderá ser dispensada a estimativa de preços, e poderá haver a contratação mesmo por valores superiores aos da estimativa, caso decorrentes de oscilações ocasionadas pela variação de preços.

19. No Estado de São Paulo os pressupostos para a contratação emergencial, com dispensa de licitação, encontram-se estabelecidos no Decreto nº 40.320, de 15 de setembro de 1995, em seu artigo 1º, incisos I, II e III², o qual também deverá ser aplicado **em consonância** com as determinações contidas na Lei federal nº **13.979/2020, com a redação alterada pela Medida Provisória nº 926/2020**, especialmente no tocante à **caracterização da situação emergencial** ou calamitosa, e a **justificativa do preço**, como acima orientado.

20. Assim, os procedimentos tendentes à contratação direta com base na **Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, com a redação alterada pela Medida Provisória nº 926/2020**, devem contar (i) com a justificativa técnica por parte do órgão responsável pela contratação, (ii) com a declaração da autoridade competente de que a situação efetivamente subsume-se no conceito de

² "Art.1º - As dispensas de licitação para a celebração de contratos em situações de emergência, nos termos do inciso IV do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e do inciso IV do artigo 24 da Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, **serão sempre justificadas, por escrito e pormenorizadamente, pelo órgão responsável pela contratação, abrangendo, obrigatoriamente, os seguintes elementos:**

I - **caracterização da situação emergencial** que autorize a dispensa;

II - **razão da escolha da empresa contratada;**

III - **justificativa do preço, com a utilização de pesquisa de mercado, se for o caso**".



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 19:47:54.
Documento Nº: 6407281-1512 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407281-1512>



SESCAP2020400646A



SESCAP2020421073A



Autenticado com senha por SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS - 16/07/2020 às 15:36:12.
Documento Nº: 6639210-736 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6639210-736>



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

situação emergencial prevista pela Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, com a redação alterada pela Medida Provisória nº 926/2020, a permitir a dispensa da realização de certame licitatório, nos exatos termos do seu artigo 4º, (iii) com a razão da escolha da empresa contratada; (iv) com a justificativa do preço, levando-se em consideração o artigo 4º F, inciso VI da referida lei federal, e (v) com a indicação dos recursos orçamentários.

21. Para aferição da competência para dispensar a licitação, deve-se verificar a modalidade licitatória que corresponderia ao valor total da contratação, conforme o artigo 23, inciso II da Lei federal nº 8.666/93³, em conjunto com a Resolução SS 38, de 29 de abril de 2016⁴, e artigos 1º e 5º do Decreto estadual nº 31.138, de 9 de janeiro de 1990, alterado pelo Decreto nº 37.410, de 09 de setembro de 1993⁵. Assim, nas hipóteses em que o valor da total da contratação superar os R\$

³ Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

I - para obras e serviços de engenharia: (...)

II - para compras e serviços não incluídos no

inciso I:

a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);

b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais); e

c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais). (redação conforme Decreto 9.412/2018)

⁴ Artigo 1º - As competências previstas nos artigos 1º e 2º do Decreto - 31.138, de 09-1-1990, as do parágrafo

1º, do artigo 1º e do inciso I do artigo 2º do Decreto - 36.226, de 15-12-1992, com a redação dada pelo Decreto - 37.410, de 09-9-1993, e as do artigo 3º do Decreto - 47.297, de 06-11-2002, ficam delegadas na seguinte conformidade:

I - ao Chefe de Gabinete e aos Dirigentes de Unidades Orçamentárias, relativamente a todas as modalidades de licitação e, em especial, no que diz respeito à modalidade Pregão cujo valor estimado para a contratação seja igual ou superior a R\$ 650.000,00;

II - aos Dirigentes de Unidades de Despesa, relativamente às licitações até a modalidade de Tomada de Preços e Pregão sendo, quanto a esta modalidade, o valor estimado para a contratação inferior a R\$ 650.000,00.

⁵ Art. 1º - O artigo 5º do Decreto 31.138, de 9 de janeiro de 1990 passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º - As competências constantes dos artigos 1º e 2º, quando já não tenham sido atribuídas, por decreto de organização, à autoridade subordinada, poderão ser delegadas, mediante ato específico publicado no Diário Oficial do Estado, na seguinte conformidade:

I - ao Chefe de Gabinete ou aos dirigentes de unidades orçamentárias, quanto às concorrências;

II - ao Chefe de Gabinete, aos dirigentes de unidades orçamentárias ou aos dirigentes de unidades de despesa, quanto às demais modalidades de licitação." (grifamos)



SESCAP202040646A



SESCAP2020421073A





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

1.430.000,00 esta competência somente poderá ser exercida pelo Chefe de Gabinete ou pelos Dirigentes de Unidades Orçamentárias. Caso seja inferior a essa quantia, também poderão exercê-la os Dirigentes de Unidades de Despesa.

22. Cabe, de qualquer forma, à autoridade responsável, a emissão de **despacho fundamentado declarando a dispensa da licitação, e seu fundamento nas Leis federais nº 8.666/93 e 13.979/2020**, autorizando, assim, a contratação direta, o que deverá ser **ratificado pela autoridade superior**.

23. Os autos deverão ser instruídos com a reserva de recursos orçamentários e com a providência estabelecida no artigo 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

24. É necessário, ademais, que a **autoridade administrativa se manifeste a respeito de todos os pontos que lastrearão a contratação**.

25. A deliberação da autoridade deve definir as condições a embasarem a contratação, tais como exigências de habilitação (e quais aplicáveis, considerando-se a excepcionalidade prevista no artigo 4ºF da Lei 13.979/20º), sanções para o caso de inadimplemento, prazo de validade das propostas, condições e prazos de contratação (fixando o prazo para entrega dos bens e esclarecendo se a contratação se dará por meio da emissão de nota de empenho ou assinatura de instrumento de contrato), prazo de duração do ajuste (que não poderá ultrapassar seis meses, de acordo com o artigo 4º - H da Lei federal nº 13.979/2020), condições de pagamento, etc...

⁶ Art. 4ºF - Na hipótese de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviço, a autoridade competente, **excepcionalmente e mediante justificativa**, poderá dispensar a apresentação de documentação relativa à **regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação**, ressalvados a exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 19:47:54.
Documento Nº: 6407281-1512 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407281-1512>



SESCAP2020400646A



SESCAP2020421073A



Autenticado com senha por SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS - 16/07/2020 às 15:36:12.
Documento Nº: 6639210-736 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6639210-736>



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

26. Com relação ao **Termo de Referência**, deverá seguir o disposto no artigo 4º E, § 1º e incisos⁷, e ser aprovado pela autoridade competente, recomendando-se ao órgão técnico responsável pela qualificação do objeto o necessário cuidado na sua especificação, de modo a atender o interesse da Administração, inclusive no que se refere ao cálculo do quantitativo.

27. Reitere-se que, nos termos do artigo 4º H da Lei federal nº 13.979/2020, os contratos *terão prazo de duração de até seis meses e poderão ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública.*

28. Registra-se, outrossim, que previamente à contratação, a Administração **deverá se certificar** de que estão presentes nos autos os seguintes elementos:

a) declarações firmadas pelos representantes legais da empresa a ser contratada, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, conforme modelo anexo ao Decreto estadual nº. 42.911, de 06/03/1998, bem como assegurando a inexistência de impedimento legal para contratar com a Administração (o que poderá ser excepcionado em caso de ser a contratada a única fornecedora do serviço, nos termos do § 3º do artigo 4º da Lei federal nº 13.979/20);

b) certidões de regularidade previdenciária, fiscal, jurídica e trabalhista, que **deverão estar com prazo de validade em vigência no momento da contratação**, bem assim, em se tratando de certidões obtidas por meio

⁷ “Art. 4º-E - Nas contratações para aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência que trata esta Lei, será admitida a apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado.

§ 1º O termo de referência simplificado ou o projeto básico simplificado a que se refere o caput conterá:

I - declaração do objeto;

II - fundamentação simplificada da contratação;

III - descrição resumida da solução apresentada;

IV - requisitos da contratação;

V - critérios de medição e pagamento;



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 19:47:54.
Documento Nº: 6407281-1512 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407281-1512>



SESCAP2020400646A



SESCAP2020421073A



Autenticado com senha por SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS - 16/07/2020 às 15:36:12.
Documento Nº: 6639210-736 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6639210-736>



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

eletrônico, ter a sua validade confirmada conforme estiver indicado nas próprias certidões (considerando-se que, no caso da **regularidade fiscal e trabalhista**, a autoridade competente, **excepcionalmente e mediante justificativa**, poderá dispensar a apresentação de documentação a elas relativa, nos termos do artigo 4º F⁸);

c) justificativa técnica;

d) declaração de razoabilidade dos preços nos termos do Decreto estadual nº 36.226/92;

e) certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual (caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso);

f) cópia do ato indicativo da pessoa responsável e com poderes suficientes à representação da empresa a ser contratada;

g) consulta prévia ao CADIN ESTADUAL, anteriormente à celebração do ajuste e realização do pagamento, nos termos da Lei Estadual nº 12.799, de 11 de janeiro de 2008, que foi regulamentada pelo Decreto Estadual nº 53.455, de 19 de setembro de 2008 (esta condição será considerada cumprida se a devedora comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do artigo 8º, §§ 1º e 2º, da Lei Estadual nº 12.799/2008). O “Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções”, no endereço www.esancoes.sp.gov.br, o “Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS”, no endereço <http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>, e o Cadastro Nacional de

⁸ “Art. 4º-F - Na hipótese de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviço, a autoridade competente, **excepcionalmente e mediante justificativa, poderá dispensar a apresentação de documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista** ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação, ressalvados a exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição.”



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 19:47:54.
Documento Nº: 6407281-1512 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407281-1512>



SESCAP2020400646A



SESCAP2020421073A



Autenticado com senha por SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS - 16/07/2020 às 15:36:12.
Documento Nº: 6639210-736 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6639210-736>



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA, também deverão ser consultados previamente à celebração da contratação;

h) cumprimento do disposto no "caput" e incisos I e II do artigo 16º da Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

i) cumprimento das providências estabelecidas no Decreto estadual nº 41.165, de 20 de dezembro de 1996, com a alteração da redação do art. 1º, em consonância com o disposto no artigo 1º do Decreto nº 64.070, de 2 de janeiro de 2019 ¹⁰, **quando o valor da contratação atingir ou superar o patamar de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).**

29. Caso haja necessidade da assinatura de **instrumento de contrato**, quer pela peculiaridade da aquisição, quer por se tratar de aquisição com entrega parcelada, observa-se, primeiramente, que deverá ser atendido o preceituado no artigo 54, § 1º, da Lei nº 8.666/93, de modo a haver **absoluta consonância** com o estabelecido na deliberação da autoridade e no termo de referência.

30. As aquisições com entrega imediata, em regra, se formalizam por meio de nota de empenho. Todavia, face às peculiaridades de determinada aquisição, se considerar **imprescindível**, a Administração poderá optar pela celebração de contrato em aquisições com entrega imediata, caso em que deverá ser utilizada a minuta de

⁹**Artigo 16** – A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

II – declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

¹⁰ **Artigo 1º** - O artigo 1º do Decreto nº 41.165, de 20 de setembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 1º - A celebração de contratos relativos à contratação de obras, à aquisição de material permanente e equipamentos, à contratação de serviços terceirizados e os contratos de gestão, com valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), dependerá de prévia manifestação do Secretário da Fazenda e Planejamento quanto aos aspectos orçamentários e financeiros, e do Secretário de Governo, quanto à compatibilidade da proposta com as diretrizes governamentais.".(NR)



SESCAP2020400646A



SESCAP2020421073A





**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE**

contrato de aquisição com entrega parcelada, fazendo as alterações correspondentes ao regime de entrega.

31. No caso de aquisições com entrega parcelada, orienta-se para que sejam utilizados os modelos de minutas de contrato padrão pré aprovadas, disponíveis no site da BEC (aquisição de bens com entrega parcelada), e que constituem o Anexo V da minuta de edital, **fazendo-se as adequações necessárias para o caso de dispensa de licitação.**

31.2. Recomenda-se, ademais, que a unidade licitante **atente** para que os prazos e condições da aquisição que constarem do Termo de Referência sejam **absolutamente idênticos** aos que constarem da minuta de contrato.

32. A fim de colaborar com o preenchimento e elaboração da minuta de contrato, apresentamos a seguir algumas orientações:

a) **Preâmbulo:** recomenda-se a seguinte redação para o trecho em destaque, em substituição (tendo em vista que não deve haver referência à legislação do pregão):

“... a seguir denominada “CONTRATADA”, neste ato representada pelo Senhor(a) _____, portador do RG nº _____ e CPF nº _____, em face da declaração de dispensa de licitação e sua ratificação, com fundamento nos artigos 24, IV da Lei Federal nº 8.666/93, e artigo 4º da Lei federal nº 13.979/2020, conforme despacho exarado às fls. _____ do Processo nº _____, celebram o presente TERMO DE CONTRATO, sujeitando-se às disposições previstas na Lei Federal nº 8.666/1993 e da Lei federal nº 13979/2020, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, mediante as seguintes cláusulas e condições que reciprocamente outorgam e aceitam:

b) **Cláusula Primeira:** a descrição do objeto deve ser **idêntica** à adotada no despacho da autoridade e no Termo de referência;



SESCAP2020400646A



SESCAP2020421073A





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

c) **Cláusula Segunda, caput:** definir da forma mais adequada ao caso concreto em harmonia com o despacho da autoridade e com o disposto no Termo de Referência. Recomenda-se a seguinte redação, em consonância com o estabelecido na Lei federal nº 13.979/2020¹¹, sendo que o **prazo máximo de duração dos contratos é de seis meses:**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente ajuste será de _____ (por extenso) meses, com início em ____/____/____ e término em ____/____/____, podendo ser prorrogado mediante a celebração de Termo Aditivo nas hipóteses previstas no artigo 57, §1º, da Lei Federal nº 8.666/1993, mediante justificativa prévia e por escrito nos autos do processo administrativo, e enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública, nos termos do artigo 4º H da Lei federal nº 13.979/2020.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Não obstante o prazo estipulado no caput, o contrato deverá ser rescindido antes do término do prazo de vigência, sem ônus para a contratante, caso não mais existente a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública.

e) **Cláusula Terceira, caput:** identificar, dentre as obrigações da contratada ali previstas, as que se aplicam ao caso concreto, excluindo as demais, e incluir condições e responsabilidades específicas que não estejam ali relacionadas, a depender das particularidades dos serviços a serem contratados;

f) **Cláusula Quarta:** sugere-se a manutenção de todos os incisos previstos na minuta, sendo possível incluir condições e responsabilidades específicas que não estejam ali relacionadas;

g) **Cláusula sexta:** os prazos de recebimento provisório e definitivo devem ser preenchidos em consonância com a deliberação da autoridade, observando os

¹¹ Art. 4º-H - Os contratos regidos por esta Lei terão prazo de duração de até seis meses e poderão ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 19:47:54.
Documento Nº: 6407281-1512 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407281-1512>



SESCAP2020400646A



SESCAP2020421073A



Autenticado com senha por SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS - 16/07/2020 às 15:36:12.
Documento Nº: 6639210-736 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6639210-736>



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

limites máximos previstos no art. 73, inc. I, “a”, e §3º da Lei federal nº 8.666/1993;

h) Cláusula sétima, caput: incluir valor do preço total do contrato, e, se o caso, os valores unitários dos bens, em consonância com a proposta apresentada pela contratada;

i) Cláusula Oitava: preencher conforme reserva orçamentária;

j) Cláusula Nona, parágrafo quinto: manter esse parágrafo caso a aquisição envolva a prestação de serviços constantes da lista anexa à Lei Complementar federal nº 116/2003, sujeitos ao recolhimento do ISSQN;

k) Cláusula décima: recomenda-se alterar a redação para a seguinte, tendo em vista o disposto no artigo 4º I da Lei federal nº 13.979/2020¹²:

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DA QUANTIDADE DO OBJETO CONTRATADO

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do CONTRATANTE, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do artigo 4º I da Lei federal nº 13.979/2020.

PARÁGRAFO ÚNICO

Eventual alteração será obrigatoriamente formalizada pela celebração de prévio termo aditivo ao presente instrumento, respeitadas as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993.

l) Cláusula décima segunda, caput: tendo em vista que não se trata de licitação por meio de pregão eletrônico, recomenda-se substituir a redação por:

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Se a contratada inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte ficará sujeita às sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei federal nº

¹² **Art. 4º-I** - Para os contratos decorrentes dos procedimentos previstos nesta Lei, a administração pública poderá prever que os contratados fiquem obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões ao objeto contratado, em até cinquenta por cento do valor inicial atualizado do contrato. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 19:47:54.
Documento Nº: 6407281-1512 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407281-1512>



SESCAP2020400646A



SESCAP2020421073A



Autenticado com senha por SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS - 16/07/2020 às 15:36:12.
Documento Nº: 6639210-736 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6639210-736>



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

8.666/93, e artigos 80 e 81 da Lei estadual nº 6.544/89, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, quando couber.

m) Cláusula décima segunda, parágrafo primeiro: tendo em vista que não há edital neste caso, recomenda-se substituir a redação por:

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A sanção de que trata o caput desta Cláusula poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas na Resolução SS nº 92, de 10-11-2016, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no CAUFESP, no “Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções”, no endereço www.esancoes.sp.gov.br, e também no “Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS”, no endereço <http://www.portalttransparencia.gov.br/ceis>.

n) Cláusula décima segunda, parágrafo quarto: tendo em vista que não há edital neste caso, recomenda-se excluir o trecho final da redação “e no artigo 7º da Lei federal nº 10.520/2002.”.

o) Cláusula décima terceira: tendo em vista que neste caso não há edital, e com base na deliberação da autoridade competente, deverá ser escolhida uma das opções de redação a seguir:

Não será exigida a prestação de garantia para a contratação que constitui objeto do presente instrumento.

OU

Para fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, a CONTRATADA prestou garantia sob a modalidade _____ no valor de R\$ _____, correspondente a ____% (____ por cento) do valor total da contratação, em conformidade com o disposto no artigo da Lei Federal nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A garantia deverá assegurar, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

I. prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 19:47:54.
Documento Nº: 6407281-1512 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407281-1512>



SESCAP2020400646A



SESCAP2020421073A



Autenticado com senha por SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS - 16/07/2020 às 15:36:12.
Documento Nº: 6639210-736 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6639210-736>



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

- II. prejuízos causados à contratante ou a terceiro durante a execução do contrato;
- III. multas moratórias e punitivas aplicadas pela contratante à contratada;
- IV. obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, relacionadas à execução do Contrato, não adimplidas pela contratada;

PARÁGRAFO SEGUNDO

A cobertura prevista no Parágrafo Primeiro abrangerá todos os fatos ocorridos durante a vigência contratual, ainda que o sinistro seja comunicado pela contratante após a superação do termo final de vigência da garantia.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da contratante por meio de guia própria de recolhimento em conta do Tesouro do Estado no Banco do Brasil, que contemple a devida correção monetária do valor depositado.

PARÁGRAFO QUARTO

Se a CONTRATADA optar pela modalidade seguro-garantia, das condições especiais da respectiva apólice deverá constar expressamente a cobertura de todos os eventos descritos nos Parágrafos Primeiro e Segundo desta Cláusula. Caso a apólice não seja emitida de forma a atender a cobertura prevista neste Parágrafo Quarto, a licitante vencedora poderá apresentar declaração, firmada pela seguradora emitente da apólice, atestando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos descritos Parágrafos Primeiro e Segundo desta Cláusula.

PARÁGRAFO QUINTO

No caso de alteração do valor do contrato, reajuste ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições e parâmetros, mantido o percentual de que trata o caput desta Cláusula.

PARÁGRAFO SEXTO

Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de [_____] ([por extenso]) dias úteis, contados da data em que for notificada, sob pena de rescisão do contrato e aplicação das sanções nele previstas.

PARÁGRAFO SÉTIMO

Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as seguintes:

- I. Caso fortuito ou força maior;
- II. Descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrentes de atos ou fatos imputáveis exclusivamente à CONTRATANTE;



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 19:47:54.
Documento Nº: 6407281-1512 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407281-1512>



SESCAP2020400646A



SESCAP2020421073A



Autenticado com senha por SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS - 16/07/2020 às 15:36:12.
Documento Nº: 6639210-736 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6639210-736>



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

PARÁGRAFO OITAVO

Após a aferição do cumprimento integral de todas as obrigações contratuais, será considerada extinta a garantia com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o § 4º do art. 56 da Lei Federal nº 8.666/1993.

p) Cláusula Décima Quarta, I: recomenda- se fazer constar:

I. Consideram-se partes integrantes do presente Termo de Contrato, como se nele estivessem transcritos:

- a. Anexo I – Termo de Referência*
- b. Anexo II - proposta apresentada pela CONTRATADA;*
- c. Anexo III – Resolução SS nº 92/2016.*

q) Cláusula Décima Quarta, final: em regra, 3 (três) vias.

33. Por ocasião da assinatura da avença, deverão ser renovadas as consultas por Sanções Administrativas e perante o Cadin Estadual e o “Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS”, no endereço <http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>.

34. Por fim, autorizada a dispensa da licitação pela autoridade competente, deverá essa **decisão** ser comunicada dentro de 03 (três) dias à **autoridade superior para ratificação**, e publicada na imprensa oficial, no prazo de 05 (cinco) dias, como condição de eficácia do ato (artigo 26 da Lei Federal nº 8666/93). Essa decisão, juntamente com as justificativas e pareceres dos órgãos jurídicos, deverão ser encaminhados, também por cópias, no prazo de até 10 (dez) dias contados do ato de ratificação, ao Tribunal de Contas do Estado (cf. Lei Estadual nº 6.544/89, art. 26, parágrafo único, acrescentado pela Lei Estadual nº 9.127/95 e o artigo 2º¹³, parágrafo único, do Decreto estadual nº 40.320, de 15/09/95).

¹³**Parágrafo único** - Os atos de dispensa de que cuida este decreto, as justificativas que os embasaram e os pareceres referidos no “caput” deste artigo serão encaminhados, por cópia, no prazo de 10 (dez) dias úteis após sua ratificação, ao Tribunal de Contas do Estado (artigo 26, parágrafo único, da Lei Estadual nº 6.544-89, acrescido pela Lei Estadual nº 9.127, de 8 de março de 1995).



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 19:47:54.
Documento Nº: 6407281-1512 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407281-1512>



SESCAP202040646A



SESCAP2020421073A



Autenticado com senha por SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS - 16/07/2020 às 15:36:12.
Documento Nº: 6639210-736 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6639210-736>



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

35. Reitere-se que para a utilização do presente Parecer Referencial, a Administração deve observar o artigo 4º, da Resolução PGE nº 29/2015, que prevê a necessidade de instrução dos autos e dos expedientes congêneres com (i) cópia integral do Parecer Referencial com o despacho de aprovação da Chefia da Consultoria Jurídica e (ii) declaração da autoridade competente para a prática do ato pretendido, atestando que o caso se enquadra nos parâmetros e pressupostos do parecer referencial e que serão seguidas as orientações nele contidas.

36. Reitera-se que constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos, a inexistência de registros em nome da adjudicatária/contratada no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo – CADIN ESTADUAL”, que deverá ser consultado por ocasião da celebração do ajuste e da realização do pagamento. O cumprimento dessa condição, poderá se dar pela comprovação de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual 12.799/2008.

37. Previamente à celebração da avença, também devem ser consultados o “Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções”, no endereço www.esancoes.sp.gov.br, e o “Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS”, no endereço <http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>, e o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php), devendo ser consultados o nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário (artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992).

38. Ressalte-se que não compete a esta Consultoria Jurídica o exame do mérito das contratações, seja quanto ao aspecto técnico, seja quanto ao aspecto financeiro. Por tal motivo, recomenda-se aos órgãos competentes da Pasta o necessário controle, de modo a permitir que as contratações realmente atendam ao interesse público, **especificamente no enfrentamento da emergência de saúde pública**



SESCAP2020400646A



SESCAP2020421073A





**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE**

causada pelo coronavírus.

39. Reitera-se que, nos casos em que surgirem dúvidas jurídicas, não abrangidas pelas orientações gerais ora traçadas, os autos deverão ser remetidos a este órgão jurídico, para análise e manifestação.

40. Ademais, nos termos do parágrafo único do artigo 2º da Resolução PGE nº 29/2015, na hipótese de alteração da legislação que fundamenta o presente parecer referencial, a Administração deverá suscitar à Consultoria Jurídica eventual substituição das orientações dele constantes.

41. Por fim, nos termos do artigo 2º, da Resolução PGE nº 29/2015, com a finalidade de garantir a atualidade das orientações traçadas por esta Consultoria Jurídica, fixa-se o **prazo de 180 (cento e oitenta) dias para a validade deste Parecer Referencial, contado desta data, ou enquanto perdurar o estado de emergência internacional pelo coronavírus**, nos termos dos artigos 4º, § 1º, e 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

42. Com estas considerações, submeto o presente ao crivo superior e, uma vez aprovado, proponho seja levado ao conhecimento da Administração para amplo conhecimento e aplicação.

É o parecer, que submeto à consideração superior.

São Paulo, 24 de março de 2020.

CRISTINA DE ARRUDA FACCA LOPES
Procuradora do Estado



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 19:47:54.
Documento Nº: 6407281-1512 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407281-1512>



SESCAP2020400646A



SESCAP2020421073A



Autenticado com senha por SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS - 16/07/2020 às 15:36:12.
Documento Nº: 6639210-736 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6639210-736>



fls. 1

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

PROCESSO: 2020/11471
INTERESSADO: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
ASSUNTO: PARECER REFERENCIAL - ANTE A URGÊNCIA DA
SITUAÇÃO CORONAVÍRUS

1. De acordo com as conclusões do Parecer CJ/SS n.º
11/2020 por seus próprios fundamentos.

2. Restituam-se os autos à MD. Chefia de Gabinete
para ciência do inteiro teor do parecer retro com proposta de divulgação entre todas as
unidades das Coordenadorias.

São Paulo, 24 de março de 2020.

LUCIANA AUGUSTA SANCHEZ
PROCURADORA DO ESTADO ASSISTENTE



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 19:47:54.
Documento Nº: 6407281-1512 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407281-1512>



SESCAP2020400646A



SESCAP2020421073A



Autenticado com senha por SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS - 16/07/2020 às 15:36:12.
Documento Nº: 6639210-736 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6639210-736>

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE**PROCESSO:** 2020/13002**INTERESSADO:** SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**PARECER: REFERENCIAL CJ/SS n.º 22/2020**

EMENTA: PARECER REFERENCIAL. LICITAÇÃO. DISPENSA. ATUALIZAÇÃO DO PARECER REFERENCIAL Nº 13/2020. Hipóteses de contratação direta da prestação de serviços, inclusive os serviços comuns de engenharia – excluídos os serviços de saúde propriamente ditos-, em caráter emergencial, em razão da urgência da situação que ora se afigura, ante a pandemia de COVID19, causado pelo novo Coronavírus. Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 e Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020. Dispensa de envio dos autos à Consultoria Jurídica nos casos em que se verifique a identidade dos pressupostos fáticos e jurídicos. Possibilidade de orientação jurídica uniforme nos casos que dependam de mera conferência de dados e/ou documentos que instruem os autos. Necessidade de instrução dos autos com justificativa formal. Necessidade de observância da Nota Técnica SUBG nº 06/2020 da PGE e adoção da minuta específica de termo de contrato, elaborada pela PGE, para aquisição de bens destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19), disponível no site da BEC, com adaptações. Atenção à necessidade de observância do teor do artigo 26 da Lei federal nº 8.666/93. Proposta de encaminhamento dos autos à Chefia de Gabinete para conhecimento da Administração e aplicação das orientações aqui inseridas aos casos idênticos e conferência dos processos em curso.

Senhora Procuradora do Estado Chefe da Consultoria Jurídica,

1. Trata-se de expediente que retorna a este órgão consultivo para **atualização do Parecer Referencial nº 13/2020**, nos termos do parágrafo único do artigo 2º da Resolução PGE nº 29/2015, tendo em vista o entendimento emanado na **Nota Técnica SubG-Cons. nº 06/2020**, que segue anexa a esta manifestação.

Parecer Referencial CJ/SS n.º 22/2020

Página 1 de 26



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 19:50:55.
Documento Nº: 6407316-9435 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407316-9435>

SIGA



SESCAP2020400647A



SESCAP2020421073A



Autenticado com senha por SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS - 16/07/2020 às 15:36:12.
Documento Nº: 6639210-736 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6639210-736>



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

1.1. O recente Parecer Referencial CJ/SS nº 11/2020

trata de analisar os procedimentos administrativos preparatórios para **contratação direta da prestação de serviços, por dispensa de licitação, em caráter emergencial**, em razão da urgência da situação que ora se afigura, ante a pandemia de COVID19, causado pelo novo **Coronavírus**, com fundamento no artigo 24, inciso IV, da Lei federal nº 8.666/93, e no artigo 4º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, com a redação alterada pela Medida Provisória nº 926/2020.

1.2. Diante do entendimento contido na Nota Técnica

SubG-Cons. nº 06/2020, proferida após o Parecer Referencial nº 11/2020, de que “a nova dispensa **não é uma espécie ou um caso especial de contratação direta emergencial do artigo 24, IV, mas sim uma hipótese autônoma**”, houve a necessidade de atualização da manifestação referencial quanto a tópico, isto é, quanto à fundamentação legal da dispensa de licitação.

1.3. Ademais, sobreveio também ao Parecer

Referencial nº 13/2020 a disponibilização no site da BEC de **minuta específica** de termo de contrato, elaborada pela Subprocuradoria Geral da Consultoria Geral, para **aquisição de bens** destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19), com fundamento no artigo 4º da Lei Federal nº 13.979/2020.

1.4. Diante do exposto, houve a necessidade de

atualização do Parecer Referencial nº 13/2020.

2. Pois bem. Considerando-se a peculiaridade e

emergência da situação que ora se afigura, com a declaração de pandemia causada pelo novo Coronavírus, e, em razão disto, o número significativo de processos administrativos envolvendo **contratações diretas da prestação de serviços, inclusive serviços comuns de engenharia¹ (excluídos os casos de serviços de saúde propriamente ditos, assim**

¹ Tais como: serviços de adequação das instalações elétricas, serviços em esquadrias de alumínio, portas de vidro temperado, marcenaria e montagem de divisórias drywall, serviços de reforma da rede elétrica, serviços



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 19:50:55.
Documento Nº: 6407316-9435 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407316-9435>



SESCAP2020400647A



SESCAP2020421073A



Autenticado com senha por SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS - 16/07/2020 às 15:36:12.
Documento Nº: 6639210-736 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6639210-736>



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

considerados aqueles praticados diretamente por médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde), em caráter emergencial, e que envolvem matéria repetitiva, justifica-se a adoção de parecer referencial a fim de estabelecer **orientação jurídica uniforme** sobre o assunto.

2.1. Os serviços de engenharia são serviços que, apesar de envolverem “engenharia” possuem natureza **comum**. A caracterização dos serviços como serviços de engenharia (e não obra), é questão eminentemente técnica, e deverá constar o devido esclarecimento nos autos.

3. Considerando o princípio da eficiência e a necessidade de racionalização dos trabalhos das Consultorias Jurídicas, bem como a existência de diversos pareceres sobre situações fáticas e jurídicas idênticas, o Procurador Geral do Estado, por meio da Resolução PGE nº 29, de 23 de dezembro de 2015, admite a elaboração do Parecer Referencial pelas Consultorias Jurídicas e sua utilização pela Administração Pública.

4. Sendo assim, recomenda-se que o presente parecer venha a ser empregado como Parecer Referencial em todas as contratações diretas da **prestação de serviços** realizadas com fundamento na dispensa de licitação, em **caráter emergencial**, em razão da urgência da situação que ora se afigura, ante a pandemia causada pelo novo **Coronavírus, com fundamento apenas no artigo 4º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020**, com a redação alterada pela Medida Provisória nº 926/2020, seguindo-se as recomendações da **Nota Técnica SubG-Cons. nº 06/2020, que segue anexa a este parecer**.

É o relatório.

de execução de rampa de acesso, e outros assim definidos como serviços comuns de engenharia

Parecer Referencial CJ/SS nº 22/2020

Página 3 de 26



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 19:50:55.
Documento Nº: 6407316-9435 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407316-9435>



SESCAP2020400647A



SESCAP2020421073A



Autenticado com senha por SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS - 16/07/2020 às 15:36:12.
Documento Nº: 6639210-736 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6639210-736>



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE**

5. Na elaboração do presente Parecer Referencial adotou-se a legislação em vigor, as normas infralegais e as **orientações já exaradas por esta Consultoria Jurídica em diversos processos do gênero.**

6. A aplicação do Parecer Referencial aos casos análogos que apresentem os **mesmos pressupostos fáticos e jurídicos** e cuja observância dependa de mera **conferência de dados e/ou documentos constantes dos autos, dispensa o envio dos autos à Consultoria Jurídica.**

7. Os processos aqui tratados, nos termos do artigo 4º da Resolução PGE nº 29/15, deverão ser instruídos pela Administração com:

a) cópia integral do presente Parecer Referencial, e

b) declaração da autoridade competente de que o caso concreto a ela submetido se enquadra, integralmente, nos parâmetros e pressupostos do presente Parecer Referencial, e que serão seguidas as orientações aqui contidas.

8. Os casos que extrapolem os limites da presente orientação deverão ser submetidos à análise individualizada por este órgão consultivo.

8.1. Assim, é importante consignar que a análise individualizada não estará dispensada, caso a administração vislumbre a ocorrência de alguma especificidade a demandar a imposição de requisitos excepcionais, hipótese em que será necessário o encaminhamento dos autos à Consultoria Jurídica.

9. Feitas essas observações iniciais, passa-se a discorrer acerca dos procedimentos que devem ser observados pela Administração para hipóteses de contratação, por **dispensa de licitação**, nos termos do **artigo 4º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020**, com a redação alterada pela Medida



SESCAP2020400647A



SESCAP2020421073A





**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE**

Provisória nº 926/2020, desde que a **situação de urgência/emergência relacionada à pandemia causada pelo novo coronavírus** esteja **perfeita/mente caracterizada e devidamente justificada** nos autos.

10. Com efeito, o novo Coronavírus, responsável pela epidemia de COVID19, representa uma ameaça real e significativa à saúde da população, em especial do Estado de São Paulo.

10.1. Nos termos da Nota Técnica **SubG-Cons. nº 06/2020**, em resposta à rápida disseminação do coronavírus, causador da *coronavírus disease 2019* (“COVID-19”) – recentemente reconhecida pela Organização Mundial da Saúde como uma *pandemia*⁶, haja vista sua rápida propagação em escala global – foi editada a Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, dispondo “(...) sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019”.”.

10.2. Ainda segundo a referida Nota Técnica, “uma das medidas estabelecidas pelo diploma foi a **criação de uma nova hipótese de dispensa de licitação**, a qual se soma às demais previsões estabelecidas no conhecido rol do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993. Com efeito, o artigo 4º do novo diploma legal autoriza a contratação direta, em caráter excepcional e temporário, para a aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos de saúde destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus:

Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei. (Redação dada pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

11. Pois bem. A licitação é princípio constitucional fundado na isonomia, a ser observado pela Administração Pública, e que



SESCAP2020400647A



SESCAP2020421073A





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

comporta exceções previstas em lei, por força do disposto no art. 37, XXI, da Constituição Federal. Uma dessas exceções à regra geral é a **contratação direta decorrente de dispensa do procedimento licitatório**, disciplinada no artigo 24 da Lei federal nº 8.666/93, em virtude de situação emergencial, e, no presente momento, disciplinada também na Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, com a redação alterada pela Medida Provisória nº 926/2020.

11.1. Nos termos da referida Nota Técnica:

“(…)

11. Perceba que os pressupostos autorizadores para a contratação direta com esteio no artigo 4º da nova Lei Federal nº 13.979/2020 são muito semelhantes àqueles previstos na Lei Federal nº 8.666/1993 para a dispensa nos casos de emergência ou de calamidade pública. Inclusive, recentemente, o Decreto Estadual nº 64.879/2020 declarou estado de calamidade pública em razão da grave crise decorrente da COVID-19, o que autorizaria a invocação da dispensa do artigo 24, inciso IV, da Lei de Licitações. Essa semelhança entre os institutos, contudo, torna necessário traçar duas premissas:

11.1. Primeiramente, a nova dispensa não é uma espécie ou um caso especial de contratação direta emergencial do artigo 24, IV, mas sim uma hipótese autônoma que se embasa em pressupostos diferentes para sua configuração e que, por isso, suscita consequências jurídicas igualmente distintas para os contratos dela decorrentes, como se verá infra nesta manifestação.

11.2. Em segundo lugar, o fato de se tratar de norma específica e de vigência transitória, veiculadora de hipótese excepcional de contratação direta relativa à epidemia de coronavírus, implica na sua prevalência sobre a regra de dispensa de licitação por emergência prevista genericamente na Lei de Licitações. Afinal, o critério da especialidade ensina que, diante do conflito aparente entre duas normas-regra, há de prevalecer a especial sobre a geral (“Lex specialis derogat generali”), o que implica, neste caso, em fazer prevalecer o artigo 4º da Lei Federal nº 13.979/2020 sobre o artigo 24, IV da Lei Federal nº 8.666/1993.

12. Portanto, a Lei de Licitações terá aplicação subsidiária e supletiva, respectivamente, nas omissões deixadas pelo novo diploma e nas matérias em que seu texto possa ser complementado pelas normas do regime geral. Esse argumento é o que justifica, a meu ver, a aplicação das medidas de controle da contratação direta previstas no artigo 26, parágrafo único, da Lei de Licitações, cujo exame se fará no item II desta nota técnica.

“(…)”

12. Assim, a autoridade competente deverá avaliar se a contratação pretendida é efetivamente um meio adequado para o enfrentamento da situação



SESCAP2020400647A



SESCAP2020421073A





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

prevista pela Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, com a redação alterada pela Medida Provisória nº 926/2020, **a permitir a dispensa da realização de certame licitatório, nos exatos termos do seu artigo 4º, declarando-** a, quando então ficarão presumidas atendidas as condições de: (i) *ocorrência de situação de emergência*; (ii) *necessidade de pronto atendimento da situação de emergência*; (iii) *existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares*; e (iv) *limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência*, nos exatos termos do artigo 4º B da referida Lei federal.

13. É oportuno lembrar que a apreciação das circunstâncias que qualificam determinada situação como de *emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus* está compreendida na discricionariedade do administrador, daí a importância da **precisão da Justificativa Técnica**.

13.1. Ressalte-se que a justificativa deve contemplar a demonstração de conveniência e oportunidade da contratação direta pretendida e sua correlação direta com o *“enfrentamento da emergência de saúde pública” decorrente da pandemia do coronavírus*.

14. Portanto, incumbe à Autoridade competente avaliar se a situação apontada nos autos efetivamente amolda-se a situação descrita na aludida **Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020**, com a redação alterada pela Medida Provisória nº 926/2020, apta a permitir a dispensa da realização de certame licitatório.

15. O presente Parecer Referencial destina-se justamente a traçar orientação jurídica uniforme para hipóteses de contratação direta, com base no **artigo 4º da Lei federal nº 13.979/2020**, com a redação alterada pela Medida Provisória nº 926/2020. Dispõem os artigos 4º e seguintes:



SESCAP2020400647A



SESCAP2020421073A





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei. (Redação dada pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 1º A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

§ 2º Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição.

§ 3º Excepcionalmente, será possível a contratação de fornecedora de bens, serviços e insumos de empresas que estejam com inidoneidade declarada ou com o direito de participar de licitação ou contratar com o Poder Público suspenso, quando se tratar, comprovadamente, de única fornecedora do bem ou serviço a ser adquirido. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 4º-A - A aquisição de bens e a contratação de serviços a que se refere o caput do art. 4º não se restringe a equipamentos novos, desde que o fornecedor se responsabilize pelas plenas condições de uso e funcionamento do bem adquirido. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 4º-B - Nas dispensas de licitação decorrentes do disposto nesta Lei, presumem-se atendidas as condições de: (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

I - ocorrência de situação de emergência; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

II - necessidade de pronto atendimento da situação de emergência; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

III - existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

IV - limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 4º-C - Para as contratações de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata esta Lei, não será exigida a elaboração de estudos preliminares quando se tratar de bens e serviços comuns. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 4º-D - O Gerenciamento de Riscos da contratação somente será exigível durante a gestão do contrato. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 4º-E - Nas contratações para aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata esta Lei, será admitida



SESCAP2020400647A



SESCAP2020421073A





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

a apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 1º *O termo de referência simplificado ou o projeto básico simplificado a que se refere o caput conterá:* (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

I - declaração do objeto; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

II - fundamentação simplificada da contratação; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

III - descrição resumida da solução apresentada; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

IV - requisitos da contratação; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

V - critérios de medição e pagamento; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

VI - estimativas dos preços obtidos por meio de, no mínimo, um dos seguintes parâmetros: (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

a) Portal de Compras do Governo Federal; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

b) pesquisa publicada em mídia especializada; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

c) sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

d) contratações similares de outros entes públicos; ou (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

e) pesquisa realizada com os potenciais fornecedores; e (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

VII - adequação orçamentária. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 2º *Excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, será dispensada a estimativa de preços de que trata o inciso VI do caput.* (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 3º *Os preços obtidos a partir da estimativa de que trata o inciso VI do caput não impedem a contratação pelo Poder Público por valores superiores decorrentes de oscilações ocasionadas pela variação de preços, hipótese em que deverá haver justificativa nos autos.* (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 4º-F - Na hipótese de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviço, a autoridade competente, excepcionalmente e mediante justificativa, poderá dispensar a apresentação de documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de



SESCAP2020400647A



SESCAP2020421073A





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

habilitação, ressalvados a exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 4º-G - Nos casos de licitação na modalidade pregão, eletrônico ou presencial, cujo objeto seja a aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata esta Lei, os prazos dos procedimentos licitatórios serão reduzidos pela metade. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 1º Quando o prazo original de que trata o caput for número ímpar, este será arredondado para o número inteiro antecedente. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 2º Os recursos dos procedimentos licitatórios somente terão efeito devolutivo. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 3º Fica dispensada a realização de audiência pública a que se refere o art. 39 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para as licitações de que trata o caput. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 4º-H - Os contratos regidos por esta Lei terão prazo de duração de até seis meses e poderão ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 4º-I - Para os contratos decorrentes dos procedimentos previstos nesta Lei, a administração pública poderá prever que os contratados fiquem obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões ao objeto contratado, em até cinquenta por cento do valor inicial atualizado do contrato. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

16. O artigo 26 da Lei federal nº 8.666/93² deverá ser aplicado **em consonância** com as determinações contidas na Lei federal nº **13.979/2020**, com a redação alterada pela Medida Provisória nº 926/2020, especialmente no tocante à **caracterização da situação emergencial** ou calamitosa, e a

² “Artigo 26 – As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, **necessariamente justificadas**, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei **deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.**

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, **será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:**

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço;

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.”
(grifo nosso)



SESCAP2020400647A



SESCAP2020421073A





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

justificativa do preço.

16.1. Com efeito, é imprescindível a declaração da **razoabilidade** do preço apresentado pela autoridade competente, consoante artigo 26, parágrafo único, da Lei federal nº 8.666/93.

17. Nos termos da Nota Técnica SugG-Cons. nº 06/2020:

“(…)

b) **Justificativa de preços**

25. Além do parágrafo único do artigo 26, em seu inciso III, o artigo 2º, inciso III, do Decreto Estadual nº 36.226/1992 também exige que o gestor se manifeste “(...) expressa e conclusivamente sobre a razoabilidade do preço indicado para contratação” A necessidade de apresentar justificativa do preço nas contratações diretas decorre dos princípios da motivação, da economicidade, legalidade, legitimidade e da razoabilidade, bem como de posicionamento desde há muito consolidado na jurisprudência do Tribunal de Contas da União.
“(…)”

18. O artigo 4º-E, inciso VI e parágrafos 2º e 3º da Lei federal nº 13.979/2020 dispõem que as estimativas de preço poderão seguir no mínimo um parâmetro lá descrito, e que **excepcionalmente, desde que devidamente justificado pela autoridade competente**, poderá ser dispensada a estimativa de preços, e poderá haver a contratação mesmo por valores superiores aos da estimativa, caso decorrentes de oscilações ocasionadas pela variação de preços.

19. Ainda conforme a Nota Técnica SugG-Cons. nº 06/2020:

26. Em situações de emergência sanitária como a presente, é possível que a Administração se veja refém de comportamentos abusivos de empresas que, aproveitando-se da escassez e da súbita elevação de demanda, aumentam artificialmente os seus preços no mercado. Nesse cenário, o inciso VI do artigo 4º-E da Lei Federal nº 13.979/2020, prevê que estimativas dos preços devem ser obtidos por meio de, no mínimo, um dos seguintes parâmetros:

“Art. 4º-E Nas contratações para aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência que trata esta Lei, será

Parecer Referencial CJ/SS nº 22/2020

Página 11 de 26



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 19:50:55.
Documento Nº: 6407316-9435 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407316-9435>



SESCAP2020400647A



SESCAP2020421073A



Autenticado com senha por SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS - 16/07/2020 às 15:36:12.
Documento Nº: 6639210-736 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6639210-736>



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

admitida a apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado. § 1º O termo de referência simplificado ou o projeto básico simplificado a que se refere o caput conterá:

(...)

VI - estimativas dos preços obtidos por meio de, no mínimo, um dos seguintes parâmetros:

- a) Portal de Compras do Governo Federal;
- b) pesquisa publicada em mídia especializada;
- c) sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo;
- d) contratações similares de outros entes públicos; ou
- e) pesquisa realizada com os potenciais fornecedores; e

VII - adequação orçamentária.

§ 2º Excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, será dispensada a estimativa de preços de que trata o inciso VI do caput.

§ 3º Os preços obtidos a partir da estimativa de que trata o inciso VI do caput não impedem a contratação pelo Poder Público por valores superiores decorrentes de oscilações ocasionadas pela variação de preços, hipótese em que deverá haver justificativa nos autos”.

(...)

29. Caso seja faticamente inviável realizar a estimativa de preços, ante a urgência do caso ou em face da ausência de fontes para o cálculo dos valores de mercado, o §2º do artigo 4º-E da Lei Federal nº 13.979/2020 admite a possibilidade de que a estimativa seja dispensada. Trata-se, novamente, de medida excepcional, motivo pelo qual se recomenda a juntada de manifestação da área técnica explicitando a situação fática e a ausência de tempo disponível ao órgão licitante para ultimar o procedimento formal.

20. Nos casos de contratações emergenciais que tenham preço referencial divulgado no CADTERC, este poderá ser utilizado como um dos parâmetros citados no inciso VI do artigo 4º E da Lei federal nº 13979/20, para a estimativa de preços.

21. Assim, os procedimentos tendentes à contratação direta com base na **Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020**, com a redação alterada pela Medida Provisória nº 926/2020, devem contar (i) com a justificativa técnica por parte do órgão responsável pela contratação, (ii) com a declaração da autoridade competente de que a contratação direta é o meio adequado para enfrentar a situação emergencial prevista pela Lei federal nº 13.979/2020, a permitir a dispensa da realização de certame licitatório, nos exatos termos do seu artigo 4º, (iii) com a razão da escolha da empresa contratada; (iv) com a justificativa do preço, levando-se em



SESCAP2020400647A



SESCAP2020421073A





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

consideração o artigo 4º F, inciso VI da referida lei federal, e (v) com a indicação dos recursos orçamentários.

22. Para aferição da competência para dispensar a licitação, deve-se verificar a modalidade licitatória que corresponderia ao valor total da contratação, conforme o artigo 23, inciso II da Lei federal nº 8.666/93³, em conjunto com a Resolução SS 38, de 29 de abril de 2016⁴, e artigos 1º e 5º do Decreto estadual nº 31.138, de 9 de janeiro de 1990, alterado pelo Decreto nº 37.410, de 09 de setembro de 1993⁵. Assim, nas hipóteses em que o valor total da contratação superar os R\$ 1.430.000,00 esta competência somente poderá ser exercida pelo Chefe de Gabinete ou pelos Dirigentes de Unidades Orçamentárias. Caso seja inferior a essa quantia, também poderão exercê-la os Dirigentes de Unidades de Despesa.

³ Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

I - para obras e serviços de engenharia: (...)

II - para compras e serviços não incluídos no

inciso I:

a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);

b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais); e

c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais). (redação conforme Decreto 9.412/2018)

⁴ Artigo 1º - As competências previstas nos artigos 1º e 2º do Decreto - 31.138, de 09-1-1990, as do parágrafo

1º, do artigo 1º e do inciso I do artigo 2º do Decreto - 36.226, de 15-12-1992, com a redação dada pelo Decreto - 37.410, de 09-9-1993, e as do artigo 3º do Decreto - 47.297, de 06-11-2002, ficam delegadas na seguinte conformidade:

I - ao Chefe de Gabinete e aos Dirigentes de Unidades Orçamentárias, relativamente a todas as modalidades de licitação e, em especial, no que diz respeito à modalidade Pregão cujo valor estimado para a contratação seja igual ou superior a R\$ 650.000,00;

II - aos Dirigentes de Unidades de Despesa, relativamente às licitações até a modalidade de Tomada de Preços e Pregão sendo, quanto a esta modalidade, o valor estimado para a contratação inferior a R\$ 650.000,00.

⁵ Art. 1º - O artigo 5º do Decreto 31.138, de 9 de janeiro de 1990 passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º - As competências constantes dos artigos 1º e 2º, quando já não tenham sido atribuídas, por decreto de organização, à autoridade subordinada, poderão ser delegadas, mediante ato específico publicado no Diário Oficial do Estado, na seguinte conformidade:

I - ao Chefe de Gabinete ou aos dirigentes de unidades orçamentárias, quanto às concorrências;

II - ao Chefe de Gabinete, aos dirigentes de unidades orçamentárias ou aos dirigentes de unidades de despesa, quanto às demais modalidades de licitação." (grifamos)



SESCAP202040647A



SESCAP2020421073A





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

23. Cabe, de qualquer forma, à autoridade responsável, a emissão de **despacho fundamentado declarando a dispensa da licitação, e seu fundamento na Lei federal nº 13.979/2020**, autorizando, assim, a contratação direta, o que deverá ser **ratificado pela autoridade superior**.

24. Os autos deverão ser instruídos com a reserva de recursos orçamentários que farão frente às despesas.

24.1. Importante ressaltar o que orienta a Nota Técnica SugG-Cons. nº 06/2020 acerca dos recursos orçamentários, providência que não está dispensada apesar da Emenda Constitucional nº 106, de 07 de maio de 2020.

(...)

30. Por fim, no que se refere aos recursos orçamentários, relembro que a correspondente nota de reserva deve ser providenciada anteriormente à celebração do contrato, nos termos do artigo 7º, §2º, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993.

30.1. Caso o valor estimado da contratação supere R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) para as despesas consideradas irrelevantes, nos termos do artigo 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal ("LRF") c/c o artigo 47 da Lei Estadual nº 17.118, de 19 de julho de 201932, ressalto que o Tribunal de Contas da União tem entendido que, quando os recursos necessários ao custeio da despesa já tiverem previsão expressa no orçamento, consideram-se atendidos, por via reflexa, os requisitos previstos no artigo 16 da LRF para a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa.

30.2. No mais, em cumprimento das providências estabelecidas no Decreto estadual nº 41.165, de 20 de dezembro de 1996, com a alteração da redação do art. 1º, em consonância com o disposto no artigo 1º do Decreto nº 64.070, de 2 de janeiro de 2019, alerto que haverá necessidade de manifestação prévia dos Secretários de Governo e da Fazenda e Planejamento, caso o valor da contratação supere o patamar de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

(...)"

25. É necessário, ademais, que a **autoridade administrativa se manifeste a respeito de todos os pontos que lastrearão a contratação**.

Parecer Referencial CJ/SS nº 22/2020

Página 14 de 26



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 19:50:55.
Documento Nº: 6407316-9435 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407316-9435>



SESCAP2020400647A



SESCAP2020421073A



Autenticado com senha por SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS - 16/07/2020 às 15:36:12.
Documento Nº: 6639210-736 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6639210-736>



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

26. A deliberação da autoridade deve definir as condições a embasarem a contratação, tais como exigências de habilitação (e quais aplicáveis, considerando-se a excepcionalidade prevista no artigo 4ºF da Lei 13.979/20º), sanções para o caso de inadimplemento, prazo de validade das propostas, condições e prazos de contratação, prazo de duração do ajuste (que não poderá ultrapassar seis meses, de acordo com o artigo 4º - H da Lei federal nº 13.979/2020, contados do início de vigência da Lei), regime de execução dos serviços (empreitada por preços unitários ou por preço global), condições de pagamento e de medição (artigo 4º -E, inciso V), etc...

26.1. A Administração pode pretender contratar, tal qual definido na Lei Federal de Licitações, em seu artigo 6º, inciso VIII, sob o regime de empreitada por **preço global** – quando contrata a execução dos serviços por um **preço certo e total** – inciso VIII, letra “a”; ou de empreitada por **preço unitário** – quando contrata a execução dos serviços por preço certo de unidades determinadas – inciso VIII, letra “b”. **A opção por um ou outro regime, insere-se na competência discricionária da autoridade administrativa, mediante justificativa nos autos.**

26.1.1. Por exemplo, o regime de empreitada por preço global seria mais adequado para a contratação quando tratar-se de serviço certo, determinado, considerado como um **todo**, sem necessidade de medições mensais. Os valores são fixos e conhecidos previamente pelas partes. Por outro lado, se devido à natureza dos serviços que a Administração pretende contratar, a prestação se der por preço certo de **unidades determinadas** – o que dependerá de medições mensais – o regime de empreitada por preços unitários será o mais adequado. Este regime é recomendado em casos em que a demanda é incerta, a fim de que a administração só pague pelo que realmente vier a utilizar.⁷

⁶ Art. 4º-F - Na hipótese de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviço, a autoridade competente, **excepcionalmente e mediante justificativa**, poderá dispensar a apresentação de documentação relativa à **regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação**, ressalvados a exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

⁷ Conf. Instruções para Preenchimento que antecedem o modelo de minuta padrão pré aprovada de prestação



SESCAP202040647A



SESCAP2020421073A





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

27. Com relação ao **Termo de Referência**, deverá seguir o disposto no artigo 4º E, § 1º e incisos⁸, e ser aprovado pela autoridade competente, recomendando-se ao órgão técnico responsável pela qualificação do objeto o necessário cuidado na sua especificação, de modo a atender o interesse da Administração, inclusive no que se refere ao cálculo do quantitativo.

28. Reitere-se que, nos termos do artigo 4º H da Lei federal nº 13.979/2020, os contratos *terão prazo de duração de até seis meses e poderão ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública.*

29. Registra-se, outrossim, que previamente à contratação, a Administração **deverá se certificar** de que estão presentes nos autos os seguintes elementos:

a) declarações firmadas pelos representantes legais da empresa a ser contratada, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, conforme modelo anexo ao Decreto estadual nº. 42.911, de 06/03/1998, bem como assegurando a inexistência de impedimento legal para contratar com a Administração (o que poderá ser excepcionado em caso de ser a contratada a única fornecedora do serviço, nos termos do § 3º do artigo 4º da Lei federal nº 13.979/2020);

de serviços não contínuos disponível na BEC

⁸ “**Art. 4º-E** - Nas contratações para aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência que trata esta Lei, será admitida a apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado.

§ 1º O termo de referência simplificado ou o projeto básico simplificado a que se refere o caput conterá:

I - declaração do objeto;

II - fundamentação simplificada da contratação;

III - descrição resumida da solução apresentada;

IV - requisitos da contratação;

V - critérios de medição e pagamento;

Parecer Referencial CJ/SS n.º 22/2020

Página 16 de 26



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 19:50:55.
Documento Nº: 6639210-736 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407316-9435>



SESCAP202040647A



SESCAP2020421073A



Autenticado com senha por SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS - 16/07/2020 às 15:36:12.
Documento Nº: 6639210-736 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6639210-736>



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

b) certidões de regularidade previdenciária, fiscal, jurídica e trabalhista, que **deverão estar com prazo de validade em vigência no momento da contratação**, bem assim, em se tratando de certidões obtidas por meio eletrônico, ter a sua validade confirmada conforme estiver indicado nas próprias certidões (considerando-se que, no caso da **regularidade fiscal e trabalhista**, a autoridade competente, **excepcionalmente e mediante justificativa**, poderá dispensar a apresentação de documentação a elas relativa, nos termos do artigo 4º F⁹);

c) justificativa técnica;

d) declaração de razoabilidade dos preços nos termos do Decreto estadual nº 36.226/92;

e) certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual (caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso);

f) cópia do ato indicativo da pessoa responsável e com poderes suficientes à representação da empresa a ser contratada;

g) consulta prévia ao CADIN ESTADUAL, anteriormente à celebração do ajuste e realização do pagamento, nos termos da Lei Estadual nº 12.799, de 11 de janeiro de 2008, que foi regulamentada pelo Decreto Estadual nº 53.455, de 19 de setembro de 2008 (esta condição será considerada cumprida se a devedora comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do artigo 8º, §§ 1º e 2º, da Lei Estadual nº 12.799/2008). O “Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções”,

⁹ “Art. 4º-F - Na hipótese de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviço, a autoridade competente, **excepcionalmente e mediante justificativa**, poderá dispensar a apresentação de documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação, ressalvados a exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição.”



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 19:50:55.
Documento Nº: 6407316-9435 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407316-9435>



SESCAP2020400647A



SESCAP2020421073A



Autenticado com senha por SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS - 16/07/2020 às 15:36:12.
Documento Nº: 6639210-736 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6639210-736>



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

no endereço www.esancoes.sp.gov.br, o “Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS”, no endereço <http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>, e o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA, também deverão ser consultados previamente à celebração da contratação;

h) cumprimento das providências estabelecidas no Decreto estadual nº 41.165, de 20 de dezembro de 1996, com a alteração da redação do art. 1º, em consonância com o disposto no artigo 1º do Decreto nº 64.070, de 2 de janeiro de 2019 ¹⁰, quando o valor da contratação atingir ou superar o patamar de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

30. No tocante ao **instrumento contratual**, observa-se, primeiramente, que deverá ser atendido o preceituado no artigo 54, § 1º, da Lei nº 8.666/93, de modo a haver **absoluta consonância** com o estabelecido na deliberação da autoridade e no termo de referência.

30.1. Está disponível no site da BEC uma **minuta específica** de termo de contrato, elaborada pela Subprocuradoria Geral da Consultoria Geral, para **aquisição de bens** destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19), com fundamento no artigo 4º da Lei Federal nº 13.979/2020, que deverá ser utilizada como base, fazendo-se as adaptações para a prestação de serviços. Deve-se observar **necessariamente** os termos da e-orientação SubG-Cons. nº 9/2020 (anexa a este parecer), que dispõe sobre a dispensa de parecer da Consultoria Jurídica para aquisição de bens para

¹⁰ **Artigo 1º** - O artigo 1º do Decreto nº 41.165, de 20 de setembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 1º - A celebração de contratos relativos à contratação de obras, à aquisição de material permanente e equipamentos, à contratação de serviços terceirizados e os contratos de gestão, com valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), dependerá de prévia manifestação do Secretário da Fazenda e Planejamento quanto aos aspectos orçamentários e financeiros, e do Secretário de Governo, quanto à compatibilidade da proposta com as diretrizes governamentais.”. (NR)



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 19:50:55.
Documento Nº: 6407316-9435 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407316-9435>



SESCAP2020400647A



SESCAP2020421073A



Autenticado com senha por SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS - 16/07/2020 às 15:36:12.
Documento Nº: 6639210-736 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6639210-736>



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus (COVID-19), e que assim orienta:

“(...)

A dispensa de parecer exige que a Administração:

a. *utilize minuta-padrão de contrato elaborada pela PGE;*

b. *declare que seguiu as orientações jurídicas da Nota Técnica SubG 6/2020*

c. *use a lista de verificação para instruir os autos digitais.*

Nessa linha, já se encontra disponível a **minuta-padrão específica de contrato para compra de bens**, já pronta para uso pela Administração Pública, na seção “Minutas específicas” de nossa página na BEC/SP.

(...)”

30.2. Orienta-se para que sejam utilizados para as adaptações os modelos de minutas de contrato padrão pré-aprovadas, disponíveis no site da BEC (prestação de serviços contínuos ou prestação de serviços não contínuos – a depender do caso concreto), e que constituem o Anexo V da minuta de edital, **fazendo-se as adequações necessárias para o caso de dispensa de licitação.**

30.3. Recomenda-se, ademais, que a unidade licitante **atente** para que os prazos e condições da prestação de serviços que constarem do termo de Referência sejam **absolutamente idênticos** aos que constarem da minuta de contrato.

30.4. A fim de colaborar com o preenchimento e elaboração da minuta de contrato, apresentamos a seguir algumas orientações:

a) Preâmbulo: recomenda-se seguir a redação da **minuta específica** de termo de contrato, elaborada pela Subprocuradoria Geral da Consultoria Geral, para **aquisição de bens** destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19), disponível no site da BEC;



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 19:50:55.
Documento Nº: 6407316-9435 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407316-9435>



SESCAP2020400647A



SESCAP2020421073A



Autenticado com senha por SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS - 16/07/2020 às 15:36:12.
Documento Nº: 6639210-736 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6639210-736>



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

b) **Cláusula Primeira:** a descrição do objeto deve ser **idêntica** à adotada no despacho da autoridade e no Termo de referência;

c) **Cláusula Segunda, caput:** definir da forma mais adequada ao caso concreto em harmonia com o despacho da autoridade e com o disposto no Termo de Referência;

d) **Cláusula Terceira, caput:** definir da forma mais adequada ao caso concreto em harmonia com o despacho da autoridade e com o disposto no Termo de Referência. Recomenda-se a seguinte redação, em consonância com o estabelecido na Lei federal nº 13.979/2020¹¹, sendo que o **prazo máximo de duração dos contratos é de seis meses contados do início de vigência da lei federal nº 13.179/2020:**

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

O objeto do presente contrato deverá ser realizado em () meses/dias, contados da data estabelecida para o início dos serviços.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O prazo mencionado no caput poderá ser prorrogado por sucessivos períodos, iguais ou inferiores, a critério da CONTRATANTE, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública, nos termos da Lei federal nº 13.979/2020.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Não obstante o prazo estipulado no caput, o contrato deverá ser rescindido antes do término do prazo de vigência, sem ônus para a contratante, caso não mais existente a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública.

¹¹ Art. 4º-H - Os contratos regidos por esta Lei terão prazo de duração de até seis meses e poderão ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 19:50:55.
Documento Nº: 6407316-9435 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407316-9435>



SESCAP2020400647A



SESCAP2020421073A



Autenticado com senha por SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS - 16/07/2020 às 15:36:12.
Documento Nº: 6639210-736 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6639210-736>



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

PARÁGRAFO TERCEIRO

Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada no Parágrafo Segundo desta Cláusula, a CONTRATADA não terá direito a qualquer espécie de indenização.

e) Cláusula Quarta, caput: identificar, dentre as obrigações da contratada ali previstas, as que se aplicam ao caso concreto, excluindo as demais, e incluir condições e responsabilidades específicas que não estejam ali relacionadas, a depender das particularidades dos serviços a serem contratados;

f) Cláusula Quinta: sugere-se a manutenção de todos os incisos previstos na minuta, sendo possível incluir condições e responsabilidades específicas que não estejam ali relacionadas. Atentar que, a depender da data em que se celebra o contrato e da data prevista para início dos serviços, pode vir a ser desnecessário o inciso IV (renumerando-se o inciso seguinte);

g) Cláusula Sétima, caput: incluir valor do preço global (se contratação for por preço global) ou a planilha com os valores unitários, em consonância com a proposta apresentada pela contratada. O parágrafo terceiro deve ter a seguinte redação, tendo em vista o prazo máximo de seis meses de vigência dos contratos, e que **não haverá reajuste** (pelo mesmo motivo o parágrafo quarto da minuta de contrato de prestação de serviços contínuos também não deverá constar):

PARÁGRAFO TERCEIRO

O preço permanecerá fixo e irrevogável.

h) Cláusula Oitava: preencher conforme reserva orçamentária;

i) Cláusula Nona: adotar a redação correspondente ao tipo de empreitada a que se refere o contrato. Os prazos de recebimento provisório e definitivo devem ser preenchidos, em consonância com a deliberação da autoridade, observando os limites máximos previstos no art. 73, inc. I, “a”, e §3º da Lei federal nº 8.666/1993.



SESCAP2020400647A



SESCAP2020421073A





**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE**

- empreitada por preço **global** (hipótese mais comum em serviços não contínuos) – utilizar a redação **DO RECEBIMENTO DO OBJETO**;

- empreitada por preço **unitário** – utilizar a redação **DAS MEDIÇÕES DOS SERVIÇOS CONTRATADOS**;

j) Cláusula Décima, caput: excluir a palavra “mensalmente” se não for houver pagamentos mensais. Conforme comentários que constam da minuta padrão pré-aprovada, nas prestações de serviços por escopo é comum que o pagamento seja feito em parcela única ou em outra periodicidade que não a mensal. Desta forma, o campo editável na redação poderá ser adaptado para a frequência dos pagamentos em cada objeto, ou mantenha inalterado o enunciado para manter a periodicidade mensal.

k) Cláusula décima, Parágrafo Sexto: manter esse parágrafo caso os serviços estejam sujeitos à retenção, pelo tomador, da contribuição à previdência social, nos termos dos arts. 117 e 118 da Instrução Normativa MPS/RFB nº 971/2009. Recomendamos que a Administração sempre verifique, diretamente no texto da Instrução Normativa, se o serviço a ser contratado é sujeito à retenção, a fim de preencher corretamente esta cláusula.

l) Cláusula Décima Primeira: em regra, deve ser mantida a vedação à subcontratação. Eventual permissão à subcontratação deve vir prevista na deliberação da autoridade, mediante justificativa;

m) Cláusula décima segunda (DA ALTERAÇÃO DA QUANTIDADE DO OBJETO CONTRATADO): recomenda-se seguir a redação da minuta específica de termo de contrato, elaborada pela Subprocuradoria Geral da Consultoria Geral, para **aquisição de bens** destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19), disponível no site da BEC;

n) Cláusula décima quarta (DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS): recomenda-se seguir a redação da minuta específica de termo de contrato, elaborada pela Subprocuradoria Geral da Consultoria Geral, para **aquisição de bens**



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 19:50:55.
Documento Nº: 6407316-9435 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407316-9435>



SESCAP2020400647A



SESCAP2020421073A



Autenticado com senha por SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS - 16/07/2020 às 15:36:12.
Documento Nº: 6639210-736 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6639210-736>



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional;

o) Cláusula décima quinta (DA GARANTIA): com base na deliberação da autoridade competente, deverá ser escolhida uma das opções de redação da minuta específica de termo de contrato, elaborada pela Subprocuradoria Geral da Consultoria Geral, para **aquisição de bens** destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional;

p) Cláusula Décima sexta (DAS DISPOSIÇÕES FINAIS): recomenda-se seguir a redação da minuta específica de termo de contrato, elaborada pela Subprocuradoria Geral da Consultoria Geral, para **aquisição de bens** destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional.

31. Para instrução do procedimento recomenda-se utilizar a “lista de verificação” que consta como anexo da Nota Técnica SubG- Consultoria nº 6/2020.

32. Por fim, autorizada a dispensa da licitação pela autoridade competente, deverá essa **decisão** ser comunicada dentro de 03 (três) dias à **autoridade superior para ratificação**, e publicada na imprensa oficial, no prazo de 05 (cinco) dias, como condição de eficácia do ato (artigo 26 da Lei Federal nº 8666/93). Essa decisão, juntamente com as justificativas e pareceres dos órgãos jurídicos, deverão ser encaminhados, também por cópias, no prazo de até 10 (dez) dias contados do ato de ratificação, ao Tribunal de Contas do Estado (cf. Lei Estadual nº 6.544/89, art. 26, parágrafo único, acrescentado pela Lei Estadual nº 9.127/95 e o artigo 2º¹², parágrafo único, do Decreto estadual nº 40.320, de 15/09/95).

¹²**Parágrafo único** - Os atos de dispensa de que cuida este decreto, as justificativas que os embasaram e os pareceres referidos no “caput” deste artigo serão encaminhados, por cópia, no prazo de 10 (dez) dias úteis após sua ratificação, ao Tribunal de Contas do Estado (artigo 26, parágrafo único, da Lei Estadual nº 6.544-89, acrescentado pela Lei Estadual nº 9.127, de 8 de março de 1995).



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 19:50:55.
Documento Nº: 6407316-9435 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407316-9435>



SESCAP2020400647A



SESCAP2020421073A



Autenticado com senha por SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS - 16/07/2020 às 15:36:12.
Documento Nº: 6639210-736 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6639210-736>



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

33. Também deverá ser cumprido o parágrafo 2º do artigo 4º¹³ da Lei federal nº 13.979/20, que determina que os dados (*nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição*) de todas as contratações realizadas serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet).

34. Ressalte-se que a efetiva reserva dos recursos deve anteceder a contratação sob pena de nulidade do ajuste e responsabilização funcional, a teor do artigo 14 da Lei nº 8.666/93.

35. Reitere-se que para a utilização do presente Parecer Referencial, a Administração deve observar o artigo 4º, da Resolução PGE nº 29/2015, que prevê a necessidade de instrução dos autos e dos expedientes congêneres com (i) cópia integral do Parecer Referencial com o despacho de aprovação da Chefia da Consultoria Jurídica e (ii) declaração da autoridade competente para a prática do ato pretendido, atestando que o caso se enquadra nos parâmetros e pressupostos do parecer referencial e que serão seguidas as orientações nele contidas.

36. Reitera-se, outrossim, que constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos, a inexistência de registros em nome da adjudicatária/contratada no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo – CADIN ESTADUAL”, que deverá ser consultado por ocasião da celebração do ajuste e da realização do pagamento. O cumprimento dessa condição, poderá se dar pela comprovação de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual 12.799/2008.

¹³ § 2º - Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição.



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 19:50:55.
Documento Nº: 6407316-9435 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407316-9435>



SESCAP2020400647A



SESCAP2020421073A



Autenticado com senha por SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS - 16/07/2020 às 15:36:12.
Documento Nº: 6639210-736 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6639210-736>



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

37. Previamente à celebração da avença, também devem ser consultados o “Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções”, no endereço www.esancoes.sp.gov.br, e o “Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS”, no endereço <http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>, e o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php), devendo ser consultados o nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário (artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992).

38. Ressalte-se que não compete a esta Consultoria Jurídica o exame do mérito das contratações, seja quanto ao aspecto técnico, seja quanto ao aspecto financeiro. Por tal motivo, recomenda-se aos órgãos competentes da Pasta o necessário controle, de modo a permitir que as contratações realmente atendam ao interesse público, **especificamente no enfrentamento da emergência de saúde pública causada pelo coronavírus**.

39. Nos casos em que surgirem dúvidas jurídicas, não abrangidas pelas orientações gerais ora traçadas, os autos deverão ser remetidos a este órgão jurídico, para análise e manifestação.

40. Ademais, nos termos do parágrafo único do artigo 2º da Resolução PGE nº 29/2015, na hipótese de alteração da legislação que fundamenta o presente parecer referencial, a Administração deverá suscitar à Consultoria Jurídica eventual substituição das orientações dele constantes.

41. Por fim, nos termos do artigo 2º, da Resolução PGE nº 29/2015, com a finalidade de garantir a atualidade das orientações traçadas por esta Consultoria Jurídica, fixa-se o **prazo de 180 (cento e oitenta) dias para a validade deste Parecer Referencial, contado desta data, ou enquanto perdurar o estado de emergência internacional pelo coronavírus**, nos termos dos artigos 4º, § 1º, e 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Parecer Referencial CJ/SS nº 22/2020

Página 25 de 26



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 19:50:55.
Documento Nº: 6407316-9435 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407316-9435>



SESCAP202040647A



SESCAP2020421073A



Autenticado com senha por SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS - 16/07/2020 às 15:36:12.
Documento Nº: 6639210-736 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6639210-736>



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

42. Com estas considerações, submeto o presente ao crivo superior e, uma vez aprovado, proponho seja levado ao conhecimento da Administração para amplo conhecimento e aplicação.

São Paulo, 26 de maio de 2020.

CRISTINA DE ARRUDA FACCA LOPES
Procuradora do Estado



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 19:50:55.
Documento Nº: 6407316-9435 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407316-9435>



SESCAP2020400647A



SESCAP2020421073A



Autenticado com senha por SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS - 16/07/2020 às 15:36:12.
Documento Nº: 6639210-736 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6639210-736>



fls. 1

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE**

PROCESSO: 2020/13002
INTERESSADO: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
ASSUNTO: PARECER REFERENCIAL - CONTRATAÇÃO DE
SERVIÇOS COVID-19
PARECER: CJ/SS n.º 22/2020

Aprovo o presente PARECER REFERENCIAL CJ/SS n.º 22/2020, nos termos da Resolução PGE n.º 29, de 23 de dezembro de 2015, que *substitui* o Parecer Referencial CJ/SS n.º 13/2020, destacando que:

1. A orientação jurídica firmada deve ser aplicada única e exclusivamente aos processos e expedientes administrativos que tratam de situação idêntica ao caso paradigma analisado: CONTRATAÇÃO DIRETA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, POR DISPENSA DE LICITAÇÃO, EM CARÁTER EMERGENCIAL, PARA ATENDER POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE DO CORONAVÍRUS (COVID-19), FUNDAMENTADA NA LEI FEDERAL Nº 13.979, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020.

2. Nos termos do artigo 4.º da Resolução PGE n.º 29/2015, cada expediente congênere deve ser instruído com os seguintes documentos:

2.1. Cópia integral do presente Parecer Referencial;

2.2. Declaração da autoridade competente de que o caso concreto analisado se enquadra nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial e que serão seguidas as orientações nele contidas, com especial atenção ao preenchimento integral da "lista de verificação" contida no site da BEC e nos itens 12; 13; 18; 20; 21; 22; 23; 24; 25; 26; 27; 28; 29; 30; 31; 32; 33; 34; 35; 36; 37 do Parecer.

3. Se houver alguma dúvida sobre como aplicar as instruções estabelecidas a determinado caso concreto, inclusive se for constatada alteração da legislação que fundamentou o Parecer Referencial, caberá à Consultoria Jurídica dirimi-la.



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 19:50:55.
Documento Nº: 6407316-9435 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407316-9435>



SESCAP2020400647A



SESCAP2020421073A



Autenticado com senha por SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS - 16/07/2020 às 15:36:12.
Documento Nº: 6639210-736 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6639210-736>



fls. 2

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE**

4. Ressalto que a presente orientação tem VALIDADE fixada nos termos do item 41 do Parecer, porém, registro que as alterações excepcionais na forma de aquisição por dispensa de licitação encontram fundamento na Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020¹, que teve sua vigência prorrogada por ato do presidente da mesa do Congresso Nacional nº 31/2020, no dia 7/5/2020, por 60 dias, ou seja, até o dia 17/07/2020², assim é necessário acompanhar o desfecho do processo legislativo com atenção e verificar eventuais alterações a partir desta data.

5. Proponho a divulgação do Parecer Referencial no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde.

Eleve-se o presente ao exame da Ilustre Chefia de Gabinete, com a urgência requerida.

São Paulo, 27 de maio de 2020.

PATRICIA ULSON PIZARRO WERNER
Procuradora do Estado Chefe Substituta

¹ Vigente de 20/03/2020 a 17/7/2020. <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/141144>.

² ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 31, DE 2020O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020**, publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União, no mesmo dia, mês e ano, que "Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, em 7 de maio de 2020. SENADOR DAVI ALCOLUMBRE. Presidente da Mesa do Congresso Nacional



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 19:50:55.
Documento Nº: 6639210-736 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407316-9435>



SESCAP2020400647A



SESCAP2020421073A



Autenticado com senha por SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS - 16/07/2020 às 15:36:12.
Documento Nº: 6639210-736 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6639210-736>



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL

INTERESSADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO -
 SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL

NOTA TÉCNICA: SUBG n.º 6/2020

ASSUNTO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA OS CASOS DE
 AQUISIÇÃO DE BENS, SERVIÇOS, INCLUSIVE DE
 ENGENHARIA, E INSUMOS DESTINADOS AO
 ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE
 PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL
 DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS ("COVID-19"),
 INSTITUÍDA PELA LEI FEDERAL N. 13.979/2020.

- SUMÁRIO -

I. CARACTERIZAÇÃO DA HIPÓTESE DE DISPENSA DE LICITAÇÃO CRIADA PELA LEI FEDERAL Nº 13.979/2020 COMO MEDIDA DE ENFRENTAMENTO AO COVID-19	3
a) Âmbito de aplicação do artigo 4º da Lei Federal nº 13.979	4
b) O caráter "temporário" da nova hipótese de dispensa	6
c) Diferenças em relação a contratação emergencial do artigo 24, IV da Lei Federal nº 8.666/1993	8
d) Presunção legal de emergência e necessidade de demonstração do nexo causal entre o objeto da contratação e o enfrentamento da epidemia	9
II. CONTROLE DA CONTRATAÇÃO DIRETA	11
a) Razões para a escolha do fornecedor	11
a.1) Possibilidade excepcional de contratação de fornecedor suspenso, inidôneo ou em situação irregular	12
a.2) Aspectos técnicos que devem integrar a consulta aos fornecedores	14
b) Justificativa de preços	15
c) Outros requisitos formais para o controle da contratação direta	18
III. O "PREGÃO SIMPLIFICADO" DA LEI FEDERAL Nº 13.979/2020	19
IV. CONCLUSÃO	23
LISTA DE VERIFICAÇÃO- DISPENSAS DE LICITAÇÃO PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE DO CORONAVÍRUS (COVID-19)	25

Senhora Subprocuradora Geral do Estado da Consultoria Geral,

1. Elaborada em caráter de urgência¹, a presente nota técnica veicula orientações jurídicas gerais para instrução de expedientes visando a celebração, pelos órgãos e entidades do Estado de São Paulo, de contratações diretas fundadas no artigo 4º da Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020², que dispensa a licitação

¹ Nos termos do § 2º do artigo 19 das Rotinas das Consultorias Jurídicas, aprovadas pela Resolução PGE n.º 77, de 03-12-2010.

Nota Técnica SubG n.º 6/2020

Página 1 de 27



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 20:01:19.
 Documento Nº: 6407404-7535 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407404-7535>



SESCAP2020406653A

SIGA



SESCAP2020421073A



Autenticado com senha por SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS - 16/07/2020 às 15:36:12.
 Documento Nº: 6639210-736 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6639210-736>



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL

para os casos de aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus ("COVID-19"), reconhecida pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020.

2. As orientações constantes nesta nota técnica³ não substituem o exame das propostas concretas de celebração de ajuste nem a análise de seu instrumento pelo órgão jurídico, na forma do artigo 38, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/1993.

2.1. Este documento propõe que, em face da atual situação de emergência sanitária, a Procuradora Geral do Estado edite **resolução** dispensando as Consultorias Jurídicas de emitir pareceres relacionados ao tema. Se essa proposta for aceita, e a partir da edição do ato normativo, os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado de São Paulo poderão se valer diretamente das orientações jurídicas consignadas na presente nota técnica para aplicar a dispensa prevista na Lei Federal nº 13.979/2020, observadas as regras e os procedimentos indicados na sobredita resolução, encaminhando às Consultorias Jurídicas apenas casos especiais e dúvidas remanescentes.

2.2. Até que a resolução seja editada, recomenda-se que as Consultorias Jurídicas pautem a análise de casos concretos pelas orientações deste documento. Até lá, permanecem válidos os **pareceres referenciais** já editados pelo órgão jurídico para a hipótese⁴, nos termos do artigo 1º, parágrafo 2º, da Resolução PGE-29/2015⁵.

² Com redação alterada pela recente Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020.

³ Segundo a Resolução PGE nº 06, de 03 de março de 2017, a nota técnica é manifestação de caráter jurídico que "(...) relata, consolida ou comunica entendimento firmado em manifestações anteriores ou alcançados em conselhos, comissões, grupos de trabalho, reuniões em geral ou por correspondência eletrônica".

⁴ É o que ocorre na Secretaria da Saúde, cuja d. Consultoria Jurídica editou recentemente parecer referencial acerca da matéria (Parecer Referencial CJ/SS nº 08/2020).

⁵ Art. 1º, § 2º, Resolução PGE-29/15. "A juntada de cópia do Parecer Referencial em processo ou expediente administrativo dispensa a análise individualizada pelas Consultorias Jurídicas."



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 20:01:19.
Documento Nº: 6407404-7535 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407404-7535>



SESCAP2020406653A



SESCAP2020421073A



Autenticado com senha por SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS - 16/07/2020 às 15:36:12.
Documento Nº: 6639210-736 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6639210-736>



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL

I. CARACTERIZAÇÃO DA HIPÓTESE DE DISPENSA DE LICITAÇÃO CRIADA PELA LEI FEDERAL Nº 13.979/2020 COMO MEDIDA DE ENFRENTAMENTO AO COVID-19

3. Em resposta à rápida disseminação do coronavírus, causador da *coronavirus disease 2019* ("COVID-19") – recentemente reconhecida pela Organização Mundial da Saúde como uma pandemia⁶, haja vista sua rápida propagação em escala global – foi editada a Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, dispondo "(...) sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019".

4. Após ter se espalhado gradativamente por todas as regiões do Brasil, o Ministério da Saúde reconheceu a transmissão comunitária ou sustentada do coronavírus em todo o território nacional⁷. Esse fato motivou a edição da recente Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020, que alterou substancialmente aquela lei federal para intensificar as medidas a cargo do Poder Público voltadas ao controle da doença.

5. Uma das medidas estabelecidas pelo diploma foi a criação de uma nova hipótese de dispensa de licitação, a qual se soma às demais previsões estabelecidas no conhecido rol do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993. Com efeito, o artigo 4º do novo diploma legal autoriza a contratação direta, em caráter excepcional e temporário, para a aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos de saúde destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus:

"Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da

⁶ "A definição de pandemia não depende de um número específico de casos. Considera-se que uma doença infecciosa atingiu esse patamar quando afeta um grande número de pessoas espalhadas pelo mundo. A OMS evita usar o termo com frequência para não causar pânico ou uma sensação de que nada pode ser feito para controlar a enfermidade". Disponível em: <https://saude.abril.com.br/medicina/oms-decreta-pandemia-do-novo-coronavirus-saiba-o-que-isso-significa/>. Acesso em 23/03/2020.

⁷ Pela Portaria MS nº 454, de 20 de março de 2020, do Ministério da Saúde.



SESCAP2020406653A



SESCAP2020421073A





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL

emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei
§1º A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus”.

a) Âmbito de aplicação do artigo 4º da Lei Federal nº 13.979/2020

6. Inicialmente, o *caput* do dispositivo revela que a nova hipótese de dispensa está relacionada ao objeto da contratação direta, e não ao sujeito que a declara e a realiza. Isso quer dizer que, muito embora a regra esteja logicamente direcionada aos órgãos e entidades da área da saúde – especialmente os integrantes do Sistema Único de Saúde (“SUS”) – não há que se falar que a possibilidade legal de declarar a dispensa prevista na Lei Federal nº 13.979/2020 esteja circunscrita a esses sujeitos. Em outras palavras, não há óbices para que outros órgãos e entidades da Administração Pública se valham do permissivo constante do artigo 4º da nova lei para adquirir bens e serviços destinados a evitar a propagação do coronavírus em suas respectivas esferas.

7. O objeto da contratação é propositadamente amplo, abrangendo compras e também prestação de serviços. O acréscimo da expressão “(...) *inclusive de engenharia*” no *caput* do artigo 4º, operada pela recente MP nº 926/2020, parece ter sido feito com escopo de ampliar também para essa seara a contratação direta prevista na Lei Federal nº 13.979/2020.

7.1. Um possível questionamento que se apresenta diz respeito à omissão de referência, no *caput*, à realização de **obras**. Muito embora a legislação brasileira reconheça a diferença entre os conceitos de “obra” e de “serviço de engenharia”⁸, não me parece

⁸ O Projeto de Lei nº 1.292/1995, que pretende substituir a vigente Lei de Licitações, apresenta conceitos claros de “obra” e de “serviço de engenharia” que refletem a posição doutrinária atualmente dominante acerca do tema. Nessa linha, entende-se por obra (art. 6º, inciso XII) “(...) *toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel*”, ao passo que “serviço de engenharia” (art. 6º, inciso XXI) seria “(...) *toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a*



SESCAP2020406653A



SESCAP2020421073A





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL

que a *mens legis* tenha buscado restringir a execução das obras que, comprovadamente, sejam necessárias para o enfrentamento da emergência sanitária. Pelo contrário: a inclusão expressa da expressão “(...) *inclusive de engenharia*” pela Medida Provisória evidencia justamente o oposto, atestando que não houve “silêncio eloquente”, na dicção de KARL LARENZ⁹, a impedir que se sane a incompletude do texto legal por meio de uma interpretação *teleológica*, quanto ao meio, e *extensiva*, quanto ao resultado (“*Lex minus dixit quam voluit*”)¹⁰.

7.2. Com efeito, a interpretação literal do dispositivo não me parece razoável nem condizente com as finalidades que permeiam o diploma legal. Tanto que, mesmo antes da alteração operada pela MP nº 926/2020, MARÇAL JUSTEN FILHO já defendia a possibilidade de realização de obras com fundamento no artigo 4º da Lei Federal nº 13.979/2020¹¹:

“Mas o dispositivo abarca inclusive obras públicas, de natureza definitiva. A alusão a “aquisição de serviços” abrange inclusive os serviços de engenharia. Caberia negar a viabilidade de contratação de “obras de engenharia”. Ainda que se possa reputar que o direito brasileiro diferencia usualmente os conceitos de “obra” e “serviço de engenharia”, não é cabível invocar uma interpretação literal em vista da finalidade buscada pelo dispositivo.

Deve-se admitir que é cabível a contratação da construção de instalações hospitalares indispensáveis ao tratamento dos doentes, a serem executadas em período de tempo muito reduzido. Não é admissível invocar uma distinção formal e abstrata para impedir a

Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do caput deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados” compreendendo serviços comuns e serviços especiais.

⁹ LARENZ, Karl. *Metodologia da ciência do direito*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, p. 525.

¹⁰ MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e aplicação do direito*. 19ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002. p. 173.

¹¹ JUSTEN FILHO, Marçal. *Efeitos jurídicos da crise sobre as contratações administrativas*. Disponível em <https://seac-rj.com.br/artigo-efeitos-juridicos-da-crise-sobre-as-contratacoes-administrativas/>. Acesso em 23/03/2020.

Nota Técnica SubG n.º 6/2020

Página 5 de 27



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 20:01:19.
Documento Nº: 6407404-7535 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407404-7535>



SESCAP2020406653A



SESCAP2020421073A



Autenticado com senha por SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS - 16/07/2020 às 15:36:12.
Documento Nº: 6639210-736 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6639210-736>



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL

adoção pelo Estado de providências materiais necessárias a assegurar a preservação da saúde e da vida humana”.

b) O caráter “temporário” da nova hipótese de dispensa

8. A regra do §1º do artigo 4º quase incorre em tautologia ao afirmar que a dispensa é “temporária” e, também, que se aplica “(...) apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus”. A meu ver, uma leitura que soluciona essa aparente redundância é a aquela segundo a qual o emprego da nova hipótese de dispensa se vincula a um pressuposto importante: a edição de ato do Ministro da Saúde, a quem compete, nos termos do Decreto Federal nº 7.616, de 17 de novembro de 2011, a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (“ESPIN”).

8.1. No caso da COVID-19 foi editada a Portaria MS nº 188, de 03 de fevereiro de 2020, reconhecendo a situação emergencial decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus. Tal portaria criou o Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (“COE-nCoV”), a quem compete a gestão coordenada da resposta à emergência em âmbito nacional, podendo inclusive propor ao Ministro da Saúde, de forma justificada, “(...) o encerramento da ESPIN” (artigo 3º, V, “d”).

8.2. Posteriormente, a Portaria MS nº 356, de 11 de março de 2020, esclareceu em seu artigo 12 que o “(...) encerramento da aplicação das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional em decorrência da infecção humana pelo coronavírus (COVID19) fica condicionada à situação de Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional, declarada por meio da Portaria nº 188/GM/MS, de 3 de fevereiro de 2020”, deixando expresso no parágrafo único que o “(...) encerramento da emergência de saúde pública de importância nacional está



SESCAP2020406653A



SESCAP2020421073A





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL

condicionada a avaliação de risco realizada pela Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde”.

8.3. Portanto, caso sobrevenha novo ato normativo emanado do Ministério da Saúde declarando encerrada a situação de emergência decorrente do coronavírus no Brasil, parece-me que a hipótese de dispensa do artigo 4º da Lei Federal nº 13.979/2020 não mais poderá ser utilizada, independentemente de revogação formal da lei, porque haverá cessado o pressuposto material de eficácia da norma. Nesse sentido, é possível dizer que a regra em exame terá caráter transitório, exaurindo os seus efeitos tão logo seja superada a presente crise sanitária.

9. Outra questão relacionada ao caráter temporário da nova hipótese de dispensa diz respeito à possibilidade ou não de aquisição de **materiais permanentes** com fundamento no artigo 4º da Lei Federal nº 13.979/2020. A resposta me parece ser positiva. Com efeito, a classificação que opõe materiais permanentes a materiais de consumo¹², não parece ter relevância para fins de restringir o objeto da contratação direta, a qual se limita pelo prolongamento da situação de emergência de saúde pública no tempo, e não pela classificação contábil do bem a ser adquirido. Afinal, vale lembrar que a lei é expressa em admitir a contratação de serviços, inclusive os de engenharia – categoria que, além de parecer nitidamente vocacionada às construções hospitalares necessárias ao tratamento dos enfermos, também se classifica como despesas de capital segundo o sistema da Lei Federal nº 4.320/1964, tal como os materiais permanentes.

10. Por fim, a exegese da norma parece-me clara ao limitar no tempo a invocação da hipótese de dispensa em si, e não a vigência dos contratos dela decorrentes. A vigência, aliás, é tratada expressamente no artigo 4º-H da mesma lei,

¹² Segundo a Secretaria do Tesouro Nacional, material de consumo é aquele que perde sua identidade física e/ou tem sua utilização limitada a dois anos, com base no art. 15, §2º da Lei Federal nº 4.230/1964. Por sua vez, o material permanente é aquele que, em razão de seu uso corrente, tem uma durabilidade superior a dois anos. Vale lembrar que os materiais permanentes se qualificam como investimentos, no plano das despesas de capital, ao passo que os materiais de consumo são despesas de custeio, no plano das despesas correntes.

Nota Técnica SubG n.º 6/2020

Página 7 de 27



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 20:01:19.
Documento Nº: 6407404-7535 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407404-7535>



SESCAP2020400653A



SESCAP2020421073A



Autenticado com senha por SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS - 16/07/2020 às 15:36:12.
Documento Nº: 6639210-736 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6639210-736>



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL

segundo o qual os contratos fundados na Lei Federal nº 13.979/2020 podem durar até seis meses e ser prorrogados sucessivamente até quando perdurar a necessidade¹³ – não ficando restritos, portanto, ao lapso máximo de 180 (cento e oitenta dias) das contratações emergenciais previstas, em caráter genérico, no inciso IV do artigo 24 da Lei de Licitações.

c) Diferenças em relação a contratação emergencial do artigo 24, IV da Lei Federal nº 8.666/1993

11. Perceba que os pressupostos autorizadores para a contratação direta com esteio no artigo 4º da nova Lei Federal nº 13.979/2020 são muito semelhantes àqueles previstos na Lei Federal nº 8.666/1993 para a dispensa nos casos de emergência ou de calamidade pública¹⁴. Inclusive, recentemente, o Decreto Estadual nº 64.879/2020 declarou estado de calamidade pública em razão da grave crise decorrente da COVID-19, o que autorizaria a invocação da dispensa do artigo 24, inciso IV, da Lei de Licitações. Essa semelhança entre os institutos, contudo, torna necessário traçar duas premissas:

11.1. Primeiramente, a nova dispensa não é uma espécie ou um caso especial de contratação direta emergencial do artigo 24, IV, mas sim uma hipótese autônoma que se embasa em pressupostos diferentes para sua configuração e que, por isso, suscita consequências jurídicas igualmente distintas para os contratos dela decorrentes, como se verá *infra* nesta manifestação.

11.2. Em segundo lugar, o fato de se tratar de norma específica e de vigência transitória, veiculadora de hipótese excepcional de contratação direta relativa à epidemia de coronavírus, implica na sua prevalência sobre a regra de dispensa de licitação por

¹³ Art. 4º-H Os contratos regidos por esta Lei terão prazo de duração de até seis meses e poderão ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública.

¹⁴ “No caso específico das contratações diretas, emergência significa necessidade de atendimento imediato a certos interesses. Demora em realizar a prestação produziria risco de sacrifício de valores tutelados pelo ordenamento jurídico. Como a licitação pressupõe certa demora para seu trâmite, submeter a contratação ao processo licitatório propiciaria a concretização do sacrifício a esses valores.” JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. Dialética, 12a edição, 2008, p. 292.



SESCAP2020406653A



SESCAP2020421073A





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL

emergência prevista genericamente na Lei de Licitações. Afinal, o critério da especialidade ensina que, diante do conflito aparente entre duas normas-regra, há de prevalecer a especial sobre a geral (*“Lex specialis derogat generali”*), o que implica, neste caso, em fazer prevalecer o artigo 4º da Lei Federal nº 13.979/2020 sobre o artigo 24, IV da Lei Federal nº 8.666/1993.

12. Portanto, a Lei de Licitações terá aplicação *subsidiária e supletiva*, respectivamente, nas omissões deixadas pelo novo diploma e nas matérias em que seu texto possa ser complementado pelas normas do regime geral. Esse argumento é o que justifica, a meu ver, a aplicação das medidas de controle da contratação direta previstas no artigo 26, parágrafo único, da Lei de Licitações, cujo exame se fará no item II desta nota técnica.

d) Presunção legal de emergência e necessidade de demonstração do nexo causal entre o objeto da contratação e o enfrentamento da epidemia

13. Outro aspecto diferenciador do regime genérico das contratações emergenciais estabelecido na Lei de Licitações é o artigo 4º-B da Lei Federal nº 13.979/2020, o qual foi introduzido pela Medida Provisória nº 929/2020 para estabelecer uma presunção de emergência com relação a determinadas condições. Veja:

"Art. 4º-B Nas dispensas de licitação decorrentes do disposto nesta Lei, presumem-se atendidas as condições de:

I - ocorrência de situação de emergência;

II - necessidade de pronto atendimento da situação de emergência;

III - existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares;

e

IV - limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência."

14. Assim, para viabilizar a célere contratação direta prevista no novo diploma legal, a exigência de comprovação da possibilidade concreta e efetiva de dano, bem como de que a demonstração de que a contratação direta é o meio adequado

Nota Técnica SubG n.º 6/2020

Página 9 de 27



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 20:01:19.
Documento Nº: 6407404-7535 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407404-7535>



SESCAP2020400653A



SESCAP2020421073A



Autenticado com senha por SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS - 16/07/2020 às 15:36:12.
Documento Nº: 6639210-736 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6639210-736>



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL

para evitar sua ocorrência, foram presumidas pelo legislador. Trata-se de presunção legal de natureza absoluta (“*praesumptio iuris et de iure*”), não admitindo contestação acerca do caráter urgente da emergência¹⁵.

15. Dessa maneira, as circunstâncias relacionadas diretamente ao coronavírus deixaram de exigir demonstração pela Administração Pública no caso concreto, bastando a apresentação de justificativa que permita aferir a correlação entre as contratações pretendidas e as medidas urgentes a serem tomadas no enfrentamento da COVID-19. O mesmo entendimento é esposado por MARÇAL JUSTEN FILHO¹⁶,

“A Lei exige a pertinência da contratação com o atendimento da “emergência de saúde pública”. Essa questão envolve dois desdobramentos. O primeiro se relaciona com o vínculo de pertinência entre a contratação e o atendimento, ainda que indireto, das necessidades relativas à pandemia. A hipótese normativa não abrange contratações que versem sobre satisfação de necessidades de outra ordem.

*O segundo se refere à questão da “emergência”. A regra legal consagrou uma **presunção absoluta de urgência na formalização da contratação**. Não é preciso evidenciar o risco produzido pela demora na formalização da licitação. No entanto, afigura-se que alguma espécie de emergência deve existir para autorizar a dispensa. Um exemplo permite compreender a questão. O dispositivo legal não autoriza a dispensa de licitação para situação em que o efetivo fornecimento dos serviços ou produtos esteja previsto para ser executado em doze meses. Essa contratação não será adequada para enfrentar a emergência”.* (grifo meu)

16. Resta evidenciado que a Lei Federal nº 13.979/2020 exige a estrita correlação da hipótese de contratação direta de bens e serviços com “enfrentamento da emergência de saúde pública” decorrente da pandemia do coronavírus. Se a emergência é presumida, compete ao Administrador demonstrar no processo o **nexo causal** entre a

¹⁵ A lei torna isento de questionamento o fato de que a situação é urgente e comporta pronto atendimento pela Administração. Isso, obviamente, não significa que não possa haver questionamento do nexo causal entre o objeto escolhido pelo gestor e o adequado enfrentamento da emergência sanitária, v. *infra*.

¹⁶ JUSTEN FILHO, Marçal. **Efeitos jurídicos da crise sobre as contratações administrativas**. Disponível em <https://seac-rj.com.br/artigo-efeitos-juridicos-da-crise-sobre-as-contratacoes-administrativas/>. Acesso em 23/03/2020.



SESCAP2020406653A



SESCAP2020421073A





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL

contratação direta e o enfrentamento da pandemia, ou seja, de que a contratação é via adequada e efetiva para eliminar ou mitigar o risco de contágio e de propagação.

II. CONTROLE DA CONTRATAÇÃO DIRETA

17. A situação de emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus e o estado de excepcionalidade que a acompanha não autorizam, segundo o Tribunal de Contas da União¹⁷, que sejam descumpridas as normas gerais procedimentais que asseguram o controle da contratação direta. Mesmo no caso de licitação dispensada por lei esparsa, tal como o caso do artigo 4º da Lei Federal nº 13.979/2020, é necessária a demonstração das razões para a escolha do fornecedor e a justificativa do preço, conforme assentado no artigo 26, incisos II e III, da Lei Federal nº 8.666/1993¹⁸. No mais, a contratação direta também se sujeita à observância de alguns requisitos formais exigidos pela legislação, os quais passo a analisar a seguir.

a) Razões para a escolha do fornecedor

18. Não obstante a emergência, a escolha do fornecedor nas contratações diretas deve ser feita com observância dos princípios da impessoalidade e isonomia. Nesse sentido, a Procuradoria Geral do Estado recomenda que se realize consulta ao maior número possível de fornecedores, a fim de que efetivamente possa ser selecionada a proposta mais vantajosa para a Administração¹⁹.

¹⁷ “Mesmo no caso de dispensa de licitação por situação emergencial, é dever da instituição contratante formalizar o respectivo processo, caracterizando a situação, a razão da escolha do prestador de serviço e a justificativa do preço, e publicar o ato de dispensa na imprensa oficial, sendo vedada a prestação de serviços sem a cobertura de contrato devidamente formalizado, por expressa previsão do art. 60, parágrafo único, da Lei 8.666/1993”. Acórdão TCU nº 3083/2007, 1ª Câmara.

¹⁸ Entendo que esse dispositivo se aplica à dispensa prevista pela Lei Federal nº 13.979, por se tratar de norma geral do Estatuto das Licitações que incide na ausência de regras procedimentais específicas no novo diploma federal.

¹⁹ Confira-se, a respeito, um excerto do Acórdão nº 955/2011, proferido pelo Plenário do TCU “9.3. alertar a Eletrobras – Distribuição Piauí de que, quando da realização de dispensa de licitação nos termos do art. 24, inciso IV, da Lei nº 8666/1993, é indispensável a consulta ao maior número possível de fornecedores ou executantes para o integral atendimento dos incisos II e III do parágrafo único do art. 26 da Lei 8.666/93, a fim de que efetivamente possa ser selecionada a proposta mais vantajosa para a Administração;” Acórdão TCU nº 955/2011, Plenário.



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 20:01:19.
Documento Nº: 6407404-7535 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407404-7535>



Autenticado com senha por SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS - 16/07/2020 às 15:36:12.
Documento Nº: 6639210-736 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6639210-736>



SESCAP2020406653A



SESCAP2020421073A



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL

19. Logo, e ainda que a particularidade do caso permita restringir a competição, deve ser dada a possibilidade de formular propostas ao maior número possível de fornecedores – o que seria facilitado, por exemplo, pelo uso sistemas de Tecnologia da Informação, nos moldes do que já existe em São Paulo com o emprego da “cotação eletrônica” na aquisição de bens dentro do limite legal de dispensa pelo valor (Dispensa BEC). É evidente que essa maior amplitude concorrencial da dispensa constitui providência desejável a ser buscada pela área técnica, sempre que possível.

a.1) Possibilidade excepcional de contratação de fornecedor suspenso, inidôneo ou em situação irregular

20. A Lei nº 13.979/2020 traz duas exceções importantes em relação à pessoa do fornecedor, as quais a distinguem do regime das contratações públicas em geral.

20.1. Primeiramente, o §3º do artigo 4º da nova lei permite, em caráter excepcional, que seja relativizada a aplicação de sanções restritivas do direito de contratar com o Estado – como a suspensão temporária e a inidoneidade, do artigo 87, III e IV da Lei nº 8.666/1993, e o impedimento do artigo 7º, *caput*, da Lei do Pregão – quando se tratar, comprovadamente, do único fornecedor do bem ou serviço que constitui objeto da contratação. O caráter excepcional da medida justifica o sopesamento *a priori* feito pelo legislador entre a manutenção da higidez do mercado público, de um lado, e a necessidade inadiável de abastecimento em tempos de crise, de outro, optando pela segunda em detrimento da primeira. *Mutatis mutandis*, a solução do §3º é similar à orientação institucional fixada na Procuradoria Geral do Estado com a aprovação parcial do Parecer PA 63/2011, segundo o qual se admite a contratação de fornecedor inscrito no CADIN ESTADUAL quando inexistir outro apto a atender às necessidades da Administração²⁰.



SESCAP2020406653A



SESCAP2020421073A





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL

20.2. Em segundo lugar, o artigo 4º-F autoriza que a autoridade competente, mediante justificativa, dispense a apresentação de documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação, ressalvados a exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição. Ou seja, consultado o fornecedor e verificada a existência de situação irregular, o gestor público está autorizado a dispensar a comprovação de alguns requisitos de habilitação, celebrando a contratação direta.

21. Em ambos os casos, as duas hipóteses devem ser tidas como medidas excepcionais que reclamam justificativa específica – inclusive, se possível, com a comprovação das tentativas de encontrar empresas em situação regular disponíveis no mercado. Havendo outros fornecedores aptos a atender a demanda do Poder Público, não há motivo que justifique a assunção desnecessária de risco pela Administração, haja vista que tanto a imposição de sanções quanto a dificuldade de obter as certidões de regularidade sinalizam não só baixa qualidade, mas também uma maior probabilidade de que o fornecedor contratado não venha a cumprir o contrato²¹.

a.2) Aspectos técnicos que devem integrar a consulta aos fornecedores

22. Para que os fornecedores possam ofertar seus preços com menor assimetria de informação possível, a consulta deve ser acompanhada do “*termo de referência simplificado*” ou do “*projeto básico simplificado*”, conforme o caso, previstos no artigo 4º-E da Lei Federal nº 13.979/2020, contendo os elementos técnicos necessários à

²⁰ Trecho do despacho do Subprocurador Geral do Estado da Consultoria: “2.1. Nas situações em que a competição é inviável, por inexistir outro fornecedor ou prestador dos serviços apto a atender as necessidades da Administração, a única alternativa possível é a contratação, ainda que a pessoa física ou jurídica a ser contratada registre pendência no CADIN ESTADUAL. Se, nessas circunstâncias, admite-se a contratação, por óbvio, também deve ser admitido o pagamento.”

²¹ O que é conhecido na literatura econômica como *risk of default* e, em licitações baseadas somente em critérios de preço para adjudicação, explicam a chamada “maldição do vencedor” (*winner’s curse*).



SESCAP2020400663A



SESCAP2020421073A





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL

especificação do objeto. Na mesma trilha, o artigo 4º-C dispensa a elaboração de estudos preliminares à contratação, de modo a simplificar e acelerar o trâmite administrativo²².

23. Não sendo possível a conclusão do documento a tempo, recomenda-se que a consulta contenha ao menos as informações dos incisos I (“*declaração do objeto*”), III (“*descrição resumida da solução apresentada*”), IV (“*requisitos da contratação*”) e V (“*critérios de medição e pagamento*”) do mesmo artigo 4º-E. Note-se que, em se tratando de bens ou serviços comuns, o conteúdo simplificado já será em grande medida atendido pelas informações constantes dos bancos de dados de catálogos oficiais, tais como o Catálogo de Materiais da Bolsa Eletrônica de Compras (“BEC/SP”)²³, cujo emprego se recomenda.

24. Por fim, cabe lembrar que o artigo 4º-A da Lei Federal nº 13.979/2020 expressamente admite a compra de equipamentos usados, desde que o fornecedor se responsabilize pelas suas condições de uso e funcionamento²⁴, e que o artigo 4º-I, em nítida divergência do regime geral de alterações contratuais previsto no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/1993, admite a realização de acréscimos e supressões unilaterais em até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato²⁵.

	Lei 8.666/1993	Lei nº 13.979/2020
Acréscimos	25%, unilateralmente 50%, unilateralmente (reforma de edifício ou equipamento)	50%, unilateralmente
Supressões	25%, unilateralmente 50%, por acordo	

²² “Art. 4º-C Para as contratações de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata esta Lei, não será exigida a elaboração de estudos preliminares quando se tratar de bens e serviços comuns. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)”

²³ Disponível em https://www.bec.sp.gov.br/BEC_Catalogo_ui/CatalogoPesquisa3.aspx?chave=

²⁴ “Art. 4º-A A aquisição de bens e a contratação de serviços a que se refere o caput do art. 4º não se restringe a equipamentos novos, desde que o fornecedor se responsabilize pelas plenas condições de uso e funcionamento do bem adquirido. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)”

²⁵ “Art. 4º-I Para os contratos decorrentes dos procedimentos previstos nesta Lei, a administração pública poderá prever que os contratados fiquem obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões ao objeto contratado, em até cinquenta por cento do valor inicial atualizado do contrato”. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)



SESCAP2020400663A



SESCAP2020421073A





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL

b) Justificativa de preços

25. Além do parágrafo único do artigo 26, em seu inciso III, o artigo 2º, inciso III, do Decreto Estadual nº 36.226/1992 também exige que o gestor se manifeste “(...) *expressa e conclusivamente sobre a razoabilidade do preço indicado para contratação*”²⁶. A necessidade de apresentar justificativa do preço nas contratações diretas decorre dos princípios da motivação, da economicidade, legalidade, legitimidade e da razoabilidade, bem como de posicionamento desde há muito consolidado na jurisprudência do Tribunal de Contas da União²⁷.

26. Em situações de emergência sanitária como a presente, é possível que a Administração se veja refém de comportamentos abusivos de empresas que, aproveitando-se da escassez e da súbita elevação de demanda, aumentam artificialmente os seus preços no mercado. Nesse cenário, o inciso VI do artigo 4º-E da Lei Federal nº 13.979/2020, prevê que estimativas dos preços devem ser obtidos por meio de, no mínimo, um dos seguintes parâmetros:

*“Art. 4º-E Nas contratações para aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência que trata esta Lei, será admitida a apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado.
§ 1º O termo de referência simplificado ou o projeto básico simplificado a que se refere o caput conterà:
(...)”*

²⁶ A importância dessa justificativa de preço é ressaltada pela doutrina, como bem ilustra o posicionamento de Marçal Justen Filho: “*Diante da ausência de competição, amplia-se o risco de elevação dos valores contratuais. (...) O contrato com a Administração Pública deverá ser praticado em condições econômicas similares com as adotadas pelo particular para o restante de sua atividade profissional. Não é admissível que o particular, prevalecendo-se da necessidade pública e da ausência de outros competidores, eleve os valores contratuais*” JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**. São Paulo: Dialética, 2012. pp. 447-448.

²⁷ “*Há muito a Corte firmou o posicionamento de que a realização de pesquisa de mercado, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, inclusive nos casos de aquisição direta (dispensa e inexigibilidade), composta de, no mínimo, três orçamentos distintos, sendo necessária a apresentação de justificativa sempre que não for possível a obtenção do número razoável de cotações*”. Acórdão TCU nº 1.928/2011, 2ª Câmara.



SESCAP2020406653A



SESCAP2020421073A





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL

VI - estimativas dos preços obtidos por meio de, no mínimo, um dos seguintes parâmetros:

- a) Portal de Compras do Governo Federal;*
 - b) pesquisa publicada em mídia especializada;*
 - c) sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo;*
 - d) contratações similares de outros entes públicos; ou*
 - e) pesquisa realizada com os potenciais fornecedores; e*
- VII - adequação orçamentária.*

§ 2º Excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, será dispensada a estimativa de preços de que trata o inciso VI do caput.

§ 3º Os preços obtidos a partir da estimativa de que trata o inciso VI do caput não impedem a contratação pelo Poder Público por valores superiores decorrentes de oscilações ocasionadas pela variação de preços, hipótese em que deverá haver justificativa nos autos”.

27. A indicação do portal de compras do governo federal como critério preferencial no sistema da Lei Federal nº 13.979/2020 coincide com a sistemática eleita pelo Estado de São Paulo ao estabelecer, pelo artigo 2º, inciso I, do Decreto Estadual nº 63.316, de 26 de março de 2018, a consulta ao banco eletrônico de preços “Preços SP” como o primeiro passo para a formação de valores referenciais em contratações públicas, em consonância com as recomendações do Tribunal de Contas da União²⁸.

28. Em se tratando de bens e insumos de saúde, recomenda-se também a consulta do **Banco de Preços em Saúde** (“BPS”), sistema criado pelo Ministério da Saúde para disponibilizar informações públicas e privadas de medicamentos e produtos

²⁸ Confira o seguinte julgado do TCU, mediante o qual se estabeleceu que a consulta ao site, bem como a contratações da Administração, é preferencial em relação aos demais métodos de orçamento: “Para fim de orçamentação nas licitações de bens e serviços, devem ser priorizados os parâmetros previstos nos incisos I e III do art. 2º da referida IN, quais sejam, ‘Portal de Compras Governamentais’ e ‘contratações similares de outros entes públicos’, em detrimento dos parâmetros contidos nos incisos II e IV daquele mesmo art. 2º, isto é, ‘pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo’ e ‘pesquisa com os fornecedores’”. O Tribunal, acompanhando o voto do relator, decidiu, dentre outras deliberações, dar ciência ao MJ de que: i) “(...) na elaboração de orçamento na fase de planejamento da contratação de bens e serviços, bem como quando da demonstração da vantagem de eventual prorrogação de contrato de serviço contínuo, devem ser utilizadas fontes diversificadas, a fim de dar maior segurança no que diz respeito aos valores a serem adjudicados”; ii) “para fim de orçamentação nas licitações de bens e serviços, devem ser priorizados os parâmetros previstos nos incisos I e III do art. 2º da IN SLTI/MPOG 5/2014, quais sejam, ‘Portal de Compras Governamentais’ e ‘contratações similares de outros entes públicos’, em detrimento dos parâmetros contidos nos incisos II e IV daquele mesmo art. 2º, isto é, ‘pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo’ e ‘pesquisa com os fornecedores’, cuja adoção deve ser vista como prática subsidiária, suplementar”. Acórdão TCU nº 1445/2015, Plenário.



SESCAP20204006653A



SESCAP2020421073A





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL

de saúde (<http://bps.saude.gov.br/>). O TCU aceita os preços obtidos no BPS como referencial de mercado²⁹ – diferentemente dos tetos máximos da tabela da Câmara de Regulação de Mercado de Medicamentos (“Tabela Cmed”)³⁰ – motivo pelo qual se sugere que a pesquisa ao Preços SP seja complementada com o BPS ao elaborar-se a justificativa dos preços.

29. Caso seja faticamente inviável realizar a estimativa de preços, ante a urgência do caso ou em face da ausência de fontes para o cálculo dos valores de mercado, o §2º do artigo 4º-E da Lei Federal nº 13.979/2020 admite a possibilidade de que a estimativa seja dispensada. Trata-se, novamente, de medida excepcional, motivo pelo qual se recomenda a juntada de manifestação da área técnica explicitando a situação fática e a ausência de tempo disponível ao órgão licitante para ultimar o procedimento formal.

30. Por fim, no que se refere aos recursos orçamentários, relembro que a correspondente nota de reserva deve ser providenciada anteriormente à celebração do contrato, nos termos do artigo 7º, §2º, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993.

30.1. Caso o valor estimado da contratação supere R\$ 176.000,00³¹ (cento e setenta e seis mil reais) para as despesas consideradas irrelevantes, nos termos do artigo 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal (“LRF”) c/c o artigo 47 da Lei Estadual nº 17.118, de 19 de julho de 2019³², ressalto que o Tribunal de Contas da União tem

²⁹ “O Banco de Preços em Saúde (BPS) é válido como referencial de preços de mercado na aquisição de medicamentos, diferentemente da tabela da Câmara de Regulação d Mercado de Medicamentos (Cmed), uma vez que os preços da Cmed são referenciais máximos que a lei permite a um fabricante de medicamento vender o seu produto, o que não se confunde com os preços praticados no mercado”. Acórdão nº 10531/2018, Primeira Câmara.

³⁰ “Os preços divulgados pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (Cmed) não são o parâmetro mais adequado para servir como referência para aquisições públicas de medicamentos ou como critério de avaliação da economicidade de tais aquisições por parte dos órgãos de controle, pois são referenciais máximos que a lei permite a um fabricante de medicamentos vender o seu produto”. Acórdão TCU nº 2901/2016, Plenário. Veja também os Acórdãos TCU nº 1437/2007 e nº 3016/2012, ambos do Plenário da Corte.

³¹ Valor atualizado conforme o Decreto Federal nº 9.412/2018.

³² “Art. 47. (...) Parágrafo único - São consideradas como despesas irrelevantes, para fins do artigo 16, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, aquelas cujo valor não ultrapasse, para a contratação de obras, bens e serviços, os limites estabelecidos no artigo 23, inciso I, alínea “a”, e inciso II, alínea “a”, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993”

Nota Técnica SubG n.º 6/2020

Página 17 de 27



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 20:01:19.
 Documento Nº: 6407404-7535 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407404-7535>



SESCAP2020406653A



SESCAP2020421073A



Autenticado com senha por SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS - 16/07/2020 às 15:36:12.
 Documento Nº: 6639210-736 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6639210-736>



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL

entendido que, quando os recursos necessários ao custeio da despesa já tiverem previsão expressa no orçamento, consideram-se atendidos, por via reflexa, os requisitos previstos no artigo 16 da LRF para a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa³³.

30.2. No mais, em cumprimento das providências estabelecidas no Decreto estadual nº 41.165, de 20 de dezembro de 1996, com a alteração da redação do art. 1º, em consonância com o disposto no artigo 1º do Decreto nº 64.070, de 2 de janeiro de 2019, alerto que haverá necessidade de manifestação prévia dos Secretários de Governo e da Fazenda e Planejamento, caso o valor da contratação supere o patamar de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

c) Outros requisitos formais para o controle da contratação direta

31. A excepcionalidade do regime de contratação emergencial instituído pela Lei Federal nº 13.979/2020 parece ser de certa forma compensada com uma dose mais intensa de transparência. Nessa linha, a regra prevista no §2º do artigo 4º da lei determina que todas as contratações diretas realizadas com base na nova hipótese de dispensa emergencial sejam *“(…) imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição”*.

32. A medida, que confessadamente se soma aos deveres de transparência já impostos pela Lei de Acesso à Informação, a meu ver exige que os órgãos e entidades da Administração Pública criem uma seção específica em suas páginas na

³³ Confira o excerto do voto do Min. Relator Augusto Sherman Cavalcanti no Acórdão TCU nº 883/2005: *“(…) parece-me evidente que se determinada despesa já está autorizada na Lei Orçamentária em vigor, seu impacto orçamentário-financeiro já se encontra estimado, pois já está fixado na lei. Não vejo razão prática para que o gestor, ao implementar o que está legalmente autorizado, estime o impacto de uma despesa já prevista, pois tal impacto já foi incorporado ao orçamento”*.



SESCAP2020406653A



SESCAP2020421073A





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL

internet – ou mesmo centralizem tais informações em uma página única – para incluir as contratações emergenciais realizadas com base na Lei Federal nº 13.979/2020 para combater a propagação do coronavírus.

33. De resto, ressalto que a declaração de dispensa deverá ser comunicada em até 3 (três) dias à autoridade superior, para ratificação, e publicada em 5 (cinco) dias na imprensa oficial após a celebração do ajuste. Além disso, vale lembrar que o artigo 26, parágrafo único, da Lei Estadual nº 6.544/1989 exige que tal ratificação seja comunicada em até 10 (dez) dias úteis ao Tribunal de Contas do Estado, tal como nos demais casos de dispensa e inexigibilidade de licitação.

34. Para simplificar a instrução procedimental, os documentos necessários à instrução dos processos e expedientes relacionados à contratação direta com fundamento no artigo 4º da Lei Federal nº 13.979/2020 encontram-se resumidos na “**lista de verificação – dispensas de licitação para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (COVID-19)**”, que faço anexar à presente nota técnica.

III. O “PREGÃO SIMPLIFICADO” DA LEI FEDERAL Nº 13.979/2020

35. A Medida Provisória nº 926/2020 introduziu um artigo 4º-G na Lei Federal nº 13.979/2020, instituindo um regime simplificado para licitações realizadas na modalidade “pregão”. Trata-se, praticamente, de uma modalidade de uso especial e transitório voltada, tal como a dispensa do artigo 4º, *caput*, da mesma lei, ao enfrentamento do novo coronavírus.

“Art. 4º-G Nos casos de licitação na modalidade pregão, eletrônico ou presencial, cujo objeto seja a aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata esta Lei, os prazos dos procedimentos licitatórios serão reduzidos pela metade.

§ 1º Quando o prazo original de que trata o caput for número ímpar, este será arredondado para o número inteiro antecedente.

Nota Técnica SubG n.º 6/2020

Página 19 de 27



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 20:01:19.
Documento Nº: 6407404-7535 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407404-7535>



SESCAP2020406653A



SESCAP2020421073A



Autenticado com senha por SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS - 16/07/2020 às 15:36:12.
Documento Nº: 6639210-736 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6639210-736>



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL

§ 2º Os recursos dos procedimentos licitatórios somente terão efeito devolutivo.

§ 3º Fica dispensada a realização de audiência pública a que se refere o art. 39 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para as licitações de que trata o caput.

36. Em síntese, a licitação na modalidade “pregão”, na forma eletrônica ou presencial, cujo objeto seja a aquisição de bens, serviços e insumos de saúde necessários ao enfrentamento da emergência de que trata a Lei Federal nº 13.979/2020 terá as seguintes características:

- a) O prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, será de 4 (quatro) dias úteis (art. 4º, V, da Lei Federal nº 10.520/2002 c/c art. 4º-G);
- b) Não será obrigatória a realização de audiência pública, ainda que o valor seja superior a R\$ 330.000.000,00 (trezentos e trinta milhões de reais) ³⁴, excepcionando o artigo 39 da Lei Federal nº 8.666/1993 (art. 4º-G, §2º);
- c) O prazo de validade das propostas, na omissão do edital, será de 30 (trinta) dias (art. 6º, Lei Federal nº 10.520/2002 c/c art. 4º-G);
- d) Os recursos não terão efeito suspensivo, nem mesmo se interpostos em face de decisões relacionadas à habilitação dos licitantes e ao julgamento das propostas (art. 4º-G, §2º);
- e) O prazo para apresentação de razões e contrarrazões recursais será de apenas 1 (um) dia (art. 6º, Lei Federal nº 10.520/2002 c/c art. 4º-G, §1º);
- f) Os contratos decorrentes do “pregão simplificado”:
 - a. terão duração de até seis meses e poderão ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto perdurar

³⁴ Valor atualizado conforme o Decreto nº 9.412/2018. Vale anotar que a hipótese do artigo 39 da Lei de Licitações vem sendo chamada doutrinariamente de “licitação de imenso vulto”, a fim de distinguir do conceito de licitação de grande vulto trazido, de forma expressa, pela mesma lei (art. 6º, inciso VI, da Lei nº 8.666/1993).



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 20:01:19.
Documento Nº: 6407404-7535 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407404-7535>



SESCAP2020400653A



SESCAP2020421073A



Autenticado com senha por SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS - 16/07/2020 às 15:36:12.
Documento Nº: 6639210-736 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6639210-736>



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL

- a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência (art. 4º-H);
- b. admitirão acréscimos e supressões unilaterais de até 50% do valor inicial atualizado do contrato (art. 4º-I).

37. Com efeito, a criação de um “pregão simplificado” revela que nem todas as ações necessárias para o atendimento à emergência de saúde pública do COVID-19 devem ser, necessariamente, objeto de contratação direta. Dentro do sistema da Lei Federal nº 13.979/2020, a escolha entre percorrer uma via ou outra – i.e., a dispensa ou o pregão simplificado – dependerá das circunstâncias de cada caso concreto.

38. Se, de um lado, o legislador presumiu a emergência ao criar a nova hipótese de contratação direta, o que permite inferir uma *preferência* pela nova dispensa em relação às modalidades licitatórias e à contratação emergencial do regime geral de licitações e contratações, por outro lado me parece que a criação de um “pregão simplificado” – que é, igualmente, marcado pelo regime de excepcionalidade e de emergência da Lei Federal nº 13.979/2020 – há ser preferível à dispensa de licitação do artigo 4º, *caput*, da mesma lei quando as circunstâncias do caso concreto demonstrarem que a necessidade pode ser atendida pelo certame.

39. Em texto recente³⁵, MARÇAL JUSTEN FILHO apresenta alguns exemplos de situações em que a realização do pregão da Lei Federal nº 13.979/2020 pode ser preferível à dispensa:

“Existe competência discricionária da Administração para escolher entre as duas alternativas, tomando em vista as circunstâncias do caso concreto. É inquestionável que a contratação direta envolve um procedimento mais rápido do que o pregão simplificado. Portanto, a Administração tem o poder-dever de avaliar a premência da contratação. Ser-lhe-á facultado valer-se do pregão quando o tempo para a conclusão do

³⁵ JUSTEN FILHO, Marçal. **Um novo modelo de licitações e contratações administrativas?** Disponível em <http://jbox.justen.com.br/s/9SPYwWsP7W66s8a>. Acesso em 24/03/2020.



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 20:01:19.
Documento Nº: 6407404-7535 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407404-7535>



SESCAP2020400653A



SESCAP2020421073A



Autenticado com senha por SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS - 16/07/2020 às 15:36:12.
Documento Nº: 6639210-736 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6639210-736>



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL

procedimento licitatório não colocar em risco o atendimento da finalidade pretendida.

Isso não significa que a viabilidade de aguardar um certo prazo para formalização e execução do contrato impeça a dispensa de licitação. Como mais bem examinado adiante, há uma presunção absoluta de situação emergencial nas contratações destinadas a atender as necessidades pertinentes à pandemia. Assim, por exemplo, a Administração poderá optar pelo pregão quando a contratação direta envolver dificuldades na obtenção de um preço justo. Em outros casos, pode existir uma pluralidade de fornecedores, todos potencialmente interessados em realizar o fornecimento, inexistindo um critério objetivo para escolher entre eles. Também é possível que a contratação apresente valor muito elevado, o que reduz a conveniência de escolhas fundadas em critérios de conveniência e oportunidade.

Em hipóteses tais como essas, o pregão simplificado pode ser útil para atendimento aos princípios da vantajosidade e do tratamento isonômico dos fornecedores”.

40. Tendo em vista que a realização do pregão na forma eletrônica é medida obrigatória no Estado de São Paulo desde 2007³⁶, proponho que a Coordenadoria de Compras Eletrônicas (“CCE”), da Secretaria da Fazenda e Planejamento, avalie as medidas e as adaptações no sistema BEC/SP que se façam necessárias para a implementação do “pregão simplificado” no Estado de São Paulo. Caso não seja possível realizar a nova modalidade sob a forma eletrônica nesse momento, vale lembrar que o *caput* do artigo 4º-G da nova lei admite a realização sob a forma presencial, comunicando-se previamente a Corregedoria Geral da Administração acerca de tal fato³⁷.

IV. CONCLUSÃO

³⁶ É o comando do Decreto Estadual nº 51.469, de 2 de janeiro de 2007: “Artigo 2º - A utilização da modalidade de “Pregão Eletrônico” para aquisição de bens e serviços comuns será obrigatória para toda administração pública estadual, na forma e prazos a serem estabelecidos pela Secretaria da Fazenda.”

³⁷ Nos termos da Resolução SF-15, de 19-3-2007: “Artigo 4º - A Corregedoria Geral da Administração, dentro de suas atribuições, acompanhará o cumprimento das determinações contidas no Decreto 51.469, de 2 de janeiro de 2007 e nesta resolução, com poderes para suspensão de procedimentos licitatórios, instaurados em desacordo com a disciplina estabelecida nos respectivos atos normativos” e, também, do artigo 6º, inciso XV, “d”, “1” do Decreto Estadual 57.500/2011: “Artigo 6º - A Corregedoria Geral da Administração tem, por meio dos Grupos Correcionais, dos Centros de Assistência Técnica e dos Centros de Análise de Informações e Sistemas, além de outras que lhe forem conferidas pelo Chefe do Poder Executivo, as seguintes atribuições. (...) XV - fiscalizar: (...) d) a obrigatoriedade: 1. do uso da modalidade licitatória de pregão para aquisição de bens e serviços comuns, conforme o Decreto nº 51.469, de 2 de janeiro de 2007”



SESCAP2020406653A



SESCAP2020421073A





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL

41. Ante o exposto, submeto à consideração superior a presente nota técnica a servir de guia orientativo para a instrução dos expedientes objetivando a celebração de contratações diretas fundadas no artigo 4º da Lei Federal nº 13.979/2020, que dispensa a licitação para os casos de aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus.

42. À vista das conclusões desse documento, respeitosamente proponho a submissão do presente à Senhora Procuradora Geral do Estado para que avalie a conveniência e a oportunidade de:

- a) expedir resolução dispensando a emissão de pareceres pelas Consultorias Jurídicas, com fulcro no artigo 45, parágrafo único, 1, da LOPGE, versando sobre a análise de contratações emergenciais que tenham por fundamento o artigo 4º, *caput*, da Lei Federal nº 13.979/2020, desde que, para tanto, sejam utilizadas as minutas-padrão da PGE/SP e rigorosamente seguidas as orientações jurídicas da presente nota técnica;
- b) propor ao Senhor Secretário da Fazenda e Planejamento que, nos termos tratados no item III desta manifestação, avalie a possibilidade técnica de implantação do “pregão simplificado” criado pelo artigo 4º-G da Lei Federal nº 13.979/2020 sob a forma eletrônica, adaptando o Sistema BEC/SP às mudanças trazidas pela nova legislação; e
- c) recomendar ao Comitê Gestor do Gasto Público, instituído pelo Decreto Estadual nº 64.065, de 2 de janeiro de 2019, que transitoriamente suspenda ou excepcione de sua análise os processos diversos que, insertos no artigo 2º, estejam direta ou



SESCAP202040663A



SESCAP2020421073A





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL

indiretamente relacionados ao controle da propagação do novo
coronavírus em São Paulo.

À consideração superior.

SubG-Consultoria, 24 de março de 2020.

RAFAEL CARVALHO DE FASSIO
Procurador do Estado Assistente



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 20:01:19.
Documento Nº: 6407404-7535 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407404-7535>



SESCAP20204006653A



SESCAP2020421073A



Autenticado com senha por SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS - 16/07/2020 às 15:36:12.
Documento Nº: 6639210-736 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6639210-736>



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL

**LISTA DE VERIFICAÇÃO– DISPENSAS DE LICITAÇÃO PARA
ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA
DECORRENTE DO CORONAVÍRUS (COVID-19)**

1. INSTRUÇÃO DO PROCESSO	S/N	Fls.
<p>1.1. “Termo de referência simplificado” ou “Projeto básico simplificado” (artigo 4º-E da Lei Federal nº 13.979/2020), contendo:</p> <p>1.1.1. Declaração do objeto;</p> <p>1.1.2. Fundamentação simplificada da contratação;</p> <p>1.1.3. Descrição resumida da solução apresentada;</p> <p>1.1.4. Requisitos da contratação;</p> <p>1.1.5. Critérios de medição e pagamento;</p> <p>Caso haja necessidade, é aqui que devem ser indicados eventuais documentos de qualificação técnica e/ou qualificação econômico-financeira aplicáveis à contratação pretendida.</p> <p>1.2. Justificativa da dispensa (art. 26, “caput” da Lei Federal nº 8.666/1993), indicando como fundamento o artigo 4º, <i>caput</i>, da Lei Federal nº 13.979/2020, indicando:</p> <p>1.2.1. O nexo causal entre o objeto a ser contratado e o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus.</p> <p>1.2.2. A razão da escolha do fornecedor (art. 26, II da Lei Federal nº 8.666);</p> <p>Se a autoridade houver optado por contratar fornecedor inidôneo, com o direito de contratar suspenso ou em situação irregular, deverá apresentar aqui a justificativa que embasou tal postura.</p> <p>1.3. Justificativa de preços (art. 26, III da Lei nº 8.666, c/c art. 4º-E, §§ 1º e 2º, da Lei 13.979/2020), com base na estimativa obtida com base no “Preços SP” ou outro parâmetro (art. 4º-E, §1º, VI da Lei 13.979/2020, c/c art. 2º, I, do Dec. Est. nº 63.316/2018).</p> <p>1.4. Adequação orçamentária (art. 7º, §2º, III da Lei nº 8.666 c/c art. 4º-E, §1º, VII da Lei 13.979/2020).</p> <p>1.5. Minuta de termo de contrato, elaborado conforme o modelo disponibilizado pela PGE na BEC/SP, para análise e aprovação pela Consultoria Jurídica (artigo</p>		

Nota Técnica SubG n.º 6/2020

Página 25 de 27



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 20:01:19.
Documento Nº: 6407404-7535 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407404-7535>



SESCAP2020406653A



SESCAP2020421073A



Autenticado com senha por SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS - 16/07/2020 às 15:36:12.
Documento Nº: 6639210-736 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6639210-736>



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL

<p>38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993).</p> <p>Caso a Consultoria Jurídica tenha elaborado parecer referencial aplicável à hipótese, deve-se juntar aos autos essa manifestação, juntamente com a declaração da autoridade reconhecendo que as providências indicadas naquela manifestação foram seguidas pelo órgão ou entidade.</p>		
2. DOCUMENTAÇÃO DO FORNECEDOR	S/N	Fls.
<p>2.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado.</p> <p>2.2. Comprovação dos poderes do(s) representante(s) (ata de nomeação, procuração, termo de posse ou outro documento que confira legitimidade para representar);</p> <p>2.3. Cópias atualizadas dos documentos seguintes</p> <p>2.3.1. Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)</p> <p>2.3.2. Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS);</p> <p>2.3.3. Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas (CNDT);</p> <p>2.3.4. Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;</p> <p>2.3.5. Certidão de regularidade de débitos com as Fazendas do Estado e do Município da sede ou domicílio;</p> <p>2.3.6. Consultas prévias aos seguintes cadastros:</p> <p>2.3.6.1. CADIN ESTADUAL;</p> <p>2.3.6.2. E-sanções;</p> <p>2.3.6.3. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;</p> <p>2.3.6.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA.</p> <p>2.4. Declaração de inexistência de fato impeditivo para contratar com a Administração.</p> <p>2.5. Declaração de que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal.</p> <p>A dispensa de apresentação de documentos prevista na art. 4º-F da Lei 13.979/2020 deve sempre preservar a prova de regularidade relativa à Seguridade Social e a declaração do 2.5, que serão sempre exigidos.</p>		

Nota Técnica SubG n.º 6/2020

Página 26 de 27



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 20:01:19.
Documento Nº: 6407404-7535 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407404-7535>



SESCAP2020406653A



SESCAP2020421073A



Autenticado com senha por SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS - 16/07/2020 às 15:36:12.
Documento Nº: 6639210-736 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6639210-736>



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL

3. PROVIDÊNCIAS POSTERIORES À CONTRATAÇÃO DIRETA	S/N	Fls.
3.1. Comunicação da declaração de dispensa à autoridade superior, para ratificação (art. 26, "caput" da Lei Federal nº 8.666);		
3.2. Publicação da decisão ratificadora no Diário Oficial do Estado (art. 26, "caput" da Lei Federal nº 8.666);		
3.3. Disponibilização, em sítio oficial específico na rede mundial de computadores, contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição (art. 4º, § 2º, da Lei 13.979/2020);		
4. JUSTIFICATIVAS (caso algum item deste checklist não seja aplicável ao caso concreto)		
OBSERVAÇÕES		

Identificação do servidor responsável pelo procedimento:

UGE: []

Nome: []

Cargo: []

Assinatura: _____

Nota Técnica SubG n.º 6/2020

Página 27 de 27



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 20:01:19.
 Documento Nº: 6407404-7535 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407404-7535>



SESCAP202040663A



SESCAP2020421073A



Autenticado com senha por SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS - 16/07/2020 às 15:36:12.
 Documento Nº: 6639210-736 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6639210-736>



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL

INTERESSADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO -
SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL

ASSUNTO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA OS CASOS DE
AQUISIÇÃO DE BENS, SERVIÇOS, INCLUSIVE DE
ENGENHARIA, E INSUMOS DESTINADOS AO
ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE
PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL
DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS ("COVID-19"),
INSTITUÍDA PELA LEI FEDERAL N. 13.979/2020.

NOTA TÉCNICA: SUBG n.º 6/2020

Aprovo, por seus próprios e jurídicos fundamentos, a **Nota Técnica SubG-Cons. n.º 6/2020**, que veicula orientações jurídicas gerais para instrução de expedientes referentes à celebração, pelos órgãos e entidades do Estado de São Paulo, de contratações diretas fundadas no artigo 4º da Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispensa a licitação para os casos de aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus ("COVID-19").

Dado o caráter geral do opinativo formulado, divulgue-se a Nota Técnica ora aprovada por meio eletrônico aos órgãos de execução da área da Consultoria Geral.

São Paulo, 25 de março de 2020.

EUGENIA CRISTINA CLETO MAROLLA
SUBPROCURADORA GERAL DO ESTADO



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 20:01:19.
Documento Nº: 6407404-7535 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407404-7535>



SESCAP2020400653A



SESCAP2020421073A



Autenticado com senha por SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS - 16/07/2020 às 15:36:12.
Documento Nº: 6639210-736 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6639210-736>



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SUBPROCURADORIA GERAL DA CONSULTORIA GERAL



Autenticado com senha por MARIA INEZ PERES BIAZOTTO - 08/07/20 às 20:01:19.
Documento Nº: 6407404-7535 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6407404-7535>



SESCAP2020400653A



SESCAP2020421073A



Autenticado com senha por SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS - 16/07/2020 às 15:36:12.
Documento Nº: 6639210-736 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6639210-736>



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Saúde
Coordenadoria Geral de Administração - Grupo de Gerenciamento Administrativo

Informação

Interessado: Coordenadoria Geral de Administração - CGA

Assunto: AQUISIÇÃO DE AVENTAIS DE PROTEÇÃO VISANDO O ATENDIMENTO PARA ENFRENTAMENTO CALAMIDADE PÚBLICA DECORRENTE DO CORONAVÍRUS (COVID-19)

Número de referência: INFORMAÇÃO CGA Nº 1430/2020

Tratam os autos de aquisição de aventais de proteção visando o atendimento para enfrentamento calamidade pública decorrente do coronavírus (covid-19), conforme Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, Portaria do Ministério da Saúde n.º 356 de 11 de março de 2020 e Decreto Estadual nº 64.879 de 20 de março de 2020.

Informamos que nesta data foram juntados os documentos constantes às fls. 240, necessários para a complementação da instrução do processo, considerando que equivocadamente não foram encartados na devida ocasião.

Destaca-se ainda, que os valores apresentados fazem parte da pesquisa de preços e foram coletados especificamente para as aquisições COVID-19, no período de 1º de março a 05 de maio de 2020.

Em atenção à recomendação da Procuradora do Estado Chefe contida no Parecer CJ/SS nº 554/2020, em caso análogo (fls. 241/329), esclarecemos que essa Coordenadoria à época da contratação se utilizou do Parecer Referencial CJ/SS nº 08/2020, de 13/3/2020, posteriormente atualizado pelo Parecer Referencial CJ/SS nº 11/2020, de 24/3/2020, destacando que nenhum ponto relevante ali elencado deixou de ser atendido.

São Paulo, 17 de julho de 2020.

Susana Almeida dos Santos
Diretor Técnico III
Coordenadoria Geral de Administração - Grupo de Gerenciamento Administrativo

Classif. documental	004.01.04.002
---------------------	---------------



Assinado com senha por SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS - 17/07/2020 às 11:10:24 e ADHEMAR DIZIOLI FERNANDES - 17/07/2020 às 12:23:31.
Documento Nº: 6639519-5674 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6639519-5674>



SESINF202069993A



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Saúde
Coordenadoria Geral de Administração - Grupo de Gerenciamento Administrativo

Adhemar Dizioli Fernandes
COORDENADOR
Coordenadoria Geral de Administração - Gabinete do Coordenador





Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Saúde
Gabinete do Secretário

Despacho

Interessado: Coordenadoria Geral de Administração - CGA

Assunto: Aquisição de aventais de proteção visando o atendimento para enfrentamento calamidade pública decorrente do coronavírus (COVID-19)

Número de referência: DESPACHO GS Nº 5037/2020

CONSIDERANDO:

? a necessidade de sanear os atos procedimentais constantes deste processo;

? a evidência de que referidos atos não acarretaram lesão ao interesse público, nem prejuízo a terceiros e não foram objeto de impugnação;

? que a convalidação dos mencionados atos se faz imperiosa à preservação dos princípios da legalidade, da segurança jurídica e da boa fé, na medida em que serão sanados seus vícios, salvaguardando as situações de fato e de direito já por aqueles estabelecidos, ou seja, seus efeitos, e a estabilidade das relações deles advindas;

? o disposto nos termos do r. Parecer CJ/SS 554/2020, em caso análogo sob fls. 241/329;

? que, consideradas essas premissas, a convalidação, no caso, constitui dever da Administração, com vistas a preservar a boa-fé do administrado em relação à presunção de legitimidade dos atos administrativos e do atendimento do interesse público;

Ficam **CONVALIDADOS** todos os atos deste processo, praticados no âmbito da Coordenadoria Geral de Administração, com fulcro nos princípios da legalidade, da segurança jurídica e da boa fé, ficando preservados seus efeitos, haja vista não haverem acarretado lesão ao interesse público ou prejuízo a terceiros, e não foram objeto de impugnação.

Publique-se.

São Paulo, 21 de julho de 2020.

Classif. documental

004.01.04.002



SESDS2020131919A



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Saúde
Gabinete do Secretário
José Henrique Germann Ferreira
Secretário de Saúde
Gabinete do Secretário



Despacho do Senhor Secretário de Estado da Saúde de 21/07/2020

REFERÊNCIA: SES-PRC-2020/17251 ASSUNTO: Aquisição de aventais de proteção visando o atendimento para enfrentamento calamidade pública decorrente do coronavírus (COVID-19) INTERESSADO: Coordenadoria Geral de Administração **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 57/2020**

CONSIDERANDO:

- a necessidade de sanear os atos procedimentais constantes deste processo;
- a evidência de que referidos atos não acarretaram lesão ao interesse público, nem prejuízo a terceiros e não foram objeto de impugnação;
- que a convalidação dos mencionados atos se faz imperiosa à preservação dos princípios da legalidade, da segurança jurídica e da boa fé, na medida em que serão sanados seus vícios, salvaguardando as situações de fato e de direito já por aqueles estabelecidos, ou seja, seus efeitos, e a estabilidade das relações deles advindas;
- o disposto nos termos do r. Parecer CJ/SS 554/2020, em caso análogo sob fls. 241/329;
- que, consideradas essas premissas, a convalidação, no caso, constitui dever da Administração, com vistas a preservar a boa-fé do administrado em relação à presunção de legitimidade dos atos administrativos e do atendimento do interesse público;

Ficam CONVALIDADOS todos os atos deste processo, praticados no âmbito da Coordenadoria Geral de Administração, com fulcro nos princípios da legalidade, da segurança jurídica e da boa fé, ficando preservados seus efeitos, haja vista não haverem acarretado lesão ao interesse público ou prejuízo a terceiros, e não foram objeto de impugnação.

imprensaoficial

1 – Atestamos a transmissão deste arquivo, reiterando a responsabilidade integral do publicante quanto ao seu conteúdo;
2 – Sua publicação fica condicionada ao atendimento das normas de publicação dos cadernos do Diário Oficial.

A seguinte licitação foi recebida com sucesso:
Comprovante de recebimento n. 7895871
Publicante: SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE
Endereco: Avenida Doutor Arnaldo, 351, Pacaembu, CEP: 01246000, São Paulo, SP
Nome do Usuario: SUSANA ALMEIDA
CPF do Usuario: 265.301.308-88
Anunciante: Secretaria Estadual da Saúde - Gabinete do Secretário
Caderno: Executivo I
Secao: Gabinete do Secretário
Modalidade: DISPENSA
Numero: 57/2020
Evento: OUTRAS
Natureza: Materiais e Equipamentos
Grupo: Artigos e Equipamentos de Uso Médico, Odontológico e Hospitalar
Objeto: Aquisição de aventais de proteção visando o atendimento para enfrentamento calamidade pública decorrente do coronavírus (COVID-19)
Processo: SES-PRC 2020/17251
Local de Execucao: São Paulo
1a Data de Publicacao: 24/07/2020
SAntese: Texto transformado em arquivo - HASH D70CDDA3DB73FF3AABF4F7639A4F59CE



SIGA



São Paulo, 14 de maio de 2020.

OFÍCIO CGA N.º 233/2020

Ref.: Processo n.º SES-PRC-2020/17251 – Aquisição de Avental para atendimento de Plano de contingência COVID-19

Prezado Senhor Leivy Estevo
Departamento Comercial

Trata da aquisição de avental descartável para atendimento de plano de contingência COVID-19, na quantidade de dois milhões de unidades.

As aquisições de dariam na dispensa de licitação n.º 57/2020, por intermédio da empresa ORTOMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES EIRELI - EPP, CNPJ n.º 09557129000170, no valor total de R\$ 28.000.000,00 (vinte e oito milhões de reais).

Notório que, a aquisição em questão encontra-se formalizada única e exclusivamente para atender **imediatamente** a necessidade mínima das Unidades Hospitalares de referência para o atendimento de pacientes com suspeita ou confirmada infecção humana decorrente do Novo Coronavírus, sendo que o não cumprimento das obrigações assumidas insurge no irreparável dano à esta Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo – SES/SP, cuja capital possui o maior índice de casos e mortes por COVID19.

Neste contexto, frisa-se que o impacto na falta da entrega em tempo hábil inevitavelmente ocasionará, entre outras hipóteses:

- o afastamento dos profissionais da área da saúde;
- foco de epidemia nas Unidades Hospitalares Públicas, frente às aglomerações de pacientes, principalmente no Estado de São Paulo, que registrar um maior número de infecções e mortes;

Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188, 2º andar | CEP 05403-000 | São Paulo, SP | Fone: (11) 3066-8000
Coordenadoria Geral de Administração – CGA

g:\cga\covid 19\processos (expedientes)\ortomedical\oficio 233 2020 - notificação entrega - ortomedical.docx



SESCAP2020479674A





| Secretaria da Saúde

- colapso na saúde pública, vez que inviabilizado de dar regular atendimento aos pacientes infectados;
- obtenção de insumos e equipamentos por preços exorbitantes, muito além dos disponíveis para a demanda necessária.

Desta forma, fica notificada Vossa Senhoria a entregar os produtos adquiridos imediatamente (em 24 horas), no Centro de Logística de Material de Consumo - CLMC, desta Coordenadoria Geral de Administração - CGA, desta SES/SP, considerando que:

- ✓ A emissão da Nota de Empenho em 24/04/2020, instrumento equivalente ao Termo de Contrato;
- ✓ Em 24/04/2020 foi confirmado o recebimento da Nota de Empenho;
- ✓ O prazo de entrega deveria ser feito semanalmente de 500.000 unidades até completar a totalidade de 2.000.000 unidades.
- ✓ que a entrega seja de acordo com o cronograma do termo de referência, a partir do recebimento da Nota de Empenho.

Permanecendo no aguardo das determinações que forem julgadas cabíveis, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

ADHEMAR DIZIOLI FERNANDES
Coordenador da CGA

Ilustríssimo Senhor
Leivy Estevo
ORTOMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE
MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES EIRELI - EPP
RUA DOMINGOS ANDRÉ ZANINI Nº 277 SALA 511 5º ANDAR

Av. Dr. Eneas de Carvalho Aguiar, 188, 2º andar | CEP 05403-000 | São Paulo, SP | Fone: (11) 3066-8000
Coordenadoria Geral de Administração - CGA

g:\sigadoc\int-19\processos\expedientes\ortomedical\oficio 233 2020 - notificação entrega - ortomedical.docx



Autenticado com senha por ADRIANA FERRAZ SAMPAIO CORRADIN - 11/08/2020 às 11:33:29.
Documento Nº: 7367094-4503 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7367094-4503>



SESCAP2020479674A

Cezar Augusto Foganholo

De: Cezar Augusto Foganholo
Enviado em: sexta-feira, 15 de maio de 2020 13:57
Para: 'ortomedicalsc1@yahoo.com'
Assunto: Ofício CGA 233/2020 | SES-PRC-2020/17251 – Aquisição de Avental para atendimento de Plano de contingência COVID-19 | Ortomedical
Anexos: oficio 233 2020 - atraso - ortomedical.pdf
Prioridade: Alta

Prezados,

Boa tarde.

Segue anexo ofício CGA 233/2020.

Grato.

Atenciosamente,



Cezar Augusto Foganholo

Diretor Técnico III da GGA-SI

Coordenadoria Geral de Administração – CGA
Secretaria de Estado da Saúde – SES

cfoganholo@saude.sp.gov.br | 11 3066-8382
Av. Dr. Eneás de Carvalho Aguiar, 188, 2º Andar
CEP 05403-000 – Cerqueira César – São Paulo/SP





São José, 14 de maio de 2020.

RESPOSTA Ofício CGA Nº 233/2020

ORTOMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.557.129/0001-70, com sede a Rua Domingos Andre Zanini, nº 277, 5º andar, sala 511, CEP 88117-200, neste ato representado por seu sócio administrador **LEIVY ESTEVO**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da identidade nº 4.177.103 SSP/SC e CPF sob nº 039.960.589-42, residente e domiciliado na Rua dos Canários, nº 96, Cidade Universitária Pedra Branca, Palhoça - SC, CEP 88137-165, vem à presença de Vossa Senhora apresentar resposta ao Ofício CGA Nº 233/2020.

Considerando a aquisição de 2.000.000 (dois milhões) de aventais **PELO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO** realizado através de dispensa de licitação nº 57/2020 com a empresa **ORTOMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES**;

Considerando a entrega de aproximadamente 160.000 (cento e sessenta mil), aventais realizadas pela empresa desde a assinatura do mencionado processo de dispensa de licitação nº 57/2020 datado de XX/XX/XXXX com Nota de Empenho em 24 de abril de 2020;

Considerando as dificuldades inerentes a própria pandemia no que consiste a liberação da mão de obra e, especialmente, a aquisição de matéria prima de Tecido Não Tecido - TNT utilizada na grande maioria dos equipamentos de proteção individual - EPI;

TAPIAS

Empresarial Terra Firme I Rua Domingos Andre Zanini, nº 277
Sala 1011 I Carapicóbas, São José-SC I 88117-200

F: 48 3029 3888
www.tapias.adv.br





Considerando o compromisso e transparência alinhadas as melhores práticas de mercado, a ORTOMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES declara expressamente que adquiriu todo o material necessário para atender a entrega dos 2.000.000 (dois milhões) de aventais ao GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO;

Considerando a substancial entrega de aproximadamente 160.000 (cento e sessenta mil) aventais pela empresa ORTOMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES em favor do GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO;

Considerando os termos do ofício CGA Nº 233/2020, a empresa ORTOMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES informa que realizou a entrega de aproximadamente 60.000 (sessenta mil) aventais no dia de hoje 18 de maio de 2020 e que realizará a entrega da mercadoria restante, sendo aproximadamente 100.000 (cem mil) aventais para o dia 19 de maio de 2020; 100.000 (cem mil) aventais para o dia 20 de maio de 2020; 100.000 (cem mil) aventais para o dia 21 de maio de 2020; 100.000 (cem mil) aventais para o dia 22 de maio de 2020;

O saldo dos aventais será entregue ao GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO pela empresa ORTOMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES na semana do dia 25 de maio de 2020 a 30 de maio de 2020, cumprindo assim a totalidade dos aventais.

A empresa ORTOMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES informa que compadece e acompanha os problemas suportados relacionado ao COVID19, declarando de modo expresse e para todos os fins que prioriza a entrega dos produtos ao GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO;

B

TAPIAS

Empresarial Terra Firme | Rua Domingos André Zarini, nº 277
Sala 1011 | Campinas, São José-SC | 88117-200

F: 48 3029 3888
www.tapias.adv.br



TAPIAS
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Sendo assim, pragmaticamente, permanecemos a disposição.

São José, 18 de maio de 2020.

Tabelionato
São José/SC

Leivy Estevo

**ORTOMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS MEDICOS
HOSPITALARES**
CNPJ sob nº 09.557.129/0001-70

TABELIONATO de NOTAS e PROTESTO SÃO JOSÉ
FERNANDA WISSEL - TABELIA
Rua Domingos André Zanetti, 277 - Al. 11 - Campanias - São José - Santa Catarina
CEP: 86.117-200 - Fone: (41) 3304-9162 - www.tabelionatosj.com.br

RECONHECIMENTO...
RECONHEÇO a assinatura por AUTÊNTICA de: LEIVY
ESTEVO neste ato representando ORTOMEDICAL
COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS MEDICOS
HOSPITALARES EIRELI.
São José(SC), 18 de maio de 2020. Em Test. *fm* Va
verdade *fm*
Franciele Antigo Lemos Rachadel - Escrevente

Art. 819, CNU-SC. O reconhecimento de firma não confere legalidade ao documento. Emol: R\$
3,50 + Selo. R\$ 2,80 - Total: R\$ 6,30 Rec. N.º 1071204 Selo Digital de Fiscalização
do tipo NORMAL - FGZ##650-6UZZ

Júlia M. Guimarães
Escrevente

Horário de atendimento: 09h às 18h

Emite os dados do ato em: selo tjsc jus.br

TABELIONATO de NOTAS e PROTESTO - SÃO JOSÉ
Fernanda WisSEL
Tabela

TAPIAS

Empresarial Terra Firme I Rua Domingos André Zanetti, nº 277
Sala 1011 - Campanias, São José-SC 13811-7-200

F: 48 3029 3888
www.tapias.adv.br



Autenticado com senha por ADRIANA FERRAZ SAMPAIO CORRADIN - 11/08/2020 às 11:33:29.
Documento Nº: 7367094-4503 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/signaex/public/app/autenticar?n=7367094-4503>



SESCAP2020479674A

Cezar Augusto Foganholo

De: ortomedicalsc1@yahoo.com
Enviado em: segunda-feira, 18 de maio de 2020 17:53
Para: Cezar Augusto Foganholo
Cc: Adriana Paschoalin; leandro@cmoortopedia.com.br
Assunto: ENC: Ofício CGA 233/2020 | SES-PRC-2020/17251 - Aquisição de Avenal para atendimento de Plano de contingência COVID-19 | Ortomedical
Anexos: oficio 233 2020 - atraso - ortomedical.pdf; Resposta Oficio CGA Nº 2332020.pdf
Prioridade: Alta

Prezado Sr. Cezar Augusto, boa tarde!

Em resposta ao ofício recebido, encaminho anexo nossas considerações e antecipo meus pedidos de desculpas com relação ao atraso inicial.

Desde já, agradeço pela compreensão e fico à disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

André Lautert Vieira

Ortomedical - Comércio Atacadista de Materiais Médicos Hospitalares
(48) 3380-9170 / 98418-7617
ortomedicalsc1@yahoo.com

De: Cezar Augusto Foganholo <cfoganholo@saude.sp.gov.br>

Enviada em: sexta-feira, 15 de maio de 2020 13:57

Para: ortomedicalsc1@yahoo.com

Assunto: Ofício CGA 233/2020 | SES-PRC-2020/17251 – Aquisição de Avenal para atendimento de Plano de contingência COVID-19 | Ortomedical

Prioridade: Alta

Prezados,

Boa tarde.

Segue anexo ofício CGA 233/2020.

Grato.

Atenciosamente,



Cezar Augusto Foganholo

Diretor Técnico III da GGA-SI

Coodenadoria Geral de Administração – CGA
Secretaria de Estado da Saúde – SES

cfoganholo@saude.sp.gov.br | 11 3066-8382
Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188, 2º Andar
CEP 05403-000 – Cerqueira César – São Paulo/SP





São Paulo, 10 de junho de 2020.

OFÍCIO CGA N.º 300/2020

Ref.: Processo n.º SES-PRC-2020/17251 – Aquisição de Avental para atendimento de Plano de contingência COVID-19

Prezado Senhor Leivy Estevo
Departamento Comercial

Trata da aquisição de avental descartável para atendimento de plano de contingência COVID-19, na quantidade de dois milhões de unidades.

A aquisição deu-se por meio da dispensa de licitação n.º 57/2020, com a empresa ORTOMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES EIRELI - EPP, CNPJ n.º 09557129000170, no valor total de R\$ 28.000.000,00 (vinte e oito milhões de reais).

O procedimento de compra em questão encontra-se formalizada única e exclusivamente para atender **imediatamente** a necessidade mínima das Unidades Hospitalares de referência para o atendimento de pacientes com suspeita ou confirmada infecção humana decorrente do Novo Coronavírus, sendo que o não cumprimento das obrigações assumidas insurge no irreparável dano à esta Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo – SES/SP, cuja capital possui o maior índice de casos e mortes por COVID19.

O impacto na falta da entrega em tempo hábil inevitavelmente ocasionará, entre outras hipóteses:

- o afastamento dos profissionais da área da saúde;
- foco de epidemia nas Unidades Hospitalares Públicas, frente às aglomerações de pacientes, principalmente no Estado de São Paulo, que registrar um maior número de infecções e mortes;
- colapso na saúde pública, vez que inviabilizado de dar regular atendimento aos pacientes infectados;
- obtenção de insumos e equipamentos por preços exorbitantes, muito além dos disponíveis para a demanda necessária.

Desta forma, **fica notificada Vossa Senhoria a iniciar a entregar os produtos adquiridos imediatamente (em até 24 horas) do recebimento deste documento, e, no mesmo prazo a expressa apresentação do cronograma de entrega**, no Centro de Logística de Material de

Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188, 2º andar | CEP 05403-000 | São Paulo, SP | Fone: (11) 3066-8000
Coordenadoria Geral de Administração - CGA

Atenciosamente,            



Autenticado com senha por ADRIANA FERRAZ SAMPAIO CORRADIN - 11/08/2020 às 11:33:29.
Documento Nº: 7367094-4503 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7367094-4503>



SESCAP2020479674A



Secretaria da Saúde

Consumo – CLMC (Rua dos Italianos, nº 406, Bom Retiro), desta Coordenadoria Geral de Administração - CGA, desta SES/SP, considerando que:

- ✓ A emissão da Nota de Empenho em 24/04/2020, instrumento equivalente ao Termo de Contrato;
- ✓ Em 24/04/2020 foi confirmado o recebimento da Nota de Empenho;
- ✓ O prazo de entrega deveria ser feito semanalmente de 500.000 unidades até completar a totalidade de 2.000.000 unidades.

Por fim, o último dia de entrega dos produtos adquiridos será 30/06/2020, após essa data o Centro de Logística de Material de Consumo – CLMC não receberá mais nenhum produto por parte de sua empresa.

Permanecendo no aguardo das determinações que forem julgadas cabíveis, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

ADHEMAR DIZIOLI FERNANDES
Coordenador da CGA

Ilustríssimo Senhor
Leivy Estevo
ORTOMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE
MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES EIRELI - EPP
RUA DOMINGOS ANDRÉ ZANINI Nº 277 SALA 511 5º ANDAR

Av. Dr. Eneas de Carvalho Aguiar, 188, 2º andar | CEP 05403-000 | São Paulo, SP | Fone: (11) 3066-8000
Coordenadoria Geral de Administração - CGA

Assinatura eletrônica: [Assinatura]



Autenticado com senha por ADRIANA FERRAZ SAMPAIO CORRADIN - 11/08/2020 às 11:33:29.
Documento Nº: 7367094-4503 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7367094-4503>



SESCAP2020479674A

Cezar Augusto Foganholo

De: Cezar Augusto Foganholo
Enviado em: segunda-feira, 22 de junho de 2020 11:15
Para: 'leandro@cmootopedia.com.br'
Cc: Adriana Paschoalin; Cristiano Nascimento Oliveira
Assunto: Ofício 300 2020 - ortomedical
Anexos: ofício 300 2020 - ortomedical.pdf

Prioridade: Alta

Prezado Leandro,

Boa tarde.

Segue ofício CGA n.º 300/2020 para conhecimento e providências.

Favor acusar o recebimento e abertura do anexo.

Grato.

Atenciosamente,

Cezar Augusto Foganholo
Executivo Público
3066-8416



ENC: Ofício 300 2020 - ortomedical - Valeria Gomes da Silva

Página 1 de 2

ENC: Ofício 300 2020 - ortomedical

ortomedicalsc1@yahoo.com

qua 24/06/2020 12:08

Para Valeria Gomes da Silva <vgomes@saude.sp.gov.br>.

2 anexos (616 KB)

oficio 300 2020 - ortomedical.pdf; Anexo sem titulo 00658.htm;

Prezados, bom dia!

Informo que recebemos o ofício e conforme informamos, estaremos concluindo todas as entregas até o dia 30/06/2020.

Ainda, gostaria de esclarecer que todos os aventais deste empenho já estão prontos a algumas semanas e só não foram todos entregues conforme solicitado pelo próprio departamento de agendamento desta Secretaria.

De qualquer forma, deixo registrado que já estamos com a última entrega agendada para a próxima terça-feira (dia 30/06/2020), conforme nos foi solicitado.

Fico à disposição.

Atenciosamente,

André Lautert Vieira

Ortomedical - Comércio Atacadista de Materiais Médicos Hospitalares
(48) 3380-9170 / 98418-7617
ortomedicalsc1@yahoo.com

Início da mensagem encaminhada:

De: Cezar Augusto Foganholo <cfoganholo@saude.sp.gov.br>

Data: 22 de junho de 2020 11:15:16 BRT

Para: "leandro@cmootopedia.com.br" <leandro@cmootopedia.com.br>

Cc: Adriana Paschoalin <apaschoalin@saude.sp.gov.br>, Cristiano Nascimento Oliveira <cnoliveira@saude.sp.gov.br>

Assunto: Ofício 300 2020 - ortomedical

Prezado Leandro,

Boa tarde.

Segue ofício CGA n.º 300/2020 para conhecimento e providências.

<https://webmail.saude.sp.gov.br/owa/>

24/06/2020



Favor acusar o recebimento e abertura do anexo.

Grato.

Atenciosamente,

Cezar Augusto Foganholo
Executivo Público
3066-8416



26/06/2020

ENC: Fotos aventais ENTREGA ORTOL - Valeria Gomes da Silva

ENC: Fotos aventais ENTREGA ORTOL

Silvia Naghirmiac Carvalho

Enviado em: terça-feira, 23 de junho de 2020 14:09

Para: Valeria Gomes da Silva <valeria.gomes@emilioribas.sp.gov.br>

Assunto: Fotos aventais

Boa tarde,

Segue em anexo a foto dos aventais.

Atenciosamente,

Silvia Naghirmiac Carvalho
Enfermeira - CSS - 565
Secretaria de Estado da Saúde
Av. Dr. Arnaldo, 351 - 4º andar - São Paulo - SP
CEP: 01201-900
Fones: (11) 3066-8614
E-mail: silvia.naghirmiac@saude.sp.gov.br

Para: Valeria Gomes da Silva <valeria.gomes@emilioribas.sp.gov.br>

Enviado em: terça-feira, 23 de junho de 2020 14:09

Para: Valeria Gomes da Silva <valeria.gomes@emilioribas.sp.gov.br>

Assunto: Fotos aventais

Boa tarde,

Segue em anexo a foto dos aventais.

Para: Valeria Gomes da Silva <valeria.gomes@emilioribas.sp.gov.br>

Assunto: Fotos aventais

Márcia Fernandes
Enfermagem - CSS
Secretaria de Estado da Saúde
Av. Dr. Arnaldo, 351 - 4º andar - São Paulo - SP
CEP: 01201-900
Fones: (11) 3066-8614
E-mail: marcia.fernandes@saude.sp.gov.br

Para: Katia Betânia T. N. Catelan <katia.catelan@emilioribas.sp.gov.br>

Enviado em: terça-feira, 23 de junho de 2020 13:33

Para: Katia Betânia T. N. Catelan <katia.catelan@emilioribas.sp.gov.br>

Assunto: Fotos aventais

Boa tarde

Dra. Márcia segue a foto dos aventais entregue na nossa unidade, este veio com gramatura inferior aos entregues anteriormente, veio um total de 33.460 unidades, foi encaminhado para uso, porém as equipes tanto de médicos, laboratório como de enfermagem se recusam a utilizar os aventais, enviaram uma unidade para a avaliação do nosso CCIH a qual reprovou o avental. Pedimos por gentileza orientação de como proceder neste caso. Ficamos no aguardo de breve resposta.

Grata,

Katia Betânia T. N. Catelan
Diretor Técnico II - Gerenciamento Hospitalar
Instituto de Infectologia Emílio Ribas
Av. Dr. Arnaldo, 351 - 4º andar - São Paulo - SP
CEP: 01201-900
Fones: (11) 3396-1210
E-mail: katia.catelan@emilioribas.sp.gov.br

De: Bianca Ribeiro De Moraes <bianca.moraes@emilioribas.sp.gov.br>

Enviado: terça-feira, 23 de junho de 2020 13:25

Para: Katia Betânia T. N. Catelan <katia.catelan@emilioribas.sp.gov.br>

Cc: Monique Alves Menoni <monique.menoni@emilioribas.sp.gov.br>; Cesar Augustinho Da Silva <cesar.silva@emilioribas.sp.gov.br>

Assunto: Fotos aventais

Boa tarde.

Segue foto da nota dos 33.460 Aventais recebido da CGA com gramatura aparentemente abaixo de 40 pois rasgam sem nenhum esforço.

<https://webmail.saude.sp.gov.br/owa/#viewmodel=ReadMessageItem&ItemID=AAMkADA5OGZiZmZhLTZjNDAtNDcxNy04ZDE5LWE2MDBhMzg...> 1/9



26/06/2020

ENC: Fotos aventais ENTREGA ORTOL - Valeria Gomes da Silva

<https://webmail.saude.sp.gov.br/owa/#viewmodel=ReadMessageItem&ItemID=AAMkADA5OGZiZmZhLTZjNDAtNDcxNy04ZDE5LWE2MdBhMzg...> 2/9



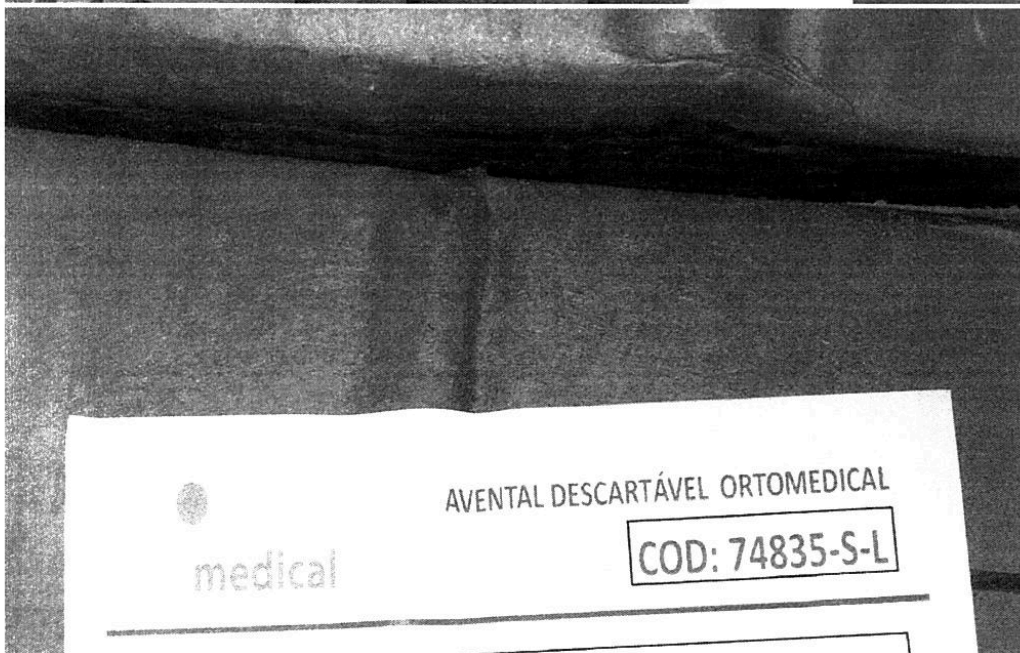
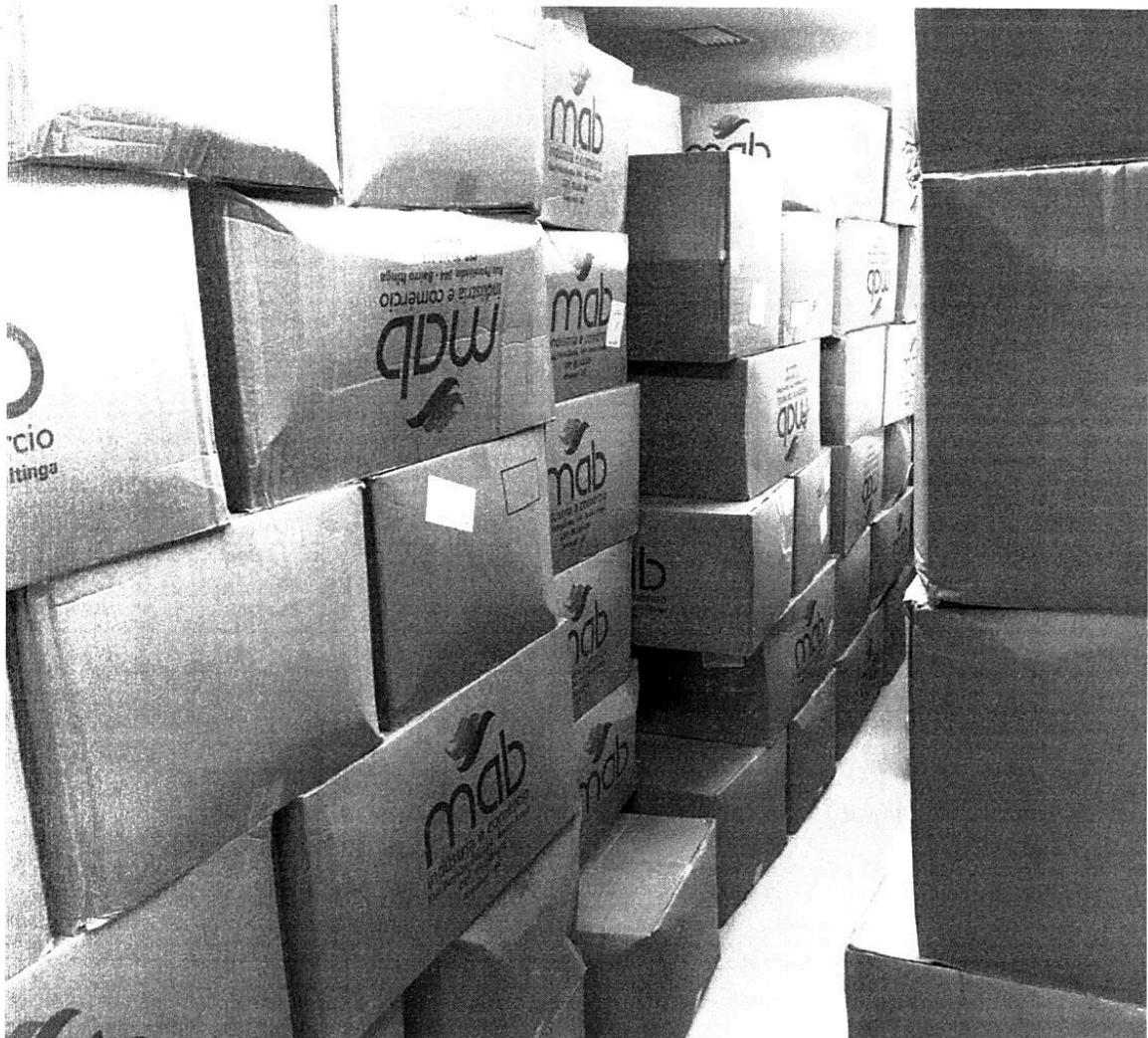
Autenticado com senha por ADRIANA FERRAZ SAMPAIO CORRADIN - 11/08/2020 às 11:35:10.
Documento Nº: 7367334-4503 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7367334-4503>



SESCAP2020479684A

26/06/2020

ENC: Fotos avenciais ENTREGA ORTOL - Valeria Gomes da Silva



<https://webmail.caude.en.gov.br/owa/#viewmodel=ReadMessageItem&ItemID=4AMkAD450GZi7m7hlT7iND4iNDcyNu047DF5lWF2MDRhMzn>

3/9



SESCAP2020479684A



26/06/2020

ENC: Fotos aventais ENTREGA ORTOL - Valeria Gomes da Silva

Nº DO LOTE: 1623

DATA DE FABRICAÇÃO: 05/2020

VALIDADE: 05/2022

DISTRIBUÍDO POR: ORTOMEDICAL COMERCIO ATACADO DE

MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES LTDA.

CNPJ: 09.557.129/0001-70

RUA DOMINGOS ANDRE ZANIN, Nº 277, SALA 311, SÃO JOSÉ, SC.

CEP: 88.517-700

RESP. TÉCNICO: LEIVY ESTEVO - CRE SC - 410396

TELEFONE: 48 3380-9170

CONTEÚDO:

100 UNIDADES - AVENTAL TAMANHO ÚNICO

PRODUTO MÉDICO-HOSPITALAR. PRODUTO NÃO ESTÉRIL. DESCARTAR APÓS O
USO. PRODUTO DESTINADO AO COMBATE DO COVID-19.



26/06/2020

ENC: Fotos aventais ENTREGA ORTOL - Valeria Gomes da Silva



<https://webmail.saude.sp.gov.br/owa/#viewmodel=ReadMessageItem&ItemID=AAMKADA5OGZiZmZlLTZjNDAtNDcxNy04ZDE5LWE2MDBhMzg...> 5/9



Autenticado com senha por ADRIANA FERRAZ SAMPAIO CORRADIN - 11/08/2020 às 11:35:10.
Documento Nº: 7367334-4503 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7367334-4503>



SESCAP2020479684A

26/06/2020

ENC: Fotos aventais ENTREGA ORTOL - Valeria Gomes da Silva



<https://webmail.saude.sp.gov.br/owa/#viewmodel=ReadMessageItem&ItemID=AAMkADA5OGZiZmZhLTZjNDAtINDcxNy04ZDE5LWE2MDBhMzg...> 6/9



SESCAP2020479684A



Autenticado com senha por ADRIANA FERRAZ SAMPAIO CORRADIN - 11/08/2020 às 11:35:10.
Documento Nº: 7367334-4503 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7367334-4503>

26/06/2020

ENC: Fotos aventais ENTREGA ORTOL - Valeria Gomes da Silva



<https://webmail.caude.sp.gov.br/owa/#viewmodel=ReadMessageItem&ItemID=AAMkADA5OGZiZmZlLTZiNDAtNDcxNy04ZDE5LWE2MDBhMzg...> 7/9



Autenticado com senha por ADRIANA FERRAZ SAMPAIO CORRADIN - 11/08/2020 às 11:35:10.
Documento Nº: 7367334-4503 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7367334-4503>



SESCAP2020479684A

26/06/2020

ENC: Fotos aventais ENTREGA ORTOL - Valeria Gomes da Silva



<https://webmail.saude.sp.gov.br/owa/#viewmodel=ReadMessageItem&ItemID=AAMkADA5OGZIZmZhLTZjNDAiNDcxNy04ZDE5LWE2MDBhMzg...> 8/9



Autenticado com senha por ADRIANA FERRAZ SAMPAIO CORRADIN - 11/08/2020 às 11:35:10.
Documento Nº: 7367334-4503 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7367334-4503>



SESCAP2020479684A



Secretaria da Saúde

São Paulo, 26 de junho de 2020.

OFÍCIO CGA N.º 343/2020

Ref.: Processo n.º SES-PRC-2020/17251 – Aquisição de Avental para atendimento de Plano de contingência COVID-19

Prezado Senhor,

Trata da aquisição de avental descartável para atendimento de plano de contingência COVID-19, na quantidade de 2.000.000 (dois milhões) de unidades.

A aquisição deu-se por meio da dispensa de licitação n.º 57/2020, com a empresa Ortomedical Comércio Atacadista de Materiais Médicos Hospitalares EIRELI - EPP, CNPJ n.º 09.557.129/0001-70, no valor total de R\$ 28.000.000,00 (vinte e oito milhões), conforme 2020NE00591, recebida pela empresa em 24/04/2020.

Reitero que o procedimento de compra em questão encontra-se formalizada única e exclusivamente para atender **imediatamente** a necessidade mínima das Unidades Hospitalares de referência para o atendimento de pacientes com suspeita ou confirmada infecção humana decorrente do Novo Coronavírus, sendo que o não cumprimento das obrigações assumidas insurge no irreparável dano à esta Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo – SES/SP, cuja capital possui o maior índice de casos e mortes por COVID19.

O impacto na falta da entrega em tempo hábil, ou ainda, o decurso do tempo por substituição de produto incompatível com o contratado, inevitavelmente ocasionará, entre outras hipóteses:

- o afastamento dos profissionais da área da saúde;
- foco de epidemia nas Unidades Hospitalares Públicas, frente às aglomerações de pacientes, principalmente no Estado de São Paulo, que registrar um maior número de infecções e mortes;
- colapso na saúde pública, vez que inviabilizado de dar regular atendimento aos pacientes infectados;
- obtenção de insumos e equipamentos por preços exorbitantes, muito além dos disponíveis para a demanda necessária.

As condições de entrega constantes no Termo de Referência e consequentemente na proposta da Ortomedical Comércio Atacadista de Materiais Médicos Hospitalares EIRELI - EPP é de entregas semanais de 500.000 (quinhentas mil) unidades. Quanto ao produto acordado entre as partes seguem as características acordadas entre as partes e constantes também nos documentos acima citados.

Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188, 3º andar | CEP 05403-000 | São Paulo, SP | Fone: (11) 3066-8000
Coordenadoria Geral de Administração - CGA

g:\rga\covid-19\ofícios\ofício 343-2020 - notificação rescisão - diminuição x devolução - aventais - ortomedical.docx



SESCAP2020479684A



| Secretaria da Saúde

Assim, as entregas deveriam ter sido concluídas, o que a Administração contemporizou devido aos problemas logísticos que por ventura ocorreram e determinou no Ofício CGA nº 300/2020, a data final para entrega dos produtos em 30/06/2020.

Informo ainda, que no momento do recebimento dos materiais a conferência dá-se por amostragem devido ao grande volume de entradas e saídas diárias do almoxarifado central. Ocorre que recebemos "feedback" negativo de Unidades Hospitalares quanto a qualidade dos aventais da Ortomedical, o que se constata nas imagens no Anexo I do presente, que levou-nos a reavaliar a aquisição objeto da 2020NE00591.

Diante dos fatos, decido:

1) Cancelar a entrega previamente agendada para 30/06/2020, informado pela Ortomedical no e-mail de 24/06/2020 (Anexo II);

2) Providências imediatas para a urgente retirada dos materiais, totalizando 372.970 (trezentos e setenta e dois mil novecentos e setenta) aventais, o que corresponde ao valor total das Notas Fiscais 4.084, 4.116, 4.117, 4.135, 4.136 e 4.147, não pagas e que totalizam R\$ 5.221.580,00 (cinco milhões duzentos e vinte e um mil quinhentos e oitenta reais);

3) A supressão do valor contratado na 2020NE00591, a importância de R\$ 11.425.260,00 (onze milhões quatrocentos e vinte e cinco mil duzentos e sessenta reais), o que corresponde ao saldo de 443.120 aventais não entregues somados aos 372.970 aventais a serem retirados pela empresa, totalizando 816.090 aventais

Nesse sentido, para a supressão na quantidade de itens adquiridos, por contra do Princípio da Especialidade, no qual norma especial prevalece sobre a geral, poderão nos contratos decorrentes dos procedimentos previstos na Lei nº 13.979/2020, ficando os contratados obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais supressões ao objeto contratado em **até cinquenta por cento** do valor inicial atualizado do contrato. (art. 4º-I).

Art. 4º-I Para os contratos decorrentes dos procedimentos previstos nesta Lei, a administração pública poderá prever que os contratados fiquem obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões ao objeto contratado, em até cinquenta por cento do valor inicial atualizado do contrato. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Referida supressão aqui pretendida é de sobre todo o restante ainda não entregue, bem como a devolução do material descrito do item 02 do presente, evitando com este ato custos desnecessários ao Erário (princípio da economicidade).

Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188, 3º andar | CEP 05403-000 | São Paulo, SP | Fone: (11) 3066-8000
Coordenadoria Geral de Administração - CGA

g:\gag\convf-19\ofícios\oficio 343-2020 - notificação rescisão - diminuição x devolução - aventais - ortomedical.docx





| Secretaria da Saúde

Desta forma, considerando o atual cenário de enfrentamento da crise, a celeridade necessária para a entrega dos produtos adquiridos, bem como, o cumprimento ao Princípio da Economicidade, esta Administração resolveu pela supressão contratual.

A Administração Pública possui o direito de exigir que a Empresa se submeta às alterações impostas nos limites acima descritos sendo que cabe ao contratado a obrigação de aceitar.

Caso a empresa/contratada não se submeta às alterações, será considerado como descumpridora do contrato, dando ensejo a rescisão contratual e todas as demais sanções legais, com culpa da empresa pela rescisão.

Desta forma, fica notificada Vossa Senhoria sobre a supressão contratual, com base no art. art. 4º-I, Lei nº 13.979/2020, de 40,8045%, o que representa R\$ 11.425.260,00 (onze milhões quatrocentos e vinte e cinco mil duzentos e sessenta reais).

Permanecendo no aguardo das determinações que forem julgadas cabíveis, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

ADHEMAR DIZIOLI FERNANDES
Coordenador da CGA

Ilustríssimo Senhor

LEIVY ESTETO

Proprietário da empresa

Ortomédical Comércio Atacadista de Materiais Médicos Hospitalares EIRELI - EPP

Rua Domingos André Zanini, 277, sala 511, Centro Empresarial Terra Firme, Campinas, São José, SC

Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188, 3º andar | CEP 05403-000 | São Paulo, SP | Fone: (11) 3066-8000
Coordenadoria Geral de Administração - CGA

g:\cga\covid-19\ofícios\ofício 343-2020 - notificação rescisão - diminuição x devolução - aventais - ortomdical.docx

(Handwritten signature)



Autenticado com senha por ADRIANA FERRAZ SAMPAIO CORRADIN - 11/08/2020 às 11:35:10.
Documento Nº: 7367334-4503 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7367334-4503>



SESCAP2020479684A



ANEXO I

Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188, 3º andar | CEP 05403-000 | São Paulo, SP | Fone: (11) 3066-8000
Coordenadoria Geral de Administração - CGA
g:\cga\covid-19\ofícios\ofício 343-2020 - notificação rescisão - diminuição x devolução- aventais - ortomdical.docx



Autenticado com senha por ADRIANA FERRAZ SAMPAIO CORRADIN - 11/08/2020 às 11:35:10.
Documento Nº: 7367334-4503 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7367334-4503>



SESCAP2020479684A



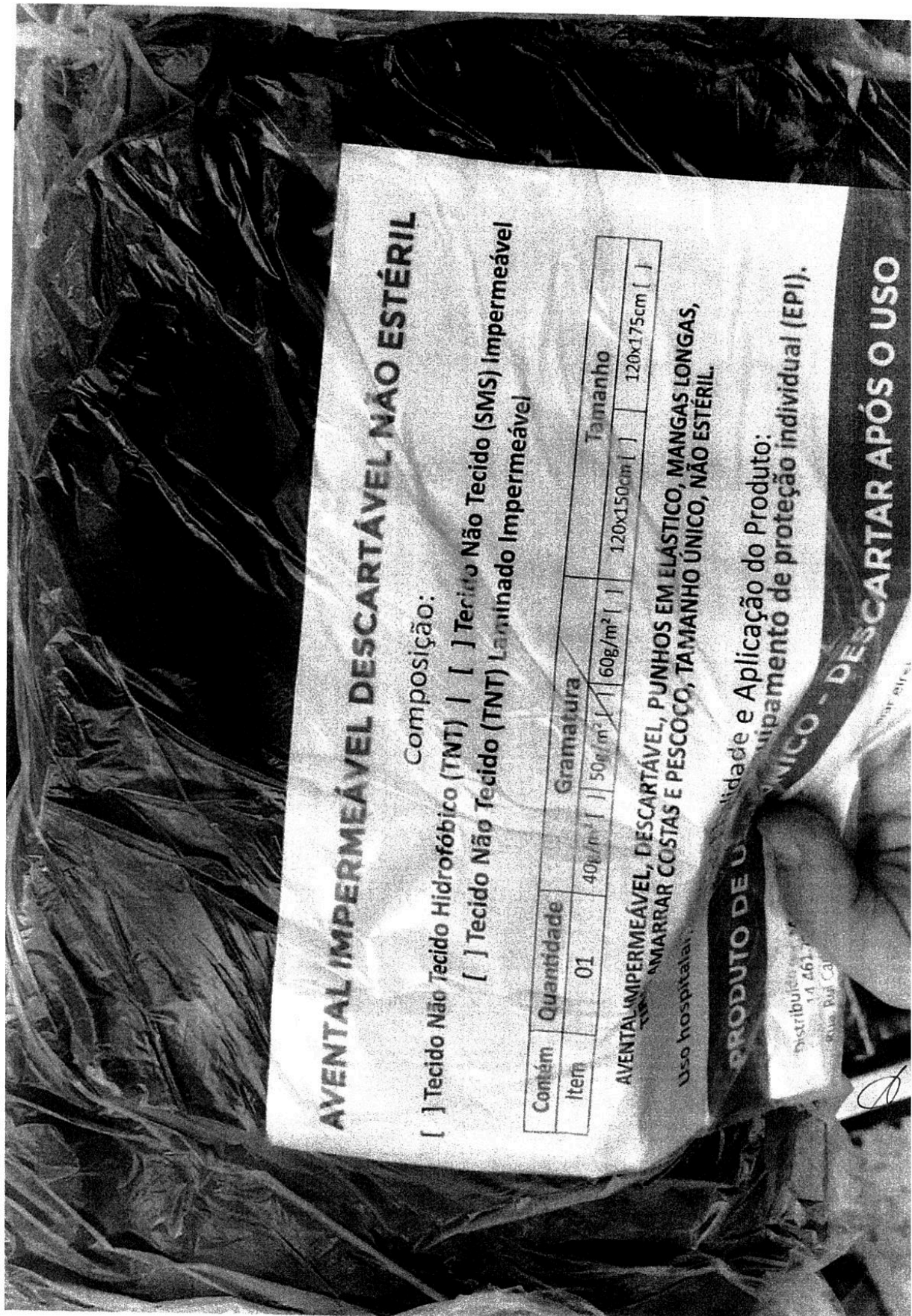


SESCAP2020479684A









AVENTAL IMPERMEÁVEL DESCARTÁVEL NÃO ESTÉRIL

Composição:

- [] Tecido Não Tecido Hidrofóbico (TNT) | [] Tecido Não Tecido (SMS) Impermeável
[] Tecido Não Tecido (TNT) Laminado Impermeável

Contém Item	Quantidade	Gramatura	Tamanho
01	40g/m ² 50g/m ² 60g/m ²	120x150cm	120x175cm

AVENTAL IMPERMEÁVEL, DESCARTÁVEL, PUNHOS EM ELÁSTICO, MANGAS LONGAS, MARRAR COSTAS E PESCOÇO, TAMANHO ÚNICO, NÃO ESTÉRIL.

Uso hospitalar.

PRODUTO DE USO ÚNICO - DESCARTAR APÓS O USO

Distribuição
14 461
Rua Rui Ca







ANEXO II

Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188, 3º andar | CEP 05403-000 | São Paulo, SP | Fone: (11) 3066-8000
Coordenadoria Geral de Administração - CGA
g:\cpa\covid_19\ofícios\ofício 343- 2020 - notificação rescisão - diminuição x devolução- aventais - ortomdical.docx



Autenticado com senha por ADRIANA FERRAZ SAMPAIO CORRADIN - 11/08/2020 às 11:35:10.
Documento Nº: 7367334-4503 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7367334-4503>



SESCAP2020479684A

ENC: Ofício 300 2020 - ortomedical - Valeria Gomes da Silva

Página 1 de 2

ENC: Ofício 300 2020 - ortomedical

ortomedicalsc1@yahoo.com

qua 24/06/2020 12:08

Para Valeria Gomes da Silva <vgomes@saude.sp.gov.br>:

2 anexos (615 KB)

ofício 300 2020 - ortomedical.pdf: Anexo sem título 00658.htm

Prezados, bom dia!

Informo que recebemos o ofício e conforme informamos, estaremos concluindo todas as entregas até o dia 30/06/2020.

Ainda, gostaria de esclarecer que todos os aventaís deste empenho já estão prontos a algumas semanas e só não foram todos entregues conforme solicitado pelo próprio departamento de agendamento desta Secretaria.

De qualquer forma, deixo registrado que já estamos com a última entrega agendada para a próxima terça-feira (dia 30/06/2020), conforme nos foi solicitado.

Fico à disposição.

Atenciosamente,

André Lautert Vieira

Ortomédical - Comércio Atacadista de Materiais Médicos Hospitalares

(48) 3380-9170 / 98418-7617

ortomedicalsc1@yahoo.com

Início da mensagem encaminhada:

De: Cezar Augusto Foganholo <cfoganholo@saude.sp.gov.br>

Data: 22 de junho de 2020 11:15:16 BRT

Para: "leandro@cmootopedia.com.br" <leandro@cmootopedia.com.br>

Cc: Adriana Paschoalin <apaschoalin@saude.sp.gov.br>, Cristiano Nascimento Oliveira <cnoliveira@saude.sp.gov.br>

Assunto: Ofício 300 2020 - ortomedical

Prezado Leandro,

Boa tarde.

Segue ofício CGA n.º 300/2020 para conhecimento e providências.

<https://webmail.saude.sp.gov.br/owa/>

24/06/2020



ENC: Ofício 300 2020 - ortomedical - Valeria Gomes da Silva

Página 2 de 2

Favor acusar o recebimento e abertura do anexo.

Grato.

Atenciosamente,

Cezar Augusto Foganholo
Executivo Público
3066-8416

<https://webmail.saude.sp.gov.br/owa/>

24/06/2020



Autenticado com senha por ADRIANA FERRAZ SAMPAIO CORRADIN - 11/08/2020 às 11:35:10.
Documento Nº: 7367334-4503 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7367334-4503>



SESCAP2020479684A



São José, 27 de junho de 2020.

RESPOSTA Ofício CGA Nº 343/2020

ORTOMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES, inscrita no CNPJ sob o nº 09.557.129/0001-70, com sede a Rua Domingos Andre Zanini, nº 277, 5º andar, sala 511, CEP 88117-200, neste ato representado por seu sócio administrador LEIVY ESTEVO, brasileiro, solteiro, empresário, portador da identidade nº 4.177.103 SSP/SC e CPF sob nº 039.960.589-42, residente e domiciliado na Rua dos Canários, nº 96, Cidade Universitária Pedra Branca, Palhoça - SC, CEP 88137-165.

Considerando o envio do OFÍCIO CGA Nº 343/2020 - referente ao processo nº SES-PRC-2020/17251 - Aquisição de Avental para atendimento de Plano de contingência COVID-19;

Considerando a NOTA DE EMPENHO - SIAFISICO - 2020NE00591 em favor da empresa ORTOMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES com a descrição dos produtos a serem adquiridos pelo ESTADO DE SÃO PAULO;

Sequência	001	Item	00347812-2	Unid. Forn.	00001
Quantidade	002000000,000	Valor Unitário	14,00	Preço Total	28.000.000,00
Descrição					
AVENTAL DESCARTAVEL, EM NAU TECIDO (100% POLIPROPILENO), GRAMATURA 30 A 40GR/M², NAU ESTERIL, PARA USO HOSPITALAR, COLORIDO, ACABAMENTO EM ABERTURA NAS COSTAS E TIRAS COSTURADAS PARA AMARRAR PESCOÇO E COSTAS, MANGA LONGA, COM LASTEX NO PUNHO, DECOTE COM VIES, MEDINDO APROXIMADAMENTE 1,30 DE LARGURA X 1,50CM DE COMPRIMENTO, EMBALADO EM MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO. USO: NICO E DESCARTAVEL, O PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE					

Considerando que a empresa ORTOMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES até a presente data realizou a entrega de 1.643.230 (um milhão seiscentos e quarenta três duzentos e trinta) aventais que restaram devidamente aprovados pelo ESTADO DE SÃO PAULO atendendo o plano de contingência COVID-19;



Empresarial Terra Firme I Rua Domingos André Zanini, nº 277
Sala 1011 I Campinas, São José-SC I 88117-200

F.: 48 3029 3888
www.tapias.adv.br





Considerando que o ESTADO DE SÃO PAULO na data de 14 de maio de 2020 enviou OFÍCIO CGA Nº 233/2020 requerendo a imediata entrega dos aventais em razão da possibilidade de dano irreparável a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo – SEP/SP, cuja capital possui o maior índice de casos e morte por COVID19;

Considerando que conforme resposta ao OFÍCIO CGA Nº 233/2020, a empresa ORTOMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES informou que adquiriu os 2.000.000 (dois milhões) de aventais ratificando que até a presente data ocorreu a entrega de 1.643.230 (um milhão seiscentos e quarenta três duzentos e trinta);

Considerando que na última semana a empresa ORTOMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES, objetivou a entrega do saldo de 356.770 (trezentos e cinquenta e seis setecentos e setenta) aventais - ANEXO I;

Considerando que todos os aventais entregues foram devidamente analisados pelo setor responsável representado pela pessoa do Centro de Logística de Material de Consumo – Coordenadora Geral de Administração, inclusive, sendo que as fotografias 2º à 4º anexadas ao OFÍCIO CGA Nº 343/2020 haverem sido realizadas com auxílio da pessoa de Eduardo Braga responsável pela entrega dos materiais da empresa ORTOMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES, o qual acompanhou a aprovação prévia dos mesmos;

Considerando que a empresa ORTOMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES realizou a pronta substituição de 10.000 aventais avariados s em razão da solicitação do ESTADO DE SÃO PAULO, sem custo obedecendo ao princípio da economicidade, interesse público e eficiência presentes a lei 9.784/99



Empresarial Terra Firme I Rua Domingos André Zanini, nº 277
Sala 1011 I Campinas, São José-SC I 88117-200

F.: 48 3029 3888
www.tapias.adv.br



TAPIAS

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Considerando que após a substituição dos aventais avariados houve a regularização das entregas havendo a liberação para novas entregas e pagamento das Notas Fiscais retidas, conforme correspondência eletrônica encaminhada em 7 de julho de 2020 – ANEXO II;

Mediante ao cumprimento de entrega total da NF e de reposição das avarias ocorrido na quinta (04.06), liberamos a empresa para novas entregas e suas NFs para pagamento.

Anexo segue algumas imagens do material recebido.

Certa da compreensão de todos, coloco-me à disposição.

Atenciosamente,



JÉSSICA LIMA
Centro de Logística de Material de Consumo – CLMC da GGA-SI
Coordenadoria Geral de Administração – CGA
jferreira@saude.sp.gov.br | 11 3367-7935
Rua General Flores, 69 – Bom Retiro / São Paulo.

Considerando que TODOS os aventais entregues pela empresa **ORTOMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES** possuem laudos de procedência do produto que convergem com as especificações técnicas presentes ao processo nº SES-PRC-2020/17251, conforme ANEXO III;

Considerando que o avental presente à 1ª fotografia indicado no ANEXO I do Ofício CGA Nº 343/2020 NÃO SÃO DE PROCEDÊNCIA das entregas realizadas pela empresa **ORTOMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES** e como consequência qualquer problema relacionado a referido produto não pode ser imputado à empresa;

TAPIAS
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Empresarial Terra Firme | Rua Domingos André Zanini, nº 277
Sala 1011 | Campinas, São José-SC | 88117-200

F.: 48 3029 3888
www.tapias.adv.br



TAPIAS

SOCIEDADE DE ADVOGADOS



Considerando que a **ORTOMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES** não realizou a entrega de aventais com amarração “tipo cardaço frontal”, extirpando qualquer vínculo do referido produto com a empresa e como consequência com as entregas relacionadas às Notas Fiscais nº 4.084, 4.116, 4.117, 4.135 e 4.147.

Considerando que também são contestados veementemente os suposto problemas de qualidade relacionados aos aventais produzidos, pela empresa **MEDIX BRASIL** relacionados na quarta fotografia do ANEXO I do OFÍCIO CGA Nº 343/2020;

TAPIAS
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Empresarial Terra Firme I Rua Domingos André Zanini, nº 277
Sala 1011 I Campinas, São José-SC I 88117-200

F.: 48 3029 3888
www.tapias.adv.br



SESCAP2020479684A

TAPIAS

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Considerando que os aventais da empresa M DIAS COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES identificados nas fotografias 2º à 5º possuem certificado de análise e procedência de material TNT da renomada empresa Berry Global, sendo inclusive distribuídos em todo o território nacional, conforme comprovam em anexo – ANEXO III e IV;



CERTIFICADO DE ANALISES

NF-e 0000213569
Pedido 154630
Lote 1463761
Data da Produção 09/03/2020
Data da Validade 09/03/2022

Cliente MOIAS COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES
Produto 8001304004000008 - NT 40g/m2 HFO Verde Med 7472U 1200mm
Característica Não tecido Hidrofóbico
Largura 1.200 mm
Metragem 1.150
Número de Bobinas 15 UFM
Quantidade 20 700 00 M2
Part Number 00040040000MB

Propriedades	Unidade	ESPECIFICAÇÃO			RESULTADOS		
		Norma	Min	Obj	Max	Média	Desv. Padr.
Resistência	gsm	EN 13055-1	35,0	40,00	45,00	38,91	2,817
Absorção de Líq.	%	EN 13055-1	35,0	40,00	45,00	38,91	2,817
Resistência à Tração	N/cm	EN 13055-1	35,0	40,00	45,00	38,91	2,817
Absorção de Líq.	%	EN 13055-1	35,0	40,00	45,00	38,91	2,817
Resistência à Tração	N/cm	EN 13055-1	35,0	40,00	45,00	38,91	2,817
Resistência à Tração	N/cm	EN 13055-1	35,0	40,00	45,00	38,91	2,817

Considerando que o ESTADO DE SÃO PAULO mencionou perante o OFÍCIO CGA Nº 233/2020, enviado a ORTOMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES a necessidade de pronta entrega dos aventais em razão do aumento de casos de COVID-19, inclusive considerando que a ausência convergiria para os seguintes impactos:

O impacto na falta da entrega em tempo hábil inevitavelmente ocasionará, entre outras hipóteses:

- o afastamento dos profissionais da área da saúde;
- foco de epidemia nas Unidades Hospitalares Públicas, frente às aglomerações de pacientes, principalmente no Estado de São Paulo, que registrar um maior número de infecções e mortes;
- colapso na saúde pública, vez que inviabilizado de dar regular atendimento aos pacientes infectados;
- obtenção de insumos e equipamentos por preços exorbitantes, muito além dos disponíveis para a demanda necessária.

TAPIAS
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Empresarial Terra Firme I Rua Domingos André Zanini, nº 277
Sala 1011 I Campinas, São José-SC I 88117-200

F.: 48 3029 3888
www.tapias.adv.br



TAPIAS

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Considerando que o ESTADO DE SÃO PAULO enviou o e OFÍCIO CGA Nº 300/2020 concedendo prazo para entrega do saldo de 443.120 (quatrocentos e quarenta e três mil cento e vinte) aventais para a data de 30 de junho de 2020;

Considerando que a empresa ORTOMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES em razão do processo nº SES-PRC-2020/17251 e dos ultteriores ofícios encaminhados conjuntamente com a expressa informação repassada através da correspondência eletrônica datada de 7 de junho de 2020 conquanto a liberação para novas entregas aquela já possuía o estoque e a pronta entrega do aventais adquiridos com exclusividade para o atendimento do processo nº SES-PRC-2020/17251 para o ESTADO DE SÃO PAULO nas exatas especificações técnicas desde o mês de maio de 2020;

Considerando que até o presente momento o ESTADO DE SÃO PAULO **refutou somente** correspondente a 0,006% (zero ponto zero seis por cento) dos aventais entregues pela empresa ORTOMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES, não obstante, haver comprovadamente realizado a referida substituição, conforme comprova a correspondência eletrônica datada de 07 de junho de 2020;

Considerando o princípio da economicidade na hipótese de comprovada a divergência de produtos entregues em desconformidade com as especificações técnicas presentes processo nº SES-PRC-2020/17251 - Aquisição de Avental para atendimento de Plano de contingência COVID-19, a empresa ORTOMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES se compromete a realizar a imediata substituição;

TAPIAS
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Empresarial Terra Firme | Rua Domingos André Zanini, nº 277
Sala 1011 | Campinas, São José-SC | 88117-200

F.: 48 3029 3888
www.tapias.adv.br

7



SESCAP2020479684A



Considerando que o requerimento do pedido de supressão presente ao do OFÍCIO CGA Nº 343/2020 relacionado aos aventais ENTREGUES pela empresa ORTOMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES e a impossibilidade de sua substituição, respeitosamente, atingem frontalmente o princípio da economicidade;

Considerando que a ausência de substituição dos aventais que comprovadamente possam possuir problemas pela empresa ORTOMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES e a supressão do contrato de modo abrupto menos de 48 (quarenta e oito) horas úteis antes da última entrega, após a ratificação da necessidade de entrega do último lote de aventais em 30 de junho de 2020, conforme redação presente ao OFÍCIO CGA Nº 300/2020 certamente convergirão a falência da empresa e de toda a cadeia de fornecedores, atingindo inclusive as facções e costureiras do Estado de Santa Catarina e Paraná além do princípio da razoabilidade, proporcionalidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público presentes a lei 9.784/99;

Considerando que a supressão de parte do objeto do contrato presente ao artigo 4º da Lei nº 13.979/2020 somente é possível em contratos que prevejam previamente o fato, situação inexistente perante o processo nº SES-PRC-2020/17251, novamente, não sendo proporcional o cancelamento menos de 48 (quarenta e oito) horas úteis antes da última entrega;

Art. 4º-I Para os contratos decorrentes dos procedimentos previstos nesta Lei, a administração pública poderá prever que os contratados fiquem obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões ao objeto contratado, em até cinquenta por cento do valor inicial atualizado do contrato.

TAPIAS
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Empresarial Terra Firme | Rua Domingos André Zanini, nº 277
Sala 1011 | Campinas, São José-SC | 88117-200

F: 48 3029 3888
www.tapias.adv.br





Considerando que não existe previsão legal para devolução de produtos devidamente recebidos pela Secretaria do Estado da Saúde, mormente, considerando que houve *in loco* a verificação e aprovação dos aventais, inclusive, sendo que TODOS possuem as mesmas origem dos 1.643.230 (um milhão seiscentos e quarenta e três mil duzentos e trinta) entregues, recebidos e utilizados pelo ESTADO DE SÃO PAULO;

Considerando que TODOS os certificados, relatórios e laudos comprovam atender as especificações técnicas requeridas para Aquisição de Avental para atendimento de Plano de contingência COVID-19, conforme comprovam os documentos presente ao ANEXO II;

Considerando que após a entrega dos 1.643.230 (um milhão seiscentos e quarenta e três mil duzentos e trinta) aventais iniciada em 04 de maio de 2020, somente em 26 de junho de 2020, precisamente as 16:18hs, ou seja, menos de 48 (quarenta e oito) horas úteis antes da última entrega houve o envio do presente Ofício CGA Nº 343/2020 solicitação a supressão de materiais;

Ressalta-se que o OFÍCIO CGA Nº 343/2020 mencionou que o saldo faltante na entrega dos aventais é de 443.120 (quatrocentos e quarenta e três mil cento e vinte), entretanto, verdadeiramente o saldo seria de 356.770 (trezentos e cinquenta e seis setecentos e setenta);

Considerando que a empresa ORTOMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES SEMPRE ESTEVE E ESTÁ ao inteiro dispor do ESTADO DE SÃO PAULO para realizar a última entrega e a eventual substituição de seus produtos com comprovada avaria e que eventualmente estejam em desacordo com as especificações;

TAPIAS
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Empresarial Terra Firme | Rua Domingos André Zanini, nº 277
Sala 1011 | Campinas, São José-SC | 88117-200

F: 48 3029 3888
www.tapias.adv.br

9



TAPIAS

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Considerando que o ESTADO DE SÃO PAULO possui em seu site junto à rede mundial de computadores a informação acerca da confirmação de 265.581 (duzentos e sessenta e cinco mil quinhentos e oitenta e um) mil cidadãos brasileiros paulistanos infectados pelo COVID-19 e 14.263 (quatorze mil duzentos e sessenta e três) mortes pelo COVID-19 desde o início da pandemia. (<https://www.saopaulo.sp.gov.br/coronavirus/> - em 28 de junho de 2020)

Nestes termos, pelos princípios da boa-fé, probidade a empresa ORTOMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES contesta a suposta ausência de qualidade de seus produtos existindo comprovada divergência, especialmente no tocante a 1ª fotografia presente ao ANEXO I, sendo que os aventais entregues em razão das Notas Fiscais nº 4.084, 4.116, 4.117, 4.135, 4136 e 4.147 idênticos aos entregues e aceitos anteriormente ou mesmo de qualidade superior – MEDIX, solicitando nestes termos a possibilidade de substituição dos aventais que comprovadamente não atenderem as especificações técnicas ou possuírem avarias e como consequência em razão da ausência de nexo de causalidade e pelo princípio da economicidade, interesse público e eficiência a entrega do saldo de 356.770 (trezentos e cinquenta e seis setecentos e setenta), aventais relacionados ao processo nº SES-PRC-2020/17251.

Estamos à disposição.



ORTOMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS MEDICOS
HOSPITALARES
CNPJ sob o nº 09.557.129/0001-70

TAPIAS
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Empresarial Terra Firme | Rua Domingos André Zanini, nº 277
Sala 1011 | Campinas, São José-SC | 88117-200

F: 48 3029 3888
www.tapias.adv.br

1
C



Autenticado com senha por ADRIANA FERRAZ SAMPAIO CORRADIN - 11/08/2020 às 11:35:10.
Documento Nº: 7367334-4503 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7367334-4503>



SESCAP2020479684A

Nome cliente	Duplicata	Dt.emissao	Dt.vencimento	Dt.recebimento	Vr.duplicata	Vr.recebid	Banco
SECRETARIA DE ESTAD	3901	04/05/2020	07/05/2020	08/05/2020	770.000,00	770000	Liquidado
SECRETARIA DE ESTAD	3904	04/05/2020	07/05/2020	08/05/2020	204.400,00	204400	Liquidado
SECRETARIA DE ESTAD	3906	05/05/2020	08/05/2020	12/05/2020	5.600,00	5600	Liquidado
SECRETARIA DE ESTAD	3928	11/05/2020	14/05/2020	29/05/2020	172.480,00	172480	Liquidado
SECRETARIA DE ESTAD	3939	13/05/2020	18/05/2020	29/05/2020	305.200,00	305200	Liquidado
SECRETARIA DE ESTAD	3951	17/05/2020	20/05/2020	29/05/2020	129.920,00	129920	Liquidado
SECRETARIA DE ESTAD	3952	17/05/2020	20/05/2020	29/05/2020	95.200,00	95200	Liquidado
SECRETARIA DE ESTAD	3953	17/05/2020	20/05/2020	29/05/2020	5.040,00	5040	Liquidado
SECRETARIA DE ESTAD	3956	18/05/2020	21/05/2020	29/05/2020	219.800,00	219800	Liquidado
SECRETARIA DE ESTAD	3973	19/05/2020	22/05/2020	10/06/2020	336.000,00	336000	Liquidado
SECRETARIA DE ESTAD	4009	23/05/2020	26/05/2020	10/06/2020	187.600,00	187600	Liquidado
SECRETARIA DE ESTAD	4010	23/05/2020	26/05/2020	10/06/2020	291.200,00	291200	Liquidado
SECRETARIA DE ESTAD	4011	24/05/2020	27/05/2020	10/06/2020	681.240,00	681240	Liquidado
SECRETARIA DE ESTAD	4013	25/05/2020	28/05/2020	10/06/2020	909.300,00	909300	Liquidado
SECRETARIA DE ESTAD	4014	25/05/2020	28/05/2020	10/06/2020	243.740,00	243740	Liquidado
SECRETARIA DE ESTAD	4015	25/05/2020	28/05/2020	10/06/2020	550.200,00	550200	Liquidado
SECRETARIA DE ESTAD	4016	25/05/2020	28/05/2020	10/06/2020	165.900,00	165900	Liquidado
SECRETARIA DE ESTAD	4017	25/05/2020	28/05/2020	10/06/2020	282.800,00	282800	Liquidado
SECRETARIA DE ESTAD	4020	26/05/2020	29/05/2020	10/06/2020	980.000,00	980000	Liquidado
SECRETARIA DE ESTAD	4021	26/05/2020	29/05/2020	10/06/2020	980.000,00	980000	Liquidado
SECRETARIA DE ESTAD	4022	26/05/2020	29/05/2020	10/06/2020	675.360,00	675360	Liquidado
SECRETARIA DE ESTAD	4025	26/05/2020	29/05/2020	10/06/2020	373.800,00	373800	Liquidado
SECRETARIA DE ESTAD	4027	27/05/2020	01/06/2020	10/06/2020	18.480,00	18480	Liquidado
SECRETARIA DE ESTAD	4077	08/06/2020	11/06/2020	17/06/2020	700.000,00	700000	Liquidado
SECRETARIA DE ESTAD	4078	08/06/2020	11/06/2020	17/06/2020	427.000,00	427000	Liquidado
SECRETARIA DE ESTAD	4079	08/06/2020	11/06/2020	24/06/2020	425.600,00	425600	Liquidado
SECRETARIA DE ESTAD	4082	08/06/2020	11/06/2020	18/06/2020	680.400,00	680400	Liquidado
SECRETARIA DE ESTAD	4083	09/06/2020	12/06/2020	18/06/2020	766.080,00	766080	Liquidado
SECRETARIA DE ESTAD	4084	09/06/2020	12/06/2020		304.780,00	0	Aguardando recebime
SECRETARIA DE ESTAD	4085	10/06/2020	15/06/2020	24/06/2020	840.000,00	840000	Liquidado
SECRETARIA DE ESTAD	4088	12/06/2020	15/06/2020	24/06/2020	1.254.400,00	1254400	Liquidado
SECRETARIA DE ESTAD	4089	12/06/2020	15/06/2020	24/06/2020	1.289.400,00	1289400	Liquidado
SECRETARIA DE ESTAD	4091	15/06/2020	18/06/2020	24/06/2020	194.600,00	194600	Liquidado
SECRETARIA DE ESTAD	4097	16/06/2020	19/06/2020	24/06/2020	112.000,00	112000	Liquidado
SECRETARIA DE ESTAD	4099	16/06/2020	19/06/2020	24/06/2020	700.000,00	700000	Liquidado
SECRETARIA DE ESTAD	4110	16/06/2020	19/06/2020	24/06/2020	602.000,00	602000	Liquidado
SECRETARIA DE ESTAD	4116	19/06/2020	26/06/2020		1.274.000,00	0	Aguardando recebime
SECRETARIA DE ESTAD	4117	19/06/2020	26/06/2020		1.283.800,00	0	Aguardando recebime
SECRETARIA DE ESTAD	4134	23/06/2020	26/06/2020		535.500,00	0	Aguardando recebime
SECRETARIA DE ESTAD	4135	23/06/2020	26/06/2020		813.400,00	0	Aguardando recebime
SECRETARIA DE ESTAD	4136	23/06/2020	26/06/2020		537.600,00	0	Aguardando recebime
SECRETARIA DE ESTAD	4138	23/06/2020	26/06/2020		606.200,00	0	Aguardando recebime
SECRETARIA DE ESTAD	4139	23/06/2020	26/06/2020		67.200,00	0	Aguardando recebime
SECRETARIA DE ESTAD	4147	24/06/2020	29/06/2020		1.008.000,00	0	Aguardando recebime
					23.005.220,00		
TOTAL DE AVENTAIS					1643230		

Cr





ANEXO II

TAPIAS
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Empresarial Terra Firme I Rua Domingos André Zanini, nº 277
Sala 1011 I Campinas, São José-SC I 88117-200

F.: 48 3029 3888
www.tapias.adv.br



Autenticado com senha por ADRIANA FERRAZ SAMPAIO CORRADIN - 11/08/2020 às 11:36:27.
Documento Nº: 7367464-4503 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7367464-4503>



SESCAP2020479699A



Adriana Paschoalin
Diretor III da GGA-SI
Coordenadoria Geral de Administração - CGA
Secretaria de Estado da Saúde - SES
apascoalin@saude.sp.gov.br | 11 3066-8662
Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 158, 21º andar
CEP 05403-000 - Cerqueira César - São Paulo, SP

De: Cristiano Nascimento Oliveira
Enviada em: segunda-feira, 8 de junho de 2020 09:33
Para: Jessica Rodrigues Ferreira Lima; Valeria Gomes da Silva
Cc: Cezar Augusto Foganholo; Adriana Paschoalin; Silvia Naghirniac Carvalho; Gisleine Gambera de Brito; Geraldo Aniceto Vaz Filho
Assunto: Re: NF's Ortomedical

Bom dia.

Obrigado.

Att,



Cristiano N. Oliveira
Coordenadoria Geral de Administração
Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo
cnoliveira@saude.sp.gov.br (11) 3066-8250
Av. Dr. Enéas Carvalho de Aguiar, 188 - 3º andar

De: Jessica Rodrigues Ferreira Lima
Enviado: domingo, 7 de junho de 2020 16:29:49
Para: Cristiano Nascimento Oliveira; Valeria Gomes da Silva
Cc: Cezar Augusto Foganholo; Adriana Paschoalin; Silvia Naghirniac Carvalho; Gisleine Gambera de Brito; Geraldo Aniceto Vaz Filho
Assunto: Enc: NF's Ortomedical

Prezados,

Bom dia.

Segue anexo as NFs da empresa Ortomedical referente ao material recebido no galpão da JSL em SBC. Informo, ainda, que o atraso na liberação das notas ocorreu porque o fornecedor não entregou o material conforme sua proposta comercial no momento da compra efetuada para a SES, ocasionando assim, uma série de questões e desgastes entre a SES, Ceadis e até mesmo a JSL, quem nos



tem cedido o espaço para armazenamento dos EPI's. Desta forma, como o material não estava nos padrões mínimos de qualidade, atendendo às normas previstas nas RDCs, o que acaba descaracterizando a eficiência de tal material, colocando em risco os profissionais de saúde que utilizarão esses EPIs de baixa qualidade.

Para evitar qualquer transtorno, informamos a SES, na pessoa do Sr. Cristiano, como também a empresa Ortomedical, através do Sr. Leandro, quanto ao ocorrido e as condições dos materiais, o que nos informou que estaria repondo o material danificado e os que estivessem faltando, que foram 10.000 aventais.

Mediante ao cumprimento de entrega total da NF e de reposição das avarias ocorrido na quinta (04.06), liberamos a empresa para novas entregas e suas NFs para pagamento.

Anexo segue algumas imagens do material recebido.

Certa da compreensão de todos, coloco-me à disposição.

Atenciosamente,



JÉSSICA LIMA
Centro de Logística de Material de Consumo – CLMC da GGA-SI
Coordenadoria Geral de Administração – CGA
jferreira@saude.sp.gov.br | 11 3367-7935
Rua General Flores, 69 – Bom Retiro / São Paulo.

De: Gisleine Brito <giza31@hotmail.com>

Enviado: quinta-feira, 4 de junho de 2020 16:15

Para: Jessica Rodrigues Ferreira Lima

Assunto: NF's Ortomedical

Obter o [Outlook para iOS](#)



JÉSSICA LIMA
Centro de Logística de Material de Consumo – CLMC da GGA-SI
Coordenadoria Geral de Administração – CGA
jferreira@saude.sp.gov.br | 11 3367-7935
Rua General Flores, 69 – Bom Retiro / São Paulo.





Secretaria da Saúde

JÉSSICA LIMA

Centro de Logística de Material de Consumo – CLMC da GGA-SI

Coordenadoria Geral de Administração – CGA

jferreira@saude.sp.gov.br | 11 3367-7935

Rua General Flores, 69 – Bom Retiro / São Paulo.



SESCAP2020479699A



Cristiano N. Oliveira

Coordenadoria Geral da Administração
Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo
cnoliveira@saude.sp.gov.br (11) 3066-8250
Av. Dr. Enéas Carvalho de Aguiar, 188 – 3º andar

De: Jessica Rodrigues Ferreira Lima

Enviado: segunda-feira, 8 de junho de 2020 10:32

Para: Adriana Paschoalin; Cristiano Nascimento Oliveira; Valeria Gomes da Silva

Cc: Cezar Augusto Foganholo; Silvia Naghirniac Carvalho; Gisleine Gambera de Brito;
Geraldo Aniceto Vaz Filho

Assunto: Re: NF's Ortomedical

Bom dia Adriana,

Encaminhamos as NFs a partir do momento que a empresa regularizou toda a entrega do material conforme as notas entregues, o que ocorreu somente na quinta-feira (04/06/2020).

Atenciosamente,



JÉSSICA LIMA

Centro de Logística de Material de Consumo – CLMC da GGA-SI
Coordenadoria Geral de Administração – CGA

jferreira@saude.sp.gov.br | 11 3367-7935

Rua General Flores, 69 – Bom Retiro / São Paulo.

De: Adriana Paschoalin

Enviado: segunda-feira, 8 de junho de 2020 09:54:56

Para: Cristiano Nascimento Oliveira; Jessica Rodrigues Ferreira Lima; Valeria Gomes da Silva

Cc: Cezar Augusto Foganholo; Silvia Naghirniac Carvalho; Gisleine Gambera de Brito;
Geraldo Aniceto Vaz Filho

Assunto: RES: NF's Ortomedical

Prezados,

Não poderemos firmar nenhum pagamento à Ortomedical, enquanto essa situação não se resolver.

Att.



De: [leandro.leandro](#)
Para: [Carlos Tapias](#)
Assunto: Fwd: Enc: NF's Ortomedical
Data: sábado, 27 de junho de 2020 16:10:25
Anexos: [Anexo sem título 00463.png](#)
[image003.png](#)
[Anexo sem título 00466.png](#)
[Anexo sem título 00469.png](#)

Leandro Estevo

CEO
CMO - Comércio de Materiais Ortopédicos
[Rua Domingos André Zanini, 277](#) - SI 616
[Bairro - Barreiros - São José - SC](#) | [88117-200](#)
[+55 \(48\)33809150](#)
leandro@cmoortopedia.com.br
www.cmoortopedia.com.br



Início da mensagem encaminhada:

De: Cristiano Nascimento Oliveira <cnoliveira@saude.sp.gov.br>
Data: 8 de junho de 2020 11:43:51 BRT
Para: Nanci Aparecida Galfi <ngalfi@saude.sp.gov.br>
Cc: "leandro@cmoortopedia.com.br" <leandro@cmoortopedia.com.br>, Adriana Paschoalin <apaschoalin@saude.sp.gov.br>, Jessica Rodrigues Ferreira Lima <jrferreira@saude.sp.gov.br>
Assunto: Enc: NF's Ortomedical

Nanci, bom dia!

As notas da Ortomedical estão liberadas para pagamento, a empresa já regularizou as pendências conforme e-mail da Jessica.

Obrigado.

3



André Lautert Vieira

Ortomedical - Comércio Atacadista de Materiais Médicos Hospitalares
(48) 3380-9170 / 98418-7617
ortomedicalsc1@yahoo.com

De: Jessica Rodrigues Ferreira Lima <jrferreira@saude.sp.gov.br>

Enviada em: segunda-feira, 22 de junho de 2020 10:28

Para: ortomedicalsc1@yahoo.com; 'General Flores' <generalflores@udtp.org.br>;
leandro@cmootopedia.com.br; Claudia Mazzilli Venturini
<claudia.venturini@ceadis.org.br>

Cc: Cristiano Nascimento Oliveira <cnoliveira@saude.sp.gov.br>; Silvia Naghirniac
Carvalho <sncarvalho@saude.sp.gov.br>; 'Sergio Scomparim'
<sergio.scomparim@udtp.org.br>; Valeria Gomes da Silva
<vgomes@saude.sp.gov.br>; Gisleine Gambera de Brito
<ggbrito@saude.sp.gov.br>

Assunto: Re: Entregas - Aventais Ortomedical

Prezados André/Leandro

Bom dia.

Por gentileza confirmar a entrega dos aventais para os dias **23/06** e **24/06** a partir das **08h00** na JSL, para tal recebimento é necessário o envio antecipado das NFs até as **15h** do dia anterior ao da entrega.

Atenciosamente,



De: [leandro.leandro](#)
Para: [Carlos Tapias](#)
Assunto: Fwd: RES: Entregas - Aventais Ortomedical
Data: sábado, 27 de junho de 2020 16:02:40
Anexos: [image001.png](#)
[Anexo sem título 00475.htm](#)
[DANFE-42200609557129000170550010000041161007820418.pdf](#)
[Anexo sem título 00478.htm](#)
[DANFE-42200609557129000170550010000041171007822388.pdf](#)
[Anexo sem título 00481.htm](#)

Leandro Estevo

CEO

CMO - Comércio de Materiais Ortopédicos

[Rua Domingos André Zanini, 277](#) - Sl 616

[Bairro - Barreiros - São José - SC](#) | [88117-200](#)

[+55 \(48\)33809150](#)

leandro@cmootopedia.com.br

www.cmootopedia.com.br



Início da mensagem encaminhada:

De: ortomedicalsc1@yahoo.com

Data: 22 de junho de 2020 11:02:47 BRT

Para: Jessica Rodrigues Ferreira Lima <jrferreira@saude.sp.gov.br>, General Flores <generalflores@udtp.org.br>, leandro@cmootopedia.com.br, Claudia Mazzilli Venturini <claudia.venturini@ceadis.org.br>

Cc: Cristiano Nascimento Oliveira <cnoliveira@saude.sp.gov.br>, Silvia Naghirniac Carvalho <sncarvalho@saude.sp.gov.br>, Sergio Scomparim <sergio.scomparim@udtp.org.br>, Valeria Gomes da Silva <vgomes@saude.sp.gov.br>, Gisleine Gambera de Brito <ggbrito@saude.sp.gov.br>

Assunto: RES: Entregas - Aventais Ortomedical

Bom dia Jéssica, tudo bem?

Segue anexo as notas fiscais referentes a entrega do dia 23/06/2020.

Com relação as entregas do dia 24/06/2020, encaminho assim que possível.

Fico à disposição.

Atenciosamente,





ANEXO III

TAPIAS
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Empresarial Terra Firme I Rua Domingos André Zanini, nº 277
Sala 1011 I Campinas, São José-SC I 88117-200

F.: 48 3029 3888
www.tapias.adv.br



Autenticado com senha por ADRIANA FERRAZ SAMPAIO CORRADIN - 11/08/2020 às 11:36:27.
Documento Nº: 7367464-4503 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7367464-4503>



SESCAP2020479699A

LAUDO TÉCNICO DE PRODUTO

A BIATEX Impregnadora Ltda., vem, mediante este documento, informar dados técnicos em relação ao produto fornecido, conforme descrições abaixo:

Código interno do Produto: TNT 40 g/m² x 1,40 mts x 1.000 mts.

Composição para Branco Natural	Composto de Copolímero PP 100% (Polipropileno)		
Características	Unidade Medida	Especificação	Tolerância
Largura	Mts	1,40	+ - 2,5 %
Comprimento	Mts	1.000	+ - 3,0 %
Gramatura	g/m ²	40	+ - 10,0 %

Processado em produção via Extrusão à base de Temperatura entre 200° a 230° conforme características de matéria prima e gramatura a ser processada.

Degrade de Cores:

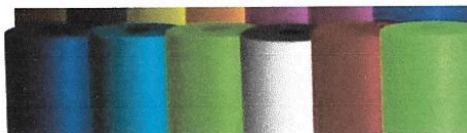
Composição Coloridos	Composto de Copolímero PP (100% Polipropileno), Mais Pigmento Corante à Base de PP.
----------------------	---

Amarelo	Azul Claro	Azul Marinho	Azul Royal	Bege Pele	Branco
Cinza	Laranja	Lilás	Marrom	Pink	Preto
Rosa	Verde Bandeira	Verde Claro	Vermelho	Violeta	

Laudo Técnico - Produto TNT 40 g/m² x 1,40 m x 1.000 Mts

Setor TNT/ Biatex Impregnadora Ltda.

Tietê - SP, 25 de Março de 2.020.



Rod. Antonio Romano Schincariol (SP 127) S/Nº Km 85,3 - Bairro São Roque - Tietê/SP
CEP 18530-000 Tel./Fax: (15) 3282-2073 - Site: www.biatex.ind.br

Excelência em TNT

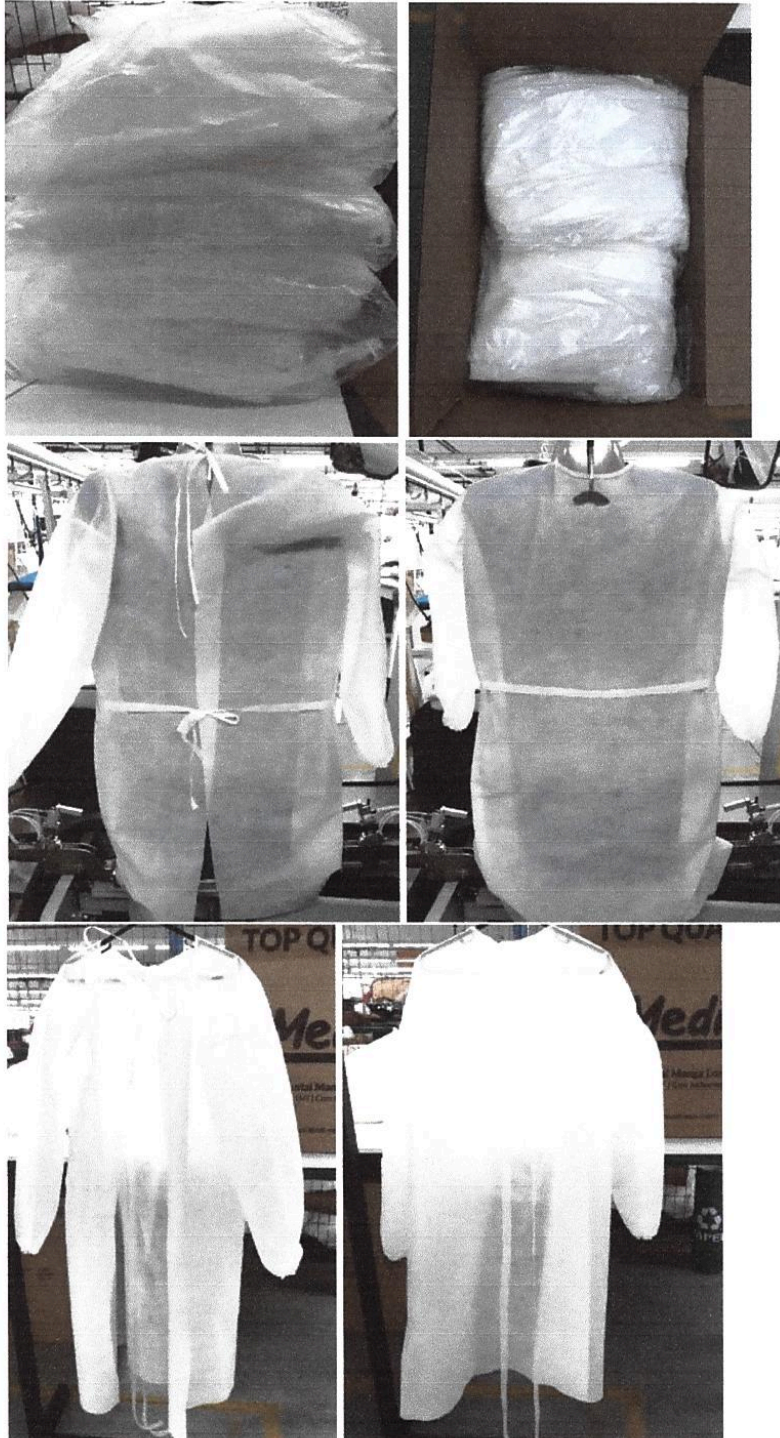
W9



Autenticado com senha por ADRIANA FERRAZ SAMPAIO CORRADIN - 11/08/2020 às 11:36:27.
Documento Nº: 7367464-4503 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7367464-4503>



SESCAP2020479699A



2



CQVEST
Consultoria - Comércio Exterior - Palestras
www.cqvest.com.br - contato@cqvest.com.br - (15) 99201-0345
15.604.956/0001-70

DECLARAÇÃO

Tietê/SP 26 de junho de 2020.

1

A

Confersil Confeções Eireli

Declaro para os devidos fins, que os produtos constantes nas NF 000937, 000942 e 000951 são de fabricação da empresa BIATEX IMPREGNADORA LTDA.

Sem mais,

Atenciosamente,


JULIO CESAR SILVA CARDIA

Júlio Cesar Silva Cardia – ME – CQVEST
Rua Cap João Batista Nitirini, 74 sala 01 Centro - Tietê/SP – (15) 99201-0345
www.cqvest.com.br - contato@cqvest.com.br



	Newtnt Indústria de Tecidos Ltda
	FÁBRICA –Rodovia Amaral Peixoto, KM 54 S/N - Saquarema – Rio de Janeiro - Cep: 28997-710 Tel: (22) 2654-2530 - Email: leo@newtnt.com.br

FICHA TÉCNICA

Produto	Tecido Não Tecido Fabricado em Máquina SS – Hidrofóbico
Composição	100% Polipropileno
Largura	1400mm
Gramatura	15 a 150G/M2
Cor	Diversas, Isento de contaminações, manchas e sujeiras.
Aspecto Visual	Conforme Amostra Padrão
Embalagem	As embalagens devem ser mantidas em ambiente protegido de intempéries
Armazenamento	Em local seco, livre de umidade e com baixa incidência de luz.
Prazo de validade	Tempo Indeterminado
Cuidados de Conservação	Lavagem a mão, não torcer Não alvejar Secagem a sombra Não passar Não limpar a seco
Obs.: Material termo fixado.	

Rev.	Descrição da Revisão	Data	Responsável
00	Emissão do documento	04.03.2020	Leonildo Paludo Dir. Industrial





CERTIFICADO DE ANALISES

NF-e 0000213559

Pedido 154630

Lote 1463761

Data da Produção 09/03/2020

Data da Validade 09/03/2022

Cliente MDIAS COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAA
Produto 8001304004000008 - NT 40g/m2 HFO Verde Med 7472U 1200mm
Característica Não tecido Hidrofóbico
Largura 1.200 mm
Metragem 1.150
Número de Bobinas 15 UN
Quantidade 20.700,00 M2
Part Number 00040040009MB

Propriedades	Unidade	ESPECIFICAÇÃO				RESULTADOS	
		Norma	Min.	Obj.	Máx.	Média	Desv.Padr
Gramatura	g/m2	EDANA WSP 130.1	36,00	40,00	44,00	38,91	0,417
Alongamento CD	%	EDANA WSP 110.4	35,00	65,00	100,00	86,85	7,917
Resistência a Tração CD	N/5cm	EDANA WSP 110.4	40,00	50,00	---	69,17	4,197
Alongamento MD	%	EDANA WSP 110.4	30,00	60,00	95,00	78,67	7,495
Resistência a Tração MD	N/5cm	EDANA WSP 110.4	70,00	90,00	---	103,51	5,298
Coluna d'água	mbar	EDANA WSP 80.6	35	50	---	57,28	10,281

*** Certificado emitido eletronicamente, não sendo necessário assinatura ***

Providência

Rodovia BR376 - KM 16,5 - ++55(41)3381-7600 - São José dos Pinhais - PR - Brasil - CEP 83015-000

www.providencia.com.br



Autenticado com senha por ADRIANA FERRAZ SAMPAIO CORRADIN - 11/08/2020 às 11:36:27.
Documento Nº: 7367464-4503 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7367464-4503>



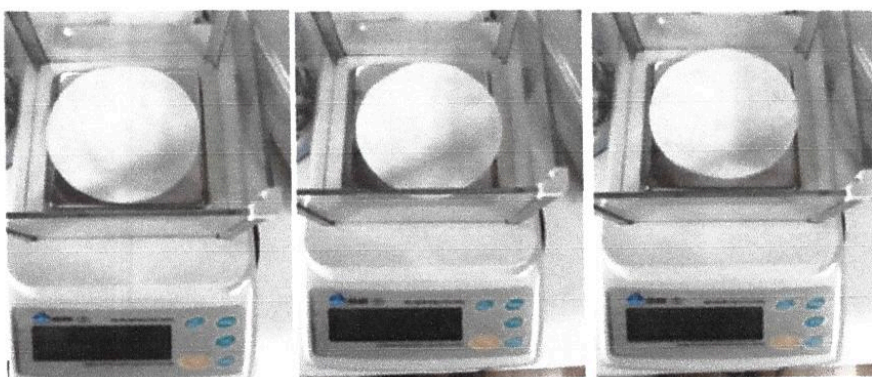
SESCAP2020479699A



RELATÓRIO DE INSPEÇÃO

PEDIDO		ABRIL 20		LOTE No.		MEDIX 04/2020	
INSPETOR		BABINGTON		DATA DA INSPEÇÃO		29/04/20	
FABRICAÇÃO		29/04/2020		VALIDADE		20/04/2025	
RESULTAD O FINAL		APROVADO	NÃO APROVADO	TOTAL		25.000 CXS	
		✓		QTD. INSP.		250 CXS	
Nº PEDIDO	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO		QTDE. PEDIDO	AMOSTRA	QUALID.	LIMPEZA	EMBALAGEM
KR-01	Avental Manga Longa Descartavel /TNT / com fechamento em tiras. 100% Polipropileno		2.500.000	250	OK	OK	OK
Embalagem Plástica (CM) C*L *A	Dimensão Caixas em (CM) C*L*A	KGS					
		P.B.	P.L .				
40*30*8,5	57*40*44	8.95	8.30				

FOTOS DA INSPEÇÃO:



02



RECEBEMOS DE NEWTNT INDUSTRIA DE TECIDOS EIRELI OS PRODUTOS / SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LAIHO EMISSION: 25/05/2020 - DEST / REM: CONFERSIL CONFECES EIRELI - VALOR TOTAL: R\$ 357.500,00		NF-e Nº 000006886 SÉRIE 001
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	

IDENTIFICAÇÃO DO EMISSOR NEWTNT INDUSTRIA DE TECIDOS EIRELI  ROD AMARAL PEIXOTO, S/N KM54 QD E LT2/3 - SAMPAIO CORREA - CEP: 28997-710 - SAQUAREMA - RJ TEL: (22)2654-2530		DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA 0 - ENTRADA 1 - SAÍDA Nº 000006886 FL. 1 / 1 SÉRIE 001		 CHAVE DE ACESSO 3320 0517 4419 2700 0160 5500 1000 0068 8610 0563 1013 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora	
NATUREZA DE OPERAÇÃO VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO (F.E)		PROTÓCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 333200068478143 25/05/2020 15:43:28			
INSCRIÇÃO ESTADUAL 79852597		INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIB		CNPJ / CPF 17.441.927/0001-60	

DESTINATÁRIO / REMETENTE NOME / RAZÃO SOCIAL CONFERSIL CONFECES EIRELI		CNPJ / CPF 10.158.307/0001-79		DATA DA EMISSÃO 25/05/2020	
ENDEREÇO ROD. SEBASTIAO TOLEDO DOS SANTOS, 4415		BAIRRO / DISTRITO SAO MARCOS		CEP 88819-799	
MUNICÍPIO CRICIUMA		UF SC		INSCRIÇÃO ESTADUAL 256088268	
FONE / FAX (48)3444-3100		UP		HORA DA SAÍDA	

Nº DUPLICATA	VENC.	VALOR	Nº DUPLICATA	VENC.	VALOR	Nº DUPLICATA	VENC.	VALOR	Nº DUPLICATA	VENC.	VALOR
001	26/05/2020	357.500,00									

CÁLCULO DO IMPOSTO					
BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE CÁLC. ICMS SUBST.	VALOR DO ICMS SUBST.	VALOR APROX. DOS TRIBUTOS	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
357.500,00	42.900,00	0,00	0,00	55.948,75	357.500,00
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESP. ACESS.	VALOR DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	357.500,00

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS RAZÃO SOCIAL CONFERSIL CONFECES EIRELI		FRETE POR CONTA 1 - DESTINATARIO		CÓDIGO ANTI		PLACA DO VEÍCULO		UF		CNPJ / CPF 10.158.307/0001-79	
ENDEREÇO ROD. SEBASTIAO TOLEDO DOS SANTOS, 4415		MUNICÍPIO CRICIUMA		UF SC		INSCRIÇÃO ESTADUAL 256088268					
QUANTIDADE 325	ESPECIE ROLOS	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO 9.100,000	PESO LÍQUIDO 9.100,000						

CÓDIGO DO PROD. / SERV.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM / SH	CST	CTOP	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR DESCONTO	VALOR LÍQUIDO	BASE CÁLC. ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALÍQUOTAS ICMS	ALÍQUOTAS IPI
PDA00264	TNT 100% POLIPROPILENO BRANCO 40G/M2 1.40 X 500 ML	56031240	000	6101	ML	62.500,0000	2.2000	0,00	357.500,00	357.500,00	42.900,00	0,00	12,00	0,00

DADOS ADICIONAIS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES		RESERVADO AO FISCO

Developed by unique systems - www.unique-systems.com.br



Autenticado com senha por ADRIANA FERRAZ SAMPAIO CORRADIN - 11/08/2020 às 11:36:27.
Documento Nº: 7367464-4503 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7367464-4503>



SESCAP2020479699A

RECEBEMOS DE NEWTNT INDUSTRIA DE TECIDOS EIRELI OS PRODUTOS / SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADO AO LADO		NF-e Nº 000006884 SÉRIE 001
DATA DE RECEBIMENTO	EMISSÃO: 25/05/2020 - DEST / REM: CONFERSIL CONFECES EIRELI - VALOR TOTAL: R\$ 93.500,00	
IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR		

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE		DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA 0 - ENTRADA 1 - SAÍDA Nº 000006884 FL. 1 / 1 SÉRIE 001	 CHAVE DE ACESSO 3320 0517 4419 2700 0160 5500 1000 0068 8410 0562 9014 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora
NEWTNT INDUSTRIA DE TECIDOS EIRELI  ROD AMARAL PEIXOTO, S/N KM54 QD E LT2/3 - SAMPAIO CORREA - CEP:28997-710 - SAQUAREMA - RJ TEL: (22)2654-2530			
NATUREZA DE OPERAÇÃO		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO	
VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO (F.E)		333200068476216 25/05/2020 15:41:23	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIB	CNPJ / CPF	
79852597		17.441.927/0001-60	

DESTINATÁRIO / REMETENTE		CNPJ / CPF	DATA DA EMISSÃO
NOME / RAZÃO SOCIAL		10.158.307/0001-79	25/05/2020
CONFERSIL CONFECES EIRELI			
ENDEREÇO	BAIRRO / DISTRITO	CEP	DATA SAÍDA / ENTRADA
ROD. SEBASTIAO TOLEDO DOS SANTOS, 4415	SAO MARCOS	88819-799	25/05/2020
MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DA SAÍDA
CRICIUMA	SC	256088268	

Nº DUPLICATA	VENC.	VALOR	Nº DUPLICATA	VENC.	VALOR	Nº DUPLICATA	VENC.	VALOR	Nº DUPLICATA	VENC.	VALOR
001	26/05/2020	93.500,00									

CÁLCULO DO IMPOSTO		BASE DE CÁLCULO DO ICMS		BASE CÁLC. ICMS SUBST.		VALOR DO ICMS SUBST.		VALOR APROX. DOS TRIBUTOS		VALOR TOTAL DOS PRODUTOS	
93.500,00		11.220,00		0,00		0,00		14.632,75		93.500,00	
VALOR DO FRETE		VALOR DO SEGURO		DESCONTO		OUTRAS DESP. ACESS.		VALOR DO IPI		VALOR TOTAL DA NOTA	
0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		93.500,00	

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS		RETE POR CONTA	CÓDIGO ANTI	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ / CPF
CONFERSIL CONFECES EIRELI		1 - DESTINATARIO				10.158.307/0001-79
ENDEREÇO		MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL		
ROD. SEBASTIAO TOLEDO DOS SANTOS, 4415		CRICIUMA	SC	256088268		
QUANTIDADE	ESPECIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO	
85	ROLOS			2.380,000	2.380,000	

CÓDIGO DO PROD. / SERV.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM / SH	CT	CTOP	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR DESCONTO	VALOR LÍQUIDO	BASE CÁLC. ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALÍQUOTAS ICMS	IP
PDA00264	TNT 100% POLIPROPILENO BRANCO 40G/M2 1.40 X 500 ML	56031240	000	6101	ML	42.500,0000	2.2000	0,00	93.500,00	93.500,00	11.220,00	0,00	12,00	0,00

DADOS ADICIONAIS	RESERVAÇÃO AO FISCO
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	

Developed by unique systems - www.uniquesystems.com.br



SESCAP2020479699A



Autenticado com senha por ADRIANA FERRAZ SAMPAIO CORRADIN - 11/08/2020 às 11:36:27.
Documento Nº: 7367464-4503 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/signaex/public/app/autenticar?n=7367464-4503>

Recebemos de Julio Cesar Silva Cardia ME os produtos e/ou serviços constantes da Nota Fiscal Eletrônica indicada ao lado. Destinatário: Confersil Confeccoes Eireli - Rodovia Sebastiao Toledo dos Santos, 4145 - Sao Marcos - CRICIUMA - SC. Emissão: 01/05/2020 Valor Total: R\$ 28.000,00		NF-e Nº 000.000.951 Série 001
DATA DO RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	

Julio Cesar Silva Cardia ME

R Capital Joao Batista Nitini, 074
Centro - TIETE - SP
Fone: (15)99201-0345 CEP: 18530-000
julio@cqvest.com.br

DANFE
Documento Auxiliar da
Nota Fiscal Eletrônica0 - ENTRADA
1 - SAÍDA

1

Nº 000.000.951
Série 001
Folha 1/1

CHAVE DE ACESSO

3520 0515 6049 5600 0170 5500 1000 0009 5112 5754 7235

Consulta de autenticidade no portal da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da SEFAZ Autenticadora

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

135200344438128 01/05/2020 06:45:54

NATUREZA DA OPERAÇÃO Venda de Mercadoria Adquirida Ou Recebid	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO 692050176111	CNPJ 15.604.956/0001-70
--	---	----------------------------

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL Confersil Confeccoes Eireli	CNPJ / CPF 10.158.307/0001-79	DATA DA EMISSÃO 01/05/2020
ENDEREÇO Rodovia Sebastiao Toledo dos Santos, 4145 Nao In	BAIRRO / DISTRITO Sao Marcos	CEP 88819-799
MUNICÍPIO CRICIUMA	UF SC	INSCRIÇÃO ESTADUAL 256088268
	TELEFONE / FAX	HORA DA SAÍDA

DUPLICATAS

Número	: 001
Vencimento	: 01/05/2020
Valor R\$: 28.000,00

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
0,00	0,00	0,00	0,00	28.000,00
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR DO IPI
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
				VALOR TOTAL DA NOTA
				28.000,00

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME / RAZÃO SOCIAL Confersil Confeccoes Eireli	FRETE POR CONTA 4 - PROP/DEST	CODIGO ANTT	PLACA DO VEICULO	UF	CNPJ / CPF 10.158.307/0001-79
ENDEREÇO Rodovia Sebastiao Toledo dos Santos, 4145 Nao Informado	MUNICÍPIO CRICIUMA	UF SC	INSCRIÇÃO ESTADUAL 256088268		
QUANTIDADE 28	ESPECIE Volume(s)	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO 784,00	PESO LÍQUIDO

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CODIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	CSOSN	CFOP	UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR DESCONTO	VALOR TOTAL	BASE DE CÁLC. ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALÍQUOTA % ICMS	IPÍ
001.016.011	Tnt Branco 40gr/m2 L. 1400mm	56031290	0101	6102	M	14.000,00	2,00	0,00	28.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR TOTAL DO ISSQN
	0,00	0,00	0,00

DADOS ADICIONAISINFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
PERMITE O APROVEITAMENTO DO CREDITO DE ICMS NO VALOR DE R\$ 380,80, CORRESPONDENTE A ALÍQUOTA DE 1,36% NOS TERMOS DO ARTIGO 23 DA LC 123 DE 2006

Pedido Cpq/20125-1

RESERVADO AO FISCO

DATA E HORA DA IMPRESSÃO: 01/05/2020 06:46:14

PortaMOL Informática

SESCAP2020479699A

Recebemos de Julio Cesar Silva Cardia ME os produtos e/ou serviços constantes da Nota Fiscal Eletrônica indicada ao lado. Destinatário: Confersil Confeccoes Eireli - Rodovia Sebastiao Toledo dos Santos, 4145 - Sao Marcos - CRICIUMA - SC. Emissão: 24/04/2020 Valor Total: R\$ 81.000,00		NF-e Nº 000.000.942 Série 001
DATA DO RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	

Julio Cesar Silva Cardia ME R Capital Joao Batista Nitini, 074 Centro - TIETE - SP Fone: (15)99201-0345 CEP: 18530-000 julio@eqvest.com.br	DANFE Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica 0 - ENTRADA 1 - SAÍDA 1 Nº 000.000.942 Série 001 Folha 1/1	 CHAVE DE ACESSO 3520 0415 6049 5600 0170 5500 1000 0009 4214 4170 0536 Consulta de autenticidade no portal da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da SEFAZ Autenticadora
---	--	--

NATUREZA DA OPERAÇÃO Venda de Mercadoria Adquirida Ou Recebid	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO 692050176111	PROTÓCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 135200325535374 24/04/2020 17:03:23
---	--	---

DESTINATÁRIO / REMETENTE		CNPJ / CPF 10.158.307/0001-79	DATA DA EMISSÃO 24/04/2020
NOME / RAZÃO SOCIAL Confersil Confeccoes Eireli		BAIRRO / DISTRITO Sao Marcos	CEP 88819-799
ENDEREÇO Rodovia Sebastiao Toledo dos Santos, 4145 Nao In		UF SC	DATA DA SAÍDA 24/04/2020
MUNICÍPIO CRICIUMA	TELEFONE / FAX	INSCRIÇÃO ESTADUAL 256088268	HORA DA SAÍDA

DUPLICATAS	
Número :	001
Vencimento :	24/04/2020
Valor R\$:	81.000,00

CÁLCULO DO IMPOSTO		BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
		0,00	0,00	0,00	0,00	80.500,00
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA	
500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	81.000,00	

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS		FRETE POR CONTA 1 - DESTINATÁRIO	CODIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ / CPF
NOME / RAZÃO SOCIAL Bruart Ltda						23.450.379/0001-37
ENDEREÇO Rua Elisa Volkmann Maass, 424 Sala 01		MUNICÍPIO JARAGUA DO SUL			UF SC	INSCRIÇÃO ESTADUAL 257784683
QUANTIDADE 41	ESPECIE Volume(s)	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO	

CODIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	CSOSN	CFOP	UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR DESCONTO	VALOR TOTAL	BASE DE CALC. ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALÍQUOTA % ICMS	ALÍQUOTA % IPI
001.016.011	Int Branco 40gr/m2 L. 1400mm	56031290	0101	6102	M	40.250,00	2,00	0,00	80.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CÁLCULO DO ISSQN		INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR TOTAL DO ISSQN
			0,00	0,00	0,00

DADOS ADICIONAIS		RESERVADO AO FISCO
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES PERMITE O APROVEITAMENTO DO CREDITO DE ICMS NO VALOR DE R\$ 1.094,80, CORRESPONDENTE A ALÍQUOTA DE 1,36% NOS TERMOS DO ARTIGO 23 DA LC 123 DE 2008 Pedido Cqv20119		

DATA E HORA DA IMPRESSÃO: 24/04/2020 17:04:03

PortalMOL Informática



Autenticado com senha por ADRIANA FERRAZ SAMPAIO CORRADIN - 11/08/2020 às 11:36:27.
 Documento Nº: 7367464-4503 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7367464-4503>



SESCAP2020479699A

Recebemos de Julio Cesar Silva Cardia ME os produtos e/ou serviços constantes da Nota Fiscal Eletrônica indicada ao lado. Destinatário: Confersil Confeccoes Eireli - Rodovia Sebastiao Toledo dos Santos, 4145 - Sao Marcos - CRICIUMA - SC. Emissão: 17/04/2020 Valor Total: R\$ 42.500,00		NF-e Nº 000.000.937 Série 001
DATA DO RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	

Julio Cesar Silva Cardia ME R Capital Joao Batista Nitini, 074 Centro - TIETE - SP Fone: (15)99201-0345 CEP: 18530-000 julio@cqvst.com.br	DANFE Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica 0 - ENTRADA 1 - SAÍDA 1 Nº 000.000.937 Série 001 Folha 1/1	 CHAVE DE ACESSO 3520 0415 6049 5600 0170 5500 1000 0009 3718 7413 3069 Consulta de autenticidade no portal da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da SEFAZ Autenticadora
--	---	--

NATUREZA DA OPERAÇÃO Venda de Mercadoria Adquirida Ou Recebid	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO	PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 135200306504736 17/04/2020 14:15:07
INSCRIÇÃO ESTADUAL 692050176111	CNPJ 15.604.956/0001-70	

DESTINATÁRIO / REMETENTE		CNPJ / CPF	DATA DA EMISSÃO
NOME / RAZÃO SOCIAL Confersil Confeccoes Eireli		10.158.307/0001-79	17/04/2020
ENDEREÇO Rodovia Sebastiao Toledo dos Santos, 4145 Nao In		CEP 88819-799	DATA DA SAÍDA 17/04/2020
MUNICÍPIO CRICIUMA	UF SC	INSCRIÇÃO ESTADUAL 256088268	HORA DA SAÍDA

DUPLICATAS	
Número	001
Vencimento	16/04/2020
Valor RS	42.500,00

CÁLCULO DO IMPOSTO		VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
BASE DE CÁLCULO DO ICMS	0,00	0,00	0,00	0,00	42.500,00
VALOR DO FRETE	0,00	VALOR DO SEGURO	0,00	DESCONTO	0,00
OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	0,00	VALOR DO IPI	0,00	VALOR TOTAL DA NOTA	42.500,00

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS		FRETE POR CONTA	CODIGO ANTT	PLACA DO VEICULO	UF	CNPJ / CPF
NOME / RAZÃO SOCIAL Confersil Confeccoes Eireli		4 - PROP/DEST				10.158.307/0001-79
ENDEREÇO Rodovia Sebastiao Toledo dos Santos, 4145 Nao Informado		MUNICÍPIO			UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
QUANTIDADE	ESPECIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO		256088268
27	Volume(s)					

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS													
CODIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	CSOSN	CFOP	UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR DESCONTO	VALOR TOTAL	BASE DE CALC. ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALÍQUOTA %
001.016.010	Tnt Branco 40gr/m2 L. 1400mm	56031190	0101	6102	M	21.250,00	2,00	0,00	42.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CÁLCULO DO ISSQN		VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR TOTAL DO ISSQN
INSCRIÇÃO MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00

DADOS ADICIONAIS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES PERMITE O APROVEITAMENTO DO CREDITO DE ICMS NO VALOR DE R\$. ... CORRESPONDENTE A ALÍQUOTA DE ...%, NOS TERMOS DO ARTIGO 23 DA LC 123 de 2006 Pedido C/qv20115	RESERVADO AO FISCO
--	--------------------

DATA E HORA DA IMPRESSÃO: 17/04/2020 14:15:37

PortaIMOL Informática




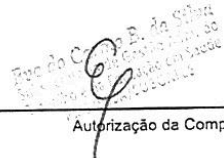
Autenticado com senha por ADRIANA FERRAZ SAMPAIO CORRADIN - 11/08/2020 às 11:36:27.
 Documento Nº: 7367464-4503 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7367464-4503>



SESCAP2020479699A

Data Emissão: 10/06/2020		Página : 1/2	
 <p>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE Departamento de Compras TALMA RODRIGUES RIBEIRO, Nº 5416 CEP: 29173-795 - PORTAL DE JACARAÍPE - SERRA/ES CNPJ: 14.814.026/0001-88 Fone/Fax: (27)3252-4694 Email: FMS.SESA@SERRA.ES.GOV.BR</p>	<p>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO 946/2020</p>		
	<p>1a Via - Fornecedor 3a Via - Almoxarifado 2a Via - Proc. de Pgto. 4a Via - Secretaria</p>		
Mod. DISPENSA DE LICITACAO Nro. 145/2020 UG SESA			
Números RC's	341 / 2020		
Valor Total (R\$)	Valor total por extenso		
208.500,00	DUZENTOS E OITO MIL QUINHENTOS REAIS		
Unid. Gestora Requisitante SESA			
Fornecedor	018145 M DIAS COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALAR EIRELI		
Nome Fantasia	M DIAS COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALAR EIRELI		
Endereço	R. CAPRI 318 LOJA 01		
Bairro	PASSA VINTE		
Cidade	PALHOCA	Estado	SC
CNPJ/CPF	14.461.796/0001-94	Telefone	483093-9927
Banco		Agência/Conta	
Email			
Condição Pagto	30 dias		
Prazo Entrega	imediate		
Local Entrega	AV TALMA RODRIGUES RIBEIRO 5416		
Bairro Entrega	PORTAL DE JACARAÍPE		
Unidade a Retirar	Cep Entrega 29173-795		
Fonte de Recursos/Convênio			
Observação	ALMOXARIFADO DA SAÚDE		
<p>PROCESSO: 22.272/2020</p> <p>ATENÇÃO: A cada empenho, deverá ser emitida 01 (uma) Nota Fiscal individualmente.</p> <p>FAZER CONSTAR NA NOTA FISCAL O Nº DO PROCESSO, DA ORDEM DE COMPRA (AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO), BEM COMO Nº DA CONTA CORRENTE PARA PAGAMENTO. ENVIAR JUNTO À NOTA FISCAL TODAS AS CERTIDÕES NEGATIVAS DE DÉBITOS (UNIÃO/PREVIDÊNCIA, TRABALHISTA, FGTS, ESTADUAL, MUNICIPAL E CERTIDÃO NEGATIVA DO MUNICÍPIO DE SERRA/ES. AS CERTIDÕES QUE NÃO PUDEREM TER A VERACIDADE CONFIRMADA PELA INTERNET DEVEM VIR AUTENTICADAS PELO CARTÓRIO.</p> <p>SOLICITANTES:</p> <p>MEDICAMENTOS: Raika Gonçalves Spala</p> <p>MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR: Mônica Nogueira Altoé</p> <p>EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALAR: Mônica Nogueira Altoé</p> <p>MATERIAL ODONTOLÓGICO: Talita Santos Nery Silveira</p> <p>MATERIAL DIVERSOS: Jaqueline F. Carvalho</p> <p>Fone: 27-3252-7041</p> <p>Almoxarifado gerencia.farmacia@serra.es.gov.br</p> <p>LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS:</p> <p>RUA TALMA RODRIGUES RIBEIRO, 5416 – PORTAL DE JACARAÍPE – SERRA/ES</p> <p>HORÁRIO PARA ENTREGA: DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA DE 08:00 AS 12:00 HORAS</p>			
Processo	Unidade Requisitante	Nota de Empenho (NE)	Dotação/Elemento de Despesa
00022272/2020	012.001.011.000.000	01555/2020 01556/2020	691 012.001.103010240.2205 / 3.3.90.30.00 - MATERIAL HOSPITALAR
MCR22500 - SMARAPD Informática Ltda.		Usuário : JPASOUZA	



Data Emissão: 10/06/2020		Página : 2/2					
 <p>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE Departamento de Compras TALMA RODRIGUES RIBEIRO, Nº 5416 CEP: 29173-795 - PORTAL DE JACARAÍPE - SERRA/ES CNPJ: 14.814.026/0001-88 Fone/Fax: (27)3252-4694 Email: FMS.SESA@SERRA.ES.GOV.BR</p>		<p>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO 946/2020</p> <p>1a Via - Fornecedor 3a Via - Almoxarifado 2a Via - Proc. de Pgto. 4a Via - Secretaria</p>					
Mod. DISPENSA DE LICITACAO Nro. 145/2020 UG SESA							
Números RC's	341 / 2020						
Valor Total (R\$)	Valor total por extenso						
208.500,00	DUZENTOS E OITO MIL QUINHENTOS REAIS						
Unid. Gestora Requisitante SESA							
698 012.001.103020190.2195 / 3.3.90.30.00 - MATERIAL HOSPITALAR							
GERÊNCIA ASSIST. FARMACÉUTICA							
Item	Código Produto	Unid.	Quantidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total	Garantia
1	1.55.33.0007.3	UN	15.000,000		13,9000	208.500,00	
<p>CAPOTE DESCARTÁVEL IMPERMEÁVEL PARA PROCEDIMENTOS PARA PROCEDIMENTOS Capote descartável, para procedimento, não estéril, com repelência mesmo sob pressão, confeccionado em 100% tecido não tecido, com gramatura mínima de 50 g/m², com manga longa e punho em elastico, largura 1,20 a 1,40m com 1,50m de comprimento. Tamanho: G. - 1 55 33 0007 3</p>							
						Total	208.500,00
<p>Nota :</p> <p>Autorizo o Fornecimento, Serra/ES, 10 de junho de 2020</p>							
						<p> Autorização da Compra</p>	
MCR22500 - SMARAPD Informática Ltda.				Usuário : JPASOUZA			





ANEXO IV

TAPIAS
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Empresarial Terra Firme I Rua Domingos André Zanini, nº 277
Sala 1011 I Campinas, São José-SC I 88117-200


F: 48 3029 3888
www.tapias.adv.br




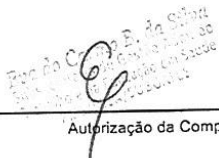
Autenticado com senha por ADRIANA FERRAZ SAMPAIO CORRADIN - 11/08/2020 às 11:36:27.
Documento Nº: 7367464-4503 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7367464-4503>



SESCAP2020479699A

Data Emissão: 10/06/2020		Página : 1/2	
 <p>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE Departamento de Compras TALMA RODRIGUES RIBEIRO, Nº 5416 CEP: 29173-795 - PORTAL DE JACARAÍPE - SERRA/ES CNPJ: 14.814.026/0001-88 Fone/Fax: (27)3252-4694 Email: FMS.SESA@SERRA.ES.GOV.BR</p>	<p>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO 946/2020</p>		
	<p>1a Via - Fornecedor 3a Via - Almoxarifado 2a Via - Proc. de Pgto. 4a Via - Secretaria</p>		
Mod. DISPENSA DE LICITACAO Nro. 145/2020 UG SESA			
Números RC's	341 / 2020		
Valor Total (R\$)	Valor total por extenso		
208.500,00	DUZENTOS E OITO MIL QUINHENTOS REAIS		
Unid. Gestora Requirante SESA			
Fornecedor	018145 M DIAS COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALAR EIRELI		
Nome Fantasia	M DIAS COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALAR EIRELI		
Endereço	R. CAPRI 318 LOJA 01		
Bairro	PASSA VINTE		
Cidade	PALHOCA	Estado	SC
CNPJ/CPF	14.461.796/0001-94	Telefone	483093-9927
Banco		Agência/Conta	
Email			
Condição Pagto	30 dias		
Prazo Entrega	imediate		
Local Entrega	AV TALMA RODRIGUES RIBEIRO 5416		
Bairro Entrega	PORTAL DE JACARAÍPE		
Unidade a Retirar	Cep Entrega 29173-795		
Fonte de Recursos/Convênio			
Observação	ALMOXARIFADO DA SAÚDE		
<p>PROCESSO: 22.272/2020</p> <p>ATENÇÃO: A cada empenho, deverá ser emitida 01 (uma) Nota Fiscal individualmente.</p> <p>FAZER CONSTAR NA NOTA FISCAL O Nº DO PROCESSO, DA ORDEM DE COMPRA (AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO), BEM COMO Nº DA CONTA CORRENTE PARA PAGAMENTO. ENVIAR JUNTO À NOTA FISCAL TODAS AS CERTIDÕES NEGATIVAS DE DÉBITOS (UNIÃO/PREVIDÊNCIA, TRABALHISTA, FGTS, ESTADUAL, MUNICIPAL E CERTIDÃO NEGATIVA DO MUNICÍPIO DE SERRA/ES. AS CERTIDÕES QUE NÃO PUDEREM TER A VERACIDADE CONFIRMADA PELA INTERNET DEVEM VIR AUTENTICADAS PELO CARTÓRIO.</p> <p>SOLICITANTES:</p> <p>MEDICAMENTOS: Raika Gonçalves Spala</p> <p>MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR: Mônica Nogueira Altoé</p> <p>EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALAR: Mônica Nogueira Altoé</p> <p>MATERIAL ODONTOLÓGICO: Talita Santos Nery Silveira</p> <p>MATERIAL DIVERSOS: Jaqueline F. Carvalho</p> <p>Fone: 27-3252-7041</p> <p>Almoxarifado gerencia.farmacia@serra.es.gov.br</p> <p>LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS:</p> <p>RUA TALMA RODRIGUES RIBEIRO, 5416 – PORTAL DE JACARAÍPE – SERRA/ES</p> <p>HORÁRIO PARA ENTREGA: DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA DE 08:00 AS 12:00 HORAS</p>			
Processo	Unidade Requirante	Nota de Empenho (NE)	Dotação/Elemento de Despesa
0002272/2020	012.001.011.000.000	01555/2020 01556/2020	691 012.001.103010240.2205 / 3.3.90.30.00 - MATERIAL HOSPITALAR
MCR22500 - SMARAPD Informática Ltda.		Usuário : JPASOUZA	



Data Emissão: 10/06/2020		Página: 2/2					
 <p>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE Departamento de Compras TALMA RODRIGUES RIBEIRO, Nº 5416 CEP: 29173-795 - PORTAL DE JACARAÍPE - SERRA/ES CNPJ: 14.814.026/0001-88 Fone/Fax: (27)3252-4694 Email: FMS.SESA@SERRA.ES.GOV.BR</p>	<p>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO 946/2020</p>						
	<p>1a Via - Fornecedor 3a Via - Almoxarifado 2a Via - Proc. de Pgto. 4a Via - Secretaria</p>						
Mod. DISPENSA DE LICITACAO Nro. 145/2020 UG SESA							
Números RC's	341 / 2020						
Valor Total (R\$)	Valor total por extenso						
208.500,00	DUZENTOS E OITO MIL QUINHENTOS REAIS						
Unid. Gestora Requisitante SESA							
698 012.001.103020190.2195 / 3.3.90.30.00 - MATERIAL HOSPITALAR							
GERÊNCIA ASSIST. FARMACÉUTICA							
Item	Código Produto	Unid.	Quantidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total	Garantia
1	1.55.33.0007.3	UN	15.000,000		13,9000	208.500,00	
<p>CAPOTE DESCARTÁVEL IMPERMEÁVEL PARA PROCEDIMENTOS PARA PROCEDIMENTOS Capote descartável, para procedimento, não estéril, com repelência mesmo sob pressão, confeccionado em 100% tecido não tecido, com gramatura mínima de 50 g/m², com manga longa e punho em elastico, largura 1,20 a 1,40m com 1,50m de comprimento. Tamanho: G. - 1 55 33 0007 3</p>							
						Total	208.500,00
<p>Nota :</p> <p>Autorizo o Fornecimento, Serra/ES, 10 de junho de 2020</p>							
<p style="text-align: right;">  Autorização da Compra </p>							
MCR22500 - SMARAPD Informática Ltda.				Usuário: JPASOUZA			





Especificações Técnicas do Produto

085030 - TEC TNT LISO

Composição: 100%POLIPROPILENO

NCM: 56031290

Largura Total: 1,400m

Largura Útil: 1,360m

Gramatura(g/m²): 0,040 g/m²

Gramatura(m/l): 0,056 m/l

Tempo de descanso: 24 HS

Embalagem: ROLO 50 M/R

Rendimento: 0,0

Solidez coloração: >=4 Solidez Boa

Solidez a lavagem: >=3 Solidez Mediana - Pode

Apresentar Migração de Cor

Encolhimento: +/- 5%

Encolhimento pós estamparia: +/- 7%

Barrado: NAO

Sentido/Pé: NAO

Numero de lavagens: NAO APRESENTOU

Processo de lavagem:



1. Não Lavar

2. Não alvejar/não branquear

3. Não secar em tambor

4. Não passar

5. Limpeza a seco profissional em tetracloroetileno e todos os

Não aceitaremos reclamações/ devoluções de produtos cortados e ou beneficiados, como: processos de lavanderia, tingimento, estamparia e etc. Cada lote de fabricação pode sofrer uma variação nos valores informados nesta ficha técnica, por este motivo, recomendamos que sempre seja desenvolvido a peça piloto antes do corte da produção, lembrando que nossos produtos são todos acabados, sem necessidade de beneficiamento para produção



SESCAP2020479699A

fitesa

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DE PRODUTO

Fitesa® S P P OE Phobic

Código do Produto: S1008040
Código da Especificação: SSS 00 BO 40 F140
Site: Gravatai
Data do Documento: 13/04/2020

1 - Aplicação
Indeterminada

2 - Matérias Primas
100% Polipropileno

3 - Propriedades Físicas

Propriedade	Método	Unidade	Mínimo	Objetivo	Máximo	Observações
Gramatura	NWSP 130.1	g/m ²	36,3	40,0	43,8	
Resistência MD	EDANA20 2-89	Kgf/5cm	8,2	10,2	-	
Resistência CD	EDANA20 2-89	Kgf/5cm	3,1	6,3	-	
Alongamento MD	EDANA20 2-89	%	25,0	50,0	-	
Alongamento CD	EDANA20 2-89	%	27,0	55,0	-	
Rasgo MD	NWSP 100.2	Kgf	1,0	3,0	-	
Rasgo CD	NWSP 100.2	Kgf	1,5	3,8	-	



Autenticado com senha por ADRIANA FERRAZ SAMPAIO CORRADIN - 11/08/2020 às 11:36:27.
Documento Nº: 7367464-4503 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7367464-4503>



SESCAP2020479699A



| Secretaria da Saúde

São Paulo, 07 de julho de 2020.

OFÍCIO CGA N.º 381/2020

Ref.: Processo n.º SES-PRC-2020/17251 – Aquisição de Avental para atendimento de Plano de contingência COVID-19

Prezado Senhor,

Em atenção ao documento protocolado na Coordenadoria Geral de Administração - CGA em resposta ao Ofício CGA nº 343/2020, cumpre-nos informar que foi constatado em aventais fornecidos pela Ortomedical Comércio Atacadista de Materiais Médicos Hospitalares EIRELI - EPP qualidade inferior à aquela apresentada na amostra e aprovada pela Secretaria da Saúde na ocasião da contratação.

Assim, fica mantida a decisão em **não** dar continuidade ao recebimento dos aventais fornecidos pela empresa Ortomedical Comércio Atacadista de Materiais Médicos Hospitalares EIRELI - EPP e em decorrência disso determino:

1. Retirada imediata, em até **72 horas úteis, a partir do recebimento deste**, de 459.320 (quatrocentos e cinquenta e nove mil trezentos e vinte) aventais que não apresentam as condições daqueles contratados;
2. Retirada das Notas Fiscais nºs 4.084, 4116, 4117, 4134, 4135, 4136, 4138, 4139 e 4147 não pagas e que correspondem a quantidade de aventais a serem retirados, que totalizam R\$ 6.430.480,00 (seis milhões quatrocentos e trinta mil quatrocentos e oitenta reais); e,
3. Supressão de aproximadamente 41% do valor contratado na 2020NE00591, no montante de R\$ 11.425.260,00 (onze milhões quatrocentos e vinte e cinco mil duzentos e sessenta reais), o que corresponde ao saldo de 356.770 aventais não entregues somados aos 459.320 aventais a serem retirados, totalizando 816.090 aventais, com fundamento no art. 4º-I, Lei nº 13.979/2020.

Atenciosamente,

ADHEMAR DIZIOLI FERNANDES
Coordenador da CGA

Ilustríssimo Senhor
LEIVY ESTETO
Proprietário da empresa
Ortomedical Comércio Atacadista de Materiais Médicos Hospitalares EIRELI - EPP
Rua Domingos André Zanini, 277, sala 511, Centro Empresarial Terra Firme,
Campinas, São José, SC

Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188, 3º andar | CEP 05403-000 | São Paulo, SP | Fone: (11) 3066-8000
Coordenadoria Geral de Administração - CGA

g:\vga\covid 19\ortomedical\oficio 381 - 2020 - notificação rescisão - diminuição x devolução- aventais - ortomedical.docx



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

RELAÇÃO DE REMESSA DE DOCUMENTOS

DE: CGA/sala 303

PARA: CPEA

01	<p>Ofício CGA 381/2020 – referente aquisição de aventais objeto do Processo SS-PRC-2020/17251, para ser encaminhado por Carta AR com os seguintes dados:</p> <p>DESTINATÁRIO</p> <p>ORTOMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES EIRELI - RUA DOMINGOS ANDRÉ ZANINI 277 SALA 511 CAMPINAS 88117-200 - SÃO JOSÉ – SC</p> <p>ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR</p> <p>SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO AVENIDA DOUTOR ENÉAS CARVALHO DE AGUIAR 188 3º ANDAR CERQUEIRA CÉSAR 05403-000 - SÃO PAULO - SP</p>
----	---

Recebi em


08/11/2020

NOME LEGÍVEL



08/07/2020

www2.correios.com.br/enderecador/cartas/act/gerarAR.cfm

ÁREA DE COLA NO VERSO)	 AVISO DE RECEBIMENTO		AR		DATA DE POSTAGEM
	DESTINATÁRIO ORTOMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES EIRELI - RUA DOMINGOS ANDRÉ ZANINI 277 SALA 511 CAMPINAS 88117-200 - SÃO JOSÉ - SC				UNIDADE DE POSTAGEM
	(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)				CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA
	ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO AVENIDA DOUTOR ENEAS CARVALHO DE AGUIAR 188 3º ANDAR CERQUEIRA CÉSAR 05403-000 - SÃO PAULO - SP				
TENTATIVAS DE ENTREGA		OBSERVAÇÃO Ofício CGA nº 381/202020, ref. aquisição de aventais			
1ª _____ h 2ª _____ h 3ª _____ h		MOTIVO DE DEVOLUÇÃO <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se <input type="checkbox"/> 2 Endereço insuficiente <input type="checkbox"/> 3 Não existe o número <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido <input type="checkbox"/> 5 Outros <input type="checkbox"/> 6 Recusado <input type="checkbox"/> 7 Não procurado <input type="checkbox"/> 8 Ausente <input type="checkbox"/> 9 Falecido		RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO	
ASSINATURA DO RECEBEDOR				DATA DE ENTREGA	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR				Nº DOC. DE IDENTIDADE	

Secretaria de Estado da Saúde
 Coordenadoria Geral de Administração
 Avenida Doutor Enéas Carvalho de Aguiar 188
 3º andar - Telefone: 1130668416
 Cerqueira César
 05403-000 São Paulo-SP



Ortomedical Comércio Atacadista de
 Materiais Médicos Hospitalares EIRELI -
 Rua Domingos André Zanini 277
 sala 511 - Telefone: 48 33809170
 Campinas
 88117-200 São José-SC

503007020202020



SESCAP2020479699A



Autenticado com senha por ADRIANA FERRAZ SAMPAIO CORRADIN - 11/08/2020 às 11:36:27.
 Documento Nº: 7367464-4503 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7367464-4503>

16/07/2020

<https://www2.correios.com.br/sistemas/rastreamento/newprint.cfm>

JU166752330BR

O horário apresentado no histórico do objeto não indica quando a situação ocorreu, mas sim quando os dados foram recebidos pelo sistema, exceto no caso do SEDEX 10 e do SEDEX Hoje, em que ele representa o horário real da entrega.



Objeto entregue ao destinatário
16/07/2020 14:53 SAO JOSE / SC

16/07/2020 14:53 SAO JOSE / SC	Objeto entregue ao destinatário
16/07/2020 09:51 SAO JOSE / SC	Objeto saiu para entrega ao destinatário
10/07/2020 10:30 SAO PAULO / SP	Objeto postado



16/07/2020

<https://www2.correios.com.br/sistemas/rastreamento/newprint.cfm>

<https://www2.correios.com.br/sistemas/rastreamento/newprint.cfm>

2/2



SESCAP2020479699A



Autenticado com senha por ADRIANA FERRAZ SAMPAIO CORRADIN - 11/08/2020 às 11:36:27.
Documento Nº: 7367464-4503 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7367464-4503>

2020NE00591 - R\$ 28.000.000,00					
AVENTAIS ENTREGUES EM CONFORMIDADE COM A CONTRATAÇÃO					
(1)					
Empresa	NF	Quantidade Total	Data da Entrega	Valor Unitário	Valor Total
Ortomedical	3.904	14.600	04/05/2020	R\$ 14,00	R\$ 204.400,00
Ortomedical	3.901	55.000	05/05/2020	R\$ 14,00	R\$ 770.000,00
Ortomedical	3.906	400	07/05/2020	R\$ 14,00	R\$ 5.600,00
Ortomedical	3.928	12.320	12/05/2020	R\$ 14,00	R\$ 172.480,00
Ortomedical	3.939	21.800	14/05/2020	R\$ 14,00	R\$ 305.200,00
Ortomedical	3.952	6.800	18/05/2020	R\$ 14,00	R\$ 95.200,00
Ortomedical	3.953	360	18/05/2020	R\$ 14,00	R\$ 5.040,00
Ortomedical	3.956	15.700	18/05/2020	R\$ 14,00	R\$ 219.800,00
Ortomedical	3.951	9.280	18/05/2020	R\$ 14,00	R\$ 129.920,00
Ortomedical	3.973	24.000	01/06/2020	R\$ 14,00	R\$ 336.000,00
Ortomedical	4.077	50.000	10/06/2020	R\$ 14,00	R\$ 700.000,00
Ortomedical	4.078	30.500	10/06/2020	R\$ 14,00	R\$ 427.000,00
Ortomedical	4.082	48.600	10/06/2020	R\$ 14,00	R\$ 680.400,00
Ortomedical	4.083	54.720	10/06/2020	R\$ 14,00	R\$ 766.080,00
Ortomedical	4.009	13.400	04/06/2020	R\$ 14,00	R\$ 187.600,00
Ortomedical	4.010	20.800	04/06/2020	R\$ 14,00	R\$ 291.200,00
Ortomedical	4.011	48.660	04/06/2020	R\$ 14,00	R\$ 681.240,00
Ortomedical	4.013	64.950	04/06/2020	R\$ 14,00	R\$ 909.300,00
Ortomedical	4.014	17.410	04/06/2020	R\$ 14,00	R\$ 243.740,00
Ortomedical	4.015	39.300	04/06/2020	R\$ 14,00	R\$ 550.200,00
Ortomedical	4.016	11.850	04/06/2020	R\$ 14,00	R\$ 165.900,00
Ortomedical	4.017	20.200	04/06/2020	R\$ 14,00	R\$ 282.800,00
Ortomedical	4.020	70.000	04/06/2020	R\$ 14,00	R\$ 980.000,00
Ortomedical	4.021	70.000	04/06/2020	R\$ 14,00	R\$ 980.000,00
Ortomedical	4.022	48.240	04/06/2020	R\$ 14,00	R\$ 675.360,00
Ortomedical	4.025	26.700	04/06/2020	R\$ 14,00	R\$ 373.800,00
Ortomedical	4.027	1.320	04/06/2020	R\$ 14,00	R\$ 18.480,00
Ortomedical	4.079	30.400	17/06/2020	R\$ 14,00	R\$ 425.600,00
Ortomedical	4.085	60.000	17/06/2020	R\$ 14,00	R\$ 840.000,00
Ortomedical	4.088	89.600	17/06/2020	R\$ 14,00	R\$ 1.254.400,00
Ortomedical	4.089	92.100	17/06/2020	R\$ 14,00	R\$ 1.289.400,00
Ortomedical	4.091	13.900	16/06/2020	R\$ 14,00	R\$ 194.600,00
Ortomedical	4.097	8.000	17/06/2020	R\$ 14,00	R\$ 112.000,00
Ortomedical	4.099	50.000	17/06/2020	R\$ 14,00	R\$ 700.000,00
Ortomedical	4.110	43.000	17/06/2020	R\$ 14,00	R\$ 602.000,00
total		1.183.910			R\$ 16.574.740,00

Coordenadoria Geral de Administração - CGA

g:\cga\covid-19\empresas\ortomedical\planilha panorama.docx



Autenticado com senha por ADRIANA FERRAZ SAMPAIO CORRADIN - 11/08/2020 às 11:52:05.
Documento Nº: 7368812-4503 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7368812-4503>



SESCAP2020479832A



AVENTAIS ENTREGUES EM DESACORDO COM A CONTRATAÇÃO					
(2)					
Empresa	NF	Quantidade Total	Data da Entrega	Valor Unitário	Valor Total
Ortomedical	4.084	21.770	10/06/2020	R\$ 14,00	R\$ 304.780,00
Ortomedical	4.116	91.000	23/06/2020	R\$ 14,00	R\$ 1.274.000,00
Ortomedical	4.117	91.700	23/06/2020	R\$ 14,00	R\$ 1.283.800,00
Ortomedical	4.135	58.100	24/06/2020	R\$ 14,00	R\$ 813.400,00
Ortomedical	4.136	38.400	24/06/2020	R\$ 14,00	R\$ 537.600,00
Ortomedical	4.147	72.000	24/06/2020	R\$ 14,00	R\$ 1.008.000,00
Ortomedical	4.134	38.250	24/06/2020	R\$ 14,00	R\$ 535.500,00
Ortomedical	4.138	43.300	24/06/2020	R\$ 14,00	R\$ 606.200,00
Ortomedical	4.139	4.800	24/06/2020	R\$ 14,00	R\$ 67.200,00
total		459.320			R\$ 6.430.480,00

AVENTAIS NÃO ENTREGUES			
(3)			
Empresa	Quantidade Total	Valor Unitário	Valor Total
Ortomedical	356.770	R\$ 14,00	R\$ 4.994.780,00

RESUMO			
TOTAL EXECUTADO (1)		R\$	16.574.740,00
TOTAL NÃO EXECUTADO (2) + (3)		R\$	11.425.260,00

Coordenadoria Geral de Administração - CGA

g:\cga\covid-19\empresas\ortomedical\planilha panorama.docx



Autenticado com senha por ADRIANA FERRAZ SAMPAIO CORRADIN - 11/08/2020 às 11:52:05.
Documento Nº: 7368812-4503 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7368812-4503>



SESCAP2020479832A



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Saúde
Coordenadoria Geral de Administração - Assistência

Despacho

Interessado: Coordenadoria Geral de Administração

Assunto: Aquisição de avental descartável para atendimento do Plano de Contingência COVID-19

Número de referência: INFORMAÇÃO CGA Nº: 262/2020 - PROCESSO Nº 2020/17251

Tratam os autos de aquisição de avental descartável em atendimento às medidas estabelecidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus - COVID-19.

Diante da situação de calamidade pública decorrente da pandemia do COVID-19 no Estado de São Paulo declarada no Decreto nº 64.879, 20/03/2020 e demais diplomas legais, a aquisição em tela ocorreu por intermédio de Dispensa de Licitação nº 57/2020, em nome da empresa Ortomedical Comércio Atacadista de Materiais Médicos Hospitalares EIRELI no valor de R\$ 28.000.000,00 (vinte e oito milhões), conforme 2020NE00591, emitida em 24/04/2020.

À vista da urgência no abastecimento dos hospitais referenciados para o atendimento de pacientes com suspeita ou confirmação da infecção humana decorrente do Novo Coronavírus, o Termo de Referência, às fls. 03 estabeleceu o prazo de no máximo 04 entregas semanais.

Fato esse não ocorrido, conforme se observa na instrução dos autos, especialmente a partir do Ofício CGA nº 233/2020, de 14/05/2020 (fls.336/337), onde tanto a Administração como a contratada fizeram extensas considerações a respeito dos atrasos verificados na entrega, bem como sobre a desconformidade do produto em relação ao Termo de Referência e proposta comercial (fls. 20).

A Administração após sucessivas tratativas infrutíferas oficiou a empresa, através dos Ofícios nºs 343/2020 (fls. 357/359) e 381/2020 (fls. 408), estabelecendo o cancelamento do restante da entrega, assim como providências imediatas e urgentes para a retirada do material entregue em desacordo com as especificações.

Considerando que devidamente notificada por carta com Aviso de Recebimento - AR, em 16/07/2020 (fls. 411), a empresa não ingressou com nenhuma manifestação, deixando transcorrer "in albis" o prazo legal e da mesma forma não apresentou qualquer ação quanto à retirada dos materiais estocados no Centro de Logística de Material de Consumo - CLMC/CGA.

E finalmente, considerando as planilhas às fls. 413/414, que demonstram o saldo da **2020NE00591** no valor de **R\$ 11.425.260,00 (onze milhões quatrocentos e vinte e cinco mil duzentos e sessenta reais)**.

Solicitamos autorização para cancelamento da nota de empenho no valor supra destacado.

À consideração superior, com proposta de envio ao GGA-SI para providências decorrentes e

Classif. documental	004.01.04.002
---------------------	---------------





Governo do Estado de São Paulo

Secretaria da Saúde

Coordenadoria Geral de Administração - Assistência

posterior tramitação à Douta Consultoria Jurídica considerando que a empresa se quedou inerte, com sugestão de encaminhamento à Procuradoria do Contencioso Judicial para competente ação judicial consistente na obrigação de fazer, retirada dos aventais entregues em desconformidade, não pagos e ocupando extensa área de almoxarifado desta Coordenadoria Geral de Administração.

São Paulo, 11 de agosto de 2020.

ADRIANA FERRAZ SAMPAIO CORRADIN

DIRETOR III

Coordenadoria Geral de Administração - Assistência

ROSALIA BARDARO

Coordenador

Coordenadoria Geral de Administração - Gabinete do Coordenador



SESDES2020148012A



Secretaria da Saúde

Processo : 2020/17251
Interessado : COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
Assunto : AQUISIÇÃO DE AVENTAIS DESCARTÁVEIS
Informação : Nº.33
COF

Em atenção ao despacho às fls. 415, tenho a informar:

- Foi efetuado o cancelamento do empenho **2020NE00591**, **Fonte de recursos Fundes**, através do empenho 2020NE01270, no valor de R\$ 11.425.260,00 (Onze milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil duzentos e sessenta reais).

Encaminhe-se a Coordenadora da CGA para ciência, com tramite ao CGA-Assistência.

São Paulo, em 12 de Agosto de 2020.

Nanci Aparecida Galfi
 Diretor Técnico II

Ciente, de acordo

Rosalia Bardaro
 Coordenador da CGA

COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO - COF
 Endereço: Avenida Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, nº 188 – 3º andar – Sala: 304
 Telefone: (11) 3066.8669



SESCAP2020488576A

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SIAFEM2020 N O T A D E E M P E N H O - N E

NO. DO DOCUMENTO: 2020NE01270 DATA DE EMISSAO: 12/08/2020 GESTAO: 00001

UG: DESCRICAO:
090102 COORD. GERAL ADMINIST. - CGA

NO.PROCESSO:
2020/17251

CREDOR: ORTOMEDICAL - COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAI

CNPJ/CPF:
09557129/0001-70

ENDERECO: RUA DOMINGOS ANDRÉ ZANINI, 277 -

CIDADE: São JOSÉ UF: SC CEP: 88117200

ORIGEM DO MATERIAL: NACIONAL

EVENTO	UO	PROGRAMA DE TRABALHO	FONTE	NAT.DESP.	UGR	PI
400097	09001	10302093048500000	005001133	33903031	90010	0000000100

REFER. LEGAL: INC IV ART.24 EMPENHO ORIG.: 2020NE00591 ACORDO:

LICITACAO : 05 DISP. DE LICIT. MODALIDADE : 1 ORDINARIO

TIPO EMPENHO: 9 DESPESA NORMAL NUM CONTRATO : 2020CT01099

VALOR DO EMPENHO: R\$ *****11.425.260,00

ONZE MILHOES, QUATROCENTOS E VINTE E CINCO MIL, DUZENTOS E SESSENTA REAIS*****

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO PREVISTO

JANEIRO	FEVEREIRO	MARCO
ABRIL	MAIO	JUNHO
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO
	11.425.260,00	
OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
		EXERCICIO SEGUINTE

LOCAL DE ENTREGA:
RUA DOS ITALIANOS 406

DATA DA ENTREGA:
27/04/2020

RESPONSAVEL PELA EMISSAO:
12545853895
NANCI APARECIDA GALFI -
090010

ROSALIA BARDARO
039831868-90
ORDENADOR DA DESPESA IMPRESSO PELO SIAFISICO

PAG.
1



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SIAFEM2020 N O T A D E E M P E N H O - N E

NO. DO DOCUMENTO: 2020NE01270 DATA DE EMISSAO: 12/08/2020
UG: 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA GESTAO: 00001
ITEM ITEM UNID. QUANTIDADE VALOR UNITARIO PRECO TOTAL
SEQ. MATERIAL FORN. DO ITEM

001 00347812-2 00001 816090,000 14,00 11.425.260,00

DESCRICAO:

AVENTAL DESCARTAVEL EM NAO TECIDO (100% POLIPROPILENO), GRAMATURA 30 A 40GR /M², NAO ESTERIL, PARA USO, ACABAMENTO EM ABERTURA NAS COSTAS E TIRAS COSTURADAS PARA AMARRAR PESCOÇO E COSTAS, MANGA LONGA, COM LASTEX NO PUNHO, DECO TE COM VIES, MEDINDO APROXIMADAMENTE 1,30 DE LARGURA X 1,50CM DE COMPRIMENTO, EMBALADO EM MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO, USO NICO E DESCARTAVEL, O PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO VIGENTE

RESPONSAVEL PELA EMISSAO:

TOTAL DE ITENS: 001

12545853895

NANCI APARECIDA GALFI -

ROSALIA BARDARO

090010

039831868-90

ORDENADOR DA DESPESA IMPRESSO PELO SIAFISICO

PAG.

2





Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Saúde
Coordenadoria Geral de Administração - Assistência

Despacho

Interessado: Coordenadoria Geral de Administração

Assunto: Aquisição de avental descartável para atendimento do Plano de Contingência COVID-19

Número de referência: Despacho CGA nº 1590/2020 - Processo SES 2020/17251

Tratam os autos de aquisição de avental descartável em atendimento às medidas estabelecidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus - COVID-19.

Considerando os fatos apontados na Informação CGA 262/2020, às fls. 415/416, em especial o que apontou a falta do atendimento por parte da empresa às determinações contidas no Ofício CGA nº 381/2020, de 07/7/2020 (fls. 408).

Encaminhem-se os autos à d. Consultoria Jurídica considerando que a empresa se quedou inerte com sugestão de encaminhamento à Procuradoria do Contencioso Judicial para competente ação judicial consistente na obrigação de fazer, retirada dos aventais entregues em desconformidade, não pagos e ocupando extensa área de almoxarifado desta Coordenadoria Geral de Administração.

São Paulo, 17 de agosto de 2020.

ADRIANA FERRAZ SAMPAIO CORRADIN
DIRETOR III
Coordenadoria Geral de Administração - Assistência

ROSALIA BARDARO
Coordenador
Coordenadoria Geral de Administração - Gabinete do Coordenador



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

PROCESSO: 2020/17251
INTERESSADO: COORDENADORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO -CGA
PARECER: CJ/SS n.º 709/2020
EMENTA: CONTRATO ADMINISTRATIVO. Inexecução. Aquisição direta, por dispensa de licitação, de 2.000.000 aventais descartáveis para enfrentamento da pandemia de COVID-19. Considerações acerca do procedimento adotado para a aquisição direta. Diretrizes traçadas pelo Parecer referencial CJ/SS n.º 11/2020, vigente à época da contratação, e da Nota Técnica SUB-G-Cons n.º 06/2020, que não foram integralmente seguidas. Outras observações. Ausência de entrega de parte dos produtos e entrega de itens em desacordo com as especificações do Termo de Referência. Pretensão de supressão de 40% do valor inicial contratado. Situação, porém, que comporta a rescisão unilateral da avença e a imposição de penalidades administrativas. Contratada que, notificada para a retirada do material que se encontra armazenado no almoxarifado da CGA, não o fez dentro do prazo concedido. Pretensão de envio dos autos à Subprocuradoria Geral do Estado-Área do Contencioso Geral para análise da propositura de ação judicial. Viabilidade. Proposta de restituição dos autos à origem.

1. O presente procedimento teve início com o intuito de adquirir, mediante contratação direta por dispensa de licitação, 2.000.000 (dois milhões) de





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

unidades de aventais descartáveis para o enfrentamento da pandemia de COVID-19, conforme solicitado por meio do Ofício CRP nº 149/2020 (fl. 02).

2. A empresa “Ortomedical Comércio Atacadista de Materiais Médicos Hospitalares EIRELI – EPP” apresentou sua proposta comercial (fl. 20), indicando o valor unitário de R\$ 14,00. Foi emitido despacho de dispensa de licitação, com a posterior ratificação e publicação dos atos no DOE (fls. 61/63). Mais adiante, esses atos foram ratificados pelo Titular da Pasta (fls. 332/335). Nota de empenho às fls. 66/67.

3. Ocorre, porém, que depois da entrega parcial do produto, a contratada descumpriu o prazo em relação ao restante, o que ensejou o envio do Ofício CGA nº 232/2020 (fls. 336/338). A empresa, então, comprometeu-se a realizar a entrega (fls. 339/342), mas deixou de cumprir o avençado, sendo novamente notificada por meio do ofício CGA nº 300/2020 (fls. 343/345).

4. Depois disso, houve a entrega de 33.460 unidades que, no entanto, não puderam ser utilizadas em virtude da baixa qualidade dos produtos, constatando-se que as especificações não correspondiam àquela exigida no Termo de referência. Diante disso, foi expedido o ofício CGA nº 343/2020, comunicando à contratada a suspensão de novas entregas e a supressão de 40,8045% do valor total do contrato, advertindo-a, ainda, acerca da necessidade da retirada imediata do material entregue fora dos padrões contratados das dependências da Unidade contratante (fls. 357/369).

5. Em sua resposta, a empresa contestou a ausência de qualidade dos produtos que foram fornecidos. Porém, manifestou a intenção de efetuar a troca de unidades que apresentem defeito, pugnando pela manutenção integral da avença (fls. 370/407). Tal pretensão, contudo, não foi acolhida pela administração, conforme consignado no Ofício CGA nº 381/2020 (fls. 408/411), que manteve a decisão de suprimir o quantitativo indicado, que inclui o lote de produtos que não atenderam à especificação.





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

6. Foi elaborado o quadro demonstrativo contemplando o número de aventais recebidos, dos não entregues e daqueles que foram entregues, mas não puderam ser utilizados em virtude da baixa qualidade (fls. 413/414).

7. Por fim, por meio do despacho de fls. 415/416, a CGA fez breve relato de todos os fatos ocorridos até então, solicitando o cancelamento da nota de empenho referente ao produto que não pode ser utilizado e propondo o encaminhamento dos autos à Procuradoria Geral do Estado – Área do Contencioso Geral para que seja proposta ação judicial visando compelir a contratada a retirar os produtos rejeitados que se encontram *“ocupando extensa área de almoxarifado desta Coordenadoria Geral de Administração”*.

8. Providenciado o cancelamento da NE (fls. 417/419), os autos vieram a este órgão jurídico para exame e emissão de parecer, em trânsito direto, conforme Despacho CGA de fl. 420.

É o relatório.

9. Trata-se de contratação direta, por dispensa de licitação, para a aquisição de 2.000.000 de unidades de aventais descartáveis destinados ao enfrentamento da epidemia de COVID-19, com base no artigo 24, inciso IV, da lei 8.666/93.

10. Antes de adentrar à análise do questionamento, que diz respeito à possibilidade de envio dos autos à PGE, Área do Contencioso geral, para análise da propositura de ação visando à retirada de mercadorias que não poderão ser utilizadas, é importante consignar que, para a efetivação da contratação pretendida, deveriam ter sido observadas as diretrizes traçadas pelo Parecer referencial nº 11/2020¹, vigente à época da contratação e que substituiu o de nº 08/2020, bem como o teor da Nota

¹ Posteriormente, o parecer referencial nº 11/2020 foi atualizado pelo de nº 23/2020.





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

Técnica SUB-G Cons. Nº 06/2020, juntados aos autos às fls. 249/272 e 301/329, respectivamente.

11. No entanto, não foi firmada a declaração da autoridade competente, consignando que o caso concreto analisado se enquadraria nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial à época vigente e de que as orientações nele contidas teriam sido seguidas.

12. Verifica-se que, de fato, há recomendações contidas no Parecer Referencial nº 11/2020 e Nota Técnica que o acompanha, que não foram observadas. Não foi elaborada “justificativa técnica precisa”, havendo apenas a solicitação para a aquisição e a juntada aos autos de matérias jornalísticas e publicações acerca da pandemia. Também se verifica que o item 21 da aludida peça traz orientação expressa acerca da competência das autoridades administrativas para a prática dos atos de dispensa e de ratificação.

13. Além disso, tratou-se de aquisição com entrega parcelada e, assim, seria adequado que a avença tivesse sido formalizada mediante a assinatura de Termo de Contrato (item 31²). No caso, a contratação foi efetivada mediante retirada de Nota de Empenho, hipótese em que o conteúdo do Termo de Referência ganha ainda maior relevo, devendo contemplar, ainda que de forma sucinta, o máximo de informações, com a descrição precisa do objeto, condições e prazo de entrega, prazo de validade do produto o que não se verifica neste caso.

14. De qualquer forma, mesmo diante dessas constatações, certo é que houve descumprimento parcial da avença, pois os bens não foram entregues em sua totalidade, dentro do prazo estipulado na Nota de Empenho. Diante disso, a administração houve por bem suspender as entregas e reduzir unilateralmente o montante inicialmente contratado em cerca de 40%, englobando nesse percentual os aventais que não

²31.No caso de aquisições com entrega parcelada, orienta-se para que sejam utilizados os modelos de minutas de contrato padrão pré aprovadas, disponíveis no site da BEC (aquisição de bens com entrega parcelada), e que constituem o Anexo V da minuta de edital, fazendo-se as adequações necessárias para o caso de dispensa de licitação (fl. 264)





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

chegaram a ser entregues e aqueles que foram rejeitados por estar fora dos padrões estabelecidos no Termo de Referência.

15. Porém, embora tenha sido aventada como justificativa para a contratação, a necessidade de enfrentamento da pandemia de COVID-19, certo é que constou como fundamento legal para a contratação, o artigo 24, inciso IV, da Lei 8.666/93, o que poderia gerar questionamentos acerca da possibilidade de redução unilateral do valor inicialmente contratado, em percentual superior a 25%.

16. Todavia, na verdade, as atitudes da contratada ao deixar de entregar a mercadoria dentro do prazo previsto e entregar bens que não atendem às especificações do objeto da aquisição, configuram motivo suficiente para a rescisão unilateral do contrato por parte da Administração, com fundamento no artigo 78, I, c/c artigo 79, I, ambos da Lei nº 8.666/93.

17. Sobre a rescisão unilateral do contrato assim ensina a doutrina³:

“A rescisão unilateral é promovida pela Administração Pública, logo no interesse dela. As decisões que determinam a rescisão devem ser, por força do parágrafo único do art. 78 da Lei nº 8.666/93, precedidas do contraditório e da ampla defesa, bem como devem ser motivadas. As hipóteses de rescisão unilateral, de acordo com o inciso I do art. 79 da Lei nº 8.666/93, são aquelas enfeixadas entre os incisos I a XII e XVII do art. 78 da mesma Lei. Pode-se dizer que tais hipóteses dizem respeito às situações em que o contratado comete alguma falta, quer por descumprimento de obrigação contratual, que por descumprimento de obrigação geral que lhe é impingida na Lei.”

18. Dessa forma, depreende-se que a empresa contratada estaria sujeita à rescisão unilateral, bem como à aplicação das sanções administrativas cabíveis, pelo descumprimento do contrato. Porém, embora o artigo 79, inciso I, assegure o direito da Administração Pública de rescindir o contrato de forma unilateral, o artigo 78 do mesmo diploma legal exige que tal se dê sob o crivo do

³ NIEBUHR, Joel de Menezes, in ‘Licitação Pública e Contrato Administrativo’, Editora Fórum, 4ª edição, 2015, pg. 1075





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

contraditório e da ampla defesa, conforme artigo 5º, LV da Constituição Federal, bem como seja formalmente motivado, pois a rescisão administrativa não é discricionária, mas vinculada aos motivos que a ensejaram.

19. Assim, no caso ora analisado, recomenda-se a instauração de procedimento visando à rescisão unilateral da avença, a ser inaugurado com manifestação descrevendo os fatos que lhe deram ensejo, seguido de decisão da autoridade acolhendo tal manifestação e intimação da contratada para apresentação de defesa.

20. É importante frisar que, além da rescisão unilateral, os fatos descritos nestes autos também sujeitariam a contratada, em tese, à aplicação das sanções administrativas decorrentes do descumprimento contratual, instaurando-se procedimento próprio em que sejam garantidos o contraditório e o amplo direito de defesa, em conformidade com as orientações traçadas no Parecer referencial CJ/SS nº 04/2020.

21. Por fim, com relação à retirada das mercadorias entregues fora das especificações e que, até o momento, permanecem no almoxarifado da CGA, verifica-se que não há previsão expressa no Termo de Referência ou em qualquer outro documento que se amolde à situação narrada. A notificação da empresa para a retirada dos produtos em prazo fixado, da forma como se procedeu neste caso, foi a atitude correta a ser tomada.

22. Assim, tendo em vista que a contratada, apesar de ciente, não retirou os bens, entendo deva ser acolhida a proposta de envio dos autos à D. Subprocuradoria Geral do Estado – Área do Contencioso Geral, da Procuradoria Geral do Estado para, com base nos elementos de que se dispõe, avaliar a viabilidade jurídica de propositura de ação judicial no caso concreto. Previamente à remessa dos autos, recomenda-se a elaboração de manifestação técnica em que fiquem explicitados os motivos da rejeição dos produtos e que contenha a análise das alegações apresentadas pela contratada acerca dos fatos (fls. 339/356).





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

23. Com tais ponderações, proponho a restituição dos autos à Coordenadoria Geral de Administração, por intermédio da D. Chefia de Gabinete, para as providências de sua alçada.

É o Parecer, que submeto à consideração superior.

São Paulo, 26 de agosto de 2020.

GEORGIA TOLAINE MASSETTO TREVISAN
Procuradora do Estado





fls. 1

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

PROCESSO: 2020/17251
INTERESSADO: COORDENADORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO -CGA
ASSUNTO: AQUISIÇÃO AVENTAL DESCARTÁVEL - COVID-19

1. De acordo com as conclusões do Parecer CJ/SS n.º 709/2020 por seus próprios fundamentos.

2. Restituam-se os autos à **Coordenadoria Geral de Administração**, por intermédio da MD. Chefia de Gabinete, para ciência do inteiro teor do parecer retro. Em seguida, o processo deverá ser tramitado para a **Subprocuradoria Geral da Consultoria Geral, no perfil SUBG-CONS-GPG**, com a proposta de envio ao contencioso que avaliará a viabilidade da adoção de medida judicial.

São Paulo, 27 de agosto de 2020.

MARIA INEZ PERES BIAZOTTO
Procuradora do Estado Chefe



SESCAP2020524876A



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Saúde
GABINETE DO SECRETÁRIO - Chefia de Gabinete

Informação

Interessado: COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO - CGA
Assunto: Aquisição de Avental Descartável para atendimento de Plano de contingência COVID-19
Número de referência: SES-PRC-2020/17251

De ordem superior, à Coordenadoria Geral de Administração para conhecimento com parecer da Consultoria Jurídica.

São Paulo, 04 de setembro de 2020.

MAYARA DOS SANTOS MACIEL
Assessor de Gabinete I
GABINETE DO SECRETÁRIO - Chefia de Gabinete



Assinado com senha por MAYARA DOS SANTOS MACIEL - 04/09/2020 às 17:44:49.
Documento Nº: 8166248-4366 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8166248-4366>

Classif. documental	004.01.04.002
---------------------	---------------



SESINF202091111A



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Saúde
Coordenadoria Geral de Administração - Assistência

Despacho

Interessado: Coordenadoria Geral de Administração
Assunto: Aquisição de avental descartável para atendimento do Plano de Contingência COVID-19
Número de referência: INFORMAÇÃO CGA Nº: 321/2020 - PROCESSO Nº 2020/17251

Trata-se de aquisição de avental descartável em atendimento às medidas estabelecidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus - COVID-19.

A aquisição pretendida deu-se por meio da Dispensa de Licitação nº 57/2020 e foi firmada entre o Estado de São Paulo - Secretaria de Estado da Saúde - Coordenadoria Geral de Administração e a empresa Ortomedical Comércio Atacadista de Materiais Médicos Hospitalares Ltda, por intermédio da nota de empenho nº 2020NE00591, de 24/04/2020,

A contratada não cumpriu as condições de entrega constantes do Termo de Referência/Proposta Comercial (fls. 03 e 20). Vários atrasos foram observados no decorrer da contratação e a qualidade de parte dos aventais entregues foi considerada inferior em relação à amostra apresentada na ocasião da contratação, razão pela qual a Administração notificou a empresa especialmente nos Ofícios nºs 343/2020 e 381/2020, respectivamente às fls. 357/359 e 408.

Assim, entendemos, com base nas informações das áreas técnicas, que a proposta não mais atende ao interesse público, sendo necessário o devido procedimento de rescisão contratual, bem como a aplicação das sanções cabíveis em decorrência de inadimplemento parcial de obrigações contratuais.

Encaminhe-se ao Coordenador da Coordenadoria Geral de Administração para ciência e manifestação.

São Paulo, 11 de setembro de 2020.

ADRIANA FERRAZ SAMPAIO CORRADIN
DIRETOR III
Coordenadoria Geral de Administração - Assistência

Classif. documental	004.01.04.002
---------------------	---------------



SESDES2020173394A



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Saúde
Coordenadoria Geral de Administração - Gabinete do Coordenador

Despacho

Interessado: Coordenadoria Geral de Administração

Assunto: Aquisição de avental descartável para atendimento do Plano de Contingência COVID-19

Número de referência: DESPACHO CGA Nº: 1699/2020 - PROCESSO Nº 2020/17251

Tratam os autos de aquisição de avental descartável visando o atendimento das medidas estabelecidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), conforme Portaria do Ministério da Saúde n.º 356 de 11 de março de 2020, Decreto Estadual nº 64.879 de 20 de março de 2020.

Considerando os documentos contidos nos autos, em especial a Informação CGA nº321/2020, às fls. retro e a gravidade do descumprimento contratual, bem como o interesse público envolvido, do qual a Contratada possuía pleno conhecimento, DETERMINO, com fundamento no artigo 79, inciso I c/c artigos 77 caput e 78 incisos I, II, IV, XII e parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93, a rescisão unilateral da avença formalizada, por intermédio da nota de empenho nº 2020NE00591, de 24/04/2020, firmada entre o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde - Coordenadoria Geral de Administração e a empresa Ortomedical Comércio Atacadista de Materiais Médicos Hospitalares Ltda, em razão do inadimplemento parcial de obrigações por parte da contratada, que deixou de fornecer parte dos insumos, objeto dos autos, nas condições estipuladas no Termo de Referência/Proposta Comercial.

Estabeleço ainda, a instauração de procedimento administrativo visando a aplicação das sanções previstas nos artigos 86 e 87 do citado diploma legal c/c nas Resoluções SS-92, de 10/11/2016 e CC-52, de 19/07/2005, em decorrência de inadimplemento de obrigações contratuais, no importe de 30% (trinta por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida.

Fica concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para eventual oferta de defesa ante os termos da notificação, que deverá ser apresentada no Núcleo de Gestão de Contratos desta Coordenadoria Geral de Administração, localizado à Avenida Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - 2º andar - sala 200 - Cerqueira Cesar - CEP:05403-000 - São Paulo/SP.

Publique-se.

São Paulo, 11 de setembro de 2020.

Classif. documental

004.01.04.002



SESDES2020174269A



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Saúde
Coordenadoria Geral de Administração - Gabinete do Coordenador
ROSALIA BARDARO
Coordenador
Coordenadoria Geral de Administração - Gabinete do Coordenador





São Paulo, 11 de setembro de 2020

OFÍCIO CGA nº 497/2020

REF.: RESCISÃO CONTRATUAL- SES-PROC-2020/17251

Prezado Senhor,

Trata-se de aquisição de avental descartável visando o atendimento das medidas estabelecidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), conforme Portaria do Ministério da Saúde nº 356 de 11 de março de 2020, Decreto Estadual nº 64.879 de 20 de março de 2020.

Considerando os documentos contidos nos autos acima referenciado e a gravidade do descumprimento contratual, bem como o interesse público envolvido, do qual a Contratada possuía pleno conhecimento, **DETERMINO**, com fundamento no artigo 79, inciso I c/c artigos 77 caput e 78 incisos I, II, IV, XII e parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93, a rescisão unilateral da avença formalizada, por intermédio da nota de empenho nº 2020NE00591, de 24/04/2020, firmada entre o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde – Coordenadoria Geral de Administração e a empresa Ortomedical Comércio Atacadista de Materiais Médicos Hospitalares Ltda, em razão do inadimplemento parcial de obrigações por parte da contratada, que deixou de fornecer parte dos insumos, objeto dos autos, nas condições estipuladas no Termo de Referência/Proposta Comercial.

Estabeleço ainda, a instauração de procedimento administrativo visando a aplicação das sanções previstas nos artigos 86 e 87 do citado diploma legal c/c as Resoluções SS-92, de 10/11/2016 e CC-52, de 19/07/2005, em decorrência de inadimplemento de obrigações contratuais, no importe de 30% (trinta por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida.

Fica concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para eventual oferta de defesa ante os termos da notificação, que deverá ser apresentada no Núcleo de Gestão de Contratos desta Coordenadoria Geral de Administração, localizado à Avenida Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 – 2º andar – sala 200 – Cerqueira Cesar – CEP: 05403-000 – São Paulo/SP.

Atenciosamente,

assinado no original

Rosalia Bardaro
Coordenador da CGA

À
Ortomedical Comércio Atacadista de Materiais Médicos Hospitalares Ltda
Rua Domingos André Zanini, 277 – sala 511 – Campinas - São José/SC
A/C Sr. Leivy Esteto





SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 – 2º andar – sala 213 – CEP: 05403-000 – Cerqueira César/SP

Relação de Remessa de Papéis Diversos

De: Núcleo de Gestão de Contratos/CGA

Para: EXPEDIÇÃO

ORTOMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS MÉDICOS
HOSPITALARES LTDA
RUA DOMINGOS ANDRÉ ZANINI 277 – SALA 511 - CAMPINAS
SÃO JOSÉ/ SC
CEP: 88117-200

Data: 11/09/2020

Proc: SES- PRC: 2020/ 17251 SEM PAPEL

Remetido por:

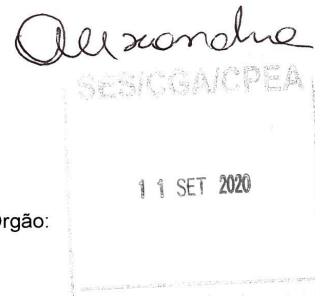
Recebido:

Em:

Nome e RG:

Ass:

Carimbo do Órgão:



SESCAP2020621171A

06/10/2020

<https://www2.correios.com.br/sistemas/rastreamento/newprint.cfm>

JU167012330BR

O horário apresentado no histórico do objeto não indica quando a situação ocorreu, mas sim quando os dados foram recebidos pelo sistema, exceto no caso do SEDEX 10 e do SEDEX Hoje, em que ele representa o horário real da entrega.



Objeto entregue ao destinatário
28/09/2020 13:27 SAO JOSE / SC

28/09/2020 13:27 SAO JOSE / SC	Objeto entregue ao destinatário
28/09/2020 08:44 SAO JOSE / SC	Objeto saiu para entrega ao destinatário
11/09/2020 11:50 SAO PAULO / SP	Objeto postado

<https://www2.correios.com.br/sistemas/rastreamento/newprint.cfm>

1/2



Autenticado com senha por VALÉRIA ALVARES GOMES DA SILVA - 06/10/2020 às 12:50:50.
Documento Nº: 9151744-3988 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9151744-3988>



SESCAP2020621171A


PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE			
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE			
ORTOMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA			
ENDEREÇO / ADRESSE RUA DOMÍNGOS ANDRÉ ZANINI 277 JARDIM			
CEP / CODE POSTAL	CIDADE / LOCALITÉ	UF	PAÍS / PAYS
08117-200	CAMPINAS - SÃO JOSE	SP	BRASIL
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION		NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI	
DE INÍCIO COTA Nº 497/2020.		<input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE	
PROV. 2020/17251 Sem papel		<input type="checkbox"/> EMS	
		<input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR		DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRAISON	CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE ENTREGA / BUREAU DE LIVRAISON
Eliane M. Souza		28/9/20	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR			
Nº DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR	RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT		
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO			

75240203-0 00463 / 16 114 x 186 mm



	AVISO DE RECEBIMENTO AVIS CN07	AR	JU 16701233 0 BR								
	DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT 11 SET 2020	TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON <table border="1"> <tr> <td>/ /</td> <td>/ /</td> <td>/ /</td> </tr> <tr> <td>:</td> <td>:</td> <td>:</td> </tr> <tr> <td>h</td> <td>h</td> <td>h</td> </tr> </table>		/ /	/ /	/ /	:	:	:	h	h
/ /	/ /	/ /									
:	:	:									
h	h	h									
UNIDADE DE POSTAGEM / AGÊNCIA DE DEVOIR AC Al. Santos											
PREENCHER COM LETRA DE FORMA NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR AV. DR ENÉAS DE CARVALHO AGUIAR, 188 – 2º ANDAR – SL. 203 COORDENADORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO NÚCLEO DE GESTÃO DE CONTRATOS - NGC AV. DR ENÉAS DE CARVALHO AGUIAR, 188 – 2º ANDAR – SL. 203 CERQUEIRA CÉSAR – SÃO PAULO/SP CEP: 05403-000											
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO RETOUR	ENDEREÇO CIDADE	SIGLA SIGLA									



São José, 05 de outubro de 2020.

RESPOSTA Ofício CGA nº 497/2020

ORTOMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES, inscrita no CNPJ sob o nº 09.557.129/0001-70, com sede a Rua Domingos André Zanini, nº 277, Sala 511, Campinas, São José – Santa Catarina, neste ato representado por seu sócio administrador **LEIVY ESTEVO**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da identidade nº 4.177.103 SSP/SC e inscrito no CPF sob o nº 039.960.589-42, residente e domiciliado na Rua dos Canários, nº 96, Cidade Universitária Pedra Branca, Palhoça – Santa Catarina, CEP 88137-165.

Considerando o envio do OFÍCIO CGA nº 497/2020, de 11 de setembro de 2020, rescindindo de forma unilateral a avença formalizada através da nota de empenho nº 2020NE00591 por suposto inadimplemento parcial das obrigações da contratada.

Considerando o OFÍCIO CGA nº 343/2020, de 26 de junho de 2020, utilizou como fundamento para a supressão contratual o suposto descumprimento das especificações dos aventais entregues em detrimento às especificações presentes perante a nota de empenho 2020NE00591.

Informo ainda, que no momento do recebimento dos materiais a conferência dá-se por amostragem devido ao grande volume de entradas e saídas diárias do almoxarifado central. Ocorre que recebemos "feedback" negativo de Unidades Hospitalares quanto a qualidade dos aventais da Ortomedical, o que se constata nas imagens no Anexo I do presente, que levou-nos a reavaliar a aquisição objeto da 2020NE00591.

Considerando que as provas conquanto as supracitadas especificações presentes à nota de empenho 2020NE00591, serem ônus probatório da **SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE**, nos molde do artigo 49 da Lei 8.666/93.





Considerando que o artigo 49 da Lei 8.666/93 assegura em seu parágrafo 3º, o contraditório e a ampla defesa nos casos de desfazimento do processo licitatório, o que não fora oportunizado à contratada no caso em tela.

Considerando que, não obstante o ônus probatório ser da administração pública conquanto a suposta falta de qualidade dos produtos entregues, não podemos olvidar que eventuais avarias devam ser imediatamente substituídas pela empresa contratada nos moldes do artigo 69 da Lei 8.666/93.

Considerando que, embora não tenha sido intimada do Mandado de Segurança Cível autuado sob o nº 1042236-87.2020.8.26.0053, em trâmite na 3ª Vara da Fazenda Pública da Capital - SP, a Fazenda Pública do Estado de São Paulo, comprovadamente tomou ciência do referido processo judicial, tendo inclusive, comunicado perante o processo de produção antecipada de prova autuado sob o nº 1015823-56.2020.8.26.0564, em trâmite na 1ª Vara da Fazenda Pública de São Bernardo do Campo - SP.

Considerando que **SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE**, através da sua coordenadora, em um ato de má-fé, altera supervenientemente e incognoscivelmente a fundamentação acerca da supressão do empenho nº SES-PRC-2020/17251, anteriormente em razão da suposta alegação de *feedback* negativo dos hospitais em relação aos aventais e agora, teratologicamente, pela suposta inadimplência em razão da entrega do volume de materiais que havia sido expressamente postergada para o dia 30 de junho de 2020, conforme Ofício CGA nº 300/2020 de 10 de junho de 2020:

TAPIAS
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Empresarial Terra Firme | Rua Domingos André Zanini, nº 277
Sala 1011 | Campinas, São José-SC | 88117-200

F.: 48 3029 3888
www.tapias.adv.br



TAPIAS
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Vejamos:

Por fim, o último dia de entrega dos produtos adquiridos será 30/06/2020, após essa data o Centro de Logística de Material de Consumo – CLMC não receberá mais nenhum produto por parte de sua empresa.

Permanecendo no aguardo das determinações que forem julgadas cabíveis, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

ADHEMAR DIZIOLI FERNANDES
Coordenador da CGA

Considerando que a empresa contratada já havia registrado através de correspondência eletrônica que a entrega do dia 30 de junho de 2020 estava agendada para a mesma data, conforme solicitado perante o Ofício CGA nº 300/2020 de 10 de junho de 2020.

Prezados, bom dia!

Informo que recebemos o ofício e conforme informamos, estaremos concluindo todas as entregas até o dia 30/06/2020.

Ainda, gostaria de esclarecer que todos os materiais deste empenho já estão prontos a algumas semanas e só não foram todos entregues conforme solicitado pelo próprio departamento de agendamento desta Secretaria.

De qualquer forma, deixo registrado que já estamos com a última entrega agendada para a próxima terça-feira (dia 30/06/2020), conforme nos foi solicitado.

Fico à disposição.

Atenciosamente,

André Lautert Vieira
Ortomédical - Comércio Atacadista de Materiais Médicos Hospitalares
(48) 3380-9170 / 98418-7617
ortomedicalsc1@yahoo.com

TAPIAS
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Empresarial Terra Firme | Rua Domingos André Zanini, nº 277
Sala 1011 | Campinas, São José-SC | 88117-200

F.: 48 3029 3888
www.tapias.adv.br



TAPIAS

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

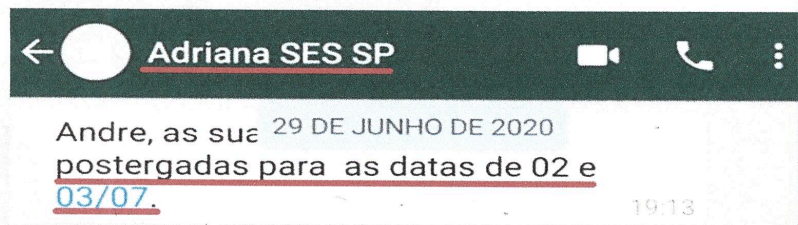
A administração pública ratificou a postergação da entrega dos aventais através da correspondência eletrônica datada de 7 de junho de 2020 e posteriormente perante os OFÍCIOS CGA nº 343/2020 e 381/2020 não sendo crível a fundamentação apresentada perante o OFÍCIO CGA nº 497/2020.

Mediante ao cumprimento de entrega total da NF e de reposição das avarias ocorrido na quinta (04.06), liberamos a empresa para novas entregas e suas NFs para pagamento.

Portanto, incognoscível a alegação de inadimplemento parcial das obrigações da empresa contratada, haja vista a expressa postergação para a entrega dos aventais, proferida anteriormente pela própria SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE.

Considerando a comprovada programação para entrega no prazo estipulado pela Secretaria de Estado da Saúde do Estado de São Paulo e a incontrovertida supressão contratual em 24 de junho de 2020, ou seja, antes mesmo da data pactuada, 30 de junho de 2020, não preenchendo qualquer dos requisitos dispostos perante os artigos 77, 78 e 79 da Lei nº 8.666/93.

Não obstante, através do aplicativo de troca de mensagens *whatsapp*, a servidora da Coordenadoria Geral de Administração, Adriana Paschoalin, informa que as entregas teriam sido postergadas, ainda, para as datas de 2 e 3 de julho, conforme troca de mensagens de 29 de junho de 2020. Vejamos:




TAPIAS
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Os argumentos lançados neste ulterior ofício trazem dúvida com relação ao alcance do referido cancelamento em relação a citada inadimplência parcial das obrigações, pois 459.320 (quatrocentos e cinquenta e nove mil trezentos e vinte), aventais restaram efetivamente vistoriados e entregues representados pelas Notas Fiscais nº 4.084, 4.116, 4.117, 4.134, 4.135, 4.136, 4.138, 4.139 e 4.147, entretanto, não foram pagos.

Nestes termos, considerando os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, ampla defesa, impessoalidade, contraditório, segurança jurídica, economicidade e interesse público, não obstante, o ônus probatório ser da administração pública, a empresa **ORTOMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES**, contesta qualquer alegação de inadimplemento de sua parte, haja vista a comprovada programação para entrega no prazo estipulado pela Secretaria de Estado da Saúde do Estado de São Paulo e a incontrovertida supressão contratual em 24 de junho de 2020, ou seja, antes mesmo da data pactuada, 30 de junho de 2020, não preenchendo qualquer dos requisitos dispostos perante os artigos 77, 78 e 79 da Lei nº 8.666/93 e, conseqüentemente, não havendo que se falar em rescisão unilateral da avença.

Estamos à disposição.



**ORTOMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS MÉDICOS
HOSPITALARES**
CNPJ sob o nº 09.557.129/0001-70

TAPIAS
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Empresarial Terra Firme I Rua Domingos André Zanini, nº 277
Sala 1011 I Campinas, São José-SC I 88117-200

F.: 48 3029 3888
www.tapias.adv.br





Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Saúde
Coordenadoria Geral de Administração - Gabinete do Coordenador

Despacho

Interessado: Coordenadoria Geral de Administração

Assunto: Aquisição de avental descartável para atendimento do Plano de Contingência COVID-19

Número de referência: DESPACHO CGA Nº: 1895/2020 - PROCESSO Nº 2020/17251

Trata-se de defesa apresentada pela empresa Ortomedical Comércio Atacadista de Materiais Médicos Hospitalares Eireli, em face da intenção desta SES, por intermédio da Coordenadoria Geral de Administração - CGA, de aplicação da penalidade de multa por descumprimento parcial das obrigações assumidas pela empresa no fornecimento de aventais descartáveis para atendimento aos profissionais da Saúde durante o Plano de Contingência do COVID 19.

Releva destacar que o procedimento adotado para aquisição foi o de Dispensa de Licitação, consoante previsto na Lei Federal nº 13.979/2020, de 06 de fevereiro de 2020.

A Administração, através da CGA pretendia a aquisição de 2.000.000 (dois milhões) de aventais descartáveis - Código Siafísico n.º 3478122, no valor unitário de R\$ 14,00, perfazendo o total de R\$ 28.000.000,00 (vinte e oito milhões de reais), com entregas semanais, conforme cronograma de entrega descrito no Termo de Referência.

Após a primeira notificação para cumprimento do cronograma ocorrida em 14/05/2020, a Contratada se comprometeu a concluir a entrega até 30/05/2020, o que não ocorreu.

Diante do não cumprimento, em 10 de junho de 2020, a Administração notificou novamente a empresa, determinando que o prazo máximo para a conclusão da entrega seria até 30/06/2020, e que a partir dessa data o Centro de Logística de Material de Consumo não mais receberia qualquer produto referente a supra citada nota de empenho.

Como se verifica, as alegações da empresa quanto à autorização fornecida por servidor desta Coordenadoria, por meio de aplicativo de troca de mensagem *whatsapp*, para postergação das entregas para os dias 02 e 03, não prosperam, pois a mensagem integral demonstra, de forma inequívoca, que as entregas estavam vinculadas a análise preliminar das amostras para verificação da qualidade dos produtos (doc. 1).

Nesse interregno, a Administração foi surpreendida com o fato de que os aventais entregues em algumas Unidades Hospitalares Referenciadas apresentaram baixa qualidade e foram rejeitados por parte das equipes de saúde.

Diante dos fatos a CGA, por intermédio do Ofício nº 343/2020, decidiu pelo

Classif. documental	004.01.04.002
---------------------	---------------





Governo do Estado de São Paulo

Secretaria da Saúde

Coordenadoria Geral de Administração - Gabinete do Coordenador

cancelamento das entregas agendadas, bem como determinou a retirada imediata, por parte da empresa, dos aventais entregues em desconformidade com as especificações técnicas e, ainda, pela supressão contratual de aproximadamente 41% (quarenta e um pontos percentuais) do valor inicialmente contratado.

A contratada apresentou extensa peça de defesa refutando a determinação da Administração, que por sua vez manteve a decisão, conforme estabelecido no Ofício nº 381/2020:

1) Retirada do Centro de Logística e Material de Consumo, por descumprimento das especificações técnicas, no prazo de 72 (setenta e duas) horas de 459.320 peças correspondendo ao valor total de R\$ 6.430.480,00 (seis milhões quatrocentos e trinta mil quatrocentos e oitenta reais), conforme notas fiscais nºs 4084, 4116, 4117, 4134, 4135, 4136, 4138, 4139 e 4147.

2) Supressão de 356.770 unidades não entregues, no valor total de R\$ 4.994.780,00 (quatro milhões novecentos e noventa e quatro mil setecentos e oitenta reais).

A empresa Ortomedical não cumpriu com o ajustado perante a Administração entregando produtos de baixa qualidade, considerados de fundamental importância para proteção aos servidores e pacientes do SUS.

O questionamento que o caso impõe reside na possibilidade de que o valor da multa seja proporcional ao momento em que a Administração cancelou, pelo descumprimento da contratada, o saldo da Nota de Empenho e, com esse recurso financeiro promoveu novas aquisições para suprir as necessidades ao enfrentamento da pandemia, haja vista que a aquisição dos produtos da empresa Ortomedical não atendiam as exigências estabelecidas.

Nesse cenário, encaminhe-se o presente à Douta Consultoria da Pasta para análise e orientação jurídica pertinente.

São Paulo, 04 de novembro de 2020.

ROSALIA BARDARO

Coordenador

Coordenadoria Geral de Administração - Gabinete do Coordenador



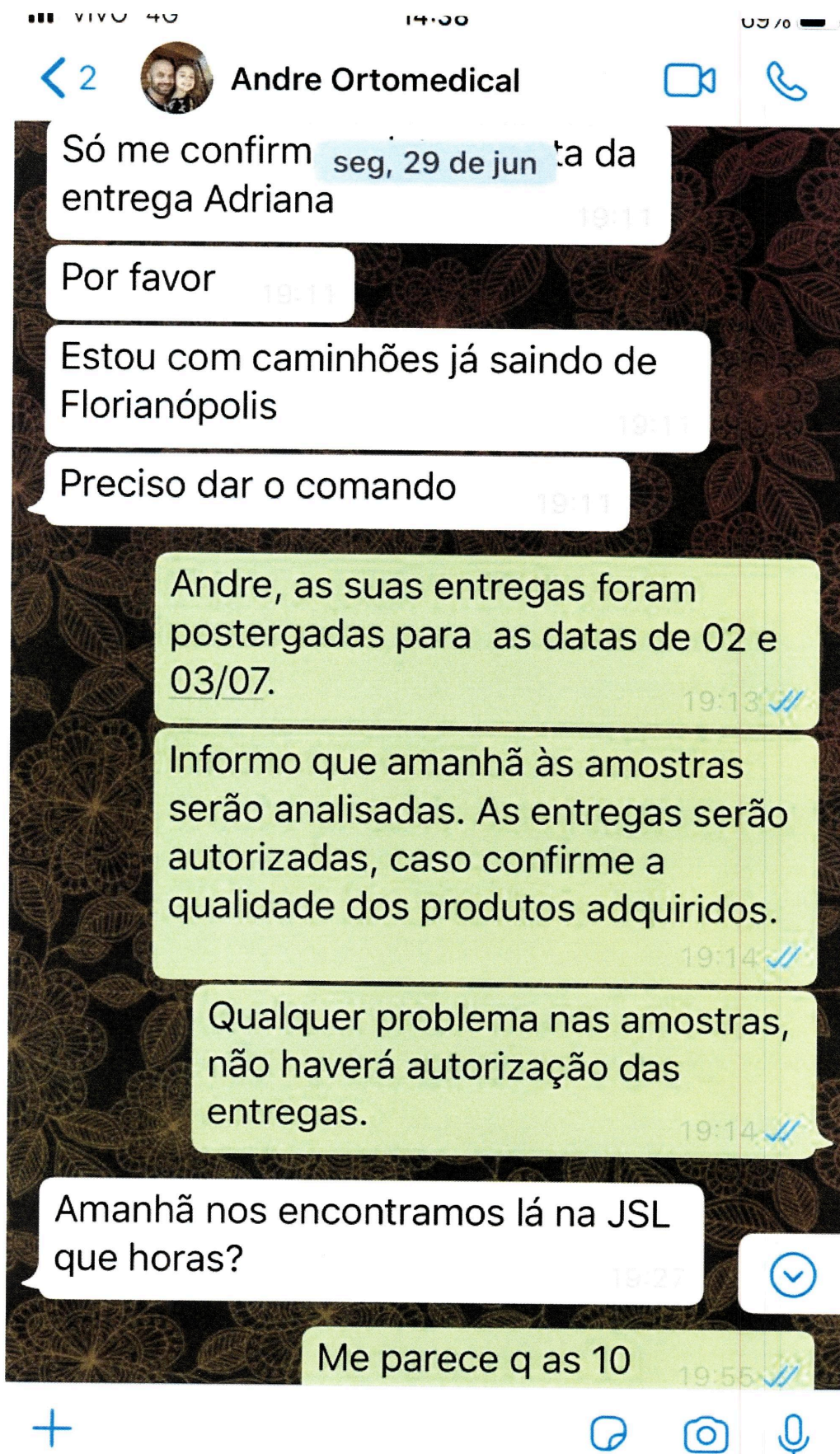
Doc. 1



Autenticado com senha por ADRIANA FERRAZ SAMPAIO CORRADIN - 05/11/2020 às 09:09:49.
Documento Nº: 10114567-4503 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10114567-4503>



SESCAP2020692012A



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

PROCESSO: 2020/17251
INTERESSADO: COORDENADORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO -CGA
PARECER: CJ/SS n.º 5/2021
EMENTA: CONTRATO ADMINISTRATIVO. Inexecução. Aquisição direta por dispensa de licitação de 2.000.000 de aventais descartáveis para enfrentamento da pandemia de COVID-19. Ausência de entrega de parte dos produtos pela Contratada. Instauração de procedimento sancionatório. Dúvida jurídica quanto à proporcionalidade do valor da multa em relação ao momento em que a Administração cancelou o saldo da Nota de Empenho. Aplicação dos artigos 86 e 87 da Lei federal nº 8.666/93 e da Resolução SS nº 92, de 10/11/2016. Princípios da legalidade e da proporcionalidade na aplicação de sanções administrativas. Diferenciação entre atraso e inadimplemento do cumprimento da obrigação. Proposta de devolução à origem.

Ilma. Sra. Dra. Procuradora do Estado Chefe da Consultoria Jurídica da Secretaria de Estado da Saúde,

1. Trata-se de processo instaurado visando à aquisição, mediante contratação direta por dispensa de licitação, de 2.000.000 (dois milhões) de unidades de aventais descartáveis para o enfrentamento da pandemia de COVID-19.

2. Foi contratada a empresa “Ortomedical Comércio Atacadista de Materiais Médicos Hospitalares EIRELI – EPP”, que apresentou sua proposta comercial (fl. 20), indicando o valor unitário de R\$ 14,00. Contudo, a empresa não cumpriu integralmente a obrigação assumida, eis que além de apresentar parte do produto em desconformidade com as especificações exigidas no Termo de Referência,

Parecer CJ/SS n.º 5/2021

Página 1 de 10





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

atrasou a entrega de outra parte, vindo a Administração a rescindir a avença e cancelar o saldo da Nota de Empenho emitida.

3. Consoante já exposto no judicioso Parecer CJ/SS nº 709/2020 (fl. 421/427):

“4. ...houve a entrega de 33.460 unidades que, no entanto, não puderam ser utilizadas em virtude da baixa qualidade dos produtos, constatando-se que as especificações não correspondiam àquela exigida no Termo de referência. Diante disso, foi expedido o ofício CGA nº 343/2020, comunicando à contratada a suspensão de novas entregas e a supressão de 40,8045% do valor total do contrato, advertindo-a, ainda, acerca da necessidade da retirada imediata do material entregue fora dos padrões contratados das dependências da Unidade contratante (fls. 357/369).

5. Em sua resposta, a empresa contestou a ausência de qualidade dos produtos que foram fornecidos. Porém, manifestou a intenção de efetuar a troca de unidades que apresentem defeito, pugnando pela manutenção integral da avença (fls. 370/407). Tal pretensão, contudo, não foi acolhida pela administração, conforme consignado no Ofício CGA nº 381/2020 (fls. 408/411), que manteve a decisão de suprimir o quantitativo indicado, que inclui o lote de produtos que não atenderam à especificação.

6. Foi elaborado o quadro demonstrativo contemplando o número de aventais recebidos, dos não entregues e daqueles que foram entregues, mas não puderam ser utilizados em virtude da baixa qualidade (fls. 413/414).

7. Por fim, por meio do despacho de fls. 415/416, a CGA fez breve relato de todos os fatos ocorridos até então, solicitando o cancelamento da nota de empenho referente ao produto que não pode ser utilizado e





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

propondo o encaminhamento dos autos à Procuradoria Geral do Estado – Área do Contencioso Geral para que seja proposta ação judicial visando compelir a contratada a retirar os produtos rejeitados que se encontram “ocupando extensa área de almoxarifado desta Coordenadoria Geral de Administração”.

4. Após a emissão do referido parecer jurídico, a Administração, em virtude do inadimplemento da Contratada e da baixa qualidade de parte dos aventais por ela entregues, determinou a rescisão unilateral da avença e a instauração do necessário processo sancionatório com vistas à aplicação de multa (fls. 431).

5. Após regular notificação, a Contratada apresentou a defesa de fls. 439/443).

6. Com o Despacho CGA nº 1895/2020, de fls. 444/445, da lavra da D. Coordenadora Geral de Administração, os autos vieram a esta Consultoria Jurídica para manifestação pontual quanto à dúvida formulada em seu penúltimo parágrafo, a saber:

“O questionamento que o caso impõe reside na possibilidade de que o valor da multa seja proporcional ao momento em que a Administração cancelou, o descumprimento da contratada, o saldo da Nota de Empenho e, com esse recurso financeiro promoveu novas aquisições para suprir as necessidades ao enfrentamento da pandemia, haja vista que a aquisição dos produtos da empresa Ortomedical não atendiam as exigências estabelecidas.”.

É o relatório do necessário. Passo a opinar.

7. Preliminarmente, observo que a presente manifestação está circunscrita ao esclarecimento de dúvida específica formulada pela Administração e exposta no item 6 supra. Não serão objeto deste opinativo outras questões envolvendo o processo licitatório, o que poderá ocorrer, caso esta Consultoria Jurídica seja instada a fazê-lo.





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

8. Consoante relatado, houve descumprimento parcial da avença por parte da Contratada, pois os bens não foram entregues em sua totalidade, dentro do prazo estipulado na Nota de Empenho. Diante disso, a administração houve por bem suspender as entregas e reduzir unilateralmente o montante inicialmente contratado em cerca de 41%, englobando nesse percentual os aventais que não chegaram a ser entregues e aqueles que foram rejeitados por estar fora dos padrões estabelecidos no Termo de Referência.

9. A conduta inadimplente da Contratada, que deixou de entregar a mercadoria dentro do prazo previsto e entregou bens que não atendiam às especificações do objeto segundo o Folheto Descritivo, configura motivo suficiente para a rescisão unilateral do contrato por parte da Administração, com fundamento no artigo 78, I, c/c artigo 79, I, ambos da Lei nº 8.666/93, o que de fato ocorreu, haja vista a decisão de fls. 431/432.

10. Rescindida a avença por culpa da Contratada, sujeita-se ela às sanções administrativas cabíveis pelo descumprimento do contrato, em conformidade com as orientações traçadas no **Parecer Referencial CJ/SS nº 04/2020, que versa sobre a aplicação da Resolução SS nº 92/2016.**

11. Referida Resolução foi publicada no DOE de 11/11/2016, e passou a ser aplicada nos editais de licitação, bem como nas dispensas e inexigibilidades de licitação, a partir de 1º de janeiro de 2017, e assim dispõe sobre a imposição da sanção de multa no âmbito da Secretaria da Saúde, em conformidade com as Leis federais nºs 8.666/93, 10.520/2002 e na Lei estadual nº 6.544/89:

***Artigo 1º** - A aplicação das sanções de natureza pecuniária a que se referem os artigos 81, 86 e 87, incisos I e II da Lei Federal - 8.666, de 21-6-1993, os artigos 79, 80 e 81, incisos I e II da Lei Estadual - 6.544, de 22-11-1989 e o artigo 7º da Lei Federal - 10.520, de 17-7-2002, obedecerá as normas estabelecidas na presente Resolução.*

***Artigo 2º** - As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo com garantia de prévia e ampla defesa observado, no que couber, o procedimento estabelecido nas instruções contidas na Resolução CC-52, de 19-7-2005, do Comitê de*





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

Qualidade da Gestão Pública, ou em outro ato regulamentar que a substituir, e no Decreto Estadual - 61.751, de 23-12-2015.

Artigo 3º - *A recusa injustificada em assinar, aceitar ou retirar o contrato ou instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração ensejará a aplicação de multa de 10% a 30% sobre o valor do ajuste.*

Parágrafo Único – *Havendo recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços, a estimativa de compra prevista no Edital de licitação será utilizada como base de cálculo para a multa, sendo que o valor apurado poderá ser reduzido pela Administração em até 50%, observando-se o disposto no artigo 8º desta Resolução.*

Artigo 4º - *A inexecução total do ajuste ensejará a incidência de multa de 10% a 30% (trinta por cento) do valor do ajuste.*

Artigo 5º - *A inexecução parcial do ajuste ensejará a incidência de multa de 10% a 30% (trinta por cento) do saldo financeiro não realizado.*

Parágrafo Único – *No caso de prestação de serviços contínuos, a multa será de 30% (trinta por cento) sobre a base mensal que seria paga à empresa faltosa no mês em que houve descumprimento da obrigação.*

Artigo 6º - *O atraso injustificado na execução da contratação ensejará a aplicação de multa diária na seguinte conformidade:*

I - 0,2% ao dia do saldo financeiro não realizado para atrasos de até 30 (trinta) dias;

II - 0,4% ao dia do saldo financeiro não realizado ultrapassado 30 (trinta) dias de atraso.

Parágrafo Único – *A multa por atraso não poderá exceder a 30% (trinta por cento) do valor total do ajuste.*

Artigo 7º - *O descumprimento de obrigações que ferem critérios e condições previstos nos contratos de prestação de serviços contínuos e que não configurem inexecução total ou parcial do ajuste ou mora no adimplemento ensejará a aplicação de multa de 5% (cinco por cento) que incidirá sobre o valor mensal contratual correspondente ao mês da ocorrência.*

Artigo 8º - *Na aplicação das sanções deverão ser observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.*

Artigo 9º - *Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o inadimplente pela sua diferença.*

Artigo 10 – *As penalidades previstas nesta Resolução poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, inclusive com as demais penalidades previstas nas Leis Federais - 8.666, de 21-6-1993 e - 10.520, de 17-7-2002 e na Lei Estadual - 6.544, de 22-11-1989, observadas as prescrições legais pertinentes e as disposições estabelecidas nos respectivos instrumentos convocatórios e de contratos.*

Artigo 11 - *As penalidades de multa são autônomas entre si e a aplicação de uma não exclui a aplicação de outra.*

Artigo 12 – *As disposições desta Resolução aplicam-se, também, às contratações efetuadas mediante dispensa ou inexigibilidade de licitação, nos termos da legislação vigente.*





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

Artigo 13 – As normas estabelecidas nesta Resolução deverão integrar, sob forma de anexo, os instrumentos convocatórios dos certames ou, nos casos de contratações com dispensa ou inexigibilidade de licitação, os respectivos instrumentos de contrato.

Artigo 14 – Da aplicação das multas previstas nesta Resolução caberá recurso à autoridade hierarquicamente superior, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da publicação do ato no Diário Oficial do Estado.

Artigo 15 – Esgotada a instância administrativa, as penalidades deverão ser registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo – Caufesp, sem prejuízo do registro do devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin e na inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.

Artigo 16 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos ajustes celebrados a partir de 1º de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

12. De interesse à presente análise, temos os artigos 4º, 5º e 6º, que preveem, a imposição de multa nos casos de (i) inadimplemento total, (ii) inadimplemento parcial ou (iii) atraso injustificado no cumprimento da obrigação. São situações jurídicas distintas e que também ensejam distintas formas de aplicação da pena de multa.

13. Consoante esclarecido no Parecer Referencial CJ/SS nº 04/2020:

*“21. A decisão que impõe a **multa** é ato administrativo que produz efeitos jurídicos na esfera patrimonial do interessado. Assim, devem ser observados os **princípios da legalidade, da publicidade, da motivação, razoabilidade e proporcionalidade, garantindo-se a ampla defesa à empresa faltosa, independentemente de pedido do interessado.***

22. A Administração deve zelar pela regularidade do processo, razão pela qual se justifica a recomendação à autoridade competente para que mencione em suas manifestações a precisão dos atos praticados, de modo a alicerçar a legalidade de sua decisão.





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

23. Nesse sentido, seguem abaixo as providências essenciais a serem adotadas pela Administração, sem prejuízo de outras que cada caso concreto apontar como imprescindíveis ao legítimo desfecho do processo destinado à aplicação da sanção pecuniária. Vejamos:

a) **relato dos fatos que, em tese, caracterizam o descumprimento das obrigações assumidas e os transtornos causados ao serviço público;**

b) **memória de cálculo inicial**, com a fixação do percentual, o motivo da escolha desse percentual, com indicação dos critérios utilizados à luz da Resolução SS nº 26/1990, ou da Resolução SS nº 92/2016, a depender do caso. O cálculo deve ser elaborado de forma clara, a fim de possibilitar o imediato conhecimento pelo interessado dos critérios adotados. Sugere-se a elaboração de quadro demonstrativo com as seguintes colunas a serem adaptadas ao objeto da contratação (exemplo: aquisição, serviços, projetos e obras):

- 1) NOME DA EMPRESA;
- 2) NOTA DE EMPENHO (se o caso);
- 3) PRAZO DE ENTREGA (exemplo: 15 dias úteis ou corridos);
- 4) DATA PREVISTA PARA ENTREGA/PRAZO DE CONCLUSÃO;
- 5) DATA DA ENTREGA/CONCLUSÃO;
- 6) VALOR (relativo ao objeto contratado, pode ser total, da parcela ou mensal);
- 7) DIAS DE ATRASO (se o caso);
- 8) VALOR DA MULTA.

c) **despacho** da autoridade competente quanto à pertinência da **apuração do fato**, que deverá conter o **dispositivo legal** a fundamentar eventual imposição da penalidade;





**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE**

d) intimação do contratado para apresentação de defesa prévia no prazo de 5 (cinco) dias úteis (artigo 87, §2º, da Lei nº 8.666/97 e artigo 81, §3º, da Lei nº 6.544/89) a ser enviada por carta com aviso de recebimento (Anexo da Resolução CC-52/2005, item 5.1.) e publicada no Diário Oficial. A intimação deve estar acompanhada da memória de cálculo;

e) decisão fundamentada da autoridade com apreciação das alegações trazidas na defesa prévia, indicação dos dispositivos normativos incidentes, valor da multa eventualmente aplicada e concessão do prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recurso. A competência administrativa para aplicar a sanção pecuniária está fixada no artigo 1º, inciso XI, da Resolução SS-20, de 06-02-90.¹

f) intimação do contratado para, se quiser, interpor recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis (artigo 109, I, da Lei nº 8.666/93 e artigo 83, I, “e”, da Lei nº 6.544/89, artigo 4º, da Resolução nº 26, de 09/02/90, artigo 14 da Resolução SS nº 92/2016) ou recolher o valor da multa no prazo de 30 (trinta) dias, em guia DARE, com posterior envio do comprovante de pagamento à Administração. A intimação deverá ser enviada por carta com aviso de recebimento (Anexo da Resolução CC-52/2005, item 5.1.), acompanhada do cálculo da multa e publicada no Diário Oficial;

g) interposto recurso perante a autoridade que aplicou a pena, caso mantida a decisão, ou reformada parcialmente, será o mesmo encaminhado à autoridade hierarquicamente superior para decisão;

¹ A Resolução SS-98/2004, artigo 5º, revogou as disposições da Resolução SS-20, de 06-02-90, em relação às sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e, portanto, quanto à competência para a aplicação de sanção de multa, remanesce vigente a Resolução SS-20/90 (Parecer CJ/SS nº 198/2016).





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

h) *a decisão quanto ao recurso deverá ser enviada por carta com aviso de recebimento e publicada no Diário Oficial do Estado, reiterando-se o prazo de 30 (trinta) dias para recolhimento da multa, sob pena do respectivo valor ser inscrito na dívida ativa;*

i) *mantida a aplicação de multa e transcorrido o prazo para pagamento de 30 (trinta) dias (Lei nº 12.799/08 e Decreto Estadual nº 53.455/08), o débito deverá ser inscrito na dívida ativa;*

j) *a multa aplicada com fundamento no inciso II do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, no artigo 81 da Lei estadual nº 6.544/89, bem como com base no artigo 7º da Lei nº 10.520/02, serão registradas no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br, opção "CAUFESP", para os fins previstos no § 2º do artigo 36 da Lei federal nº 8.666/93 (artigo 27, do Decreto nº 52.205/07)."*

14. No caso em tela, a dúvida formulada pela Administração consiste na **possibilidade de que o valor da multa seja proporcional ao momento em que a Administração cancelou o saldo da Nota de Empenho**. Salvo engano, entendo que a dúvida versa sobre o TERMO FINAL para o cálculo da multa, (item 23. b. 5, do Parecer Referencial nº 04/2020), ou seja, se a DATA DE ENTREGA/ CONCLUSÃO poderia ser considerada como a data em que a Administração cancelou a Nota de Empenho, ou seja, momento a partir do qual não seria mais admitida a entrega, pela Contratada, dos produtos adquiridos.

15. Entendo que a data a ser utilizada como **TERMO FINAL para cálculo de eventuais multas deve corresponder àquela em que houve a decisão administrativa de rescindir a avença formalizada pela nota de empenho nº 2020NE00591**. Tal decisão consta à fls. 431/432 e foi publicada no DO de 12/09/2020 (fl. 432). Ou seja, a data de 11/09/2020, como se depreende da leitura da parte final de fl. 431.





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

16. Justifica-se a adoção de tal limite temporal eis que, **a partir do momento em que a Administração rescinde o contrato por culpa do Contratado, resta inviável a prestação da obrigação por este último, passando a incidir as cláusulas que preveem as sanções decorrentes do inadimplemento.**

17. Contudo, pondero que se houve inexecução parcial - e não atraso-, a multa deve ser aplicada conforme previsto no artigo 5º da Resolução SS nº 92/2016, a saber, 10% a 30% (trinta por cento) sobre o saldo financeiro não realizado do Contrato. Nesta hipótese, não incidiria termo final para cálculo de multa por atraso na entrega do objeto. Observo que a Administração deverá justificar o fundamento para aplicação da multa e o percentual aplicado, sempre fulcrada nos princípios da legalidade e da proporcionalidade.

18. No mais, reitero as orientações traçadas no Parecer Referencial CJ/SS nº 04/2020, que esclarece minuciosamente a aplicação da Resolução SS nº 92/2016.

19. Proponho a remessa dos autos à origem, via Gabinete da Pasta, para conhecimento do teor deste opinativo.

É o parecer, que submeto à superior apreciação.

São Paulo, 6 de janeiro de 2021.

ANA LUIZA DE MAGALHAES PEIXOTO
Procuradora do Estado





fls. 1

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

PROCESSO: 2020/17251
INTERESSADO: COORDENADORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO -CGA
ASSUNTO: AQUISIÇÃO AVENTAL DESCARTÁVEL - COVID-19
PARECER: CJ/SS n.º 5/2021

De acordo com as orientações traçadas, com ênfase nos *itens 17 e 18*.

Encaminhe-se para a D. Chefia de Gabinete.

São Paulo, 14 de janeiro de 2021.

PATRICIA ULSON PIZARRO WERNER
Procuradora do Estado Chefe Substituta



SESCAP202127126A



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Saúde
GABINETE DO SECRETÁRIO - ASSESSORIA TÉCNICA DE GABINETE 2

Despacho

Interessado: COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO - CGA

Assunto: Aquisição de Avental Descartável para atendimento de Plano de contingência COVID-19

Número de referência: Ofício CGA/Planejamento n.º 149/2020

Tratam os autos da aquisição de 2.000.000 (dois milhões) de unidades de aventais descartáveis para o enfrentamento da pandemia de COVID-19, realizada por dispensa de licitação.

Contudo, a empresa contratada não cumpriu integralmente a obrigação assumida, eis que além de apresentar parte do produto em desconformidade com as especificações exigidas no Termo de Referência, atrasou a entrega de outra parte, vindo a Administração a rescindir a avença e cancelar o saldo da Nota de Empenho emitida.

Os autos foram encaminhados ao órgão jurídico da Pasta em decorrência do questionamento formulado pela Coordenadoria Geral de Administração sobre possibilidade de que o valor da multa seja proporcional ao momento em que a Administração cancelou, pelo descumprimento da contratada, o saldo da Nota de Empenho e, com esse recurso financeiro promoveu novas aquisições para suprir as necessidades ao enfrentamento da pandemia, haja vista que a aquisição dos produtos da empresa Ortomedical não atendiam as exigências estabelecidas.

À vista do teor do judicioso Parecer CJ/SS nº 05/2021 ([SES-CAP-2021/07405](#)), que antecede, de ordem superior, restitua-se à Coordenadoria Geral de Administração para ciência do contido e adoção das medidas recomendadas pelo douto órgão jurídico, com especial atenção aos itens 17 e 18 ([SES-CAP-2021/27126](#))destacados pela Procuradora Chefe do Estado às fls. retro.

São Paulo, 15 de janeiro de 2021.

GILDA DE LIMA GARÓFALO PIRES CORRÊA
ASSESSOR TÉCNICO DE GABINETE IV
GABINETE DO SECRETÁRIO - ASSESSORIA TÉCNICA DE GABINETE 2

Classif. documental	004.01.04.002
---------------------	---------------



SESDES202109376A



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Saúde
Coordenadoria Geral de Administração - Assistência

Despacho

Interessado: COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO - CGA

Assunto: Aquisição de Avental Descartável para atendimento de Plano de contingência COVID-19

Número de referência: DESPACHO CGA Nº: 132/2021 - PROCESSO Nº 2020/17251

Tratam os autos de aquisição de avental descartável em atendimento às medidas estabelecidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19), conforme Portaria do Ministério da Saúde n.º 356 de 11 de Março de 2020, Decreto estadual nº 64.879 de 20 de março de 2020.

Considerando o Parecer CJ/SS nº 5/2021, às fls. 448/458 da consultoria Jurídica.

Considerando o documento da Assessoria Técnica de Gabinete - ATA 2, às fls. retro.

De ordem superior, encaminhe-se ao Núcleo de Gestão de Contratos para instauração de procedimento sancionatório, conforme Despacho CGA 950/2020, às fls. 54/57.

São Paulo, 03 de fevereiro de 2021.

ADRIANA FERRAZ SAMPAIO CORRADIN
DIRETOR III
Coordenadoria Geral de Administração - Assistência



Assinado com senha por ADRIANA FERRAZ SAMPAIO CORRADIN - 03/02/2021 às 11:48:11.
Documento Nº: 13222422-4366 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=13222422-4366>

Classif. documental

004.01.04.002



SESDES202122194A

SIGA



SES - PRC - 2020/17251

SIGA

DEMONSTRATIVO DE CÁLCULO DE MULTA

Objeto	Entrega	Nº - It.	Cidade	Valor Unitário	Valor Total	Data Prevista Entrega (*)	Data de Entrega	Dias de Atraso	Porcentual Dias de Atraso (%)	Valor da Multa
Avenal descartável	1ª Entrega de 500.000	3.901 - It. 80	55.000	14,00	770.000,00	04/05/2020	06/05/2020	2	0,2%	6.160,00
		3.904 - It. 87	14.600	14,00	204.400,00	04/05/2020	05/05/2020	1	0,2%	817,60
		3.906 - It. 93	400	14,00	5.600,00	04/05/2020	07/05/2020	3	0,2%	67,20
		3928 - It. 99	12.320	14,00	172.480,00	04/05/2020	12/05/2020	8	0,2%	5.519,36
		3939 - It. 105	21.800	14,00	305.200,00	04/05/2020	14/05/2020	10	0,2%	12.208,00
		3951 - It. 111	9.280	14,00	129.920,00	04/05/2020	18/05/2020	14	0,2%	7.275,52
		3952 - It. 116	6.800	14,00	95.200,00	04/05/2020	19/05/2020	15	0,2%	5.712,00
		3953 - It. 121	360	14,00	5.040,00	04/05/2020	18/05/2020	14	0,4%	282,24
		3.956 - It. 126	15.700	14,00	219.800,00	04/05/2020	18/05/2020	14	0,2%	12.208,80
		3973 - It. 131	24.000	14,00	336.000,00	04/05/2020	01/06/2020	28	0,2%	37.632,00
		4009 - It. 137	13.400	14,00	187.600,00	04/05/2020	04/06/2020	31	0,2%	23.662,40
		4010 - It. 141	20.800	14,00	291.200,00	04/05/2020	04/06/2020	31	0,2%	36.108,80
		4011 - It. 145	48.660	14,00	681.240,00	04/05/2020	26/05/2020	22	0,2%	59.949,12
		4013 - It. 149	64.950	14,00	909.300,00	04/05/2020	04/06/2020	31	0,2%	112.753,20
		4014 - It. 153	17.410	14,00	243.740,00	04/05/2020	04/06/2020	31	0,2%	30.223,76
		4015 - It. 157	39.300	14,00	550.200,00	04/05/2020	04/06/2020	31	0,2%	68.224,80
		4016 - It. 161	11.850	14,00	165.900,00	04/05/2020	04/06/2020	31	0,2%	20.571,60
		4017 - It. 165	20.200	14,00	282.800,00	04/05/2020	04/06/2020	31	0,2%	35.067,20
		4020 - It. 169	70.000	14,00	980.000,00	04/05/2020	04/06/2020	31	0,2%	121.520,00
		4021 - It. 173	33.170	14,00	464.380,00	04/05/2020	04/06/2020	31	0,4%	57.583,12



ORTOMEDICAL COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS MÉDICOS - EIRELL

DEMONSTRATIVO DE CÁLCULO DE MULTA

Objeto	Entrega	NF-Fls	Cide	Valor Unitário	Valor Total	Data Previsão Entrega (*)	Data de Entrega	Dias de Atraso	Porcentual Dias de Atraso (%)		Valor da Multa
Avenal descarteável	2ª Entrega de 500.000	4021 - fls. 173	36.830	14,00	515.620,00	11/05/2020	04/06/2020	24	0	0,2%	49.999,52
		4022 - fls. 177	48.240	14,00	675.360,00	11/05/2020	04/06/2020	24	24	0,2%	64.834,56
		4025 - fls. 181	26.700	14,00	373.800,00	11/05/2020	04/06/2020	24	0	0,2%	35.884,80
		4027 - fls. 185	1.320	14,00	18.480,00	11/05/2020	04/06/2020	24	24	0,2%	1.774,08
		4077 - fls. 189	50.000	14,00	700.000,00	11/05/2020	10/06/2020	30	0	0,4%	84.000,00
		4078 - fls. 195	30.500	14,00	427.000,00	11/05/2020	10/06/2020	30	0	0,2%	51.240,00
		4082 - fls. 201	48.600	14,00	680.400,00	11/05/2020	10/06/2020	30	30	0,4%	81.648,00
		4083 - fls. 207	54.720	14,00	766.080,00	11/05/2020	10/06/2020	30	30	0,4%	91.979,60
		4079 - fls. 213	30.400	14,00	425.600,00	11/05/2020	17/06/2020	37	37	0,4%	62.988,80
		4085 - fls. 219	60.000	14,00	840.000,00	11/05/2020	16/06/2020	36	0	0,2%	120.960,00
		4088 - fls. 222	89.600	14,00	1.254.400,00	11/05/2020	17/06/2020	37	0	0,2%	186.651,20
		4089 - fls. 225	23.090	14,00	323.260,00	11/05/2020	17/06/2020	37	37	0,4%	47.842,48
Avenal descartável	3ª Entrega de 500.000	4089 - fls. 225	69.010	14,00	966.140,00	18/05/2020	17/06/2020	30	0	0,2%	115.996,80
		4091 - fls. 228	13.900	14,00	194.600,00	18/05/2020	16/06/2020	29	29	0,4%	22.573,60
		4097 - fls. 231	8.000	14,00	112.000,00	18/05/2020	17/06/2020	30	0	0,2%	13.440,00
		4099 - fls. 234	50.000	14,00	700.000,00	18/05/2020	17/06/2020	30	0	0,2%	84.000,00
		4110 - fls. 237	43.000	14,00	602.000,00	18/05/2020	17/06/2020	30	0	0,2%	72.240,00
			1.183.910		16.574.740,00						1.839.690,16



Autenticado com senha por KÁTIA REGINA DE SOUZA - 25/03/2021 às 10:34:30.
Documento Nº: 15455784-1279 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=15455784-1279>

DEMONSTRATIVO DE CÁLCULO DE MULTA

Objeto	Entrega	Nº - HS	Qtd	Valor Unitário	Valor Total	Data Prevista Entrega (*)	Data de Entrega	Dias de Atraso	Porcentual Dias de Atraso (%)	Valor da Multa
--------	---------	---------	-----	----------------	-------------	---------------------------	-----------------	----------------	-------------------------------	----------------

Base de Cálculo: Resolução SS - 92 de 10-11-2016.

(*) Artigo 6º: O atraso justificado na execução da contratação, enseja a aplicação de multa diferenciada na seguinte conformidade:

I- 0,2% ao dia do saldo financeiro não realizado até 30 dias de atraso.

II- 0,4% ao dia do saldo financeiro não realizado ultrapassado 30 dias de atraso

Parágrafo Único- A multa por atraso não poderá exceder a 30% do valor total do ajuste

(**) Salientamos que fragmentamos o quantitativo de cada item das Notas Fiscais, visando identificar a proporcionalidade das equações referente a programação das entregas, conforme Termo de Referência às fls. 02.

R\$ 1.839.690,16 (Um milhão oitocentos e trinta e nove mil, seiscentos e noventa reais e dezesseis centavos).

Kátia Regina de Souza
Diretor Técnico II

São Paulo, 24 de março de 2021.



SESAP2021202465A





| Secretaria da Saúde

Processo: SES-PRC-2020/17251

Interessado: Coordenadoria Geral de Administração – CGA

Assunto: Aquisição de Avental Descartável para atendimento de Plano de contingência COVID-19.

Informação Sanções/NGC/CGA nº: 008/2021

Tratam os autos de aquisição de avental descartável, visando o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID – 19). A aquisição foi realizada por meio de Dispensa de Licitação a favor da empresa **ORTOMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES EIRELI EPP** – CNPJ nº 09.557.129/0001-70, às fls. 61/62.

Cabe informar que os autos foram instruídos como segue:

- 1- Despacho de deliberação CGA nº 950/2020, autorizando a **Dispensa de Licitação**, às fls. 54/57.
- 2- A Contratação foi formalizada por meio da **Nota de Empenho 2020NE00591**, às fls. 66/67.
- 3- A Nota de Empenho foi recebida pela empresa através de relação de remessa em **24/04/2020**, às fls. 70.
- 4- Prazo estipulado para a entrega dos itens foi de 04 (quatro) semanas a ser cumprido de acordo com o cronograma do **Termo de Referência** às fls. 03.
- 5- De acordo com a Informação CGA 262/2020, às fls. 415/416, **houve supressão** parcial do contrato.
- 6- Em anexo Demonstrativo de atraso.

Coordenadoria Geral de Administração



Autenticado com senha por KÁTIA REGINA DE SOUZA - 25/03/2021 às 10:36:42.
Documento Nº: 15456335-1279 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=15456335-1279>




SESCAP2021202478A

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

| Secretaria da Saúde

Encaminhe-se à Coordenadora da Coordenadoria Geral de Administração para conhecimento e decisão.

São Paulo, 24 de março de 2021.


Kátia Regina de Souza
Diretor Técnico II

Coordenadoria Geral de Administração
Núcleo de Gestão de Contratos
Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188, 2º andar | CEP 05403-000 | São Paulo, SP | Fone: (11) 3066-8066



Autenticado com senha por KÁTIA REGINA DE SOUZA - 25/03/2021 às 10:36:42.
Documento Nº: 15456335-1279 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=15456335-1279>



SESCAP2021202478A



Processo: SES-PRC-2020/17251

Interessado: Coordenadoria Geral de Administração – CGA

Assunto: Aquisição de Avental Descartável para atendimento de Plano de contingência COVID-19.

Com fundamento no artigo 87º da Lei Federal nº 8.666/1993 e nos artigos 5º e 6º da Resolução SS 92/2016, comunicamos a empresa **ORTOMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES EIRELI EPP** – CNPJ nº 09.557.129/0001-70, da instauração de procedimento sancionatório de multa decorrente do não cumprimento da obrigação assumida.

Em razão do fato acima citado, a empresa será intimada, via ofício, por intermédio de Aviso de Recebimento, (A.R.) com o respectivo demonstrativo de cálculo e as devidas instruções para a eventual apresentação de defesa.

Fica franqueada a vista aos autos.

PUBLIQUE-SE.

Restitua-se ao Núcleo de Gestão de Contratos para as devidas providências.

São Paulo, 24 de março de 2021.



Rosalia Bardaro

Coordenador - CGA





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SAÚDE
COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
AVA DRA ENEAS DE CARVALHO AGUIAR, 188, SÃO PAULO - SP, 05403000
Tel.: 011 3066-8703 R.8703

SÃO PAULO, 24 de março de 2021

OFÍCIO No.102 /2021

Senhor Fornecedor
ORTOMEDICAL COM. ATAC. MAT. MÉD. HOSPITALARES EIRELI - EPP
CNPJ: 09.557.129/0001-70
RUA DOMINGOS ANDRÉ ZANINI Nº 277 SALA 511 5º ANDAR
88117200 – Santa Catarina - SC

INTIMAÇÃO

1. O Governo do Estado de São Paulo, por intermédio do(a) COORD. GERAL ADMINIST. - CGA, vem **comunicar** ORTOMEDICAL COM. ATAC. MAT. MÉD. HOSPITALARES EIRELI - EPP - CNPJ: 09.557.129/0001-70, já qualificada no edital, acerca da apuração dos seguintes fatos:
2. Segue anexo planilha demonstrando o atraso na execução.
3. Assim, fica a empresa intimada para, querendo, apresentar suas alegações de defesa no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento desta intimação, que deve, preferencialmente, ser feita eletronicamente com acesso ao [site www.esancoes.sp.gov.br](http://www.esancoes.sp.gov.br) com inclusão do código de acesso **nt2h5a**, que permitirá selecionar a opção "Fornecedor Ampla Defesa", para incluir a sua manifestação;
4. A perda do prazo de defesa ensejará a aplicação das penalidades legais.
5. Destaca-se que está assegurada, durante o prazo de manifestação, vista dos autos do processo no seguinte endereço:
AVA DRA ENEAS DE CARVALHO AGUIAR, 188, SÃO PAULO - SP, 05403000

Atenciosamente

Sr. (a) ROSALIA BARDARO
Coordenador
COORD. GERAL ADMINIST. - CGA



quinta-feira, 25 de março de 2021

Diário Oficial Poder Executivo - Seção I

São Paulo, 131 (58) – 23

- Michelle Margarida Santos Brito, RG. 33.369.475-2, Assessor Técnico de Saúde Pública II, da Assessoria Técnica, da Coordenadoria de Recursos Humanos;

- Amauri Ueno, RG. 30.060.965-6, Executivo Público, do Centro de Planejamento dos Processos de Recrutamento e Seleção, da Coordenadoria de Recursos Humanos;

- Fernanda de Freitas Silva, RG. 27.928.785-9, Oficial Administrativo, da Assessoria Técnica, da Coordenadoria de Recursos Humanos;

- Willian Jeronimo Ferreira, RG. 24.352.102-9, Assessor Técnico III, do Centro de Gerenciamento de Dados, da Coordenadoria de Recursos Humanos;

Artigo 2º - São atribuições da Comissão do Projeto de Voluntários:

I - análise/elaboração/divulgação de requisitos, Portarias, Instruções, Informativos, definição de critérios, registros, divulgação de informações e decisões que sejam solicitadas no que se refere ao Projeto de Voluntários;

II - Adotar providências relativas ao cadastramento dos candidatos ao voluntariado;

III - Coordenar e dar suporte às Unidades participantes do Projeto de Voluntários;

IV - Redimensionar, quando for o caso, e por sugestão das Coordenadorias as quais as unidades participantes sejam subordinadas, o quantitativo de voluntários nas unidades;

Artigo 3º - Os membros designados pelo parágrafo único do artigo 1º desenvolverão as atividades sem prejuízo das atribuições de seus cargos/funções;

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada Portaria CH- 6, de 4-6-2020.

Portaria CH-9, de 24-3-2021

Dúpiê sobre a composição da Comissão do Projeto de Voluntários Acadêmicos da Área das Ciências da Saúde, para enfrentamento ao Covid-19 (Nova Coronavírus)

O Coordenador de Saúde da Coordenadoria de Recursos Humanos da Secretaria de Estado da Saúde, expede a presente Portaria, considerando:

- reconhecimento do Estado de Calamidade Pública, decorrente da pandemia da Covid-19, que atinge o Estado de São Paulo pelo Decreto 64.879, de 20-03-2020;

- a necessidade da atuação integrada e em caráter complementar, da força de trabalho em unidades de assistência à saúde, dada a situação enfrentada, demandou inclusive a criação e inclusão de hospitais de campanha para atendimento da população;

- Lei 9.608, de 18-02-1998, com redação alterada pela Lei 13.297 de 13-06-2016, que dispõe sobre o serviço voluntário;

- a edição do Decreto 59.870, de 05-12-2013, que regulamenta as disposições da Lei Estadual 10.335, de 30-06-1999, sobre o trabalho voluntário;

- as disposições na Resolução do Conselho Municipal de Educação do MEC 2, de 11-09-2018, sobre diretrizes da educação para o voluntariado na Educação Básica e Superior; resolve:

Artigo 1º - Fica instituída, vinculada à Coordenadoria de Recursos Humanos, a Comissão do Projeto de Voluntários Acadêmicos da Área das Ciências da Saúde, objetivando o fortalecimento dos recursos de combate à infecção pelo Novo Coronavírus.

Parágrafo único - Para composição da Comissão a que refere este artigo, ficam designados, os membros abaixo relacionados, sob a presidência do primeiro e na ocorrência de sua ausência e impedimentos será substituída pelo segundo:

- Djaneane Oliveira Campos, RG. 18.613.927, Assessor Técnico de Coordenadoria de Saúde, da Assessoria Técnica, da Coordenadoria de Recursos Humanos;

- Michelle Margarida Santos Brito, RG. 33.369.475-2, Assessor Técnico de Saúde Pública II, da Assessoria Técnica, da Coordenadoria de Recursos Humanos;

- Amauri Ueno, RG. 30.060.965-6, Executivo Público, do Centro de Planejamento dos Processos de Recrutamento e Seleção, da Coordenadoria de Recursos Humanos;

- Deborah Maximiano Carmona Ferreira, RG. 10.869.051-1, Assistente Técnico de Assistência à Saúde (Psicólogo), da UGA VI - Hospital Leonor Mendes de Barros, da Coordenadoria de Serviços de Saúde;

- Fernanda de Freitas Silva, RG. 27.928.785-9, Oficial Administrativo, da Assessoria Técnica, da Coordenadoria de Recursos Humanos;

- Willian Jeronimo Ferreira, RG. 24.352.102-9, Assessor Técnico III, do Centro de Gerenciamento de Dados, da Coordenadoria de Recursos Humanos;

Artigo 2º - São atribuições da Comissão do Projeto de Voluntários Acadêmicos da Área das Ciências da Saúde:

I - análise/elaboração/divulgação de requisitos, Portarias, Instruções, Informativos, definição de critérios, registros, divulgação de informações e decisões que sejam solicitadas no que se refere ao Projeto de Voluntários;

II - Adotar providências relativas ao cadastramento dos candidatos ao voluntariado;

III - Coordenar e dar suporte às Unidades participantes do Projeto de Voluntários;

IV - Redimensionar, quando for o caso, e por sugestão das Coordenadorias as quais as unidades participantes sejam subordinadas, o quantitativo de voluntários nas unidades;

Artigo 3º - Os membros designados pelo parágrafo único do artigo 1º desenvolverão as atividades sem prejuízo das atribuições de seus cargos/funções;

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada Portaria CH- 5, de 4-6-2020.

COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Comunicado

Processo: SES-PRC-2021/17251

Interessado: Coordenadoria Geral de Administração – CGA

Assunto: Aquisição de Avenidas Descartável para atendimento de Plano de contingência Covid-19.

Com fundamento no artigo 87º da Lei Federal 8.666/1993 e nos artigos 5º e 6º da Resolução 55 92/2016, comunicamos a empresa Ortonmedial Comércio Atacadista de Materiais Médicos Hospitais Eireli EPP – CNPJ 09.557.129/0001-70, da instauração de procedimento sancionatório de multa decorrente do não cumprimento da obrigação assumida.

Em razão do fato acima citado, a empresa será intimada, via ofício, por intermédio de Aviso de Recusa, (A.R.) com o respectivo demonstrativo de cálculo e as devidas instruções para a eventual apresentação de defesa.

Fica franqueada a vista aos autos.

COORDENADORIA DE CONTROLE DE DOENÇAS

INSTITUTO PASTEUR

Primeiro Termo de Prorrogação de Contrato

Processo SES-PRC-2020/19909

Pregão Eletrônico LP 012/02020

Contrato P 015/2020

Primeiro Termo de Prorrogação do Contrato Celebrado Entre o Estado de São Paulo, por Meio do Instituto Pasteur e a Empresa

J Flex Construtores e Reformas Eireli - Me, Tendo por Objeto a Prestação de Serviço de Recuperação e Reforço Estrutural do Instituto Pasteur.

As Vinte e Sete Dias do Mês de Fevereiro do Ano de 2021, Nesta Cidade de São Paulo, Compareceram de Um Lado o Estado de São Paulo, por Intermédio da Secretária de Estado da Saúde- Coordenadoria de Controle de Doenças/Instituto Pasteur, Neste

Ato Representado pelo Diretor Técnico de Saúde II Luciana Hardt Gomes, RG. 16.903.569-4, Doravante Designado Simplesmente Contratante, e de Outro Lado a Empresa, J Flex Construtores e Reformas Eireli-Me, inscrita no CNPJ Sob 18.102.988/0001-00, com Sede no Largo do Paissandu,72 Complemento: 5 A C/504

S/2 Centro São Paulo-SP Cep: 01034-010 Fone: (11) 3228-9392 4734-6034 E-mails: joao@jflexformas.com.br; administracao@jflexformas.br, a Segur Denominada "Contratada". Neste

Representado pelo Seu Sócio Proprietário João Batista Duarte Rolim, Portador do RG 30.481.403-9. E CPF: 570.531.544-91, e Pelos Mesmos. Foi Dito na Presença das Testemunhas ao Final Convidadas, para Assinarem o Presente Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato Acima Mencionada, com Alteração da

Cláusula Contratual, na Forma Que Segue:

Cláusula Primeira – Do Prazo de Execução

O Objeto do Presente Contrato Fica Prorrogado por 45 Dias, com Início em 27-02-2021 E Término em 13-04-2021.

Cláusula Segunda – Da Ratificação

Ficam Ratificadas as Demais Cláusulas e Condições do Termo de Contrato 015/2020 Celebrado em 27-11-2020.

E Assim, por Estarem as Partes Justas e Contratadas, Foi Lavrado o Presente Instrumento em Duas (02) Vias de Igual Teor e Forma Que, Lido e Achado Conforme Pelas Partes.

CENTRO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

GRUPO DE VIGILÂNCIA IX - FRANCO DA ROCHA

Despachos do Diretor Técnico, de 23-3-2021

Interessado: Associação Nossa Senhora do Desterro - CNPJ 51.979.417/0001-89

Assunto: (AIP) Auto de Infração nr. 032137

Numero de referencia: GVS IX - 283/2021

Documento: SES-PRC-2021/06021

Considerando que não houve justificativa enviada por mensagem eletrônica ou por serviço de protocolo enviado ao GVS IX - Franco da Rocha sobre problemas ou dificuldades que o serviço porventura estivesse enfrentando;

Considerando o tempo de ciência ao Censo Covid 19 onde os responsáveis se comprometem a enviar as informações até ao 10 dias;

Considerando o disposto nos artigos 110 e 122, em especial o inciso XIX do artigo 122, da Lei Estadual 10.083/98;

A Diretoria Técnica do GVS IUCVISC/CCDES-SP torna publico o indeferimento da defesa interposta ao AIP Multa nr. 023216 de 01-03-2021

Despacho da Diretoria Técnica de 23-03-2021

Interessado: Rodolfo Della Betta - CNPJ 36.257.017/0001-76

Assunto: (AIP) Auto de Infração nr. 032066 de 19-02-2021 e Termo nr. 016102

Numero de referencia: GVS IX - 282/2021

Documento: SES-PRC-2021/06041

Considerando o relato de inspeção da equipe do local de 16-03-2021

Considerando a solicitação da proprietária do imóvel para liberação do predio por questões de termino de contrato de locação com a empresa autuada e entrega do imóvel.

A Diretoria Técnica do GVS IUCVISC/CCDES-SP torna publico a lavratura do termo de liberação do estabelecimento 016080 de 18-03-2021

Interessado: Lucare - Bar e Mercadoria - CNPJ 56.556.046/0001-46

Assunto: (AIP) Auto de Infração nr. 032068 de 26-02-2021

Numero de referencia: GVS IX - 290/2021

Documento: SES-PRC-2021/0499

Considerando a manifestação da autoridade autuante referente a constatação de ausência de uso de máscara faciais pelo proprietário e clientes, por não ofertar álcool em gel na entrada, não afixar placa de uso obrigatório de máscaras em local visível e permitir consumo de bebidas alcoólicas após o 20h, o responsável pelo local não zebou e não cumpriu das medidas de prevenção e proteção contra a disseminação do Covid 19.

Considerando o disposto na Lei Estadual 10.177/98 e Lei Estadual 10.083/98;

A Diretoria Técnica do GVS IX, torna publico o indeferimento do recurso de defesa impetrado contra o Auto de Infração nr. 032068.

Interessado: Roberto Alves - Rodoncast Mainporea - Lanchonete e Restaurante - CNPJ 09.491.640/0001-16

Assunto: (AIP) Auto de Infração nr. 032041 de 06-03-2021

Documento: SES-PRC-2021/0771

Considerando a manifestação da autoridade autuante: Considerando o Decreto Estadual 64881 de 22-03-2020 e Decreto Estadual 65545 de 03-03-2021, nuno impedio o funcionamento de bares, restaurantes, cafes, lanchonetes, lojas de conveniencia e similares inclusive aquelas instaladas as margens de rodovia, estabelecendo em fase vermelha e emergencial a possibilidade de sistema de delivery ou drive thru. O veto e restito no atendimento presencial e consumo na loja para evitar aglomerações e mitigar e disseminação da doença Covid19.

Considerando o disposto na Lei Estadual 10.177/98 e Lei Estadual 10.083/98;

A Diretoria Técnica do GVS IX, torna publico o indeferimento do recurso de defesa impetrado contra o Auto de Infração nr. 032041 de 06-03-2021

Interessado: Hernandez Molinar - Lanchonete Sociedade Unipessoal LTDA - CNPJ 36.672.019/0001-21

Assunto: (AIP) Auto de Infração nr. 032064

Numero de referencia: GVS IX - 289/2021

Documento: SES-PRC-2021/06033

Considerando a manifestação de autoridade autuante, que reporta em relatório e registro em auto de infração o funcionamento do estabelecimento após as 20 horas no dia 05-02-2021, com fornecimento de bebidas alcoólicas e com capacidade máxima de 40%, não respeitando e não relatando zelando pelas medidas de proteção contra a disseminação da doença Covid19.

Considerando o disposto na Lei Estadual nr. 10.177/98 e Lei Estadual 10.083/98;

A Diretoria Técnica do GVS IUCVISC/CCDES-SP torna publico o indeferimento do recurso de defesa impetrado ao Auto de Imposição de Penalidade 03222 de 03-03-2021

Interessado: Restaurante e Mercadão Ho Rancho do Ricardinho LTDA - CNPJ 08.918.739/0001-99

Assunto: (AIP) Auto de Infração nr. 032034 de 16-01-2021

Numero de referencia: GVS IX - 280/2021

Documento: SES-PRC-2021/02817

Considerando o disposto na Lei Estadual nr. 10.177/98 e Lei Estadual 10.083/98;

Considerando o relato da autoridade autuante e os documentos apresentados pelo interessado;

A Diretoria Técnica GVS IUCVISC/CCDES-SP torna publico a lavratura do termo de liberação TRM nr. 010611 de 19-02-2021 para adequação de estrutura física estando a suspensão fabricada e comercializada pela empresa que não possui autorização de funcionamento da Anvisa.

GRUPO DE VIGILÂNCIA XIII - ASSIS

Despacho do Diretor, de 16-3-2021

Deferindo o processo de Comunicação de Início de Fabricação de Produtos Dispensados de Registro abaixo relacionados, por estar em condições de funcionamento e comercialização, de acordo com a Resolução 2300,27/2010 e RDC 240/2018da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Início de Fabricação de Produtos Dispensados de Registro: Empresa Detentora e Fabricante do Produto(S)/Marca(S).

Huamened Laboratório Nutracêutico Ltda. CNPJ:14.829.598/0001-20

Rua: Capitão Francisco Rodrigues Garcia,nº 810. Bairro: Vila Santa Elisa,município: Assis,SP

Processo: SES/DOS 2021/00078

Produto 01

Categoria: 4300041 - Suplementos Alimentares. Nome do Produto: Oleo de Cartamo + Coco + Chia suplemente Alimentar em Cápsulas.

Tipo de Embalagem: Pote Polí Verde,contém60 Cápsulas 1000 MG.

Marca: Herbamed.

GRUPO DE VIGILÂNCIA XIX - MARILIA

Despacho da Diretoria, de 22-3-2021

Indeferimento da Defesa do Auto de Infração 003300 – Lavratura do Auto de Imposição de Penalidade de Multa 010026 – Processo: SES-PRC-2021/09125 – Ração Social – Ana Paula dos Santos “SOS de Bebidas JM” – CNPJ: 29.977.781/0001-50 – Julio Mesquita-SP.

GRUPO DE VIGILÂNCIA XXXII - ITAPEVA

Despacho da Diretoria, de 24-3-2021

01. Deferimento de Baixa do Auto de Infração 003300 – Lavratura do Auto de Imposição de Penalidade de Multa 010026 – Processo: SES-PRC-2021/09125 – Ração Social – Ana Paula dos Santos “SOS de Bebidas JM” – CNPJ: 29.977.781/0001-50 – Julio Mesquita-SP.

02. Deferimento de Baixa do Auto de Infração 003300 – Lavratura do Auto de Imposição de Penalidade de Multa 010026 – Processo: SES-PRC-2021/09125 – Ração Social – Ana Paula dos Santos “SOS de Bebidas JM” – CNPJ: 29.977.781/0001-50 – Julio Mesquita-SP.

03. Deferimento de Baixa do Auto de Infração 003300 – Lavratura do Auto de Imposição de Penalidade de Multa 010026 – Processo: SES-PRC-2021/09125 – Ração Social – Ana Paula dos Santos “SOS de Bebidas JM” – CNPJ: 29.977.781/0001-50 – Julio Mesquita-SP.

04. Deferimento de Baixa do Auto de Infração 003300 – Lavratura do Auto de Imposição de Penalidade de Multa 010026 – Processo: SES-PRC-2021/09125 – Ração Social – Ana Paula dos Santos “SOS de Bebidas JM” – CNPJ: 29.977.781/0001-50 – Julio Mesquita-SP.

05. Deferimento de Baixa do Auto de Infração 003300 – Lavratura do Auto de Imposição de Penalidade de Multa 010026 – Processo: SES-PRC-2021/09125 – Ração Social – Ana Paula dos Santos “SOS de Bebidas JM” – CNPJ: 29.977.781/0001-50 – Julio Mesquita-SP.

06. Deferimento de Baixa do Auto de Infração 003300 – Lavratura do Auto de Imposição de Penalidade de Multa 010026 – Processo: SES-PRC-2021/09125 – Ração Social – Ana Paula dos Santos “SOS de Bebidas JM” – CNPJ: 29.977.781/0001-50 – Julio Mesquita-SP.

07. Deferimento de Baixa do Auto de Infração 003300 – Lavratura do Auto de Imposição de Penalidade de Multa 010026 – Processo: SES-PRC-2021/09125 – Ração Social – Ana Paula dos Santos “SOS de Bebidas JM” – CNPJ: 29.977.781/0001-50 – Julio Mesquita-SP.

08. Deferimento de Baixa do Auto de Infração 003300 – Lavratura do Auto de Imposição de Penalidade de Multa 010026 – Processo: SES-PRC-2021/09125 – Ração Social – Ana Paula dos Santos “SOS de Bebidas JM” – CNPJ: 29.977.781/0001-50 – Julio Mesquita-SP.

09. Deferimento de Baixa do Auto de Infração 003300 – Lavratura do Auto de Imposição de Penalidade de Multa 010026 – Processo: SES-PRC-2021/09125 – Ração Social – Ana Paula dos Santos “SOS de Bebidas JM” – CNPJ: 29.977.781/0001-50 – Julio Mesquita-SP.

10. Deferimento de Baixa do Auto de Infração 003300 – Lavratura do Auto de Imposição de Penalidade de Multa 010026 – Processo: SES-PRC-2021/09125 – Ração Social – Ana Paula dos Santos “SOS de Bebidas JM” – CNPJ: 29.977.781/0001-50 – Julio Mesquita-SP.

11. Deferimento de Baixa do Auto de Infração 003300 – Lavratura do Auto de Imposição de Penalidade de Multa 010026 – Processo: SES-PRC-2021/09125 – Ração Social – Ana Paula dos Santos “SOS de Bebidas JM” – CNPJ: 29.977.781/0001-50 – Julio Mesquita-SP.

12. Deferimento de Baixa do Auto de Infração 003300 – Lavratura do Auto de Imposição de Penalidade de Multa 010026 – Processo: SES-PRC-2021/09125 – Ração Social – Ana Paula dos Santos “SOS de Bebidas JM” – CNPJ: 29.977.781/0001-50 – Julio Mesquita-SP.

13. Deferimento de Baixa do Auto de Infração 003300 – Lavratura do Auto de Imposição de Penalidade de Multa 010026 – Processo: SES-PRC-2021/09125 – Ração Social – Ana Paula dos Santos “SOS de Bebidas JM” – CNPJ: 29.977.781/0001-50 – Julio Mesquita-SP.

14. Deferimento de Baixa do Auto de Infração 003300 – Lavratura do Auto de Imposição de Penalidade de Multa 010026 – Processo: SES-PRC-2021/09125 – Ração Social – Ana Paula dos Santos “SOS de Bebidas JM” – CNPJ: 29.977.781/0001-50 – Julio Mesquita-SP.

15. Deferimento de Baixa do Auto de Infração 003300 – Lavratura do Auto de Imposição de Penalidade de Multa 010026 – Processo: SES-PRC-2021/09125 – Ração Social – Ana Paula dos Santos “SOS de Bebidas JM” – CNPJ: 29.977.781/0001-50 – Julio Mesquita-SP.

16. Deferimento de Baixa do Auto de Infração 003300 – Lavratura do Auto de Imposição de Penalidade de Multa 010026 – Processo: SES-PRC-2021/09125 – Ração Social – Ana Paula dos Santos “SOS de Bebidas JM” – CNPJ: 29.977.781/0001-50 – Julio Mesquita-SP.

17. Deferimento de Baixa do Auto de Infração 003300 – Lavratura do Auto de Imposição de Penalidade de Multa 010026 – Processo: SES-PRC-2021/09125 – Ração Social – Ana Paula dos Santos “SOS de Bebidas JM” – CNPJ: 29.977.781/0001-50 – Julio Mesquita-SP.

18. Deferimento de Baixa do Auto de Infração 003300 – Lavratura do Auto de Imposição de Penalidade de Multa 010026 – Processo: SES-PRC-2021/09125 – Ração Social – Ana Paula dos Santos “SOS de Bebidas JM” – CNPJ: 29.977.781/0001-50 – Julio Mesquita-SP.

19. Deferimento de Baixa do Auto de Infração 003300 – Lavratura do Auto de Imposição de Penalidade de Multa 010026 – Processo: SES-PRC-2021/09125 – Ração Social – Ana Paula dos Santos “SOS de Bebidas JM” – CNPJ: 29.977.781/0001-50 – Julio Mesquita-SP.

20. Deferimento de Baixa do Auto de Infração 003300 – Lavratura do Auto de Imposição de Penalidade de Multa 010026 – Processo: SES-PRC-2021/09125 – Ração Social – Ana Paula dos Santos “SOS de Bebidas JM” – CNPJ: 29.977.781/0001-50 – Julio Mesquita-SP.

21. Deferimento de Baixa do Auto de Infração 003300 – Lavratura do Auto de Imposição de Penalidade de Multa 010026 – Processo: SES-PRC-2021/09125 – Ração Social – Ana Paula dos Santos “SOS de Bebidas JM” – CNPJ: 29.977.781/0001-50 – Julio Mesquita-SP.

22. Deferimento de Baixa do Auto de Infração 003300 – Lavratura do Auto de Imposição de Penalidade de Multa 010026 – Processo: SES-PRC-2021/09125 – Ração Social – Ana Paula dos Santos “SOS de Bebidas JM” – CNPJ: 29.977.781/0001-50 – Julio Mesquita-SP.

23. Deferimento de Baixa do Auto de Infração 003300 – Lavratura do Auto de Imposição de Penalidade de Multa 010026 – Processo: SES-PRC-2021/09125 – Ração Social – Ana Paula dos Santos “SOS de Bebidas JM” – CNPJ: 29.977.781/0001-50 – Julio Mesquita-SP.

24. Deferimento de Baixa do Auto de Infração 003300 – Lavratura do Auto de Imposição de Penalidade de Multa 010026 – Processo: SES-PRC-2021/09125 – Ração Social – Ana Paula dos Santos “SOS de Bebidas JM” – CNPJ: 29.977.781/0001-50 – Julio Mesquita-SP.

25. Deferimento de Baixa

quinta-feira, 25 de março de 2021

Diário Oficial Poder Executivo - Seção I

São Paulo, 131 (58) - 23

- Michelle Margarida Santos Brito, RG. 33.369.475-2, Assessor Técnico de Saúde Pública II, da Assessoria Técnica, da Coordenadoria de Recursos Humanos;

- Amauri Ueno, RG. 30.060.965-6, Executivo Público, do Centro de Planejamento dos Processos de Recrutamento e Seleção, da Coordenadoria de Recursos Humanos;

- Fernanda de Freitas Silva, RG. 27.928.785-9, Oficial Administrativo, da Assessoria Técnica, da Coordenadoria de Recursos Humanos;

- Willian Jeronimo Ferreira, RG. 24.352.102-9, Assessor Técnico III, do Centro de Gerenciamento de Dados, da Coordenadoria de Recursos Humanos;

Artigo 2º - São atribuições da Comissão do Projeto de Voluntários:

I - análise/elaboração/divulgação de requisitos, Portarias, Instruções, Informativos, definição de critérios, registros, divulgação de informações e decisões que sejam solicitadas no que se refere ao Projeto de Voluntários;

II - Adotar providências relativas ao cadastramento dos candidatos ao voluntariado;

III - Coordenar e dar suporte às Unidades participantes do Projeto de Voluntários;

IV - Redimensionar, quando for o caso, e por sugestão das Coordenadorias as quais as unidades participantes sejam subordinadas, o quantitativo de voluntários nas unidades;

Artigo 3º - Os membros designados pelo parágrafo único do artigo 1º desenvolverão as atividades sem prejuízo das atribuições de seus cargos/funções;

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada Portaria CH- 6, de 4-6-2020.

Portaria CH-9, de 24-3-2021

Dispõe sobre a composição da Comissão do Projeto de Voluntários Acadêmicos da Área das Ciências da Saúde, para enfrentamento ao Covid-19 (Nova Coronavírus)

O Coordenador de Saúde da Coordenadoria de Recursos Humanos da Secretaria de Estado da Saúde, expede a presente Portaria, considerando:

- reconhecimento do Estado de Calamidade Pública, decorrente da pandemia da Covid-19, que atinge o Estado de São Paulo pelo Decreto 64.879, de 20-03-2020;

- a necessidade da atuação integrada em caráter complementar, da força de trabalho em unidades de assistência à saúde, dada a situação enfrentada, demandou inclusive a criação e inclusão de hospitais de campanha para atendimento da população;

- Lei 9.608, de 18-02-1998, com redação alterada pela Lei 13.297 de 13-06-2016, que dispõe sobre o serviço voluntário;

- a edição do Decreto 59.870, de 05-12-2013, que regulamenta as disposições da Lei Estadual 10.335, de 30-06-1999, sobre o trabalho voluntário;

- as disposições na Resolução do Conselho Municipal de Educação do MEC 2, de 11-09-2018, sobre diretrizes da educação para o voluntariado na Educação Básica e Superior; resolve:

Artigo 1º - Fica instituída, vinculada à Coordenadoria de Recursos Humanos, a Comissão do Projeto de Voluntários Acadêmicos da Área das Ciências da Saúde, objetivando o fortalecimento dos recursos de combate à infecção pelo Novo Coronavírus.

Parágrafo único - Para composição da Comissão a que refere este artigo, ficam designados, os membros abaixo relacionados, sob a presidência do primeiro e na ocorrência de sua ausência e impedimentos será substituída pelo segundo:

- Djaneane Oliveira Campos, RG. 18.613.927, Assessor Técnico de Coordenadoria de Saúde, da Assessoria Técnica, da Coordenadoria de Recursos Humanos;

- Michelle Margarida Santos Brito, RG. 33.369.475-2, Assessor Técnico de Saúde Pública II, da Assessoria Técnica, da Coordenadoria de Recursos Humanos;

- Amauri Ueno, RG. 30.060.965-6, Executivo Público, do Centro de Planejamento dos Processos de Recrutamento e Seleção, da Coordenadoria de Recursos Humanos;

- Deborah Maximiano Carmona Ferreira, RG. 10.869.051-9, Assistente Técnico de Assistência à Saúde (Psicólogo), da UGA VI - Hospital Leonor Mendes de Barros, da Coordenadoria de Serviços de Saúde;

- Fernanda de Freitas Silva, RG. 27.928.785-9, Oficial Administrativo, da Assessoria Técnica, da Coordenadoria de Recursos Humanos;

- Willian Jeronimo Ferreira, RG. 24.352.102-9, Assessor Técnico III, do Centro de Gerenciamento de Dados, da Coordenadoria de Recursos Humanos;

Artigo 2º - São atribuições da Comissão do Projeto de Voluntários Acadêmicos da Área das Ciências da Saúde:

I - análise/elaboração/divulgação de requisitos, Portarias, Instruções, Informativos, definição de critérios, registros, divulgação de informações e decisões que sejam solicitadas no que se refere ao Projeto de Voluntários;

II - Adotar providências relativas ao cadastramento dos candidatos ao voluntariado;

III - Coordenar e dar suporte às Unidades participantes do Projeto de Voluntários;

IV - Redimensionar, quando for o caso, e por sugestão das Coordenadorias as quais as unidades participantes sejam subordinadas, o quantitativo de voluntários nas unidades;

Artigo 3º - Os membros designados pelo parágrafo único do artigo 1º desenvolverão as atividades sem prejuízo das atribuições de seus cargos/funções;

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada Portaria CH- 5, de 4-6-2020.

COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Comunicado

Processo: SES-PRC-2021/17251

Interessado: Coordenadoria Geral de Administração - CGA

Assunto: Aquisição de Avenidas Descartável para atendimento de Plano de contingência Covid-19.

Com fundamento no artigo 87º da Lei Federal 8.666/1993 e nos artigos 5º e 6º da Resolução 55 92/2016, comunicamos a empresa Ortonmedial Comércio Atacadista de Materiais Médicos Hospitalares Eireli EPP - CNPJ 09.557.129/0001-70, da instauração de procedimento sancionatório de multa decorrente do não cumprimento da obrigação assumida.

Em razão do fato acima citado, a empresa será intimada, via ofício, por intermédio de Aviso de Receitas (AR), com o respectivo demonstrativo de cálculo e as devidas instruções para a eventual apresentação de defesa.

Fica franqueada a vista aos autos.

COORDENADORIA DE CONTROLE DE DOENÇAS

INSTITUTO PASTEUR

Primeiro Termo de Prorrogação de Contrato

Processo SES-PRC-2020/19909

Pregão Eletrônico LP 012/02020

Contrato P 015/2020

Primeiro Termo de Prorrogação do Contrato Celebrado Entre o Estado de São Paulo, por Meio do Instituto Pasteur e a Empresa

J Flex Construtores e Reformas Eireli - Me, Tendo por Objeto a Prestação de Serviço de Recuperação e Reforço Estrutural do Instituto Pasteur.

As Vinte e Sete Dias do Mês de Fevereiro do Ano de 2021, Nesta Cidade de São Paulo, Compareceram de Um Lado o Estado de São Paulo, por Intermédio da Secretaria de Estado da Saúde - Coordenadoria de Controle de Doenças Instituto Pasteur, Neste Auto Representado pelo Diretor Técnico de Saúde II Luciana Hardt Gomes, RG. 16.903.569-4, Doravante Designado Simplesmente Contratante, e de Outro Lado a Empresa, J Flex Construtores e Reformas Eireli-Me, inscrita no CNPJ Sob 18.102.988/0001-00, com Sede no Largo do Paissandu, 72 Complemento: 5 A C/504 S/2 Centro São Paulo-SP Cep: 01034-010 Fone: (11) 3228-9392 4734-6034 E-mails: joao@jflexformas.com.br, administração@jflexformas.br, e Segur Denominada "Contratada". Neste Representado pelo Seu Sócio Proprietário João Batista Duarte Rolim, Portador do RG 30.481.403-9. E CPF: 570.531.544-91, e Pelos Mesmos. Foi Dito na Presença das Testemunhas ao Final Convidadas, para Assinarem o Presente Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato Acima Mencionada, com Alteração da Cláusula Contratual, na Forma Que Segue:

Cláusula Primeira - Do Prazo de Execução

O Objeto do Presente Contrato Fica Prorrogado por 45 Dias, com Início em 27-02-2021 E Término em 13-04-2021.

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Os atos praticados as Demais Cláusulas e Condições do Termo de Contrato 015/2020 Celebrado em 27-11-2020.

E Assim, por Estarem as Partes Justas e Contratadas, Foi Lavrado o Presente Instrumento em Duas (02) Vias de Igual Teor e Forma Que, Lido e Achado Conforme Pelas Partes.

Centro de Vigilância Sanitária

Despachos do Diretor Técnico, de 23-3-2021

Interessado: Associação Nossa Senhora do Desterro - CNPJ 51.979.417/0001-89

Assunto: (AIP) Auto de Infração nr. 032137

Numero de referencia: GVS IX - 283/2021

Documento: SES-PRC-2021/06021

Considerando que não houve justificativa enviada por mensagem eletrônica ou por serviço de protocolo enviado ao GVS IX - Franca da Rocha sobre problemas ou dificuldades que o serviço porventura estivesse enfrentando;

Considerando o tempo de ciência ao Censo Covid 19 onde os responsáveis se comprometem a enviar as informações até as 10 horas;

Considerando o disposto nos artigos 110 e 122, em especial o inciso XIX do artigo 122, da Lei Estadual 10.083/98;

A Diretoria Técnica do GVS IUCVISC/CCDES-SP, torna publico o indeferimento da defesa interposta ao AIP Multa nr. 023216 de 01-03-2021

Despacho da Diretoria Técnica de 23-03-2021

Interessado: Rodolfo Della Betta - CNPJ 36.257.017/0001-76

Assunto: (AIP) Auto de Infração nr. 032066 de 19-02-2021 e Termo nr. 016102

Numero de referencia: GVS IX - 282/2021

Documento: SES-PRC-2021/06041

Considerando o relato de inspeção da equipe do dia 16-03-2021

Considerando a solicitação da proprietária do imóvel para liberação do predio por questões de termino de contrato de locação com a empresa autuada e entrega do imóvel.

A Diretoria Técnica do GVS IUCVISC/CCDES-SP torna publico a lavratura do termo de liberação do estabelecimento 016000 de 18-03-2021

Interessado: Lucare - Bar e Mercadoria - CNPJ 56.556.046/0001-46

Assunto: (AIP) Auto de Infração nr. 032068 de 26-02-2021

Numero de referencia: GVS IX - 290/2021

Documento: SES-PRC-2021/04199

Considerando a manifestação da autoridade autuante referente a constatação de ausência de uso de máscara facial por proprietário e clientes, por não ofertar álcool em gel na entrada, não afetar placa de uso obrigatório de máscaras em local visível e permitir consumo de bebidas alcoólicas após o 20h, o responsável pelo local não zeliu e não cedeu das medidas de prevenção e proteção contra a disseminação do Covid 19.

Considerando o disposto na Lei Estadual 10.177/98 e Lei Estadual 10.083/98;

A Diretoria Técnica do GVS IX, torna publico o indeferimento do recurso de defesa impetrado contra o Auto de Infração nr. 032068.

Interessado: Roberto Alves - Rodoncast Mainporea - Lanchonete e Restaurante - CNPJ 09.491.640/0001-16

Assunto: (AIP) Auto de Infração nr. 032041 de 06-03-2021

Documento: SES-PRC-2021/01771

Considerando a manifestação da autoridade autuante: Considerando o Decreto Estadual 64881 de 22-03-2020 e Decreto Estadual 65545 de 03-03-2021, não impediu o funcionamento de bares, restaurantes, cafés, lanchonetes, lojas de conveniência e similares inclusive aqueles instalados nas margens de rodovia, estabelecendo em fase vermelha e emergencial a possibilidade de sistema de delivery ou drive thru. O veto e restito no atendimento presencial e consumo na loja para evitar aglomerações e mitigar e disseminação da doença Covid19.

Considerando o disposto na Lei Estadual 10.177/98 e Lei Estadual 10.083/98;

A Diretoria Técnica do GVS IX, torna publico o indeferimento do recurso de defesa impetrado contra o Auto de Infração nr. 032041 de 06-03-2021

Interessado: Hernandez Molinar - Lanchonete Sociedade Unipessoal LTDA - CNPJ 36.672.019/0001-21

Assunto: (AIP) Auto de Infração nr. 032064

Numero de referencia: GVS IX - 289/2021

Documento: SES-PRC-2021/06033

Considerando a manifestação de autoridade autuante, que reporta em relatório e registro em auto de infração o funcionamento do estabelecimento após as 20 horas no dia 05-02-2021, com fornecimento de bebidas alcoólicas e com capacidade máxima de 40%, não respeitando e não relatando zelando pelas medidas de proteção contra a disseminação da doença Covid19.

Considerando o disposto na Lei Estadual nr. 10.177/98 e Lei Estadual 10.083/98;

A Diretoria Técnica do GVS IUCVISC/CCDES-SP torna publico o indeferimento do recurso de defesa impetrado ao Auto de Imposição de Penalidade 03222 de 03-03-2021

Interessado: Restaurante e Mercadão Ho Rancho do Ricardinho LTDA - CNPJ 08.918.739/0001-99

Assunto: (AIP) Auto de Infração nr. 032034 de 16-01-2021

Numero de referencia: GVS IX - 280/2021

Documento: SES-PRC-2021/02817

Considerando o disposto na Lei Estadual nr. 10.177/98 e Lei Estadual 10.083/98;

A Diretoria Técnica do GVS IUCVISC/CCDES-SP torna publico a lavratura da notificação de recolhimento de multa nr. 005345 de 15-03-2021, referente ao AIP 023213 de 02-01-2021 enviado por carta registrada em 17-03-2021

WR Soares Indústria e Comercio de Cosméticos Eireli

Assunto: (AIP) 032047

Numero de referencia: GVS IX - 177/2021

Documento: SES-PRC-2020/49160

Considerando o disposto na Lei Estadual 10.177/98 e Lei Estadual 10.083/98.

Considerando o relato da autoridade autuante e os documentos apresentados pelo interessado;

A Diretoria Técnica GVS IUCVISC/CCDES-SP torna publico a lavratura do termo de liberação TRM nr. 010611 de 19-02-2021 para adequação de estrutura física estando a suspensão fabricada e comercializada pela empresa que não possui autorização de funcionamento da Anvisa.

GRUPO DE VIGILÂNCIA XIII - ASSIS

Despacho do Diretor, de 16-3-2021

Deferindo o processo de Comunicação de Início de Fabricação de Produtos Dispensados de Registro abaixo relacionados, por estar em condições de funcionamento e comercialização, de acordo com a Resolução 2300,27/2010 e RDC 240/2018da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Início de Fabricação de Produtos Dispensados de Registro: Empresa Detentora e Fabricante do Produto(S)/Marca(S):

Huamend Laboratório Nutracêutico Ltda. CNPJ:14.829.598/0001-20

Rua: Capitão Francisco Rodrigues Garcia,nº 810. Bairro: Vila Santa Elisa.município: Assis.SP

Processo: SES/DOS 2021/00078

Produto 01

Categoria: 4300041 - Suplementos Alimentares. Nome do Produto: Oleo de Cartamo + Coco + Chia suplemento Alimentar em Cápsulas.

Tipo de Embalagem: Pote Polí Verde,contém60 Cápsulas 1000 MG.

Marca: Herbamed.

GRUPO DE VIGILÂNCIA XIX - MARILIA

Despacho da Diretoria, de 22-3-2021

Indeferimento da Defesa ao Auto de Infração 003300 - Lavratura do Auto de Imposição de Penalidade de Multa 010026 - Processo: SES-PRC-2021/09125 - Ração Social - Ana Paula dos Santos "SOS de Bebidas JM" - CNPJ: 29.977.781/0001-50 - Julio Mesquita-SP.

GRUPO DE VIGILÂNCIA XXXII - ITAPEVA

Despacho da Diretoria, de 24-3-2021

01. Deferimento de Baixa de Auto de Infração 003300 - Lavratura do Auto de Imposição de Penalidade de Multa 010026 - Processo: SES-PRC-2021/09125 - Ração Social - Ana Paula dos Santos "SOS de Bebidas JM" - CNPJ: 29.977.781/0001-50 - Julio Mesquita-SP.

02. Deferimento de Baixa de Auto de Infração 003300 - Lavratura do Auto de Imposição de Penalidade de Multa 010026 - Processo: SES-PRC-2021/09125 - Ração Social - Ana Paula dos Santos "SOS de Bebidas JM" - CNPJ: 29.977.781/0001-50 - Julio Mesquita-SP.

03. Deferimento de Baixa de Auto de Infração 003300 - Lavratura do Auto de Imposição de Penalidade de Multa 010026 - Processo: SES-PRC-2021/09125 - Ração Social - Ana Paula dos Santos "SOS de Bebidas JM" - CNPJ: 29.977.781/0001-50 - Julio Mesquita-SP.

04. Deferimento de Baixa de Auto de Infração 003300 - Lavratura do Auto de Imposição de Penalidade de Multa 010026 - Processo: SES-PRC-2021/09125 - Ração Social - Ana Paula dos Santos "SOS de Bebidas JM" - CNPJ: 29.977.781/0001-50 - Julio Mesquita-SP.

05. Deferimento de Baixa de Auto de Infração 003300 - Lavratura do Auto de Imposição de Penalidade de Multa 010026 - Processo: SES-PRC-2021/09125 - Ração Social - Ana Paula dos Santos "SOS de Bebidas JM" - CNPJ: 29.977.781/0001-50 - Julio Mesquita-SP.

06. Deferimento de Baixa de Auto de Infração 003300 - Lavratura do Auto de Imposição de Penalidade de Multa 010026 - Processo: SES-PRC-2021/09125 - Ração Social - Ana Paula dos Santos "SOS de Bebidas JM" - CNPJ: 29.977.781/0001-50 - Julio Mesquita-SP.

07. Deferimento de Baixa de Auto de Infração 003300 - Lavratura do Auto de Imposição de Penalidade de Multa 010026 - Processo: SES-PRC-2021/09125 - Ração Social - Ana Paula dos Santos "SOS de Bebidas JM" - CNPJ: 29.977.781/0001-50 - Julio Mesquita-SP.

08. Deferimento de Baixa de Auto de Infração 003300 - Lavratura do Auto de Imposição de Penalidade de Multa 010026 - Processo: SES-PRC-2021/09125 - Ração Social - Ana Paula dos Santos "SOS de Bebidas JM" - CNPJ: 29.977.781/0001-50 - Julio Mesquita-SP.

09. Deferimento de Baixa de Auto de Infração 003300 - Lavratura do Auto de Imposição de Penalidade de Multa 010026 - Processo: SES-PRC-2021/09125 - Ração Social - Ana Paula dos Santos "SOS de Bebidas JM" - CNPJ: 29.977.781/0001-50 - Julio Mesquita-SP.

10. Deferimento de Baixa de Auto de Infração 003300 - Lavratura do Auto de Imposição de Penalidade de Multa 010026 - Processo: SES-PRC-2021/09125 - Ração Social - Ana Paula dos Santos "SOS de Bebidas JM" - CNPJ: 29.977.781/0001-50 - Julio Mesquita-SP.

11. Deferimento de Baixa de Auto de Infração 003300 - Lavratura do Auto de Imposição de Penalidade de Multa 010026 - Processo: SES-PRC-2021/09125 - Ração Social - Ana Paula dos Santos "SOS de Bebidas JM" - CNPJ: 29.977.781/0001-50 - Julio Mesquita-SP.

12. Deferimento de Baixa de Auto de Infração 003300 - Lavratura do Auto de Imposição de Penalidade de Multa 010026 - Processo: SES-PRC-2021/09125 - Ração Social - Ana Paula dos Santos "SOS de Bebidas JM" - CNPJ: 29.977.781/0001-50 - Julio Mesquita-SP.

13. Deferimento de Baixa de Auto de Infração 003300 - Lavratura do Auto de Imposição de Penalidade de Multa 010026 - Processo: SES-PRC-2021/09125 - Ração Social - Ana Paula dos Santos "SOS de Bebidas JM" - CNPJ: 29.977.781/0001-50 - Julio Mesquita-SP.

14. Deferimento de Baixa de Auto de Infração 003300 - Lavratura do Auto de Imposição de Penalidade de Multa 010026 - Processo: SES-PRC-2021/09125 - Ração Social - Ana Paula dos Santos "SOS de Bebidas JM" - CNPJ: 29.977.781/0001-50 - Julio Mesquita-SP.

15. Deferimento de Baixa de Auto de Infração 003300 - Lavratura do Auto de Imposição de Penalidade de Multa 010026 - Processo: SES-PRC-2021/09125 - Ração Social - Ana Paula dos Santos "SOS de Bebidas JM" - CNPJ: 29.977.781/0001-50 - Julio Mesquita-SP.

16. Deferimento de Baixa de Auto de Infração 003300 - Lavratura do Auto de Imposição de Penalidade de Multa 010026 - Processo: SES-PRC-2021/09125 - Ração Social - Ana Paula dos Santos "SOS de Bebidas JM" - CNPJ: 29.977.781/0001-50 - Julio Mesquita-SP.

17. Deferimento de Baixa de Auto de Infração 003300 - Lavratura do Auto de Imposição de Penalidade de Multa 010026 - Processo: SES-PRC-2021/09125 - Ração Social - Ana Paula dos Santos "SOS de Bebidas JM" - CNPJ: 29.977.781/0001-50 - Julio Mesquita-SP.

18. Deferimento de Baixa de Auto de Infração 003300 - Lavratura do Auto de Imposição de Penalidade de Multa 010026 - Processo: SES-PRC-2021/09125 - Ração Social - Ana Paula dos Santos "SOS de Bebidas JM" - CNPJ: 29.977.781/0001-50 - Julio Mesquita-SP.

19. Deferimento de Baixa de Auto de Infração 003300 - Lavratura do Auto de Imposição de Penalidade de Multa 010026 - Processo: SES-PRC-2021/09125 - Ração Social - Ana Paula dos Santos "SOS de Bebidas JM" - CNPJ: 29.977.781/0001-50 - Julio Mesquita-SP.

20. Deferimento de Baixa de Auto de Infração 003300 - Lavratura do Auto de Imposição de Penalidade de Multa 010026 - Processo: SES-PRC-2021/09125 - Ração Social - Ana Paula dos Santos "SOS de Bebidas JM" - CNPJ: 29.977.781/0001-50 - Julio Mesquita-SP.

21. Deferimento de Baixa de Auto de Infração 003300 - Lavratura do Auto de Imposição de Penalidade de Multa 010026 - Processo: SES-PRC-2021/09125 - Ração Social - Ana Paula dos Santos "SOS de Bebidas JM" - CNPJ: 29.977.781/0001-50 - Julio Mesquita-SP.

22. Deferimento de Baixa de Auto de Infração 003300 - Lavratura do Auto de Imposição de Penalidade de Multa 010026 - Processo: SES-PRC-2021/09125 - Ração Social - Ana Paula dos Santos "SOS de Bebidas JM" - CNPJ: 29.977.781/0001-50 - Julio Mesquita-SP.

23. Deferimento de Baixa de Auto de Infração 003300 - Lavratura do Auto de Imposição de Penalidade de Multa 010026 - Processo: SES-PRC-2021/09125 - Ração Social - Ana Paula dos Santos "SOS de Bebidas JM" - CNPJ: 29.977.781/0001-50 - Julio Mesquita-SP.



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 – 2º andar – sala 213 – CEP: 05403-000 – Cerqueira César/SP.

Relação de Remessa de Papéis Diversos

De: Setor de Sanções/NGC/CGA

Para: EXPEDIÇÃO

ORTOMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS MÉDICOS – EIRELLI

Rua: Domingos André Zanini, 277 – Sala 511 – Centro Empresarial Terra Firme.

São José – SC.

CEP: 88117-907

Data: 24/03/2021

Processo: SES-PRC: 2020/17251

Remetido por:

Recebido:

Em:

Nome e RG:

Ass:

Carimbo do Órgão:



07/04/2021

Resultado

Headmouse

Teclado Virtual

Contraste

A

Tamanho padrão

A

Ir ao conteúdo

Fale com os Correios



Outros sites

Correios de A a Z

Sistemas

Rastreamento

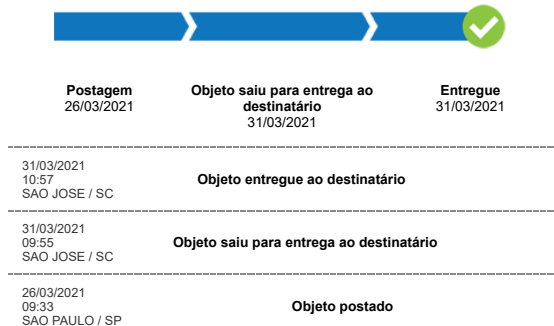
Rastreamento de objetos

Rastreamento de objetos em outros países

Como rastrear um objeto

Siglas utilizadas no rastreamento de objetos

BR 274 079 860 BR



Todos os objetos internacionais estão sujeitos à cobrança do despacho postal. Clique [aqui](#) para saber mais

Nova Consulta

Imprimir

Suspender Entrega



Acesse o aplicativo dos Correios e leia o código 2D ao lado. Você não precisará digitar o código do objeto e poderá salvar na sua lista de favoritos.



SEDEX 12 e do SEDEX Hoje, representa o horário real da entrega.

As informações de rastreo de objetos registrados ficarão disponíveis até 180 dias após a data de postagem.

Objetos com origem ou destino fora do Brasil
O rastreamento para objetos postados no Brasil com código iniciado por "R" e "C" e terminado com "BR" não é garantido fora do território brasileiro.

Para esses objetos, os operadores postais de outros países podem não disponibilizar e/ou transmitir informação de rastreamento para o Brasil.

Sendo assim, consultas de rastreamento de objetos podem também ser realizadas nos sites dos operadores de destino disponíveis no site da UPU - União Postal Universal.

Para os objetos postados no Exterior para o Brasil, o serviço contratado pelo remetente na origem determina o nível de informação de rastreamento de objetos em nosso site.

Objetos registrados recebidos do exterior que apresentam código iniciado por "R" não pertencem à modalidade expressa, portanto não há rastreamento ponto a ponto. As informações no sistema de rastreamento para esses objetos "R" incluem apenas os eventos: "recebimento no Brasil", "entrega", "tentativa de entrega" ou "aguardando retirada na unidade responsável". No caso do objeto ser tributado, haverá os eventos de "encaminhamento para fiscalização e tributação" e "saída da fiscalização".

O prazo estimado de entrega dos objetos registrados é de 40 DIAS ÚTEIS a partir da confirmação de pagamento dos impostos (se tributado) e do despacho postal. [Tabela prazos de entrega](#)

Remessas iniciadas com o código "UM" não são rastreáveis no Brasil. Esse código é utilizado pelo país de origem para indicar que a remessa é passível de pagamento de imposto de importação no destino.

Fale Conosco

Portal Correios

Outros sites dos Correios

Manifestação via Internet

Mapa do site

Correios para você

<https://www2.correios.com.br/sistemas/rastreamento/resultado.cfm>

1/2



Autenticado com senha por KÁTIA REGINA DE SOUZA - 07/04/2021 às 16:23:41.
Documento Nº: 15896216-1279 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=15896216-1279>



SESCAP2021234290A

SIGA

07/04/2021

Resultado

Fale Conosco pelo site

Atendimento telefônico

3003 0100 (Capitais e Região Metropolitanas)
0800 725 7282 (Demais localidades)
0800 725 0100 (Sugestões ou reclamações)
0800 725 0898 (exclusivo para portadores
de deficiência auditiva)

Rede de atendimento

Consulte endereços e horários de atendimentos
das agências dos Correios

Ouvidoria

Rastreamento de objetos
Sala de Imprensa
Concursos
Patrocínios
Contatos comerciais
Carta de serviços ao cidadão
Denúncia
Ministério das Comunicações

Correios para sua empresa
Sobre Correios
Loja virtual dos Correios
Blog dos Correios
Espaço da Filatelia
Correios Mobile
Sistemas dos Correios

Política de Privacidade e notas legais - © Copyright 2018 Correios - Todos os direitos reservados.

<https://www2.correios.com.br/sistemas/rastreamento/resultado.cfm>

2/2



Autenticado com senha por KÁTIA REGINA DE SOUZA - 07/04/2021 às 16:23:41.
Documento Nº: 15896216-1279 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=15896216-1279>



SESCAP2021234290A